



ANAIS DO EVENTO COMEMORATIVO

PPGEO - 40 anos de
comprometimento com a
sociedade e a natureza

**São Cristóvão, Sergipe
2024**



REALIZAÇÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE – UFS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – PP GEO

COMISSÃO ORGANIZADORA

ALEXANDRINA LUZ CONCEIÇÃO
ANA ROCHA DOS SANTOS
ARLANE SANTOS DE LIMA
CATHARINA PENNA GOMES
DOUGLAS SOUZA DE JESUS
EDILEKSON SILVA DE CARVALHO
ELISANDRO MATOS RODRIGUES
HEBERTY RUAN DA CONCEIÇÃO SILVA
INGRIDE NATANE MIGUEL SANTOS
JAQUELINE DOS SANTOS FERREIRA
JOÃO PEDRO CELESTINO DOS SANTO
JOSÉ LUCAS COSTA RIBEIRO
LUCAS AGUIAR TOMAZ FERREIRA
MARÇAL LUKAS MARTINS PRATA
MARIA AUGUSTA MUNDIM VARGAS
SONIA DE SOUZA MENDONÇA MENEZES
TIAGO BARRETO LIMA
VICTOR DE SOUZA CARDOSO
YTHANA DE OLIVEIRA SANTOS

COMISSÃO CIENTÍFICA

ALEXANDRINA LUZ CONCEIÇÃO
ANA ROCHA DOS SANTOS
CHRISTIANE SENHORINHA SOARES CAMPOS
ERALDO DA SILVA RAMOS FILHO
FRANCISCO JABLINSKI CASTELHANO
HÉLIO MÁRIO DE ARAÚJO
JOSE ELOÍZIO DA COSTA
JOSEFA DE LISBOA SANTOS
JOSEFA ELIANE SANTANA DE SIQUEIRA PINTO
JOSÉ WELLINGTON CARVALHO VILAR
LUCAS GAMA LIMA
MÁRCIA ELIANE SILVA CARVALHO
MARCO ANTONIO MITIDIERO JUNIOR
MARIA AUGUSTA MUNDIM VARGAS
NEISE MARE DE SOUZA ALVES
ROSEMERI MELO E SOUZA
SARAH LÚCIA ALVES FRANÇA
SÔNIA DE SOUZA MENDONÇA MENEZES

APOIO

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR – CAPES
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA – POSGRAP

EDITORAÇÃO DOS ANAIS

LUCAS AGUIAR TOMAZ FERREIRA
VICTOR DE SOUZA CARDOSO



**EDITORA CRIAÇÃO
CONSELHO EDITORIAL**

Ana Maria de Menezes
Christina Bielinski Ramalho
Fábio Alves dos Santos
Gilvan Rodrigues dos Santos
Jorge Carvalho do Nascimento
José Afonso do Nascimento
José Eduardo Franco
José Rodorval Ramalho
Justino Alves Lima
Luiz Eduardo Oliveira
Martin Hadsell do Nascimento
Rita de Cácia Santos Souza

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

C718a

PPGEO 40 anos : 1983-2023.

Anais do evento comemorativo PPGEO: 40 anos de comprometimento com a sociedade e a natureza / Programa de Pós-Graduação em Geografia. – Aracaju: Criação Editora; São Cristóvão: PPGEO, 2024.

466 p.

ISBN 978-85-8413-535-6

1. Geografia. 2. Geografia agrícola. 3. Geografia física. 4. Geografia econômica. 5. Geografia ambiental. 6. Geografia urbana. 7. Geografia humana. 8. Geografia cultural. 9. Geografia e literatura. 10. Agroindústria. 11. Movimentos sociais. 12. Climatologia. 13. Ecologia humana. 14. Feminismo. 15. Segurança alimentar. 16. Paisagens – Proteção. 17. Desenvolvimento habitacional. 18. Conservação da natureza. I. Diniz, José Alexandre Felizola. II. Título.

CDU 911



SUMÁRIO

| | |
|--|-----|
| APRESENTAÇÃO | 04 |
| ANÁLISE GEOAMBIENTAL E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO | 05 |
| PRODUÇÃO DO ESPAÇO AGRÁRIO | 178 |
| DINÂMICAS TERRITORIAIS E DESENVOLVIMENTO | 326 |

APRESENTAÇÃO

Em 2023, O Programa de Pós-graduação em Geografia completou 40 anos. Foi a Geografia que iniciou a pós-graduação na Universidade Federal de Sergipe com o curso de mestrado na década de 1980. Foi também a Geografia da UFS que inaugurou o primeiro curso de Doutorado no Norte-Nordeste do país, em uma época de expansão das universidades e garantia de acesso à educação superior, em 2003. Para celebrar essa data, entre os dias 12 e 14 de dezembro, realizou-se o evento “PPGEO - 40 anos de comprometimento com a sociedade e a natureza”. Esta temática diz respeito ao comprometimento que professores, alunos e pesquisadores ligados ao Programa assumem com a sociedade e a natureza através de suas pesquisas e da produção de conhecimento.

Os Anais que ora apresentamos resultam das pesquisas realizadas por alunos, egressos, professores do PPGEO e pesquisadores de outras instituições que desenvolvem trabalhos em parceria com o Programa. Este documento está dividido de acordo com as três linhas de pesquisa vigentes: Produção do Espaço Agrário, Dinâmicas territoriais e Desenvolvimento e Análise geoambiental e Ordenamento do território. Sob o formato de Espaços de diálogos, foram discutidos os trabalhos, atestando a contribuição dos autores para o fortalecimento da pesquisa e da Geografia como ciência que assume o compromisso de produzir um conhecimento engajado com justiça social e ambiental.

Imbuídos desse comprometimento, a comissão organizadora do evento espera que os textos desses Anais possam contribuir para o diálogo, para o aprofundamento da reflexão sobre a produção da Geografia como ciência que produz um conhecimento desvelador da realidade em suas múltiplas dimensões e escalas.

Ana Rocha dos Santos

Coordenadora do Programa de Pós-graduação em Geografia – UFS



**ANÁLISE
GEOAMBIENTAL E
ORDENAMENTO DO
TERRITÓRIO**

SUSCETIBILIDADE DO AMBIENTE FÍSICO AOS RISCOS AMBIENTAIS NA GRANDE ARACAJU

Alizete dos Santos

Doutora em Geografia e membro do Grupo de Pesquisa em
Dinâmica Ambiental e Geomorfologia DAGEO/UFS/CNPq
alisantosgeoufs@gmail.com

INTRODUÇÃO

O uso indevido dos sistemas ambientais físicos tem causado impactos e riscos ambientais em diversos lugares no planeta. Os impactos, por sua vez, acompanham todo o processo de construção e transformação do ambiente natural. A transformação ou alteração nos sistemas ambientais pode gerar instabilidade ambiental e colocar em risco a população que se instala. O presente texto foi extraído da Tese de Doutorado “**Vulnerabilidade e Riscos Ambientais Hidrológicos e Geomorfológicos**”, Santos (2019), e se propõe a apresentar uma síntese da caracterização dos condicionantes ambientais e a sua contribuição na produção dos riscos e desastres ambientais da Região da Grande Aracaju.

A suscetibilidade aos eventos Geomorfológicos e Hidrológicos da Região da Grande Aracaju foi determinada a partir da análise integrada dos condicionantes ambientais físicos. Na análise, utilizou-se como principais variáveis: declividade, cobertura e uso da terra, solos, Geomorfologia, Geologia e média de acúmulo de pluviosidade. A abordagem sistêmica da interação dessas variáveis permitiu estabelecer a avaliação ambiental para região estudada.

Os valores de peso das influências atribuídos as variáveis, permitiram definir os pontos de maiores e de menores grau de suscetibilidade a dinâmica geomorfológica e hidrológica. Adaptando-se as metodologias propostas por Dias (2000), Crepani (2001) e Vieira (2005) que atribuem pesos distintos às variáveis que compõem a lógica de integração do ambiente físico. Depois da integração dos dados na lógica de Geoprocessamento, foram definidas classes distintas de suscetibilidade em quatro níveis (Baixo, Médio, Alto, Muito Alto).

Os dados foram obtidos em formato digital disponibilizados pela Secretaria de Recursos Hídricos a partir do Atlas Digital dos Recursos Hídricos (SEMARH, 2014); *raster* geomorfométrico da SRTM para aquisição de dados de declividade e hipsometria (INPE, 2011); sistema geológico (CPRM, 2014), dados dos solos de Sergipe executada pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), entre outros. O uso da análise de

multicritério é relevante nos estudos sobre os riscos, pois através destas ferramentas é possível combinar variáveis e elaborar mapas síntese, permitindo avaliar qualitativa e quantitativamente a suscetibilidade do ambiente (SILVA, et all, 2014).

A escolha da área de estudo deve-se ao fato de ser a porção mais urbanizada dentre os territórios do Estado de Sergipe, apresentando mais registros de eventos de riscos hidrológicos e geomorfológicos. Assim, a relevância desta pesquisa está em possibilitar o uso de conhecimentos específicos sobre o meio físico, podendo-se constituir como ferramenta para tomada de decisões e avaliações dos fenômenos sociais pelo Poder Público e Sociedade (SANTOS, 2020).

Espacialização da Suscetibilidade aos eventos Geomorfológicos

Na Região da Grande Aracaju a Baixa suscetibilidade corresponde a 110,59km², equivalendo a 5% do território total da área. Concentra-se nos municípios de Aracaju, Barra dos Coqueiros, e Nossa Senhora do Socorro. A baixa suscetibilidade aos eventos geomorfológicos corresponde às áreas que não apresentam grandes possibilidades de desenvolvimento de eventos (erosão ou movimento de massa) de grandes proporções.

Neste setor, em termos geomorfológicos, abrange os terraços fluviais, ou terraços associados aos cordões litorâneos. Apresenta formas de vertentes retilíneas, podendo aparecer paleodunas com formas convexas ou côncavas suavizadas. o predomínio do solo são os aluviais moderadamente desenvolvido, como Neossolos, Espodossolos e os Vertissolos localizados nas baixadas planas ou na parte inferior de encostas quase planas.

A litologia predominante neste ambiente está relacionada a uma dinâmica geológica/geomorfológica recente, e configura área de depósito. No contexto de uso e ocupação do solo, o ambiente predominante está associado à pastagem com vegetação ambrófila. Dos eventos geomorfológicos mais presentes, estão o rastejamento provocado a partir do pisoteio do gado.

Apesar da topografia relativamente plana, seus solos não estão livres do risco de erosão, sobretudo a erosão eólica. O que pode ser intensificado pelo desmatamento e a intensa ação e ocupação humana. Porém, em termos de magnitude de desastre, esse ambiente não apresenta grandes riscos de movimento de massas e erosões por voçorocamento à população.

O indicador de média suscetibilidade está concentrado na área geomorfologicamente marcada por morros rebaixados e as chamadas superfícies trabalhadas por rios, e que

apresentam declividade entre 8% a 13%. A topografia dominante é suavemente – ondulado, destacando um relevo pouco acidentado e pouco suscetível à movimentação de massas. Os solos são da classe Latossolo, Chernossolo, Neossolo Flúvico e Neossolo Regolítico e a concentração pluviométrica está entre 1200 a 140mm. Predominantemente na parte leste da Grande Aracaju. Já no município de Laranjeiras, encontram-se no noroeste deste. Em Itaporanga D'Ájuda está na porção sudoeste e noroeste do município. E em Maruim esse indicador está bordejando o território municipal entre o leste e o sul do município. Em Aracaju a suscetibilidade média está bem distribuída no território principalmente na parte central e sul. Neste ambiente é possível encontrar vegetação de restinga e cultivos agrícolas, sobretudo com a monocultura da cana de açúcar.

A área de estudo insere-se 280,54 km² na categoria de muito alta suscetibilidade aos eventos geomorfológicos, o que corresponde a 12,7% do território. E estão bem distribuídos nas serras residuais, morros dissecados que compreende os Tabuleiros Costeiros. Com destaque para os municípios de São Cristóvão e Maruim, como em Itaporanga D'Ájuda que pode chegar a 420m na parte oeste do município, estes concentram os maiores índices de altimetria e declividades entre 20 a 45% e de perfil de vertentes convexa/retilínea/ côncava com declividade.

As menores concentração dessa categoria estão nas planícies flúvio-lagunares do município de Aracaju, Barra dos Coqueiros e parte leste de Santo Amaro, Itaporanga D'Ájuda e Nossa Senhora do Socorro. A suscetibilidade Muito Alta está localizada na região centro oeste da região da Grande Aracaju onde predominam solos do tipo Argissolos Vermelho Amarelo, com predomínio de Vegetação Secundária, com forte influência atividade Agropecuária. A suscetibilidade degradativa dos solos está fortemente influenciada pelas atividades antrópicas, com uso e ocupação do solo dominado.

Espacialização da Suscetibilidade Hidrológica

No contexto regional há um predomínio de áreas de baixa suscetibilidade a alagamentos, inundações ou enchentes. Concentra-se ao oeste da área de estudo, sobretudo as áreas de declividade entre 20% a 45%. O relevo predominante são os relevos pediplanado, e os dissecados em colinas ou mesmo Tabuleiros Costeiros. Sobre a perspectiva da geologia de superfície, encontra-se nesse domínio rochas do grupo metamórficas como as de metagranito e metavulcânica.

O uso e ocupação do solo encontram-se predominantemente as associações de cultivo e de pastagens, além de ambiente com floresta seja ela Estacional ou Ombrófila. Na presença de solos como o Vertissolos, Argissolos e Neossolos Regolítico. Os municípios que apresentam maiores proporções de baixa categoria é Riachuelo, Maruim, Laranjeiras, Itaporanga D'Ájuda, parte de Santo Amaro em áreas com ausência de drenagem.

A média suscetibilidade está, predominantemente, em ambientes como as superfícies de rios em que, apresentam entre 9% a 13% de declividade. Do solo predominante está o Chernossolos. As formas de uso da terra podem ser encontradas como povoados/distritos e vegetação restinga, ou mesmo pastagem. A média de precipitação acumulada anualmente é de 1200 a 1400mm.

As áreas de Média suscetibilidade erosiva, com expressivo 42,2% da área do município, provavelmente foram influenciadas pela topografia do município, fator considerado na pesquisa como mais atuante com peso de 35% e pelo fator pedologia (20%). A topografia dominante é suavemente – ondulado, destacando um relevo pouco acidentado e pouco suscetível à movimentação de massas. Os solos são da classe Latossolo em que a mineralogia característica de ambientes oxidantes deste tipo de solos favorece boa estruturação e resistência aos processos morfogenéticos.

A média de precipitação acumulada anualmente é de 1500 a 1700mm. Essa variável encontra-se entre 4% a 8% de declividade. Na composição litológica encontra-se as rochas sedimentares mais recentes, predominantemente o calcário, folhelho, arenito e argilito. Possível encontrar o Espodosolos e Neossolos quartzarênico.

Do uso e ocupação do solo tem-se os viveiros artesanais, ambiente de restinga e as sedes municipais. Neste ambiente encontram-se os canais de drenagem que modelaram as planícies marinhas. Essa categoria pode desencadear em risco de acordo com as formas de uso e ocupação do espaço. Refere-se ao ambiente propício para ações de enchentes, alagamentos e 130 inundações. A categoria de Muito Alta encontra-se nas planícies fluviais e marinha predominante na zona Costeira e nas margens dos rios de grande porte. A dinâmica estuarina com a presença do manguezal, áreas embrejadas e o espaço urbano, são variáveis determinantes ao aumento da suscetibilidade.

Destaca-se como um ambiente dessa categoria de suscetibilidade as margens dos corpos d'água como as lagoas, lagoas, barragens e canais retificados, além das margens dos canais naturais. Tende a ser o ambiente com grandes concentrações de chuvas acima de 1800mm. A

declividade está entre 0% a 3% nos terraços fluviais e fluviomarinhos. Predomina os Gleissolos e Neossolos flúvicos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os riscos hidrológicos e geomorfológicos na região da Grande Aracaju apresentam-se distribuídos no território mais urbanizado. Havendo concentração de eventos como alagamento e inundação na área de adensamento populacional nas planícies fluviais dos rios que cortam as sedes municipais ou bairros populosos, como o rio Ganhamoroba, em Maruim; o rio Contiguiba em Laranjeiras; rio Jacarecica em Riachuelo; rio do Sal e Contiguiba em Nossa Senhora do

Socorro; rio Vaza Barris em Itaporanga D'Ájuda; rios Poxim e Paramopama em São Cristóvão; rio Sergipe na Barra dos Coqueiros; e os rios do Sal, Poxim, Sergipe e Vaza Barris em Aracaju. Já os eventos geomorfológicos estão nos morros e colinas nos Tabuleiros Costeiros, em que foi identificado um volume significativo de cicatrizes erosivas/movimento de massa, em torno de 400 cicatrizes mapeadas. Os municípios com maiores possibilidades de desastres dentro dessa categoria estão em São Cristóvão, Aracaju e Laranjeiras.

As análises das vulnerabilidades e riscos ambientais são temáticas emergente após meados do século XX, devido as transformações ocorridas no espaço geográfico a partir do crescimento populacional, processo de urbanização e eventos/desastres potenciais registrados nas últimas décadas. Há uma pluralidade de conceitos sobre as dimensões dos estudos sobre os riscos, o que apresenta como um desafio na ampliação de estudos e amadurecimento conceitual e metodológico sobre vulnerabilidade, suscetibilidade, perigo e riscos. Pois torna-se fundamental para definição de ações preventivas e de mitigação dos riscos ambientais em Sergipe e no Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: Suscetibilidade ambiental; Riscos Ambientais; Grande Aracaju

REFERÊNCIAS

CREPANI, E.; et al. **Sensoriamento Remoto e Geoprocessamento aplicados ao zoneamento Ecológico – Econômico e ao ordenamento territorial**. INPE: São José dos Campos, junho de 2001.

DIAS, J. E. **Análise Ambiental por Geoprocessamento do Município de Volta Redonda**. Dissertação (Mestrado Ciências Ambientais e Florestais) - Instituto de Florestas, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000.

SANTOS, A. dos. **Vulnerabilidade e riscos geomorfológicos e hidrológicos na região da grande Aracaju**. 2019. 292 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2019.

SANTOS, A. dos; ARAÚJO, H. M.; MEIRELES, A. J. A. **Riscos Ambientais Geomorfológicos/hidrológicos e Caminhos para a Gestão na Região da Grande Aracaju**. In: ARAÚJO, H. M. de; et all (Org.). Geomorfologia e Mudanças Ambientais: recortes espaciais da zona costeira sergipana. 1ed. Aracaju: Criação Editora, 2020.

SILVA, V. C. B.; MACHADO, P. de S. **SIG na análise Ambiental: suscetibilidade erosiva da Bacia Hidrográfica do Córrego Mutuca, Nova Lima - Minas Gerais**. Revista de Geografia (UFPE), V.31, n. 2, 2014.

VIEIRA, C. M. B.; ARAÚJO, W. T. de; ASSUNÇÃO, V. de S.; SANTOS, R. L. O uso do GIS na identificação de fatores de riscos em áreas urbanas. **Anais do XXII Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto**. Goiânia: INPE, 2005a.p.703 a 714

COMPARTIMENTAÇÃO DO CAMPO DUNAR DE ESTÂNCIA – SERGIPE

Marçal Lukas Martins Prata

PPGEO – Universidade Federal de Sergipe
mlukasmp94@gmail.com

Neise Mare de Souza Alves

PPGEO – Universidade Federal de Sergipe
neisemaregeo@gmail.com

INTRODUÇÃO

A mobilidade de dunas costeiras em várias regiões litorâneas gera problemas, como o recobrimento de áreas agrícolas e rodovias por sedimentos arenosos, resultando em prejuízos materiais, econômicos e sociais devido à falta de planejamento territorial. Na planície costeira de Estância/SE, a dinâmica das dunas ativas afeta a infraestrutura viária, levando à remoção frequente de sedimentos para preservar as rodovias.

O número limitado de estudos aprofundados sobre a dinâmica natural específica de dunas e o ordenamento inadequado do uso da terra contribuem para problemas locais, incluindo impactos na fauna, flora e degradação das dunas frontais.

Além disso, a expansão urbana e atividades agrícolas também ameaçam a proteção costeira oferecida pelas dunas. Essa questão é relevante tanto academicamente quanto para gestores públicos, dada a extensão da zona costeira brasileira e suas planícies costeiras.

Nesse contexto, o estudo teve como objetivo principal compartimentar o Campo Dunar da planície costeira do município de Estância/SE segundo o modelo teórico dos geossistemas, do qual gerou os seguintes objetivos específicos, Identificar as características das feições que compõem os compartimentos do Campo Dunar da planície costeira de Estância; Caracterizar a morfodinâmica atuante em cada unidade de paisagem que integra o Campo Dunar; Aplicar a proposta do modelo teórico dos geossistema ao Campo Dunar do município de Estância, considerando os aspectos das feições eólicas e da morfodinâmica atuante e Analisar as derivações antropogênicas nas unidades de paisagem do Campo Dunar, destacando as interferências na morfodinâmica.

A pesquisa foi norteada pela abordagem sistêmica (CAMARGO, 2005; CHRISTOFOLETTI, 1997; BERTALANFFY, 2010), utilizando a paisagem como uma categoria de análise geográfica (BERTRAND, 2004). Os princípios estabelecidos por esses

autores possibilitam uma compreensão integrada do funcionamento da paisagem, uma vez que consideram as interações entre os elementos bióticos, abióticos e antrópicos.

Para atingir os objetivos delineados, utilizou-se o modelo teórico-metodológico do geossistema de Bertrand (2004) na compartimentação e análise do estado das unidades de paisagem do Campo Dunar na planície costeira de Estância, considerado neste estudo como um geossistema. Nessa unidade, as atividades humanas se manifestam, formando um mosaico de subunidades hierarquicamente subordinadas. A dinâmica evolutiva nessas subunidades apresenta maior homogeneidade devido às suas características específicas. Elas são representadas por Geofácies e Geótopos.

Para tanto, a planície costeira foi tratada como o geossistema integrador das Geofácies do Campo Dunar, exigindo a inclusão de toda a sua extensão nos produtos cartográficos gerados. Isso se deve à natureza dinâmica e cíclica da interação do Campo Dunar com os ambientes costeiros adjacentes, destacando-se que essa unidade de paisagem não está isolada das demais que compõem a zona costeira.

Para demarcar os compartimentos das Geofácies que constituem o Campo Dunar, inicialmente, examinou-se a extensão espacial dos conjuntos das formas dunares na planície costeira de Estância por meio de imagens de satélite do Google Earth (2018). Posteriormente, durante as atividades de campo, observou-se a distribuição das feições eólicas na paisagem, sendo essas caracterizadas de acordo com as tipologias apresentadas nos estudos de Sloss, Sheperd, Hesp (2012) e de Giannini *et al.* (2005).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Com base nestas propostas, foram reconhecidos três compartimentos no Campo Dunar de Estância. Dois estão compostos por morfologias com atividade eólica ativa, identificados como Geofácies Dunas Ativas Primárias e Geofácies Dunas Ativas Secundárias. O terceiro compartimento, onde a atividade eólica é nula ou fraca, foi designado de Geofácies Dunas Inativas Pleistocênicas. Estes Geofácies foram classificados, respectivamente, como: Geofácies em Resistasia com Geomorfogênese Natural e Antrópica, Geofácies em Mosaico Associado com Biostasia e Resistasia e, Geofácies em Biostasia com Dinâmica Regressiva.

O Geofácies Dunas Ativas Primárias, classificado como Geofácies em Resistasia com Geomorfogênese Natural e Antrópica, abrange uma faixa cuja extensão vai da linha de costa até cerca de 300 metros para o interior do continente. A maior concentração de dunas primárias

está próxima ao complexo estuarino Piauí/Real e no limite com o município de Itaporanga D'Ajuda. As características das feições eólicas nesse compartimento estão em estágio inicial de evolução geomorfológica, com alturas variando de menos 1 metro a cerca de 10 metros.

A área apresenta principalmente dunas embrionárias, dunas de sombra e dunas *nebkhas*. A vegetação herbácea, como a salsa-da-praia, coloniza essas feições, enquanto arbustos podem surgir, dependendo das condições edáficas. Esse compartimento representa as dunas que estão em contato direto com os agentes oceanográficos, conferindo a este ambiente o papel de proteção para a costa contra a ação de ondas, correntes e marés.

O Geofácies Dunas Ativas Secundárias, classificado como Geofácies em Mosaico Associado com Biostasia e Resistasia está situado a uma distância que varia de 250 m a 280 m da linha de costa, estendendo-se por até aproximadamente 2 km. As dunas abrangem toda a extensão da planície costeira de Estância. Conforme indicado por Oliveira (2008), a altura das morfologias pode atingir entre 20 e 25 metros.

As dunas que formam essa unidade de paisagem apresentam maior desenvolvimento em termos de altura, largura e comprimento, quando comparadas com as morfologias do Geofácies Dunas Ativas Primárias. É nesta unidade que são observados os eventos mais notáveis de migração das feições eólicas do Geossistema Campo Dunar da Planície Costeira do município de Estância.

Neste Geofácies, são dominantes as dunas barcanas e barcanóides. Entretanto, outras feições eólicas estão presentes, incluindo rupturas ou corredores de deflação (*blowouts*), dunas residuais e *nebkhas*. A cobertura vegetal nessas dunas inclui diversas composições florísticas, com áreas colonizadas por vegetação arbórea e arbustiva densa, bem como setores cobertos por herbáceas ou completamente desprovidos de vegetação. Uma particularidade observada nessa unidade é a transição de dunas barcanas/barcanóides para morfologias de ruptura de deflação e parabólicas, que ocorre por causa do adensamento vegetal.

O maior distanciamento do Geofácies Dunas Ativas Secundárias da praia, confere a essa unidade de paisagem, maior adensamento da vegetação e, conseqüentemente, menor atuação da morfodinâmica, quando comparada ao Geofácies Dunas Ativas Primárias. Contudo, ainda assim, observa-se intensa atividade eólica e mobilidade das dunas nesse Geofácies. Em alguns pontos, a migração das dunas tem afetado estruturas antrópicas, como estradas, postes de linha de transmissão elétrica, residências e terrenos em geral.

O Geofácies Dunas Inativas Pleistocênicas foi classificado em Geofácies em Biostasia com Dinâmica Regressiva. Nessa unidade, a morfodinâmica conduzida por processos eólicos não desempenha um papel significativo nas feições dunares. Estas dunas representam as morfologias mais antigas do Geossistema Campo Dunar de Estância, estão situadas na parte mais interna da planície costeira, próximas ao complexo lagunar denominado Lagoa dos Tambaquis, com uma distância de aproximadamente 5 km da linha de costa.

As dunas nesse Geofácies demonstram maior estabilidade, indicando que seus sedimentos estão sujeitos à pequena mobilidade devido a presença da cobertura vegetal contínua, composta por espécies da restinga arbustiva e arbórea, e menor influência dos ventos na região. Dessa maneira, observa-se um favorecimento para a pedogênese.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise realizada nos três compartimentos do Geossistema Campo Dunar indica que as atividades humanas interferem nos processos da dinâmica natural dominante nesta unidade de paisagem, colocando em risco a sustentabilidade socioambiental. As ações estão relacionadas ao desmatamento da vegetação colonizadora das feições dunares e à extração de material arenoso, elementos cruciais para o funcionamento da morfodinâmica dunar.

As intervenções antrópicas ocorrem de outras formas, abrangendo práticas agropecuárias, turismo e lazer. Em algumas áreas, a expansão urbana tem restringido o transporte eólico dos sedimentos arenosos, bem como o acesso de comunidades tradicionais aos recursos naturais, como no caso das catadoras de mangaba, que enfrentam dificuldades devido à redução das plantas dessa espécie em razão da implantação de loteamentos e cercamento de áreas anteriormente acessíveis.

A rápida expansão urbana, particularmente após a conclusão das obras da ponte Joel Silveira nos últimos anos, tem exacerbado os problemas socioambientais na Planície Costeira de Estância.

Enquanto as atividades humanas impactam a dinâmica natural de migração das dunas ativas dos Geofácies de Dunas Primárias e Secundárias, limitando os processos migratórios das feições dunares em alguns pontos, por outro lado, elas têm contribuído para reativar a atuação dos processos eólicos nos Geofácies de Dunas Inativas Pleistocênicas, que naturalmente não deveriam apresentar morfodinâmica ativa. Dentre as atividades humanas impactantes,

destacam-se o desmatamento, o tráfego de veículos sobre área de dunas, remoção de material arenoso de forma irregular, e o avanço de estruturas de construção civil sem ordenamento.

Nesse contexto, considera-se que este estudo apresenta resultados relevantes sobre o Campo Dunar da Planície Costeira de Estância, delineando setores distintos das unidades de paisagem. Ao destacar a distribuição e a natureza das diferentes unidades na área, são oferecidas informações sobre as características específicas como cada setor do Campo Dunar se comporta. Além disso, constatou-se como cada setor tem sido afetado por atividades antrópicas, e como a morfodinâmica dunar compromete determinadas certas atividades.

Essas comprovações proporcionam uma base sólida para que os gestores possam utilizá-las no desenvolvimento de políticas públicas eficazes para o ordenamento do território e a recuperação dos ambientes do Campo Dunar. Ao compreender melhor a sua dinâmica e os efeitos das intervenções humanas, as autoridades têm à disposição ferramentas valiosas para promover a sustentabilidade e a conservação desse ambiente.

PALAVRAS-CHAVES: Compartimentação geossistêmica; Dunas; Planície costeira; Morfodinâmica; Estância.

REFERÊNCIAS

BERTALANFFY, L. **Teoria geral dos sistemas:** fundamentos, desenvolvimento e aplicações. 5. ed. Petropolis, RJ: Vozes, 2010. 360 p.

BERTRAND, G. **Paisagem E Geografia Física Global:** Esboço Metodológico. R. RA´E GA, Curitiba, n. 8, p. 141-152, 2004. Editora UFPR.

CAMARGO, L. H. R. **A ruptura do meio ambiente:** conhecendo as mudanças ambientais do planeta através de uma nova percepção da ciência: a geografia da complexidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005. 237 p.

CHRISTOFOLETTI, A. **Modelagem de sistemas ambientais.** São Paulo, SP: E. Blucher, 1997.

GIANNINI, P.C.F; ASSINE, M. L; BARBOSA, L. M; BARRETO, A. M; CARVALHO, A. M; CLAUDINO-SALES, V.; MAIA, L. P; MARTINHO, C. T; PEULVAST, J.-P.; SAWAKUCHI, A. O; TOMAZELLI, L. J. **Dunas e Paleodunas Eólicas Costeiras e Interiores.** In: SOUZA, Celia Regina de Gouveia; SUGUIO, Kenitiro; OLIVEIRA, Antônio Manoel dos Santos; OLIVEIRA, Paulo Eduardo De. **Quaternário do Brasil.** Ribeirão Preto: Holos, Editora, 2005. 382p.

OLIVEIRA, A. C. de A. **Ecodinâmica das dunas costeiras Sergipe**. 122 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2008.

SLOSS, C. R., SHEPHERD, M. & HESP, P. **Coastal Dunes: Geomorphology**. *Nature Education Knowledge* 3(10):2, 2012

AGRADECIMENTOS

Agradeço à CAPES pelo apoio financeiro concedido por meio da bolsa de mestrado; ao Programa de Pós-graduação em Geografia/UFS e à Universidade Federal de Sergipe pelo suporte oferecido.

CONFORTO TÉRMICO EM BARRA DOS COQUEIROS/SE

Thiago Duarte

Universidade Federal de Sergipe

E-mail: Thiago_Isduarte@academico.ufs.br

Rosemeri Melo e Souza

Universidade Federal de Sergipe

E-mail: rome@academico.ufs.br

Francisco Jablinski Castelhana

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

E-mail: francisco.castelhana@ufrn.br

INTRODUÇÃO

O uso inapropriado do solo urbano e a alteração no balanço energético tem desencadeado, com recorrência, nos centros urbanos, o surgimento das ilhas urbanas de calor (IUC) cujos danos afetam a qualidade de conforto térmico, sentido na saúde, na rentabilidade do trabalho, no consumo de energia, enfim, no bem-estar da população.

Tal cenário, em muitos países do sul global, é resultado, na maioria das vezes, da ineficiência ou da inoperância histórica quanto ao planejamento e à gestão urbana, pois não se coloca em prática as ações urbanísticas adequadas, impedindo as cidades de se tornarem sustentáveis e resilientes; ao contrário, a ineficiência e a inoperância do planejamento urbanístico corrobora com a degradação do ambiente e a modificação das condições climáticas.

Posto que o clima é um indicador de satisfação para todos os que vivem o cotidiano das cidades e almejam a busca por qualidade ambiental e por qualidade de vida, a escolha para a concretização dessa investigação científica na cidade costeira de Barra dos Coqueiros, em Sergipe, não se deu aleatoriamente. Ela foi selecionada como área de estudo porque vem apresentando, na conjuntura estadual, intenso ritmo de desenvolvimento econômico, no que tange à construção de todo um aparato imobiliário associado à infraestrutura de serviços essenciais para garantir à população detentora de maior renda financeira a possibilidade de conviver em um ambiente provido de segurança, com tráfego facilitado, desfrutando das belezas naturais litorâneas e, além de tudo isso, ter a facilidade de recorrer, a qualquer instante, à disponibilidade dos serviços encontrados na capital Aracaju.

Para materializar tal intento, o mercado imobiliário tem promovido intensas modificações nas paisagens naturais e urbanas, com repercussão no dinamismo

socioeconômico do município, o que reverbera na produção de um clima urbano específico. Nesse sentido, as ansiedades do pesquisador diante da problemática socioambiental reportada, o instigam a compreender a relação entre as alterações promovidas na paisagem urbana (cultural e natural) e a dinâmica climática local, ao buscar compreender como o comportamento termodinâmico influencia a qualidade do conforto térmico da população.

Diante do contexto apresentado, o objetivo principal consiste em compreender a dinâmica do clima urbano de Barra dos Coqueiros/SE em relação ao campo termodinâmico, com enfoque ao conforto térmico intraurbano a partir da análise das zonas climáticas locais.

Visando a alcançar esta proposta, definem-se os seguintes objetivos específicos: i) caracterizar a dinâmica geoambiental da cidade para explicar como a evolução espaço-temporal nos padrões de cobertura da terra influenciaram o comportamento térmico da cidade entre os anos 1960 e 2023; ii) investigar o comportamento térmico da cidade entre os anos 1960 e 2023 para explicar a possível origem das ilhas de calor no espaço intraurbano e os impactos socioambientais decorrentes; iii) averiguar a percepção ambiental da população residente na cidade acerca da problemática em foco, como subsídio para propor diretrizes de planejamento urbano que possam ser inseridas ao Plano Diretor Sustentável e Participativo de Barra dos Coqueiros.

O arcabouço metodológico, com abordagem quali-quantitativa, seguirá os procedimentos a serem desenvolvidos em cada etapa ao longo de todo o trabalho de pesquisa. Num primeiro momento, aplicar-se-á a metodologia das unidades ou zonas climáticas locais - ZCL (Stewart; Oke, 2012) onde cada zona climática será definida a partir da propriedade física 'temperatura', encontrada na superfície dos diferentes arranjos espaciais da cidade, seja entre os elementos ambientais ou entre os elementos urbanos. Para a execução desta fase, Araújo, et al. (2022) sugerem usar imagens de satélite de alta resolução espacial (Sentinel-2) recentes e fazer uso do banco de imagens do Google Earth Pro®, bem como realizar visitas a campo, por cada quadra da malha urbana, com o propósito de promover o levantamento e a validação dos aspectos analisados na classificação. A finalização desta etapa metodológica consistirá em identificar as ilhas de calor urbana ao nível superficial (Amorim, 2019; Lima e Galvani, 2020; Araújo et al., 2022; Chegury et al., 2022), bem como definir as magnitudes e as intensidades, logo após ter procedido à classificação das unidades urbanas em zonas climáticas.

A segunda macro etapa metodológica consistirá em investigar e comparar o comportamento térmico urbano (espacial e temporal da cidade entre os anos 1960 e 2023), a

fim de explicar como a variável temperatura contribui na formação das ilhas de calor no espaço intraurbano, bem como interfere na qualidade de vida dos habitantes. Para tanto, serão utilizados transectos móveis a fim de fazer a coleta de dados de temperatura e umidade dos pontos amostrais distribuídos pela estrutura urbana, seguindo as recomendações estabelecidas pela OMM (Organização Mundial Meteorológica).

Após a obtenção dos dados provenientes dos transectos, eles serão depositados e organizados na planilha eletrônica para que sejam discriminadas as datas das ocorrências e as variâncias entre as temperaturas mínimas e as temperaturas máximas no período delimitado para o trabalho, o que vai ajudar o pesquisador a comparar as informações com os dados de reanálise de satélites, que poderá ser obtida em um banco de dados diários disponibilizado pelo CAMS (Copernicus Atmospher Monitoring System).

Por sua vez, a terceira e última macro etapa da pesquisa será organizada em dois momentos: i) a construção do cálculo do índice de conforto térmico, baseado nas equações de Thom (1959); Houghton e Yaglou (1923) e Missenard (1937); e ii) a investigação por dados quali-quantitativos acerca da percepção ambiental e climática dos moradores, por meio da aplicação de 384 questionários, amostragem definida por calculadora de tamanho amostral SurveyMonkey® by momentive.

Cumpridas as etapas e concluída a escrita da tese, a perspectiva que se tem com este trabalho é de que possa contribuir no desenvolvimento do planejamento ambiental em Barra dos Coqueiros, visando à aplicação de medidas preventivas e adaptativas para minimizar o desconforto térmico sentido pelos habitantes da cidade. Para tanto, o estudo englobará a dinâmica sistêmica, em seus níveis de interações socioambientais.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Neste trabalho de pesquisa serão utilizadas três vertentes da ciência geográfica para analisar e explicar a problemática. São elas: a do Sistema Clima Urbano (S.C.U.) e a do Sistema Socioambiental Urbano (S.A.U) e a das Zonas Climáticas Locais (ZCLs). Tais vertentes contribuirão no subsídio de diagnósticos e análises aplicáveis ao planejamento e à gestão ambiental, visando a agregar sustentabilidade ao processo de desenvolvimento na produção e na organização da paisagem urbana.

O S.C.U., proposto por Monteiro (1976), será essencial para investigar, mais especificamente, como as variabilidades climáticas ocorrem nas áreas urbanas.

Complementarmente, a identificação das Zonas Climáticas Locais (ZCL), metodologia desenvolvida por Stewart e Oke (2012), possibilita classificar a paisagem mediante a relação de causa e efeito entre a urbanização e os impactos térmicos correspondentes. Baseada na tipologia das construções e da cobertura do solo, é possível setorizar a paisagem urbana em classes que representem um mesmo contexto morfológico e de temperatura da superfície, ou seja, possibilita padronizar e mensurar a forma e a função urbana que possuem potencial em promover alterações climáticas intraurbanas. Enquanto isso, o S.A.U., idealizado por Mendonça (2001), deverá ser empregado como uma alternativa ao planejamento e à gestão das cidades, em especial na tentativa de elaborar e de aplicar medidas adaptativas ou de correção dos problemas para reestabelecer a ordem do sistema e para garantir a qualidade de vida urbana aos habitantes da cidade.

Nesse sentido, as transformações promovidas nas paisagens naturais e culturais da cidade de Barra dos Coqueiros servirão como gatilho para investigar a dinâmica do clima urbano, em seu campo termodinâmico, em especial nos dias atuais, período no qual as inúmeras transformações paisagísticas ocorreram para atender às demandas do mercado imobiliário quanto à valorização do solo urbano e, conseqüentemente, da expansão urbana.

Para que isso seja possível e viável, requer-se analisar tal problemática pelo contexto da adequabilidade entre os componentes geocológicos e os modos de apropriação e de transformação territorial urbana, entendendo a relação da sociedade com o meio em que está inserida, sobretudo relacionando o contexto espacial urbano em Barra dos Coqueiros com a dinâmica urbana de Aracaju.

Como essa pesquisa está em fase de desenvolvimento, haja vista que restam pouco mais de dois anos para o curso de doutorado ser concluído, ainda não se tem resultados analisados, embora já tenham sido aplicados os questionários acerca da percepção da população e tabuladas as respectivas respostas. Quanto à coleta de dados com o uso de transecto móveis, a previsão é de ocorrer até fevereiro de 2024

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a construção da ponte Construtor João Alves, a conexão em Barra dos Coqueiros tornou-se viável por meio das rodovias, o que colaborou para que mudanças provenientes da urbanização afetassem as condições de equilíbrio socioambiental por todo o território citadino.

Essa acelerada urbanização pouco considerou os aspectos ambientais vinculados à expansão urbana, corroborando à existência de uma série de impactos socioambientais decorrentes do uso e da ocupação do solo urbano de maneira inadequada, sendo alguns desses problemas associados à dinâmica que envolve o complexo sistema climático-ambiental, a exemplo do desconforto térmico causado, possivelmente, pelas ilhas de calor, resultado das trocas de matérias e de energia estabelecidas entre as ações antrópicas intervencionistas na paisagem e na atmosfera.

PALAVRAS-CHAVE: clima urbano; zonas climáticas locais; ilhas de calor urbanas; conforto térmico; percepção do clima.

REFERÊNCIAS

AMORIM, M. C. C. T. Ilhas de calor urbana: métodos e técnicas de análise. **Revista Brasileira de Climatologia**. Ano 15. Edição especial – XIII Simpósio Brasileiro de Climatologia Geográfica, 2019, p. 22-46. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/revista-abclima/article/view/65136>. Acesso em 11 jul. 2023.

ARAÚJO, L. F.; AMORIM, M. C. C. T.; DUBREUIL, V.; ARVOR, D. A variação espacial da ilha de calor e sua associação com as características paisagísticas em Sinop/MT. **Revista Brasileira de Climatologia**, v. 31, jul./dez, 2022. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/rbclima/article/view/15470>. Acesso em 16 jul. 2023.

CHEGURY, J. Q. B. M.; JUSTI, A. C. A.; NOGUEIRA, M. C. J. A. Avaliação microclimática, termo higrométrica e das ilhas de calor na cidade de Cuiabá/MT, Brasil. **Revista Brasileira de Climatologia**, v. 30, jan./jun. 2022. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/rbclima/article/view/14683>. Acesso em 21 jul. 2023.

HOUGHTON, F. C.; YAGLOU, C. P. Determining equal comfort lines. **J Am Soc Heat Engrs**, v. 29, p. 165-176, 1923.

LIMA, T. L.; GALVANI, E. Avaliação da ilha de calor urbana na Zona Norte de São Paulo: estudo de caso do bairro Jardim Peri. **Revista Brasileira de Climatologia**, ano 16, v. 26, jan./jun. 2020. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/revistaabclima/article/view/69933/40345>. Acesso em 21 jul. 2023.

MENDONÇA, F. A. Geografia Socioambiental. **Terra Livre**, n. 16, p. 113-133, 2001. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/index.php/terralivre/article/view/352/334>. Acesso em 02 jun. 2023.

MISSENARD, A. **L'Homme et le climat**. Paris: Librairie Istra, 1937.

MONTEIRO, C. A. F. **Teoria e clima urbano**. São Paulo: IGEOG/USP, 1976, 181 p.



STEWART, I. D; OKE, T. R. Zonas climáticas locais para estudos de temperatura urbana. **Boletim da Sociedade Meteorológica Americana**, v. 93, n. 12, págs. 1879-1900, 2012.

THOM, E. C. Discomfort Index. **Weatherwise**, Boston, 12 (1), p. 57-60, 1959.

DESENHO URBANO NA PERSPECTIVA DA SUSTENTABILIDADE DAS PAISAGENS EM ARACAJU/SE¹

Fernanda Monteiro

Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe
fernanda.mto@gmail.com

José Wellington Carvalho Vilar

Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe
wvilar@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

Os processos e consequentes formas que sucedem no espaço geográfico implicam uma pluralidade de paisagens urbanas que apresentam diferentes níveis de degradação no tocante à temática da sustentabilidade ambiental urbana. Diante disto, mostra-se imprescindível o desenvolvimento de pesquisas e discussões teórico-metodológicas referentes à ocupação do solo urbano na perspectiva de intermediar a manutenção e preservação dos ecossistemas urbanos.

Neste sentido, esta pesquisa buscou explorar se o desenho urbano visto como instrumento estruturador de uma boa forma de cidade, tem a perspectiva de influenciar as dinâmicas territoriais e contribuir para a qualidade urbano ambiental, seguindo a perspectiva teórica de diretrizes das cidades caminháveis (walkability cities) (GEHL, 2013; JACOBS, 2009; SPECK, 2017). Para isto, foram selecionadas duas áreas de Aracaju/SE entrecortadas por cursos d'água, sob dois trechos de afluentes do Rio Sergipe, que seriam os Rios Poxim e um subafluente do Rio do Sal, o Riacho Cabral.

Esta preferência de recorte espacial se deu em virtude dos problemas referentes às águas e às tramas urbanas da capital sergipana, a exemplo das enchentes recorrentes nos períodos mais chuvosos, a baixa mobilidade urbana, a falta de integração de modais de deslocamento, os canais de drenagem que se tornaram canais de esgoto in natura notados pelo odor e aspecto das águas, e o baixo índice de arborização e vegetação.

Posto isso, por intermédio do uso das categorias espaço geográfico e paisagem urbana, a pesquisa foi conduzida pelo objetivo geral de analisar o desenho urbano de duas áreas de

¹ Este artigo é resultado da pesquisa desenvolvida no curso de Mestrado do Programa de Pós Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe (PPGEO/UFS) sob orientação do Prof. Dr. José Wellington Carvalho Vilar

Aracaju na perspectiva da sustentabilidade das paisagens e das diretrizes de uma cidade caminhável (walkability cities), e subseqüentes objetivos específicos: (i) mapear o desenho urbano das áreas selecionadas; (ii) conhecer as dinâmicas territoriais das áreas estudadas; (iii) identificar as características socioambientais das áreas de estudo; (iv) sugerir planos de ações na perspectiva de melhoria ambiental em função da sustentabilidade urbana.

Como aporte teórico se dialogou sobre as categorias geográficas utilizadas para análise: espaço geográfico e paisagem urbana (CORREA, 2018; SANTOS, 2020). Sequencialmente, estas categorias se associaram à contextualização da importância e influência do desenho urbano no desenvolvimento das cidades, dirigindo-se para a leitura das dimensões de uma cidade sustentável (LYNCH, 1989; PANERAI et al, 2013). E posteriormente concatenou-se a convergência da forma urbana e a sustentabilidade das paisagens urbanas (MENDONÇA, 2004; RODRIGUEZ et al., 2017), de acordo com os critérios das cidades caminháveis (walkability cities) (GEHL, 2013; JACOBS, 2009; SPECK, 2017).

Já os aspectos metodológicos respaldam-se na Teoria Geral dos Sistemas, de Bertalanffy (2004), sendo este o subsídio teórico-metodológico fundamental para a compreensão das interdependências entre os processos biofísicos e antropogênicos, no intuito de identificar e associar os diagnósticos encontrados às suscetibilidades ambientais e à perspectiva de uma cidade voltada para sustentabilidade com paisagens urbanas em equilíbrio socioambiental.

Portanto, esta pesquisa de teor explicativo, na busca de assimilar os processos e causas relacionados ao fenômeno estudado, o desenho urbano e sua relação com a sustentabilidade das paisagens na perspectiva das cidades caminháveis, prosseguiu com o seguinte percurso metodológico: i) pré-campo e diário de pesquisa para observações e anotações referente às primeiras impressões da área de estudo e conhecimento das dinâmicas territoriais; ii) trabalho de campo com preenchimentos de quadros e mapas para mensurar indicadores da trama urbana ancorado nos parâmetros de cidades caminháveis; iii) registros fotográficos e classificação do estado degradativo da paisagem a partir dos critérios de Rodriguez et al. (2017) para seqüência de análise de degradação dos geossistemas; e iv) uso do sistema SIG para espacialização das tipologias referente ao estado ambiental das paisagens registradas e dos indicadores de caminhabilidade pertinentes.

Diante dos diagnósticos de paisagens urbanas encontrados, os resultados da pesquisa manifestaram a importância do desenho urbano, no contexto da discussão sobre cidades caminháveis, como ferramenta de contribuição no panorama da sustentabilidade, pois

favorecem contra os impactos ambientais no tocante à preservação, conservação e manutenção das paisagens.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa empírica sobre o recorte espacial resultou em uma seção da dissertação e artigo sobre a trajetória do desenho urbano de Aracaju, no intuito de elucidar as diferenciações sócio-espaciais resultantes do seu processo de formação. Com o propósito de desvelar a relação tempo-espaço ou as divergências e convergências descritas por Correa (2018), optou-se por periodizar os processos espaciais no desenvolvimento do desenho urbano de Aracaju, utilizando como guia instrumental a cartografia histórica encontrada em obras de referência sobre a capital sergipana (DINIZ, 1963; RIBEIRO, 1989; VILAR, 2000).

Após a densa leitura cartográfica sobre a trama urbana de Aracaju, elencaram-se quatro períodos tendo como critérios os diferentes momentos da imbricação entre fatores políticos, econômicos e sociais, que colaboraram para os processos de convergência e divergência, fragmentação e dispersão da forma urbana, corroborando com a premissa de que os processos e funções em movimento modificam as estruturas e desvelam-se na forma e arranjo espacial, ou na materialidade das paisagens.

Os períodos foram subdivididos em: A ocupação do sítio original e os registros iniciais do crescimento espacial (1855-1900); Um crescimento urbano lento e as evidências da fragmentação espacial (1900-1964); A intensificação dos processos de fragmentação e segregação (1964-1988); e A continuidade do movimento de dispersão-fragmentação centralização (1988-2021). Através da busca literária e da cartografia histórica já produzida foi possível compreender como Aracaju passa a ser vista como a cidade que, nas palavras de Vilar (2000), já nasce fragmentada.

Entre os períodos de crescimento concentrado, disperso, tentacular e fragmentado, a estruturação urbana de Aracaju segue com o mesmo processo de estruturação do desenho urbano, ainda que se tenha mudanças dos agentes produtores do espaço no decorrer de sua trajetória. Neste sentido, problemáticas como os conflitos ambientais e a baixa mobilidade urbana estão constantemente em pauta quando se discute o planejamento territorial da capital sergipana.

Enquanto isso, a pesquisa de campo mostrou a contribuição do desenho urbano para o planejamento territorial de Aracaju, resultando em uma outra seção concomitante à síntese dos

dados do levantamento de campo das duas áreas de estudo, mediante a espacialização em mapas e registros fotográficos. A primeira área de estudo foi delineada a partir do ponto central localizado sob a ponte do rio Poxim, localizada na Avenida Francisco José da Fonseca (coordenadas UTM: 24 L 709833,00 m E 8787854,00 m S), entre os bairros Inácio Barbosa e São Conrado, e a segunda área de estudo nas imediações do riacho Cabral, apresentando a ponte sob o canal da Avenida Matadouro (coordenadas UTM: 24 L 708487.99 m E 8794205.07 m S) como ponto central para delimitação da área, que conecta os bairros Jardim Centenário, José Conrado de Araújo e Santos Dumont.

Os elementos discutidos fazem parte das etapas metodológicas, no que se refere à mensuração dos indicadores da trama urbana baseado nos índices de caminhabilidade (SPECK, 2017; GEHL, 2013; JACOBS, 2009), que seriam as classes de uso do solo, permeabilidade visual das quadras, materialidade e faixa livre das calçadas, conectividade de transportes e elementos biofísicos. Além disso, outro fator fundamental para análise foi a classificação do estado degradativo das paisagens estudadas (RODRIGUEZ et al., 2017), que considerava: nível 1, sem degradação; nível 2, pouco degradada; nível 3, degradada; e nível 4, muito degradada. Cada nível apresentava uma tipologia de estado de conservação para as seguintes camadas: morfogênese (relevo); processo climabiogênético (clima); os aspectos dos cursos d'água que entrecortam as áreas estudadas; e o avanço da ocupação antrópica com a trama urbana.

A espacialização destes dados, mediante uso do sistema SIG, possibilitou a constatação de que as áreas estudadas possuem diferenciadas tipologias de ocupação urbana e variados índices de qualidade urbano-ambiental, associados aos contextos temporo-espaciais da trama urbana de Aracaju e aos agentes sociais produtores do espaço urbano. Igualmente, esses índices de qualidade urbano-ambiental associam-se também aos índices de caminhabilidade encontrados, constatando que os elementos das cidades caminháveis podem contribuir para a sustentabilidade das paisagens urbanas.

Posteriormente, embasado na síntese espacial apresentada, foi possível apontar diretrizes e planos de ações para os diagnósticos encontrados, utilizando como subsídio a caminhabilidade como instrumento para o planejamento territorial e consequente formação de paisagens urbanas sustentáveis.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os indicadores espacializados selecionados foram considerados relevantes para a análise comparativa, mediante a sobreposição dos mapas com os resultados da espacialização dos dados levantados e da classificação dos estados das paisagens das áreas de estudo conforme descritos acima. Somado aos apontamentos das observações de campo e dos registros fotográficos, a leitura espacial realizada mostrou-se suficiente para o desenvolvimento da pesquisa e, para direcionar planos de ações no desenho urbano de Aracaju, na perspectiva das cidades caminháveis e da sustentabilidade de suas paisagens heterogêneas.

PALAVRAS-CHAVE: Desenho urbano, Caminhabilidade, Paisagem urbana, Sustentabilidade, Dinâmica territorial.

REFERÊNCIAS

- BERTALANFFY, Ludwing von. **Teoria geral dos sistemas: fundamentos, desenvolvimento e aplicações**. 6 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.
- CORRÊA, Roberto Lobato. **Caminhos Paralelos e Entrecruzados**. São Paulo: Editora Unesp, 2018.
- DINIZ, José Alexandre Felizola Diniz. Aracaju: síntese de sua Geografia Urbana. **Tese de Cátedra do Colégio Estadual de Sergipe**, Aracaju, 1963.
- GEHL, J. **Cidades para pessoas**. São Paulo: Perspectiva, 2013.
- JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**. 2 ed. São Paulo: Editora WM/Martins Fontes, 2009.
- LYNCH, Kevin. **A boa forma da cidade**. Lisboa: Edições 70, 1981.
- MENDONÇA, Francisco. S.A.U. – Sistema Socioambiental Urbano: uma abordagem dos problemas socioambientais na cidade. In: **Impactos socioambientais urbanos**. Curitiba: Ed. UFPR, 2004.
- MONTEIRO, Fernanda. **Desenho urbano na perspectiva da sustentabilidade das paisagens em Aracaju/SE**. Dissertação (mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, p. 133. 2022.
- PANERAI, Philippe; CASTEX, Jean; DEPAULE, Jean-Charles. **Formas urbanas: a dissolução da quadra**. Porto Alegre: Bookman, 2013.
- RIBEIRO, N. M. G. **Transformações do espaço urbano: o caso de Aracaju**, Recife: Massangana, 1989.

RODRIGUEZ, José Manuel Mateo; SILVA, Vicente da; CAVALCANTI, Agostinho Paula Brito. **Geocologia das paisagens: uma visão geossistêmica da análise ambiental**. 3ª ed. Fortaleza: Edições UFC, 2017.

SANTOS, Milton. **Espaço e método**. 5ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2020.

SPECK, Jeff. **Cidade caminhável**. São Paulo: Perspectiva, 2017.

VILAR, J. W. C. **La expansión del área de consumo: la vieja e la nueva centralidade intraurbana de Aracaju (Brasil)**. Tese de Doutorado em Geografía, Universidad de Granada, 2000. (Tomo 1 e 2).

CAVERNAS DE SERGIPE: UMA NOVA DELIMITAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO EM ÁREAS DO CARSTE TRADICIONAL

Heleno dos Santos Macedo

Universidade Federal de Sergipe - UFS

helenosamac@gmail.com

Hélio Mário de Araújo

Universidade Federal de Sergipe - UFS

heliomarioaraujo@yahoo.com.br

Luana Pereira Lima

Universidade Federal de Sergipe - UFS

Luana.pl.lua@gmail.com

INTRODUÇÃO

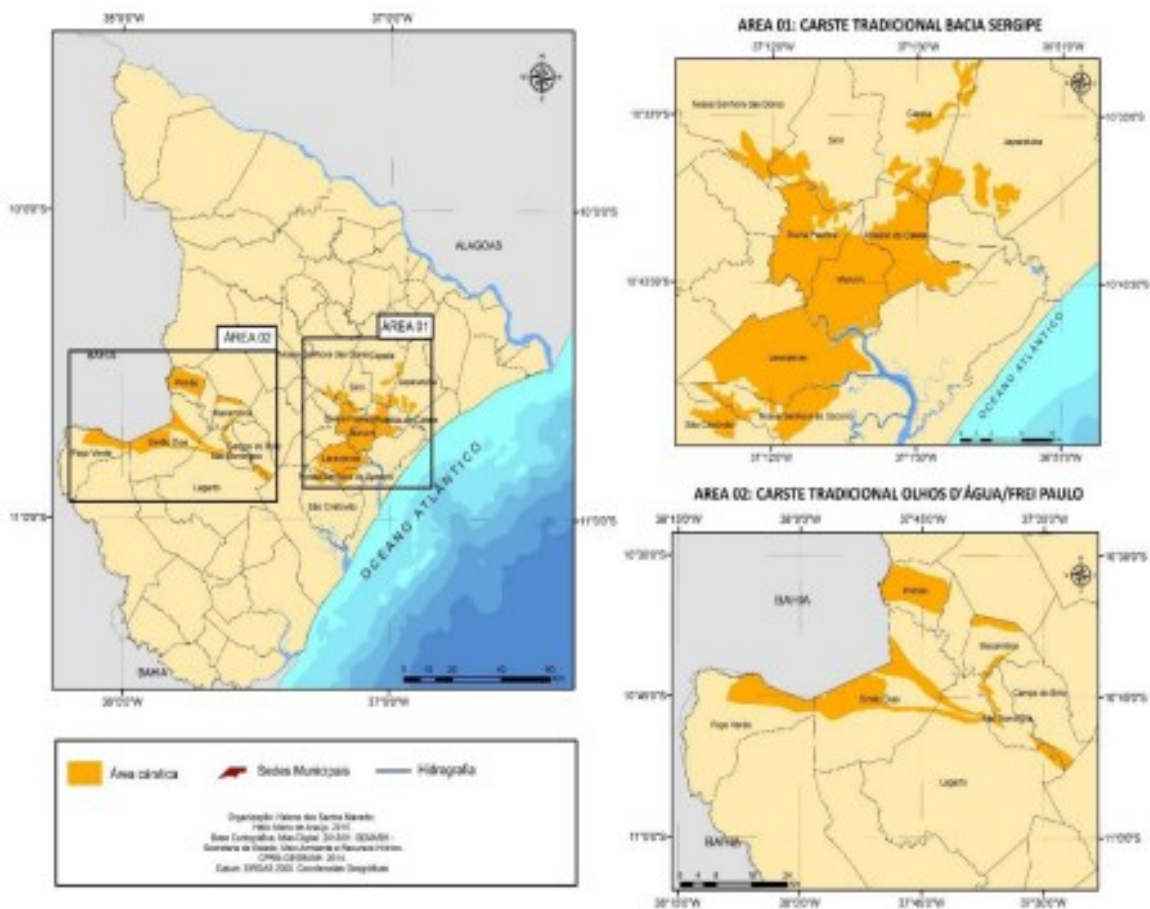
As cavernas, em sua maioria, são frutos das ações e forças que atuam no planeta há milhões de anos, sendo resultado de um lento e delicado processo de desconstrução e consequente reconstrução do meio ambiente. Sua existência, na maioria dos casos, está intimamente ligada a um tipo de terreno que é internacionalmente conhecido como carste.

Em Sergipe, esses processos também ocorreram, porém, devido a fatores climáticos, geológicos e topográficos, o desenvolvimento do carste subterrâneo não se deu semelhante ao de províncias cársticas como as dos Grupos Bambuí e Una, nas quais se encontram as maiores cavernas do Brasil. O primeiro relato sobre feições cársticas em Sergipe remete ao Geólogo americano John C. Branner em 1890 no artigo *The Cretaceous and Tertiary Geology of the Sergipe-Alagoas Basin of Brazil* publicado na revista *American Philosophical Society*. O autor fez uma descrição dos processos evolutivos ocorridos a partir do Cretáceo sobre as faixas dos estados de Sergipe e Alagoas. Nesse artigo o autor faz uma breve descrição da caverna do Urubu, localizada na margem esquerda do Rio Sergipe.

O presente trabalho, aborda aspectos importantes para compreensão da evolução do carste subterrâneo no território sergipano, na perspectiva de contribuir para o planejamento e gestão de um ambiente, até então, desconhecido em sua totalidade e, que dada a sua vulnerabilidade, guarda um precioso patrimônio natural passível de proteção legal. Para além disso, fornece informações sobre eventos ocorridos no Quaternário atuantes na modelação de morfologias especiais como é o relevo cárstico.

No estado de Sergipe, existem duas áreas com feições típicas do carste desenvolvidas em rochas carbonáticas. As áreas compreendem os setores: carste tradicional Bacia Sergipe e carste tradicional Olhos d'Água/Frei Paulo (MACEDO, 2019) – Figura 1.

Figura 1 – Carste tradicional em Sergipe.



Crédito: Heleno dos Santos Macedo, 2019.

A Teoria dos Sistemas e a Teoria dos Sistemas Dinâmicos não-lineares nortearam a construção da pesquisa, contribuindo para a compreensão da organização do espaço geográfico local, que no percurso da investigação requereu análises profundas de forma integrada sobre os diversos elementos da paisagem expressos na superfície cárstica atual. O trabalho de campo mostrou-se eficaz, sendo etapa fundamental para o levantamento de dados primários e elucidação dos fatos, até então, desconhecidos sobre a realidade subterrânea cárstica local e, associado a ele, o levantamento da literatura especializada para suporte teórico-metodológico

de sustentação as bases empíricas, além do levantamento cartográfico para subsidiar na elaboração dos mapas temáticos.

As observações em campo, com visitas a algumas cavernas previamente selecionadas e de melhor acesso ao seu interior, foram realizadas em 44 dias durante sete meses, no período de março a setembro de 2016. No total foram 7.013,5 Km percorridos, correspondendo 124,77 Km a pé. Esse percurso permitiu o registro de 61 novas cavidades do total de 133 distribuídas, atualmente, no carste tradicional Bacia Sergipe e Olhos D'Água/Frei Paulo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os sistemas de cavernas estão presentes nas duas unidades do carste tradicional em Sergipe, isto é, carste Tradicional Bacia Sergipe e Olhos D'Água/Frei Paulo. Nessas duas áreas da paisagem cárstica, existem 133 cavernas, sendo 34 delas localizadas no município de Poço Verde, perfazendo o maior número, seguido pelos municípios de Simão Dias (19), Laranjeiras (17) e Lagarto (13). As demais cavernas se distribuem nos quatorze municípios restantes.

As cavernas do carste tradicional em Sergipe, não possuem desenvolvimento horizontal e vertical expressivos. Apresentam baixa diversidade de espeleotemas, principalmente, pavimentares e, com exceção do maciço caraíba localizado em Poço Verde, não se encontra um sistema de cavernas conectadas, uma vez que, as cavidades evoluíram a partir de processos in loco em seus maciços rochosos. Esse fato resulta da presença de outros tipos de materiais depositados entre os maciços de calcário, ausência de um epicarste desenvolvido, baixo gradiente do relevo e inexistência de uma rede subterrânea de drenagem turbulenta.

Os maciços carbonáticos nos setores cársticos, estão associados a outros tipos de litologias com graus de porosidade e permeabilidade diferentes. No carste da Bacia Sergipe, os carbonatos são cobertos ou estão intercalados por arenitos, siltitos, folhelhos, conglomerados, brechas, argilitos e calcilutitos. A intercalação desses materiais rochosos reduz os processos de carstificação, muitas vezes, impedindo a dissolução do calcário subjacente.

Na área cárstica Olhos D'Água/Frei Paulo, os carbonatos e metacarbonatos estão intercalados com filitos siltosos, metarenitos, metasiltitos micáceos com lentes subordinadas de metargilitos, metagrauvacas, metaconglomerados, metacherts, quartzito e filitos intercalados com metarenitos. Esses materiais rochosos associados aos carbonatos criam verdadeiras barreiras para o processo de dissolução dos carbonatos, dificultando a evolução das feições químicas no endocarste.

Nesse sentido, a incipiência da espeleogênese no carste tradicional em Sergipe, atribui se, entre vários fatores, ao baixo desenvolvimento do epicarste. O manto de alteração, os solos e os sedimentos depositados são fundamentais para o processo de carstificação, pois entram em contato direto com as rochas carbonáticas, influenciando a circulação hídrica interna e a elaboração da morfologia rochosa coberta.

No carste da Bacia Sergipe, a pureza dos carbonatos não contribui para a formação do manto de alteração, uma vez que os grãos minerais são dissolvidos, causando o desaparecimento das estruturas originais. Na área cárstica Olhos D'Água/Frei Paulo, a acumulação de resíduos insolúveis encontrados em quantidades reduzidas nos calcários, retraem o processo de carstificação em algumas cavidades naturais, a exemplo da sílica sob várias formas e dos minerais de argila.

Ainda no que pese ao papel do epicarste para o desenvolvimento das paisagens cársticas sergipanas, percebe-se a pouca espessura das camadas pedológicas sobre os maciços calcários. Segundo afirma Yuan (1991), para o carste tradicional de áreas tropicais, como Sergipe, são necessários entre 250 a 850 mil anos para a produção de 1 metro de espessura de solo. Já Lamouroux (1972), observa que para formação de 30 cm de solo, são necessários 5 metros de rocha dura, contendo 2,2% de resíduo, sendo necessários de 50 a 100 mil anos para a formação dos solos. Seja de uma forma ou de outra, conforme opinam os especialistas, verifica-se que nas áreas cársticas sergipanas, sobretudo, no perímetro semiárido, os solos são pouco espessos, evidenciando que os processos de alteração das rochas em condições climáticas pretéritas e atuais não ocorrem com a mesma intensidade verificada nas principais áreas cársticas do Brasil, representadas pelos Grupos Bambuí e Una que possuem espessas coberturas pedológicas.

A topografia é outro fator que não favoreceu no desenvolvimento das cavidades naturais em Sergipe. As rochas carbonáticas estão em ambientes de baixa altimetria, ou seja, no carste da Bacia Sergipe são aproximadamente 60 metros, e no carste Olhos D'Água/Frei Paulo, estima-se em 200 metros em relação ao nível de base geral. Esse aspecto da altimetria do relevo, implica no papel desempenhado pelo sistema de drenagem subterrânea, que devido ao baixo gradiente topográfico não atua de forma turbulenta nas zonas subcutâneas e, com isso, reduz a aceleração dos processos de dissolução dos carbonatos.

Outro elemento que também caracteriza as cavernas Sergipanas é que, via de regra, possuem teto baixo, devido, não somente, a dimensão dos maciços carbonáticos expostos na

superfície, mas a ausência de uma eficiente ação hidrogeológica pela proximidade da zona vadosa com o nível freático e ausência de porosidade secundária, entre outros aspectos.

As cavernas do carste sergipano podem ser classificadas como epigênicas, geradas pelo fluxo de água a partir de zonas de recarga na superfície, oriundas de águas meteóricas de chuva e/ou de rios superficiais. Em cavernas com essa classificação tipológica, geralmente a água se infiltra no maciço rochoso a partir do exterior. A maneira como essa infiltração ocorre, é muito importante na definição do padrão das galerias. Não há evidências, até o momento, de cavernas hipogênicas no ambiente cárstico sergipano, cuja formação se dá pela ação química de águas ascendentes em profundidades, ou acidificadas no interior do maciço rochoso.

As cavernas do carste tradicional de Sergipe se desenvolvem, preferencialmente, pelas linhas de fratura da rocha. Com raras exceções, encontram-se algumas disseminadas na paisagem cárstica desenvolvidas pelos planos de acamamentos e/ou abatimentos dos materiais do maciço rochoso, devido ao rebaixamento do nível freático e a formação de zonas vadasas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O carste subterrâneo de Sergipe possui relevância para vários ecossistemas, inclusive, o humano. Dentre os serviços providos cita-se o suprimento de água através de nascentes, reservatórios e aquíferos; polinização e controle biológico, provendo abrigos para, respectivamente, espécies-chave visando a reprodução de plantas (caso dos morcegos nectarívoros/polinívoros) e para predadores importantes de insetos, sobretudo, morcegos insetívoros; refúgio de espécies ameaçadas de extinção; recreação e cultura, por seu valor científico, estético, artístico e educacional, proporcionando oportunidades de turismo de natureza e esportes de aventura.

Em Sergipe, as principais ameaças as áreas do carste subterrâneo são em decorrência da exploração pelas fábricas de cimento, além da extração de blocos de calcário utilizados na construção civil de forma ilegal. Portanto, o endocarste sergipano necessita de ações de intervenção para garantir sua dinâmica, mitigar os impactos causados pelo uso e ocupação desordenada, levando-se em consideração a sua fragilidade natural.

PALAVRAS-CHAVE: Carste tradicional; Cavernas; Sergipe.

REFERENCIAS

FORD, D.C.; WILLIAMS, P.W. Karst geomorphology and hidrology. United Kingdom: Wiley, 2007.

MACEDO, H. S. **Ambientes Cársticos em Sergipe**: vulnerabilidade e instrumentos para sua gestão. São Cristóvão, 2019. Tese doutorado (Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Sergipe.

SANTOS, R. A. et. al. **Geologia e Recursos Minerais do Estado de Sergipe**. Brasília: CPRM, 2001.

MORFODINÂMICA DE PRAIAS OCEÂNICAS SETENTRIONAIS NA ILHA DE SANTA LUZIA - BARRA DOS COQUEIROS: UMA ESTRATÉGIA GEOMORFOLÓGICA PARA O GERENCIAMENTO COSTEIRO DO LITORAL

Hélio Mário de Araújo

Universidade Federal de Sergipe - UFS
E-mail: heliomarioaraujo@yahoo.com.br

Myllena Viana de Jesus

Universidade Federal de Sergipe
E-mail: viana.myllena.mv@gmail.com

Rafael da Cruz

Universidade Federal de Sergipe - UFS
E-mail: dacruz.rafael@yahoo.com.br

Acácia Maria Barros Souza

Universidade Federal de Sergipe
E-mail: acaciaravel30@gmail.com

INTRODUÇÃO

A zona costeira é um ambiente de fronteiras sujeitas a contínuas alterações morfológicas modeladas por processos de origem continental e marinho. As praias neste contexto, são depósitos de materiais inconsolidados, retrabalhados por processos em que os agentes de deposição estão associados à atuação das ondas, marés, ventos e correntes litorâneas. A influência conjunta desses agentes oceanográficos, confere a paisagem costeira morfologias e ecossistemas específicos de praias, restingas, dunas, falésias, entre outras.

A praia funciona como zona de amortecimento ao absorver a energia das ondas e, em teoria, deveria ficar livre de ocupações em função de sua variação morfológica. Em Sergipe, 53,2% de sua população ocupa a zona costeira, totalizando 25% de seu território (FONSECA *AT AL.*, 2010). Essa ocupação desordenada nas proximidades da linha de costa contribuiu, na escala do tempo, para a intensificação da erosão costeira em grau de vulnerabilidade física diferenciado, sobretudo nas desembocaduras fluviais.

Neste sentido, o município de Barra dos Coqueiros disfrutando de localização geográfica privilegiada no litoral norte estadual e entre duas desembocaduras fluviais, se constitui em área onde formas indesejáveis de ocupação e conflitos de usos múltiplos são identificadas.

A presente pesquisa, como importante contribuição acadêmica aos estudos erosivos costeiros e morfodinâmicos de praias, fornece bases consistentes para a projeção das respostas do meio físico com a introdução de elementos antrópicos no sistema costeiro, possibilitando a gestão pública do município de Barra dos Coqueiros direcionar o gerenciamento da zona costeira, no que se refere ao uso e ocupação, na perspectiva de estabelecer uma relação equilibrada entre a sociedade e a natureza.

A pesquisa seguiu os princípios da abordagem sistêmica. Na discussão teórico metodológica fundamentou-se o método discutindo a paisagem como categoria de análise e a dinâmica costeira na perspectiva da integração dos fatos.

No percurso metodológico, três etapas distintas foram fundamentais no processo de avaliação da erosão costeira e do posicionamento espacial da linha de costa no intervalo entre 1970 e 2016 (médio e curto prazos), com as devidas atualizações da dinâmica praias até 2023 (curto prazo), como seguem: Levantamento bibliográfico e de documentos cartográficos e outros registros; Trabalho de campo, com registro fotográfico; Trabalho de gabinete, com análise laboratorial.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A erosão costeira é um fenômeno que ocorre em escala global. Diversos motivos podem induzir os ambientes costeiros a uma situação de erosão, considerando que os eventos erosivos são causados por fatores naturais, e ocasionados direta ou indiretamente no litoral pelas interferências humanas.

Barra dos Coqueiros, nesse contexto, demonstra comportamento diferenciado de variação da linha de costa, com avanços e recuos gradativos que permitem a constatação de tendência à estabilidade, à progradação e à erosão diversificando a vulnerabilidade física, sobretudo, nas proximidades das desembocaduras fluviais dos rios Sergipe e Japarutuba, cuja situação de risco se confirma a partir da análise multitemporal dos últimos 63 anos, baseada em períodos mais curtos e em médio prazo.

Na linha do tempo, a dinâmica costeira no município de Barra dos Coqueiros tem se caracterizado por amplos processos de erosão e deposição, influenciados tanto pelos fatores naturais, quanto antrópicos. Na escala média, relativa ao período de 1970 a 2016, nota-se que os efeitos desses fatores imprimiram na paisagem costeira duas ações no balanço sedimentar, sendo uma negativa com registro de maior erosão e outra positiva recuando o mar, sob o efeito da deposição.

Na extensão da costa litorânea, os ambientes estuarinos dos rios Japarutuba e Sergipe experimentaram os maiores avanços e recuos da linha praial impondo novas configurações e posicionamento geográfico. Sob os efeitos da natureza, pela interferência direta dos agentes oceanográficos (ondas, marés e correntes de deriva litorânea), a margem direita do rio Japarutuba, no segmento mais próximo a desembocadura, na direção do oceano, sofreu recuos locais de aproximadamente 50 m (mais próximo a foz) e 30 m no final do contorno, sentido sul da linha praial. Esse déficit no balanço sedimentar negativo, evidencia avanço gradativo do mar sobre o continente.

Em ciclos mais curtos na escala do tempo histórico/geológico com variação entre 6 e 10 anos, a erosão costeira manteve-se em ritmos equilibrados onde o déficit de sedimentos não representou uma ameaça ao sistema costeiro, situação que se verifica, principalmente, no período de 1984/1990 em que o processo de erosão não ocorreu de forma intensificada.

Historicamente a margem esquerda do rio Sergipe nas proximidades de sua desembocadura experimentou processos erosivos severos e deposicionais com variações da linha de costa refletindo a dinâmica costeira local. No trecho final da desembocadura a linha de costa recuou continente a dentro eliminando cerca de 350 m do povoado Atalaia Nova no intervalo 1970/2016, caracterizando nessa margem estuarina balanço sedimentar negativo pela retirada erosiva que impôs bruscas alterações na configuração e posicionamento geográfico da linha praial.

No período de 1970 a 1984, o mar avançou na direção do continente aproximadamente 240 m, esse valor foi ampliado no período de 1970/1990 com recuo expressivo de 281 m da linha de costa, com rebaixamento gradual de 1970/2000 quando o déficit no estoque de sedimentos atingiu 88 m. O recuo mais extensivo e expressivo verificou-se no período 1970/2010 quando o mar avançou 357 m. Nos ciclos temporais mais curtos, o balanço sedimentar manteve comportamento positivo e negativo sob os efeitos de retirada e deposição de sedimentos.

Os eventos erosivos, com avanços sobre o continente em diferentes épocas e variações de intensidades, destruíram bares, restaurantes e residências instalados em suas proximidades. As iminentes ameaças erosivas em tempos mais recentes, nessa margem estuarina, requereram do setor público estadual e municipal a adoção de medidas alternativas de controle e prevenção aos efeitos da erosão com ampliação do molhe estuário adentro, até as proximidades do antigo terminal hidroviário que em 1980, abrigava as embarcações H. Dantas com fluxos diários de

passageiros que faziam a travessia de Aracaju para a praia de Atalaia Nova e vice versa. Atualmente, esse trecho do estuário com as medidas adotadas, apresenta tendência a estabilidade erosiva, conservando, ainda, alto grau de vulnerabilidade física.

O molhe construído no período de 1990/2000, com a finalidade de conter o processo erosivo nas margens do rio Sergipe, favoreceu o estabelecimento de uma ampla área de progradação artificial, com retenção a barlar, de sedimentos transportados pelas correntes de deriva litorânea e outros agentes oceanográficos diretamente atuantes na região estuarina. A linha de costa, com a obra de engenharia, sofreu brusca alteração em sua configuração e posicionamento geográfico, além da interferência causada na dinâmica costeira local.

No comportamento morfodinâmico das praias do Porto, de Jatobá, da Costa e de Atalaia Nova, evidenciou-se relação intrínseca entre as características sedimentológicas e variações na energia de ondas. O perfil praias apresentou variações topográficas de acordo com a sazonalidade, mas, percebeu-se que nas praias, no processo de acumulação não houve influência do impacto de ondas de tempestade na fase de coleta de sedimentos.

Nas estações primavera/verão, os perfis topográficos praias apresentaram aumento de largura da faixa de areia refletindo mudança no comportamento de energia das ondas incidentes no litoral. Ao contrário do que ocorre no outono/inverno, tanto na primavera quanto no verão, as ondas começaram a atingir a costa litorânea do município com baixa energia, perdendo a capacidade erosiva ou de retirada de sedimentos da zona emersa. Nas quatro praias, verificou-se a reposição dos sedimentos na porção emersa, ampliando o estoque sedimentar, caracterizando no sistema costeiro um balanço sedimentar positivo

Nas quatro praias costeiras, verificou-se que na composição da faixa de praia os sedimentos arenosos são bem selecionados, tendo a análise laboratorial das amostras coletadas nas duas campanhas de campo, comprovado predomínio de sedimentos de granulometria fina no estirâncio inferior e muito fina nas porções média e superior, que segundo a escala granulométrica de Wentworth (1992) variam, respectivamente, entre 0,250 mm a 0,125 mm e 0,088 mm a 0,062 mm, havendo maior domínio nos segmentos da linha de costa estabilizados ou em processo de progradação.

Observou-se a curto prazo, o estado das praias a partir das características intrínsecas a elas, na perspectiva de verificar se a linha de costa está passando por processo de erosão, estabilidade ou progradação. Bush et al., (1999) a propósito, ressaltaram a necessidade do uso

de geoindicadores com parâmetros que permitem a delimitação das áreas que apresentam vulnerabilidade à erosão costeira.

No período 2022/2023, abrangendo horas, dias e meses, verificou-se que nos locais estabelecidos para o levantamento topográfico dos perfis, estavam presentes geoindicadores sugestivos de variações na linha de costa evidenciando tendência erosiva, à estabilidade e progradação, refletindo as condições de ondas e marés e variações climáticas sazonais.

Quanto ao nível de ocupação humana nos ambientes de praias monitorados, embora ainda ocorra em grau baixo a moderado, já se mostra preocupante, por serem locais preferenciais como atração turística e de lazer pela população. Na praia do Porto, o nível de ocupação pela especulação imobiliária com a venda de loteamentos tem sido crescente, mesmo havendo um estoque natural no ambiente de pós-praia e grau elevado de conservação. A frente litorânea, por enquanto, não apresenta indícios de ameaças no processo de ocupação. Situação que diverge das praias de Jatobá, da Costa e Atalaia Nova, onde se percebe a ocupação com avanços mais próximos da linha de costa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em diversas escalas temporais, observou-se que a costa litorânea do município vem experimentando avanços e recuos da linha de costa, demonstrando tendência à progradação, à estabilidade e à erosão em graus de exposição e vulnerabilidade física bem diversificados, sendo perceptível a manifestação do fenômeno erosivo severo e em grau moderado nas desembocaduras fluviais e em outros locais específicos gerando déficits no balanço sedimentar.

Os perfis topográficos praias apresentaram aumento de largura da faixa de areia refletindo mudanças no comportamento de energia das ondas incidentes no litoral que por serem de baixa energia no período primavera/verão responderam pela ampliação da porção emersa com a reposição dos sedimentos retirados desse ambiente pelas ondas de altas energias (tempestades) atuantes no outono/inverno.

PALAVRAS-CHAVE: Erosão costeira; Linha de costa; Perfis de praia; Barra dos Coqueiros.

REFERÊNCIAS

BUSH, D. M.; NEAL, W. J.; YOUNG, R. S.; PILKEY, O. H. Utilization of geoindicators for rapid assessment of costal-hazard risk and mitigation. **Ocean & Coastal Management** **42**. P. 647-670, 1999.

FONSECA, V.; VILAR, J. W. C.; SANTOS, M. A. N. Reestruturação territorial do litoral de Sergipe. In: VILAR, J. W. C.; ARAÚJO, H. M. de (Orgs.). **Território, Meio Ambiente e Turismo no Litoral Sergipano**. São Cristóvão: Editora UFS, 2010.

WENTHWORTH, W. C. Grade and class terms for clastic sediments. **Journal Geology**. V. 30, p. 372-377, 1992.

AGRADECIMENTOS

Ao apoio financeiro do CNPq que possibilitou o desenvolvimento da pesquisa no âmbito da Iniciação Científica – PIBIC, na parceria com a Universidade Federal de Sergipe – UFS/COPES/POSGRAP.

REFLEXÕES SOBRE O CLIMA URBANO E A PRODUÇÃO DO ESPAÇO NA CIDADE DE ARACAJU

João Luiz Santana Brazil
Universidade Federal de Sergipe
joao.s.brazil@gmail.com

INTRODUÇÃO

O processo de urbanização do Brasil, que se acelerou intensamente a partir da década de 1970, não foi acompanhado de políticas de desenvolvimento urbano que se preocupassem em prover moradia para toda a população. Sem condições de adquirir no mercado legal uma residência, a parcela da população mais pobre ocupou aqueles terrenos menos valorizados em função de restrições à ocupação legal, seja devido à situação de risco potencial, seja devido à necessidade de preservação ambiental.

Como a produção do espaço urbano segue a lógica da reprodução capitalista, portanto gerador de espaços segregados e fragmentados, longe de se produzir um sistema que respeite e se adapte às condições ambientais, é de se esperar que esta contradição resulte em impactos altamente sensíveis aos diversos grupos sociais que habitam a cidade, também de forma desigual, tornando as desigualdades sociais, ainda mais agudas.

Neste contexto, esse artigo tem como objetivo trazer uma breve discussão sobre o clima urbano como produto do processo de produção do espaço urbano, tendo como estudo de caso a cidade de Aracaju/SE. Para alcançar o principal objetivo foram desenvolvidos os seguintes objetivos específicos: (I) Refletir sobre o conceito do Sistema Clima Urbano e a produção do espaço urbano no viés da geografia do clima; (II) Analisar a produção do espaço urbano na cidade de Aracaju/SE a partir do clima urbano.

Para o desenvolvimento do trabalho houve a realização da coleta e a seleção da bibliografia científica pertinente à temática do clima urbano e produção do espaço urbano, com ênfase nas produções que tratam dos eventos pluviais extremos em Aracaju, na região Nordeste, bem como em outras áreas que vivenciam problemática semelhante.

O artigo está baseado no escopo teórico-metodológico do Sistema Clima Urbano – SCU (MONTEIRO, 1976), além disso, combina o SCU à abordagem socioambiental urbana da geografia do Clima (SANT’ANNA NETO, 2001).

Conforme Sant’anna Neto (2011), o equilíbrio entre o sistema urbano e o sistema climático é precário, então quanto maior o desequilíbrio entre estes sistemas, maior a

vulnerabilidade urbana, principalmente nas cidades da periferia do mundo desenvolvido, como é o caso das cidades tropicais brasileiras. Se a cidade é o habitat da modernidade, se os sistemas urbanos são altamente complexos e desiguais e, se a atmosfera urbana é o produto da interação entre as variáveis do clima e as intervenções socioeconômicas, então os diversos grupos sociais não experimentam nem se relacionam com o tempo e o clima urbano da mesma forma. Espaços desiguais potencializam os efeitos do clima, que se manifestam, também, de forma desigual. Nesta perspectiva, tem-se que admitir que o clima urbano pode ser interpretado como uma construção social.

Nesse contexto, com a ampliação da urbanização o desafio das cidades médias no processo de urbanização e reorganização do espaço passa a ser fundamental, a cidade Aracaju não fugirá desta modelação já que nas últimas décadas ela passa de uma mera e simples cidade representativa a uma cidade média. Portanto, ela também passará a ter os mesmos problemas das cidades grandes na sua estruturação, isto é, os mais diversos obstáculos que irão provocar as alterações ou mudanças do clima urbano aracajuano

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O clima urbano deve ser entendido em conjunto com a produção do espaço urbano da cidade de Aracaju que foi construída sob a égide do modo de produção capitalista, de forma desigual e contraditória, que demarca o uso diferenciado da cidade que gera problemas de origem climática, também, desiguais. A entrada de um sistema atmosférico, se especializa de maneira mais ou menos uniforme num determinado espaço, em escala local. Entretanto, em termos socioeconômicos, este sistema produzirá diferentes efeitos em função da capacidade (ou possibilidade) que os diversos grupos sociais têm para defenderem-se de suas ações (SANT'ANNA NETO, 2011).

O clima urbano no contexto da produção do espaço urbano da cidade de Aracaju

A cidade de Aracaju localiza-se na porção oriental do Estado de Sergipe apresenta um a três meses secos, entre dezembro e fevereiro, corresponde a área na qual a precipitação é bem distribuída durante o ano e onde se registram os maiores totais. A precipitação concentra-se nos meses de abril até agosto, especialmente outono-inverno resultante da propagação da Zona de convergência do Atlântico Sul e das Correntes perturbadas de Leste, que asseguram boa distribuição durante o ano (SANTOS, 2012).

Aracaju foi fundada sobre uma duna que margeava o estuário do rio Sergipe e a partir do seu crescimento urbano acelerado passou a ocupar os tabuleiros formando outros bairros, entre eles o América e 18 do Forte, ocupados atualmente por população de poder aquisitivo mais baixo.

Na década de 60, devido à forte influência da instituição da Política Nacional de Habitação, em 1964, criou-se a chamada Companhia de Habitação – COHAB - que, por meio de financiamentos do Banco Nacional da Habitação – BNH - passou a construir conjuntos habitacionais, quase sempre distantes da malha consolidada, gerando vazios que foram sendo valorizados e posteriormente ocupados. A construção de tais conjuntos bem como a forma como estes foram distribuídos, atraíram uma proliferação de assentamentos precários em seu entorno, de modo a pressionar o poder público para a obtenção de moradia (PMA/SEPLOG, 2014).

Dessa forma, o aumento da população urbana de Aracaju também se relaciona com o conjunto de ações promovidas pela COHAB/SE, responsável pela construção dos conjuntos habitacionais para as populações de baixa renda, que inicialmente começa em 1968 com pequenos conjuntos unifamiliares atrelado ao sistema financeiro da habitação e tem sua ampliação do número de construções visando resolver o crescente déficit habitacional a partir de 1979, quando se inicia a fase de construção dos grandes conjuntos habitacionais, fato que marca o período de pré – metropolização de Aracaju.

Percebeu-se que Aracaju havia avançado pelos mangues da 13 de julho e o atual bairro jardins através das várias edificações com tipologia vertical em torno de um centro comercial pontual, mais conhecido como Shopping Jardins. A cidade estava assumindo neste momento um caráter configurativo de verticalização de suas atividades residenciais.

Nesta visão, a cidade agora se transformou sensivelmente e irá assumir um caráter de maior adensamento populacional através de tipologias de condomínios verticais com as mais variadas escalas e pavimentos. A partir de 2000, percebe-se claramente uma “outra Aracaju” edificada e transformada pela tipologia habitacional empregada nesta época.

A crescente verticalização que tem ocorrido nos últimos anos em Aracaju principalmente nas áreas litorâneas da cidade tem criado certa barreira na ventilação natural. Essas barreiras na ventilação natural ou em circulação térmica forçada nestas áreas passa a ser mais uma realidade que tem vindo a contribuir para uma possível mudança no microclima local da cidade. Assim este tipo de circulação pode gerar a formação de ilha de calor, como uma das

consequências prováveis da circulação térmica forçada com a utilização do solo e formações de paredões (a verticalização da cidade) (PIRES, 2012).

Outra questão significativa e expressiva são os avanços de adensamentos nas regiões periféricas e menos favorecidas pela infraestrutura urbana. Em 2014 a cidade informal cresce conjuntamente com a cidade formal gerando sérios problemas ambientais e apropriação de zonas não condizentes para utilização do solo. A região da zona norte irá crescer paralelamente aos avanços gerados pelo mercado imobiliário, mas de uma forma desordenada e consequente da informalidade ocasionada pela demanda de moradia pela população mais carente de condições econômicas. Estes fatores desencadearam um espalhamento da cidade tanto na fração norte, quanto na fração sul. Se por um lado a cidade informal cresce ao norte, os recentes loteamentos avançam ao sul através de seus condomínios com os mais variados pavimentos e conjuntos de residências unifamiliares.

A situação contemporânea de Aracaju pode ser evidenciada nas distintas cidades existentes e sua fragmentação consequente. A periferia urbana possui características distintas, os terrenos têm um aproveitamento máximo, em geral, as casas são grudadas umas nas outras, as ruas não são arborizadas, existem poucos espaços livres, muitas áreas concretadas e, hoje em dia, asfaltadas, isso cria condições microclimáticas diferentes dos bairros de classe média e alto padrão que são o contraponto dos bairros periféricos. Os bairros de classe média e alto padrão possuem grandes áreas verdes, muitas vezes os quintais são equivalentes ou superiores às praças públicas dos bairros periféricos, as ruas costumam ser arborizadas, as casas não são coladas umas nas outras (REIS e GALVANI, 2017).

A cidade de Aracaju expandiu-se em decorrência de aterros de lagoas, mangue, desmonte de morros e dunas, resultando, ao longo de sua evolução histórica, em elevado processo de degradação ambiental. O impacto das inundações é um exemplo de um processo excludente da ocupação do território, onde estes espaços frágeis foram destinados às populações socialmente vulneráveis, sendo crescente a quantidade de indivíduos atingidos por estes fenômenos.

Nesse contexto, as formas urbanas oriundas do crescimento das cidades podem influenciar no clima local, ou seja, as mudanças que ocorrem na estrutura urbana em Aracaju, tem comprometido as condições do microclima, isto porque constatou-se que aqui como outras cidades médias já apresentam características e indícios semelhantes na condições físicas e

estrutura organizacional que provocaram focos de ilha de calor e risco de inundações como consequência da produção do clima urbano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As diversas formas de produção do espaço geográfico exercem forte pressão sobre o espaço natural, sendo realizadas, na maioria das vezes, sem considerar a vulnerabilidade das populações e do próprio ambiente. Neste sentido, os núcleos urbanos próximos às bacias hidrográficas acrescentam inúmeros problemas e conflitos ambientais, repercutindo negativamente no bem-estar e na qualidade de vida das pessoas que lá residem, bem como no equilíbrio ambiental.

A pesquisa demonstrou que podemos entender o clima urbano também como uma construção social, partindo do pressuposto de que o processo de produção desigual do espaço urbano transforma a paisagem, dando novas feições, que têm reflexos diretos nos microclimas da cidade.

Deste modo, o clima urbano será diferente, as condições microclimáticas dos bairros periféricos da zona Norte, com população predominantemente, são distintas das condições dos Jardins, bairro de alto padrão, da cidade de Aracaju, logo, os efeitos adversos do clima afetam de forma desigual a população mais “pobre”.

PALAVRAS-CHAVE: Geografia do Clima; Desenvolvimento Socioespacial; Microclima; Segregação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

MONTEIRO, C. A. F. M. **Teoria e clima urbano**. São Paulo: Instituto de Geografia. Universidade de São Paulo, 1976 (Série Teses e Monografias nº 25).

PIRES, D. A. da C. **Clima urbano**: Uma análise das alterações provocadas pela verticalização e modelação urbana na cidade de Aracaju-SE, 2012.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACAJU/ SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO ORÇAMENTO E GESTÃO. **Plano diretor de desenvolvimento urbano de Aracaju**, 2014.

REIS, F. R; GALVANI, E. **O Clima Urbano como construção social no contexto da produção do espaço urbano periférico da zona leste de São Paulo**. In: Revista Entre-Lugar, Universidade Federal de Grande Dourados, MS, v. 8, n.16, 2017.

SANT'ANNA NETO, J. L. **O clima urbano como construção social:** Da variabilidade polissêmica das cidades enfermas ao sofisma utópico das cidades saudáveis. Revista Brasileira de Climatologia/Associação Brasileira de Climatologia, Curitiba/PR: ABCLima, ANO 7, n.8, p.45-60, jan/jun/2011.

SANT'ANNANETO, J. L. **Por uma Geografia do Clima:** antecedentes histórico, paradigmas contemporâneos e uma nova razão para um novo conhecimento. In: Terra Livre, São Paulo, n.20–p.49-62. 2º semestre, 2001.

SANTOS, A. **Riscos geomorfológicos e hidrológicos em Aracaju.** Dissertação de mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Federal de Sergipe, 2012. São Cristóvão.

PIONEIRISMO E RENOVAÇÃO NA GEOGRAFIA DE JOSÉ ALEXANDRE FELIZOLA DINIZ

José Wellington Carvalho Vilar
Instituto Federal de Sergipe - IFS
wvilar@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

A discussão sobre a contribuição de intelectuais para o pensamento geográfico é sempre uma tarefa muito difícil. E quando se trata de nossos professores essa tarefa se agiganta e convida a um certo “afastamento” e “isenção” para evitar ao máximo que o encantamento ou o desencanto e os agradecimentos pela nossa formação possam influenciar na análise. Na verdade, trata-se de uma missão impossível, porque a neutralidade não existe.

O professor José Alexandre Felizola Diniz (JAFD) é um desses intelectuais nordestinos que muito contribuíram para a geografia brasileira em variados campos, sobretudo nos temas da organização e dinâmica do espaço rural, agricultura, áreas de influência de cidades e campesinato. De maneira geral, seus interesses temáticos envolvem tanto a geografia da agricultura e o mundo rural como os chamados estudos urbanos-regionais.

A sua ausência em alguns trabalhos recentes sobre a História do Pensamento Geográfico no Brasil (MOREIRA, 2010; MACHADO; MARTIN, 2014, 2020, 2021) instigou a elaboração do presente texto que, embora se configure como a primeira incursão de um trabalho de revisão crítica de maior fôlego sobre a obra geográfica do professor José Alexandre Felizola Diniz, pretende discutir as contribuições do referido geógrafo para a renovação da geografia brasileira. Indicações de pioneirismo, inovação e aportes ao movimento de renovação revelam a necessidade do resgate dessas obras que marcaram a geografia brasileira em geral e a sergipana em particular.

Em termos metodológicos foram elencados até agora os livros e as teses publicadas pelo professor JAFD e os trabalhos de pós-graduação por ele orientados. Em outro momento, pretende-se avançar para o resgate e a discussão no âmbito de artigos em periódicos e em anais de eventos, como é o caso do Encontro Nacional de Geografia Agrária (ENGA) e do Encontro Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia (ENANPEGE), dos quais o professor foi um dos idealizadores e organizadores das primeiras edições.

Na terceira fase, será feita uma análise das obras selecionadas na perspectiva de encontrar indicadores de inovação, pioneirismo analítico, além da fundamentação teórica,

estratégias metodológicas e alinhamento epistemológico. Na fase de número quatro serão feitas entrevistas com roteiro pré-definido com o professor, seus pares e alguns ex-orientandos. Por último, espera-se publicar um artigo em periódico especializado e um livro com os resultados do trabalho.

ATUAÇÃO ACADÊMICA NA GEOGRAFIA E OS PRIMEIROS TRABALHOS PARA O PLANEJAMENTO

JAFD nasceu em Aracaju/SE em 1941, completou seus estudos de graduação em Geografia e História no ano de 1963, na antiga Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe, carinhosamente chamada de FAFI, uma das células originárias da atual Universidade Federal de Sergipe (UFS). Seu doutorado, realizado na então Faculdade de Filosofia de Rio Claro-SP, atual UNESP (Universidade Estadual Paulista) Rio Claro, foi concluído em 1968, e complementado pela Tese de Livre Docência, defendida em 1971, na mesma universidade.

Trabalhou em algumas universidades públicas brasileiras, a exemplo da UNESP de Rio Claro (1965-1972), da UNB (Universidade de Brasília) e da Universidade Federal de Sergipe (UFS), sempre lecionando na área de geografia. Em 1975 retornou a Aracaju para assumir o cargo de professor do Departamento de Geografia da UFS, momento que inicia uma série de trabalhos resultados de convênios com a SUDENE (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste) e o CONDESE (Conselho de Desenvolvimento Econômico de Sergipe).

Destes trabalhos merece um destaque a coordenação do estudo Organização Espacial do Estado de Sergipe (1976) e do Atlas de Sergipe (1979), pesquisas consideradas inovadoras e inéditas na escala estadual e com repercussões nos documentos de ordenamento territorial. São dois trabalhos voltados para o planejamento regional com ampla aceitação na comunidade técnica e acadêmica, referências até nos dias de hoje. No primeiro caso, tem-se um estudo de Geografia de Sergipe para propor uma regionalização nos moldes do alinhamento para ações estratégicas que evidenciam a força da geografia nesse setor. No caso do Atlas de Sergipe, a experiência foi mais exitosa ainda e seguiu a linha dos atlas realizados em vários estados brasileiros, mas com melhor qualidade visual e maior acurácia cartográfica na espacialização de fenômenos naturais, econômicos, sociais, demográficos, culturais e políticos (DINIZ, 2017).

CONTRIBUIÇÕES TÉCNICO-CIENTÍFICAS

O pioneirismo do professor JAFD na pós-graduação em Sergipe é inegável e aqui cabe ressaltar os primeiros cursos de Especialização, Mestrado e Doutorado no âmbito da UFS, nos quais, além de coordenar e ministrar aulas, também orientou uma série de trabalhos técnicos e de pesquisa acadêmica (Quadro 1).

Quadro 1: Trabalhos de Pós-graduação orientados por José Alexandre Felizola Diniz*

| Nº | Autor | Título | Ano de defesa | Instituição de defesa |
|---|---------------------------------|---|---------------|-----------------------|
| Monografia de Especialização em Geografia Aplicada ao Planejamento | | | | |
| 1 | Lilian Corrêa Machado | Organização Urbana em Espaços Subdesenvolvidos – A região de Aracaju I | 1978 | UFS |
| 2 | Ana Virgínia Costa de Menezes | Organização do espaço periférico de Aracaju | 1978 | UFS |
| 3 | Cibele de Oliveira. Correa | O centro intra-urbano de Aracaju | 1978 | UFS |
| 4 | Edvaldo Santos Rocha Teles | A primazia de Aracaju | 1978 | UFS |
| Monografia de Especialização em Planejamento do Uso do Solo | | | | |
| 1 | Vera Lúcia Alves França | Evolução do Uso do Solo do Bairro Siqueira Campos | 1983 | UFS |
| 2 | A. G. C. Dória | O Transporte e a Organização Espacial | 1983 | UFS |
| 3 | Adrielson C de Carvalho | Importância dos Loteamentos no Crescimento de Aracaju | 1983 | UFS |
| Dissertações de Mestrado em Geografia | | | | |
| 1 | Agamenon Guimarães Oliveira | Uma experiência de colonização na Cotinguiba sergipana: as fazendas comunitárias PRHOCASIANAS | 1984 | UFPE |
| 2 | Neuza Maria Góis Ribeiro | Transformações recentes do espaço urbano de Aracaju | 1984 | UFPE |
| 3 | Vera Lúcia Alves França | A cultura do coco-da-baía as transformações no Litoral sergipano | 1988 | UFS |
| 4 | Lilian de Lins Wanderley | Mudanças na utilização da terra: modernização da citricultura sergipana | 1988 | UFS |
| 5 | Maria das Graças do Lago Borges | Análise espaço-temporal da orientação da agricultura do Rio Grande do Norte | 1990 | UFS |
| 6 | Juraci Regina Pacheco Nunes | Modernização da agricultura, pecuarização e mudança: o caso do Alto Purus- Acre | 1991 | UFS |
| 7 | José Wellington Carvalho Vilar | O papel da pecuarização no processo de produção do espaço agrário sergipano | 1991 | UFS |
| 8 | Hélio Mário de Araújo | Da agricultura de subsistência: trabalho familiar de pequenos produtores rurais na Zona Canavieira Sergipana | 1991 | UFS |
| 9 | Ideni Terezinha Antonello | O camponês sergipano | 1994 | UFS |
| 10 | Lourival Santana Santos | Terra da miséria: a desigualdade camponesa em Capela | 1994 | UFS |
| 11 | Rosemeri Santos de Mello | Terra, trabalho e vida: o trabalho externo fabril como estratégia de permanência do campesinato em Itaporanga d'Ajuda | 1995 | UFS |
| 12 | Neilson Santos Menezes | O futuro camponês | 1996 | UFS |
| 13 | Jana Maruska Buuda da Matta | Laranja: da estratégia à aspiração camponesa | 1996 | UFS |

| | | | | |
|--|----------------------------------|--|------|-------|
| 14 | Maria Cleonice Barbosa Braga | A influência dos imigrantes sulistas nos novos rumos da agricultura | 1997 | UFS |
| 15 | Miguel Heimar Souto | Caminhos e descaminhos da atividade leiteira no Noroeste de Sergipe | 1998 | UFS |
| 16 | Saumínio da Silva Nascimento | A funcionalidade do mercado de terras agrícolas em Sergipe: uma estratégia de reprodução camponesa | 1999 | |
| 17 | Gleideneides Teles dos Santos | A agricultura familiar tradicional em Sergipe | 1999 | |
| Teses de Doutorado em Geografia | | | | |
| 1 | Lúcia Helena de Oliveira Gerardi | Contribuição ao estudo sistêmico da atividade agrícola: o caso da Alta Paulista | 1973 | UNESP |
| 2 | Ideni Terezinha Antonello | A Metamorfose do Trabalho e a Mutação do Campesinato | 1990 | UNESP |
| 3 | Ana Virgínia Costa de Menezes | Estado e Organiza o do Espaço Semi- rido Sergipano: O Projeto Sertanejo | 1990 | UNESP |

Fonte: FRANÇA, V. L. A.; CONCEIÇÃO, A. L. NPGEO -25 anos de contribui o   Geografia. São Cristóvão: EDUFS, 2008. Currículo lattes do professor José Alexandre Felizola Diniz: <http://lattes.cnpq.br/2169148979339205> atualizado em 06/03/2007. Acesso em: 30/10/2023.

* Levantamento preliminar.

Além das atividades na pós-gradua o, JAFD publicou uma série de estudos de fôlego em forma de livros e teses, principalmente sobre a realidade agrária do Nordeste, sobre as áreas de influência das cidades no litoral e no sertão e a pequena produ o em Sergipe (Quadro 2).

Quadro 2: Livros e teses publicadas pelo professor José Alexandre Felizola Diniz*

| N  | Título | Natureza | Tipo | Ano |
|----|--|------------------------|--------------|-------|
| 1 | Aracaju, síntese de sua Geografia Urbana | Tese de Cátedra | Autor | 1963. |
| 2 | Organiza o Agrária do Município de Araras | Tese de Doutorado | Autor- | 1968 |
| 3 | Aplica o da Análise Fatorial na Elabora o de uma Tipologia Agrícola na Depressão Periférica Paulista | Tese de Livre Docência | Autor | 1970 |
| 4 | Organiza o Espacial do Estado de Sergipe | Livro | Coordenador- | 1976 |
| 5 | Tipos de Agricultura em Sergipe | Livro | Autor | 1978 |
| 6 | Atlas de Sergipe | Livro | Coordenador | 1979 |
| 7 |  reas Agrícolas Subcosteiras do Nordeste Meridional | Livro | Autor | 1981 |
| 8 | A  rea Centro-ocidental do 3Nordeste | Livro | Autor | 1982 |
| 9 | A região Cacaueira da Bahia | Livro | Coordenador | 1983 |
| 10 | Geografia da Agricultura | Livro | Autor | 1984 |
| 11 | O subsistema Urbano-regional de Aracaju | Livro | Autor | 1987 |
| 12 | O subsistema Urbano-regional de Teresina | Livro | Autor | 1987 |
| 13 | O subsistema Urbano-regional de Crato-Juazeiro do Norte | Livro | Autor | 1989 |
| 14 | A Condi o Camponesa em Sergipe | Livro | Autor | 1996 |
| 15 | Agricultura e Pequena Produ o em Sergipe | Livro | Autor | 1997 |
| 16 | Capítulos de Geografia do Nordeste | Livro | Organizador | 1998 |
| 17 | Organiza o e Dinâmica do Espaço Agrário e Regional | Livro | Organizador | 2003 |

Fonte: <<https://pergamum.bibliotecas.ufs.br/?q=Jos%C3%A9%20Alexandre%20Felizola%20Diniz&for=LIVRE>>. Acesso em: 31/10/2023.

Currículo lattes do professor José Alexandre Felizola Diniz: <http://lattes.cnpq.br/2169148979339205> atualizado em 06/03/2007. Acesso em: 30/10/2023.

* Levantamento preliminar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As contribuições do professor JAFD são imensas e ultrapassam o campo da geografia, pois envolveram a perspectiva interdisciplinar de estudo e a arqueologia. É crucial avançar na avaliação sobre a obra, a vida e os aportes pioneiros e inovadores para a geografia nacional. Por último, vale ressaltar que a geografia brasileira já amadureceu o suficiente para avaliar em condições sólidas a chamada geografia quantitativa e seus expoentes.

PALAVRAS-CHAVE: Geografia; José Alexandre Felizola Diniz.

REFERÊNCIAS

CONCEIÇÃO, A. L.; FRANÇA, V. L. **NPGeo 25 anos de contribuição à Geografia:** catálogo de Dissertações e Teses (1988-2008). São Cristóvão: EDUFS, 2008.

DINIZ, J. A. F. 30 anos de Pós-graduação em Geografia na Universidade Federal de Sergipe (1983 - 2013): nos caminhos da memória. **Revista GeoNordeste**. São Cristóvão. Ano XXVIII, n. 2, p. 247-272, Jul./Dez. de 2017. Disponível em: <<https://periodicos.ufs.br/geonordeste/article/view/7245/pdf>>. Acesso em: 07/11/2023

FRANÇA, V. L. A. A saga do PPGeo: breve relato como contribuição à memória da Pós-graduação em Geografia da UFS. **Revista GeoNordeste**. São Cristóvão. Ano XXIX. N. 2, Jul./Dez. 2018. p. 277-285. Disponível em: <<https://seer.ufs.br/index.php/geonordeste/article/view/10591>>. Acesso em: 26/10/2023.

MACHADO, M. S.; MARTIN, A. R. (Orgs.). **Dicionário dos geógrafos brasileiros**. Vol. 1, 2 e 3. Rio de Janeiro: 7letras, 2014/2021/2021.

MOREIRA, R. **O pensamento geográfico brasileiro:** as matrizes brasileiras. São Paulo: Contexto, 2010.

VILAR, J. W. C. et al. (Orgs.). **70 anos da geografia sergipana (1951 – 2021):** nos caminhos da memória. Aracaju. Editora Criação, 2021.

ANÁLISE HIPSOMÉTRICA E MORFOESTRUTURAL DO DOMÍNIO VAZA-BARRIS, SERGIPE

Luana Pereira Lima

Universidade Federal de Sergipe - UFS

E-mail: luana.pl.lua@gmail.com

Hélio Mário de Araújo

Universidade Federal de Sergipe - UFS

E-mail: heliomarioaraujo@yahoo.com.br

Heleno dos Santos Macedo

Universidade Federal de Sergipe - UFS

E-mail: helenosamac@gmail.com

INTRODUÇÃO

Parâmetros morfométricos e morfoestruturais são essenciais para o entendimento da paisagem geomorfológica, sua evolução e dinâmica, pois fornecem o reconhecimento de elementos geomórficos típicos de traços tectônicos que interferem no desenvolvimento da drenagem e afetam os ciclos erosivos, especialmente em áreas que passaram por processos erosivos e tectônicos bem marcados.

As morfoestruturas refletem as formas de relevo desenvolvidas sob controle da estrutura geológica subjacente, que se processa sob controle tectônico passivo, ou seja, não estão necessariamente relacionadas à tectônica ativa (ARAÚJO et al., 2003).

Segundo Mattos et al. (1982), a morfoestrutura é uma estrutura afetada, identificada a partir da análise de informações de relevo e drenagem, caracterizada por zonas anômalas dentro de um padrão geral de distribuição dos elementos de relevo e drenagem. Os canais fluviais são de grande importância para as análises tectônicas, por serem elementos sensíveis a modificações crustais, respondendo aos processos deformativos (ARAÚJO et al., 2003; AMARAL, 2018).

Os estudos relacionados com as drenagens fluviais podem levar à compreensão e à elucidação de numerosas questões geomorfológicas, pois os cursos de água constituem processo morfogenético dos mais ativos na esculturação da paisagem. A drenagem é um dos elementos mais sensíveis a modificações do relevo, sobretudo àquelas relacionadas a manifestações tectônicas e/ou mudanças climáticas que reflete em sua resposta

morfológica/morfométrica e no ajuste a um estágio de quase-equilíbrio (CHRISTOFOLETTI, 1980; SANTOS; LADEIRA; BATEZELLI, 2019).

A ação do clima e da tectônica implica formação e modificação de feições geomorfológicas através de diversos mecanismos que rescindem em assinaturas geomórficas resultantes do trabalho dos rios e podem representar importantes indicadores diagnósticos da origem e natureza dos processos atuantes na formação e evolução de ambientes, modernos e do passado, em domínios de interior continental (SANTOS; LADEIRA; BATEZELLI, 2019).

O Domínio Vaza-Barris é uma unidade geotectônica inserida na Faixa de Dobramentos Sergipana e abrange os estados de Sergipe e Bahia, sendo considerada na pesquisa a área de maior abrangência dessa unidade, situada no estado de Sergipe, Nordeste do Brasil.

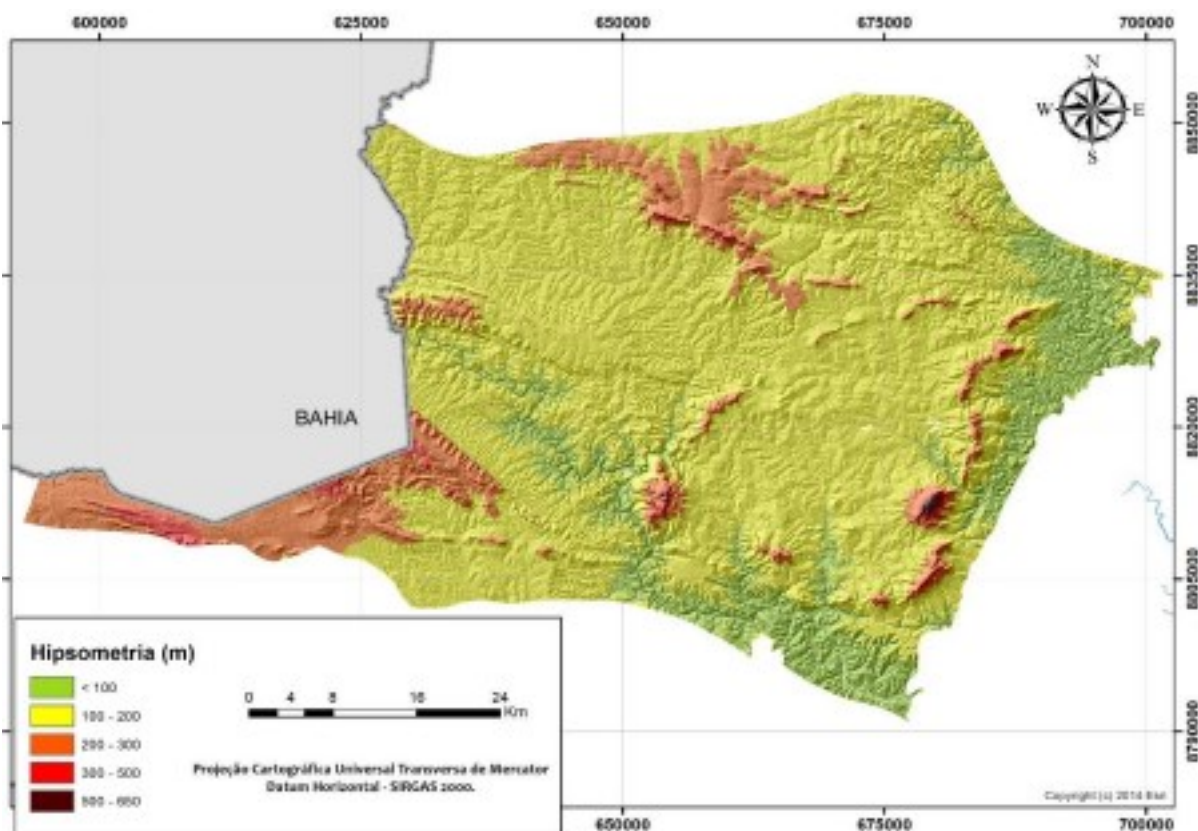
A pesquisa visou analisar os índices morfométricos de hipsometria e morfoestrutura aplicados nas áreas das quatro bacias hidrográficas inseridas no Domínio, avaliando quantitativamente o comportamento da drenagem no processo evolutivo da paisagem morfológica e o controle litológico/estrutural na definição e arranjo espacial da drenagem.

Para a análise morfométrica de hipsometria e morfoestrutura da área do Domínio Vaza Barris utilizou-se os seguintes parâmetros: hipsometria, curva e integral hipsométrica, isobase, fator de assimetria, anomalias na drenagem, lineamentos estruturais, direção de lineamentos e cursos d'água. Esses parâmetros foram escolhidos dado a necessidade de entender como a rede de drenagem influenciou na morfologia e como foi influenciada pela estrutura. Esses parâmetros têm respostas direcionadas para a análise preterida. Para sistematização e espacialização dos resultados morfométricos, utilizou-se os seguintes softwares: ArcGis 10.3.1 ESRI® e Global Mapper 23 da Blue Marble Geographics®. Além dos softwares, utilizou-se GPS, Microsoft Excel, para tabulação dos dados e Corel Draw 19 para finalização do designer de mapas e gráficos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os dados hipsométricos do Domínio Vaza-Barris foram classificados em cinco intervalos, variando de 3 a 675m (Figura 1).

Figura 1 – Domínio Vaza-Barris (SE): hipsometria, 2022.



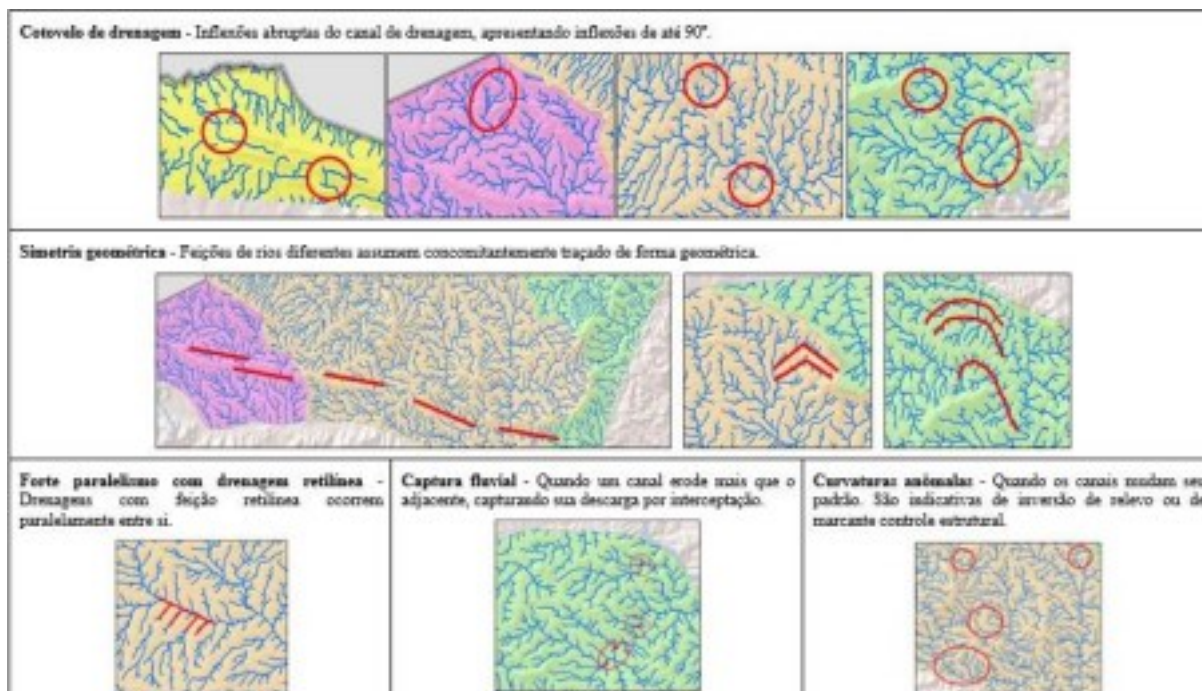
Fontes: SERGIPE, 2014; CPRM, 2020. Organização: os autores, 2022.

As maiores altitudes concentram-se nas bordas do Domo de Itabaiana, em litologias mais resistentes com variação de 300 a 650m, no topo da Serra de Itabaiana. Na porção noroeste observa-se um patamar com altitudes variando de 200 a 500m em litologias de quartzito nas escarpas, formando um anfiteatro erosivo e na base depósitos colúvio-eluviais.

Nas bordas do Domo de Simão Dias, e em sua porção a sudoeste, no município de Poço Verde, as altitudes variam de 200 a 500m, na Formação Olhos d'Água. Essa variação altimétrica também se encontra em uma faixa que limita o anticlinório, próximo a cidade de Pinhão, na porção oeste do Domínio Vaza-Barris. São áreas com litologia que resistiram a erosão diferencial. Com variação de 3 a 150m estão as áreas mais rebaixadas pela dissecação, nos vales dos principais canais.

Diversos trabalhos desenvolvidos por Howard (1967), Summerfield (1991), Bishop (1995), Lima (2002), Bezerra (2003), Schumm et al. (2000), Bricalli (2018) listaram as anomalias de drenagem associadas a estrutura. Na Figura 13 estão as principais anomalias encontradas nas drenagens das bacias hidrográficas inseridas no Domínio Vaza-Barris.

Figura 2 – Domínio Vaza-Barris (SE): anomalias de drenagem, 2022.



Fonte: Bricalli, 2016. Elaboração: os autores, 2022.

A ocorrência dessas anomalias na rede de drenagem da área atesta um desvio em relação ao padrão. Quanto as anomalias relacionadas a desvios de direção, os cotovelos estão presentes nas áreas das quatro bacias inseridas no Domínio Vaza-Barris. Ocorrem, principalmente, em um padrão dendrítico, inesperadamente. Indica falhamento rápido e contrário ao escoamento da drenagem (PENTEADO, 1974), e reflete a adaptação de segmentos dos rios às falhas, ocasionando desvio do curso em ângulos retos. As curvas anômalas ocorrem, principalmente, nas bacias dos rios Vaza-Barris e Sergipe, e seguem o desenho da estrutura que condiciona o desvio. As simetrias geométricas repetem-se em zonas de falhas de cisalhamento e/ou contracionais, em alinhamentos estruturais derivados das deformações dúctil e rúptil ocorridas no domínio, e em áreas de contato litológico com pronunciamento de rochas mais resistentes. Por exemplo, a simetria retilínea representada no quadro 4.2 refere-se a falha do rio Jacaré.

Os fortes paralelismos ocorrem principalmente nas drenagens da bacia do rio Vaza Barris. São ocasionados por lineamentos paralelos próximo à zona de cisalhamento que corta a porção noroeste da bacia, no sentido NW-SE. As capturas de drenagem ocorrem nas quatro bacias, tanto em canais de ordens iniciais como em canais de hierarquia mais avançada, resultado que pode indicar um processo não recente e se referir ao aplanamento com predomínio de erosão

lateral. Portanto, as anomalias de drenagem atestam um controle tectônico e estrutural sobre a drenagem das bacias hidrográficas inseridas no Domínio Vaza-Barris.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As anomalias de drenagem no Domínio Vaza-Barris refletem mudanças nas estruturas, apresentando desenhos incomuns. As estruturas que condicionam as anomalias identificadas estão relacionadas as variações na litologia e as estruturas das zonas de cisalhamentos que deformaram a faixa de dobramentos no evento brasileiro, e que atualmente se encontram exumadas controlando a morfologia. Os índices morfométricos extraídos revelaram a intensidade da atuação da rede de drenagem em consonância com a estrutura, culminando na denudação e na diferenciação dos modelados do relevo. Após análise dos resultados pôde-se concluir que as singularidades estruturais, litológicas, tectônicas e fisiográficas interferiram na atuação da rede de drenagem sobre a esculturação do relevo do Domínio Vaza-Barris.

PALAVRAS-CHAVE: Morfometria; Hipsometria; Morfoestrutura; Redede drenagem; Domínio Vaza-Barris.

REFERENCIAS

ARAÚJO. H, M; MENDONÇA. S, M, O. Feições morfológicas resultantes da geotectônica regional em Sergipe: Domos de Itabaiana e Simão Dias. In: IX CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS DO QUATERNÁRIO/II CONGRESSO DO QUATERNÁRIO DE PAÍSES DE LÍNGUAS IBÉRICAS/II CONGRESSO SOBRE PLANEJAMENTO E GESTÃO DA ZONA COSTEIRA DOS PAÍSES DE EXPRESSÃO PORTUGUESA, 2003, Recife. **Anais...** São Paulo, 2003.

BRICALLI, L. L. Procedimentos Metodológicos e Técnicas em Geomorfologia Tectônica. **Revista Espaço Aberto**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 75–110, 2016. Disponível em: Acesso em: 10 jan. 2018. CHRISTOFOLETTI, A. **Geomorfologia**. 2. ed. São Paulo: Edgard Blucher, 1980.

LIMA, M. I. **Análise de drenagem e seu significado geológico geomorfológico**. 1. Belém, PA, Brasil, 2002.

PENTEADO, M. M. **Fundamentos de geomorfologia**. 1 ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1974.

SANTOS, M.; LADEIRA, F. S. B.; BATEZELLI, A. Indicadores Geomórficos Aplicados à Investigação de Deformação Tectônica: uma revisão. **Revista Brasileira de Geomorfologia** v. 20, nº 2 (2019).



SCHUMM, S. A.; DUMONT, J. F.; HOLBROOK, J. M. **Active tectonics and alluvial Rivers**. Cambridge University Press, Cambridge, 2000.

SUMMERFIELD, M. A. **Global Geomorphology**. New York, Jonh Wiley & Sons, 537p. 199

PERFIS DE PRAIA E ESTÁGIOS MORFODINÂMICOS NA COSTA LITORÂNEA DE ARACAJU/SE

Rafael da Cruz

Universidade Federal de Sergipe - UFS

E-mail: dacruz.rafael@yahoo.com.br

Hélio Mário de Araújo

Universidade Federal de Sergipe - UFS

E-mail: heliomarioaraujo@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

Na determinação de zonas de risco para o uso e ocupação de ambientes praias por atividades antrópicas diversas, é de fundamental importância o conhecimento prévio do comportamento do perfil de praia e da linha de costa. Neste sentido, para subsidiar, nos órgãos de gestão, políticas de planejamento de médio e longo prazo visando a ocupação de áreas potencialmente vulneráveis, o monitoramento através da observação regular das mudanças na configuração e características da praia podem auxiliar na delimitação das feições morfológicas, permitindo que o processo de transporte sedimentar transversal não seja interrompido (ARAÚJO, 2020).

Assim, considerando a dinamicidade do ambiente costeiro, as praias apresentam perfis topográficos transversais que oscilam de acordo com a configuração da morfologia costeira e da plataforma continental contígua ao litoral, além da ação direta do clima de ondas, da granulometria e estoque sedimentar disponível e dos processos produzidos pela energia das marés e deriva litorânea. Conforme entendimento de Weschenfelder e Zouain (2002), tais fatores associados condicionam os processos erosivos e deposicionais no sistema costeiro.

Nesse contexto, a pesquisa visou caracterizar o perfil e estágios morfodinâmicos sazonais das praias arenosas oceânicas do município de Aracaju na perspectiva de contribuir para a implementação de políticas públicas que compatibilizem a natureza com a sociedade e direcione a gestão territorial local no processo de ocupação e uso do solo costeiro.

A pesquisa está pautada na abordagem sistêmica, onde buscou-se fundamentar o método a partir da análise integrada da paisagem e dinâmica geomorfológica costeira. Os procedimentos investigatórios foram conduzidos em três etapas distintas: Levantamento bibliográfico e de documentos cartográficos e outros registros; Trabalho de gabinete, com análise de laboratório e Trabalho de campo, com registro fotográfico. Na realização do

trabalho de campo, considerou-se os horários de níveis mais baixos das marés de sizíguas devido à exposição máxima do estirâncio.

Os registros das topografias dos perfis de praia foram realizados de acordo com os horários de baixa-mar das marés de sizígia, cujo levantamento se procedeu através do *método das balizas de Emery (1961)*. Para a aplicação e monitoramento desta técnica foram escolhidos 6 (seis) pontos na extensão da linha costa do município de Aracaju entre as desembocaduras dos rios Sergipe e Vaza-Barris, abrangendo as praias dos Artistas, Havaizinho, Aruana, Robalo, Mosqueiro e Viral. Para constatação do estado morfodinâmico das praias, aferiu-se a declividade da face praial a cada 20 metros utilizando o nível da bússola geológica

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na designação do perfil praial para verificação das variações morfodinâmicas, considerou-se, na análise, três compartimentos: antepraia (parte superior da *shoreface*); o estirâncio (*foreshore*) e o pós-praia (*backshore*).

A variabilidade na direção e intensidade dos ventos na área costeira, implica em constantes modificações no perfil praial, motivo pelo qual altera o equilíbrio da praia tornando o apenas temporário, com o balanço entre erosão e deposição sujeito a ciclos. Da ação entre as forças erosivas e deposicionais tem lugar o estabelecimento do perfil de equilíbrio na praia, no qual a quantidade de sedimentos depositados é contrabalançada pela quantidade erodida. Assim, o ganho ou perda de areia, de acordo com a energia das ondas repercute na variação do perfil transversal e dessa forma, “ao adaptar seu perfil às diferentes condições oceanográficas, a praia desempenha papel fundamental na proteção do litoral contra a erosão marinha” (MUEHE, 1994, p. 292).

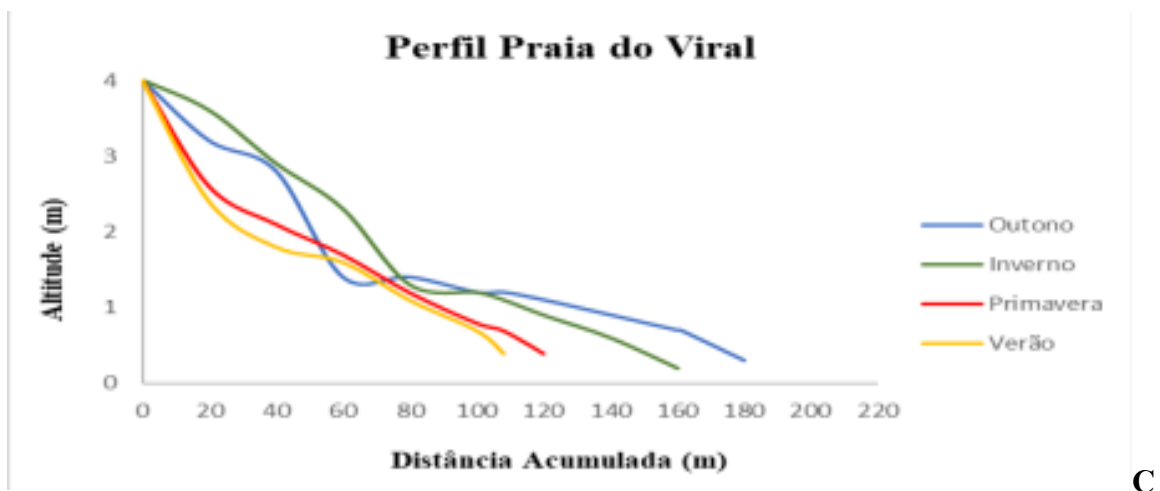
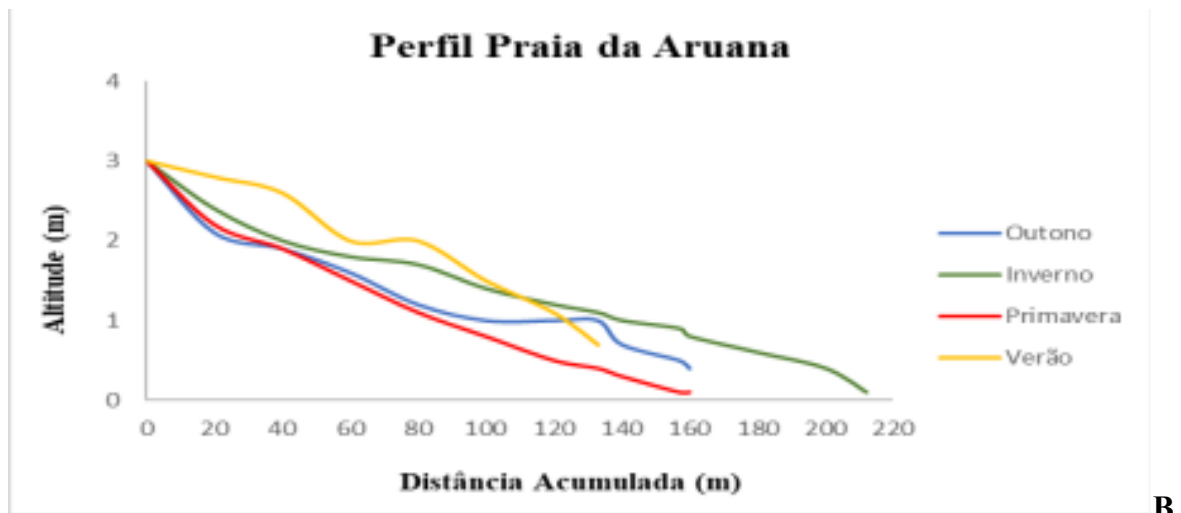
A zona costeira do município de Aracaju engloba praias com padrão de arrebentação de ondas do tipo deslizante ou progressivo, devido à configuração topográfica de baixa declividade da plataforma continental.

A declividade verificada no estirâncio, a partir dos pontos de observação, coleta e monitoramento, variou entre $1,49^\circ$ no outono, na praia do Robalo, e $2,2^\circ$ no inverno, nas praias do Mosqueiro e Viral. Estudos realizados por Klein (1997), identificam o estágio morfodinâmico de praias oceânicas através da declividade da face praial. Neste sentido, a correlação da declividade da face da praia com o estágio morfodinâmico foi elaborada para litorais que apresentam amplitudes inferiores a 2 metros (micro marés). Entretanto, o

ajustamento dessa classificação para trechos do litoral que apresentam variações de marés entre 2 e 4 metros, permitiu sua aplicabilidade naqueles trechos do litoral da Bahia e Sergipe que apresentam mesomarés, com amplitude variáveis entre 2 e 4 m (TESSLER; GOYA, 2005). No caso do município de Aracaju, os resultados mostram que nas estações primavera/verão e outono/inverno, o gradiente de declividade da face praial manteve-se baixo e uniforme na totalidade das praias, elevando-se os valores durante o inverno. O estágio morfodinâmico dissipativo foi frequente na extensão litorânea, evidenciando tendência deposicional nas estações, favorecendo o prisma praial com acreção no seu estoque de sedimentos. De acordo com Shepard (1950), essa inversão no processo de sedimentação principalmente no inverno, naturalmente caracterizado pela erosão, deve-se as condições ambientais que envolvem o instante de ocorrência de fenômenos meteorológicos interferindo nas condicionantes oceanográficas, possivelmente contribuindo para alterações morfológicas da praia. Como afirma Araya Vergara (1986), o perfil de inverno não é sinônimo de erosão, experimentos comprovam que processos de acreção podem estar ligados ao impacto de ondas de tempestade.

Assim, no comportamento morfodinâmico do sistema praial do município, verificou-se uma intrínseca interação entre as características sedimentológicas e variações na energia de ondas. O perfil praial apresentou variações topográficas de acordo com a sazonalidade, mas percebeu-se que nas praias, no processo de acumulação e erosão houve influência do impacto de ondas de tempestade, principalmente nas altas de maré entre os dias 24, 25 e 26 de maio de 2021 (outono), tendo a maré atingido o seu máximo de 2,2 m nesses respectivos dias, e predomínio de ventos fortes 46,3 Km/h em todo litoral nos dias 5 a 9 de setembro de 2021 (inverno) com alta de maré atingindo 2,1 m nos dias 6 a 9 (Figura 1: A, B, C).

Figura 1: A, B, C - Comportamento dos perfis topográficos de acordo com as estações do ano.



Fonte - Trabalho de Campo, 2021/2022.

Observou-se que nas praias, os perfis topográficos do outono apresentaram uma ligeira aproximação com os perfis típicos do inverno, visto, em todas elas, a linha de variação exibir convexidade voltada para baixo, sugerindo pouca mudança do comportamento na morfodinâmica nas primeiras semanas do outono. No inverno, a formação de perfil de concavidade voltada para cima, mostrou-se frequente nas praias do Havaizinho, Robalo e Mosqueiro, conservando essa característica dominante do período estacional, mesmo havendo possibilidades de mudanças pelos eventos climáticos.

Nas quatro estações, os perfis praias apresentaram encurtamento da faixa de areia, devido a incidência de ondas de maior energia no litoral retirando sedimentos do prisma praiado e os depositando no ambiente submerso. Essas ondas destrutivas no processo de ação contribuíram para o déficit do estoque sedimentar refletindo na morfologia da praia. Durante o inverno, a diminuição da faixa praiada ocorreu com mais evidência na praia dos Artistas, sugerindo maior dinamicidade na relação morfológica, energia de ondas e estruturas costeiras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados desse estudo mostram que as alterações sazonais verificadas na morfologia do ambiente subaéreo das praias oceânicas de Aracaju têm uma relação direta com a proximidade das desembocaduras fluviais dos rios Sergipe e Vaza-Barris, e bem assim, com o estágio morfodinâmico dissipativo predominante, composição sedimentar, constituição geológica e variações meteorológicas do clima no período estacional correspondente as estações do ano outono/inverno e primavera e verão.

Assim, no comportamento morfodinâmico do sistema praiado, verificou-se uma correlação intrínseca entre as características sedimentológica e variações na energia de ondas. O perfil praiado apresentou variações de acordo com a sazonalidade, mas percebeu-se que no processo de acumulação e erosão nas praias houve influência do impacto de ondas de tempestade em condições de mar revolto.

PALAVRAS-CHAVE: Morfodinâmica praiada; Perfis de praia; Litoral de Aracaju.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, H. M. de. Morfodinâmica de desembocaduras fluvial-estuarinas e riscos ambientais associados no litoral de Sergipe. **Relatório de pesquisa** (Pós-doutorado em Geografia Física). Centro de Ciências – PPGGEO, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2020. EMERY, K. O. A simple method of mesuring beach profiles. **Limnology and Oceanographic**, v. 6, p. 90-93, 1961.

KLEIN, A. H. F. Um método indireto para determinação do estágio morfodinâmico de praias oceânicas arenosas, SC. In: VI Congresso da Associação Brasileira de Estudos do Quaternário, Curitiba. **Resumo expandido...** Itajaí: Ed. Univali, p. 76-78, 1997.

MUEHE, D. Geomorfologia costeira. In: A. J. T. GUERRA e S. B. CUNHA (Org.). **Geomorfologia: uma atualização de bases e conceitos**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994. p. 253-302.

SHEPARD, F. P. **Beach eyeles in southern Califórnia**. Tech. Memor. n. 2, California, 1950. TESSLER, M. G.; GOYA, S. C. Processos costeiros condicionantes do litoral brasileiro. **Revista do Departamento de Geografia**, São Paulo, n. 17, 11-23, 2005.

WESCHENFELDER, J.; ZOUAIN, A. R. **Variabilidade morfodinâmica das praias oceânicas entre Imbé e Arroio do Sal, RS, Brasil**. Instituto de Geociências – UFRGS, Porto Alegre, v. 29, n. 1, p. 3-1, 2002.

USO E OCUPAÇÃO DAS TERRAS E OS CONFLITOS AMBIENTAIS NAS ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE NO MUNICÍPIO DE SÃO FÉLIX, BA²

Ana Paula Sena de Souza
Universidade Estadual da Bahia
anappaullasouza@gmail.com

Rozilda Vieira Oliveira
Universidade Estadual da Bahia
rozilda.oliveira@gmail.com

INTRODUÇÃO

O uso e ocupação das terras é uma atividade essencial para o desenvolvimento humano, porém, quando realizado de forma inadequada, pode causar sérios impactos e conflitos ambientais. Um dos aspectos mais preocupantes atualmente é o uso e ocupação das terras em áreas de preservação permanente, que são áreas protegidas por lei devido sua importância para a conservação da biodiversidade.

Alguns pesquisadores têm evidenciado processos de degradação ambiental por ocupação inadequada e conflitos de uso nas áreas de APPs (Andrade *et al.*, 2021; Azevedo *et al.*, 2021; Costa *et al.*, 2021). Em geral, os vetores responsáveis pelos conflitos de uso e ocupação nas APPs, nos mais diferentes lugares, são basicamente os mesmos. No espaço urbano, as principais causas estão relacionadas à expansão urbana; no espaço rural, são influenciadas pelas atividades agropecuárias (agricultura e pecuária).

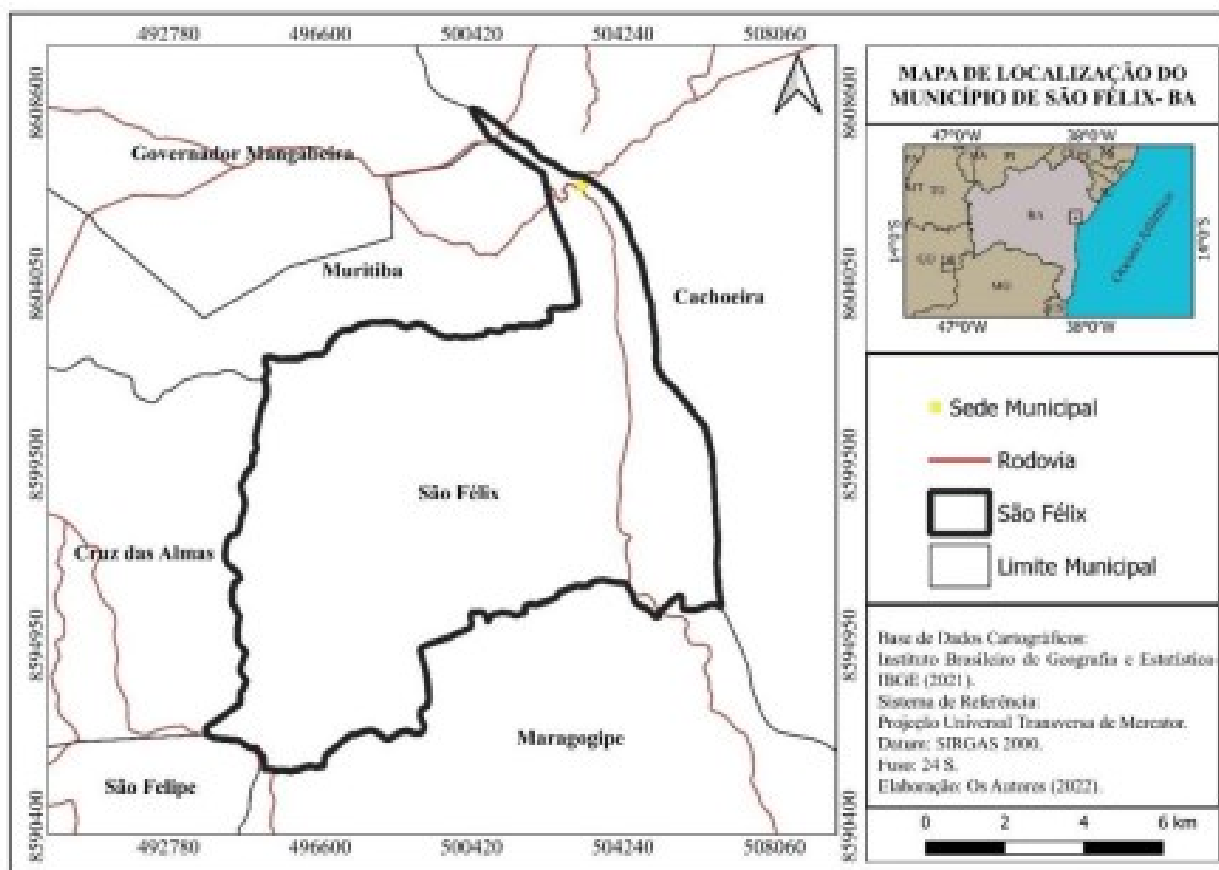
Diante deste contexto, é fundamental compreender os conflitos ambientais decorrentes desse uso inadequado, pois, existe um grande desafio para manter a conservação destas áreas, pois os conflitos ambientais são frequentes, e no município de São Félix não é diferente. O município de São Félix está localizado na região do Recôncavo Baiano. Com uma população de 11.026 habitantes em uma área de 103,2 km²(IBGE, 2023).

A escolha da área de estudo ocorreu pela ausência de estudos dessa natureza e pela relevante contribuição dos resultados desta pesquisa para o planejamento e a gestão das atividades realizadas no município em razão do alto grau de degradação que ele apresenta.

² Este trabalho faz parte da conclusão de curso de Especialização em Geografia e Desenvolvimento Territorial UNEB, Campus V.

Nesse sentido, este trabalho tem como objetivo analisar os principais conflitos de uso e ocupação das terras nas Áreas de Preservação Permanentes (APPs) no município de São Félix BA.

Figura 1- Localização geográfica do município de São Félix-BA.



Fonte: Os autores (2022).

METODOLOGIA

Para o mapeamento de uso e ocupação das terras foi utilizada imagem do satélite CBERS 04A, com resolução espacial de 8 metros, bandas 3,4,2, com ponto/órbita 196/129, datada de 07/03/2021. Na primeira etapa foi realizada a composição colorida de falsa cor utilizando as bandas e seus respectivos canais R3, G4, B2. Em seguida, aplicou-se a fusão das imagens multiespectrais com a pancromática, obtendo uma única imagem colorida com resolução espacial de 2 metros.

Posteriormente, foi feito o recorte da imagem de acordo com o limite do da área de estudo. Para auxiliar na interpretação visual da imagem, foram conduzidas atividades de campo para identificação prévia das classes de uso e ocupação das terras. A delimitação das classes de

uso foi feita por vetorização manual, utilizando o software QGIS v.3.16. As classes definidas foram vegetação, área urbana, corpos hídricos, manguezal, queimadas, pastagem, agricultura e solo exposto.

A delimitação das Áreas de Preservação Permanente foi feita conforme critérios estabelecidos pela Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012 (BRASIL, 2012). Na área de estudo foram identificados apenas três tipos de APPs: mangue, o qual, conforme a legislação deve ter sua extensão toda protegida; as nascentes, em que, independentemente da presença de cobertura vegetal, só são permitidos seu uso e ocupação a partir de um raio de 50 metros de distância e os cursos d'água, com canais até dez metros de largura, estabelecendo uma faixa marginal de 30 metros para as margens (BRASIL, 2012).

A APP do mangue foi delimitada pelo mapa de uso da terra e as APPs de nascente e margens de rios, foi realizada a extração das nascentes e da rede de drenagem, a partir do MDE. Enquanto para identificação dos conflitos ambientais de uso e a ocupação das terras nas áreas das APPs foram feitas pela sobreposição do mapa das APPs sobre o mapa de uso e ocupação da terra.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

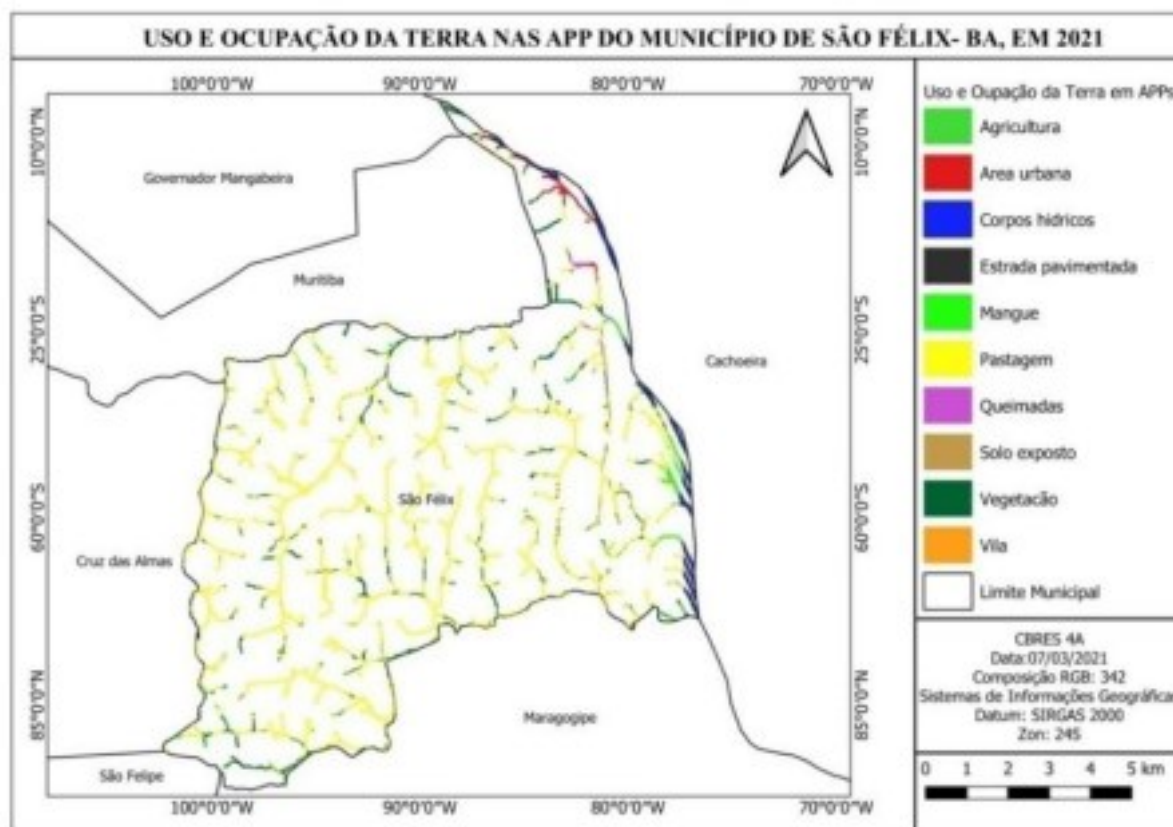
A partir do mapeamento realizado (Figura 2) foi possível identificar que a pastagem é a classe de uso das terras predominante e corresponde a 71,8% do território do município, seguida pela agricultura com 11,5%. No entanto, pode-se observar no mapeamento de uso e ocupação da terra nas APP do município o uso inadequado nas Áreas de Preservação Permanente nas faixas marginais dos cursos d'água, onde se percebe a presença de pastagem. Os principais conflitos de uso e ocupação das terras identificadas no município estão nas áreas de nascentes e cursos hídricos, tendo em vista que foram identificados 8,3 km² ocupadas por pastagem, enquanto apenas 1,8 km² das APPs de cursos hídricos têm a presença de vegetação, estão preservadas.

As APPs de nascentes ocupam um total de 1,8 km², desse total 1,4 km² estão inseridas em áreas de pastagem. Enquanto as APPs de cursos d'água ocupam uma área de 11,9 km², com 8,3 km² localizadas em áreas de pastagem, o que corresponde a 70% das APPs delimitadas, ou seja, há uma incompatibilidade entre o que é estabelecidos na Legislação do Código Florestal e o uso observado na área de estudo .

Esta situação não é um fato isolado do município de São Félix, ela vem ocorrendo em todo o país. Vilela *et al* (2020) ressaltam os conflitos de uso do solo em Áreas de Preservação Permanente em uma região do Alto Rio Grande, em Minas Gerais. De acordo com os autores, as APPs da região estão ocupadas com atividades antrópicas. Esses usos são principais vetores de supressão da cobertura vegetal e das APPs no entorno das nascentes.

Segundo Silva *et al.* (2021), apesar do importante papel que as áreas de APPs desempenham para preservação, principalmente para os recursos hídricos, mesmo com a criação de leis que tentam impedir a supressão da vegetação nativa, principalmente no domínio da Mata Atlântica, o que se percebe é que essas áreas vêm sendo suprimidas para a implantação de atividades agropecuárias.

Figura 2- Uso e ocupação da terra nas APPs no município de São Félix, Bahia, 2021.



Elaboração: Os autores (2023).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo buscou identificar os principais conflitos de uso e ocupação das terras nas Áreas de Preservação Permanentes (APPs) no município de São Félix. O mapeamento proposto

possibilitou uma sobreposição de dados compatíveis com a escala de mapeamento. As técnicas de geoprocessamento foram muito eficazes, mostrando cada vez mais que são técnicas muito eficientes para estudos ambientais.

Com os resultados obtidos, é possível tomar decisões em relação ao município em estudo, como, a elaboração de políticas públicas para a proteção e uso racional dos recursos naturais. O recorte espacial de estudo registra altos índices de áreas exploradas por pecuaristas e agricultores, mostrando uma grande desigualdade na distribuição das classes de uso e ocupação das terras.

Tendo em vista os resultados, recomenda-se que sejam feitas fiscalizações com o objetivo de cumprir o estabelecido na legislação vigente, no Código Florestal, Lei nº 12.651, para preservação e conservação das APPs. Bem como a elaboração de projetos de reflorestamento para reposição da mata ciliar e estudos futuros de análise dos fragmentos florestais com indicação para a criação de corredores ecológicos visando à preservação da biodiversidade.

PALAVRAS-CHAVE: Mata Atlântica, Desmatamento, Degradação Ambiental.

REFERÊNCIAS

Andrade, Á. S.; Ribeiro, S. C. A.; Pereira, B. W. F.; Bezerra, P. E. S.; Brandão, V. V. P. Conflito de uso do solo em Áreas de Preservação Permanente da Bacia Hidrográfica do Rio Marapanim, nordeste do Pará. **Ciência e Natura**, Santa Maria, v.43. p. 1-20, 2021.

Azevedo, M. A. M.; Marques, V. M.; Souza, R. B.; Souza, F. M.; Reis, A.C. M.; Pontes, A. N., 2021. Processo de recuperação de vegetação em áreas de preservação permanente no Sudeste do Pará. **Brazilian Journal of development**, Curitiba, v.7, n.3. DOI: 10.34117/bjdv7n3-368.

BRASIL. Lei nº 12.651 de 25 de maio de 2012, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nºs 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Diário Oficial da União, 25 de maio. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112651.htm> Acessado em setembro/2020.

Costa, S. P.; Martins, R. A.; Santos, E. V.; Sousa, A. T. Nogueira, P. H. S.; Oliveira, R. S.; Silva, H. M. M.; Brito, J. M. G. Análise da dinâmica do uso da terra nas Áreas de Preservação Permanentes na microbacia do Ribeirão da Serra no Município de Morrinhos – GO. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v.7, n.1. p.4117-4131. 2021. DOI: 10.34117/bjdv7n1-278.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: Downloads. <https://www.ibge.gov.br/geociencias/downloads-geociencias.html>. Acesso em 29 de julho de 2023.

Silva, V.F.; Pereira, J.S.; Cosme, A.M.F.; Pessoa, D.S.; Martins, W.A.; Dantas Neto, J.; Lima, V.L.A. Análise da degradação da vegetação nativa em área de preservação permanente na Paraíba. **Revista Brasileira de Geografia Física** v.13, n.01 (2020) 121-130.

Vilela, H. T. F., Gonçalves, A. F. A., França, L. C. J., Acerbi Júnior, F. W (2021). Conflitos de uso do solo em Áreas de Preservação Permanente em uma região do Alto Rio Grande (Minas Gerais). **Revista Brasileira de Meio Ambiente**. v.9, n.1, p.65-81.

EVOLUÇÃO DA COBERTURA VEGETAL DE MANGUEZAL NA RESERVA EXTRATIVISTA MARINHA DA BAÍA DO IGUAPE, NO RECÔNCAVO BAIANO (1986, 1994, 2003, 2017 e 2023)

Ivonice Sena de Souza
Universidade Federal de Sergipe – UFS
vonisouza@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

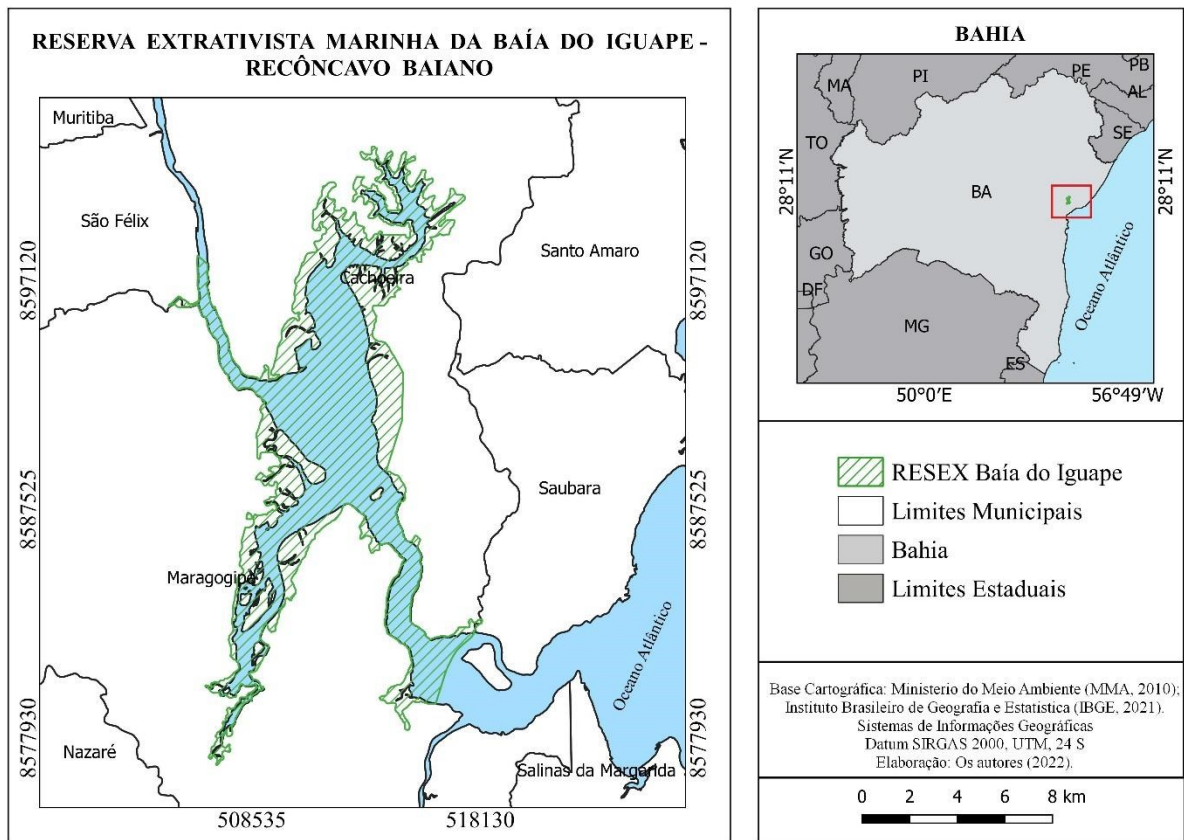
O Brasil é o segundo país em extensão de área de manguezal, estes são encontrados ao longo da costa de todos os estados litorâneos, exceto, no estado do Rio Grande do Sul. Na Bahia, este ecossistema encontra-se na zona costeira de todos os municípios, ocupando uma área de aproximadamente 900 km². Além disso, os manguezais têm função importante para as comunidades estuarinas e costeiras, como alternativa de trabalho e renda para as comunidades tradicionais pesqueiras. Ademais, os manguezais atuam como barreiras contra eventos naturais (inundação, ventos e ondas) extremos na costa litorânea.

A Reserva Extrativista Marinha da Baía do Iguape possui uma floresta de manguezal complexa, no entanto, esta vem passando por constantes processos de degradação, tais como: poluição, aterramento dos manguezais, para a expansão urbana; dentre outros problemas ambientais. Em razão da discussão exposta, o estudo tem como recorte espacial a RESEX Baía do Iguape. A Unidade de Conservação (UC) abrange os municípios de Cachoeira, Maragogipe e São Félix (Figura 01).

Os mapeamentos da cobertura das terras permitem analisar e compreender as alterações que ocorrem no espaço geográfico, estes possibilitam a análise dos principais impactos ambientais e os fatores responsáveis pela perda da vegetação (Souza; Lobão, 2016).

As informações sobre esse tema devem descrever não só a situação atual, mas as mudanças recentes e o histórico de ocupação da área de estudo (Santos, 2004). Nesse sentido, o presente trabalho tem como objetivo analisar a evolução da cobertura vegetal de manguezal na RESEX da Baía do Iguape, utilizando imagens do sensor Landsat de 1986, 1994, 2003, 2017 e 2022.

Figura 01: Localização geográfica da RESEX da Baía do Iguape, no Recôncavo Baiano (BA).



Fonte: Os autores (2023).

METODOLOGIA

Para a análise da dinâmica da cobertura vegetal de manguezal na Baía do Iguape foi definido um recorte espaço-temporal de 36 anos (1986, 1995, 2003, 2017 e 2022). A seleção das imagens (período) teve como critério a qualidade da imagem (quantidade de nuvens, sombra de nuvens e menor número de ruídos ou erros), foram utilizadas imagens do sensor Landsat 5, 7, 8 e 9. As imagens selecionadas datam de: dia 14 de junho de 1986; 06 de julho de 1994; 12 de janeiro de 2003; 17 de julho de 2017 e 17 de junho de 2022. As imagens obtidas correspondem a estação outono-inverno, exceto a imagem de 12 de janeiro de 2003, obtida na estação verão, essa imagem foi escolhida por não conseguir nenhuma imagem de qualidade para a referida década no período outono-inverno.

As imagens utilizadas possuem resolução espacial de 30 metros. Nas referidas imagens, a RESEX Baía do Iguape está localizada na cena 216_069. As imagens trabalhadas foram georreferenciadas com RMS (*Root Mean Square*) sempre inferior a um pixel. Apenas as imagens do Landsat 5 e 7 foram georreferenciadas, isso porque as imagens do Landsat 8 e 9,

são disponibilizadas com as distorções corrigidas. As técnicas de processamento incluíram a seleção das bandas, georreferenciamento e recorte do limite da Reserva.

No processamento, foram testadas algumas combinações de bandas, cores e contrastes, com o objetivo de se extrair o máximo de informações das imagens. Posteriormente deu-se início ao processo de elaboração dos mapeamentos da vegetação de manguezal. Em seguida, foram realizadas as vetorizações sobre os recortes das Imagens Landsat 5, 7, 8 e 9, referentes ao recorte da RESEX Baía do Iguape na composição R4G5B3, utilizou-se como base para a vetorização um zoom na escala de 1:50.000.

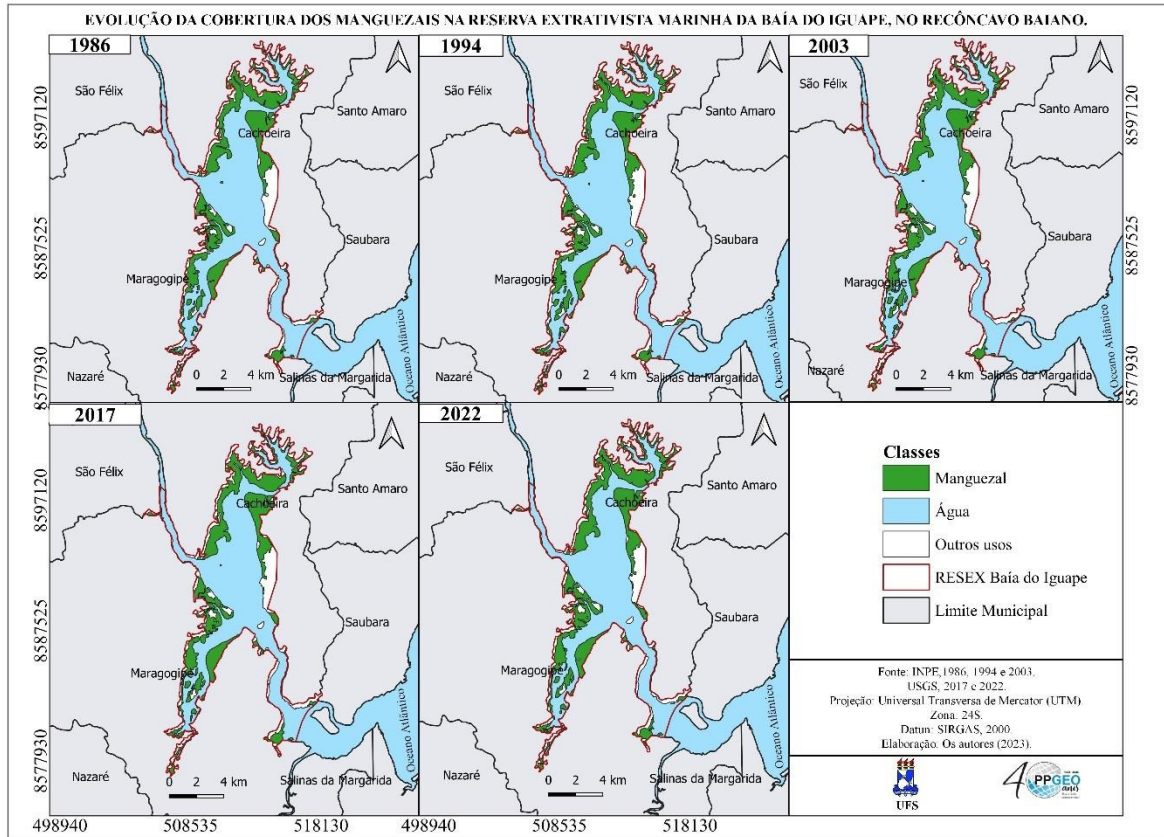
RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os manguezais para o ano de 1986 correspondem a 26,6 km² (25,8%), em 1994 correspondia a 27 km² (26,8%), um aumento de 0,4 km². Em 2003, foi mapeada uma área de 26,2 km², (26%), em relação ao ano de 1994, houve uma redução de 0,8 km². Já em 2017, houve um aumento de 1,2 km², enquanto o mapeamento de 2022 corresponde a 27,9 km² (27,8%), representando um aumento de 0,5 km². O ecossistema manguezal apresentou ao longo dos 36 anos avaliados uma evolução na sua cobertura vegetal, dos três municípios que abrangem a reserva, o município de Cachoeira foi o que obteve maior ganho de área de manguezal.

Nesta perspectiva, percebe-se que nos manguezais da RESEX, houve declínio apenas no ano 2003. Pesquisadores como Ornellas (2022); Leão; Araújo; Sousa et al. (2021) ao realizar uma análise multitemporal, encontraram um aumento na área de manguezal.

Ornellas (2022) realizou estudos multitemporais para a Baía do Iguape, o autor utilizou como base os anos de 1986, 2000, 2005 e 2020, o único período que coincide com o presente estudo é o ano de 1986, no entanto, o mapeamento realizado pelo autor corresponde a 2.666 hectares, o que é equivalente a 26,66 km². Os dados obtidos pelo referido autor correspondem ao mapeamento realizado para este estudo. Na análise realizada, percebe-se o aumento da classe manguezal, o autor aponta que esse fator pode estar relacionado com as mudanças ocorridas pela instalação da Barragem de Pedra do Cavalo em 1985 e a geração de energia em 2005, ressaltando que a partir da instalação destes empreendimentos a Baía do Iguape apresentou mudanças nas condições ambientais de suas águas, principalmente após a construção da barragem, quando ocorreu a diminuição do aporte fluvial e o aumento da salinidade.

Figura 02: Localização geográfica da RESEX da Baía do Iguape, no Recôncavo Baiano (BA).



Elaboração: Os autores (2023).

Aguiar *et al.* (2020) afirmam que as Reservas Extrativistas tem se revelado um importante instrumento ambiental voltado para a conservação de ambientes naturais. Nesse sentido, quanto ao papel das Unidades de Conservação, Rodrigues e Szlafstein (2011, p.11) ressaltam que “a criação das UC por si só não garante total preservação dos recursos naturais, já que as atividades do entorno pressionam os recursos ali protegidos.” A maioria das unidades de conservação encontram-se sobre forte pressão de atividades antrópicas em seu entorno, como a pecuária, barragens, hidrelétricas, agricultura, empreendimentos privados, como pode ser observado na RESEX Marinha da Baía do Iguape - BA (Souza *et al.*, 2022).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ecossistema manguezal apresentou ao longo dos 36 anos avaliados uma evolução na sua cobertura vegetal, dos três municípios que abrangem a UC, o município de Cachoeira foi o que obteve maior ganho de área de manguezal.

O uso das geotecnologias, em especial, o Sensoriamento Remoto e os Sistemas de Informações Geográficas, foram ferramentas fundamentais no mapeamento da evolução da cobertura florestal de manguezal na RESEX Baía do Iguape.

Por meio dos resultados obtidos é possível tomar decisões em relação a Unidade de Conservação em estudo, como por exemplo, na elaboração de políticas públicas voltadas para a proteção e conservação dos recursos naturais existentes.

PALAVRAS-CHAVE: Imagens de satélite, mapeamentos, Unidade de Conservação.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, P. C. B., PIRES, M. M., PROFICE, C. C., BRUNO, N. L. Origem e mosaico da paisagem da Reserva Extrativista Marinha de Canavieiras, Bahia, Brasil. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 7, e41311730240, 2022 (CC BY 4.0) | ISSN 2525-3409 | DOI: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v11i7.30240>.

LEÃO, S. DA S., ARAÚJO, A. N., OLIVEIRA, L. M. M. Análise Espaço-Temporal da Cobertura Vegetal e Uso da Terra na Reserva Extrativista Marinha Caeté- Taperaçu, Bragança, Pará. **Mares: Revista de Geografia e Etnociências**, 2(2), 17-30. 2021. Recuperado de <https://revistamares.com.br/index.php/files/article/view/94>.

ORNELLAS, J. L. **A RESEX Baía do Iguape (BA) como prestadora de serviços ecossistêmicos no sequestro de carbono: modelagem das alterações no estoque de carbono**. Dissertação (Mestrado em Ciências e Tecnologias Ambientais) – Universidade Federal do Sul da Bahia; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia, Porto Seguro, 2022.

RODRIGUES, T. W. P.; SZLAFSZTEIN, C. 2011. Análise multitemporal da cobertura da terra antes e depois da criação da Resex Marinha de Soure-PA. Anais XV Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto - SBSR, Curitiba, PR, Brasil, INPE 69-63 p.

SANTOS, R. F., **Planejamento ambiental: teoria e prática**. São Paulo: Oficina de textos, 2004.

SOUZA, A. P. S. et al., **Conflitos ambientais na reserva extrativista marinha Baía do Iguape-BA: Os Impactos na Biodiversidade**. In: 10º Anais Simpósio de Gestão Ambiental e Biodiversidade. Anais...Três Rios (RJ) ITR/UFRRJ, 2021. Disponível em: <<https://www.even3.com.br/anais/10sigabi/420145-conflitos-ambientais-na-reserva>



extrativista-marinha-baia-do-Iguape-BA-os-impactos-na-biodiversidade>. Acesso em: 20/02/2023 11:21.

SOUZA, I. S.; LOBÃO, J. S. B. **O geoprocessamento aplicado ao estudo das mudanças da Paisagem: Análise multitemporal da paisagem do município de São Félix / BA.** In: Simpósio sobre as Geotecnologias e Geoinformação no Estado de Alagoas. IV, 2016, Alagoas.

CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS NO LITORAL ESTANCIANO -SERGIPE

Fagner Santos de Oliveira
Universidade Federal de Sergipe
E-mail:fagnerdeoliveira@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

As ações antropogênicas em áreas do litoral brasileiro têm aumentado enormemente nas últimas décadas. Na Área de Proteção Ambiental (APA) Litoral Sul de Sergipe, que engloba o litoral do município de Estância, Sergipe, isto também tem acontecido, e resulta, sobretudo, de fatores econômicos (ARAÚJO, 2014; SANTOS; VILAR, 2014; VILAR; VIEIRA, 2014). Soma-se a isto, a negligência fiscalizatória do poder público, resultando em Conflitos Socioambientais de diversas naturezas e dimensões, recentes ou antigos, e que ameaçam a sustentabilidade dessa Unidade de Conservação (OLIVEIRA, 2020).

Neste sentido, o objetivo deste estudo consiste em identificar e classificar os conflitos socioambientais (CS) na APA do Litoral Sul em Estância, utilizando-se da metodologia de diagnóstico dos conflitos socioambientais, proposta pela categorização analítica de Paul Little (2001). Esta classificação categoriza, de modo prático e pedagógico, os Conflitos Socioambientais em três tipos: em torno do controle dos recursos naturais; em torno dos impactos ambientais e sociais gerados pela ação humana e natural; e em torno do uso dos conhecimentos ambientais.

A pesquisa está dividida em momentos. O primeiro pautou-se na fundamentação teórica baseada na pesquisa bibliográfica sobre o tema. Com o arcabouço teórico-metodológico constituído, seguiu-se para o segundo momento da realização da coleta dos dados através de visitas *in loco*, associada aos registros iconográficos georreferenciados (Open Camera) e a utilização de imagens de satélite (pelo UTM Geo Map). Na sequência, realizou-se treze entrevistas semiestruturadas e aplicou-se dez questionários aos principais atores envolvidos, em data previamente agendada com todos os envolvidos. Por fim, procedeu-se a análise dos dados e a elaboração de um mapa de Conflitos Socioambientais, por meio do QGis 2.18.

CONFLITOS AMBIENTAIS: ATORES E TIPOLOGIA

Conflitos em torno do controle sobre os recursos naturais

A partir da tipologia proposta por Little (2001), foram identificados conflitos ambientais em torno do controle sobre os recursos naturais, distribuídos espacialmente por diversas comunidades ao longo da APA, expressão dos interesses de preservação, da economia, dos extrativistas e de particulares. Caracterizam-se basicamente pela apropriação e acesso aos recursos naturais. O quadro 1 apresenta uma síntese das principais motivações, atores e locais de ocorrências desse agrupamento de conflitos.

Quadro 1 – Conflitos Ambientais em torno do controle sobre os recursos naturais – Estância - 2019.

| Motivações dos Conflitos | Atores Envolvidos | Locais de Ocorrência |
|--------------------------|---|--|
| Carcinicultura | Carcinicultores legais x clandestinos | Cachoeirinha, Coqueiro de Dentro, Porto do Mato, Manuel Dias, Associação de Pescadores e Marisqueiras do Porto do Mato, Movimento das Marisqueiras de Sergipe |
| Pesca | Pescador artesanal x Pescador industrial de arrasto | Manuel Dias, Cachoeirinha, Praia do Abaís, Coqueiro de Dentro, Ribuleira, Praia das Dunas, Porto do Mato, Associação de Pescadores e Marisqueiras do Porto do Mato, Associação das Catadoras de Mangaba, Movimento das Marisqueiras de Sergipe |
| Catadoras de mangaba | Catadoras extrativistas x construtoras | Manuel Dias, Cachoeirinha, Coqueiro de Dentro, Ribuleira, Porto do Mato, Associação de Pescadores e Marisqueiras do Porto do Mato, Associação das Catadoras de Mangaba, Movimento das Marisqueiras de Sergipe |

Organização: Fagner Santos de Oliveira, 2019.

Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

A disputa territorial sobre a apropriação e o uso dos recursos naturais caracterizam-se, fundamentalmente, pela sua dimensão política. Igualmente, as contendas sobre o acesso aos recursos naturais expressam dimensões sociais, tidas como de domínio público ou aqueles onde existem sobreposição direta entre o bem público e a propriedade privada. Por fim, as disputas em torno do controle dos recursos demarcam a dimensão jurídica de delimitação territorial do conflito (OLIVEIRA, 2020).

Conflitos dos impactos da ação humana e processos naturais associados

A tipologia de Little (2001) que versa especificamente sobre os conflitos em torno dos impactos gerados pela ação humana e dos efeitos naturais envolvem basicamente aspectos

associados à contaminação, esgotamento e degradação de ecossistemas. Sua ocorrência estende-se por diversas comunidades ao longo da APA e são predominantes os interesses econômicos, turísticos, imobiliários e privados. As principais motivações dessa categoria de conflito, seus respectivos atores e sua localização em termos de povoados estão apresentados no quadro 2.

Quadro 2 – Conflitos em torno dos impactos gerados pela ação humana e processos naturais associados, – Estância – 2019.

| Motivações dos conflitos | Atores envolvidos | Locais de ocorrência |
|--------------------------|--|---|
| Buggys | APA x Bugueiros | Praia das Dunas, Associação dos Pescadores e Marisqueiras do Porto do Mato, Praia do Abaís, Movimento das Marisqueiras de Sergipe, Porto do Mato, Ribuleira, Cachoeirinha |
| Resíduos sólidos | Prefeitura/APA x Moradores e turistas/vilegiaturistas | Praia das Dunas, Associação dos Pescadores e Marisqueiras do Porto do Mato, Movimento das Marisqueiras de Sergipe, Porto do Mato, Ribuleira, Cachoeirinha, Manuel Dias |
| Tartarugas marinhas | Projeto Tamar x Moradores locais/turistas/ vilegiaturistas | Praia do Abaís |

Organização: Fagner Santos de Oliveira, 2019.

Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

Conflitos de uso dos conhecimentos ambientais

Na tipologia de Little (2001) salientam-se também os conflitos em torno do uso dos conhecimentos ambientais. Na área de estudo, essa tipologia está concentrada nas comunidades praianas do Abaís e do Saco e no Porto do Mato (Quadro 3). Caracterizam-se pela negação dos direitos fundamentais, bem como pelo uso inadequado dos conhecimentos ambientais, tendo em vista o desenvolvimento de atividades turísticas, religiosas e reivindicatórias.

Quadro 3 – Conflitos em torno do uso dos conhecimentos ambientais – Estância - 2019.

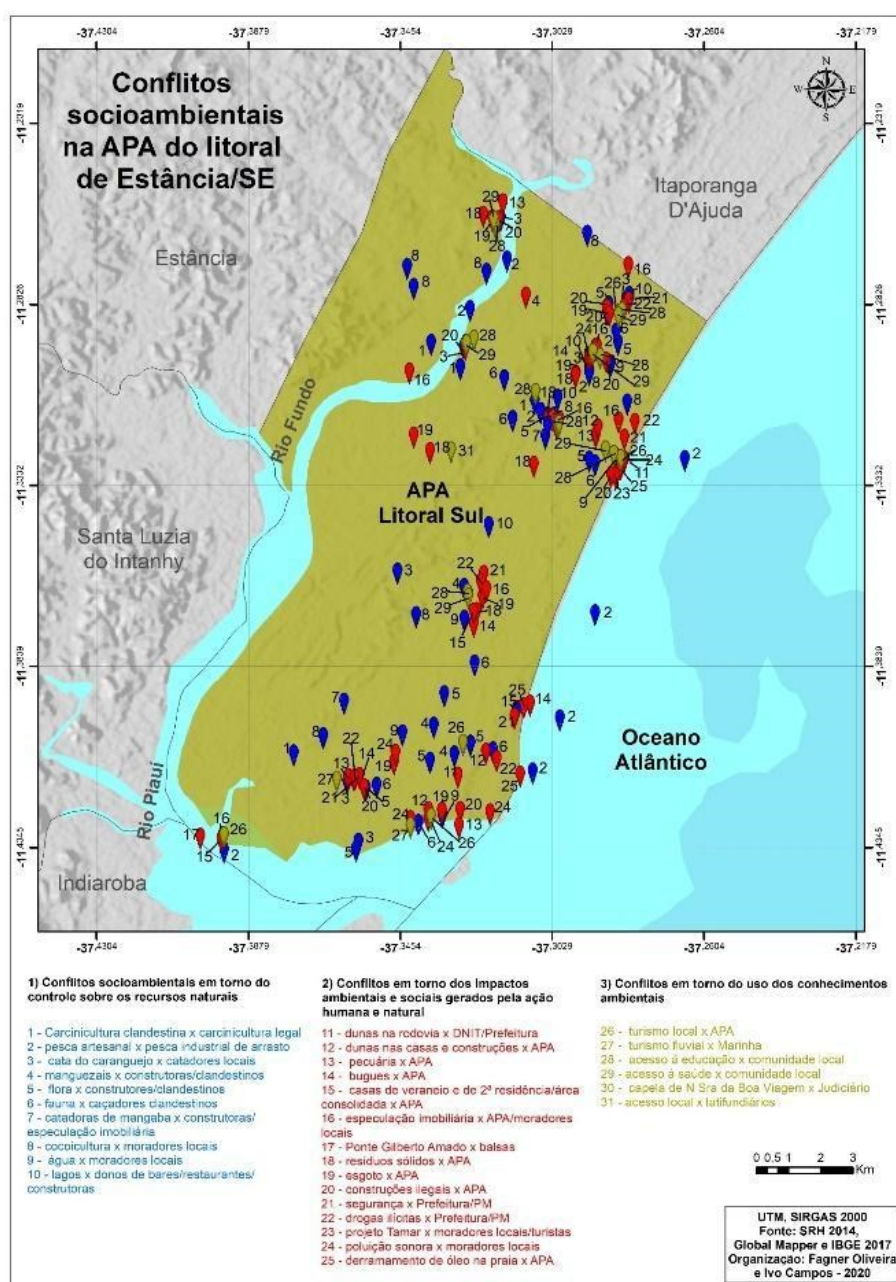
| Motivações dos conflitos | Atores envolvidos | Locais de ocorrência |
|------------------------------------|--|---|
| Turismo fluvial | Marinha x Proprietários de embarcações/ clandestinas | Associação dos Pescadores e das Marisqueiras do Porto do Mato, Porto do Mato |
| Capela Nossa Senhora da Boa Viagem | Igreja Católica x Judiciário | Praia do Saco |
| Acesso local | Latifundiários x Moradores locais | Praia do Abaís, Associação dos Pescadores e das Marisqueiras do Porto do Mato |

Organização: Fagner Santos de Oliveira, 2019.

Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

A figura 1 é um esforço de cartografar os conflitos ambientais identificados e analisados, conforme a tipologia triparte de Little (2001). Este resultado evidencia a necessidade que se impõe em investir em políticas públicas que contemplem as reais necessidades das comunidades costeiras tradicionais, no que condiz a gestão territorial dessa UC (BRAGHINI, 2016; FONSECA; VILAR; SANTOS, 2010; LIMA, 2010; SANTOS, 2017; SANTOS; VILAR, 2013; SANTOS; VILAR, 2016; SANTOS, 2015).

Figura 1 – Conflitos Ambientais na APA Litoral Sul - Estância/SE



Fonte: Trabalho de campo, 2019.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Questões atreladas à conservação e preservação dos recursos naturais na área em estudo ainda carecem de instrumentos para o direcionamento de ações humanas. Embora o Plano e o Sistema Estadual de Gerenciamento Costeiro (PEGC) se constituam em valiosos instrumentos jurídicos, o Plano de Manejo se impõe como uma necessidade para o ordenamento territorial em bases sustentáveis e como estratégia de gerenciamento de conflitos ambientais.

Em sua maioria, os moradores locais desconhecem a natureza e as finalidades jurídicas da APA. Mas há exceções, sobretudo, dos responsáveis pelos órgãos do poder público, a exemplo da SEMA (Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Estância), da ADEMA (Administração Estadual de Meio Ambiente) e da Unidade Gestora da APA Litoral Sul. Como reflexo da dinâmica dos conflitos ambientais mapeados, as atuações fiscalizatórias só ocorrem com maior frequência no período de veraneio, e são direcionadas principalmente aos moradores locais, cuja predominância se dá nos moldes de caráter punitivo em detrimento de ações preventivas e educativas.

Por último, à guisa de síntese, constatou-se aumento nos conflitos ambientais decorrentes de uma série de elementos: desconhecimento da natureza e das atribuições de uma APA; interesses desiguais no usufruto dos bens materiais, a exemplo das casas de praia, e acesso, apropriação e uso também desiguais dos recursos naturais; iniciativas turísticas e viligiaturísticas sem base sustentável; e falta ou dificuldade de ação do poder público no tocante à fiscalização e implementação da legislação vigente. Esse cenário gera uma tensão constante que dificulta a implementação de ações equilibradas e a conservação da geobiodiversidade local.

PALAVRAS-CHAVE: Unidade de Conservação; APA Litoral Sul de Sergipe; Conflitos socioambientais; Sustentabilidade.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, L. R. R. de. **Conflitos territoriais no processo de implantação da reserva extrativista (RESEX) do Litoral Sul de Sergipe**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2014.

BRAGHINI, C. R. **Gestão territorial de Unidades de Conservação no litoral sergipano**. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão/SE, 2016.

FONSECA, V.; VILAR, J. W. C.; SANTOS, M. A. N. Reestruturação territorial do litoral de Sergipe. *In*: VILAR, J. W. C.; ARAÚJO, H. M. **Território, meio ambiente e turismo no litoral sergipano**. São Cristóvão: Edufs, 2010. p. 40-61.

LIMA, L. B. B. M. **O turismo de sol e praia no Litoral Sul de Sergipe: uma análise sob a perspectiva dos modelos do SISTUR e TALC**. Tese de doutorado. São Cristóvão: UFS, 2010.

LITTLE, P. E. Os conflitos ambientais: um campo de estudo e ação política. *In*: BURSZTYN, M. (Org.). **A difícil sustentabilidade: política energética e conflitos ambientais**. Rio de Janeiro: Garamond, 2001. p. 57-64.

OLIVEIRA, F. S. de. **Conflitos socioambientais na Área de Proteção Ambiental do Litoral Sul em Estância/SE**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão/SE, 2020.

SANTOS, C. N. C. dos. **Entre o Litoral Sul de Sergipe e o Litoral Norte da Bahia: onde as políticas territoriais se encontram**. Tese (Doutorado em Geografia) – UFS, São Cristóvão, 2017.

SANTOS, P. P. dos; VILAR, J. W. C. Territórios e conflitos ambientais do turismo de segunda residência na APA Litoral Sul (SE). **Revista Ateliê Geográfico**, v. 7, n. 2, 2013.

_____. Os conflitos ambientais da implantação do imobiliário-turístico no litoral de Sergipe. **Revista Geosaberes**, Fortaleza, v. 6, n. 3, jul. 2016.

SANTOS, C. N. C. dos; VILAR, J. W. C. Territórios e conflitos na APA Litoral Sul de Sergipe. *In*: VILAR, J. W. C.; VIEIRA, L. V. L.; **Conflitos ambientais em Sergipe**. Aracaju: EDIFS, 2014, p. 162-186.

SANTOS, P. P. dos. **Entre a casa de praia e o imobiliário-turístico: a segunda residência no litoral sergipano**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – UFS, São Cristóvão, 2015.

VILAR, J. W. C.; VIEIRA, L. V. L.; **Conflitos ambientais em Sergipe**. Aracaju: IFS, 2014.

ESPAÇOS BALNEÁRIOS DO LITORAL NORTE DA BAHIA: FORMAS, AGENTES E TEMPOS

Marcus Henrique Oliveira de Jesus

Doutorando em Geografia no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)
E-mail: marcushenrique103@gmail.com

José Wellington Carvalho Vilar

Professor Titular Aposentado do Instituto Federal de Sergipe (IFS)
E-mail: wvilar@yahoo.com.br

1 INTRODUÇÃO

A busca por uma compreensão das dinâmicas territoriais do Litoral Norte da Bahia (LN), expressas a partir das materialidades presentes na paisagem, foi um dos motes da dissertação defendida no Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO) da Universidade Federal de Sergipe (UFS) (JESUS, 2021). O referido trabalho teve como objetivo realizar uma avaliação dos planos voltados para o ordenamento territorial na região, um recorte espacial que corresponde à zona turística da Costa dos Coqueiros. Enquanto um dos resultados alcançados ao longo do desenvolvimento dessa pesquisa, observou-se a constituição de espaços balneários que se revelaram na medida em que as ações de planejamento engendradas por agentes públicos e privados direcionaram usos e ocupações que favoreceram a territorialização turística e balnear. E através desse fenômeno territorial se instauraram transformações substantivas que promoveram diversos conflitos e um mosaico territorial de espaços distintos.

Na atualidade, a dinâmica territorial balnear e turística se expressa com mais força no Litoral Norte da Bahia no espaço entre a BA-099 e a linha de praia, configurando um território usado por novos vetores espaciais, intensificando a territorialização por meio de atividades balneares, turísticas e imobiliárias. Essa zona costeira, praiana e balnear corresponde aos espaços territoriais de maior preocupação do presente trabalho. Trata-se, portanto, de duas escalas de análise: uma mais ampla com alcance regional e até global e outra com expressões e a força viva do lugar. É na relação entre essas escalas que a vida social e o território balnear se produz no Litoral Norte da Bahia.

Pretende-se neste trabalho apresentar algumas das reflexões que nortearam os resultados alcançados, com as quais se discutiu o processo de constituição do Litoral Norte da Bahia como um todo e da zona de praia em particular, no âmbito de uma periodização que leva em

consideração as contribuições de Milton Santos (1996) e as ideias de Eustógio Dantas (2009), Gomes (2013) e Priscila Santos (2019). A realização dessa empreitada se deu com base em levantamento bibliográfico e documental na busca de elementos que lançassem compreensões sobre as dinâmicas territoriais da região; e as visitas de campo para registros fotográficos e checagem de informações.

Os resultados se estruturam em torno de questões que buscaram respostas ao longo do processo investigativo e, em certa medida, estão sintetizados aqui. Inicialmente, parte-se da seguinte questão: a) o que é e como se configura espacialmente o Litoral Norte da Bahia? Essa questão mais genérica, se desdobrou em três outras: b) como se processaram as transformações dos espaços balneários locais ao longo do tempo histórico? c) quais os agentes espaciais que protagonizaram essas transformações? d) há resistência a esses processos históricos de balnearização e turistificação do litoral norte da Bahia?

Estas formulações iniciais se associam às origens do território e às suas temporalidades e espacialidades, e por isso convidam a realização de uma periodização. Uma das chaves frutíferas para esse diálogo com a geografia histórica é a proposta de Milton Santos (1996) que transita do meio natural ao meio técnico-científico-informacional.

O LITORAL NORTE DA BAHIA E OS SEUS MEIOS GEOGRÁFICOS

O Litoral Norte da Bahia corresponde a um espaço dominado pelos tabuleiros e pela planície costeira, entremeada localmente por rios e pequenos estuários. A ocupação original se deu a partir de povos nativos (tupis, tupinambás e massarandupióis) (GOMES, 2013), mas com o processo de colonização engendrado pela Coroa Portuguesa, essas terras são doadas como sesmaria para os Garcia D'Ávila (FREIRE, 1998), responsáveis por desenvolver atividades econômicas, e a partir dessa dinâmica é implantado o vetor territorial pautado na pecuária, resultando numa ocupação pontual e muito rarefeita ao longo de mais de três séculos de colonização. O que fica patente em relação a essas análises é a posição ocupada pelo LN baiano durante grande parte da sua história territorial, e nesse sentido, duas ideias/imagens podem ser associadas a esse espaço balnear: o território do “vazio” (CORBIN, 1989) e o longo processo de “invisibilidade” social (SANTOS, 2015). Forma e conteúdo iluminam o entendimento da geografia histórica do Litoral Norte da Bahia e de seus espaços balneares.

Inicialmente, no período colonial, devido à centralidade da economia na produção açucareira e de fumo no Recôncavo, o Litoral Norte vai ocupar historicamente um papel subalterno e periférico na divisão territorial do trabalho. Em segundo lugar, mesmo após a instauração da república irá se verificar que as contribuições na balança comercial baiana não serão significativas, visto que as atividades desenvolvidas serão pautadas no extrativismo animal e vegetal, atividades de valor econômico reduzido. Por outro lado, é válido destacar que até aproximadamente o final da primeira metade do século XX o transporte rodoviário era pouco expressivo na região, resultando praticamente em um isolamento regional, afinal o Estado optou por construir rodovias no interior do continente, e as vias costeiras são um produto recente. O que havia eram pequenos núcleos de habitação constituídos por pescadores ao longo do litoral e na margem dos entroncamentos ferro-rodoviários existentes (GOMES, 2013), muitas vezes distantes e desconectados entre si.

Esse isolamento territorial será rompido com a abertura de rodovias a partir das demandas da atividade industrial e urbana e posteriormente pela vilegiatura e pelo turismo. Essa “invisibilidade” social e esse “vazio” territorial vai sofrendo mudanças cada vez mais rápidas e aceleradas no final do século XX e início do século XXI. Esse processo se acentua com a descoberta do petróleo na região e posteriormente com a industrialização capitaneada por Salvador, a partir da implantação do Polo Petroquímico de Camaçari. A metropolização de Salvador e a instalação de atividades turísticas voltadas para as praias produzem um espaço balnear que completam essa dinâmica mais recente, na qual a segunda residência, o imobiliário turístico e os *resorts* internacionais ganham protagonismo e redesenham a forma e o conteúdo do espaço balnear, cada vez mais carregados de ócio, lazer e valorização turística e imobiliária. Em síntese, se assiste à instalação de um novo valor à beira-mar, inventa-se a praia.

É notável que na literatura geográfica às análises sobre o LN realizem classificações que vão desde a imagem de um deserto demográfico, à luz dos estudos realizados por Milton Santos (1959), devido à baixa densidade populacional, até um *território de enclaves*, na visão mais recente de Silva et al. (2008, grifo nosso), devido aos avanços da atividade turística no final do século XX que resultaram na privatização de faixas de praia e numa nova dinâmica territorial do espaço balnear.

A segunda questão que norteia a discussão corresponde às ações dos agentes espaciais na territorialização em geral e na balnearização em particular. A ideia é pensar em que momento as práticas marítimas tradicionais e modernas (DANTAS, 2009) se constituem como elementos

que promovem modernização, assim como os diferentes períodos que permeiam as transformações supracitadas. Pensar esses processos pressupõe identificar como o território é usado, e essa discussão remonta à parte teórica e metodológica da pesquisa, onde se definiu como categoria de análise o território usado (SANTOS; SILVEIRA, 2006) que permitiu compreender por quem, por que e para que ele é usado, além de ser sinônimo de espaço geográfico e também oferecer possibilidades de realização de uma crítica contundente às limitações do planejamento (SOUZA, 2005).

Nesse sentido, se estrutura como características que constituem cada período os processos territoriais de divisão do trabalho, as relações instituídas entre sociedade e natureza e o contingente técnico. Dentro dos pressupostos estabelecidos por Santos e Silveira (2006), o momento que marca o meio natural no Litoral Norte da Bahia, segundo nossas investigações, se inicia anteriormente à ocupação portuguesa onde os nativos balizavam sua vida a partir do cultivo da terra, da caça e pesca. Portanto, é importante ressaltar que durante o período de domínio do meio natural os principais agentes responsáveis pela produção espacial residem inicialmente nos nativos e colonos, responsáveis pela povoação, e posteriormente por seus descendentes, em grande parte, pescadores, extrativistas e agricultores, que realizam essas atividades majoritariamente para sobrevivência, num tipo de relação peculiar com as praias e com o mar. Como evidências desse meio, se observa ainda na paisagem do LN a presença de rugosidades que remontam a tempos pretéritos, um exemplo disto é o próprio Castelo Garcia D'Ávila, hoje um dos principais pontos turísticos da região.

Esse meio natural vai coexistir com o novo momento que se instala a partir da instauração de novas técnicas que buscam dinamizar as características citadas anteriormente, isto ocorre a partir do final do século XIX, com maior intensidade no terceiro quartel do XX a partir da industrialização da região, conformando assim o meio técnico (GOMES, 2013). Ou seja, se inicia de forma tímida ainda no século XIX com a chegada de Sigisfred Sigismundo Schindler que insere novas práticas extrativistas voltadas para exportação (SOUZA, 2009), o que incorre até mesmo na instalação de um porto para o pleno desenvolvimento da atividade. Nesse momento se constitui um novo meio, o técnico, cuja intensificação se dará a partir da industrialização e urbanização (também associada à incipiente metropolização de Salvador) ocorridas a partir da década de 1970.

Esse segundo momento, o do meio técnico, marca o processo de invenção do território do “vazio” e ao mesmo tempo “invisível” do Litoral Norte da Bahia e sua inserção mais

significativa na divisão territorial do trabalho, sendo agora um dos núcleos da produção industrial do estado a partir de Camaçari e da exploração de petróleo em alguns outros municípios. Como registro desse novo tempo, se destacam os agentes associados ao capital industrial e imobiliário. Esses novos agentes vão coexistir com os anteriormente citados do meio natural, criando uma série de conflitos que serão acentuados nos anos posteriores.

Santos e Silveira (2006) afirmam que o meio técnico-científico-informacional é o carro chefe da globalização por se constituir como um meio geográfico onde a tecnologia, a ciência e as informações são utilizadas em favor da especialidade dos lugares em um mercado global. Conforme Dantas (2009), no Brasil, as práticas marítimas modernas iniciadas na virada do século XIX e XX vão ocorrer de forma mais pujante a partir da segunda metade do século XX. São destacadas também as particularidades desse processo que pressupõe ritmos diferentes de assimilação, ressignificações e práticas internas. Nesta pesquisa se considerou que a prática marítima moderna é um dos motores de modernização do Litoral Norte que inaugurou um novo meio, o técnico-científico-informacional, após a década de 1990.

O que marca esse período recente é a instalação de uma infraestrutura voltada para o desenvolvimento do turismo pautado na balnearização das praias. As construções de diversos empreendimentos turísticos (majoritariamente espanhóis e portugueses) acabam transformando a região e incorrendo em um processo de internacionalização dos seus espaços, se tornando um dos destinos no mercado nacional e internacional, sobretudo para aqueles turistas que valorizam o modelo sol e praia como opção de lazer, ócio e investimento. Verificam-se as características do meio técnico-científico-informacional a partir da dinâmica engendrada pelos agentes responsáveis por essas transformações, principalmente pelo Estado associado ao capital privado nacional e internacional do setor turístico e imobiliário. Há a criação de espaços racionalizados com diversos equipamentos técnicos (hotéis, aeroporto, rodovias) e conexões a nível global, devido às operações realizadas.

Esses processos de balnearização, associados à turistificação e ao imobiliário-turístico, ou seja, à forma mais refinada de territorialização litorânea na atualidade, trouxeram como consequências diversos conflitos de ordem socioambiental, como a instalação de equipamentos sobre ecossistemas costeiros; privatização de determinadas faixas do litoral para uso restrito de turistas; abandono das atividades tradicionais pelos nativos para serem incorporados à indústria turística constituída de mão de obra flexível e sazonal; fragmentação e segregação socioespacial

a partir do mercado imobiliário turístico (MAGALHÃES, 2016); e uma nova configuração territorial da urbanização turística (SANTOS, 2019; SILVA et al., 2008, JESUS, 2021).

Por outro lado, se observa a resistência dos povos nativos a partir do associativismo ou movimentos congêneres, onde se criam meios para a manutenção dos seus modos de vida tradicionais; além da própria luta contra a instalação de equipamentos estranhos aos interesses da comunidade; e a participação no planejamento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A balnearização, enquanto fenômeno constituído no bojo das práticas marítimas modernas, é um motor de transformação do LN da Bahia e a característica principal da constituição de um meio técnico-científico-informacional na região. Nesse sentido, a investigação apontou para as ações das políticas públicas territoriais e os investimentos de agentes privados na promoção de um processo de balnearização como busca de desenvolvimento e acumulação de capital, visto que essas alteridades são justificadas pelo discurso político do desenvolvimento regional.

PALAVRAS-CHAVE: Litoral Norte da Bahia, Turismo, Meios Geográficos, Balnearização.

REFERÊNCIAS

CORBIN, A. **O território do vazio:** a praia e o imaginário ocidental. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

DANTAS, E. W. C. **Maritimidade nos trópicos:** por uma geografia do litoral. Fortaleza: Edições UFC, 2009.

FREIRE, F. **História territorial do Brasil**, v. 1: Bahia, Sergipe, Espírito Santo. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo: IGH da Bahia, 1998.

GOMES, L. **Luzes e sombras no litoral norte da Bahia:** estratégias e sustentabilidade das redes hoteleiras internacionais. Salvador: EDUNEB, 2013.

JESUS, M. H. O. de. Políticas territoriais no Litoral Norte da Bahia: entre os meios geográficos e a avaliação ambiental estratégica. **Dissertação (Mestrado)**. UFS. São Cristóvão, 2021.

MAGALHÃES, D. S. Fragmentação e segregação sócio-espacial no processo de urbanização do litoral nordeste da Bahia: os dois lados da Rodovia BA-099 - “Estrada do Coco”. **Tese (Doutorado em Geografia)**. UFBA. Salvador, 2016.

- SANTOS, M. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. SP: Edusp, 2006.
- _____. Salvador e o deserto. **Revista Brasileira dos Municípios**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 47/48, 1959, p. 127-128.
- SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2006.
- SANTOS, P. P. Veraneio, turismo de sol e praia e imobiliário-turístico: a formação da região turística entre o litoral Sul de Sergipe e o litoral Norte da Bahia. **Tese (Doutorado em Geografia)**. Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, 2019.
- SANTOS, R. H. dos. os *suailis* sergipanos: apropriação e formação de territórios pelas comunidades litorâneas. In: VARGAS, M. A. M; DOURADO, A. M.; SANTOS, R. H. dos (Orgs.). **Práticas e vivências com a Geografia Cultural**. Aracaju: Edise, 2015, p. 217-236.
- SILVA, S. B. de M. e; SILVA, B-C. N.; CARVALHO, S. Sá de. “Metropolização e turismo no Litoral Norte de Salvador: de um deserto a um território de enclaves?” In: CARVALHO, I.; PEREIRA, G. (Orgs.). **Como anda Salvador**. 2ª ed. Salvador: EdUFBA, 2008, p. 189-211.
- SOUZA, M. A. A. de. Milton Santos, um revolucionário. **Observatório Social de América Latina**, Buenos Aires, Ano 6, nº. 16, 2005, p. 251-254.
- SOUZA, M. de L. C. Interesses na produção do espaço no Litoral Norte da Bahia: Massarandupió e seu entorno. 2009. 160 f. **Dissertação (Mestrado)**. UFBA. Salvador. 2009.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior pela concessão da bolsa durante os 24 meses para a realização da pesquisa de mestrado.

RESÍDUOS SÓLIDOS COMO PROBLEMÁTICA SOCIOAMBIENTAL URBANA, NO CONTEXTO DE FEIRA DE SANTANA/BA

Carla Alessandra Melo de Freitas Bastos

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe

Josefa Eliane Santana de Siqueira Pinto

Prof.^a Dr.^a do Programa de Pós-Graduação em Geografia Universidade Federal de Sergipe

INTRODUÇÃO

Ao longo dos anos, diversas problemáticas socioambientais têm sido geradas em decorrência de ações antropogênicas que interferem no equilíbrio ambiental. São, especialmente, nas áreas urbanas que se sobressaem problemáticas relativas ao manejo inadequado de resíduos sólidos que configura uma das preocupações socioambientais mais complexas da atualidade. Relacionados às atividades antrópicas no tempo e no espaço, os resíduos se constituem elemento significativo no estudo da relação sociedade-natureza, sobretudo no que tange aspectos culturais, políticos, ambientais, econômicos e sociais.

Desde as antigas civilizações, a geração de resíduos relaciona-se com a dinâmica da produção do espaço. Entretanto, com o processo industrial e a inserção das novas tecnologias, essa relação ganha novos contornos e imprime cenários de degradação, materializados como problemas socioambientais.

No Brasil, a gestão e manejo dos resíduos sólidos são regulamentados pela Lei nº 12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), estabelecendo princípios, objetivos, instrumentos, metas e ações com base em normas operacionais específicas. É pertinente pontuar que se trata de uma temática polêmica e complexa, na qual além de trazer responsabilidades para esfera pública, define deveres à iniciativa privada, ao indicar mudanças comportamentais. Resíduos sólidos urbanos são aqueles gerados das atividades domésticas em residências urbanas e dos serviços de limpeza dos espaços públicos, cuja reponsabilidade fica a cargo do Poder Público Municipal (BRASIL, 2010).

O estudo anual *‘Panorama dos Resíduos Sólidos no Brasil’* realizado pela Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais projeta que a geração de resíduos sólidos urbanos no país tende a seguir uma curva crescente. Conforme os dados, em 2022 foram gerados um total de aproximadamente 81,8 milhões de toneladas de resíduos no

país, o que corresponde a 224 mil toneladas diárias. Com isso, cada brasileiro produziu, em média, 1,043 kg de resíduos/dia (ABRELPE, 2022).

O desafio em gerenciar os resíduos sólidos urbanos permeia todo território nacional. No tocante a disposição final, grande parte destina-se aos aterros sanitários (61%), contudo, a quantidade disposta em unidades inadequadas – 39% (lixões e aterros controlados) atingiu 29,7 milhões de toneladas/ano em 2022, fato que constitui um cenário de degradação, com riscos à saúde pública e impactos ambientais adversos. A erradicação dos lixões é considerada pelos especialistas como urgência de saúde mundial.

Nesse panorama desafiador, utiliza-se como recorte a cidade de Feira de Santana, Bahia, localizada no agreste baiano; ocupa a posição de segunda maior cidade do Estado da Bahia, com população de 616.279 mil habitantes e uma área de unidade territorial de aproximadamente 1.304,425 km², densidade demográfica de 472,45 hab/km² e uma média de 2,77 moradores por residência (IBGE, 2022).

No cenário atual do município, o conjunto de atividades desenvolvidas no manejo de resíduos sólidos refere-se aos serviços de coleta, transporte e disposição final. Cabe pontuar que a separação dos resíduos promovida pela coleta seletiva não acontece, desse modo, todo o resíduo orgânico e reciclável coletado no município é disposto de maneira convencional e, em seguida, destinado ao aterro Sanitário. Feira de Santana apresentou o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos em agosto de 2016, com horizonte de 20 anos.

No contexto, tem-se como objetivo analisar a dinâmica socioambiental dos resíduos sólidos urbanos, numa perspectiva sistêmica, articulando os instrumentos legais, efetividade/qualidade dos serviços de manejo e impactos adversos. Assim, a Geografia, ciência que analisa e discute a interação sociedade-natureza, pautada numa abordagem integrada da realidade, configura ferramenta essencial para a compreensão da problemática dos resíduos sólidos urbanos, em suas particularidades e generalidades.

METODOLOGIA

A elaboração do presente estudo é pautada na construção teórica acerca da dinâmica socioambiental urbana, com foco prioritário na problemática dos resíduos sólidos e seus reflexos no ambiente e na saúde humana. A pesquisa está sustentada na Abordagem Sistêmica, numa perspectiva de olhar a interação sociedade-natureza. Foram utilizados como procedimentos: levantamento bibliográfico em consultas a materiais

digitais/impressos, sites oficiais, periódicos especializados, jornal local (impresso), dissertações, teses e artigos, visando à contemplação teórica e conceitual.

No levantamento documental constou a aquisição de dados primários e secundários, obtidos mediante pesquisas e visitas guiadas a entidades e órgãos públicos e privados e consultas on-line em sites de órgãos oficiais. Em visitas de campo, analisaram-se etapas do manejo, limpeza pública, efetividade da legislação vigente e impactos adversos. Foram feitos registro fotográfico e marcação dos pontos das coordenadas planas do Sistema de Transversal de Mercator (UTM) com o uso do GPS.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Em Feira de Santana, a limpeza urbana e o manejo de resíduos sólidos são administrados pela Secretaria Municipal de Serviços Públicos (SESP), que também coordena os serviços de iluminação pública e manutenção de áreas verdes. A SESP atua com atividades de varrição, poda, recolhimento de entulhos e animais mortos, limpeza de bueiros e canais. Os serviços de coleta, transporte e disposição final são realizados por empresa privada, via contrato de concessão pública, que também atua na limpeza do município por meio de atividades como poda, capinagem, varrição, pintura de meio fio, limpeza de boca de lobo, de praças, de parques e de áreas ajardinadas, remoção de entulho manual e mecanizado de saúde. O controle diário de toda ação ocorre de forma conjunta.

O gerenciamento adequado dos resíduos sólidos caracteriza um dos principais desafios contemporâneos. Construiu-se ao longo da história um sistema de manejo centrado na ordem pública com ações restritas à limpeza urbana, além da negação aos resíduos, vinculados à imundície, sujeira, perigo. Assim, buscavam-se maneiras de descartá-los em áreas periféricas, distantes dos grandes centros, os chamados 'lixões', sem critério ambiental para tal descarte.

Feira de Santana operou com o 'antigo lixão' desde a década de 80 até o ano de 2004, quando foi decretado o seu fechamento. Ainda são detectados impactos ambientais na área, como chorume depositado numa lagoa sem impermeabilização; gases liberados sem drenagem; presença de animais em circulação; ou seja, a área configura, nos dias atuais, intensa degradação ambiental, com rebatimentos na saúde, uma vez que possuem moradores próximos a localidade.

O município gera, em média, 700 toneladas/dia de resíduos sólidos urbanos, sendo que, deste percentual, 440,80 refere-se à coleta doméstica, o que equivale, em média, à geração de

0,714 kg/hab/dia (SESP, 2019). Como já apontado, estes são coletados e destinados ao aterro sem passar por critério de tratamento e/ou destinação (compostagem, reciclagem, reutilização, etc.). Tal realidade implica no aumento de gastos públicos, além de refletir de forma negativa no tempo de vida útil do aterro sanitário.

É notório no município o descarte irregular de resíduos em terrenos baldios, lagoas e corpos hídricos, córregos, vias públicas, entre outros espaços. Observam-se características de resíduos domésticos e resíduos da construção civil (entulhos), descartados por carroceiros em diversos pontos da cidade. Os espaços degradados configuram um passivo socioambiental e um cenário insustentável para a população. O atual cenário do manejo de resíduos pode ser identificado pelo descarte precoce e irregular; ausência de serviços essenciais e da efetividade da legislação vigente; aumento dos casos das arboviroses e outros agravos. Percebe-se que no contexto urbano, o manejo dos resíduos retrata e reforça as desigualdades de vulnerabilidade socioambiental.

Feira de Santana se destaca por apresentar um número significativo de casos da dengue, como também para outras arboviroses, o que demonstra um caráter epidêmico. Em 2019, foram 10.624 casos confirmados e treze óbitos, segundo dados da Secretaria Municipal de Saúde/Vigilância Epidemiológica do município. No ano de 2020 foram notificados 6.282 casos, sendo 3.106 confirmados (SMS/VIIEP, 2021), tendo o saneamento básico como um dos principais fatores da incidência dos casos, fato que evidencia a precariedade do sistema em seu território. Em julho de 2023, o município decretou Estado de Emergência para saúde pública devido o aumento no número de casos - 978 e quatro mortes, até a data do decreto.

Nota-se que os impactos decorrentes desse sistema são inúmeros e envolvem aspectos sanitários, ambientais, econômicos, políticos e sociais (Pereira Neto, 1999). Diante da conjuntura, evidencia-se a necessidade de encarar a problemática dos resíduos sólidos sob uma visão integrada, analisando os aspectos que a engloba.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A intensa e complexa relação sociedade-natureza tem desencadeado transformações que impulsionam problemáticas. A excessiva geração de resíduos tem resultado na insuficiência da natureza em absorver o grande volume diário, fruto do padrão de consumo imposto pelo sistema de produção capitalista.

Nota-se que, o descarte inadequado dos resíduos sólidos exibe e potencializam os cenários de degradação ambiental e danos à saúde pública, contaminação e poluição dos corpos hídricos e dos solos; poluição atmosférica; atração de vetores transmissores de doenças; poluição visual; entupimento de bueiros, entre outros. Convém mencionar que, a falta de recursos aplicados no setor de serviços de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos urbanos interferem de modo expressivo os números dos casos de arboviroses observados em Feira de Santana. Ou seja, a gestão e manejo dos resíduos sólidos no município ainda são voltados apenas para a meta da cobertura total dos serviços, deixando de lado ações que combatam as problemáticas socioambientais advindas do manejo inadequado.

Desse modo, compreender e integrar os resíduos aos outros componentes do saneamento básico é buscar alternativas que sejam capazes de sanar/minimizar as deficiências encontradas, contribuindo na promoção da qualidade de vida da sociedade e da qualidade ambiental.

PALAVRAS-CHAVE: Problemática Socioambiental; Resíduos Sólidos; Espaço Urbano.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRELPE. Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais. **Panorama dos resíduos sólidos no Brasil**, 2022.

BASTOS, Carla Alessandra M. de F. **Desafios e perspectivas dos resíduos sólidos no Centro de Abastecimento de Feira de Santana-BA**. Dissertação. (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2018.

BRASIL. **Lei 12.30, de 2 de agosto de 2010**. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112305.htm>. Acesso em: 04 novembro 2023.

FEIRA DE SANTANA, **Lei nº 3.785, de 19 de dezembro de 2017**. Dispõe sobre a Política Municipal de Resíduos Sólidos e o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos de Feira de Santana, e dá providências. Disponível em: < <https://leismunicipais.com.br> >. Acesso em: 03 novembro 2023.

MENDONÇA, Francisco de Assis. Geografia socioambiental. In: **Revista Terra Livre**, São Paulo, n.º 16, 2001.



PEREIRA NETO, J. T. Gerenciamento de Resíduos Sólidos em Municípios de Pequeno Porte. **Revista Ciência e Ambiente**. nº 18, Santa Maria - RS, 1999.

AGRADECIMENTOS

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela bolsa concedida. À minha orientadora Professora Doutora Josefa Eliane Santana de Siqueira Pinto. E ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe (PPGEO/UFS).

INTERFERÊNCIAS DO USO DA TERRA SOBRE OS RECURSOS HÍDRICOS EM PIRAMBU -SE

David Costa Alves

DGEOL – Universidade Federal de Sergipe
davidcostageo@gmail.com

Neise Mare de Souza Alves

DGE/PPGEO – Universidade Federal de Sergipe
neisemare@gmail.com

INTRODUÇÃO

A paisagem é definida pela inter-relação de diversos elementos biofísicos, tais como hidrografia, vegetação, relevo, rochas, solos e também por elementos culturais, que são resultado das intervenções realizadas pelo homem na natureza.

O litoral norte do estado de Sergipe é constituído por quatro municípios defrontantes com o mar, sendo um deles Pirambu, que possui uma paisagem composta por praias, dunas costeiras e continentais, morfologias tabulares, ambiente estuarino, além de vegetação nativa adaptadas às condições ambientais – mangues, restingas, Floresta Estacional Semidecidual e Cerrado, entre outras. No decorrer do tempo, em razão dos tipos de uso dos recursos naturais a paisagem foi sofrendo transformações, sendo os corpos hídricos um dos que sofreram maior impacto com as mudanças na implantação de novas atividades produtivas.

Os recursos hídricos, embora sejam abundantes no planeta, são finitos. O cenário mundial destaca um agravamento nos problemas relacionados aos recursos hídricos, devido a poluição e escassez da água, que atingem milhões de pessoas. Além disso, ocorrem fenômenos atmosféricos na escala global, a exemplo do El Niño e La Niña, que alteram os sistemas meteorológicos regionais e locais, que afetam a distribuição e o volume das precipitações pluviométricas. Assim, são geradas as crises hídricas que resultam em racionamento e/ou falta de abastecimento de água nas grandes cidades e regiões metropolitanas, além impactos negativos na produção de energia hidroelétrica e nas atividades agropecuárias.

No Brasil, a Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH) conhecida como Lei das Águas, criou o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH) e o Plano Nacional de Recursos Hídricos (PNRH), instrumentos que orientam a gestão das águas no país. Ademais, instalou os comitês de bacias hidrográficas, que unem as três instâncias do poder público, usuários e sociedade civil na gestão de recursos hídricos, como forma de

“identificar conflitos pelo uso das águas, por meio dos planos de recursos hídricos das bacias hidrográficas, e arbitrar conflitos no âmbito administrativo” (ANA, 2023).

No quesito de águas superficiais, o município de Pirambu é dotado de importantes reservas, destacando-se a ocorrência das lagoas Catu, Redonda, Grande e do Sangradouro, além dos rios Japarutuba, Aningas, Sapucaia, Betume ou Poxim, Papagaio e Brito. Por sua vez, o domínio hidrogeológico é composto por rochas sedimentares, que favorecem uma excelente condição de armazenamento e fornecimento de água, sendo classificado como aquífero granular, com elevada permeabilidade e porosidade primária.

Tradicionalmente, a economia do município era sustentada basicamente pela cocoicultura. Entretanto, na atualidade as atividades produtivas têm uma nova orientação, que de certa forma, acompanha a tendência econômica dos demais municípios do litoral norte de Sergipe – a aquicultura (piscicultura e carcinicultura) e o turismo. Essas novas atividades têm produzido alterações na paisagem e principalmente nos canais fluviais, comprometendo a quantidade e a qualidade dos recursos hídricos, bem como a supressão da vegetação nativa.

Assim, justifica-se a importância deste estudo que tem por objetivo - Caracterizar as mudanças no uso da terra e as interferências nos recursos hídricos do município de Pirambu – SE, entre 1985 e 2020. Essa análise multitemporal requer – caracterizar os componentes biofísicos condicionantes da paisagem; e analisar o uso e ocupação da terra relacionando as repercussões sobre os recursos hídricos.

Os estudos tiveram por base a concepção sistêmica (BERTALANFFY, 1977, CAMARGO, 2005), representada no modelo teórico-metodológico dos Geossistemas de Bertrand (2004), que na sua análise integra as relações que se estabelecem entre os componentes biofísicos e a ação humana. A paisagem foi a categoria de análise geográfica adotada.

Complementarmente, foram definidos os seguintes procedimentos – pesquisa bibliográfica; análise e seleção do material cartográfico; trabalhos de campo e elaboração de mapas temáticos. Os mapas de uso e ocupação da terra e o de recursos hídricos tiveram por base a coleção 7 do projeto MapBiomas (2022). Os mapas foram elaborados com técnicas da cartografia digital, utilizando-se o software Quantum Gis versão 3.22.16-Bialowieza.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O município de Pirambu está localizado na faixa litorânea, no extremo leste do estado de Sergipe, sendo limitado a norte com os municípios de Japoatã e Pacatuba, a noroeste com

Japaratuba, a oeste com Carmópolis, a sudoeste com Santo Amaro das Brotas, a sul com Barra dos Coqueiros e a leste com o Oceano Atlântico. A sua área equivale a 208,681km² (IBGE, 2022), e está localizado a cerca de 40 km de distância da capital do estado - Aracaju. Segundo Bomfim, Costa e Benvenuti (2002, p. 4) o clima é “do tipo megatérmico úmido e sub-úmido, com temperatura média anual de 26 °C”. As precipitações concentram-se entre os meses de abril e julho. Geologicamente, possui território caracterizado pelas Formações Superficiais Continentais, do Cenozoico – litologias do Grupo Barreiras e depósitos pleistocênicos e holocênicos relacionados, nessa ordem, com as unidades geomorfológicas Tabuleiros Costeiros e Planície Costeira (SANTOS et al;1998; ALVES, 2010). O território de Pirambu possui um único domínio hidrogeológico – as Formações Superficiais Cenozoicas, formadas por rochas sedimentares, com excelente armazenamento e fornecimento de água – um aquífero granular, dotado de elevada permeabilidade e porosidade primária. Este domínio é provido de potencial exploratório médio a alto, abrangendo os depósitos arenosos de praia e areno-argilosos do Grupo Barreiras, e níveis de calcários da Formação Cotinguiba (BOMFIM, COSTA e BENVENUTI, 2002).

Diante dessa contextualização, observa-se que o município de Pirambu apresenta importantes recursos naturais e disponibilidade hídrica, que são fundamentais para o desenvolvimento das atividades humanas e abastecimento da população.

A base econômica do município de Pirambu por muito tempo foi a agricultura, pautada principalmente no cultivo do coco-da-baía (*Cocos nucifera L.*). Na atualidade constata-se novas tendências econômicas. Nos topos das morfologias tabuliformes são frequentes a lavoura de cana-de-açúcar e a silvicultura (eucaliptocultura). As atividades da aquicultura, em particular a carcinicultura e a piscicultura, estão sendo desenvolvidas em setores dos canais fluviais mediante barramentos com materiais retirados das margens dos rios e/ou das vertentes, de modo aleatório. Constatam-se ainda, a implantação de loteamentos residenciais e empreendimentos destinados ao turismo.

As intervenções antropogênicas têm alterado a paisagem do município, afetando diretamente a vegetação nativa – com desmatamento de áreas de restinga, que coloniza os topos tabulares – e os canais fluviais, que passam a ter a dinâmica fluvial e a qualidade da água comprometidas, devido aos barramentos e produtos químicos utilizados no preparo dos viveiros para a criação de peixes ou camarões, e o uso de rações.

A análise comparativa dos mapas de uso e ocupação da terra de 1985 e de 2020 revelou como principais mudanças na paisagem de Pirambu – o surgimento da cultura do eucalipto e da aquicultura. Paralelamente, ocorreu o crescimento da área urbanizada no setor sul do território, às margens do rio Japarutaba, onde está situada a sede municipal, e a expansão das áreas de pastagem plantada destinada a bovinocultura de corte.

Em 1985, no limite norte de Pirambu com Pacatuba, o rio Betume se apresentava drenante em superfície e em 2020, em razão do processo de assoreamento, tornou-se parcialmente uma área pantanosa, ocorrendo o mesmo com a Lagoa Catu e outros corpos lagunares. Em campo, foi possível constatar a implantação de viveiros de piscicultura e carcinicultura nos canais dos rios Papagaio e Brito, afluentes do rio Betume.

No recorte temporal de 35 anos, os corpos d'água em Pirambu tiveram a área reduzida em mais de 50%. Em 1985, eles ocupavam 446 ha e em 2020, apenas 194 há (MAPBIOMAS, 2022). Essa redução deve-se a destinação dessas áreas às atividades da aquicultura, urbanização e pecuária. Os recursos hídricos no município são necessários para o uso doméstico, lazer e dessedentação de animais, entre outras atividades.

Além dos corpos hídricos superficiais, que possuem como fonte de abastecimento as águas pluviais, Pirambu possui elevado potencial subterrâneo em razão das características hidrogeológicas das Formações Superficiais Cenozoicas. Assim, existem diferentes tipos de poços para captação de água instalados em muitas propriedades, porém, nem todos estão regulamentados e/ou não seguiram as normas para a instalação. Esta ação pode comprometer o abastecimento da população no futuro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise multitemporal realizada dos dados estatísticos e dos mapas de uso e ocupação da terra, e de recursos hídricos com base no MapBiomass tornou evidente que o desenvolvimento da agropecuária e a expansão urbana contribuíram para a redução de determinados recursos naturais, a exemplo da classe Floresta e Corpos Hídricos, entre 1985 e 2020.

A paisagem do município de Pirambu apresenta intervenções antrópicas em diversos componentes naturais, que no período de 35 anos resultaram na transformação da paisagem. Na atualidade, as principais alterações se verificam principalmente na rede hidrográfica, através de barramentos dos canais fluviais para desenvolvimento da aquicultura – piscicultura e carcinicultura.

Os recursos hídricos têm múltiplos usos e estão sendo comprometidos, no que se refere a disponibilidade e a qualidade, devido ao manejo inadequado de certas às atividades produtivas. Assim, podem ocorrer em situações como: risco de contaminação e escassez de água. Desse modo, se faz necessário que os gestores públicos estejam atentos para assegurar uma gestão que conserve os mananciais em bom estado.

PALAVRAS-CHAVE: Intervenções antropogênicas, Paisagem, Recursos hídricos, Uso e ocupação da terra, Pirambu.

REFERÊNCIAS

- ALVES, N. M. S. **Análise geoambiental e socioeconômica dos municípios costeiros do litoral norte do estado de Sergipe – diagnóstico como subsídio ao ordenamento e gestão do território.** 2010. Tese de doutorado (Doutorado em Geografia) – NPGeo, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2010.
- ANA – AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO. **Política Nacional de Recursos Hídricos.** Brasília: ANA, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/ana/pt/br/assuntos/gestao-das-aguas/politica-nacional-de-recursos-hidricos>. Acesso: 08/03/2023.
- BERTALANFFY, L. V. **Teoria geral dos sistemas.** 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1977. 351 p.
- BERTRAND, G. Paisagem e geografia física global: esboço metodológico. **Revista RA'E GA,** Curitiba: Editora UFPR, 2004, n. 8. p. 141-152.
- BOMFIM, L. F. C; COSTA, I. V. G. da; BENVENUTI, S. M. P. **Projeto Cadastro da Infraestrutura Hídrica do Nordeste:** Estado de Sergipe Diagnóstico do Município de Pirambu. Aracaju: CPRM, 2002.
- CAMARGO, L. H. R. **A ruptura do meio ambiente:** conhecendo as mudanças ambientais do planeta através de uma nova percepção da ciência: a geografia da complexidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005. 237 p.
- IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades - Pirambu.** Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em:
<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/se/pirambu/panorama>. Acesso em: 08/03/2023.
- MAPBIOMAS. **Projeto de Mapeamento Anual da Cobertura e Uso do Solo no Brasil – Coleção 7.0 da Série Anual de Mapas de Cobertura e Uso de Solo do Brasil,** 2022. Disponível em <http://mapbiomas.org/> Acessado em 20/01/2023

SANTOS, R. A. dos. (Org.). et al. **Geologia e recursos minerais do estado de Sergipe**: texto explicativo do mapa geológico do estado de Sergipe. Brasília: CPRM; Aracaju: CODISE, 107 p. 1998. (Programa Levantamentos Geológicos Básicos do Brasil).

AGRADECIMENTOS

Este resumo expandido contempla parte do conteúdo do plano de trabalho - Transformações da Paisagem e Recursos Hídricos do Município de Pirambu – 1985 e 2020, do Projeto de Iniciação Científica - Uso e Ocupação da Terra e Recursos Hídricos do Município de Pirambu/SE – 1985 e 2020.

Agradeço à COPES/UFS pelo apoio financeiro concedido por meio da bolsa PIBIC.

GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS: UMA ANÁLISE PRELIMINAR DO LIXÃO A CÉU ABERTO EM MALHADOR/SE

Roniel Pereira Almeida

Universidade Federal de Sergipe
rony.pereira5@gmail.com

Márcia Eliane Silva Carvalho

Universidade Federal de Sergipe
marciacarvalho@academico.ufs.br

INTRODUÇÃO

Dentre os problemas ambientais da nossa sociedade atual, pode-se destacar a problemática dos resíduos sólidos urbanos, que está inteiramente relacionada ao consumismo exacerbado. Concomitante a isso, a disposição dos resíduos sólidos, muitas vezes, acontece em locais inapropriados que acabam por gerar efeitos irreversíveis tanto no aspecto sanitário como ambiental.

Contudo, apesar da limpeza urbana, ainda são poucos os municípios brasileiros que realizam de modo satisfatório a coleta, o tratamento e a disposição final dos resíduos sólidos, buscando atender aos princípios do saneamento ambiental. Nesse sentido, objetivou-se com o presente estudo analisar a situação da disposição dos resíduos sólidos em uma área de lixão a céu aberto em Malhador/SE.

Este município que está inserido no Agreste Central Sergipano, segundo a regionalização de planejamento realizada pelo Estado 2016, compreendendo uma área territorial total de 101.888 km² e uma população total de 12.056 habitantes, das quais 5.626 vivem na zona urbana e 6.430 na área rural (IBGE, 2010). O lixão encontra-se na zona rural da comunidade Santo Isidoro, popularmente conhecido como “Serra”.

Assim, para atingir o objetivo proposto, foi realizado o levantamento bibliográfico em fontes primárias, como o IBGE, o Programa Nacional de Resíduos Sólidos, o Programa Nacional de Meio Ambiente, bem como a lei federal nº 6.766/79 que dispõe sobre o parcelamento do Solo Urbano e da lei municipal nº 549/22 que dispõe sobre a reestruturação administrativa e organizacional do poder executivo municipal, assim como a cooperativa de reciclagem, COOPERMA.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com base nos levantamentos bibliográficos a partir das fontes primárias, tornou-se perceptível que existem leis, programas de níveis federais e demais normas que tratam da problemática dos resíduos sólidos no Brasil.

Diante disso, vale pontuar a Política Nacional de Resíduos Sólidos, lei de nº 12.305, de 02 de agosto de 2010, que dispõe sobre seus princípios, objetivos e instrumentos, bem como sobre as diretrizes relativas à gestão integrada e ao gerenciamento de resíduos sólidos, incluídos os perigosos, às responsabilidades dos geradores e do poder público e aos instrumentos econômicos aplicáveis, conforme o seu artigo 1º. Além de suas vedações previstas no capítulo VI, que se trata das proibições da disposição final de resíduos sólidos ou rejeitos lançados e queimadas in natura a céu aberto ou em recipientes, instalações e equipamentos não licenciados para essa finalidade. Vale destacar que a PNRS estipulou para o ano de 2014 a extinção de todos os lixões a céu aberto no Brasil, mas nota-se, diante disso, muita dificuldade até o ano de 2023 para os municípios atingirem esse objetivo da PNRS, a exemplo do município de Malhador.

Diante disso, já existia a Política Nacional do Meio Ambiente, lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que reforça a capacidade de gestão ambiental nos níveis federal, estadual, do distrito federal e municipal, além de tornar explícitos no artigo 9º, incisos III e IV, respectivamente, a avaliação de impactos ambientais e o licenciamento e a revisão de atividades efetiva ou potencialmente poluidoras.

Dessa modo, a lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo que também não permite o parcelamento do solo em terrenos que tenham sido aterrados com material nocivo à saúde pública ou naquelas onde a poluição impeça condições sanitárias suportáveis, até a sua correção.

Nesse sentido, existe a lei municipal nº 549, de 11 de fevereiro de 2022, pautada no fundamento do desenvolvimento sustentável no art. 3º e inciso VII e em instrumentos de planejamento tais como os expressos no parágrafo único: Plano Diretor de uso e ocupação do solo e Plano Municipal de Saneamento Básico.

Além disso, tem-se a cooperativa de catadores de materiais recicláveis e reutilizáveis de Malhador, a COOPERMA, fundada em 2015, que tem como atividade econômica principal a coleta de resíduos não perigosos. Vale destacar que o município está inserido no Consórcio Público do Agreste Central Sergipano, que tem como princípio a responsabilidade

compartilhada entre governo, empresas e população, e obriga o poder público a realizar planos para o gerenciamento dos resíduos sólidos.

Segundo Santos et al (2015, p.679) em Sergipe eram geradas 1.793 toneladas de resíduos sólidos urbanos por dia, sendo coletados 1.558 toneladas por dia, destinando-se 46,40% dos resíduos sólidos urbanos em aterros sanitário, 28,30% para aterros controlados e 25,60% para os lixões. Dessa forma, fazendo a relação desses dados com o aumento populacional, e trazendo para a realidade de Malhador, onde a destinação dos resíduos sólidos é feita apenas em lixões a céu aberto, torna-se alarmante os possíveis níveis de poluição do solo, do ar e dos corpos de água, superficiais e subterrâneos no entorno da área de estudo.

Nascimento et al (2015, p. 898) afirma que,

A coleta dos resíduos, apesar de ter um alto percentual de abrangência nas áreas urbanas, precisa ser melhorada nas áreas rurais e nos aglomerados subnormais, onde o sistema de coleta convencional não é muito efetivo. Em relação à coleta seletiva, esta precisa ser aperfeiçoada e estudada para que se torne mais eficiente, melhorando a sua abrangência e diminuindo os custos, incentivando a participação dos catadores neste processo, bem como a participação da sociedade em separar os resíduos orgânicos e recicláveis nas suas residências.

Diante disso, fazendo um paralelo com a realidade de Malhador, vale destacar, que a limpeza urbana é feita, porém, o processo de coleta não ocorre de forma seletiva, assim como o processo de tratamento e disposição não são suficientes para o que visa a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Em 2008, o Ministério Público Estadual ajuizou uma ação contra o município de Malhador para implantação de aterro sanitário e eliminação do lixão existente nessa cidade. Com base nessa reportagem do portal de notícias Infonet, é importante destacar que o aterro sanitário exige todo um planejamento de infraestrutura e por isso ele é projetado para receber os resíduos sólidos de forma mais segura.

No entanto, seria também viável, que a partir de convênios existisse parceria entre os municípios inseridos no Consórcio Público do Agreste Central Sergipano - CPAC para que tornasse viável a disposição dos resíduos sólidos em aterros sanitários da região, fechando de uma vez as atividades inapropriadas dos lixões a céu aberto que impactam diretamente a vegetação, o clima, os recursos hídricos, fauna e flora, a atmosfera, além de colocar em risco a saúde da população que reside no entorno do lixão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao interpretar os dados coletados no presente trabalho, pôde-se verificar que o município de Malhador, no tocante ao problema da gestão e planejamento dos resíduos sólidos, mostra-se contraditório por não cumprir com as regulamentações impostas nas leis comentadas, que garantem o bem-estar social, o parcelamento do solo e a preservação ambiental, além de se mostrar insuficiente com o consórcio público que dispõe sobre planos de gerenciamento dos resíduos sólido, tendo em vista que não foram feitas parcerias entre os municípios envolvidos no CPAC sergipano com os quais possuem aterros sanitários que cumprem as normas vigentes da PNRS, que exige o fechamento definitivo de lixões até o ano de 2014.

Vale ressaltar a importância da cooperativa de catadores de materiais recicláveis, COOPERMA, que merece mais visibilidade do poder público, de forma a garantir condições dignas de trabalho aos seus agentes e remuneração proporcional às atividades insalubres e perigosas como são as das áreas de disposição irregular em Malhador, assim como faz-se necessária a intervenção do poder público municipal com ações imediatas voltadas para o saneamento básico no entorno do lixão tais como: fechar a área para que animais domésticos e demais animais soltos não façam o contato direto com o local aberto, a fim de evitar que esses animais transmitam doenças à população, bem como fazer a limpeza da via de acesso para facilitar o tráfego de pessoas e automóveis, e placas que sinalizem os riscos ao fazer uso da área sem equipamentos de proteção individual adequados e as suas proibições.

Além disso, necessita-se de campanhas socioeducativas voltadas para a conscientização e importância da coleta seletiva municipal a fim de diminuir os impactos socioambientais existentes ao longo de todo o processo de coleta, tratamento e disposição final dos resíduos sólidos, assim como torna-se urgente o fechamento dessa área de lixão a céu aberto utilizada há décadas impactando negativamente toda a dinâmica socioambiental. É importante salientar que o estudo se encontra em fase preliminar e que serão aprofundados os dados sobre os resíduos sólidos do município em estudo.

PALAVRAS-CHAVE: GESTÃO PÚBLICA, IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS, DISPOSIÇÃO IRREGULAR.

REFERÊNCIAS

- BRASIL, Lei Federal nº 12,305, de 02 de agosto de 2010. **Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos**; altera a lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial da União. Poder Executivo, de 3 de agosto de 2010.
- BRASIL. Lei 6.766, de 19 de dezembro de 1979. **Dispõe sobre o Parcelamento do solo urbano e dá outras providências**. Disponível em: <L6766 (planalto.gov.br)> . Acesso em 06 de novembro de 2023.
- BRASIL. Lei 6.938, de 31 de agosto de 1981. **Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação e dá outras providências**. Disponível em: <L6938 (planalto.gov.br)> . Acesso em: 06 de novembro de 2023.
- CONSÓRCIO, P. A. C. **O consórcio**. Aracaju, Sergipe, 2023. Disponível em: <O Consórcio | Consórcio Agreste (consorcioagreste.se.gov.br)> . Acesso em 06 de novembro de 2023.
- CIDADES, IBGE. Sergipe. **Informações completas**. [Rio de Janeiro], 2021.
- INFONET. O que é notícia em Sergipe. MP ajuíza ação contra município de Malhador. Sergipe, 2018. Disponível em: <https://infonet.com.br/noticias/cidade/mp-ajuiza-acao-contra-municipio-de-malhador/>. Acesso em 07 de novembro de 2023.
- INFORME CADASTRAL. Juiz de Fora/MG. 2015. **Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis e Reutilizáveis de Malhador/SE, Cooperma**. Disponível em: <<https://www.informecadastral.com.br/cnpj/cooperativa-de-catadores-de-materiais-reciclaveis-e-reutilizaveis-de-malhador-cooperma-2229889200019>>. Acesso em 06 de novembro de 2023.
- NASCIMENTO et al. **Evolução e desafios no gerenciamento dos resíduos sólidos urbanos no Brasil**. Rev. Ambient. Água vol 10 n. 10. Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, São José dos Campos, SP, Brasil, 2015.
- SANTOS, N. de J. B. dos et al. **Panorama dos resíduos sólidos urbanos na região Nordeste: foco em Aracaju/SE e sustentabilidade**. In: SIMPÓSIO DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO DE SERGIPE, 7., 2015, São Cristóvão. Anais eletrônicos... São Cristóvão: DEPRO/UFS, 2015, p. 667-678. Disponível em: <<http://simprod.ufs.br/pagina/18182>>. Acesso em: 07 de novembro de 2018.

AGRADECIMENTOS (OPCIONAL)

O presente trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) por meio do Programa de Excelência Acadêmica (PROEX).

ANÁLISE ESPAÇO TEMPORAL DO USO E COBERTURA DA TERRA NA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO JAPARATUBA MIRIM – SE

Fabício Trindade Benevides
Universidade Federal de Sergipe
fabriciobenevidespv@gmail.com

Márcia Eliane Silva Carvalho
Universidade Federal de Sergipe
marciacarvalho@academico.ufs.br

Ronaldo Missura
Universidade Federal de Sergipe
ronaldomissura@gmail.com

INTRODUÇÃO

Desde a utilização dos recursos naturais de forma descontrolada pelo ser humano, estão acontecendo mudanças significativas no meio físico. Qualquer alteração nos condicionantes da paisagem, pode condicionar a quebra do equilíbrio dinâmico do sistema (CHRISTOFOLETTI, 1979).

Torna-se necessário a realização de estudos sobre a paisagem, para compreender como as ações humanas vem alterando-a ao longo do tempo. Atualmente com o Geoprocessamento, tem-se uma ferramenta aliada das análises geográficas, que permite a extração de informações georreferenciadas de todo o globo, possibilitando realizar análises espaciais e temporais, que contribuem para o planejamento ambiental.

Tipos de usos da terra que acarretam no desmatamento de vegetação nativa, quando integrados com as fragilidades dos condicionantes da paisagem podem acarretar em consequências negativas para o sistema hidrográfico (SPÖRL; ROSS, 2004), como assoreamentos e processos erosivos.

Desde a colonização, a vegetação natural é devastada para dar lugar a pastagens e a cultivos agrícolas, compreender os tipos de usos da terra é fundamental para percepção de problemas ambientais, possibilitando ações mitigadoras e preventivas (RODRIGUES; GOMES; CERQUEIRA, 2022).

Este trabalho tem como recorte espacial a ser pesquisado uma bacia hidrográfica, pois ao se tratar de um sistema aberto, que está em constante troca de matéria e energia com o ambiente se torna um importante recorte para ser utilizado nas pesquisas geográficas para

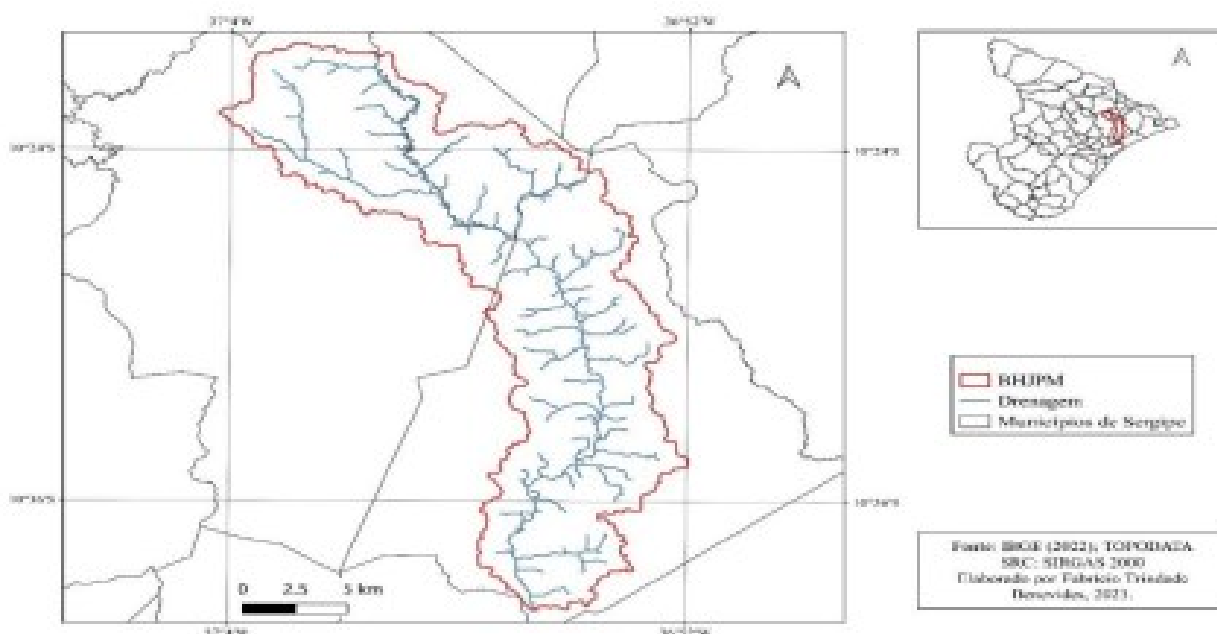
possibilitar compreender os diversos usos da terra ao longo do tempo. Portanto a bacia hidrográfica é uma valorosa unidade espacial a ser utilizada no planejamento ambiental pois, permite observar as relações entre os condicionantes da paisagem e os processos de produção que ocorrem nela (BOTELHO, 2005 *apud* CARVALHO, 2010).

Considerando o que foi exposto, torna-se necessário estudo sobre a evolução do Uso e Cobertura da Terra da bacia hidrográfica do rio Japarutuba Mirim (BHRJM). Com isso, o objetivo desse trabalho consiste em analisar o Uso e Cobertura da Terra da BHRJM dos anos de 1990, 2000, 2010 e 2022, utilizando dados do MapBiomias.

METODOLOGIA

A área de estudo compreende a Bacia Hidrográfica do rio Japarutuba Mirim em Sergipe (figura 1), possui uma área de 290 km², é uma das principais contribuintes da bacia hidrográfica do rio Japarutuba. As principais atividades econômicas consistem na criação de gado e no cultivo da cana de açúcar, além da extração mineral e o turismo, e assim como a bacia que é tributária está com sua vegetação nativa degradada (FONTES, 1997).

Figura 1: Localização da bacia hidrográfica do rio Japarutuba Mirim



Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

Os dados de uso e cobertura do solo utilizados, foram obtidos na coleção 8.0 do projeto intitulado Mapeamento Anual de Uso e Cobertura do Solo – MapBiomias, com dados dos anos

de 1990, 2000, 2010 e 2022. O MapBiomias é um projeto que une empresas privadas, ONGs e Universidades, com intuito de realizar séries históricas de uso e cobertura do solo, utilizando imagens de satélite para produzir os mapeamentos, com dados desde o ano de 1985 (MAPBIOMAS, 2023).

Os dados foram tratados no Sistema de Informação Geográfica (SIG) QGIS na sua versão 3.10.14, o qual fornece ferramentas para manipulação e mapeamento de dados cartográficos, possibilitando classificar os dados obtidos de acordo com as classes de uso e cobertura do solo. As classes de uso e cobertura foram organizadas em cinco categorias de acordo com o quadro 1 abaixo.

Quadro 1: Classificação de uso e cobertura do solo.

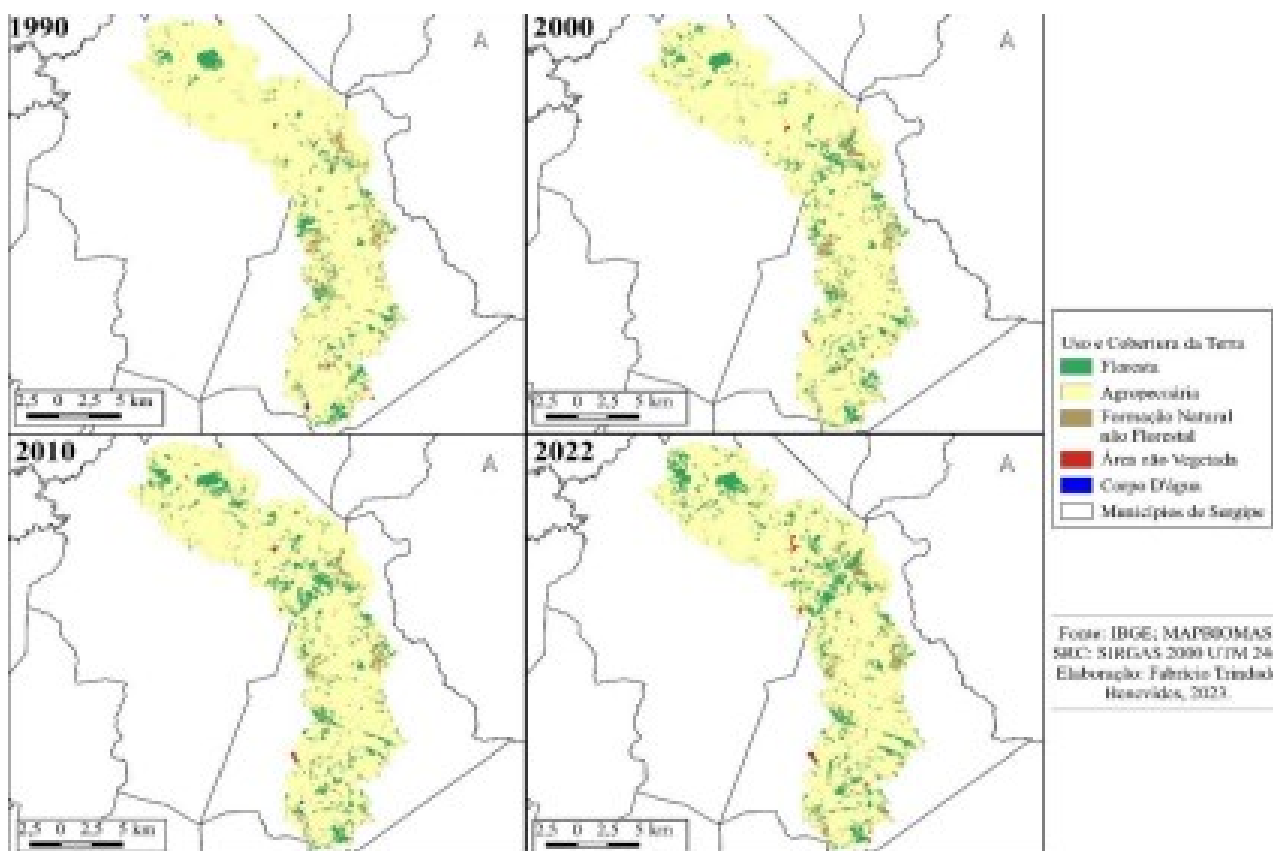
| Classes de Uso e Cobertura | Categorias |
|--|--------------------------------|
| Formação Florestal; Formação Savânica | Floresta |
| Campo Alagado e Área Pantanosa; Formação Campestre; Outras formações não Florestais; Restinga Herbácea | Formação Natural não Florestal |
| Pastagem; Cana de Açúcar; Mosaico de Usos; Outras Lavouras Temporárias; Silvicultura | Agropecuária |
| Praia, Duna e Areal; Área Urbanizada; Mineração; Outras Áreas não Vegetadas | Área não Vegetada |
| Rio, Lago e Oceano | Rio, Lago e Oceano |

Fonte: Adaptado do MapBiomias.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O produto dos dados obtidos, foi 4 mapas de uso e cobertura da terra dos anos de 1990, 2000, 2010 e 2022, que podem ser observados na imagem 2 a seguir.

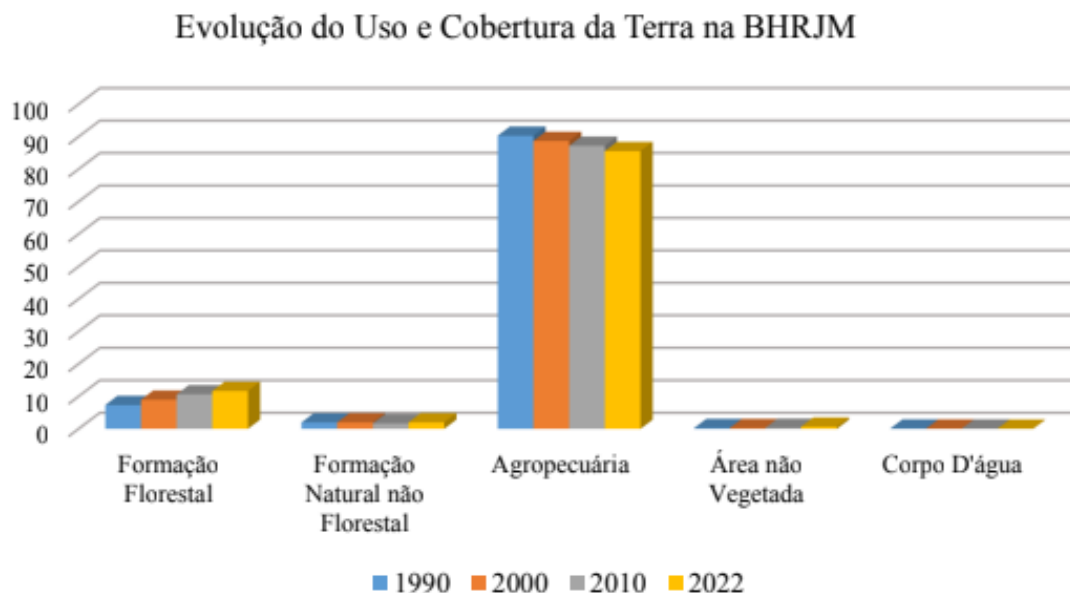
Imagem 2: Uso e cobertura do solo da BHRJM nos anos de 1990, 2000, 2010 e 2022.



Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

Todos os mapas de uso e ocupação da terra, apresentam a categoria Agropecuária como predominante, abrangendo mais de 240km² ao longo de toda série histórica, a vegetação nativa atualmente representa somente 13,7% da área estudada. No gráfico 1 a seguir, observa-se as classes quantificadas em porcentagem da área total da bacia hidrográfica.

Gráfico 1: Evolução das áreas do uso e ocupação do solo em porcentagem. Evolução do Uso e Cobertura da Terra na BHRJM



Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

Ao observar a imagem, observa-se um aumento das formações nativas, entretanto, representam uma pequena parte da área da bacia, já na categoria agropecuária há uma leve diminuição em sua área representante, no entanto, ainda compreende 85,57% da BHRJM, essa diminuição se dá devido a redução na classe de pastagem, dando lugar cada vez mais a áreas cultivadas, principalmente para o cultivo da cana de açúcar. O cultivo da cana na área da BHRJM e na bacia do rio Japarutuba como um todo, é marcado por conflitos marcantes, onde os grandes produtores utilizam das águas dos rios para irrigar seus cultivos, represando o curso dos rios, acarretando em consequências negativas para os produtores familiares, que acabam ficando sem água para consumir e dar para os animais (ALMEIDA; DA SILVA, 2019).

CONCLUSÃO

Conclui-se que ao longo dos 33 anos a área da Bacia Hidrográfica do Rio Japarutuba Mirim, encontra-se com sua vegetação nativa degradada, dando lugar à áreas de pastagem para criação de animais e para a implantação de cultivos, principalmente a cana de açúcar, além de ter suas águas utilizadas para irrigar os mosaicos de agropecuária, ocasionando em conflitos com a população de pequenos produtores que necessitam da água para sua sobrevivência.

Através das imagens do MapBiomas foi possível compreender o cenário da BHRJM, demonstrando uma leve regeneração de sua vegetação natural, além de perceber a diminuição

da pastagem, dando lugar para o aumento dos cultivos agrícolas. O que demonstra que o MapBiomas é uma ferramenta fundamental para estudos acerca do uso e cobertura da terra, possibilitando, uma contribuição para um planejamento que possa intervir de forma a mitigar e prevenir os problemas ambientais.

PALAVRAS-CHAVE: Agropecuária, Formações Nativas, MapBiomas.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, J. V.; DA SILVA, D. A. Mapeamento Dos Hidroterritórios E Conflitos Pela/Da Água No Município De Japaratuba/Se: Resultados Preliminares. XII Encontro de Recursos Hídricos em Sergipe, p. 1-5, 2019.

CARVALHO, M.E.S. (2010). A questão hídrica na bacia sergipana do rio Vaza Barris. Tese de doutorado. São Cristóvão: NPGeo/UFS.

CHRISTOFOLETTI, A. Análise de Sistemas em Geografia. São Paulo: HUCITEC, 1979.

FONTES, A. L. Caracterização Geoambiental da Bacia do Rio Japaratuba (SE). 1997. 298f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Rio Claro, 1997.

MAPBIOMAS. Mapbiomas Brasil: O projeto. Disponível em: <https://mapbiomas.org/o-projeto>. Acesso em: 13 nov. 2023.

RODRIGUES, S. L.; GOMES, J. M. A.; CERQUEIRA, E. B. Dinâmica do uso e cobertura da terra nos municípios produtores da cana-de-açúcar (*Saccharum officinarum* L.) no Maranhão. Desenvolvimento e Meio Ambiente, v. 60, 2022.

SPÖRL C., ROSS J. L. S. Análise da fragilidade ambiental relevo-solo com aplicação de três modelos. GEOUSP - Espaço e Tempo 2004; 15: 39-49.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) por estar concedendo bolsa de Mestrado, primordial para a realização dessa pesquisa.

DOMÍNIO FITOGEOGRÁFICO NA COMPREENSÃO DAS ZONAS SEMIÁRIDAS E AS FLORESTAS TROPICAIS SAZONALMENTE SECAS (FTSS): BREVES CONSIDERAÇÕES

Sheylla Patrícia Gomes do Nascimento
Universidade Federal de Sergipe (UFS)
E-mail: sheyllapgn@academico.ufs.br

Rosemeri Melo e Souza.
Universidade Federal de Sergipe (UFS)
E-mail: rome@academico.ufs.br

INTRODUÇÃO

Entende-se por domínio fitogeográfico e muito conhecido também como morfoclimático, sendo um conjunto espacial de certa ordem de grandeza territorial – de centenas de milhares a milhões de km² de área – onde haja um compacto de feixes entre feições de relevo, tipos de solos, formas de vegetação e condições climático-hidrológicas (Ab’Sáber, 2007).

Nessa perspectiva estes domínios espaciais se organizam e interagem no território, em determinadas áreas com certa dimensão, arranjos estruturais e de funcionamento das paisagens que somadas às condições fisiográficas e biogeográficas formam um complexo homogêneo e extensivo, onde põem em evidência aspectos que permeiam entre os geomorfológicos e climáticos, levando em consideração as particularidades existentes em cada domínio (Albuquerque *et. al.*, 2022).

Assim, para estudar os domínios fitogeográficos é necessário compreender as interações existentes entre as paisagens naturais e as antrópicas, suas transformações no espaço e no tempo em diferentes sistemas ambientais fundantes e escalas geográficas na determinação de Zonas Áridas, Semiáridas e as Florestas Tropicais Sazonalmente Secas (FTSS).

Para tal, ao tratar da conceituação das zonas áridas, o Programa das Nações Unidas para Meio Ambiente (PNUMA), define as terras áridas como locais onde o índice de aridez (IA), é o resultado da razão entre a pluviosidade média anual (P) e a evapotranspiração potencial (ETP), e estes concentram-se em valores inferiores que 0,65. Mediante o exposto as regiões que atendem a estes critérios correspondem a mais de 40% da superfície da terra e abrigam em média mais de dois bilhões de habitantes (Reynolds *et al.*, 2007).

Já em estudos realizados, em 2016, pela Organização das nações Unidas para a Alimentação (FAO), resultaram em um relatório preliminar intitulado “Árvores, florestas e uso da terra nas zonas áridas: uma avaliação global”, do projeto pesquisa Florestal, corroboram que existem a presença e extensão de florestas em terras secas, compostas por zonas áridas, semiáridas, subúmidas e hiperáridas em todos os continentes, em especial no Brasil, no Domínio Fitogeográfico Caatinga, na porção que abarca territorialmente sua distribuição no Nordeste do país e partes do estado de Minas Gerais, este último situado na região do sudeste brasileiro.

Diante do exposto, o presente trabalho tem como objetivo central apresentar breves considerações teóricas de estudos realizados acerca das Florestas Tropicais Sazonalmente Secas (FTSS), caracterizadas por chuvas escassas e predominância de períodos secos, onde estão presentes em algumas partes do planeta, a exemplo na América do Sul (Souza, 2020), como o domínio fitogeográfico Caatinga (este um conceito geográfico) e o bioma Caatinga (este um conceito biológico), ambos exclusivamente brasileiros.

Desta forma, torna-se justificável os estudos acerca das (FTSS), para melhor entendimento acerca das Caatingas brasileiras, assim como podemos inferir sobre a gênese, função e evolução da paisagem geográfica e o comportamento dos seus sistemas interagentes dentro destes domínios, além das transformações antrópicas existentes no espaço e no tempo.

METODOLOGIA

Todo trabalho e/ou pesquisa científica a ser desenvolvida deve ser encarada como a realização de um processo dinâmico, sistêmico, no qual a aplicação dos conhecimentos a partir da ação do pesquisador, corroboram nas reflexões de sobre suas próprias ações dentro do campo do saber e construção do conhecimento (Pardo, 2006).

Portanto, para o desenvolvimento deste trabalho só foi possível de serem tratados por meio do delineamento metodológico, no qual consistiu em uma revisão bibliográfica, ou seja, uma abordagem teórica com diversos autores, tais como: Ab’Sáber, (2007); Albuquerque *et al.*, (2022); (Reynolds *et al.*, 2007); FAO, (2016), Souza, (2020) e outros que versam sobre o tema.

Por fim, o recorte deste texto é fruto parcial da Tese de Doutorado em Geografia (PPGEO/UFS) que está sendo construída, intitulada de INTERAÇÕES GEOECOLÓGICAS NO BIOMA CAATINGA E EVIDÊNCIAS DE DESERTIFICAÇÃO NA BACIA DO RIO

CAPIÁ, SEMIÁRIDO DE ALAGOAS, no intuito de promover a ampliação das discussões sob a égide da temática inferida.

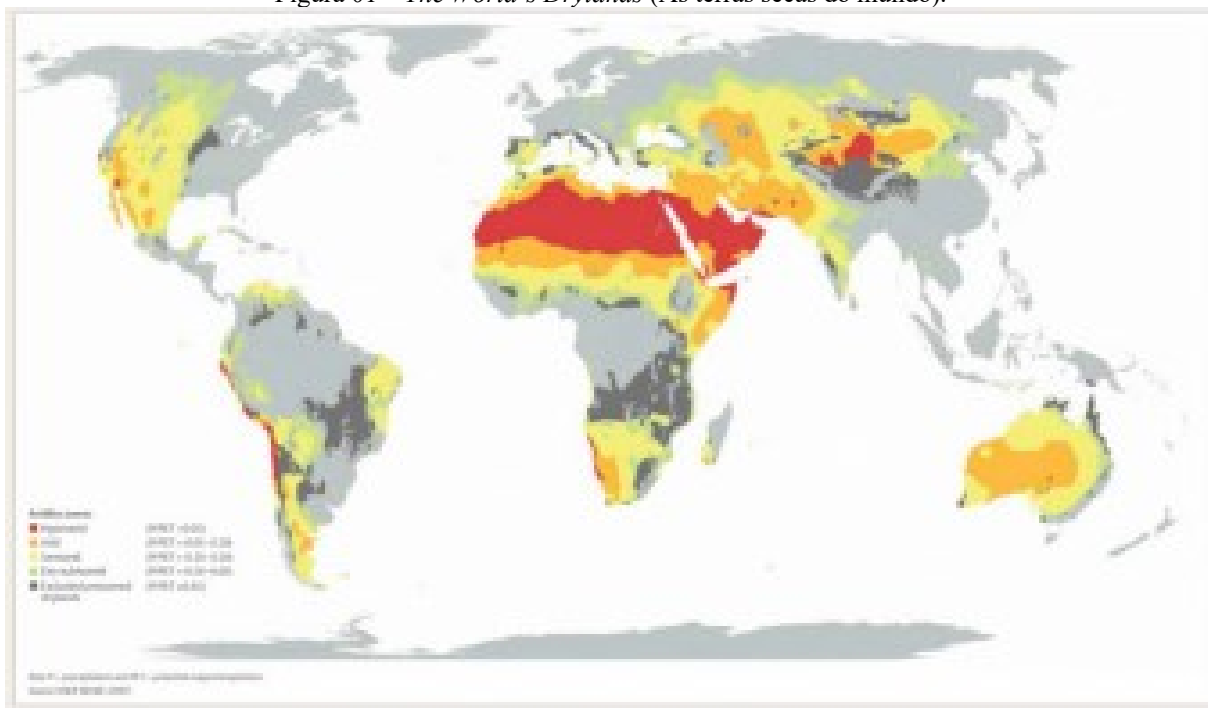
RESULTADOS E DISCUSSÕES

De acordo com o relatório *Global Drylands* (2011) as florestas em terras secas, onde são compostas por terras áridas, semiáridas, superúmidas, neste documento são ecossistemas que apresentam as seguintes características:

Arid ecosystems are annual grasslands suitable mainly for grazing animals, except where interrupted by rivers or lakes. Semi-arid ecosystems are thorny savannahs with annual and perennial grass species, which may be cleared for farming and livestock and carry the highest population densities of the drylands. Subhumid ecosystems are broad-leaved savannah woodlands with higher, denser tree canopies and perennial grasses. The drylands also contain some large, irrigated areas along perennial rivers, which are farmed intensively. Almost all drylands experience high rainfall variability within seasons (it is often concentrated in short rainy seasons), between years and in longer-term cycles. Combined with low average rainfall, this variability is a high risk to non-irrigated agricultural enterprises. According to the Millennium Ecosystem Assessment (MA), drylands cover about 40% of the world's land area. They occur on every continent, and span a diversity of cultures and landscapes. This report focuses on the drylands of developing countries as they are most strongly associated with the objectives of UN dryland intervention (Global Drylands: A UN system-wide response Prepared by the Environment Management Group, 2011, page 22).

Assim, por meio das características das terras secas apontadas na citação anterior, e posteriormente sequenciados pelos estudos do relatório preliminar da (FAO), em 2016: “Árvores, florestas e uso da terra nas zonas áridas: uma avaliação global”, apresentaram em mapa a distribuição das florestas em terras secas no mundo. Figura 01.

Figura 01 – *The World's Drylands* (As terras secas do mundo).



Fonte: Site do Conselho de Regional de Biologia 8ª Região (CRBIO08), (2016).

Estes levantamentos iniciais de dados na América do Sul foram realizados pelo Instituto Nacional do Semiárido (INSA), Unidade de Pesquisa do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), e pelo Instituto de investigação de Zonas Áridas (IADIZA), da Argentina. E constataram que cerca de 90% das terras secas estão localizadas em países em desenvolvimento, mas só 18% dessas regiões contêm florestas, onde 1/3 (um terço) da área de 6 (seis) bilhões de hectares possuem uma densidade elevada de árvores como resultado parcial nesta análise.

Para efeito deste, as florestas e outros ecossistemas, conforme mencionado recobrem 18% dos territórios (Tabela 01), onde são considerados o terceiro uso da terra mais empregado, ou seja, são essenciais para suprirem as necessidades medicinais, alimentares e energéticas da população, acima de serem fator de grande relevância na conservação e no aumento significativo da permeabilidade do solo, e na ação de proteção à biodiversidade (Silva, 2017; FAO, 2016).

Tabela 01: *Land-use distribution, by aridity zone* (Distribuição do uso da terra nas zonas áridas).

| CATEGORY (Categoria) | HYPERARID (Hiperárido) | | ARID (Árido) | | SEMIARID (Semiárido) | | DRY SUBHUMID (Subúmido seco) | | TOTAL | |
|--|---------------------------|--------------------------|----------------------|-----------------------------|-------------------------|-----------------------------|------------------------------------|-----------------------------|----------------------|-----------------------------|
| | Area (‘000 ha) | Share of total (%) | Area (‘000 ha) | Share of total (%) | Area (‘000 ha) | Share of total (%) | Area (‘000 ha) | Share of total (%) | Area (‘000 ha) | Share of total (%) |
| Forest (Florestas) | 5284 | 1 | 77560 | 5 | 458016 | 20 | 569781 | 43 | 1110641 | 18 |
| Cropland (Áreas de cultivo) | 16293 | 2 | 89928 | 6 | 420684 | 19 | 337119 | 26 | 864024 | 14 |
| Other land (Outra terra) | 904220 | 92 | 753461 | 48 | 386666 | 17 | 50892 | 4 | 2095239 | 34 |
| Grassland (Pastos) | 44264 | 5 | 608603 | 39 | 919054 | 41 | 290067 | 22 | 1861988 | 30 |
| Wetlands (Pantanais) | 4905 | 1 | 25660 | 2 | 47798 | 2 | 43252 | 3 | 121615 | 2 |
| Settlements (Assentamentos) | 2880 | 0 | 9283 | 1 | 29829 | 1 | 28454 | 2 | 70446 | 1 |
| Total | 977846 | 100 | 1564495 | 100 | 2262047 | 100 | 1319565 | 100 | 6123953 | 100 |

Fonte: FAO, (2016). Adaptado e organizado por: NASCIMENTO, S. P. G. do, (2022).

Para tal constatou-se no referido relatório que as zonas menos áridas possuem mais árvores, onde a proporção de terras florestais corresponde a 51% na zona subúmida seca, 41% na zona semiárida, na qual encontra-se o Nordeste Brasileiro (NEB), no domínio fitogeográfico das Caatingas, 7% na zona árida, a exemplo de áreas na Austrália, e 0,5% na zona hiperárida, como Deserto do Atacama, no Chile, e Deserto do Saara, na África. Este estudo também revelou que 27% da área florestada global encontra-se assentado em terras secas (FAO, 2016).

Tais análises, além de estudos recentes indicam a necessidade de recuperação dessas terras para enfrentamento de problemas como: estiagens prolongadas, erosão, desertificação, degradação dos solos e outros, pois segundo o relatório *Global guidelines for the restoration of degraded forests and landscapes in drylands: building resilience and benefiting livelihoods*, (2015) expõe que: “*Trees and forests in drylands generate a wealth of environmental services; [...] They also help increase the resilience of landscapes and communities in the face of global change* (FAO, 2015, page 1).”

Corroboram que, estudos acerca das regiões biogeográficas do mundo, ao tratarem de (FTSS), destacam a região tropical, onde as florestas secas são mais comumente encontradas que as florestas úmidas, e são responsáveis por recobrirem 42% das zonas tropical e subtropical.

E em torno de 54% destas estão localizadas no continente americano, sendo que deste percentual 22% estão nos limites da América do Sul. Apresentando, por sua vez, nas florestas tropicais sazonalmente secas e em seus ecossistemas tropicais sazonalmente seco com características peculiares, como vegetação com mais de 50% da sua composição florística de árvores caducifólias, temperatura média anual igual ou superior a 25°C, e precipitação anual entre 700 a 2000 mm, com períodos secos de três ou mais meses por ano, a depender da área, características, por exemplo de áreas de Caatinga, como as encontradas no Semiárido Nordeste Brasileiro (SANCHEZ – AZOFEIFA *et. al.*, 2011).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considera-se que, dado ao exposto embora as (FTSS) ocupem uma área considerável da zona tropical, estas cumprem um papel fundamental na vida e manutenção na diversidade de espécies, onde tais florestas têm poucos estudos em relação às florestas úmidas, no que concerne, as políticas públicas de conservação dessas áreas, principalmente por essas fornecerem serviços essenciais, a exemplo, dentro de bacias hidrográficas, que são unidades de planejamento e gestão ambiental, e em domínio fitogeográfico das Caatingas.

PALAVRAS-CHAVE: Florestas Secas; Domínio Paisagístico, Caatinga, Semiárido; Nordeste Brasileiro.

REFERÊNCIAS

AB' SÁBER, A. N. **Os domínios de natureza no Brasil – potencialidades paisagísticas.** 4ª edição, 2007. Ateliê Editorial: São Paulo, 144 p.

ALBUQUERQUE, F. N. B. de.; SILVA, J. B. da.; MELO, E. V. de.; SILVA, G. M. Os conceitos de bioma e domínio morfoclimático nas vídeos aulas de geografia: abordagens e desafios. São Gonçalo – RJ. **Revista Tamoios**, v. 18, n. 2, págs. 170-184, jul-dez. 2022. Disponível em: < <https://www.e-publicacoes.uerj.br/tamoios/article/view/61114/42738>> Acesso em: 22 de novembro de 2023.

FAO (Food Agriculture Organization of the United Nations). Roma – Italy. **Global guidelines for the restoration of degraded forests and landscapes in drylands.** (2015), 175p. Disponível em: <<https://www.fao.org/policy-support/tools-and-publications/resources/details/en/c/449353/>> Acesso em 02 de março de 2022.

GLOBAL DRYLANDS: A UN system-wide response prepared by the environment Management Group. 2011. Disponível em: <https://www.unccd.int/sites/default/files/sessions/documents/ICCD_CRIC9_1/CRP1eng.>

PARDO, M. B. L. **A arte de realizar pesquisa: um exercício de imaginação e criatividade.** São Cristóvão – SE: Editora UFS; Fundação Oviêdo Teixeira, 2006. 90p.

REYNOLDS, J. F.; SMITH, D. M. S.; LAMBIN, E. F.; TURNER, B. L.; MORTIMORE, M.; BATTERBURY, S. P. J.; DOWNING, T. E.; DOWLATABADI, H.; FERNÁNDEZ, R. J.; HERRICK, J. E.; HUBER-SANNWALD, E.; JIANG, H.; LEEMANS, R.; LYNAM, T.; MAESTRE, F. T.; AYARZA, M.; WALKER, B. Global Desertification: Building a Science for Dryland Development. **SCIENCE**, vol. 316. 11 may, 2007, 347-351p. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/6337132_Ecology_Global_desertification_Building_a_science_for_dryland_development> Acesso em: 20 de março de 2022.

SÁNCHEZ-AZOFEIFA, G. A. & PORTILLO-QUINTERO, C. Extent and Drivers of Change of Neotropical Seasonally Dry Tropical Forests. In: R. Dirzo, H. S. Young, H. A. Mooney & G. Ceballos (Eds.): **Seasonally Dry Tropical Forests: Ecology and Conservation** (pp. 45-58). Island Press.

SOUZA, D. D. de. **Adaptações de plantas da Caatinga.** São Paulo: Oficina de Textos, 2020. 96p.

AGRADECIMENTOS

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelas bolsas concedidas. À co-autora e orientadora do trabalho, professora Dra. Rosemeri Melo e Souza. E ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade Federal de Sergipe (PPGEO/UFS).

SERVIÇOS ECOSISTÊMICOS NA APA DO LITORAL NORTE DE SERGIPE NO MUNICÍPIO DE PACATUBA

Rafael Cardoso da Silva Neto
Universidade Federal de Sergipe
E-mail: rafaelcard@academico.ufs.br

Márcia Eliane Silva Carvalho
Universidade Federal de Sergipe
E-mail: marciacarvalho@academico.ufs.br

INTRODUÇÃO

O conceito de serviços ecossistêmicos pode ser entendido como os benefícios que as comunidades humanas obtêm dos ecossistemas naturais, sendo eles tangíveis ou intangíveis, como polinização, alimentos, regulação climática, práticas de recreação, manutenção da biodiversidade, ecoturismo, purificação da água, etc. Eles são importantes para o bem-estar humano, sua proteção é essencial para garantir a sustentabilidade. Esses serviços são fornecidos gratuitamente através da natureza, mas muitas vezes são menosprezados ou ignorados pela sociedade, necessitando ser ampliada a discussão descrevendo algumas das maneiras pelas quais os humanos estão ligados e dependem da natureza (HAINES-YOUNG, POTSCHIN, 2013).

A demanda humana por recursos naturais aumentou drasticamente, em contrapartida, a natureza não se regenera na mesma velocidade que é explorada. Ou seja, não há equilíbrio nessa relação sociedade-natureza. Logo, a exploração dos recursos naturais tem um impacto significativo sobre os serviços ecossistêmicos. Além disso, a exploração excessiva de recursos naturais pode levar a um desequilíbrio nos ecossistemas, prejudicando sua capacidade de fornecer serviços ecossistêmicos para a sociedade.

Apesar de sua importância ambiental, a área de estudo, o município de Pacatuba inserido na APA do Litoral Norte de Sergipe, sofre com diversas pressões antrópicas, incluindo o crescimento urbano desenfreado, a exploração de recursos naturais, a carcinicultura e o turismo desordenado são algumas das ações humanas presentes, frequentemente os atrativos que inicialmente impulsionaram o fluxo turístico, como recursos naturais de valor paisagístico preservado, acabam sendo prejudicados devido à própria prática turística em grande escala e destrutivo (ALVES, 2010).

Desse modo, este artigo tem como objetivo geral identificar os serviços ecossistêmicos da APA do litoral Norte de Sergipe, em específico no município de Pacatuba/SE.

Para a metodologia foi realizado levantamento bibliográfico da temática de serviços ecossistêmicos, em teses, dissertações e artigos científicos, como Andrade e Romero (2009), Saldanha e Costa (2019) e entre outros, para embasamento teórico. Posteriormente, o levantamento de dados secundários da área de estudo, em sites governamentais para ser feita a identificação dos tensores antrópicos na pesquisa de campo, bem para analisar os aspectos físicos que caracterizam o município.

A pesquisa de campo executada em março do ano de 2023, proporcionou a identificação dos serviços e tensores antrópicos na área de estudo, possibilitando a criação de tabelas que classificam os serviços ecossistêmicos em quatro categorias, serviços de provisão, serviços de regulação, serviços culturais e serviços de suporte, de acordo com a Avaliação Ecossistêmica do Milênio (MEA, 2005).

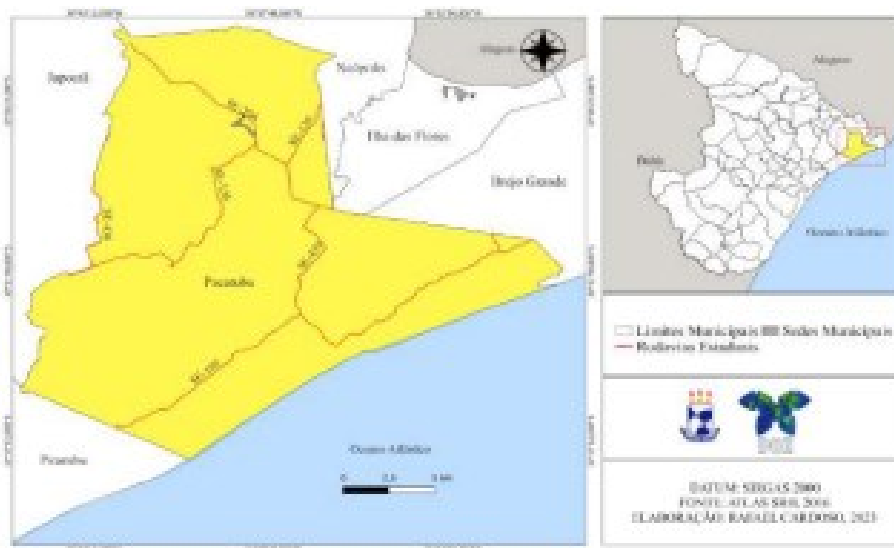
Os mapas foram produzidos pelo programa Quantum GIS (QGIS) para caracterização geológica, geomorfológica, delimitação da APA Litoral Norte de Sergipe e no recorte espacial da área de estudo, o município de Pacatuba. Para o registro fotográfico foi utilizado o aplicativo SpotLens, além de imagens aéreas obtidas por drone, possibilitando a catalogação durante a pesquisa de campo dos ecossistemas e tensores antrópicos presentes no recorte espacial do município de Pacatuba.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O município de Pacatuba está localizado no extremo nordeste do Estado de Sergipe, limitando-se a norte com os municípios de Neópolis, Ilha das Flores e Brejo Grande, a oeste com Japoatã, a sul com Pirambu e a leste com o Oceano Atlântico (Figura 1). A população total é de 13.137 habitantes, sendo 79,5% rural e apenas 20,5% urbana. Destacam-se as atividades relacionadas a agricultura, pecuária e avicultura, demonstrando crescimento nos últimos anos dos empreendimentos de carcinicultura que ameaçam a biodiversidade do local.

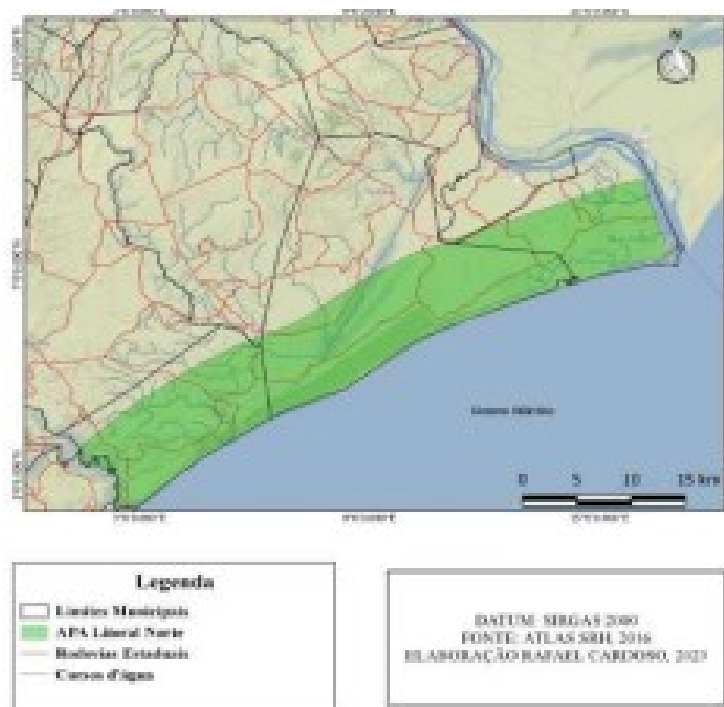
Segundo dados do IBGE (2010) houve crescimento nas atividades como extração de madeira, mineração, pesca excessiva, carcinicultura e criação de gado. O crescimento urbano desordenado, a expansão de estradas, criação de tanques para aquicultura e outras infraestruturas são tensores antrópicos recorrentes na região que podem ocasionar a perturbação dos ecossistemas.

Figura 1- Mapa de localização do município de Pacatuba.



A APA do Litoral Norte de Sergipe instituída em 2004, abrange os municípios de Pirambu, Japoatã, Pacatuba, Ilha das Flores e Brejo Grande, compreendendo em média 473,12 km² com limites entre a margem esquerda do Rio Japarutuba, ao sudoeste, e o Rio São Francisco na margem direita, ao Nordeste, pelo Oceano Atlântico, ao Sul/Sudeste, e a distância de 8 km da linha de praia, ao Norte (Figura 2).

Figura 2- Mapa de delimitação da APA do Litoral Norte.



O objetivo da APA, de acordo, com o Decreto N° 22.995 de 09 de novembro de 2004, visa o desenvolvimento econômico e social da área, voltado a atividades de proteção e conservação dos ecossistemas ou processos relacionados à biodiversidade, a melhoria da qualidade de vida da população e a manutenção dos atributos ecológicos da unidade de conservação.

Fazendo parte desta APA, Pacatuba apresenta parte de seu território inserido nesta unidade e apresenta uma riqueza de ecossistemas que, dada a fragilidade por comporem parte da zona costeira, necessitam ser estudados e mensuradas sua capacidade de suporte, a qual deve também estar associada a uma avaliação sobre os serviços ecossistêmicos que prestam tanto a sociedade quanto ao equilíbrio ambiental local.

A partir disso, temos a identificação dos serviços ecossistêmicos (Quadro 1) nos principais geoambientes identificados na área de estudo: campos dunares, lagoas, restinga e manguezal, sendo escolhidos em detrimento do maior impacto dos tensores antrópicos nestes locais.

Quadro 1 - Adaptado de MEA (2005) Fonte: Pesquisa de campo, 2023.

| Ambientes | Serviços Ecossistêmicos | | | |
|------------------|---|--|--|------------------------|
| | Provisão | Regulação | Suporte | Cultural |
| Dunas | Água | Regulação de Erosão Recarga de aquífero | Habitat Manutenção da biodiversidade | Educacional Turismo |
| Lagoas | Água Alimentos Recursos genéticos | Regulação de água Purificação de água | Produção de solos Ciclagem de nutrientes | Educacional Turismo |
| Restinga | Alimentos Fibra e combustível | Polinização Regulação de clima Regulação de erosão | Ciclagem de nutrientes Habitat | Turismo Educacional |
| Manguezal | Alimentos Fibra e combustível | Regulação de erosão Regulação de risco natural | Ciclagem de nutrientes Formação de solos Habitat | Educacional |

Org: Rafael Cardoso da Silva Neto.

Os serviços de provisão referem-se aos recursos tangíveis que os ecossistemas fornecem diretamente aos seres humanos. Ele abrange uma ampla gama de benefícios, incluindo alimentos, água, fibras e combustíveis.

Os serviços de regulação são uma das principais categorias de serviços ecossistêmicos e referem-se à capacidade dos ecossistemas de regular processos naturais que influenciam diretamente o bem-estar humano.

Os serviços de suporte são a base para a prestação de outros serviços ecossistêmicos. Eles são os processos naturais que sustentam os ecossistemas e proporcionam as condições necessárias para que os serviços de provisão, regulação e culturais ocorram.

Os serviços culturais, uma das categorias de serviços ecossistêmicos, referem-se aos benefícios não materiais que os ecossistemas proporcionam às pessoas, muitas vezes ligados a aspectos simbólicos, emocionais e culturais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Primeiramente, a compreensão dos componentes geossistêmicos do município de Pacatuba permitiu uma visão das interações entre os elementos naturais e as atividades humanas na região. Isso serviu como base para a identificação dos serviços ecossistêmicos, destacando sua importância para o bem-estar humano e a conservação da biodiversidade local.

Desse modo, a análise dos serviços ecossistêmicos na área de estudo evidencia a riqueza e a diversidade dos benefícios fornecidos pelos ecossistemas presentes. Desde a provisão de água das lagoas até os serviços de suporte de habitat fornecido pelos manguezais, evidenciando como esses serviços são essenciais para a qualidade de vida das comunidades e para a manutenção dos processos naturais.

PALAVRAS-CHAVE: Serviços Ecossistêmicos, Área de Proteção Ambiental, Litoral, Análise Geossistêmica.

REFERÊNCIAS

ALVES, Neise Mare de Souza. Análise geoambiental e socioeconômica dos municípios costeiros do Litoral Norte do Estado de Sergipe – diagnóstico como subsídio ao ordenamento e gestão do território - São Cristóvão, 2010.

ANDRADE, Daniel Caixeta; ROMEIRO, Ademar Ribeiro. Capital natural, serviços ecossistêmicos e sistema econômico: rumo a uma “Economia dos Ecossistemas”. Campinas, n. 159, maio 2009.

HAINES-YOUNG, R. e POTSCHIN, M. (2013): Classificação Internacional Comum de Ecossistema Serviços (CICES): Consulta na Versão 4, agosto-dezembro de 2012.



Millennium Ecosystem Assessment, 2005. Ecosystems and Human Well-being: Synthesis. Island Press, Washington, DC. Copyright © 2005 World Resources Institute.

SALDANHA, Denise Santos; COSTA, Diógenes Félix da Silva. Classificação dos serviços ecossistêmicos prestados pelas áreas úmidas na zona estuarina do Rio Piancó-Piranhas-Açu (Nordeste, Brasil) **Ateliê Geográfico** - Goiânia-GO, v. 13, n. 3, dez./2019.

MORFODINÂMICA DA PRAIA DA CAUEIRA, ITAPORANGA D'AJUDA/SE: ANÁLISE A PARTIR DE IMAGENS DE SATÉLITE DISPONÍVEIS NO GOOGLE EARTH PRO³

Adilson Grei de Oliveira Costa
Universidade Federal de Sergipe - UFS
E-mail: adilsoncostta@academico.ufs.br

Ângelo Francklin Pitanga
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe
E-mail: afpitanga2@gmail.com

INTRODUÇÃO

O litoral sul sergipano compreende uma faixa de aproximadamente 32km de praias de mar aberto, entre as desembocaduras dos rios Vaza Barris e Rio Piauí/Real, localizadas nos municípios de Itaporanga D'ajuda e Estância. As principais praias são Caueira, Abais e Saco, que englobam edificações residenciais e comerciais e são áreas de atrativo turístico do estado.

Verificam-se no litoral sergipano as unidades geomorfológicas de formação barreiras e da planície costeira que recebem influência direta dos estuários dos rios São Francisco (extremo norte, divisa com o estado de Alagoas), Sergipe (que desemboca na capital sergipana), Vaza Barris e Piauí/Real. Os sedimentos transportados pelas águas dos rios são levados para o mar e se acumulam em toda linha de costa.

A linha de costa do litoral sul sergipano se formou em decorrência das variações relativas do nível do mar ocorridas no quaternário (Bittencourt *et al*, 1999, p. 13), na última regressão marinha ocorrida há cerca de 5100 anos, após seis eventos de transgressão e regressão marinha, sendo a última transgressão responsável por deixar melhores registros reconhecíveis.

Sua ocupação pode ser entendida a partir da análise de três momentos da história do estado: primórdios da colonização, fundação da cidade-forte de São Cristóvão e expansão para o oeste. Segundo Diniz (1981, p. 197), a primeira fase é representada pela investida dos jesuítas e seu projeto de catequese dos povos nativos. A segunda fase inicia-se com o estabelecimento dos portugueses nas terras de Sergipe D'el Rey por necessidade de comunicação entre os dois

³ Resumo elaborado a partir de pesquisas realizadas para a produção de projeto de pesquisa no Programa de Mestrado Profissional em Rede para Ensino de Ciências Ambientais (PROFCIAMB/UFS). Pesquisa financiada pela Fundação de Apoio à Pesquisa e à Inovação Tecnológica do Estado de Sergipe através do Edital FAPITEC/SE/FUNTEC nº 03/2023 voltado para o Mestrado Profissional.

polos mais importantes da época: Olinda e Salvador. E a terceira fase com a expansão para o agreste em busca de prata, salitre e caça aos povos nativos.

Do ponto de vista geomorfológico, a linha de costa apresenta grande instabilidade ocasionada pela dinâmica natural e interferências antrópicas. As estruturas da morfologia litorânea respondem rapidamente a essas interferências, alterando sua forma e posição no espaço, levando a consequências econômicas, sociais e ambientais negativas.

Ao longo de toda borda oceânica mundial são encontrados trechos suscetíveis e impactados por processos erosivos costeiros, podendo ser considerado como um fenômeno global. De acordo com estudos desenvolvidos pela União Geográfica Internacional, cerca de 70% das costas arenosas em todo mundo passam por eventos erosivos, 10% apontam para a progradação e 20% apresentam estabilidade. (Morais *et al.*, 2008, p. 63).

Considerado um dos eventos mais pesquisados em todo o mundo, a erosão litorânea é a resposta induzida a partir da tentativa natural de reorganização do sistema ambiental costeiro em busca de um equilíbrio dinâmico. Sua manifestação é percebida através do recuo da linha de costa em direção ao continente (Ribeiro, 2012, p. 38). Este resumo tem como objetivos evidenciar as alterações ocorridas na Praia da Caueira e analisar de forma multitemporal as modificações. A compreensão das alterações perpassa por um entendimento da dinâmica natural costeira.

Os processos naturais costeiros são compreendidos em ciclos erosivos e deposicionais, nos quais ocorre a mobilização dos sedimentos das feições geomorfológicas praias, causados pelo escoamento superficial, pelos ventos, pelo deslocamento dos sedimentos, longitudinais à praia, através das correntes litorâneas, e principalmente pelo transporte dos sedimentos transversais à praia por ondas e marés (Ribeiro, 2012, p. 33).

A paisagem sofre modificações onde interferências internas e externas condicionam um processo de desenvolvimento acompanhado das alterações em partes invariantes da paisagem. A dinâmica da paisagem é a alteração quantitativa que ocorre em sua estrutura e caracteriza-se pela frequência e reversibilidade proporcionada pelo conjunto de processos em seu interior, estabelecendo a base para a autorregulação (Rodriguez; Silva; Cavalcanti, 2004).

A fim de compreender as alterações na faixa de areia da praia da Caueira, foram analisadas imagens de satélite do *software* Google Earth Pro® disponíveis gratuitamente. O método de abordagem para desenvolvimento deste resumo é o materialista-dialético, que segundo Lakatos e Marconi (2017, p. 71) pode estar fundamentado em quatro leis, a saber: ação

recíproca, unidade polar ou “tudo se relaciona”; mudança dialética, negação da negação ou “tudo se transforma”; passagem da quantidade a qualidade ou mudança qualitativa; interpenetração dos contrários, contradição ou luta dos contrários.

Pautada no método de procedimento histórico, cujo “foco está na investigação de acontecimentos ou instituições do passado, para verificar sua influência na sociedade de hoje” (Prodanov; Freitas, 2013, p. 36), foi utilizado o recurso de “imagens históricas” do software para compreensão da progradação da praia no período de 2000 a 2023, o qual coincide com o aumento da ocupação da praia e os eventos mais extremos de erosão praias registradas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A praia da Caueira, localizada à 43km de Aracaju, pertencente ao município de Itaporanga d’Ajuda, ganhou notoriedade a partir do processo de ocupação do litoral centro-sul pela classe média aracajuana, sobretudo nas décadas de 1990 e 2000, como opção de veraneio. Historicamente a região continha fazendas de produção de coco bahia e pequenas propriedades mistas e posteriormente a ocupação por pescadores artesanais.

Durante o processo de ocupação a paisagem da praia foi completamente modificada, tronando-se um ambiente com grande quantidade de elementos urbanos (edificações, pavimentação, rede de esgoto e drenagem), perdendo características intrínsecas a regiões rurais costeiras, com a presença de restingas e pequenas dunas formadas pelo processo de deflação eólica (Santos; Vilar, 2012, p. 1129).

A ocupação da praia pela classe média sergipana levou as famílias de pescadores a migrarem (Santos; Vilar, 2012, p. 1129) para porções mais centrais do território, formando consequentemente o povoado Caueira. Após a construção das pontes que ligam o litoral central e sul à capital sergipana, a dinâmica populacional e econômica da praia da Caueira foi alterada, deixando de ser um local de grande atrativo ao longo do ano, passando a ter uma dinâmica de ocupação sazonal, em períodos de festas, como a festa de ano novo, carnaval e feriados.

Como ponto de referência foi utilizado o Quiosque do Joel, localizado no calçadão da praia, na porção mais a norte, porção cujas imagens apresentam melhor qualidade e onde foram registrados em 2010 processos erosivos mais intensos, ocasionando na destruição parcial do calçadão. O primeiro registro histórico disponível data de 30/01/2001. Neste registro observa-se uma faixa de areia com cerca de 63m de largura, ainda não haviam sido colocadas pedras para contenção, permitindo o acesso direto dos banhistas entre a praia e os quiosques.

Fica evidente que na primeira década dos anos 2000 a ocupação estava em crescimento, porém ainda havia muitos lotes desocupados, mantendo a vegetação de restingas intactas. Na porção sul da praia a ocupação mais intensa, motivada pela instalação de condomínios fechados, evidenciava uma faixa de praia com 37m, 42% menor que a porção norte. Em 2013 ocorreu uma pequena alteração na faixa da porção norte, que apresentou progradação negativa de 14m em relação ao registrado em 2001. Ressalta-se que o *software* não apresentou imagens para o período compreendido em 2001 e 2012, gerando uma lacuna temporal de 10 anos.

Em 2014 foi registrada progradação positiva, aumentando a faixa de areia a norte de 49m para 89m e a faixa sul de 37m para 92m, 80% e 155% maiores em relação a 2013, respectivamente. Em 2016 e 2017 houve progradação negativa, retornando a faixa de areia, aproximadamente, as dimensões registradas em 2013. Em 2018 houve pequena variação da extensão da faixa de areia, contudo em 2019, na maré alta, pouco resta desta, registrando em imagem de 22/08/2019 uma faixa inferior a 5m tanto na porção norte quanto na porção sul.

Em 2022, durante a maré baixa, a porção norte da praia registrou uma faixa de areia de 12m e a porção sul com 42m. Em 2023 não foram registradas imagens durante o período de maré baixa e durante a maré alta, as ondas alcançavam a contenção criada para evitar novos desastres.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise de imagens fica evidente que a praia da Caueira registra uma morfodinâmica ativa, variando eventos de progradação positiva e negativa. Porém não é possível identificar as causas dos eventos ou a relação entre a intensificação da ocupação da praia e o avanço do mar sobre a costa.

É possível inferir que, diante do cenário climatológico o qual vivemos, o avanço do mar sobre a costa está relacionado ao aumento do nível médio do mar, ocasionado pelo aquecimento de 0,5°C na temperatura mundial. Sabe-se que os rios São Francisco, Sergipe e Vaza Barris depositam grande quantidade de sedimentos na costa, contudo por esta análise não foi possível quantificar ou relacionar os eventos.

PALAVRAS-CHAVE: Morfodinâmica costeira, praia, progradação, Caueira.

REFERÊNCIAS

- DINIZ, J. A. F. **Áreas agrícolas subcosteiras do nordeste meridional**. SUDENE, Recife. 1981.
- BITTENCOURT, A. C. S. P.; MARTIN, L.; DOMINGUEZ, J. M. L.; FERREIRA, Y. A. **Evolução paleogeográfica quaternária da costa do Estado de Sergipe e da costa sul do Estado de Alagoas**. Revista Brasileira de Geociências, São Paulo, v. 13, n.2, p. 93-97, 1983.
- LAKATOS, E. M; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- MORAIS, J. O. et al. **Erosão Costeira em Praias Adjacentes às Desembocaduras Fluviais: caso de Pontal de Maceió, Ceará, Brasil**. Revista da Gestão Costeira Integrada, Fortaleza - CE, v. 8, n. 2, p. 61-76, 2008.
- PRODANOV, C.C; FREITAS, E. C. **Metodologia do Trabalho Científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Editora Feevale, 2013.
- RIBEIRO, E. A. **Evolução da paisagem da praia da Caueira no município de Itaporanga D'ajuda - Sergipe**. Dissertação (mestrado em Geografia). Núcleo de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão. 2012. 144p.
- RODRIGUEZ, J. M. M; SILVA. E. V. da & CAVALCANTI. A. P. B. **Geocologia da Paisagem – uma análise geossistêmica da análise ambiental**. Edições: UFC, Fortaleza, 2004.
- SANTOS, C. N. C; VILAR, J. W. C. **O litoral sul de Sergipe: contribuição ao planejamento ambiental e territorial**. Revista Geonorte, Manaus – AM, Edição Especial, v. 3, n. 4, p. 1128-1138, 2012.

AGRADECIMENTOS (OPCIONAL)

Agradeço a Fundação de Apoio à Pesquisa e à Inovação Tecnológica do Estado de Sergipe o financiamento da pesquisa através de bolsa concedida por meio do Edital FAPITEC/SE/FUNTEC nº 03/2023 voltado para o Mestrado Profissional.



A GEODIVERSIDADE DO PARQUE ESTADUAL MARITUBA (PEMA), SERGIPE

Ana Carolina Oliveira de Sá
Universidade Federal de Sergipe
E-mail: anacarrlina@academico.ufs.br

Márcia Eliane Silva Carvalho
Universidade Federal de Sergipe
E-mail: marciacarvalho@academico.ufs.br

INTRODUÇÃO

Os ambientes costeiros apresentam uma variedade de elementos da geodiversidade, que são importantes registros da história e evolução da Terra, sendo estes naturalmente frágeis, suscetíveis à intensa dinâmica geoambiental. A Geodiversidade, componente do capital natural, é representada por todos os componentes da natureza abiótica, além das relações e processos naturais envolvidos por esses recursos, sendo encontrados em todas as dimensões e ambientes do planeta, ocorrendo nas mais diversas formas, extensões e características.

Gray (2013) define geodiversidade como a variedade natural (diversidade) de feições geológicas (rochas, minerais, fósseis), geomorfológicas (geofomas, relevo, processos físicos), pedológicas e hidrológicas.

A Geodiversidade, portanto, possibilita entendermos a História da Terra, sendo elemento essencial a manutenção e vida terrestre (LIMA e PINTO, 2018, p. 226), além de aporte fundamental ao desenvolvimento da biodiversidade e espacialização dos diversos tipos de uso e ocupação do solo. Portanto, caracterizar a Geodiversidade é compreender a relação entre os sistemas, seja ele antrópico e/ou biótico; entender restrições e aptidões de uso, ocupação e manejo desses componentes; e ainda, como afirma a CPRM (2017, p.12), prever os impactos advindos de seu uso inadequado. É então, uma ferramenta essencial às ações de planejamento, gestão e ordenamento da natureza.

O Parque Estadual Marituba, Unidade de Conservação de Proteção Integral, instituído através do decreto nº40.515 de 21 janeiro de 2020, está inserido na zona costeira, trata-se de um recorte de parte da planície costeira dos municípios da Barra dos Coqueiros e Santo Amaro das Brotas, apresenta em sua paisagem uma Geodiversidade expressiva, com a presença de diversos ambientes deposicionais, os quais foram formados ao longo do Quaternário, que engloba modelados marinhos, lagunares, fluviais e eólicos.

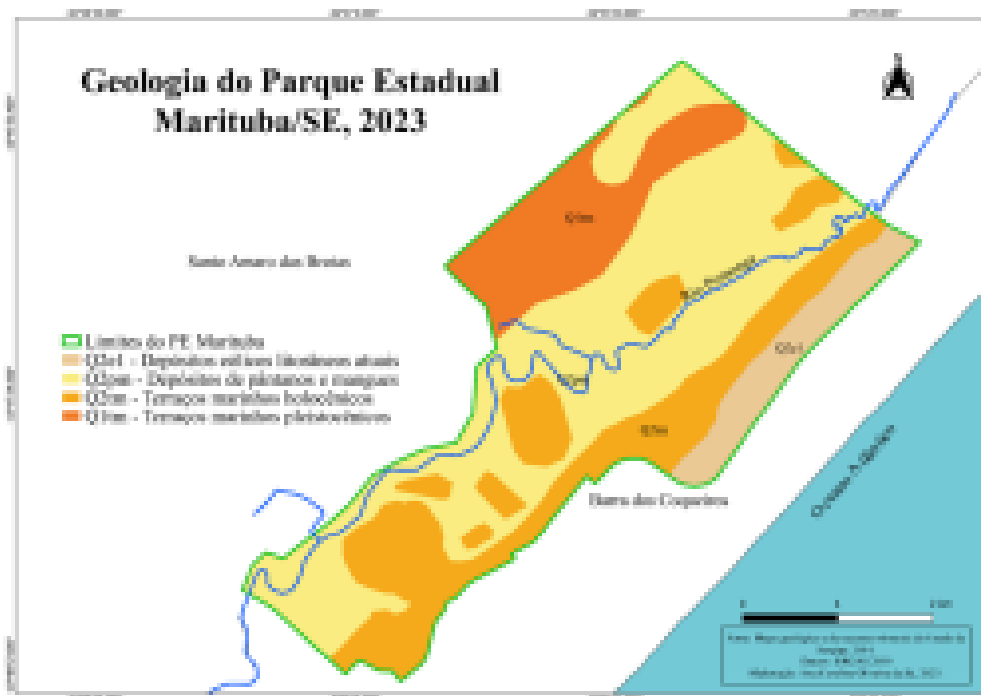
O presente trabalho teve como objetivo caracterizar a Geodiversidade do Parque Estadual Marituba, destacando a relevância dos componentes abióticos relacionados à geologia, geomorfologia, pedologia e hidrografia existentes na área. Para tal, foram realizados levantamentos da base teórica, os quais auxiliaram na fundamentação e desenvolvimento da presente análise; observações da paisagem, a partir da realização de atividades de campo; organização e produção de mapas temáticos; síntese em gabinete, onde foram relacionadas as informações coletadas em campo com a base teórica.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A zona costeira é um espaço onde atuam diversos processos atmosféricos, marinhos e fluviais, essa dinâmica e interação caracteriza a paisagem desse ambiente, resultado de processos atuais e ocorridos há milhares de anos. A caracterização dos componentes abióticos, no presente trabalho, relacionados às características geológicas, geomorfológicas, pedológicas e hidrográficas presentes nos limites no Parque Estadual Marituba, permite compreender a interação entre os componentes naturais e antrópicos, a relevância ambiental e ecológica, além dos porquês da necessidade de instituição de parâmetros legais de proteção à área. Afinal, a Geodiversidade do Parque é a base para o desenvolvimento da biodiversidade, e associadas, atribuem uma beleza cênica às paisagens e favorecem, conseqüentemente, o turismo, lazer, o interesse educativo e científico, devido a sua notoriedade ambiental.

Na área do PEMA, encontram-se quatro unidades geológicas de formações superficiais continentais: Depósitos eólicos litorâneos atuais – Q2e1, os quais são constituídos de areias bem selecionadas com grãos arredondados de coloração creme e se encontram sobrepostos aos terraços marinhos holocênicos (SOUZA, 2014); Depósitos de Pântanos e Mangues – Q2pm, materiais argilo-siltosos ricos em matéria orgânica, de origem fluviomarinha, os quais estão suscetíveis às oscilações de marés e ocupadas pelos manguezais no entorno do Rio Pomonga; Terraços Marinhos Holocênicos – Q2tm, depósitos de areias litorâneas bem selecionadas, de coloração branca, que foram desenvolvidos durante a Última Transgressão Marinha (BITTENCOURT, 1983); Terraços Marinhos Pleistocênicos – Q1tm, depósitos localizados a norte do Parque Marituba, segundo Bittencourt (1983), compostos por areias quartzosas constituídas de areias médias, finas e muito finas, resultado da regressão do nível do mar após a Penúltima Transgressão (Figura 1).

Figura 1: Geologia do Parque Estadual Marituba



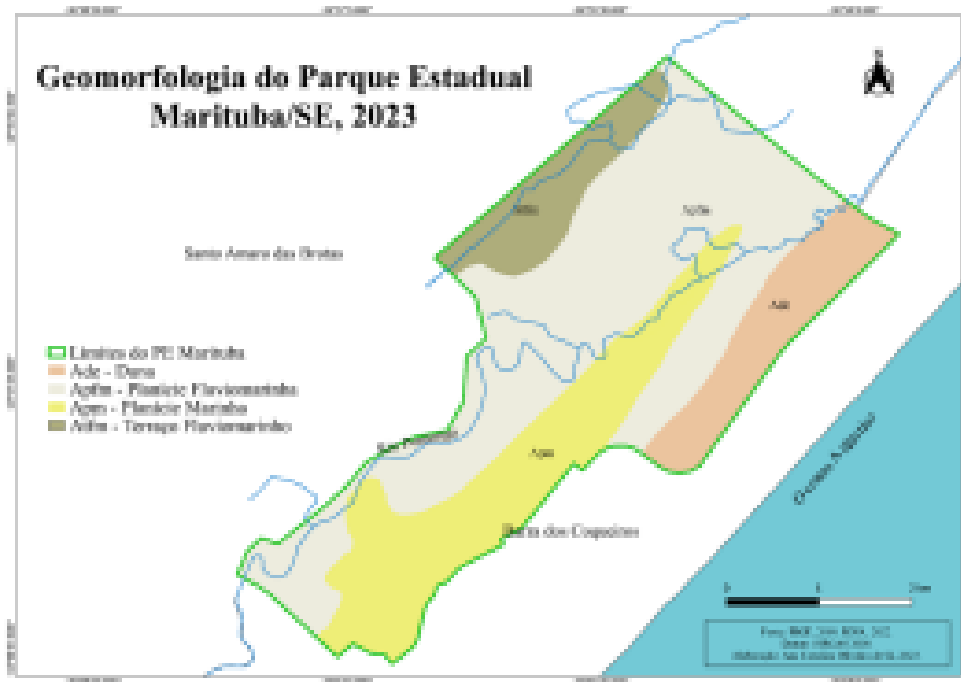
Elaboração: Ana Carolina Oliveira de Sá

No que se refere à Geomorfologia, podem ser caracterizadas quatro unidades geomorfológicas (Figura 2): Planície Fluviomarinha, que são áreas de baixas cotas altimétricas, sujeitas às oscilações de maré, sofrendo influências marinhas e continentais; Dunas litorâneas, depósitos arenosos praias, assentadas sobre os terraços marinhos holocênicos, de coloração creme, dispostas paralelamente ao canal do Pomonga, às margens da SE-100; A Planície Marinha, que são acumulações arenosas marinha, resultado de sucessivas progradação da linha de costa durante os eventos de subida do nível do mar; Terraço Fluviomarinho, feições situadas na interface entre os ambientes costeiro e fluvial, onde uma série de processos físicos, químicos, geológicos e biológicos estão presentes nesses ambientes, além do alto teor de nutrientes e produtividade.

Na área da UC, pode-se identificar 3 classes de solos (Figura 3): Espodossolos Ferrihumilúvico Órtico, solos com predominância de textura arenosa, com acúmulo iluvial de matéria orgânica, ferro e alumínio no horizonte B; Gleissolos Sálícos Sódico, que estão associados a Planície de inundação do Rio Pomonga, apresentando cores acinzentadas, azuladas ou esverdeadas, sendo pouco desenvolvidos, lamacentos, com textura que varia entre areia e argila, com alto teor de sais (SERGIPE, 2021); Neossolo Quartzarênico Órtico, que são solos

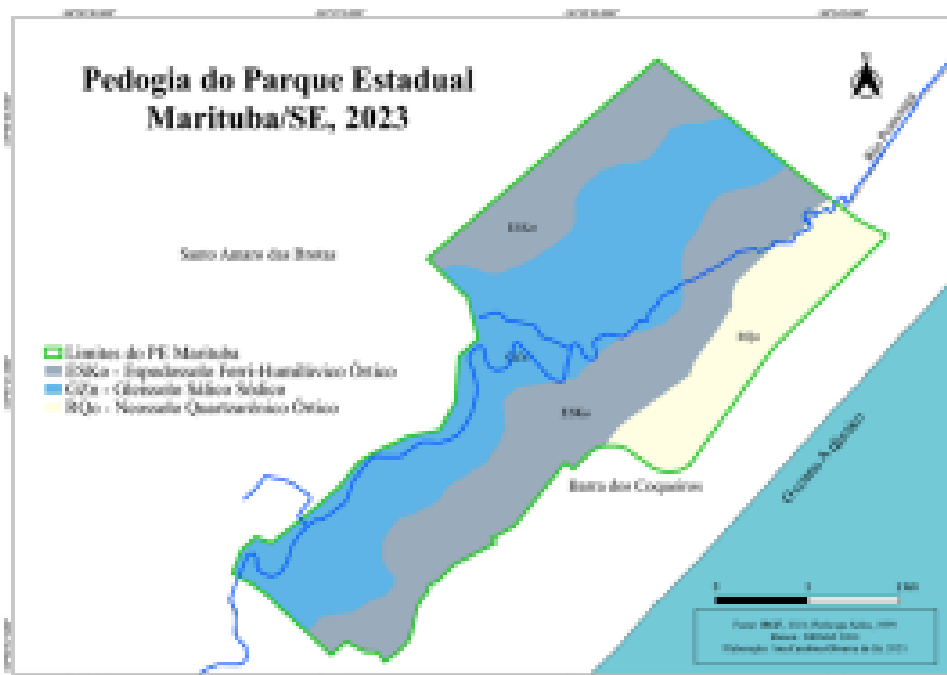
minerais, derivados de sedimentos arenoquartzosos do Grupo Barreiras do período do Terciário e sedimentos marinhos do período do Holoceno (EMBRAPA, 2021).

Figura 2: Geomorfologia do Parque Estadual Marituba



Elaboração: Ana Carolina Oliveira de Sá

Figura 3: Pedologia do Parque Estadual Marituba



Elaboração: Ana Carolina Oliveira de Sá

Parte do Rio Pomonga está localizado nos limites do PEMA (Figura 18), é considerado um dos principais canais de drenagem da BHRS, com 34km de extensão, apresenta tipologia meandrante, sendo perene em todo seu curso. Segundo Araújo *et.al.* (2007), seu leito acha-se litologicamente constituído de areia, seixos, argila e cascalhos, e exibe principalmente a jusante pequenas ilhas e desenvolvimentos de bancos arenosos como reflexo da baixa capacidade das águas neste setor. O Rio Pomonga apresenta a presença do ecossistema de manguezal nas margens esquerda e direita do canal de drenagem, atribuindo então, uma relevância ambiental, ecológica e biológica à área, além de ser o berçário de diversas espécies vegetais e animais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Infere-se que as características abióticas presentes no Parque Estadual Marituba são de extrema relevância para a região e estado de Sergipe, pois, a partir da diversidade de ambientes naturais que se reflete a geodiversidade, observados nos aspectos geológico, geomorfológicos, pedológicos e hídricos e, também, associados à biodiversidade do bioma da Mata Atlântica.

Assim, a análise em tela mostra-se como importante meio de discussão para os estudos do Geopatrimônio no Estado de Sergipe e essencial à divulgação e promoção dos componentes abióticos presentes na UC, sendo estes primordiais ao desenvolvimento da biodiversidade e espacialização dos diversos tipos de uso e ocupação do solo.

Portanto, o conhecimento da Geodiversidade deve servir enquanto aporte e ferramenta à conservação e preservação ambiental, sendo o ponto de partida e chegada para a gestão, ordenamento e planejamento em áreas protegidas, devendo ter a mesma importância dos componentes bióticos da natureza; entendidos, inclusive, de maneira integrada.

PALAVRAS-CHAVE: Diversidade Abiótica; Unidades de Conservação; Zona Costeira.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, H. M.; BEZERRA, G. S.; SOUZA, A. C. Hidrografia e hidrogeologia: qualidade e disponibilidade de água para abastecimento humano na bacia costeira do rio Sergipe. In: **SIMPÓSIO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA FÍSICA APLICADA**, Viçosa. Anais eletrônicos [...] Viçosa: UFV, 2009.

ALVES, N. M. de S. **Análise geoambiental e socioeconômica dos municípios costeiros do Litoral Norte do Estado de Sergipe – diagnóstico como subsídio ao ordenamento e gestão do território**. 2010. 348 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Núcleo de Pós-Graduação em Geografia – NPGeo, Universidade Federal de Sergipe, 2010.

BITTENCOURT, A. C. S. P., MARTIN, L., DOMINGUEZ, J. M. L. Evolução paleogeográfica quaternária da costa do estado de Sergipe e costa sul do estado de Alagoas. **Revista Brasileira de Geociências**, São Paulo, v.13, n. 2, p. 93-97, 1983

CARVALHO, Luiz Moacyr de. **Geodiversidade do estado de Sergipe**. Organização Luiz Moacyr de Carvalho [e] Violeta de Souza Martins – Salvador: CPRM, 153 p., 2017.

GRAY, M. **Geodiversity: valuing and conserving abiotic nature**. John Wiley & Sons, 2004

GRAY, M. **Geodiversity: Valuing and Conserving Abiotic Nature**. 2ª ed. John Wiley & Sons, 2013.

LIMA, Cláudia Valéria de; FILHO, Ricardo de Faria Pinto. OS TEMAS E OS CONCEITOS DA GEODIVERSIDADE. **Revista Sapiência: Sociedade, Saberes e Práticas Educacionais (UEG)** - ISSN 2238-3565 V.7, N.4, p.223-239, dez., 2018

SERGIPE. Secretaria De Estado Do Desenvolvimento Urbano E Sustentabilidade – SEDURBS. **Plano De Manejo Do Parque Estadual Marituba**. Aracaju, 2021, 308p.

SOUZA, Acássia Maria Barros. **Análise Geoambiental Da Sub-Bacia Do Rio Pomonga em Sergipe**. 2015. 138f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2015.

DISTRIBUIÇÃO DA ESPÉCIE *Libidibia ferrea* EM SERGIPE

Felipe Freire da Silva
Universidade Federal de Sergipe - PPGEO
felipe-freire2014@hotmail.com

Larissa Monteiro Rafael
Universidade Federal de Sergipe - DGEI
larissa.rafael@academico.ufs.br

Marcia Eliane Silva Carvalho
Universidade Federal de Sergipe - DGE
marciacarvalho@academico.ufs.br

INTRODUÇÃO

A Organização Mundial da Saúde (OMS) caracteriza as plantas medicinais como "todo e qualquer vegetal que possui, em um ou mais órgãos, substâncias que podem ser utilizadas com fins terapêuticos ou que sejam precursores de fármacos semi-sintéticos".

As plantas medicinais são ricas em compostos secundários com propriedades farmacológicas e a experiência que a população detém sobre os efeitos terapêuticos que essas plantas promovem vem sendo passado de geração em geração, durante os séculos. As folhas, frutos, raízes, cascas do caule ou semente são as partes da planta mais usadas para fazer a preparação dos medicamentos caseiros. Na região semi-árida nordestina estão presentes várias plantas medicinais, com destaque para *Libidibia ferrea* (ALBUQUERQUE et al., 2007 apud SILVA, 2014).

A *Libidibia ferrea*, é uma espécie arbórea da Caatinga e faz parte da família Fabaceae (Leguminosae). É uma árvore bastante conhecida pela população como pau ferro, jucá, ibirá obi e imirá-ita, considerada uma espécie de porte arbóreo que pode atingir de 10 a 15 m de altura. A mesma tem um tronco liso, escuro e com manchas acinzentadas, suas vagens são duras e de cor marrom escura, havendo muita variação entre o tamanho e a quantidade de sementes que carrega (LORENZI, 2008).

O pau-ferro é uma espécie endêmica do Brasil e predominante da Caatinga do Nordeste (LEWIS, 2015). Além do seu uso medicinal, a espécie também ganha importância na construção civil, fitoterapia, ornamentação, forrageiro e também é usada para a recuperar áreas degradadas (LORENZI, MATOS, 2008).

Atualmente, as atividades econômicas mais importantes do estado ainda estão ligadas a exploração dos recursos naturais, fazendo então com que haja uma carência de manejo significativo e eficaz em algumas áreas, já que em contrapartida essa problemática gera ameaças sobre a paisagem, sobretudo para plantas medicinais (VASCONCELOS, OLIVEIRA, FARIAS, 2013). Como afirma Galdino (2006), a ampla utilização desses recursos acaba gerando uma carência dos mesmos, fazendo com que muitas espécies medicinais sejam extintas devido essa superexploração realizada sem nenhum tipo de manejo significativo e eficaz.

O homem por sua vez acaba tendo uma enorme participação nesse contexto de exploração, pois, é por meio de suas ações e atitudes que ele transforma a paisagem e compromete o uso da mesma para as gerações atuais e vindouras (SILVA, BASTOS, 2010).

É nesse sentido que as Unidades de Conservação são consideradas um dos principais meios de preservação dos recursos naturais, objetivando diminuir a extinção da biodiversidade gerada pela degradação ambiental causada pelas condutas da sociedade. (SILVA, SOUZA, 2011).

Levando em conta a importância da *Libidia ferrea* para a sociedade e a sua diversidade de propriedades terapêuticas, é relevante verificar a presença/ausência da mesma no território sergipano, visando também sua proteção e conservação, já que esse recurso vem sendo constantemente degradado pela ação humana.

Diante do que foi exposto acima, esse estudo se torna importante academicamente pois busca colaborar com a divulgação do conhecimento sobre a *Libidibia ferrea* no estado de Sergipe, bem com também, contribuir com a propagação do conhecimento sobre as plantas medicinais presentes no estado.

Dessa forma, o presente resumo tem como objetivo analisar a distribuição da espécie *Libidibia ferrea* em Sergipe, afim de compreender como a mesma encontra-se espacializada nos municípios sergipanos e em unidades de conservação diante da pressão antrópica recorrente.

Para a efetivação dessa pesquisa foi realizado um levantamento bibliográfico sobre plantas medicinais presentes em Sergipe. A partir desse levantamento, foram estabelecidos três critérios para escolha da análise da distribuição de uma espécie: (1) presença significativa em todas as unidades de planejamento do estado; (2) planta de porte arbóreo; (3) árvore sem subespécies. A partir desses critérios, foi utilizado o QGIS para testar a distribuição das espécies. Para ser feito essa observação, foi necessário fazer o download no QGIS do

complemento do GBIF. Definindo o pau-ferro (*Libidibia ferrea*) como planta medicinal a ser trabalhada, foi elaborado um mapa de espacialização da espécie no QGIS. Por fim, foi realizado a análise dos planos de manejo das unidades de conservação de Sergipe para compreender a distribuição do pau-ferro entre as UC's e a confecção de uma tabela de presença/ausência.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir do levantamento bibliográfico realizado em artigos que versam sobre o uso de plantas medicinais em Sergipe, encontrou-se cerca de 43 espécies que ajudaram no desenvolvimento da pesquisa e no conhecimento prévio sobre plantas medicinais de sergipe, entre elas: Alecrim, Angico, Boldo, Barbatimão, Catuaba, Cavalinha, Capim santo, Eucalipto, Hibiscus, Jurubeba, Jenipapo, Quebra-pedra, Umbaúba, Erva Cidreira, Carqueja, Boldo, Camomila, Canudinho, Erva Doce, Aroeira, Espinheira Santa, Gengibre, Jurubeba, Mastruz, Melissa, Pau-ferro, Pata de vaca, Romã, Hortelã, Vick, Abacateiro, Pega Pinto, Malva Branca, Boldo do Pará, Catingueira, Jurema, Mandacaru, Penicilina, Pereiro, Urtiga, Manjerição, Arruda e Canela. (MELLO, XAVIER-FILHO, 2000; REIS, 2018; CAETANO et al., 2015; FERREIRA, 2017; ALVES et al., 2017; SANTOS, PADRÃO, 2016).

Portanto, conforme o mapa de localização (**figura 1**) da espécie *Libidibia ferrea* em Sergipe, a mesma está espacialmente distribuída no estado, havendo abrangência em 29 municípios sergipanos dos 75, sendo eles: Canindé de São Francisco, Poço Redondo, Monte Alegre de Sergipe, Porto da Folha, Nossa Senhora da Glória, Carira, Nossa Senhora Aparecida, Frei Paulo, Macambira, Areia Branca, Graccho Cardoso, Feira Nova, Nossa Senhora das Dores, Barra dos Coqueiros, São Cristóvão, Santana do São Francisco, Credo de São João, Divina Pastora, Rosário do Catete, Siriri, Capela, Japarutuba, Santo Amaro das Brotas, Maruim, Nossa Senhora do Socorro, Itabaianinha, Riachão dos Dantas, Poço Verde, Simão Dias.

O estado de Sergipe reúne atualmente 28 Unidades de Conservação espalhadas em seu território, no entanto, apenas 8 delas possuem o Plano de Manejo (Grotta do Angico, Marituba, Mata do Cipó, Litoral Sul, Morro do Urubu, Ibura, Mata do Junco e PARNASI). Sendo assim, a partir da análise realizada nos respectivos planos (**quadro 1**), a espécie *Libidibia ferrea* encontra-se presente apenas na Grotta do Angico. Ainda assim, nota-se que das 28 UC's, vinte não possuem o plano de manejo, gerando então uma carência de informações sobre a área e funcionamento, sobretudo sobre a presença da *Libidibia ferrea* e outras plantas medicinais.

Figura 1 – Mapa da distribuição da espécie *Libidibia ferrea* (pau-ferro) em Sergipe



Fonte: Os autores, 2023.

Quadro 1: Distribuição da espécie *Libidibia ferrea* (pau-ferro) em UC's de Sergipe

| Presença da Espécie | Ausência da Espécie | Sem Lista de Espécies no PM | Sem Plano de Manejo |
|---------------------|---------------------|-----------------------------|---|
| Grota do Angico | Marituba | Mata do Junco | Litoral Norte |
| | Mata do Cipó | PARNASI | Santa Isabel |
| | Litoral Sul | | Lagoa do Frio |
| | Morro do Urubu | | Rio São Francisco |
| | Ibura | | Tramandai |
| | | | Campos Novos |
| | | | Rio Poxim |
| | | | Reserva do Caju |
| | | | Marinheiro |
| | | | Fonte da Bica |
| | | | Bom Jardim |
| | | | Dona Benta e seu Caboclo |
| | | | Lagoa Encantada do Morro da Lucrécia |
| | | | Pirangy |
| | | | Pedra da Urça |
| | | | Tapera |
| | | | Paisagem Natural Notável |
| | | | RE Mangabeiras Irmã Dulce dos Pobres |
| | | | Foz do Rio Vaza-Barris |
| | | | Rio Sergipe |

Fonte: MELO et al., 2019

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mesmo com a grande variedade de espécies medicinais que Sergipe apresenta, foi possível definir a espécie pau-ferro, também conhecida como jucá, para realizar o estudo, visto que, a planta seguiu todos os critérios que foram definidos para executar a pesquisa.

Sendo assim, a *Libidibia ferrea* apresenta-se bem especializada entre os municípios de Sergipe, podendo ser encontrada em 29 municípios sergipanos e contemplando as 6 unidades de planejamento que compõem o estado. Por outro lado, dentre as 28 unidades de conservação do estado, 20 delas não dispõem do plano de manejo, duas não conta com a lista de espécies no plano, cinco contam com a lista, mas a *Libidibia ferrea* não está presente, e por fim, apenas uma delas (Grota do Angico) apresenta a planta medicinal em sua lista.

Visto isso, é importante destacar a carência de planos de manejo em UC's de Sergipe e a necessidade de implementação do documento para as 20 AP's que ainda não dispõem, uma vez que, eles são instrumentos de grande importância para o funcionamento de uma unidade de

conservação, fazendo com que haja a disseminação de informações daquele território para a sociedade.

PALAVRAS-CHAVE: *Libidibia ferrea*, Unidades de Conservação, Plantas Medicinais.

REFERÊNCIAS

GALDINO, Valéria Silva. Das plantas medicinais e a biopirataria. In: **XV Congresso Nacional do CONPEDI**, Manaus. 2006. p. 1-19.

LEWIS, G. P. **Libidibia in Lista de Espécies da Flora do Brasil**. Jardim Botânico do Rio de Janeiro. Disponível em: <http://floradobrasil.jbrj.gov.br/jabot/floradobrasil/FB109843>. Acesso em: 18 ago. 2023.

LORENZI, H. Árvores Brasileiras: manual de identificação e cultivo de plantas arbóreas nativas do Brasil. **Nova Odessa: Plantarum**, 2008. p.126, 384p.

LORENZI, H.; MATOS, F.J.A. Plantas medicinais do Brasil: nativas e exóticas. 2.ed. **Nova Odessa, SP: Instituto Plantarum**, 2008. 544p.

SILVA, Francineyde Alves da. SIMBIOSE MICORRÍZICA ARBUSCULAR EM PAUFERRO (*Libidibia ferrea* (Mart. ex Tul.) L. P. Queiroz var. *ferrea*) VISANDO MAXIMIZAÇÃO DA PRODUÇÃO DE FITOQUÍMICOS FOLIARES COM POTENCIAL. RECIFE, 2014. [s.l.: s.n., s.d.].

SILVA, J. F.; BASTOS, L. C. O processo de transformação na paisagem provocada pela ação antrópica no Assentamento São Manoel. **Revista Pantaneira**, v. 12, p. 44-54. Aquidauana, MS, 2010.

SILVA, M. S. F.; SOUZA, R. M. O potencial fitogeográfico de Sergipe: uma abordagem a partir das unidades de conservação de uso sustentável. **Scientia Plena**, [S. l.], v. 5, n. 10, 2011.

VASCONCELOS, CA; OLIVEIRA, AGV; FARIAS, MCV. Unidades de Conservação em Sergipe: A Floresta Nacional do Ibura. **III Congresso Nacional de Educação Ambiental e o V Encontro Nordestino de Biogeo**.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES).

CONDICIONANTES GEOAMBIENTAIS E TENSORES ANTRÓPICOS SOBRE A ÁREA DE RELEVANTE INTERESSE ECOLÓGICO DOS MANGUEZAIS EM BARRA DOS COQUEIROS-SE

Igor Leonardo Machado Santos
Universidade Federal de Sergipe
igorleonardo15107@gmail.com

Márcia Eliane Silva Carvalho
Universidade Federal de Sergipe
marciacarvalho@academico.ufs.br

INTRODUÇÃO

O avanço demográfico e urbano em curso no município de Barra dos Coqueiros-SE tem alterado as dinâmicas locais em seus diferentes aspectos, sejam eles econômicos, sociopolíticos e, sobretudo, ambientais. Esse processo, característico de cidades litorâneas, são potencializados pelo fator turístico que atrai massas empresariais de diferentes ramos, entre eles os complexos condominiais de médio e alto padrão, que hoje estratificam o presente município.

A construção da ponte João Alves Filho possibilitou uma fronteira física com a capital Aracaju, e isso se tonou um dos fatores principais para o processo de especulação imobiliária que hoje ocorre em Barra dos Coqueiros. Este cenário, desencadeou diferentes problemáticas, entre elas a questão ambiental, foco nos últimos anos de políticas públicas de proteção e que resultou na criação de Unidades de Conservação - UC para proteção da biodiversidade e geodiversidade local.

A Área de Relevante Interesse Ecológico dos Manguezais - ARIE recentemente instituída, está situada na porção oeste do território barracoqueirense com uma área de 1.654,49ha. Além disso, faz limítrofe com as unidades municipais de Santo Amaro das Brotas, Pirambu e Aracaju, bem como se estabelece na zona fisiográfica do litoral de Sergipe. Isso posto, diante da especulação imobiliária decorrente da atual configuração urbana local, foi constatada a necessidade de analisar as tensões antrópicas no interior e entorno desta UC legalmente demarcada⁴.

⁴ O presente resumo expandido é resultado da proposta de pesquisa em desenvolvimento

A ARIE, uma unidade de conservação de uso sustentável, faz parte da política de conservação ambiental instituída pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC mediante Lei nº 9.985/2000 que a caracteriza como um

espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção (BRASIL, 2000, Art. 2)

Porquanto, o estudo desta área mostra-se relevante uma vez que desvela a atual configuração de sua relação com as pressões antrópicas em seu entorno. Outrossim, a análise deste objeto evidencia as riquezas que o compõe a exemplo de sua biota e estrutura ambiental que permite a conservação de diferentes ecossistemas. Isso posto, este resumo tem por objetivo caracterizar a ARIE dos Manguezais a partir de seus componentes geoambientais, bem como indicar tensões socioambientais em seu território.

Nesta perspectiva, será realizado um levantamento de dados primários e secundários para análise e interpretação das dinâmicas socioambientais em curso, referente a esta UC. Para isso, serão analisados documentos e bibliografias que tratam sobre a composição paisagística local em suas diferentes esferas geoambientais, de modo a evidenciar os agentes modeladores e transformadores da paisagem.

CARACTERIZAÇÃO GEOAMBIENTAL DA ARIE DOS MANGUEZAIS DE BARRA DOS COQUEIROS-SE

A partir das estimativas de crescimento demográfico em Barra dos Coqueiros organizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE para o ano de 2022, bem como observação da nova estratificação local, foi percebida a urgência da aplicação de mecanismos de proteção ambiental, face as novas configurações urbanas no município. Com isso, em junho de 2021 mediante decreto de número 677, foi instituída pelo Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente – COMDEMA, a Área de Relevante Interesse Ecológico dos Manguezais, com o objetivo de resguardar este ambiente dos impactos causados pelo avanço urbano em seu entorno.

Com um perímetro de 39.823,47 m, a ARIE encontra-se inteiramente no território de Barra dos Coqueiros que detém 92.268 km² de área. Em relação a suas características físicas,

apesar desta Unidade está inserida em um sistema climático de elevadas precipitações no período de inverno e baixas precipitações durante o restante do ano, todo município apresenta um clima “Megatérmico Subúmido, em que os excedentes hídricos concentram-se no fim do outono e no inverno e a moderada deficiência hídrica ocorre no verão, associada à maior evapotranspiração.” (Costa e Sousa, 2011, p. 125).

No que concerne a sua geologia e geomorfologia, infere-se que tanto a UC, quanto o município em destaque, encontram-se sobre depósitos marinhos pleistocênicos e holocênicos (CPRM, 2001), sedimentos esses, resultado dos últimos fenômenos de progressão e regressão marinha destacados no trabalho de Bittencour et al. Além disso, a Unidade em destaque assenta-se sobre a formação de planície costeira que é composta por cordões litorâneos e sedimentos do período terciário e quaternário.

A ARIE pertence ao regime hidrográfico da bacia do rio Sergipe, sendo banhada por seu afluente rio Pomonga que percorre toda sua borda oeste. Já o curso principal (rio Sergipe), banha um pequeno território de sua margem sudoeste. Salienta-se que embora a UC não possua limítrofe com o oceano Atlântico, ainda está submetida as influencias físicas por ele ocasionado.

Referente a sua biota, a Unidade é dominada pelo bioma Mata-Atlântica que percorre maior parte da faixa litorânea brasileira e destaca-se na UC a partir de componentes naturais como floresta abertas, restingas e magues. Este último, incorpora maior território sendo responsável não só pela conservação de linha de costa e apresentar-se como berçário de espécies marinhas, mas também é sustento de famílias que subsistem de atividades extrativistas realizadas em seu meio, a exemplo dos catadores de sururu, caranguejo, siris, ostras, dentre outros frutos marinhos. (ECOSSIS, 2020)

Referente a pedogênese local, estudos realizados pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA, constatou a presença de solos indiscriminados de mangue na maior parte da ARIE, além de solos pdozol que são caracterizados pelo acúmulo de matéria orgânica em sua estrutura (EMBRAPA, 2018). Essa composição pedogenética condiciona a estruturação florística da área do mangue onde são encontradas *Rhizophora mangle*, *Laguncularia racemosa*, *Avicennia spp* e *Conocarpus erectus* (SANTOS, 2017).

A interação constante dessas formações e agentes modeladores da paisagem, corroboram para a coexistência dos ecossistemas e equilíbrio dos ambientes naturais encontrados na área estudada. Porquanto, a instituição dessa área como Unidade de proteção

ambiental, subsidia a permanência dos componentes ali encontrados ao passo que também contribui para o conforto térmico e equilíbrio climático do município.

IDENTIFICAÇÃO DE PRESSÕES ANTRÓPICAS SOBRE A ARIE DOS MANGUEZAIS

Após a criação da ARIE, foram instituídos limites legais a fim limitar o avanço urbano sobre essa nova área natural protegida, todavia, não é o que se observa na atual realidade do município, onde a ascensão exponencial de construções civis no entorno desta unidade passou a não respeitar essas delimitações. Dessa forma, os empreendimentos e empresariados são atraídos pelo potencial turístico que carrega o município além da proximidade que possui com a capital, e utilizam desses fatores para seu progresso que conseqüentemente fomentam o denso processo de especulação imobiliária que hoje acomete Barra dos Coqueiros.

Segundo a Secretaria Municipal do Meio Ambiente, a proteção integral dessa UC é um desafio em virtude de sua localização, já que sua constituição física se dá em pontos estratégicos da cidade. A ARIE dos Manguezais faz fronteira em sua borda sul e sudoeste com a sede municipal, que a torna mais suscetível a impactos antrópicos. Toda sua extremidade leste é acompanhada pela rodovia SE-100 na direção nordeste do município, mesma orientação tomada pelos empreendimentos que objetivam a maior proximidade com o mar e com esta rodovia.

Em 2021, posteriori a seu surgimento, foi delimitada uma zona de amortecimento que compreende uma distância de 500 m a partir da delimitação física da ARIE, e que proibi a construção de qualquer obra civil que possa gerar médio ou alto impacto sobre a UC, contudo, no ano de 2023 através de campos realizados foram constatados nas proximidades do povoado Capuã condomínios em construção não somente na zona de amortecimento, mas também dentro da Unidade.

Isso, de certo modo, constitui um problema de gestão ambiental que infringe as legislações criadas com o intuito de proteger essas áreas. Ademais, é percebido um não cumprimento e aplicação dos dispositivos de proteção ambiental, principalmente, dos órgãos fiscalizadores municipais que têm a incumbência de observar as novas configurações urbanas locais, a fim de evitar ou mitigar os possíveis impactos que possam agredir os ecossistemas ali presentes.

A norte da Unidade de Conservação, também são constatadas pressões antrópicas de médio porte ocasionados pelos munícipes residentes da localidade Jatobá, que perpetuam a cultura familiar de atividades extrativistas de aquicultura, em que se aproveitam as condições

naturais para a criação de camarões em viveiros, moluscos, peixes, dentre outros. Essas atividades, condicionam em maior parte dos casos, a subsistência da família que a desenvolve como caráter econômico.

A partir disso, infere-se que há uma necessidade de compreender a realidade dessas famílias e entender de que forma as atividades realizadas por essas dentro da ARIE, impacta em seus respectivos habitats e ecossistemas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, através das tratativas abordadas neste trabalho, é observada a necessidade de compreender as dinâmicas que ocorrem à margem dessa Unidade, cuja beleza cênica e riqueza geoambiental é notória a partir de sua composição paisagística.

O presente estudo, compreende uma das etapas que compõe a dissertação de mestrado em desenvolvimento, que busca analisar os condicionantes socioambientais associados aos conflitos de uso vigentes nesta Unidade de Conservação visando contribuir para conservação e proteção integral de sua biodiversidade e geodiversidade.

PALAVRAS-CHAVE: Unidade de Conservação; Especulação Imobiliária; Caracterização geoambiental; Tensões antrópicas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei Federal Nº 9.985, de 18 de julho de 2000.** Regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19985.htm Acesso em: 03 nov 2023.

COSTA, J. de J. SOUZA, R. M. **Distribuição das chuvas e dinâmica geomorfológica em Barra dos Coqueiros/SE.** CLIMEP – Climatologia e Estudos da Paisagem. Vol.5 – n.2 – julho/dezembro/2010, p. 120-139. Disponível em:

<https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/climatologia/article/view/4112>
. Acesso em; 04 nov 2023.

CPRM, Serviço Geológico do Brasil. **GEOLOGIA DO ESTADO DE SERGIPE.** 2001. Disponível em: http://www.cprm.gov.br/publique/media/geologia_basica/plgb/sergipe/sergipe_geologia. Acesso em: 05 nov 2023

ECOSSIS. **Diagnóstico socioeconômico e ambiental visando a criação da Unidade de Conservação dos Manguezais.** Outubro de 2020.

EMBRAPA. **Mapa exploratório - reconhecimento de solos do estado de Sergipe.** Disponível em: https://geoinfo.cnps.embrapa.br/layers/geonode%3Asolos__sergipe_wgs84 Acesso em: 04 nov 2023.

SANTOS, A. D. (2017). **Percepção Ambiental de Alunos de Ensino Fundamental Sobre o Ecossistema Manguezal.** Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Ensino de Ciências e Matemática da Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, 2017.

INCÊNDIOS FLORESTAIS NO PARQUE NACIONAL SERRA DE ITABAIANA/SE: RECURSO PARA BIOMONITORAR O IMPACTO PARA A PAISAGEM.

Ingride Natane Miguel Santos
Universidade Federal de Sergipe
E-mail: ingridmiguel@academico.ufs.br

Rosemeri Melo e Souza
Universidade Federal de Sergipe
E-mail: rome@academico.ufs.br

Larissa Monteiro Rafael
Universidade Federal de Sergipe
E-mail: larissa.rafael@academico.ufs.br

INTRODUÇÃO

Os problemas causados pelos incêndios florestais são devastadores, sobretudo, no que diz respeito à biota, ao solo e a tudo o que está inserido na área estudada. Rodriguez (2017) trata de explicar os processos geocológicos degradantes como “consequência ou do reforço dos processos naturais ou constituem no produto direto resultante da ação antrópica”. A matriz de degradação mostra os problemas e busca contribuir com as causas provenientes dos incêndios florestais causados pela ação antrópica.

As áreas Protegidas, um dos principais instrumentos de conservação da cobertura da terra e dos serviços ecossistêmicos em escala global (Liu; Xu, 2022), exercem um relevante papel nesse manejo do fogo, tanto por dificultar a conversão de uso da terra para matrizes antrópicas, quanto na educação sobre o controle do fogo. No Brasil, a ferramenta que organiza espacialmente os usos das Unidades de Conservação, é o Plano de Manejo. No Parque Nacional Serra de Itabaiana, a ocorrência do incêndio florestal é um fenômeno histórico e diretamente relacionado à dinâmica de uso e ocupação do solo na Unidade de Conservação e seu entorno. Os efeitos desse fogo na estrutura e dinâmica das paisagens ainda são pouco abordados (MMA/ICMBIO, 2016).

Justifica-se que há possibilidade de identificação de um bioindicador de ocorrência do fogo e estágio de sucessão ecológica torna-se relevante para a compreensão dos efeitos dos incêndios florestais ocorridos no PARNASI e a história ambiental da região.

Segundo Santos (2022), a conscientização da prevenção do fogo, é oportuno mostrar a importância dos líquens no meio ambiente, visto que muitos desconhecem o seu potencial,

dando respostas sobre as alterações climáticas, além de responder à pureza do ar. Com isso, pode-se pensar em guias ilustrativos que retratem a prevenção do fogo e em conjunto a conservação dos líquens. O uso de indicadores biológicos, no caso os líquens, permite uma avaliação da qualidade do ambiente, inclusive com diagnósticos precoces quando os efeitos visuais (macroscópicos) ainda não são evidentes.

O objetivo geral da pesquisa é analisar os impactos advindos dos incêndios que afetam as questões socioecológicas da região estudada. E específicos (1) Verificar as áreas que sofreram impactos de incêndios florestais a partir de um levantamento de frequência de incêndios; (2) Biomonitorar os Incêndios Florestais no PARNASI e as modificações na Paisagem.

O estudo baseou-se na análise da bibliografia proposta no sentido de selecionar conceitos que trouxessem ao texto um melhor argumento no que se refere a classificação e significado de incêndios florestais, áreas protegidas e biomonitoramento.

Para verificar as áreas que sofreram impactos de incêndios florestais, será realizado um levantamento de frequência desses incêndios a partir da Cobertura e Uso da Terra, seguindo a metodologia do MAPBiomias Fogo com um recorte histórico e fazer um comparativo com outras Unidades de Conservação do estado de Sergipe. O biomonitoramento partirá de uma metodologia adaptada de COSTA, 2018, através do monitoramento passivo e monitoramento ativo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com base nos levantamentos realizados a partir das frequências de incêndios florestais no Parque Nacional Serra de Itabaiana/SE, partindo dos dados do MAPBiomias Fogo foi possível constatar que as Serras que mais sofreram com os impactos desse evento foram a Serra do Cajueiro e a Serra Comprida. A partir desse levantamento de dados, foi possível observar que esses incêndios ocorrem com maior frequência entre os meses de novembro à fevereiro devido a uma variação climática nessas regiões.

Para consolidar essas informações será utilizado um biomonitor de qualidade do ar que são os líquens, espécies sentinelas, que poderam responder aos impactos. E para tanto, será utilizado uma metodologia adaptada à Costa, 2018 de um monitoramento passivo e ativo. Posteriormente serão realizadas as coletas dos líquens para uma análise química em laboratório e averiguar quais componentes químicos estão presentes na estrutura do líquen.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa busca contribuir para a melhoria da gestão de áreas protegidas, a partir de uma Unidade de Conservação no Estado de Sergipe, focam no estudo de problemas ambientais e suas mitigações, vale assinalar que a conversão de fragmentos ricos em biodiversidade para áreas antropizadas tem se mostrado um desafio nos estudos ambientais, principalmente quando essa conversão ocorre impulsionada pelos incêndios florestais. Posto isso, a compreensão do histórico do fogo associada ao apontamento de um bioindicador para representação dessa ocorrência deverá auxiliar gestores e pesquisadores de áreas protegidas e determinar o tempo para recuperação da área degradada devido às implicações do retorno dos serviços ambientais para a população que reside próximo à área de conservação.

PALAVRAS-CHAVE: Áreas Protegidas; Bionindicadores; Incêndios Florestais; PARNASI.

REFERÊNCIAS

COSTA, W. R. **UTILIZAÇÃO DE LIQUENS NO MONITORAMENTO ATIVO E PASSIVO DA POLUIÇÃO ATMOSFÉRICA**. 58f.: il., Fig., graf., tab. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Triângulo Mineiro, MG, 2018.

LIU, S.; XU, J. **Wildfire, protected areas and forest ownership: The case of China**. Land Use Policy, v. 122, p. 106372, 2022.

MMA/ICMBIO. **Plano de Manejo do Parque Nacional Serra de Itabaiana**. 2016. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/plano>

demanejo/dcom_plano_de_manejo_Parna_Serra_de_Itabaiana.pdf. Acesso em: 8 fev. 2023.
RODRIGUEZ, José Manuel Mateo (Org.). **Geocologia das Paisagens: uma visão geossistêmica da análise ambiental**. 5. ed. Fortaleza: Edições UFC, 2017.

SANTOS, I. N. M. **Potencialidade da utilização de líquens como bioindicadores do histórico de incêndios no parque nacional serra de itabaiana/se**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2022.

AGRADECIMENTOS (OPCIONAL)

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001. Agradeço as professoras Pós-Doutora Rosemeri Melo e Souza e Doutora Larissa Monteiro Rafael pela parceria e apoio de sempre.

UNIDADE DE CONSERVAÇÃO NO CONTEXTO DA PAISAGEM COSTEIRA: APA COSTA DOS CORAIS E A ROTA ECOLÓGICA DE MILAGRES

Edilsa Oliveira dos Santos

Universidade Federal de Sergipe- UFS
edilsaoliver@gmail.com

Rosemeri Melo Souza

Universidade Federal de Sergipe - UFS
Rome@academico.ufs.br

INTRODUÇÃO

O processo de ocupação e apropriação do solo dos ambientes costeiros, na maioria dos casos tem sido de maneira danosa e degradante. Com isso, uma das formas de buscar o controle de uso e equilíbrio ambiental desses espaços, foi à criação de áreas protegidas, um dos principais instrumentos de conservação da biodiversidade em seu estado original (França, 2019).

Em termos conceituais a lei nº 9.985/2000 define Unidade de Conservação como espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção (BRASIL, 2000).

Além disso, instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC, considerado o primeiro instrumento legal que busca elencar e definir as diferentes categorias de Unidades de Conservação existentes no território nacional, sistematizando classificações que anteriormente se sobrepunham ou se confundiam, sendo constituído pelo conjunto das unidades de conservação federais, estaduais e municipais (Lopes; Vialôgo, 2013; Gonsales, 2022).

Para tal, o SNUC divide as Unidades de Conservação em dois grupos: proteção integral e de uso sustentável. As unidades de proteção integral têm finalidade de preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos recursos naturais. Já as unidades de uso

sustentável, caracterizam-se pela conservação da natureza com o uso sustentável de parte dos recursos naturais (BRASIL, 2000).

Situada na costa nordestina, Unidade de Conservação de uso sustentável APA Costa dos Corais é a maior unidade de conservação marinha do Brasil, com cerca de 400 mil habitantes e uma extensão de 120 km ao longo de sua costa. Criada pelo decreto S/ Nº, em 23 de outubro de 1997, abrange os estados de Alagoas e Pernambuco, cujo objetivo é proteger os recifes de corais, assim como os ecossistemas costeiros da área como um todo (ICMBIO, 2021; Cruz *et al.* 2022).

Assim, diante das potencialidades e fragilidades desses ambientes costeiros, amplia-se a necessidade de ações estratégicas de conservação. Com isso, o trabalho visa destacar a importância da Unidade de Conservação, APA Costa dos Corais, nos limites do trecho turístico “Rota Ecológica de Milagres”, patrimônio natural situado nos municípios de Passo de Camaragibe, Porto de Pedras e São Miguel dos Milagres, no estado de Alagoas. Tendo como escopo estratégico, o ordenamento territorial e a conservação das paisagens naturais do recorte espacial análise.

1.1 Metodologia

Para atingir o objetivo proposto, foram adotados alguns procedimentos metodológicos e operacionais. Tendo como ponto de partida a revisão bibliográfica referente à temática, que contemplou diversos autores, como França (2019), Oliveira (2020), Gonsales (2022) e documentos dos sites do IMA (2023), ICMBIO (2024) entre outros.

Para etapa que consiste nos trabalhos de campo o objetivo foi à determinação das coordenadas geográficas e a corroboração dos dados espaciais. Com auxílio do receptor *Global Positioning System (GPS)* da marca *Garmin*, modelo *Etrex 30*. Complementarmente, foram realizados registros fotográficos com a câmera *Canon SX 500*, a fim de aferir *in loco* a paisagem local. Com o uso de técnicas de geoprocessamento e informações extraídas do site do IBGE e Instituto de Meio Ambiente (IMA), foram confeccionados os mapas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

2.1. Áreas de Proteção Ambiental em Alagoas

As Unidades de Conservação do estado de Alagoas até os meados de 2001 concentrava-se na mesorregião do Leste Alagoano que compreende a Zona da Mata, Bioma Mata Atlântica. Assim, até o ano de 2008 não eram catalogadas as Unidades de Conservação

da Caatinga, porém a primeira a ter reconhecimento como UC da Caatinga alagoana, foi a Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) Tocaia, localizada no município de Santana do Ipanema (Oliveira, 2020).

Desse modo, a partir da criação das unidades de conservação da Caatinga e o reconhecimento das RPPNs através do Decreto Estadual nº 3.050/2006, contribuíram para o aumento das Ucs em Alagoas outras foram sendo catalogados. Assim, atualmente são 101 Unidades de Conservação (figura 1), sendo 86 no Bioma Mata Atlântica e 15 na Caatinga (IMA, 2023).

Figura 1. Mapa de localização das UC's de Alagoas.



Organização: CHAVES; SANTOS (2023).

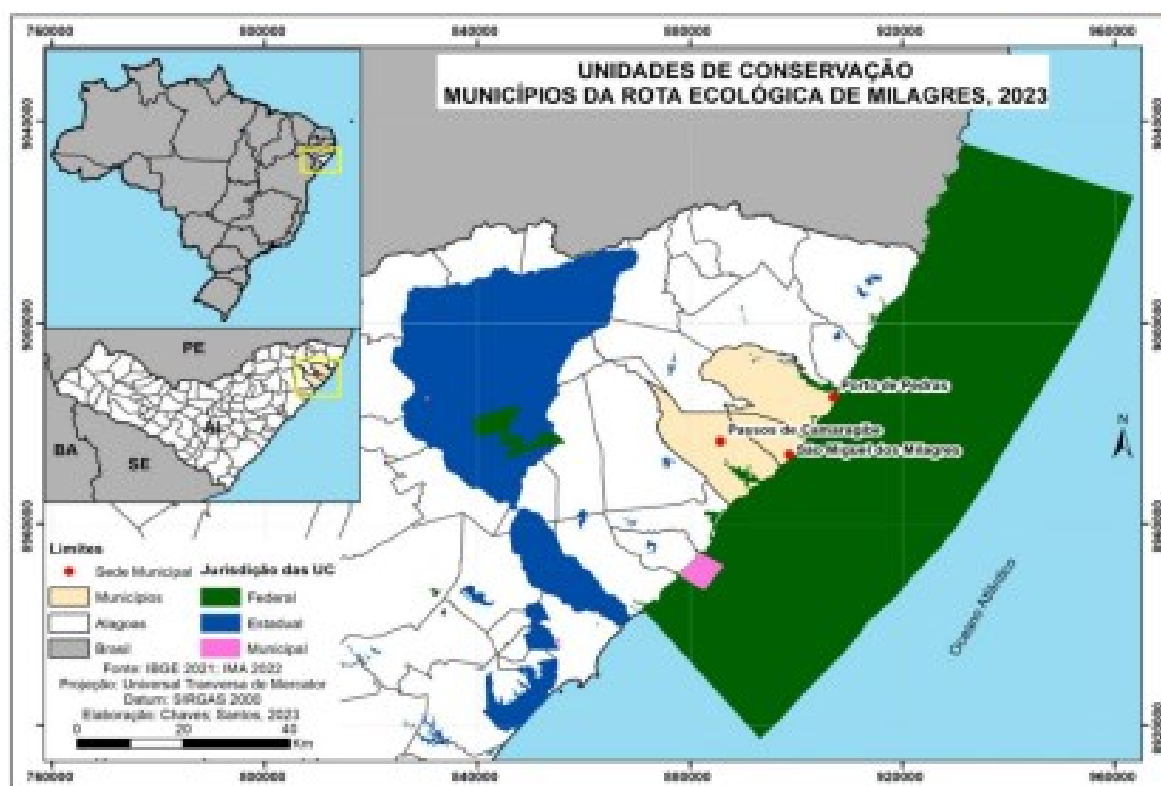
2.2. Rota Ecológica de Milagres – REM no contexto da APA Costa dos Corais

Em relação aos limites da APA Costa dos Corais, na revisão recente realizada pela Divisão de Consolidação Territorial (DCOL/CGTER/DISAT/ICMBIO), pelo processo N° 02070.017074/2016- 52, a UC localiza-se desde municípios de Maceió, Paripueira, Barra de Santo Antônio, Passo de Camaragibe, São Miguel dos Milagres, Porto de Pedras, Porto

Calvo, Japaratinga e Maragogi em Alagoas a São José da Coroa Grande, Barreiros e Tamandaré em Pernambuco, totalizando 12 municípios (ICMBIO, 2021).

A área de estudo corresponde ao roteiro turístico denominado de “Rota Ecológica dos Milagres” - REM, que abrange os municípios de Passo de Camaragibe, São Miguel dos Milagres e Porto de Pedras, situado na Unidade de Conservação Federal, APA Costa dos Corais- APACC (figura 2).

Figura 2. Mapa de localização dos municípios APACC que formam Rota Ecológica de Milagres.



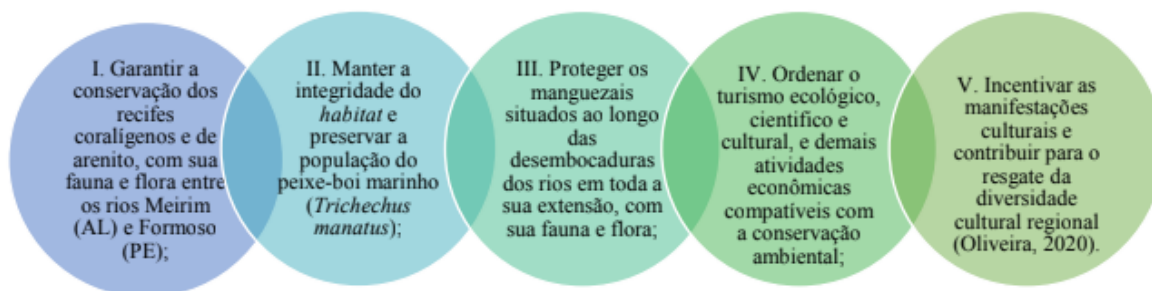
Organização: CHAVES; SANTOS (2023).

A REM está a cerca de 90 km da capital, Maceió, com uma área territorial de aproximadamente de 23 km (quilômetros) de extensão, dotada de praias paradisíacas de águas mornas, cristalinas, com ocorrência de afloramentos de arenitos de praia e recifes de corais. Essas características garantem ao litoral norte de Alagoas um ambiente aprazível, considerado discreto e bem aceito para o ecoturismo e turismo de luxo (Silva, 2018).

Desse modo, as características naturais encontradas no recorte espacial são consideradas um dos principais atrativos para o turismo. Por conseguinte, para atender a demanda dos turistas, várias atividades socioeconômicas são criadas e desenvolvidas nos

espaços costeiros da REM. Com isso, têm surgido preocupações ambientais, que por sua vez amplia a necessidade de preservação. Desse modo, vale destacar a importância da Unidade de Conservação APA Costa dos Corais para área de estudo. Cujos objetivos são:

Figura 2. Principais objetivos da APACC.



Fonte: Oliveira (2020). Organização Santos (2023).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considera-se, portanto, pertinente o presente trabalho, pois o mesmo é parte da tese de doutorado em construção, que trará contribuições teóricas e metodológicas para área de estudo. Tendo em vista, que Rota Ecológica de Milagres é parte da APA Costa dos Corais, que no contexto do litoral norte é resultado do fortalecimento do setor da proteção ambiental e cultural do Estado de Alagoas, que pode ser considerada estratégica para o ordenamento e conservação do espaço, de maneira que garante a conservação a partir de uma ação concreta de proteção à natureza e seus processos de manejo e gestão ambiental para os usos e/ou novos usos desordenados.

PALAVRAS-CHAVE: litoral norte alagoano, áreas protegidas, uso e ocupação do solo.

REFERÊNCIAS

CRUZ, R.R.; ALBUQUERQUE, M. Z. de A.; GOMES, E. T. A. Conflitos socioambientais no território da Rota Ecológica dos Milagres em Alagoas/Brasil. **Revista Ciência Geográfica** - Bauru - XXVI - Vol. XXVI - (1) - janeiro/dezembro - 2022.

BRASIL. Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. **Diário Oficial da União:** seção 1, Brasília, DF, ano 2000, v. 7 p. 4917, 19 jul. 2000.

FRANÇA, E. B. Ordenamento territorial na perspectiva da governança em Unidade de Conservação no litoral sul de Alagoas- **Dissertação** (mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, 2019.

ICMBIO - Instituto Chico Mendes de Biodiversidade. **Plano de Manejo da APA Costa dos Corais**. 2012. Disponível em: https://www.icmbio.gov.br/apacostadoscorais/images/stories/plano_de_manejo/PM_APAC_C_2013_JANEIRO.pdf. Acesso em 25/11/2023

LOPES, J. G.; VIALÔGO, T.M. Unidades de conservação no Brasil. **Revista JurisFIB**, Bauru, v. 4, n. 4, dez. 2013.

OLIVEIRA, A.N.S. OLIVEIRA; AMORIM, C. M. F; LEMOS, R. P. de L. **Alagoas: Unidades de conservação: as riquezas das áreas protegidas no território alagoano** – 2. ed. – Maceió: Instituto do Meio Ambiente do Estado de Alagoas, 2020.

SILVA, A. T. de O. Avaliação de impactos socioambientais do turismo na Rota Ecológica dos Milagres (AL). 2018. 120 f. **Dissertação** (Mestrado em Sociedade, Tecnologia e Políticas Públicas) – Universidade Tiradentes- UNIT. Maceió – AL, 2018.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelas bolsas concedidas. Assim como, orientadora e coautora do trabalho, professora Dra. Rosemeri Melo e Souza. E ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade Federal de Sergipe (PPGEO/UFS).

A FERROVIA DE INTEGRAÇÃO OESTE-LESTE - FIOLE COMO AGENTE TRANSFORMADOR DA PAISAGEM DE MUNICÍPIOS DO INTERIOR BAIANO

Iguaraci Santos da Silva

Universidade Federal de Sergipe - UFS

E-mail: iguaraci@yahoo.com.br

Hélio Mário de Araújo

Universidade Federal de Sergipe - UFS

E-mail: heliomarioaraujo@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

O mundo moderno requer cada vez mais facilidades no processo de mobilidade das pessoas e escoamento dos produtos entre as unidades federativas de um país, das regiões e de um país com outros países. Essa praticidade exigida hodiernamente pode trazer benefícios com os investimentos na melhoria dos modais de transporte contribuindo para o desenvolvimento econômico de um dado lugar e, malefícios, constatados pelos impactos positivos e/ou negativos no meio ambiente, a maioria deles causando danos irreversíveis.

Assim, com o intuito de compreender as transformações causadas na paisagem e no espaço geográfico no estado da Bahia, a partir do processo de implantação de infraestrutura dos modais de transporte, com a construção da Ferrovia de Integração Oeste-Leste (FIOL), utilizada no escoamento dos produtos oriundos do agronegócio e das atividades mineradoras, é que se pensou no desenvolvimento dessa pesquisa voltada para os municípios de Ilhéus e Caetité, interior baiano.

No contexto social e econômico, esse estudo justifica-se pela relevância que o modal ferroviário representa na reconfiguração das paisagens de vários municípios baianos, dadas as possibilidades do desenvolvimento econômico e conflitos socioambientais com a implantação do referido modal. Espera-se que os resultados obtidos possam redundar na elaboração de planos e formulação de políticas públicas sustentáveis na perspectiva da integração entre sociedade e natureza.

Esse estudo baseia-se no método hipotético-dedutivo, seguindo os delineamentos da pesquisa aplicada, quantitativa e qualitativa, associada ao modelo teórico Geossistema Território-Paisagem (GTP), adotado por Bertrand. Os procedimentos investigatórios estão sendo conduzidos em três etapas distintas: levantamento bibliográfico e de documentos

cartográficos e outros registros, trabalho de gabinete e trabalho de campo, com registro fotográfico.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Governo do estado da Bahia em tempos recentes, vem apostando em investimentos no setor de infraestrutura dos modais de transporte, objeto de interesse não só do Estado, como também do setor privado. Iniciativas como essas, mostram a tendência do homem na apropriação do espaço, modelando e remodelando paisagens que, muitas vezes, são alteradas de forma exacerbada colocando em risco a existência da natureza. A par disso, salienta Araújo que:

A fisiologia da paisagem tem sido alterada pela presença constante e ostensiva de objetos geográficos construídos pelo homem em seu processo permanente de alteração do ambiente natural. As redes de saneamento, os rios canalizados, o asfalto, a formação de microclimas e alterações da dinâmica térmica são indícios dessa alteração ambiental (ARAÚJO, 2002, p. 2).

Tais alterações, fazem parte do cotidiano social e, na maioria das vezes, são processos inerentes ao desenvolvimento econômico que enseja em si a inserção de infraestruturas, as quais reconfiguram as paisagens, os espaços, dando-lhes um novo arranjo espacial.

Em face do discurso do tão almejado desenvolvimento econômico, o Governo do estado da Bahia tem promovido mudanças na infraestrutura dos seus modais de transporte, subsidiado, a princípio, pelo Programa de Aceleração de Crescimento (PAC) do Governo Federal, lançado no governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva, em 2007, com previsão de injetar investimento da ordem de bilhões na infraestrutura e na economia de todas as regiões do Brasil.

No caso específico da Bahia as inovações logísticas nesse estado, são evidenciadas a partir do primeiro decênio do século XXI, no final do primeiro mandato do então governador Jaques Wagner (2006-2010), quando surge o investimento no modal ferroviário, associado a elaboração do projeto da Ferrovia de Integração Oeste-Leste (FIOL) ou Estrada de Ferro (EF 324).

O Projeto de construção da Ferrovia de Integração Oeste-Leste, segundo o RIMA FIOL (2009) de sua implantação, propiciará a integração de áreas produtivas do Norte, Centro-Oeste e Nordeste. A sua materialização objetiva promover a conexão com a Ferrovia Norte-Sul, e conforme dispõe o PPI/CARTILHA FIOL (2018), o projeto completo da FIOL compreende o

trecho entre Ilhéus/BA até Figueirópolis - TO, numa extensão de 1.527 km, contemplando uma alternativa de traçado adequada sob os pontos de vista econômico e ambiental.

Pela sua extensão, esta ferrovia intercepta quatro tipos de Unidades Geoambientais a saber: Savana brasileira (Cerrado), Estepe brasileira (Caatinga), vegetação de transição entre a Estepe (Caatinga) e a Floresta Estacional Semidecidual e Decidual (Mata Atlântica) e a Floresta Ombrófila Densa (Mata Atlântica), além de interceptar em seu percurso a bacia do Rio São Francisco que corta a região e o Estado no sentido sudoeste-nordeste, propiciando transformações à população ribeirinha afetada pela ferrovia, além dos impactos diretos causados no leito do rio pela construção da ponte ferroviária.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados preliminares baseados nas análises documentais e observações feitas na paisagem dos municípios contemplados por esse estudo, tangenciados pela ferrovia Oeste Leste, mostram que a devastação da cobertura vegetal está entre os principais impactos ocorridos com a implantação da ferrovia, alterando a biodiversidade da região com a diminuição consequente da reprodução de espécies animais.

Por outro lado, positivamente, a longo prazo, o referido empreendimento com a oferta de emprego aquecerá a economia local, tanto no que se refere ao comércio, quanto no setor imobiliário dos municípios abrangidos pela construção da ferrovia. Geralmente os empregos oferecidos para a população local dos municípios impactados pela obra da FIOF não exigem mão de obra com qualificação técnica de excelência, por isso, encontrada facilmente na região. Os cargos qualificados, são ocupados por profissionais de outras localidades do território nacional, ficando muito restritos para os residentes nos municípios.

PALAVRAS-CHAVE: Modal de transporte; Impacto ambiental, Bahia.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, de H. M. Impactos ambientais urbanos decorrentes da apropriação do relevo em Aracaju. In: II Congresso sobre Planejamento e Gestão das Zonas Costeiras dos Países de Expressão Portuguesa; IX Congresso da Associação Brasileira de Estudos do Quaternário; II Congresso do Quaternário dos Países de Língua Ibéricas. Disponível em: http://abequa.org.br/trabalhos/quatcont_219.pdf Acesso em: 20 de mar. de 2021.

BERTRAND, George. **Paisagem e geografia física global: esboço metodológico**. São Paulo: Cairu, 1971.

BRASIL. Relatório de Impacto Ambiental (RIMA/FIOL). Disponível em: [https://www.ilheus.ba.gov.br/abrir_arquivo.aspx/RIMA_\(FERROVIA_DE_INTEGRACAO_OESTE-LESTE\)?cdLocal=2&arquivo=%7B8EED021C-A427-1EAC-DB2A-B4C6B73BC01E%7D.pdf](https://www.ilheus.ba.gov.br/abrir_arquivo.aspx/RIMA_(FERROVIA_DE_INTEGRACAO_OESTE-LESTE)?cdLocal=2&arquivo=%7B8EED021C-A427-1EAC-DB2A-B4C6B73BC01E%7D.pdf) Fev.2019, PDF.

PPI. Programa de Parcerias de Investimentos: Concessão da Rodovia de Integração Oeste-Leste Trecho Ilhéus/BA a Caetitê/BA (EF-334/BA). In: **Cartilha FIOL**. Fev.2019, PDF.

O PLANO BÁSICO AMBIENTAL E A TERRITORIALIZAÇÃO DA DUPLICAÇÃO DA BR-101 EM SERGIPE

Josiene Ferreira dos Santos Lima
Universidade Federal de Sergipe
E-mail: josienefslima@gmail.com

José Wellington Carvalho Vilar
Universidade Federal de Sergipe
E-mail: wellington.vilar@ifs.edu.br

INTRODUÇÃO

O Plano Básico Ambiental (PBA), documento necessário para traçar todas as ações e programas que gerenciem as questões ambientais de uma obra, tem a finalidade de cumprir as condicionantes impostas pelos órgãos ambientais, implementar as medidas mitigadoras e compensatórias definidas no Estudo de Impacto Ambiental (EIA), através de programas socioambientais, bem como organizar e estabelecer procedimentos técnicos e de boas práticas a serem adotadas para atender à legislação ambiental. O não cumprimento pode impedir o efetivo funcionamento da construção do empreendimento.

O Plano Básico Ambiental, que atualmente faz parte dos processos de licenciamento ambiental, apresenta detalhadamente todas as medidas de controle e programas ambientais propostos no Estudo de Impactos Ambientais – EIA, e parte do processo de licença de instalação – LI. O PBA deve contemplar ações de mitigação ou reparação de riscos ambientais, sociais, culturais e econômicos, bem como o sistema de gestão que atuará no gerenciamento ambiental da instalação do empreendimento (MMA, 2004).

A BR-101/SE no seu processo de duplicação foi contemplado com o Plano Executivo Ambiental das Obras de Adequação de Capacidade da Rodovia BR-101 NE Trecho Sul AL/SE/BA (São Miguel dos Campos/AL ao Entroncamento com a Rodovia BR-324/BA), com atendimento de 24 programas ambientais.

A relevância da pesquisa é observada numa análise técnico-científico-informacional para uma modificação acelerada pela incorporação sempre crescente de novos capitais fixos ao território, em particular as estradas, vias ou caminhos que permitem a dispersão das técnicas de circulação, comunicação e informação. Na visão de Milton Santos (1996), a instantaneidade dos momentos e dos lugares, a universalidade e unicidade das técnicas dão a esta ocasião uma forma nova que diferencia dos demais.

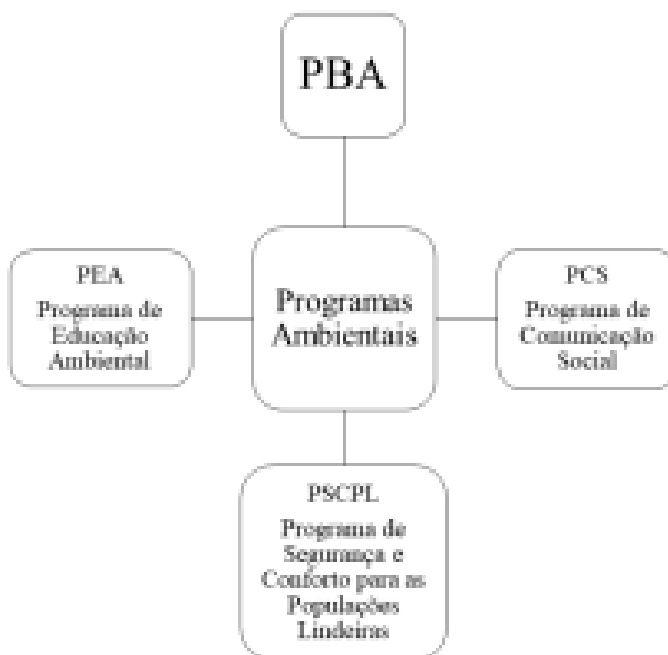
O trabalho tem como objetivo apresentar o espaço em movimento e as mudanças em um território de poder em rede, a duplicação da BR-101/SE. Enquanto espaço modificado, a rodovia não é um simples dado a priori, mas uma construção humana, uma criação em forma de sistema de circulação, e como tal foi produzido em função de projetos políticos e programas socioeconômicos em permanente mudança, fruto de estratégias territoriais geopolíticas a serviço do poder, pois modela o quadro espaço-temporal, ou seja, a configuração geográfica da circulação, um espaço produzido por atores específicos, como é o caso dos usuários, moradores e do próprio Estado.

O método utilizado da pesquisa é o hipotético-dedutivo, do tipo exploratório e descritivo. Para este método toda pesquisa tem sua origem num problema para o qual se procura uma solução. A pesquisa é considerada exploratória, pois tem em foco proporcionar uma maior abrangência do problema por meio de entrevistas, aplicação de questionários, levantamento bibliográfico e documental. Ela ainda é tida como descritiva, pois apresenta as características dos aglomerados influenciados pelas obras de adequação e duplicação da BR-101/SE, estabelece relações entre variáveis e envolve a observação de campo.

Para Santos (1996), o método é fundamental na construção de um sistema intelectual que permite analisar a realidade através de um ponto de vista. Nesse contexto, o método é, de fato, relevante em uma discussão geográfica e deve estar diretamente ligada à teoria que fundamenta, respondendo aos objetivos predeterminados.

Para esta pesquisa, optou-se por trabalhar três programas específicos (Figura 1), numa análise técnico-científico-informacional para uma modificação acelerada pela incorporação sempre crescente de novos capitais fixos ao território, em particular as estradas, vias ou caminhos que permitem a dispersão das técnicas de circulação, comunicação e informação. Na visão de Milton Santos (1996), a instantaneidade dos momentos e dos lugares, a universalidade e unicidade das técnicas dão a esta ocasião uma forma nova que diferencia dos demais.

Figura 1. Programas Ambientais Analisados na Pesquisa.



Elaboração: Lima, Josiene Ferreira dos Santos, 2023.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados obtidos com o Programa de Comunicação Social foram relevantes para as obras da BR-101/SE, o que permitiu a divulgação das atividades realizadas junto a comunidade lindeira, ao poder público municipal, empreiteiras e mídia local e a continuidade do desenvolvimento da obra com apresentação da mitigação e compensação dos impactos ocasionados pela instalação do empreendimento. Uma rede de circulação e comunicação muito presente e que ocupou espaços periféricos e centrais na nova configuração da rodovia. Os resultados obtidos com as prospecções de informações, criação de meios de comunicação (boletim informativo, site, Instagram, ouvidoria, assessoria de imprensa, elaboração de instrumentos de comunicação, campanhas educativas e de divulgação, fóruns de comunicação) entre o lindeiro, usuários da BR-101, construtoras, órgãos de administração municipal e o órgão de fiscalização ambiental corroboraram para que o empreendimento pudesse ser instalado. O programa foi um elo de informação e comunicação dentro de um espaço com instância social, ambiental e econômica numa perspectiva de desenvolvimento intrarregional, fluidez no tráfego, valorização do território, apesar de relatos dos lindeiros com queixas de transtornos, desconfortos, desapropriação e problemas de sinalização e travessia.

Para os resultados obtidos com a análise das atividades desenvolvidas pelo Programa de Segurança e Conforto para as Populações Lindeiras, verificou-se que atendeu parcialmente às exigências do Estudo de Impacto Ambiental com a identificação de 24 aglomerados populacionais, diagnóstico de 15 comunidades, com aplicação de questionários e situação por lote do andamento de obras, vistoria sobre os impactos ou transtornos sentidos pelos lindeiros, em que a poeira foi o maior problema vivido pela comunidade lindeira. Ainda nesse programa foram apresentados, por lotes com obras em fase de conclusão, a identificação dos dispositivos de sinalização, paradas de ônibus projetados, instalados e sugestões dos lindeiros para novas implantações.

Os resultados da análise do Programa de Educação Ambiental observaram o atendimento de todos os eixos previamente planejados. A única atividade não realizada foi referente aos seminários de multiplicadores ambientais para professores da rede estadual e municipal dos municípios interceptados pela BR-101/SE. Os diagnósticos das escolas selecionadas, e todas as ações previstas (palestras, oficinas, minicursos, eventos, reuniões, campanhas educativas e DDSSMA) foram realizadas. Para o Programa de Educação Ambiental, as práticas de EA resultam em ganhos para a comunidade lindeira, para o meio ambiente, professores e alunos, pois geram cidadãos sensibilizados com as questões ambientais na busca do equilíbrio e o conhecimento que refletem diretamente com uma vida mais sustentável.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa trouxe resultados de um sistema de movimento rodoviário que tem a intensificação de sua base produtiva de circulação e comunicação como função, uma consequente melhoria da divisão territorial em um espaço modificado que acarretou mudanças geográficas e um aumento de quantidade e qualidade dos fluxos. São dados consistentes da nova configuração territorial e os impactos causados pela obra para instalação do empreendimento, na visão dos lindeiros, usuários da rodovia e gestores municipais.

A duplicação em Sergipe foi construída na ambiência do meio técnico-científico informacional, com a prática das atividades humanas na transformação do espaço geográfico, o uso da técnica e o fluxo constante de informações numa rede de circulação ainda dependente e que a prevalência do capitalismo informacional tem contribuído para esse cenário de um espaço transformado de forma ativa dentro desse meio.

A BR-101 desde a construção na metade do século XX até os dias atuais, com a adequação e duplicação, veio transformando espaços, paisagens, na modificação de territórios, através do tempo. As principais categorias da geografia discutidas foram visivelmente contempladas no que diz respeito a rodovia (tempo, espaço, paisagem, território e redes). A construção dos eixos estruturantes reforça o atendimento da geografia do capital, uma vez que a rodovia é um elemento transformador do espaço com impactos visíveis às comunidades lindeiras.

Nesse contexto, para que haja avanços nas novas configurações territoriais em processos de modificações do espaço e território se faz necessário novos estudos e discussões que vislumbre o papel do Estado como regulador que promova diante dos seus órgãos fiscalizadores o atendimento por completo das normas e procedimentos inclusos no EIA/RIMA, PBA e programas ambientais.

PALAVRAS-CHAVE: Lindeiros, Impacto Ambiental, Rede de Circulação.

REFERÊNCIAS

- MMA. Ministério de Meio Ambiente. **Licenciamento Ambiental**. 2004. Disponível em: <http://pnla.mma.gov.br/o-que-e-licenciamento-ambiental>. Acesso em: 10 de dez de 2021.
- SANTOS, M. **A natureza do espaço. Técnica e Tempo Razão e Emoção**, São Paulo: HUCITEC, 1996.

UTILIZAÇÃO DO *GOOGLE EARTH ENGINE* PARA AQUISIÇÃO DE DADOS CLIMÁTICOS DO BIOMA CAATINGA

Riclaudio Silva Santos

Universidade Federal de Pernambuco - UFPE

riclaudio.silva@gmail.com

Lucas Costa de Souza Cavalcanti

Universidade Federal de Pernambuco - UFPE

lucas.cavalcanti@ufpe.br

INTRODUÇÃO

A Geografia, ao longo de seu desenvolvimento como disciplina científica, demonstra um constante zelo pela compreensão da interação entre o ser humano e o meio ambiente. Nesse contexto, a disciplina dedica-se à análise da distribuição espacial de fenômenos físicos e culturais, conferindo especial atenção à investigação das interações entre os distintos elementos que compõem os domínios natural e humano. Adicionalmente, destaca-se a ênfase na preocupação com os processos de regionalização, consolidando assim a abordagem geográfica na apreensão e interpretação dessas dinâmicas complexas (HARTSHORNE, 1939).

No contexto desse corpus de conhecimento, a esfera geoambiental emerge como um domínio de estudo focado nos processos e fenômenos físicos que ocorrem na superfície terrestre, investigando a interação desses eventos com os organismos vivos e a sociedade humana. Suas subdivisões dedicam-se à análise dos diversos elementos que constituem esses ambientes naturais, abrangendo áreas como Geomorfologia, Climatologia, Hidrologia, Biogeografia, entre outras disciplinas correlatas.

Ao longo de décadas, a Ciência da Computação tem desempenhado um papel fundamental no apoio à Ciência Geográfica, fornecendo ferramentas essenciais para a modelagem e simulação de processos geográficos, técnicas avançadas de sensoriamento remoto e o desenvolvimento de Sistemas de Informação Geográfica (SIG), além de contribuir significativamente para a análise e visualização de dados (GOODCHILD, 1987).

Os SIGs têm experimentado progressos substanciais e estão cada vez mais integrados a uma ampla variedade de disciplinas. No âmbito da pesquisa da superfície terrestre, a estrutura informacional necessária é, inevitavelmente, fundamentada nas ciências SIG (GOODCHILD, 2009).

Nesta interface Geografia/Ciências da Computação, a plataforma do *Google Earth Engine* (<https://earthengine.google.com/>) dispõe de um vasto acervo de informações ambientais (*Data Catalog*) que podem ser utilizadas nas pesquisas geoambientais. No caso específico da Climatologia, podemos destacar: dados de temperatura da superfície terrestre e do oceano; dados de precipitação; umidade do solo; qualidade do ar e poluentes (metano, dióxido de carbono, ozônio); e dados de nebulosidade para previsão do tempo.

Assim, o presente texto visa introduzir a possibilidade de utilização da linguagem de programação *JavaScript* aplicada ao *Google Earth Engine (GEE)*, apresentando informações climáticas para o Bioma Caatinga.

METODOLOGIA

Mediante autenticação por meio de uma conta *Google*, foi possível acessar tanto o editor de códigos quanto o *New Script* da plataforma do *GEE*, possibilitando a redação de código em *JavaScript* para o processamento de dados geoespaciais.

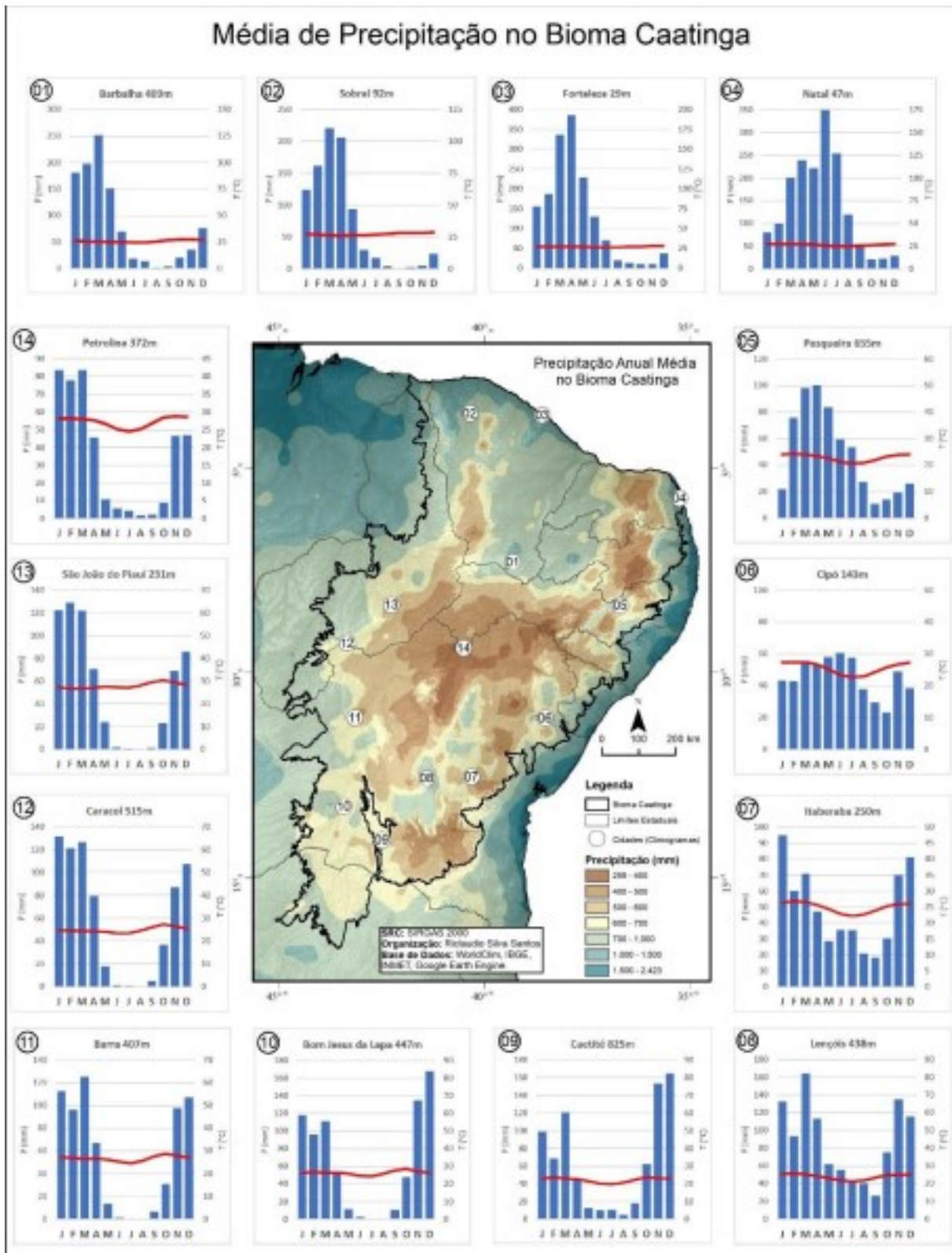
A formulação da sintaxe nesse ambiente deve ser orientada pelos propósitos do pesquisador, delineando quais conjuntos de imagens serão consultados, as variáveis consideradas, e os parâmetros espaciais e temporais empregados. Cada código não surge de maneira espontânea, mas sim em resposta a uma necessidade ou demanda identificada (ALMEIDA, 2017).

Para esta aplicação, foram adquiridas informações sobre a precipitação média mensal, e conseqüentemente anual, expressa em milímetros, para uma área que abrange o Bioma Caatinga, utilizando imagens provenientes do *WorldClim Climatology V1*, com resolução de 1 km por pixel. Este conjunto de dados, do referido satélite, abrange ainda informações sobre temperaturas mínimas e máximas, e média de temperatura, importantes para a construção de climogramas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir dos dados obtidos na plataforma do *GEE*, foi possível elaborar um quadro de informações das características da precipitação no Bioma Caatinga (Figura 01), apresentando climogramas de diversos municípios localizados neste bioma e a média de precipitação da referida área. Entre as vantagens desta ferramenta destaca-se a capacidade de abrangência espacial das informações, permitindo investigar o espaço em uma escala regional.

Figura 01 – Características da Precipitação no Bioma Caatinga.



A partir dos dados obtidos pode-se observar que o climograma referente a cidade de Sobral-CE apresenta um período de maior precipitação entre março e abril, configurando forte ocorrência de chuvas no final do verão e início do outono, alcançando 220 mm. E em contrapartida, um período seco entre o inverno e a primavera. Por sua vez, o climograma referente à cidade de Cipó-BA apresenta um período de maior precipitação entre março e julho, configurando maior ocorrência de chuvas no final do outono e início do inverno, alcançando 60 mm. E em contrapartida, um período mais seco ocorre entre o final do inverno e início da primavera.

Lençóis-BA apresenta um período de maior precipitação entre novembro a abril, configurando forte ocorrência de chuvas no final da primavera e início do verão assim como no final do verão e início do outono, alcançando 164 mm mensais em março. Em contrapartida, um período seco ocorre no final do outono e durante o inverno. Já a cidade de Petrolina-PE possui o período de maior precipitação entre janeiro e março, configurando chuvas de verão, atingindo 83 mm mensais. Já o período seco ocorre entre os meses de março a outubro (final do outono até o início da primavera).

Esses diferentes contextos de variação intra-anual das chuvas são de extrema importância para a agricultura em ambientes semiáridos. Como foi possível observar a partir dos climogramas, essa região caracteriza-se pela concentração de chuvas em poucos meses do ano, intercalados por períodos prolongados de estiagem, o que torna o armazenamento de água essencial para a sobrevivência das plantas durante a seca. A disponibilidade de água no solo afeta diretamente o crescimento e o desenvolvimento das plantas, influenciando na produtividade das culturas e sobrevivência das comunidades rurais.

As diferentes configurações de precipitação atmosférica presentes dentro do semiárido brasileiro demonstram que esse conjunto de paisagens possui uma grande diversidade climática dentro do seu contexto de semiaridez. Apesar do Bioma Caatinga ser caracterizado pela baixa precipitação, entre outras variáveis, é possível encontrar áreas com precipitação maior em seu interior, assim como estão presentes formações vegetais da caatinga em ambientais com maior precipitação nas áreas de transição para outros biomas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o progresso tecnológico, a análise espacial ampliou-se, proporcionando diversas possibilidades. Na contemporaneidade, o geógrafo do século XXI necessita possuir competências em informática, independentemente de sua especialidade, dada a predominância

da produção acadêmica em formato digital. Esse imperativo é ainda mais pronunciado nas áreas de cartografia, sensoriamento remoto e geoprocessamento, uma vez que os mapas confeccionados manualmente foram substituídos por softwares de Sistemas de Informação Geográfica (SIGs) há algum tempo.

Como destaca Gorelick *et al.* (2017), a estrutura do *GEE* tenta propiciar um ambiente onde os usuários menos familiarizados com a programação alcancem sucesso em suas tarefas, e ressalta ainda que este estilo de modelo de programação está se tornando cada vez mais comum para computação em nuvem em larga escala. Tornando o *GEE* uma plataforma de análise geoespacial em escala planetária, disponível a todos, alcançando um público mais amplo e contribuindo para soluções ambientais e sociais globais.

É crucial destacar que, inquestionavelmente, o desígnio último do geógrafo permanecerá a investigação do espaço como uma categoria fundamental da Geografia. As ferramentas apresentadas neste artigo, por sua vez, não só oferecem novas perspectivas de análise, como também simplificam a geração de informações que ficarão acessíveis ao pesquisador.

PALAVRAS-CHAVE: *Google Earth Engine, JavaScript, Dados Climáticos, Bioma Caatinga.*

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Flávio. **Cangaceiro JavaScript: Uma aventura no sertão da programação.** São Paulo: Casa do Código, 2017.

GOODCHILD, Michael F. A spatial analytical perspective on geographical information systems. **International journal of geographical information system**, v. 1, n. 4, p. 327-334, 1987.

GOODCHILD, Michael F. Geographic information systems and science: today and tomorrow. **Annals of GIS**, v. 15, n. 1, p. 3-9, 2009.

GORELICK, N; HANCHER, M; DIXON, M; LYUSHCENKO, S; THAU, D; MOORE, R. Google Earth Engine: Planetary-scale geospatial analysis for everyone. **Remote sensing of Environment**, v. 202, pp. 18-27, 2017.

HARTSHORNE, Richard. The nature of geography: A critical survey of current thought in the light of the past. **Annals of the Association of American geographers**, v. 29, n. 3, p. 173-412, 1939.

MODIFICAÇÕES ESPACIAIS E A OCORRÊNCIA DE ALAGAMENTOS NA CIDADE DE ITABAIANA (SE): RESULTADOS PRELIMINARES

Antony David de Jesus Santos
Universidade Federal de Sergipe
prof.antonygeo@gmail.com

Márcia Eliane Silva Carvalho
Universidade Federal de Sergipe
marciacarvalho@academico.ufs.br

INTRODUÇÃO

No íntimo das relações entre a sociedade e natureza, pode-se discutir os impactos provenientes das interações antrópicas desregradadas entre essas duas esferas, que finda por corroborar na consolidação de diversas consequências socioambientais, entre estas, os alagamentos.

Os alagamentos são causados pela inexistência de redes, sua insuficiência ou obstrução (Souza; Moraes; Borja, 2013, p. 166), o que significa o acúmulo momentâneo de água na superfície devido a impossibilidade do seu escoamento pelas vias de drenagem. Entretanto, áreas naturalmente rebaixadas apresentam a tendência para o acúmulo temporário de água, haja vista que o processo de escoamento superficial segue o padrão definido pelo relevo local, dessa maneira, as águas pluviais tendem a ser direcionadas de áreas mais elevadas para as menos elevadas.

O espaço se mostra como uma categoria de análise composta por um sistema de objetos, os quais são de ordem natural e social, atrelando-se a isso também a vida que os anima, ou seja, a sociedade em movimento. (Polon, 2016, p. 87). Quando modificado de maneira desregrada, nota-se a ocorrência de impactos de magnitudes diversas, que respondem a escala de transformação que o espaço em questão foi colocado. Na investigação em tela, pode-se associar a ocorrência de alagamentos como consequência da alteração espacial.

A cidade de Itabaiana tem passado por um intenso processo de expansão urbana. Tal fato pode ser direcionado como consequência do avanço do setor imobiliário sobre o município, assim como crescimento do distrito industrial e expansão das áreas comerciais e periféricas, visto que a esfera comercial do município se diversificou de modo que continua a atrair pessoas para fixar residência e estabelecimentos comerciais.

A ocorrência de alagamentos na cidade de Itabaiana tem sido noticiada pela mídia local em diversos pontos, e nestes relatos nota-se a presença de características que colaboram para a existência de tais impactos ambientais. Essas características se configuram como a impermeabilização do solo e obstrução de canais de drenagem pelo descarte incorreto de resíduos sólidos.

Frente ao exposto, a investigação em tela discorre sobre os principais pontos de alagamentos na cidade provenientes das modificações espaciais, com o intuito de realizar associação entre as alterações na entrada do sistema urbano e a materialização dos alagamentos enquanto saída do sistema.

OBJETIVO

Analisar a associação entre modificações espaciais e a ocorrência de alagamentos na cidade de Itabaiana (SE).

ÁREA DE ESTUDO

O objeto em investigação está situado no município de Itabaiana, localizado na porção agreste, transição climática do estado de Sergipe, nordeste do Brasil, e possui como limítrofes os municípios de Areia Branca, Campo do Brito, Frei Paulo, Itaporanga D'Ajuda, Macambira, Malhador, Moita Bonita, Ribeirópolis e São Domingos.

METODOLOGIA

No tocante a abordagem metódica, optou-se por utilizar o método hipotético dedutivo, cuja hipótese aqui levantada aponta que as alterações antrópicas realizadas no espaço urbano itabaianense contribuem para a ocorrência de alagamentos e outros impactos socioambientais.

Com o intuito de atender o objetivo apontado, foram realizadas, inicialmente, investigações acerca da urbanização na cidade de Itabaiana por meio de levantamentos históricos e leituras de produções científicas acerca da geografia de Itabaiana.

Com a investigação inicial realizada, notou-se a ocorrência de alagamentos na área em questão por meio do levantamento de matérias jornalísticas da mídia local, o que permitiu a criação de hipóteses que expliquem os motivos pelos quais os alagamentos acontecem no recorte. Com a hipótese levantada, buscou-se entender a pluviosidade do município com o intuito de correlacionar o volume do chuvas com a ocorrência de alagamentos.

Por fim, buscou-se relacionar a ocorrência de alagamentos com a modificação espacial da cidade, haja vista que, com o crescimento do núcleo urbano do município, a impermeabilização do solo, fator característico de ambientes urbanos, se mostra na teoria como um intensificador dos episódios de acumulação temporária da água da chuva na superfície, ou seja, os alagamentos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A consolidação de Itabaiana enquanto espaço de escoamento de produção rural favoreceu a urbanização inicial do município, de modo que a impermeabilização do solo por meio da pavimentação das ruas e edificações se mostra como uma crescente na cidade. O município de Itabaiana passou e continua passando por um constante aumento em suas áreas urbanizadas, e, em contra partida, também é notado o aumento de relatos jornalísticos acerca da ocorrência de alagamentos na cidade serrana.

Portais de notícias locais apontam, com destaque para 2014 e 2020, a ocorrência de alagamentos em diversos pontos da cidade, com magnitudes variadas e presença de estragos. Em 2014, a prefeitura de Itabaiana precisou acionar todas as secretarias em busca de ações para minimizar os estragos causados pelos alagamentos em diversas ruas da cidade, com destaque para as ruas São Domingos, Prof. Lima Junior, Itaporanga, entre outras (Itabaiana, 2014).

Frente a essa realidade, foram realizadas obras de macrodrenagem e drenagem pluvial por meio do Programa Águas de Sergipe, com o objetivo de atenuar a problemática existente. Tais obras foram iniciadas em 2019 e finalizadas em 2020, em parceria com as construtoras Heca e Celi. As obras causaram diversos problemas a população local, principalmente devido à dificuldade de locomoção nas ruas, já que estas estavam sendo escavadas em prol das obras. Contudo, os episódios de alagamentos não foram sanados e continuam a ocorrer.

Em 2020, os transtornos dos alagamentos registrados na mídia local continuaram a ocorrer e apontam as ruas Boanerges de Almeida Pinheiro, Capitão José Ferreira, Esperidião Noronha, Antônio Dutra, Prof. Lima Junior e outras localidades (Gilson de Oliveira, 2020), assim como nas ruas Engenheiro Carlos Reis, João Teixeira, Judite Dantas de Andrade, entre outras (93 Notícias, 2020) como áreas afetadas por essa problemática.

A impermeabilização do solo e ausência de cobertura vegetal intensificam o processo de acumulação da água da chuva, o que corrobora para a ocorrência de alagamentos. Tais modificações espaciais interferem no balanço do sistema ambiental urbano, e corrobora na

conformação de impactos ambientais, neste caso, os alagamentos. Mesmo com a realização das obras de macrodrenagem, a ocorrência de alagamentos não pode ser atenuada se os motivos básicos pelos quais esses eventos acontecem permanecem intocados.

Dados do Agritempo (Sistema de Monitoramento Agrometeorológico) mostram que, em 2020, a pluviosidade do recorte concentrou chuvas em quase todos os meses, exceto em junho, julho, agosto e setembro, meses que são correspondentes ao inverno e início da primavera no hemisfério sul. Cabe destacar o mês de outubro, que obteve uma máxima pluviométrica de 47,9 mm em 2020, assim como o mês de março, que encerrou o verão com a máxima pluviométrica de 46,2 mm.

Diante da pluviosidade considerável, atrelado a impermeabilização do solo decorrente da urbanização, outro fator destaque na problemática dos alagamentos é o descarte incorreto de resíduos sólidos em locais impróprios, que são transportados pelas precipitações em direção aos canais de drenagem, o que finda por corroborar na ocorrência dos alagamentos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Destarte, nota-se que há contribuições sociais para a ocorrência da problemática dos alagamentos no recorte. Foi observado que a consolidação comercial de Itabaiana atrelada ao rápido processo de urbanização oferece entradas no sistema local que resulta em alagamentos como saídas.

A impermeabilização do solo, retirada da cobertura vegetal e descarte incorreto de resíduos sólidos são fatores que contribuem diretamente para a ocorrência de alagamentos. Dessa forma, por mais que a obra de macrodrenagem realizada na cidade em questão seja de grande importância, a problemática ambiental dos alagamentos não poderá ser atenuada enquanto os problemas básicos que intensificam a ocorrência de tal evento não forem enfrentados.

PALAVRAS-CHAVE: Transformações espaciais; Urbanização; Alagamentos.

REFERÊNCIAS

AGRITEMPO. Sistema de Monitoramento Agrometeorológico. Pesquisa de dados meteorológicos. Disponível em < <https://www.agritempo.gov.br/agritempo/jsp/PesquisaClima/index.jsp?siglaUF=SE>> Acesso em 24 nov. 2022.

BISPO, José de Almeida. **Itabaiana, nosso lugar: quatro séculos depois**. Aracaju: Infographics, 2013.

CARVALHO, Diana Mendonça de. COSTA, José Elózio da. **A Geografia (des)conhecida de Itabaiana/SE**. São Cristóvão: Editora UFS, 2012.

GILSON DE OLIVEIRA. **Cidade de Itabaiana volta a enfrentar novos alagamentos no centro e periferia**. Disponível em < <https://www.gilsondeoliveira.com.br/noticia/14589/cidade-de-itabaiana-volta-a-enfrentarnovos-alagamentos-no-centro-e-periferia>> Acesso em 21 de fev. de 2022.

ITABAIANA. **Chuva provoca alagamentos e deixa estragos em toda Itabaiana**. Disponível em < <https://itabaiana.se.gov.br/noticia/3924/chuva-provoca-alagamentos-e-deixa-estragos-em-toda-itabaiana>> Acesso em 21 de fev. de 2022.

ITNET. **Fortes chuvas provocam alagamentos e estragos em Itabaiana**. Disponível em < <https://itnet.com.br/2014/11/17/fortes-chuvas-provocam-alagamentos-e-estragos-em-itabaiana/?playlist=1>> Acesso em 21 de fev. de 2022

POLON, Luana Caroline Künast. Espaço geográfico: breve discussão teórica acerca do conceito. **Rev. Geogr. Acadêmica**. v. 10, n. 2, p. 82-92, 2016.

PORTAL DE RECURSOS HÍDRICOS DE SERGIPE. **Águas de Sergipe**. Disponível em < https://sedurbi.se.gov.br/portalsrecursos_hidricos/?pagina=aguas_de_sergipe> Acesso em 22 de fev. de 2022.

SOUZA, Vladimir Caramori Borges de. MORAES, Luiz Roberto Santos. BORJA, Patrícia Campos. Déficit na Drenagem Urbana: Buscando o Entendimento e Contribuindo Para a Definição. **Revista Eletrônica de Gestão e Tecnologias Ambientais (GESTA)**, v. 1, n. 2, p. 162-175, 2013.

93NOTÍCIAS. **Chuva volta a provocar alagamentos e estragos em Itabaiana**. Disponível em < <https://93noticias.com.br/noticia/48504/chuva-volta-a-provocar-alagamentos-e-estragos-em-itabaiana>> Acesso em 21 de fev. de 2022.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a Capes pelo financiamento essencial para o desenvolvimento da pesquisa



**PRODUÇÃO DO
ESPAÇO AGRÁRIO**

A GEOGRAFIA DOS SUPERMERCADOS: POLÍTICAS PÚBLICAS E A INSEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Elisandro Matos Rodrigues⁵
Universidade Federal de Sergipe
elisandro@academico.ufs.br

Sônia de Souza Mendonça Menezes⁶
Universidade Federal de Sergipe
soniamenezes@academico.ufs.br

INTRODUÇÃO

Este resumo está centrado no estudo e pesquisa acerca do processo de expansão das redes de atacado e varejo de capital externo, e as ações do Estado brasileiro para fomentar sua construção, no território. Além disso, faz-se necessário analisar como as políticas públicas direcionadas a Soberania e a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), foram decisivas para que o Brasil saísse do Mapa da Fome, e a ausência dessas políticas pós Golpe de 2016, conduziram o país ao agravamento da insegurança alimentar e nutricional, e o retorno ao Mapa da Fome.

A partir dos anos 1950, a modalidade do autosserviço de comercialização se instaura tendo o Estado o papel de articular e financiar a transformação para a consolidação desse setor vinculado a venda de alimentos. A política desenvolvimentista implementada pela ditadura militar em meados dos anos 1960, proporcionou a difusão do varejo com a instalação dos Supermercados. Este novo-velho padrão de consumo, que os Supermercados carregam, com a mensagem de modernidade, desenvolvimento e agilidade, configura-se em um discurso falacioso e de dominação. No início, esses estabelecimentos promoviam a exclusão da classe trabalhadora, em decorrência dos elevados preços das mercadorias para a população mais vulnerável e menos abastada das cidades (a periferia). A partir da década de 1990, com o avanço e expansão do padrão neoliberal (na década de 1980 nos Estados Unidos), os Supermercados se consolidam no varejo nacional. Engendrado com propagandas e enunciado na mídia, em um

⁵ Mestrando em Geografia pelo Programa de Pós-graduação em Geografia (PPGEO) da Universidade Federal de Sergipe (UFS), integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas em Alimentos e Manifestações Tradicionais (Grupam).

⁶ Professora do Departamento de Geografia e do Programa de pós-graduação em Geografia (PPGEO) da Universidade Federal de Sergipe (UFS), líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Alimentos e Manifestações Tradicionais (GRUPAM).

período que se configurava a diminuição do Estado de bem-estar-social, e a soberania das privatizações, o setor alimentício que até então fizera parte das diretrizes estatais, passa a ser entregue ao poder privado nacional e internacional.

As análises relacionadas à instauração de grandes redes globais varejistas e atacadistas, assim como os impactos desse tipo de empreendimento nos pontos de vendas vinculados aos “circuitos curtos de comercialização” (Darolt, Rover, 2021), feiras, bodegas e mercearias, que disputam território com essas redes globais de abastecimento alimentar, justificam a necessidade de estudo mais aprofundado nessa temática. Mediante a relevância do tema, o texto tem como objetivos, analisar a conformação do sistema alimentar na periferia. E compreender o papel do Estado como formador de políticas públicas, nesse processo de expansão das redes de varejo e atacado global, em detrimento da comercialização local. O estudo consistirá em levantamento do estado da arte, para consolidação de conceitos e base bibliográfica, análise de projetos e políticas públicas voltadas a SAN no território nacional. Deste modo, o presente texto abordará a conformação dos sistemas alimentares e relação com o aumento da insegurança alimentar e nutricional nos últimos anos. A seguir, será discutido a luz de autores como está engendrado o processo de homogeneização dos setores varejista e atacadista e como a escala local de comercialização de alimentos está submetida a uma escala global hegemônica e excludente.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O processo de desenvolvimento que aplacou o Brasil desde a década de 1950, reverbera nos dias atuais, com problemáticas que se direcionam para parte da população mais vulnerabilizada da sociedade. Tais problemáticas relacionadas ao campo da alimentação, quer seja a produção, a circulação como ao acesso à alimentação pela sociedade faz-se necessários estudos e pesquisas para compreender as mudanças existentes no espaço urbano. O discurso propagado pela Revolução Verde e pela FAO (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura), da tecnificação do campo para aumento de produtividade, não resolveu a questão da fome na escala global e local. Ao contrário do que fora apresentado, este pacote serviu para que os países centrais concentrassem investimentos e acelerassem o processo de dominação dos países periféricos. Com o capital voltado para a estrangeirização, o Estado torna-se mínimo para questões sociais no próprio território, como assinalam Lisboa e Conceição

(2007). Do mesmo modo, assevera Mascaro (2015), o papel do Estado nada mais é, que o atendimento das necessidades econômicas e políticas do Mercado.

É a partir da década de 1990, com o discurso neoliberal, de Estado mínimo e promovendo a ineficiência do próprio Estado, sendo concebido o processo de descentralização da economia local. Este processo, viabiliza o esfacelamento de políticas públicas voltadas para a sociedade civil. Como assevera Wegner e Belik (2012), ao mostrar que o fim da SINAC, e a desarticulação das CEASAs, indiciava o abandono por parte do setor público, e avanço do capital privado. Pintauidi (1981) afirma que o papel das indústrias agroalimentares, com o alavanco dos processos de internacionalização do capital e de mercado, modificou os paradigmas de produção e de consumo. Nesse contexto, a industrialização nacional e internacional, o Estado e a mídia são decisivos para transformar o *habitus* alimentar da população. O ato de se alimentar perde as características sociais e coletivas (Contreras, Arnaiz; 2005), e torna-se individualizada. Menezes acentua que o ato de se alimentar, possui “uma dimensão mais ampla, não somente um objeto necessário para manutenção fisiológica, uma vez que contextualiza a história de vida dos grupos sociais” (Menezes, p. 45, 2015).

O surgimento dos supermercados modificou a comercialização varejista no Brasil a partir da década de 1950 (Joamalinis, Maluf, 2022; Maluf, 2017). Todavia, a consolidação dessa modalidade, se dá em meados da década de 1990, como aponta Maluf (2017); Wegner e Belik (2012), dentre outros autores e concomitantemente observa-se o deterioramento do comércio tradicional. Com o discurso de garantir acesso e abastecimento de alimentos a sociedade, a alimentação não pertencente ao território e elementos que se vestem de alimentos como os ultraprocessados avançam nas mesas dos brasileiros. Tais produtos ultraprocessados que não condizem àquilo que assevera o Direito Humano a Alimentação Adequada (DHAA) e não garantem SAN para a sociedade. Kepple e Segall-Corrêa (2011), ao discorrer sobre o conceito de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), ressaltam que a presença de ultraprocessados, e alimentos hipercalóricos, (comuns nos Supermercados), denotam risco para saúde coletiva e individual.

Diante deste processo de avanço do capital privado, e retração da esfera pública, dos programas e políticas públicas voltadas ao tocante a SAN, garantias para a alimentação da população reduz-se nos últimos anos. Enquanto isso, com a consolidação do programa Fome Zero, articulado a outras políticas públicas, que surge em 2006 e tem como objetivo combate a fome em território nacional (Cruz, 2020) proporciona a redução da fome no país. Todavia, pós

Golpe de 2016, e ascensão da extrema-direita no país, essas políticas públicas, que vigoravam em direitos e cidadania alimentar a sociedade foram escamoteadas. Campos e Goldfarb (2021) apontam que os valores de investimentos a exemplo o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos), apresentaram redução no período de 2017 a 2019. Joamalins et al. (2023), apontam que os investimentos que se concentravam no PAA em 2012 eram de R\$ 587 milhões decaíram para R\$ 41 milhões em 2019. Essas políticas públicas serviam de pontos nodais ao combate a insegurança alimentar e nutricional, e a fome. Freitas e Pena (2020), afirmam que no caso brasileiro a fome envereda no campo político.

Deste modo, o neoliberalismo e nos últimos anos com a presença fortificada da extrema-direita, o setor privado nacional e principalmente internacional de varejo e atacado, centralizou-se no país. Inicialmente, como nos aponta Maluf (2017); Joamalins, Maluf (2022), este setor tem seu início nas zonas mais abastadas do país. Entretanto, hoje, o espraiamento dessas redes acontece também nas periferias e em bairros socioeconômicos mais vulneráveis. Fato esse, que denota o risco e deterioramento do comércio local que sem apoio do Estado e de políticas públicas garantidoras da sua permanência torna-se difícil competir com grandes conglomerados mercantis de capital nacional e global.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estudar e pesquisar no campo da alimentação, não se limita a esfera biológica e/ou nutricional. Como fora apontado ao longo da discussão, a alimentação, o capital e o Estado, estão imbricados e atuando na sociedade. No estudo em questão, foi apontado o crescimento do varejo e atacado no âmbito privado, como a redução do Estado no viés público, e sua insigne expansão para o fomento das ações privadas. Evidenciou-se o avanço na periferia e a expansão das redes de abastecimento provenientes de grupos capitalistas vinculados a escala nacional e global, além disso, observou-se o deterioramento do comércio local/tradicional nos territórios das periferias urbanas.

As políticas públicas voltadas a proteção e garantia dos direitos a alimentação e a segurança alimentar e nutricional, são de valioso interesse para sociedade brasileira e o enfraquecimento, ou abandono dessas políticas, resultam em adversidades e prejuízos a alimentação/saúde resultando também no aumento da fome. Portanto, o fortalecimento, a luta por políticas públicas vinculadas a distribuição de renda e ao abastecimento são essenciais, para efetivar um modelo na contramão deste sistema hegemônico global e excludente.

PALAVRAS-CHAVE: Estado, Segurança Alimentar e Nutricional, Varejo e Atacado

REFERÊNCIAS

CONTRERAS, Jesus; ARNAIZ, Mabel Gracia. **Alimentação e cultura: perspectivas antropológicas**. Barcelona: Ariel, 2005.

CRUZ, Fabiana Thomé da. Governança de sistemas alimentares: perspectivas e oportunidades para a soberania e segurança alimentar e nutricional sustentáveis. **Sistemas Alimentares no século XXI: debates contemporâneos**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1ª ed. 2020.

DAROLT, Moacir Roberto; ROVER, Oscar José. CIRCUITOS CURTOS DE COMERCIALIZAÇÃO COMO INOVAÇÃO SOCIAL QUE VALORIZA A AGRICULTURA FAMILIAR AGROECOLÓGICA. Separata de: DAROLT, Moacir Roberto; ROVER, Oscar José. **CIRCUITOS CURTOS DE COMERCIALIZAÇÃO, AGROECOLOGIA E INOVAÇÃO SOCIAL**. 1. ed. Florianópolis, SC: Estudo sem prelo, 2021. v. 1, cap. 1, p. 19-43. ISBN 978-65-991203-2-9

JOMALINIS, Emília de Medeiros Silva; BEZERRA, Juscelino Eudâmidas; BÜHLER, Ève Anne. A oferta alimentar urbana frente ao desafio da expansão dos supermercados. Perspectivas sobre o Rio de Janeiro e Brasília. **Alimentação e Políticas Alimentares nas Cidades**, [s. l.], v. 59, ed. 1, p. 1-17, 2023. Disponível em: <https://journals.openedition.org/confins/52770?lang=pt>. Acesso em: 7 nov. 2023.

JOMALINIS, Emília; MALUF, Renato S. **Redes de supermercado e dinâmicas socioespaciais no município do Rio de Janeiro: desigualdades e varejo de alimentos**. UFRGS, 1ª ed. 2022.

KEPPLE, Anne Walleser; SEGALL-CORRÊA, Ana Maria. Conceituando e medindo segurança alimentar e nutricional. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 16, p. 187-199, 2011.

LISBOA, Josefa Bispo; CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. Desenvolvimento local como simulacro do envolvimento: o novo-velho sentido do desenvolvimento e sua funcionalidade para o sistema do capital. **Terra Livre**, v. 2, n. 29, 2007.

MALUF, Renato S. **Abastecimento alimentar, inflação de alimentos e o contexto urbano no Brasil**. E-papers Serviços Editoriais Ltda. 2017

MASCARO. Alysson Leandro Estado e forma política. [s.l.] Boitempo Editorial, 2015.

MENEZES, S. de S. M. Sabores do Sertão ao Litoral: saberes e fazeres como estratégia de reprodução social e econômica de grupos familiares. **Revista Geografias**, [S. l.], v. 11, n. 2, p. 44-62, 2016. DOI: 10.35699/2237-549X.13403. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/geografias/article/view/13403>. Acesso em: 22 nov. 2023.

PINTAUDI, S. M. O templo da mercadoria: Estudo sobre os shoppings-centers do estado de São Paulo. São Paulo, FFLCH/USP, 1989 (Tese de Doutorado).

WEGNER, Rúbia Cristina; BELIK, Walter. Distribuição de hortifruti no Brasil: papel das Centrais de Abastecimento e dos supermercados. **Cuad. Desarro. Rural**, Bogotá, v. 69, pág. 195-220, dezembro de 2012. Disponível em <http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0122-14502012000200010&lng=en&nrm=iso>. acesso em 07 de novembro de 2023.

COMERCIALIZAÇÃO AGRÍCOLA EM ITABAIANA/SE⁷

Diana Mendonça de Carvalho

Universidade Federal de Sergipe

E-mail: dianamendonca@academico.ufs.br

José Eloízio da Costa

Universidade Federal de Sergipe

E-mail: eloiziocosta@academico.ufs.br

INTRODUÇÃO

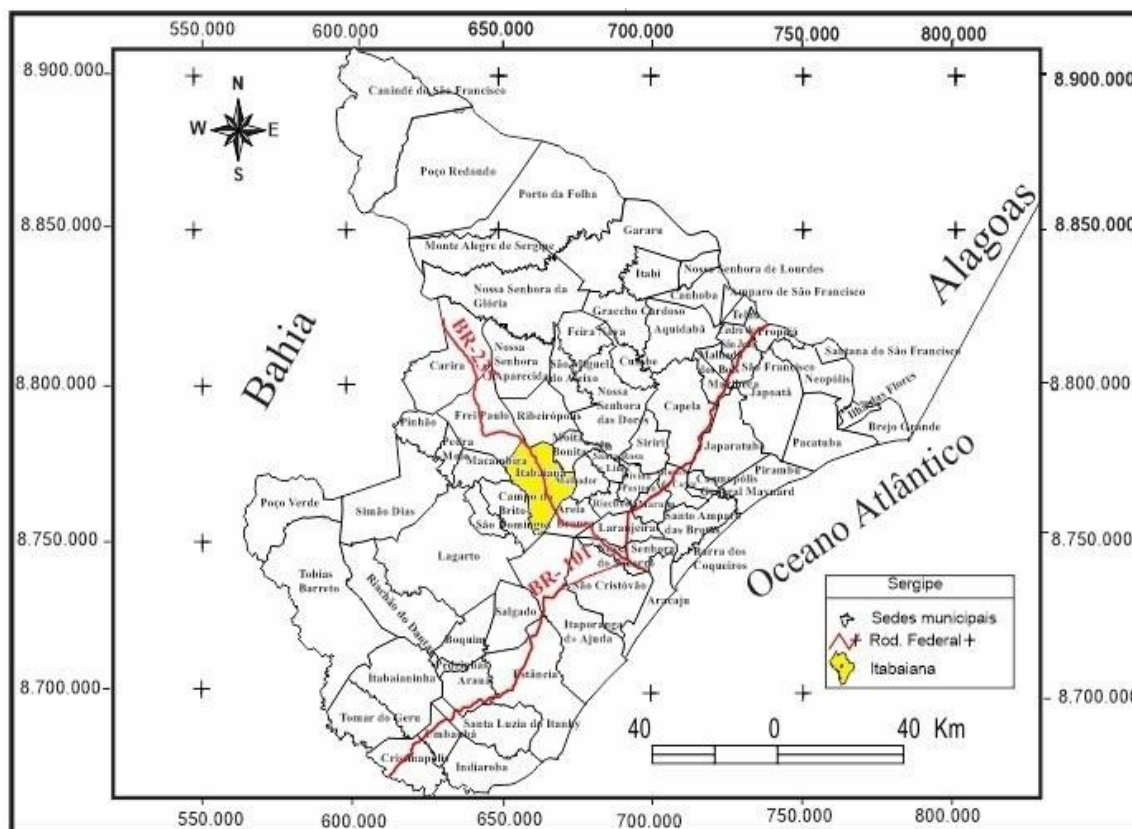
A comercialização é uma atividade dentre as etapas previstas na cadeia produtiva de alimentos. Essa etapa conjuga a dispersão de estruturas, fluxos de produção e de organização espacial para possibilitar o produto chegar ao consumidor final, abrangendo assim, atores sociais, isto é, intermediários, que integram a cadeia produtiva e as etapas de mercantilização da produção.

Diante disso, o presente artigo analisa a comercialização agrícola, em âmbitos atacadistas e varejistas, no município de Itabaiana/SE, mediante diversas escalas espaciais que contemplam esse processo. A pesquisa parte dos seguintes questionamentos: Como se organiza a oferta de produtos agrícolas no município de Itabaiana/SE? Quais são as estruturas de comercialização existentes e como elas se organizam na oferta de produtos agrícolas no município de Itabaiana/SE?

O município de Itabaiana está localizado na faixa centro-ocidental do estado de Sergipe, limitando-se com os municípios de Areia Branca, Campo do Brito, Frei Paulo, Macambira, Malhador, Moita Bonita e Ribeirópolis. A área municipal ocupa 1,54% do território sergipano (336,6km²), distando da capital, Aracaju, 56 km, através da rodovia BR-235 (Figura 01). A escolha do espaço e do tema se justifica na forte relação comercial evidenciado no município, que o coloca como centralidade produtiva e comercial agrícola no estado de Sergipe.

⁷ Pesquisa de Pós-doutorado junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO/UFS).

Figura 01 - O Município de Itabaiana no estado de Sergipe.



Fonte: Base Cartográfica SEPALNTEC (2004).

A análise foi desenvolvida considerando-se as seguintes etapas: 1- Levantamento bibliográfico sobre comercialização agrícola; 2- Levantamento de dados secundários juntamente a órgãos públicos, como a Secretaria de Agricultura, da Pecuária e do Abastecimento Alimentar (SEAPA); Secretaria de Educação, mediante pais de alunos nas escolas rurais que são produtores; empresas comerciais; intermediário-atacadistas; feirantes e supermercados existentes. E, 3- Promoção de registro dos fatos, por meio de fotos e mapeamento via Software QGIS Geographic Information System (QGis3.16).

Essas fases sustentaram uma pesquisa de abordagem empírico-analítica, com base qualitativa e quantitativa que permitiu o reconhecimento dos agentes que atuam em diversas cadeias de comercialização agrícola existente no município de Itabaiana/SE.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A comercialização agrícola agrega “[...] todas as atividades, funções e instituições necessárias à transferência de bens e serviços dos locais de produção aos de consumo” (STEELE, 1971, p.23). Esse processo decorre das relações socioeconômicas existentes na cadeia produtiva, desde a condição do cultivo (fornecedores de insumos e produtores) até se chegar ao mercado consumidor, perpassando por intermediações. Esta condição de intermediação depende do espaço geográfico, visualizado nas estruturas espaciais (SANTOS, 1994, p.34), ou seja, nos pequenos estabelecimentos, feiras e supermercados, na forma de venda a varejo; e em “fixos” como os CEASAS, na forma de atacado, que são apropriados pela lógica do capital.

No município de Itabaiana se evidencia a cadeia de comercialização agrícola, seja na forma contraída, seja na forma alongada, conforme o número de atores sociais envolvidos. Aspecto relevado no número de intermediários atacadistas locais que realizam a intermediação e distribuição dos produtos no espaço de comercialização varejistas.

Segundo a Secretaria de Agricultura municipal (SEAPA), o segmento conta com aproximadamente 200 atacadistas atuando na atividade, somados a cerca de 800 caminhões, que realizam o transporte de entrada e saída de mercadorias do mercado de hortifrutigranjeiros, localizado no centro urbano do município. Não há precisão em termos quantitativos e de especificidades sobre as mercadorias, mas a SEAPA informa que exista uma perspectiva de movimentação de 200 toneladas de produtos agrícolas semanalmente nesse espaço. As origens e fluxos desses produtos são os mais diversos, partindo da esfera local à internacional, caso por exemplo do alho advindo da China e de frutas de clima temperado que são negociadas por itabaianenses na CEAGESP junto aos intermediários internacionais; e da exportação local para França, da batata-doce e da castanha de caju torrefada.

O comércio agrícola no Largo José do Prado Franco e Mercado de Hortifrutigranjeiros começa por volta das 02 horas da manhã e se estende até o meio dia. Nesses espaços se negociam cerca de 1,5 (uma) mil toneladas de verduras, 1 (uma) mil toneladas de raízes e cerca de 1,2 mil toneladas de frutas semanais, sobretudo importadas de outras unidades federativas, a exemplo da Bahia, Minas Gerais e Espírito Santo, mesmo que em nível local haja grande produção de

alimentos como batata-doce e olerícolas, além de outros alimentos, como frutas e carnes. Nesse espaço, são correspondidas as demandas por verduras, condimentos, frutas e raízes, que abastecem sobretudo feirantes e supermercados do estado de Sergipe, de cidades baianas próximas, como Coronel João Sá, Paripiranga, Jeremoabo, Rio Real e Paulo Afonso (BA) e de cidades alagoanas, a exemplo de Piranhas, Delmiro Golveia, Santana do Ipanema, Palmeira dos Índios e Arapiraca.

Ainda no contexto comercial de Itabaiana, demarca-se a condição da Central de Abastecimento do Município (CEASA), construído mediante necessidade comercial agrícola do município, mas com projeto contrário às necessidades dos atacadistas locais, pois não apresentam área livre e espaço para atracamento de caminhões. Outro aspecto que contraria a função social desse fixo é a relação público-privada, que vem gerando inoperância do fixo e danos aos compradores de lotes, culminando em processo judicial, que se arrasta desde 2021.

Já a feira livre de Itabaiana, realizada nos dias de quarta e sábado, compreende espaços entre os largos comerciais José do Prado Franco e Santo Antônio, Mercado de Hortifrutigranjeiros e ruas adjacentes, que se utilizam de 1.300 a 1.700 bancas a depender do dia. Os feirantes comercializam produtos agrícolas (800), produtos semi-industrializados (artesanato) e industrializados (roupas, calçados e utensílios de moda) (800) e peixes, aves e vísceras (80 bancas), sem desconsiderar 289 bancas localizadas nos mercados Zezé de Bevenuto e João do Volta, com a comercialização de carnes.

Ao passo que os supermercados, em número de oito, localizados na sede urbana, são responsáveis pela comercialização de produtos agrícolas que atendem a demanda local, microrregional, sertaneja e até de municípios do oeste baiano, haja vista, comercializarem frutas, verduras, raízes e carnes a semana inteira. Os referidos produtos são negociados na forma “*in natura*”, semi-processada e industrializada, como ocorre com as carnes, adquiridos junto a empresas, como a JBS, ou mesmo, nos frigoríficos locais. Os demais produtos agrícolas, como verduras, raízes e frutas, têm origens diversas e procedentes do mercado atacadista local, durante toda a semana, por vezes, diariamente, no caso das folhagens.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A comercialização agrícola é uma atividade comum a civilização humana, haja vista a necessidade de trocas com intuito de sobreviver. Em Itabaiana, esse processo ganha

expressividade pelo território que abrange e pela economia que gera, haja vista definir empregos e fluxos de mercadorias no campo e na cidade.

Neste contexto, o município apresenta estruturas e condições de comercialização agrícola que atestam as relações estabelecidas dentro de diversas cadeias produtivas locais, regionais, nacionais e internacionais, em conexão com cadeias comerciais, visualizadas em fixos, redes e fluxos que impõem.

Sendo assim, o município de Itabaiana se faz referência na comercialização agrícola em Sergipe, não só pela oferta apreciada, mas também pela estrutura e logística agregada, condicionada principalmente pelas formas de negociação, pagamento e transporte (o município é a Capital Nacional do Caminhão). Fatos que viabilizam fluidez e circulação dos itens negociados.

PALAVRAS-CHAVE: Comercialização agrícola; Intermediários; Fixos; Fluxos.

REFERÊNCIAS

CORTEZ, L. A. B.; HONÓRIO, S. L.; MORETTI, C. L. **Resfriamento de frutas e hortaliças**. Brasília: Embrapa Hortaliças e Embrapa Informação Tecnológica, 2002. 428 p.

G1. **Dados prévios do Censo 2022 apontam que Sergipe tem mais de 2 milhões e 200 mil habitantes**. 2022. Disponível em: <<https://g1.globo.com/se/sergipe/noticia/2022/12/29/dados-previos-do-censo-2022-apontam-que-sergipe-tem-mais-de-2-milhoes-e-200-mil-habitantes.ghtml>>. Acesso em: 01 jun. 2023.

IBGE/SIDRA. **Censo Agropecuário 2017**: resultados definitivos. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecu%C3%A1rio/censo-agropecu%C3%A1rio-2017>>. Acesso em: 31 mai. 2023

CARVALHO, D. M. De. E COSTA, J. E. Da. A importância da Agricultura Familiar de Itabaiana/Se a partir do Censo Agropecuário (2017). **Revista Geografares**. Jan./jun, 2022. Disponível em <<https://periodicos.ufes.br/geografares/article/view/36403/25412>>. Acesso em: 01 jun. 2023.

PINTAUDI, S. M. O lugar do supermercado na cidade Capitalista. **Revista Geografia**, 9 (17-18):37-54, outubro de 1984.

SANTOS, M. **Técnica, Espaço, Tempo**: Globalização e meio técnico-científico informacional. 1ª ed. São Paulo: Hucitec, 1994.

STEELE, H. L.; FILHO, F. M. V. & WELSH, R. S. **Comercialização agrícola**. 1ª Ed. São Paulo: 1971.

O PERFIL DA AGRICULTORA FAMILIAR DO POVOADO BEZERRO/POÇÕES – BA

Daniela Seles de Andrade

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB
danyseles@gmail.com

Lucas Aguiar Tomaz Ferreira

Universidade Federal de Sergipe - UFS
lucasaguiar04@hotmail.com

Fernanda Viana de Alcantara

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB
fernanda.alcantara@uesb.edu.br

INTRODUÇÃO

O presente trabalho aborda a participação das mulheres na agricultura familiar e seu perfil, mulheres estas, oriundas da comunidade do Bezerro no município de Poções-BA. Para desenvolvimento deste texto a categoria território foi escolhida devido à sua capacidade de analisar a realidade deste fenômeno socioespacial. Dessa forma, a utilização dessa categoria destaca a importância de compreender a participação das mulheres no espaço rural, bem como discutir questões de gênero, agricultura familiar e a autonomia feminina.

As mulheres desempenham um papel fundamental na agricultura familiar em todo o Brasil. Nesse sentido, essa pesquisa traz uma abordagem inovadora ao apresentar um *locus* a comunidade do Bezerro. O despertar do interesse das mulheres em buscar formas de promover não apenas a produção agrícola, mas também obter reconhecimento, contribuir para uma gestão municipal mais eficiente e impulsionar a economia local, bem como sua autonomia enquanto sujeitos.

No intuito de alcançar os objetivos estabelecidos para este ensaio, a pesquisa iniciou-se com um levantamento bibliográfico abrangendo livros, artigos e teses relacionados à temática em estudo. Em seguida, realizou-se a coleta de dados na comunidade por meio da aplicação de

trinta e cinco questionários às moradoras, visando compreender as características locais e as experiências das mulheres na comunidade.

Além disso, buscou-se traçar o perfil das mulheres investigadas, das famílias e das propriedades, bem como obter informações sobre os processos de produção, comercialização e organização das atividades agrícolas e domésticas realizadas pelas mulheres na comunidade do Bezerro, em Poções-BA. Para análise dessas questões, utilizou-se a técnica de observação em eventos como reuniões de câmaras temáticas para mulheres, encontros de associações rurais. Foram registradas fotografias e coletadas outras informações relevantes. Estas que contribuíram para uma reflexão da atuação e protagonismo feminino na agricultura familiar.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os seres humanos enquanto transformador do espaço geográfico se agrupam conforme com critérios de reconhecimento, tendenciados por aspectos estruturais e objetivos relacionados ao uso de métodos estratégicos que estimulam transformações, movimentos e diálogos sociais. Nesse sentido, as territorialidades, entendidas como táticas culturais e políticas, desempenham um papel importante na construção das experiências no cotidiano dos sujeitos. É importante salientar que as territorialidades possibilitam a construção de debates territoriais, pois estão diretamente ligadas às diferentes identidades que se refletem nas ações desses sujeitos no território. A contribuição deste conceito para as discussões sociais desvela vínculos em diferentes escalas: regionais, municipais e locais.

Haesbaert (1999) traz as contribuições ao dizer que a identidade territorial é também uma indeidade social definida por meio do território, ou melhor, a relação de apropriação que se concretiza na realidade concreta oriunda do campo das ideias. Então, identifica a identidade um aspecto imprescindível para alicear um território, nesta quadra, pode-se afirmar que perpassa pelo sentido material e imaterial. Raffestin (1993), por sua vez, argumenta que territorialidade humana é materializada como o conjunto das relações sociais estabelecidas pelos sujeitos com exterioridade e alteridade por meio de mediadores e/ou instrumentos. A importância de administrar estes fatores retrata e possibilita a participação social, diminuindo significativamente as questões de desigualdades.

Compreender o processo sociocultural implica reconhecer as transformações que facilitam a construção de novas perspectivas e comportamentos identitários nas relações de

gênero tanto em termos de práticas sociais quanto de ocupação de determinados espaços. Diante desse debate, torna-se viável debater a questão de gênero em suas diversas formas projetadas na sociedade brasileira, uma vez que, é compreendida como um jogo variado, dinâmico e produtivo de relações sociais de poder, neste sentido, traz a luz do pensamento de Silva e Ornat (2014) apontam que as relações territoriais também abarcam as questões de poder que envolve as questões de gênero, sexualidade e racialidade.

A utilização desse conceito permite afastar a ideia de determinismo biológico em relação ao sexo, ao mesmo tempo em que considera todo o processo de construção cultural do binarismo masculino e feminino. Assim, Dias (2014) expressa que os papéis definidos entre homem e mulher é uma construção social definida ao longo do tempo. A questão em pauta está diretamente ligada à garantia de direitos, torna-se necessário ampliar e criar mecanismos para superar as ideias e ações lineares nos diversos âmbitos social, político, cultural, econômico. Essa tarefa nunca e nem será fácil, especialmente, quando se trata da divisão social, territorial e sexual do trabalho que foi moldada pelo patriarcalismo que impôs padrões comportamentais e relações desiguais que inibem a resistência e a emancipação feminina.

Nesse contexto, Fraser (2006) discute os chamados "remédios distintos", que são a redistribuição e o reconhecimento. Esses remédios visam possibilitar que as mulheres deixem de ocupar um papel secundário como ajudantes e passem a se tornar protagonistas em diversos segmentos sociais. Dentre esses segmentos, destaca-se a importância da participação das mulheres na agricultura familiar, um espaço em que elas desempenham papéis transformadores, gerenciam propriedades e conquistam uma voz ativa que transcende o âmbito rural.

Os desafios enfrentados no meio rural vão além do acesso à terra e suas diversas formas de expropriação. Também envolvem resistências políticas, conflitos e relações de poder, exigindo um constante exercício de busca por reconhecimento, inovação e igualdade.

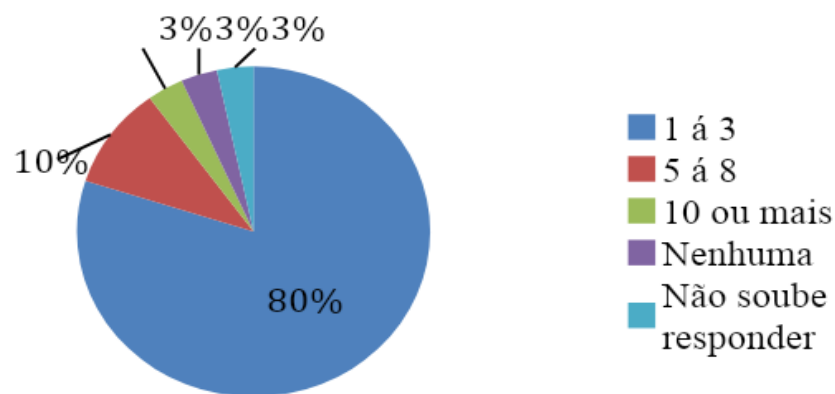
Castells (2008) destaca que gradualmente ocorrem transformações na cultura patriarcal à medida que as conquistas dos movimentos feministas proporcionam às mulheres maior autonomia. Nesse sentido, é válido ressaltar o importante papel desempenhado pelas mulheres na agricultura familiar, pois, presentes nos lares, quintais, roças e na luta pela terra.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2022, constatou-se que as mulheres envolvidas na agricultura estão contribuindo com cerca de 43% da renda familiar. Embora esse número possa não ser considerado alto, representa um avanço

significativo, ao considerar que as mulheres enfrentam múltiplas jornadas de trabalho e frequentemente lidam com afazeres domésticos, maternidade e responsabilidades conjugais.

A comunidade do Bezerro, conta com cerca de 70 famílias residentes, nas quais 64% moram em propriedades próprias, 3% arrendada e 33% adquiridas por herança. Os principais cultivos que elevam a economia local estão voltados para plantação da palma, pimentão, coentro, abóbora, feijão, maracujá e hortaliças, cultivos estes produzido através do trabalho feminino da comunidade. O número de pessoas trabalhando em uma propriedade é de três a cinco, sendo que de uma a três são mulheres membros da família. Conforme o gráfico 1.

Gráfico 3- Mulheres da mesma família que trabalham na agricultura familiar no Bezerro -Poções, BA – 2022

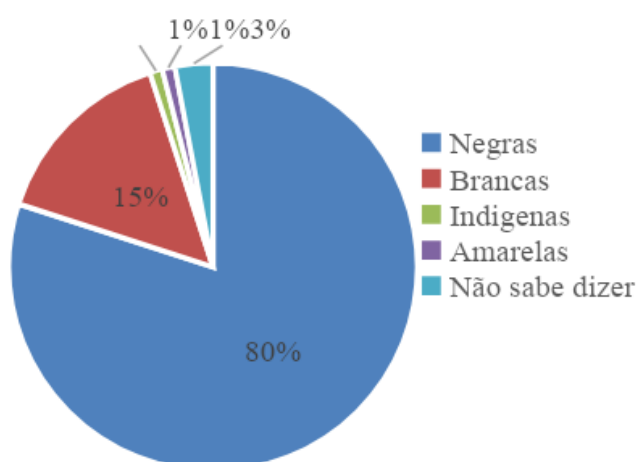


Fonte: Trabalho de campo, 2022

Essas mulheres se dedicam às atividades agrícolas por necessidade financeira ou para complementar sua renda individual. Algumas delas relataram que inicialmente enxergavam a atividade agrícola apenas como uma forma de ajudar a família, porém ao passar do tempo perceberam a importância e a necessidade de cobrir seus próprios gastos. Assim, tornando-se autônomas financeiramente. Conforme verificamos fragmento da entrevista com uma agricultora "*Trabalhar na roça é bom, faço porque gosto, ainda mais agora que tenho minhas coisinhas sem depender do marido*". (Entrevistada 13, 2022).

O perfil destas mulheres conforme o gráfico 2, mostra-se que são 80% de mulheres que se declaram negras, que tem ganho de apenas um salário e meio por família, bem como não 70% não conseguiram terminar o ensino básico, pois se casaram cedo e tiveram que assumir responsabilidades domésticas e familiares.

Gráfico 2 – Perfil étnico-racial das mulheres agricultoras do Bezerro, Poções – BA, 2022



Fonte: Trabalho de campo, 2022.

A motivação adquirida por meio da presença feminina não se limita apenas às agricultoras da comunidade, mas também beneficia a todos os envolvidos na prática da agricultura familiar, especialmente em relação ao acesso às políticas públicas, que tem como objetivo melhorar as condições de vida das trabalhadoras e suas famílias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A referida pesquisa tem um papel essencial de promover o reconhecimento da equidade de gênero dentro da realidade da agricultura familiar ao abordar as questões relacionadas ao valor, inserção social e senso de pertencimento da mulher em relação à terra. É possível observar as transformações ocorridas nesse processo, superando práticas enraizadas no contexto histórico em que as mulheres eram relegadas a papéis secundários e limitadas às tarefas domésticas.

Compreende o sentido de pertencimento das mulheres da comunidade em relação à terra. No entanto, mesmo diante dos relatos positivos, reconhece que a história de garra das mulheres é algo que persiste ao longo dos anos, e a conquista de espaços e direitos na sociedade tem ocorrido gradualmente. É evidente que ainda há um muito a percorrer para alcançar a equidade de gênero.

PALAVRAS-CHAVE: Mulheres Rurais; Agricultura Familiar; Identidade; Poções – BA; Comunidade do Bezerro.

REFERÊNCIAS

DIAS, A. F. **Representações sociais de gênero no trabalho docente: sentidos e significados atribuídos ao trabalho e a qualificação**. 1. ed. Vitória da Conquista-BA: 2014. 267 p.

CASTELLS, M. O fim do patriarcalismo: movimentos sociais, família e sexualidade na era da informação. In: _____. **O poder da identidade**. Tradução Klauss Brandini Gerhardt. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008. p. 69-238.

FRASER, N. "From redistribution to recognition? Dilemmas of justice in a 'postsocialist' age". In: SEIDMAN, S.; ALEXANDER, J. (orgs.). **The new social theory reader**. Londres: Routledge, 2001. p. 285-293.

HAESBAERT, R. **Des-Territorialização e Identidade: a rede "gaúcha" no Nordeste**. Rio de Janeiro: EDUFF, 1997.

ORNAT, M. J.; SILVA, J. M. Território Descontínuo Paradoxal, Movimento LGBT, Prostituição e Cafetinagem no Sul do Brasil. **GEOUSP Espaço e Tempo (Online)**, [S. l.], v. 18, n. 1, p. 113-128, 2014. DOI: 10.11606/issn.2179-0892.geousp.2014.81087

RAFFESTIN, C. "**Repères pour une théorie de la territorialité humaine**". Cahier/Groupe Réseaux, n. 7, p. 263-279, 1987.

A (IN)SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO ESPAÇO RURAL DO MUNICÍPIO DE JAPARATUBA/SE⁸

Arlane Santos de Lima⁹
Universidade Federal de Sergipe
arlaneliim@gmail.com

Sônia de Souza Mendonça Menezes¹⁰
Universidade Federal de Sergipe
soniamenezes@academico.ufs.br

INTRODUÇÃO

A análise dos sistemas alimentares, em seu caráter sistêmico, constrói bases para a compreensão das diferentes interfaces relacionadas a produção, circulação e consumo dos alimentos. Os processos que conformam este modelo, bem como aqueles que resultam deste encadeamento, são analisados de modo conjunto onde se valorizam o todo e as particularidades. Ressalta-se que os estudos mais recentes demonstram que as desigualdades sociais que permeiam o sistema agroalimentar culminam em cenários de insegurança alimentar e nutricional (IAN) nos territórios.

A presente pesquisa objetiva investigar a (in)segurança alimentar e nutricional no espaço rural do município de Japaratuba/SE. A justificativa deste estudo se dá mediante à crescente IAN no Brasil, assim como é alarmante no estado de Sergipe a porcentagem populacional em situação de fome. Na leitura deste panorama, encontra-se a associação da IAN, entre outros fatores, à renda percapita menor que $\frac{1}{2}$ salário mínimo e presença de desemprego ou informalidade no domicílio. Em Japaratuba, o panorama expresso pela análise dos dados secundários denuncia que 60% da população tem rendimento percapita igual ou inferior a $\frac{1}{2}$ salário mínimo. Outrossim, observa-se na localidade um movimento migratório em direção aos estados do Sul, tendo em vista a escassez de postos de trabalhos formais no município. Outrossim, semelhante ao que foi identificado no território nacional e estadual, no município

⁸ Pesquisa financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

⁹ Mestranda em Geografia pelo Programa de Pós-graduação em Geografia (PPGEO) da Universidade Federal de Sergipe (UFS), integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas em Alimentos e Manifestações Tradicionais (GRUPAM).

¹⁰ Professora do Departamento de Geografia (DGE) e do Programa de pós-graduação em Geografia (PPGEO) da Universidade Federal de Sergipe (UFS), líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Alimentos e Manifestações Tradicionais (GRUPAM).

de Japarutuba observam-se indicadores de possíveis cenários de IAN que carecem de análise inter-relacionais.

A metodologia deste trabalho pauta-se em uma revisão bibliográfica que corroborou às análises do sistema agroalimentar hegemônico e suas interfaces com a IAN. De modo conjunto, foram realizadas pesquisas documentais e acesso à base *onlines* para a coleta de dados secundários. Foram consultadas pesquisas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), bem como relatórios, em escala nacional e estadual, da Rede de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede PENSSAN). Ademais, foi ainda elementar o acesso às informações do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS) sobre renda no município de estudo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As discussões sobre a fome no mundo passam inteiramente pela análise de como se conformaram e funcionam os sistemas alimentares atualmente hegemônicos. Assim como alertou Josué de Castro (1946), a problemática da fome é de viés social e, interpretada sob este olhar, compreendemos que é construída socialmente por meio das múltiplas desigualdades que se imbrincam no modo hegemônico de pensar o encadeamento agroalimentar. Assim, mostra-se como válida a reflexão de que a negação da garantia de igualdade de renda, gênero, raça são, simultaneamente, reflexo e força motriz do sistema que também nega o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) aos grupos sociais marginalizados.

De acordo com Ploeg (2021, p. 12) “os sistemas alimentares consistem em fluxos organizados de bens, serviços e informações que vão desde a produção primária até o consumo final”. Nesta mesma perspectiva Torrens (2021 p. 195) afirma que os sistemas agroalimentares podem ser conceituados como “o conjunto integrado de processos e atores que interconectam os subsistemas associados às cadeias de valor de alimentos necessários para garantir a Segurança Alimentar e Nutricional de uma sociedade”. Compreendemos assim o que representa um sistema agroalimentar e a sua conformação, contudo, por esta mesma conceituação, indagamos sobre a real capacidade do sistema agroalimentar atualmente hegemônico garantir a segurança alimentar e nutricional (SAN) aos diferentes grupos sociais.

Ao analisarmos o relatório “O Estado da Segurança Alimentar e Nutrição no Mundo” (SOFI), publicado em junho de 2023 pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) juntamente com demais instituições, evidenciamos informações acerca da

fome no mundo. Para mensurar o fenômeno, a Organização das Nações Unidas (ONU) utiliza dois instrumentos: o indicador de Prevalência da Sub-nutrição (PoU) e a Escala de Segurança Alimentar (FIES). Com base nos cenários de 2020 a 2022, apurou-se que no planeta cerca de 735 milhões de pessoas apresentam algum grau de IAN (FAO, 2023).

Por meio da aplicação da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA) são catalogados dados sobre (in)segurança alimentar e nutricional no país desde 2004 quando a mesma foi aplicada junto à Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Neste primeiro levantamento, fora constatado que 38,9% da população, ou o mesmo que 73 milhões de brasileiros eram acometidos por algum grau de IAN. Em 2009 os dados revelaram IAN em 30,2% dos domicílios do Brasil, vitimando assim cerca de 66 milhões de pessoas, o que naquele momento representava 34,1% da população pesquisada. Mesmo em um cenário de diminuição dos índices gerais em curso, a terceira aplicação nacional da EBIA, que ocorreu junto à PNAD 2013, mostrou que 22,6% dos domicílios ainda sofriam de algum nível de IAN e que este número representava 54.014.000 pessoas. Em 2017/2018 a Pesquisa de Orçamento Familiares (POF) denunciou o agravamento da situação ao demonstrar que cerca de 85 milhões de brasileiros passavam por algum tipo de IAN.

A investigação com o I Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto do Pandemia da Covid-19 no Brasil realizado pela Rede PENSSAN apresentou dados coletados em dezembro 2020, momento em que o país ainda registrava expressivos índices de contágio e morte pelo coronavírus. Em meio à crise sanitária, fora identificado que 16 milhões de pessoas enfrentavam a forma mais severa de insegurança alimentar, a fome. O II Inquérito da rede, que foi realizado entre os meses de novembro de 2021 e abril de 2022, demonstrou que a fome atingia 33,1 milhões de pessoas. O segundo inquérito revelou que entre 2020 e 2021/2022 houve agravamento das formas mais graves de fome, o que ocasionou diminuição nos níveis de IAN leve e aumento significativo das condições moderada e severa no Brasil.

Quanto ao estado de Sergipe, o II Inquérito da Rede PENSSAN apontou 30% da população em estágio de IAN grave. Este quantitativo aponta números expressivamente maiores que a média nacional, que se constitui por 15,5% da população geral nessa condição. Ademais, Sergipe se destaca como o terceiro no *ranking* de maior registro de casos de IAN grave entre os Estados nordestinos, com quantidade inferior aos estados de Alagoas (36,7%) e Piauí (34,3%).

A questão da informalidade no trabalho e a reduzida renda média percapita de até $\frac{1}{2}$ salário-mínimo são agravantes da situação de IAN moderada e grave nos domicílios na escala nacional e local.

Na escala local, verificamos que Japarutuba, município localizado no leste de Sergipe e *locus* desta pesquisa, é marcado pela concentração fundiária e cerca de 81% da área agricultável está atrelada à produção da cana-de-açúcar. Sob a análise ambiental, a intensiva prática agrícola provoca consequências no território com o desmatamento o uso indiscriminado das fontes hídricas, como também pela contaminação por agrotóxicos do solo, água e ar. Igualmente, ao reproduzir o paradigma da agricultura capitalista, (re)cria a concentração da terra e da renda e exclui deste território a construção de sistemas alimentares sustentáveis. Assim como é afirmado por Menezes, Silva e Silva (2019) o panorama agrícola do estado de Sergipe se encontra marcado pela produção de *commodities* ao mesmo tempo em que se esmaecem o cultivo de alimentos. Verifica-se que a produção em grande escala não visa atender a população local, mas sobretudo gerar renda a quem explora, pois “quem produz visando a reprodução da vida jamais faz monocultura” (GONÇALVES 2013, p. 291).

Ao considerar que a informalidade, desemprego e renda percapita de até $\frac{1}{2}$ salário mínimo são variantes associadas à IAN, elenca-se a necessidade de investigar o processo migratório em direção ao sul do país no município. Entre 2010 e 2022, o quantitativo geral da população decresceu 3,88%, anteriormente contava com 16.864 habitantes e reduziu para 16.209. Ao analisar a pirâmide etária, percebe-se que a redução se deu sobretudo nas faixas entre 10-19 e 20-29 anos, o que indica a mobilidade de jovens e adultos. Uma pesquisa de cunho exploratório com quarenta e dois (42) migrantes por meio da aplicação de questionários *online*, demonstrou que a falta de oportunidades de trabalho e a necessidade de reprodução socioeconômica foi fator preponderante para a migração em direção a outro estado. Tomados de maneira conjunta, os dados evidenciados constituem-se assim indicativos a ser considerados na avaliação das condições de acesso – ou não acesso – aos alimentos neste território.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do cenário de IAN que se expressa na escala mundial, nacional e estadual aqui mencionadas, compreende-se a necessidade da pesquisa na escala local diante do panorama das desigualdades arraigadas nos sistemas alimentares. Em Japarutuba, a disparidade na distribuição de terras e de renda repercute nas escassas oportunidades de trabalho denunciam

um possível cenário de entraves no acesso à alimentação adequada. Da mesma maneira, configura-se no território uma lógica de produção de *commodities* que tende a marginalizar os cultivos de alimentos. De tal maneira, conforma-se a urgência de se investigar a problemática no local e dar visibilidade às formas de produção sustentáveis que pautam-se no acesso à terra, geram renda e possibilitam a garantia da SAN no território.

PALAVRAS-CHAVE: Sistema agroalimentar, Desigualdades sociais, Construção social da fome.

REFERÊNCIAS

CASTRO, Josué de. **Geografia da fome: o dilema brasileiro - pão ou aço**. 20 ed. Rio de Janeiro. 2008.

Food Agriculture Organization – FAO. **The state of food security and nutrition in the world 2023**. Disponível em: <https://www.fao.org/3/cc3017en/online/cc3017en.html>. Acesso em: 21 nov. 2023.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. 5 ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira. 2013.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades e estados**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/se/japarutuba.html>. Acesso em: 21 nov. 2023.

MENEZES, Sonia de. Souza Mendonça; SILVA, Paulo Adriano Santos; SILVA, Hebert Ruan Conceição. Configuração espacial da geografia alimentar em Sergipe. **Confins** [on-line], v. 40, 2019. Disponível em: <https://journals.openedition.org/confins/20412>. Acesso: 21 nov. 2023.

PLOEG, Jan Douwer Van der. **O sistema alimentar em tempos de Covid-19: ensinamentos para o futuro**. Cadernos para debate. n. 3. 2021. Disponível em: <https://outraspalavras.net/wp-content/uploads/2021/10/211001-VanderPloegCriseAgricola.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2023.

Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (REDE PENSSAN). **I Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no contexto da pandemia da Covid-19 no Brasil**. I VIGISAN: relatório final. São Paulo (SP): Fundação Friedrich Ebert: Rede PENSSAN; 2020. Disponível em: https://olheparaafome.com.br/VIGISAN_Inseguranca_alimentar.pdf. Acesso em: 20 nov. 2023.

_____. **II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no contexto da pandemia da Covid-19 no Brasil**. II VIGISAN: relatório final. São Paulo (SP): Fundação Friedrich Ebert: Rede PENSSAN; 2022. Disponível em: <https://olheparaafome.com.br/wp-content/uploads/2022/06/Relatorio-II-VIGISAN-2022.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2023.

_____. **II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no contexto da pandemia da Covid-19 no Brasil.** II VIGISAN: Suplemento I – Insegurança alimentar nos estados. São Paulo (SP): Fundação Friedrich Ebert: Rede PENSSAN; 2022. Disponível em: <https://olheparaafome.com.br/wp-content/uploads/2022/06/Relatorio-II-VIGISAN-2022.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2023.

TORRES, J. C. S. **Sistemas Agroalimentares: impactos e desafios num cenário pos pandemia. P2P E INOVAÇÃO**, v. 7, p. 192-211, 2021. Disponível em: <https://revista.ibict.br/p2p/article/view/5406>. Acesso em: 21 nov. 2023.

PAMONHAS: DA COZINHA DE CASA, PARA OS COMÉRCIOS E A RUA

Alexandre Francisco de Oliveira
Programa de Pós-Graduação em Geografia/UFS
E-mail:alexandrechico@academico.uf.br

INTRODUÇÃO

Em Goiás, a prática de elaboração de pamonhas, atividade antes ligada ao rural não se restringe na atualidade somente a ele, como no passado. A socialização gerada através da elaboração de pamonhas servia para celebrar desde a colheita, evidenciando a relação entre comida e calendário (Montanari, 2008) às festividades religiosas (como o dia dos santos), às sociais como os aniversários, noivados e outros, conforme aponta Ortêncio (2013).

Na atualidade tal prática, antes relacionada ao rural e ao espaço doméstico, expande-se e adequa-se aos centros urbanos reafirmando a resistência dos saberes e fazeres repassados de uma geração para outra, diante de uma sociedade que vê seus hábitos alimentares padronizados pela indústria alimentícia e um comer cada vez mais homogeneizado.

Tal resistência e consumação é observada nas pamonhadas coletivas realizadas por familiares ou instituições religiosas e sociais, chamadas por Ortêncio (2013, p. 57) de “reuniões sociais”, e através da mercantilização nas feiras de bairro, nos supermercados, nas pamonharias, com os vendedores ambulantes em diferentes meios de locomoção e ainda nas vendas de porta de casa ou através dos aplicativos de entrega de comida, os deliverys e os mercados de exportação.

Essa procura e elaboração aparentemente despreziosas dos consumidores, é estimulada pelo período de safra, pelo clima, ou pela simples vontade de comer pamonhas também despertada pela passagem do carro do milho verde ou do carro da pamonha que percorrem frequentemente às vias públicas. Nestes respectivos estabelecimentos, logradouros e com tais vendedores, o consumidor encontra desde a pamonha tradicional às variedades mais gourmetizadas.

Assim, tanto em pequenas cidades interioranas quanto nas de grande população, como é o caso da Capital Goiânia, constatam-se um elevado consumo da iguaria, confirmando que a comida é uma marca da identidade territorial e cultural dos goianos.

Esta pesquisa é de base qualitativa e foi conduzida por meio de entrevistas semiestruturadas com comerciantes de pamonha de diversos nichos de mercado, produtores e

consumidores em Pirenópolis, Goiás. Além disso, incluiu uma visita de campo a uma pamonhada familiar realizada em uma área rural de Corumbá de Goiás, durante a qual foram registrados vídeos e fotografias do processo coletivo de elaboração desse alimento.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Embora o consumo não seja exclusivo no Estado de Goiás (Cavalcanti, 2007), afinal praticamente todo território nacional possui receitas similares, preparadas a partir da massa do milho que volta a cocção no embrulho feito com a própria palha, diversificando os recheios, as técnicas, a matéria-prima e as formas de elaborar, tanto a comida como o seu involucrio. A consumação nestas outras localidades não se mostra como um fenômeno, o que acontece com unanimidade em quase todo território goiano.

De acordo com a Junta comercial de Goiás (JUCEG, 2022), o Estado possui mais de 11 mil pamonharias, estabelecimento que comercializa pamonhas e derivados do milho. Somam-se a este número os comerciantes autônomos que ofertam o quitute nos logradouros públicos, nas feiras, nas portas das casas e ainda através dos mercados digitais, evidenciando que a prática associada a ruralidade permanece resistindo também no espaço urbano.

Menezes e Almeida (2020, p. 3) destacam que “os alimentos tradicionais persistem no espaço e no tempo e continuam sendo elaborados com bases em saberes e fazeres transmitidos por diferentes gerações em determinados territórios”. Isso porque desterritorilizados de seus locais de origem, tais sujeitos buscam formas de reviver as experiências vividas, mesmo diante de alterações nas técnicas, dos processos produtivos, continuam a reproduzir hábitos e costumes de outrora.

Para Certeau et al (2000), esta repetição da elaboração se dá, pois, estes alimentos são tomados como prática cultural e como um sistema de valores que estrutura a percepção e a postura dos indivíduos no cotidiano, logo, mesmo que despercebida por tais sujeitos, referem-se a identidade individual e também de seu grupo, o que pôde ser evidenciado através das entrevistas.

Cabe destacar que os resultados são preliminares e se faz necessária a tabulação e análise das entrevistas realizadas, afim de entender como se dá a relação dos sujeitos com a prática alimentar coletiva desenvolvida nos municípios mencionados

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim, entende-se que a expansão da elaboração de pamonhas reforça o sentimento de pertencimento dos goianos às práticas rurais ainda bastante presente no estado, possibilitam a sociabilidade através das pamonhadas, ainda executadas no espaço doméstico como no passado e na atualidade por meio de diferentes nichos de mercado.

Para não concluir, destaca-se a importância das comidas tradicionais para a manutenção e perpetuação dos saberes e fazeres antigos, bem como as possibilidades de sobrevivência e geração de renda através da mercantilização destas.

PALAVRAS-CHAVE: Pamonhas; Resistência; Mercantilização; Saber Fazer; Identidade Territorial.

REFERÊNCIAS

CAVALCANTI, Pedro. **A pátria das panelas: história e receitas da cozinha brasileira.** São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2007.

CERTEAU, Michel de; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. **A invenção do cotidiano: artes de fazer.** v. 2. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

MENEZES, Sônia de Souza Mendonça., & ALMEIDA, Maria Geralda de. (2021). **Pamonha, alimento identitário e territorialidade.** Mercator (fortaleza), 20, e20002. <https://doi.org/10.4215/rm2021.e20002>

MONTANARI, Massimo. **Comida como cultura.** São Paulo: Ed. Senac São Paulo, 2008.

ORTÊNCIO, Bariani. **Cozinha Goiana: estudo e receituário.** _ Goiânia: Editora Kelps, 8ª edição, 2014.

AGRADECIMENTOS

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, pela bolsa que possibilita a realização da pesquisa.

O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE) NA PERSPECTIVA DO DESENVOLVIMENTO RURAL NO ESTADO DE SERGIPE: EFEITOS, ALCANCE E CONTRADIÇÕES

Handresha da Rocha Santos
Universidade Federal de Sergipe
handresharocho@yahoo.com.br

José Eloízio da Costa
Universidade Federal de Sergipe
eloiziocosta@academico.ufs.br

INTRODUÇÃO

O desenvolvimento regional tem se tornado um dos métodos de se considerar as formas de atuação do Estado e dos atores locais na promoção de políticas de desenvolvimento e combate à pobreza no Brasil. Assim este trabalho traz a discussão sobre as estratégias de desenvolvimento rural no Brasil através do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) um programa que apoia o desenvolvimento sustentável considerando a abordagem regional, local.

O PNAE é uma política pública redistributiva de grande relevância no Brasil pois atende os alunos da Educação Básica com uma alimentação equilibrada. Ademais, os benefícios nos níveis social, econômico e cultural são visíveis, porquanto privilegia os pequenos produtores e comunidades tradicionais no fornecimento dos alimentos, amplia economicamente esse viés da agricultura, respeita as produções típicas das regiões e contribui para a conscientização de um consumo equilibrado com vistas à sustentabilidade, diminuindo também o desperdício em toda a cadeia produtiva até a chegada dos produtos ao consumidor.

É uma iniciativa que deve ser explanada e orientada no sentido de incrementar as diretrizes dessa política pública de forma a atender melhor os pequenos agricultores. Em termos metodológico, a pesquisa é de cunho qualitativa, assim foi utilizado como procedimento a análise documental, utilizando-se da leitura e análise de livros, teses, dissertações e artigos que abordam sobre a temática estudada, bem como coleta de dados secundários extraídos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), Ministério da Educação (MEC), Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Secretaria de Estado da Agricultura e Desenvolvimento Rural (SEAGRI) buscando explicar a razão e motivo das coisas, o método escolhido é o método

empírico/analítico, onde será feita a análise estatística e do discurso, levantamento bibliográfico, estado da arte, observação documental, trabalho de campo e mapeamento. Numa análise da produção do espaço e interação homem natureza a partir da mercadoria onde nessa lógica o espaço se modifica devido a lógica capitalista podemos afirmar que o Nordeste sempre serviu ao capital por isso a importância das políticas públicas mediadas pelo Estado como um idealizam-te para resolver um problema socioespacial.

Portanto, destaca se o papel do Estado como gestor de projetos e estratégias socioeconômicas no espaço agrário efetivadas nas políticas públicas. Destarte, o trabalho aborda a importância dos programas institucionais em especial o PNAE como fomento para organização social e produtiva para a agricultura familiar, possibilitando sua recriação e empoderamento.

A opção pela escolha da temática como tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO/UFS), considera a importância da implementação dos programas de políticas públicas que visam contribuir para o desenvolvimento da agricultura familiar e, a observação da crescente preocupação em relação aos modelos e alternativas de desenvolvimento capazes de enfrentar os grandes “desafios” e problemas econômicos, sociais e ambientais que se apresentam no mundo contemporâneo.

A escolha do PNAE como programa de política pública ocorreu por este alcançar atores diferentes e de formas particulares, seja em seu objetivo principal de alimentar a população em fase escolar, até a promoção do desenvolvimento local e da agricultura familiar com a aquisição de alimentos nos municípios. Em relação ao motivo de estudar, a implementação de políticas públicas, decorre do forte interesse em pensar mudanças que fortaleçam a democracia e tornem a máquina estatal mais eficiente do ponto de vista da distribuição dos recursos, equidade social na implementação das política, desenvolvimento local e gestão municipal.

De maneira geral (inicial), pode se dizer que essa tese é permeada por um desejo de investigar como políticas públicas, voltadas aos pequenos produtores rurais, instituem-se e de que maneira esses sujeitos se relacionam com as instituições que atuam na implementação dessas políticas. Essa pesquisa também visa analisar o PNAE como política pública para a agricultura familiar e seus efeitos socioespaciais em Sergipe, a partir da relação agricultura familiar e unidades escolares. O PNAE, na sua estrutura institucional, visa atender a todos os alunos da educação básica que compreende a educação infantil, ensino fundamental, ensino

médio e educação de jovens e adultos, matriculados nas instituições públicas ou que tenha convênio com o poder público, mediante o repasse de recursos financeiros.

Deste modo, programas como PNAE e o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) tem sido operacionalizado nos assentamentos rurais e pelos agricultores familiares com o objetivo de proporcionar melhores condições de vida, mercado para os seus produtos, a valorização da produção de alimentos locais e regionais, o incentivo à organização, cooperação e/ou formalização dos agricultores, ao incentivo do empreendedorismo local, a valorização dos aspectos sociais, culturais e ambientais e novas oportunidades de negócio e geração de emprego e renda.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Esses programas têm contribuído não apenas para superação da pobreza, mas, também vem dinamizando regiões e aumentando possibilidades para um desenvolvimento rural. Pois a integração das políticas públicas de segurança alimentar com as políticas direcionadas para o mundo rural, junto ao reconhecimento e importância da agricultura familiar ressaltam o potencial das suas ações para o fortalecimento econômico e oportunidade de impulsionar as economias. De acordo com (GRISA, 2012. p. 38)

com a expansão do programa, a exposição de seus resultados para as dinâmicas locais e para o fortalecimento das organizações da agricultura familiar, e o crescente debate no Brasil neste período sobre construção social dos mercados, o PNAE ganhou importante projeção nacional e internacional, servindo de exemplo para ser replicado ou exportado para outros países.

A compra de alimentos para a merenda escolar de pequenos produtores locais traz benefícios tanto para os alunos e a administração pública, quanto para os produtores envolvidos e para a economia da região. O primeiro aspecto importante a ser citado é a retenção dos recursos do governo municipal na própria localidade, aumentando a circulação de riqueza local, o que muitas vezes não acontece devido a preços e volumes mais atrativos encontrados em municípios afastados ou em outros estados, ou mesmo em centrais de abastecimento. Ao evitar essa fuga de capitais, a compra da agricultura familiar pela Prefeitura produz um efeito multiplicador na economia local muito maior do que a compra fora da região. Ao mesmo tempo, ao direcionar os gastos para a camada mais carente da população local, a administração pública promove o aumento da receita desse segmento e uma desconcentração da renda regional,

estimulando também outras atividades. Para o agricultor familiar a venda para a merenda representa a abertura de um mercado com um bom potencial de recursos, além de um cliente conhecido e uma fonte pagadora mais segura. Isto ocorre porque normalmente esse tipo de apoio está associado a municípios pequenos, onde existe grande conhecimento e interação entre os fornecedores e os responsáveis pela aquisição dos produtos na Prefeitura.

Além dos aspectos citados, a comercialização também supõe vantagens pelo fato da agricultura familiar obter preços mais justos e garantir a continuidade de fornecimento devido ao estabelecimento de laços de confiança. Igualmente do ponto de vista da administração pública, ao comprar de pequenos produtores o responsável técnico e o financeiro pelas compras podem ter acesso direto e periódico à produção e ao fornecedor. Para a alimentação escolar a primeira vantagem da compra de alimentos produzidos na região é o respeito aos hábitos alimentares regionais e, com isso, o aumento da aceitação das refeições servidas às crianças. Para (SCHNEIDER 2012, p. 59)

uma das consequências desse processo que se consolida com as cadeias agroalimentares curtas é que elas acentuam a dinamização tanto da economia urbana como da rural, favorecendo a acumulação de capital por meio da sinergia de ações que incrementa à produção e comercialização de alimentos típicos com qualidade diferenciada.

Contudo, existem problemas na aplicação do programa, como a fragilidade de muitas organizações sociais e a instabilidade política das administrações locais, fatores que contribuem para a descontinuidade do programa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os programas de políticas de desenvolvimento regional ou local procuram promover ações que apresentam alternativas de médio e longo prazo, objetivando assegurar melhorias na condição de vida das pessoas, por meio da organização econômica, conservação e preservação do meio ambiente. A presença do Estado tem um papel fundamental no desenvolvimento rural, onde a gestão territorial fomenta a produção e comercialização, ao garantir financiamentos, canais de comercialização e infraestrutura. Observa-se a necessidade de produzir e comercializar em função de existir mercado consumidor para os produtos oriundos da agricultura familiar.

Portanto, o que se observa é a necessidade de ações governamentais complementares voltadas à estruturação dos empreendimentos de agricultura familiar. Essas ações podem ser

direcionadas tanto para a adequação dos normativos às realidades e modos de vida dos agricultores familiares, estabelecendo novos padrões institucionais de mercado, como para a disponibilização de programas de assistência técnica que auxiliem na capacidade gerencial e no ordenamento econômico de suas atividades.

O acesso aos mercados é considerado um dos principais entraves ao desenvolvimento da agricultura familiar. A compra de produtos por parte do poder público pode ser estratégica para a agricultura familiar.

Por inúmeras razões e explicações distintas para cada situação, podemos afirmar que a participação das famílias agricultoras e de suas organizações nos mercados está muito aquém de seu potencial. Ao acompanharmos diferentes iniciativas de inserção da produção de base familiar nos mercados, mesmo aquelas de empreendimentos mais consolidados, é possível perceber a existência de algumas dificuldades comuns a todas. Dentre elas, ressalta-se o enfrentamento ao processo do modelo de produção e consumo que favoreceu a enorme concentração de poder nas mãos de poucos grandes produtores.

Para fazer frente ao crescente poder econômico desses, os empreendimentos de base familiar que participam das chamadas públicas e mercados institucionais, ainda precisa de suporte para responder às demandas da agricultura familiar, vez que não dispõe de instrumentos jurídicos, normativos, fiscais, tributários e sanitários que contemplem as especificidades desses setores. Em geral, suas organizações se encontram desprovidas de equipe dedicada e capacitada para a gestão econômica, administrativa e financeira dos empreendimentos. Além disso, costumam se dedicar simultaneamente ao campo de ação política e à atividade comercial, o que muitas vezes compromete o desempenho econômico.

Foram constatadas, através do trabalho de campo, que os agricultores apresentam dificuldades de acessar o programa para vender seus produtos devido à falta de conhecimento da legislação, acesso a crédito, falta de assistência técnica, formação e capacitação, pouco diálogo com outros atores do programa e problemas na entrega dos produtos. Apesar disso, o programa se revela para eles como importante estratégia de venda e de organização social nas comunidades, e há um desejo de continuar a vender ou nele ingressar.

PALAVRAS-CHAVE: Programa Nacional de Alimentação Escolar, Agricultura familiar políticas públicas, desenvolvimento rural, Estado.

REFERÊNCIAS

GRISA, Catia. **Políticas públicas para a Agricultura Familiar no Brasil: produção e institucionalização das ideias. 2012 (Doutorado em Ciência Sociais -Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade)** Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA)– Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). P. 50-57

GRISA, SCHNEIDER **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil / Organizadores Catia Grisa [e] Sergio Schneider.** – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015. 624 p. : il. ; 16x23cm (Série Estudos Rurais) P 35-68

O MONOCULTIVO DO MILHO EM NOSSA SENHORA DE LOURDES/SE E SUAS IMPLICAÇÕES NA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (SAN)¹¹

Jeferson Marques da Silva

Universidade Federal de Sergipe - UFS

E-mail: jefersonprof21@gmail.com

INTRODUÇÃO

Ao longo dos anos o espaço rural brasileiro vem passando por transformações que podem ser notadas a partir da relação do homem com a natureza, nos diferentes usos da terra e nos diversificados modos de cultivar. O processo de modernização do campo brasileiro se intensifica a partir das ideias de produtividade e eficiência apregoadas pelo agronegócio.

Fundamentado no discurso que superestima a sua contribuição na elevação do PIB, geração de postos de trabalho e sua contribuição para o controle da balança comercial, o agronegócio tem utilizado o marketing e a propaganda em diferentes espaços nas redes sociais para agregar na sociedade e, especialmente no mercado consumidor, a defesa da sua atuação. Delgado (2005), ao analisar o processo de transição da modernização da agricultura para o projeto agronegócio, identifica a tríplice aliança formada pelo Estado, Academia e pela Mídia, que se constitui como um tripé que contribui para alicerçar o avanço do agronegócio no Brasil.

Com as alterações na dinâmica produtiva da agropecuária brasileira, a área plantada com alimentos fundamentais para a alimentação humana – arroz, feijão e mandioca – decresceu nas últimas décadas, ao passo que a área dos cultivos destinados majoritariamente à exportação e a fins industriais (produção de ração, energia, papel e celulose) expandiu consideravelmente. Sergipe segue essa lógica de transformações da sua dinâmica produtiva da agropecuária e tem ampliado as áreas de cultivo do milho a ponto de ter se consolidado como um dos maiores produtores do Nordeste e vários municípios do estado reduziram de forma substancial e outros praticamente já não produzem alimentos básicos que compõem a dieta de sua população, tornando-se, assim, dependentes da aquisição de alimentos de outras regiões. Diante desse contexto, surgem alguns questionamentos: como o espaço rural do município de Nossa Senhora de Lourdes/SE tem sido utilizado? Existe (in)disponibilidade de alimentos para o consumo,

¹¹ O presente texto é parte da Dissertação de Mestrado intitulada: “O avanço do agronegócio em Nossa Senhora de Lourdes/SE: dissipação dos cultivos tradicionais e desfiguração da cultura alimentar”, defendida em 24/02/2023, no Programa de Pós-Graduação em Geografia – PPGEO/UFS sob a orientação da Prof^a. Dr^a. Sônia de Souza Mendonça Menezes.

quais os efeitos para segurança alimentar e nutricional da população? Tais questionamentos têm a intenção de direcionar a presente pesquisa, cujo objetivo se constitui em avaliar a (in)disponibilidade de alimentos e seus reflexos no consumo de alimentos da população de Nossa Senhora de Lourdes/SE e na (in)segurança alimentar e nutricional.

Para alcançar o objetivo proposto optou-se por seguir os parâmetros de uma pesquisa qualitativa e como procedimentos metodológicos as pesquisas bibliográficas – a partir do levantamento de textos que abordam as categorias e conceitos essenciais à discussão deste estudo, tais como: questão agrária, agronegócio e segurança alimentar e nutricional; documental – por meio do estudo dos dados quantitativos e das informações documentais fornecidas por órgãos e instituições públicas como o Instituto Brasileira de Geografia e Estatística (IBGE) e a Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento e Irrigação (SMA) e de campo - nessa modalidade foi utilizada a entrevista semiestruturada realizada com agricultores e consumidores do município.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na análise empreendida sobre a conformação do atual modelo de produção agrícola em Nossa Senhora de Lourdes, município localizado ao norte do estado de Sergipe e que integra o território do Alto Sertão Sergipano, constatou-se consideráveis modificações na dinâmica produtiva. É notório o aumento de máquinas agrícolas, o uso de agrotóxicos e de sementes transgênicas nos últimos anos, o que denota um alinhamento ao agronegócio, pautado na lógica capitalista.

Os dados dos Censos Agropecuários de 1995-1996, 2006 e 2017, referentes ao município em análise, confirmam a expansão do cultivo de commodities – milho e a redução de culturas agrícolas fundamentais para a alimentação – arroz, feijão e mandioca.

O arroz, em anos anteriores (1974 e 1984), teve colheita de 31 e 26 toneladas, respectivamente, configura-se em um cultivo que apresentou redução acentuada. Em 1995- 1996, Nossa Senhora de Lourdes chegou a produzir nove toneladas de arroz, entretanto, em 2017, a produção foi zerada, fato ocasionado, principalmente, pela alteração no regime das águas dos rios devido à construção de usinas hidrelétricas (MENEZES; SILVA; SILVA, 2019), além da priorização de outros cultivos em detrimento desse alimento. O feijão, que tinha o seu cultivo consorciado com o milho, apresenta desde o Censo Agropecuário de 2006 redução da quantidade produzida, praticamente o desaparecimento desse alimento, visto que a quantidade é ínfima e, por isso,

não identificada nos dados censitários. No tocante à mandioca, ao comparar à produção nos períodos (1995-1996 e 2017), observa-se redução superior a 85% no cultivo desse alimento no município. Já o cultivo do milho em grão e do milho forrageiro apresentou crescimento na produção, com destaque para o avanço exponencial do milho forrageiro. Atualmente, os produtores do município têm buscado apoio financeiro e tecnológico para o cultivo desse cereal e, com isso, cresce a procura por sementes transgênicas e insumos químicos.

Stedile e Carvalho (2010) atestam que, seguindo os ditames impostos por esse padrão hegemônico de produção, caminha-se para uma tirania da dieta alimentar, homogeneizada e manipulada, em busca apenas de altos lucros para as grandes corporações agroindustriais, pois o acesso a alimentos está regido pelas leis capitalistas do lucro e da acumulação.

A discussão sobre a questão alimentar se amplia ao longo dos anos, principalmente com a adoção do conceito de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN). Não basta discutir a temática somente pelo prisma da necessidade de confrontar as situações de fome e desnutrição. O direito à alimentação de qualidade precisa ser garantido, respeitar a diversidade cultural e promover a sustentabilidade ambiental, cultural, social e econômica torna-se essencial (RAHAL; GENTIL; MAGALHÃES, 2020). As discussões em torno da SAN envolvem as seguintes dimensões: a disponibilidade do alimento; o acesso ao alimento; a utilização dos alimentos e dos nutrientes; e a estabilidade, cujo objetivo é assegurar o direito à alimentação adequada.

Para Maluf, a conexão entre a Segurança Alimentar e Nutricional e Soberania Alimentar perpassa pelo exercício de “políticas relacionadas com os alimentos e à alimentação que se sobreponham à lógica mercantil estrita [...] e incorporem a perspectiva do direito humano à alimentação” (2009, p. 22). Aspectos como acesso, continuidade, valorização cultural, ambiental são considerados relevantes. Segundo Cruz (2017), o modelo produtivo adotado pelo Brasil, privilegia o agronegócio e, por conseguinte, infringe a “segurança alimentar em razão da substituição das culturas alimentares por commodities, assim como a violação da soberania alimentar em razão do desrespeito às práticas culturais e tradições alimentares” (CRUZ, 2017, p. 102). Outrossim, o modelo produtivo que vem se consolidando no território de Nossa Senhora de Lourdes segue essa lógica produtiva de substituição das culturas alimentares, como já demonstrado neste trabalho, com a expansão do monocultivo do milho. Tal fato, tende a estimular o abandono de hábitos alimentares saudáveis. Os dados gerados a partir das

entrevistas revelam mudanças de hábitos alimentares em virtude da ausência do alimento que outrora era cultivado.

Santos (2005), a partir de suas análises, atesta a configuração de um novo padrão alimentar. Essa tendência que desconsidera os hábitos alimentares da população, vem sendo efetivada através do controle da oferta de alimentos industrializados nos supermercados (CARVALHO, 2003). A presente pesquisa evidenciou que essa tendência destacada pelo autor se constitui numa realidade no município em análise e que, de certa forma, afeta a SAN da população.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As novas formas de produzir e de se apropriar da terra, introduzidas pelo modo de produção capitalista, modificaram as configurações territoriais do município em estudo. A produção de milho tem se expandido e, como reflexo dessa alteração no uso da terra, o plantio variado de alimentos tem desaparecido. As alterações no uso da terra provocaram a indisponibilidade de alimentos saudáveis e, conseqüentemente, a dependência de outros municípios para ter acesso aos mantimentos que compõem a dieta da população. Portanto, é visível no território as alterações nos hábitos alimentares com o avanço do consumo de produtos ultraprocessados que refletem no comprometimento da segurança alimentar e nutricional da população.

PALAVRAS-CHAVE: Modernização da agricultura, Agronegócio, Produção de alimentos, Segurança Alimentar e Nutricional.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, Horácio Martins. O oligopólio na produção de sementes e a tendência à padronização da dieta alimentar mundial. **Sementes: patrimônio do povo a serviço da humanidade**. São Paulo: Expressão Popular, p. 95-112, 2003.

CRUZ, Renata Medeiros da. **O cenário agrícola goiano: a dicotomia agronegócio x agricultura familiar**. 2017. 175 f. Dissertação (Mestrado em Direito Agrário) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2017. Disponível: <<http://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/7923>>. Acesso em: 07 jan. 2023.

DELGADO, Guilherme C. A questão agrária no Brasil, 1950-2003. **Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo**. Brasília: IPEA, p. 51-90, 2005.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA. **Censos agropecuários 1995/1996, 2006 e 2017**. Disponível: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017/resultados-definitivos>>. Acesso em: 03 dez. 2021.

MALUF, Renato Sérgio. **Segurança alimentar e nutricional**. 2. ed. - Petrópolis (RJ): Vozes, 2009.

MENEZES, Sônia de Souza Mendonça; SILVA, Paulo Adriano Santos; SILVA, Heberly Ruan Conceição. Configuração espacial da geografia alimentar em Sergipe. **Confins. Revue franco brésilienne de géographie/Revista franco-brasileira de geografia**, n. 40, 2019. Disponível: <<https://journals.openedition.org/confins/20412?lang=pt>>. Acesso em: 21 dez. 2021.

RAHAL, Lilian dos Santos; GENTIL, Patrícia Chaves; MAGALHÃES Élcio de Souza. A política de Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil. In: PREISS, Potira Viegas; SCHNEIDER, Sergio; COELHO-DE-SOUZA, Gabriela (org.). **A contribuição brasileira à segurança alimentar e nutricional sustentável**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2020.

SANTOS, Carlos Roberto Antunes dos. A ALIMENTAÇÃO E SEU LUGAR NA HISTÓRIA: OS TEMPOS DA MEMÓRIA GUSTATIVA. **História: Questões & Debates**, [S.l.], v. 42, n. 1, june 2005. ISSN 2447-8261. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/historia/article/view/4643/3797>>. Acesso em: 05 jan. 2023.

STEDILE, João P.; CARVALHO, Horacio M. de. Soberania alimentar: Uma necessidade dos povos. In: BRASIL (Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome). **Fome Zero: Uma história Brasileira**. Brasília, DF, Assessoria Fome Zero, v. 3, 2010, p. 144 a 156.

MERCADOS AGROALIMENTARES: UMA ANÁLISE À LUZ DA PRODUÇÃO FAMILIAR EM SERGIPE

José Maxuel de Farias Ferreira
Universidade Federal de Sergipe
maxuel@academico.ufs.br

José Eloízio da Costa
Universidade Federal de Sergipe
eloizio.npgeo@gmail.com

Diana Mendonça de Carvalho
Universidade Federal de Sergipe
dianamendoncadecarvalho@gmail.com

INTRODUÇÃO

A agricultura familiar no Brasil passou por grande transformação a partir da década de 1990, no plano teórico e prático, em virtude de mudanças políticas, econômicas e sociais. Embora esse processo tenha recebido contribuições da atuação de movimentos sociais e pesquisadores, foi fundamental o surgimento de propostas concretas por parte do Estado, que culminou na institucionalização da categoria política “agricultor familiar”, em 2006.

O Estado viabilizou condições para permitir, na prática, avanços de ordem qualitativo e quantitativo de agricultores que, historicamente, ficaram à margem do apoio da esfera pública. Os mecanismos de estímulo à produção familiar no geral, e ao segmento agroalimentar em particular, são fundamentais para possibilitar o desenvolvimento das áreas rurais, no entanto, depende também da escala de integração dos pequenos produtores aos mercados enquanto espaços geográficos caracterizados por processos de inclusão e exclusão.

As condições de reprodução social, econômica e produtiva de pequenos agricultores são explicadas não só pelos diferentes sistemas produtivos que adotam, mas também pelo acesso aos diferentes mercados, em escalas espaciais diversificadas (Deggerone; Schneider, 2019). Diante do exposto, foi definido o problema de pesquisa: Qual a escala de autonomia e articulação dos produtores familiares no contexto da comercialização agroalimentar em Sergipe?

O Estado de Sergipe tem 93.275 estabelecimentos, dos quais 72.060 equivalentes a 77,3%, são da agricultura familiar (IBGE, 2017), que são responsáveis pela produção de grande parte do consumo agroalimentar nesse território, com destaque também na comercialização para além-fronteiras do estado, com alcance regional e até internacional.

Pelos dados do Censo Agropecuário do IBGE (2017), 12.060 estabelecimentos da agricultura familiar, distribuídos em 71 municípios, têm se dedicado às lavouras permanentes com a produção de alimentos, sobretudo do tipo citrícola, como laranja, limão e tangerina.

Em relação às lavouras temporárias, estão presentes nos 75 municípios sergipanos, correspondente a 43.647 unidades familiares, ou seja, 78,4% do total do estado. As unidades têm se dedicado à produção de mandioca, milho em grão e variados tipos de feijão. Além desses produtos, destaca-se a produção olerícola, em praticamente todos os municípios sergipanos, com inúmeras unidades familiares dedicadas à folhagens, raízes e verduras (IBGE, 2017).

Quanto à pecuária, no estado de Sergipe tinha 64.421 estabelecimentos com efetivo de 5.928.244 cabeças, já nos estabelecimentos do tipo familiar, esses dados eram 50.721 estabelecimentos (78,7% do estado) e 2.460.957 cabeças (41,5% do estado), com destaque para galináceos, ovinos, suínos e bovinos (IBGE, 2017).

Desse modo, o objetivo geral é analisar a influência dos mercados agroalimentares na condição socioeconômica dos agricultores familiares em Sergipe.

Para cumprir com o objetivo geral, foram definidos cinco objetivos específicos:

- Abordar as relações socioeconômicas, culturais e institucionais que se impõem na cadeia produtiva agroalimentar de origem familiar;
- Analisar os processos sociais existentes nos canais de comercialização de produtos agroalimentares;
- Avaliar os processos de negociação e regulação nos diferentes tipos de mercados e canais de comercialização agroalimentares;
- Avaliar como os fluxos influenciam os canais de comercialização agroalimentares de caráter permanente e temporário;
- Discutir as condições e pertinências dos mercados digitais de produtos agroalimentares de origem familiar.

METODOLOGIA

A análise dos mercados agroalimentares no espaço sergipano está voltada para uma perspectiva municipal/local, com foco na produção familiar, mas sobretudo na avaliação dos mercados e suas escalas de fluidez espacial, por meio da utilização de métodos investigativos

inerentes à inserção do produtor familiar nos mercados. Quanto aos objetivos, a pesquisa é classificada como exploratória, descritiva e explicativa, e quanto aos procedimentos, é bibliográfica, documental e pesquisa de campo. A abordagem é qualitativa e quantitativa, e para a coleta de dados e informações, as técnicas de pesquisa são formulário, entrevista, observação, registro fotográfico e fichas de campo.

O universo é constituído pelos estabelecimentos agroalimentares de origem familiar do estado de Sergipe, enquanto a amostra é formada por estabelecimentos agroalimentares de origem familiar, no município de maior dinamismo comercial desses produtos, em cada uma das mesorregiões de Sergipe (IBGE, 1990), a saber, Leste, Agreste e Sertão.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A agricultura familiar é uma categoria social, institucionalizada em 2006, que prevê o tamanho da unidade produtiva de até quatro módulos fiscais, além da participação da força de trabalho, fonte de rendimento e gestão, centralizadas na família (Brasil, 2006).

Essa categoria tem sido adotada pelo Estado brasileiro na promoção de políticas públicas voltadas para a produção e acesso aos mercados.

De acordo com Schneider (2016), o termo “mercado” passou a ser entendido, não apenas como um local específico, mas também como um princípio ordenador da sociedade segundo uma lógica política e ideológica, nos moldes do sistema capitalista.

O mercado também é definido como construção social, visão crítica do mercado enquanto ordenador social. No contexto agroalimentar, no Brasil, discussões sobre construção social de mercados são recentes, datam da década de 1990 (Cassol; Schneider, 2022).

Os mercados, na concepção tradicional, são considerados como espaços de oferta e demanda de produtos que envolvem escolhas que os consumidores realizam, por meio de suas preferências e dada a restrição orçamentária. Foi a partir da década de 1980 que esta abordagem passou a dividir espaço com àquela que considera as relações de coordenação social, geradoras de conflitos e dependências entre os atores (Abramovay, 2004).

Neste contexto de interação das lógicas econômicas e sociais sobre mercados, a ciência geográfica é um campo fértil de análise por refletir essas condições no espaço. A análise dos mercados é considerada como uma instituição social geradora de conflitos em torno da transação de bens e serviços (Wilkinson, 2016). Para este autor, há três características para o entendimento dos mercados. A primeira é baseada na ideia, segundo a qual, os participantes

não se resumem a produtores que atuam de forma direta, mas estão incluídas diversas pessoas que configuram redes formadoras de opiniões. Em segundo lugar, mercados são arenas que resultam de acordos e conflitos, inclusões e exclusões. A terceira característica é baseada na avaliação, que ocorre não apenas por procedimentos técnicos determinados, mas estão incluídos também julgamentos sociais nos quais consumidores e esfera pública são essenciais para a existência dos mercados.

Mercadorias envolvem relações sociais, haja vista a ideia de “fluxos de bens e serviços através do tempo e do espaço. Tais modelos são adaptados a infraestruturas sociomateriais específicas.” (Ploeg, 2016, p. 21).

Os mercados são avaliados pela definição dos locais de comercialização, que submete toda a cadeia, desde o local de aquisição dos insumos produtivos, ao local de produção, de transmissão da produção, até chegar ao consumidor final. Essa correlação da cadeia produtiva e comercial é analisada em termos de fixos, redes, fluxos e negociações estabelecidas no mercado, no município de Itabaiana, Sergipe (Carvalho, 2010)

Wilkinson (2008) *apud* Deggerone e Schneider (2019), estabelece quatro meios de comercialização da produção, que são acesso direto, atravessador, integração à agroindústria e mercados institucionais, cada um dos quais, apresenta barreiras à dinâmica de comercialização.

Para Schneider (2016), a classificação dos mercados se dá em quatro tipos, que são, mercados de proximidade, que ocorrem na propriedade rural ou locais próximos; mercados locais ou territoriais, em escala maior, como feiras regionais e restaurantes; mercados convencionais, sem local definido, via atravessadores e supermercados; e mercados institucionais, por exemplo, destinada à alimentação escolar e hospitalais.

O estudo dos mercados via canais de comercialização permite analisar escalas de autonomia e dependência de agricultores familiares.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa ora apresentada está em fase inicial de desenvolvimento, no entanto, convém destacar uma das vertentes abordadas, relativa aos canais de comercialização, estudadas por Deggerone e Schneider (2019) na região Alto Uruguai-RS, no qual foi identificado que nos municípios em que há uma diversidade de produtos agroalimentares, há mais tipos de mercados, enquanto que, nos municípios com pouca diversidade de produtos, os mercados convencionais são encontrados em maior número. O aprofundamento dessa

afirmação dá subsídios para a análise no campo da autonomia e dependência de pequenos produtores.

PALAVRAS-CHAVE: produção, comercialização, autonomia, dependência, Sergipe.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. Entre Deus e o diabo: mercados e interação humana nas ciências sociais. **Tempo Social**, v. 16, n. 2. 2004. eISSN: 1809-4554. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ts/article/view/12435>. Acesso em: 16 maio 2023.

BRASIL. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 143, n. 141, 25 jul. 2006. Alterada pela Lei nº 12.058, de 13 de outubro de 2009 e pela Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011.

CARVALHO, D. M de. **Comercialização de hortifrutigranjeiros em Itabaiana/Se**. 2010. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão-Se, 2010.

CASSOL, A.; SCHNEIDER, S. A imersão social da economia em mercados alimentares brasileiros: uma abordagem institucionalista. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 60, n. 2. 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/1806-9479.2021.233766>. Disponível em: <https://www.revistasober.org/article/doi/10.1590/1806-9479.2021.233766>. Acesso em: 16 maio 2023.

DEGGERONE, Z. A.; SCHNEIDER, S. Os mercados agroalimentares acessados pelos agricultores familiares na região Alto Uruguai (RS) *In*: CONGRESSO SOBER, 57., 2019, Ilhéus. **Anais [...]**. Ilhéus: UESC, 2019. Disponível em: <https://sober.org.br/57o-congresso-sober/>. Acesso em: 12 maio 2023.

IBGE. **Divisão regional do Brasil em mesorregiões e microrregiões geográficas**. Rio de Janeiro: IBGE, v. 1, 1990. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/divisao-regional/15778-divisoes-regionais-do-brasil.html?edicao=15905&t=sobre>. Acesso em: 01 dez. 2023.

IBGE. **Censo Agropecuário 2017**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017/resultados-definitivos#pecuaria>. Acesso em: 17 mai. 2023.

PLOEG, J. D. van der. Mercados aninhados recém-criados: uma introdução teórica. *In*: MARQUES, F. C.; CONTERATO, M. A.; SCHNEIDER, S. (org.). **Construção de mercados e agricultura familiar: desafios para o desenvolvimento rural**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016. cap. 1, p. 21-52.

SCHNEIDER, S. Mercados e agricultura familiar. *In*: MARQUES, F.C.; CONTERATO, M. A.; SCHNEIDER, S. (org.). **Construção de mercados e agricultura familiar: desafios para o desenvolvimento rural**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016. cap. 4, p. 93-140.

WILKINSON, J. Os mercados não vêm mais do “Mercado”. *In*: MARQUES, F. C.; CONTERATO, M. A.; SCHNEIDER, S. (org.). **Construção de mercados e agricultura familiar**: desafios para o desenvolvimento rural. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016. cap. 2, p. 53-73.

WILKINSON, J. **Mercados, redes e valores**: o novo mundo da agricultura familiar. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA EM SERGIPE: DIFICULDADES E PERSPECTIVAS DE AGRICULTORES DOS ANOS 1980 ATÉ OS DIAS ATUAIS.

Dayane de Jesus Santos¹²

Universidade Federal de Sergipe - UFS
E-mail: dayanee.ssantoss2020@gmail.com

Sônia de Souza Mendonça Menezes¹³

Universidade Federal de Sergipe - UFS
soniamenezes@academico.ufs.br

INTRODUÇÃO

O avanço da agricultura moderna e globalizada, com destaque para a produção de cultivos voltados à exportação, vem modificando e impactando economicamente, socialmente e ambientalmente o espaço geográfico. As mudanças provocadas por esse modelo produtivo provocam alterações relacionados às inundações de áreas de baixa altitude, grandes secas em regiões semi-áridas e elevação da temperatura, os quais podem modificar significativamente a produtividade agrícola (ALTIERI, 2012).

No Brasil, a busca por produtividade em grande escala em menor tempo, com custo reduzido tem sido avassaladora, ocasionando grande danos ao meio ambiente. Tais impactos estão relacionados aos avanços tecnológicos na agricultura convencional como o uso excessivo de insumos químicos, os quais vem resultando efeitos negativos notórios a sociedade quando se trata do meio ambiente e saúde (PERON et. al., 2018).

Entre as décadas de 1960 a 1970 a supervalorização do capital impulsionou a necessidade de aumentar as produções junto ao desenvolvimento das tecnologias no campo, com a introdução de maquinários pesados, uso intensivos de agrotóxicos que foram desenvolvidos nessas décadas com a denominada Revolução Verde. A partir daí a produção denominada convencional expande, enfraquece a agricultura camponesa e a garantia de sua segurança alimentar, além de ter sua saúde exposta a riscos provocados ao contato direto com o uso de insumos químicos e culmina com os desastres ambientais conversão de

¹² Mestranda em Geografia pelo Programa de Pós-graduação em Geografia (PPGEO) da Universidade Federal de Sergipe (UFS), integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas em Alimentos e Manifestações Tradicionais (Grupam).

¹³ Professora do Departamento de Geografia e do Programa de pós-graduação em Geografia (PPGEO) da Universidade Federal de Sergipe (UFS), líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Alimentos e Manifestações Tradicionais (GRUPAM).

ecossistemas; justamente contrapondo essa forma de produção, criado com as revoluções e novas tecnologias, a agroecologia vem mostrando resistência nesse meio, trazendo uma alternativa de produção sustentável em meio a tantas formas agressivas de produção agrícola.

A agroecologia pode ser definida como a ciência que estuda e aplica os conceitos da ecologia no manejo dos agroecossistemas. Além do sistema agrícola, esta entrelaçado a relações ambientais e sociais, ligadas a seu entorno físico: Ambiente, sol, clima, água, plantas e seres humanos como produtores, consumidores, mercados e comunidades. Na agroecologia é possível fornecer bases científicas para uma prática mais sustentável de agricultura. Através dessas bases científicas é presumível subsidiar os agroecossistemas, tornando-os assim mais rentáveis economicamente, respeitando o meio ambiente e socialmente equilibrado. (Alcântara, 2017)

A agroecologia fornece uma estrutura metodológica de trabalho para a compreensão mais profunda tanto da natureza dos agroecossistemas como dos princípios segundo os quais eles funcionam. Trata-se de uma nova abordagem que integra os princípios agronômicos, ecológicos e socioeconômicos à compreensão e avaliação do efeito das tecnologias sobre os sistemas agrícolas e a sociedade como um todo. O objetivo é trabalhar e alimentar sistemas agrícolas complexos onde as interações ecológicas e sinergismos entre os componentes biológicos criem, eles próprios, a fertilidade do solo, a produtividade e a proteção das culturas. (Altieri, 2004, p. 23)

O estado de Sergipe não muito diferente do restante do país evidencia a agricultura agroecológica desde os meados dos anos 1980, e décadas depois vem tomando destaque com lutas de grupos de agricultores que na lida busca fornecer alimentos sustentáveis, que além de não agredir o meio ambiente, traz uma alimentação saudável para ele, sua família e consumidores em geral.

Diante do exposto, o presente trabalho tem como objetivo Desvelar, Desafios e avanços na agricultura agroecológica: agricultores que lutam diante de dificuldades e vitórias por uma agricultura sustentável dos anos 80 até os dias atuais, com recorte em 4 regiões de Sergipe, Alto Sertão Sergipano, Agreste Central, Grande Aracaju e Sul Sergipano, que apresentam peculiaridades distintas entre elas.

METODOLOGIA

A presente pesquisa será realizada em 4 regiões de Sergipe: Alto Sertão sergipano, Agreste Central, Grande Aracaju e Sul sergipano. Dentro das regiões teremos um recorte

espacial nos municípios de Porto da Folha, Poço Redondo, Areia Branca, Malhador, São Cristóvão, Itaporanga e Estância.

O território do Alto Sertão Sergipano localiza-se à noroeste do Estado de Sergipe, sendo formado por sete municípios. O Território apresenta solos rasos, pedregosos e secos em decorrência do déficit hídrico. A Cobertura vegetal é formada por espécies arbóreas e herbáceas do Bioma Caatinga. Há a Substituição da cobertura vegetal natural por pastagens. (Brasil, 2008)

O território Agreste Central localiza-se no centro-noroeste do Estado de Sergipe, sendo formado por quatorze municípios. O Agreste Central Sergipano está assentado na Faixa de Dobramentos Sergipana, apresentando afloramentos do complexo granulítico-gnáissico, com destaque para o Domo de Itabaiana. A presença de serras residuais caracteriza a paisagem do território. A cobertura vegetal é típica de ambiente de transição entre o litoral e o sertão. O Território é drenado pela Bacia Hidrográfica do Rio Sergipe. (Brasil, 2008)

Enquanto isso, o território Grande Aracaju localiza-se no centro-leste do Estado de Sergipe, sendo formado por nove municípios. A Grande Aracaju apresenta clima semi-úmido e está assentado nas Unidades Geomorfológicas dos Tabuleiros Costeiros e da Planície Costeira recobertos por vegetação de formações do Bioma Mata Atlântica e seus ecossistemas associados. Todos os municípios se inserem na Zona Costeira sergipana. (Brasil, 2008)

O território Sul Sergipano localiza-se no sul do Estado de Sergipe, sendo formado por onze municípios. O Sul Sergipano apresenta clima quente e sub-úmido, sendo a área do Estado que apresenta a maior pluviosidade. Seus terrenos estão assentados nas Unidades Geomorfológicas dos Tabuleiros Costeiros e da Planície Costeira. Os municípios de Indiaroba, Estância e Santa Luzia do Itanhi se inserem na zona costeira sergipana. A cobertura vegetal é representada por formações do Bioma Mata Atlântica e seus ecossistemas associados. (Brasil, 2008)

Os territórios foram selecionados estrategicamente, por se tratar de territórios distintos, que trazem diferentes avanços, dificuldades, diversos cultivos, potencialidades distintas de produção, que serão destacadas na pesquisa. Os municípios escolhidos em cada território foram selecionados por possuírem diversas formas de produção agroecológica, que não foram registrados em trabalhos científicos.

Será feito um levantamento através de entrevistas semiestruturadas, com agricultores, registros fotográficos, gravação de áudios, visitas transversais, para coleta de dados dos

agricultores. Também será realizado um Levantamento Bibliográfico, para fundamentação teórica, com autores referencias da agroecologia, produção orgânica, agricultura biodinâmica, agrofloresta, agricultura Familiar. Além do levantamento bibliográfico identificaremos levantamento documentais junto a órgãos federais, estaduais da agricultura e documentos como caderno de campo para embasamento teórico real dos municípios estudados.

E para a tabulação de dados serão utilizados softwares como Excel e Qgis, para tabulação de dados e elaboração de mapas.

RESULTADOS ESPERADOS

Registrar e mapear onde estão localizados os agricultores que produzem alimentos agroecológicos nos municípios, pontuando antigos e novos agricultores que fazem parte dos registros pesquisados. Além disso, serão pontuadas a diversidade de práticas de agricultura sustentável e aquelas consideradas convencionais são existentes nos municípios em estudo.

Esquematizar dificuldades e avanços enfrentados por produtores agroecológicos e orgânicos dos anos 1980 até os dias atuais, enriquecendo historicamente dados trazidos por agricultores, para conhecimento a nível acadêmico e popular faz-se necessário para compreender os avanços e retrocessos da agroecologia no estado de Sergipe.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do que podemos evidenciar, a agricultura convencional ganhou ênfase em meados da Revolução Verde, potencializando o uso de adubos e fertilizantes químicos, agrotóxicos e maquinários de grande porte.

Como dito, durante essa fase houve uma preocupação de alguns estudiosos, que essas novidades do citado modelo poderiam acarretar em malefícios futuros. E é o que podemos evidenciar na atualidade, mesmo com a luta por uma agricultura sustentável, a cada dia que passa a crescente onda de liberação de agrotóxicos aumenta assim como a produção de commodity nos monocultivos direcionados a exportação.

Por isso, faz-se necessário investigar as espécies vegetais cultivadas, podendo mostrar a potencialidade de cada região, e a diversidade de cultivos, E poder além de dimensionar a área produtiva agroecológica e compará-las com os monocultivos. Por fim, observa-se que a agroecologia Sergipe estar evidenciada nas seguintes modalidades: agricultura

orgânica, agricultura natural, Agroflorestas, Agricultura Biodinâmica, além de outras que serão identificadas nesta pesquisa.

PALAVRAS-CHAVE: Agricultura Sustentável, Políticas Públicas, Território.

REFERÊNCIAS

ALCÂNTARA, F. A. Manejo agroecológico do solo. - Santo Antônio de Goiás: **Embrapa Arroz e Feijão**, 2017. 28 p. - (Documentos / Embrapa Arroz e Feijão, ISSN 1678-9644; 314) Disponível em: < https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/164548/1/CNPAF_2017-doc314.pdf>

ALTIERI, Miguel. Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável / Miguel Altieri. – 4.ed. – Porto Alegre: **Editora da UFRGS**, 2004. (Nome da coleção) 1. Agricultura – Ecologia. I. Título. Disponível em: < https://arca.furg.br/images/stories/producao/agroecologia_short_port.pdf>

ALTIERI, M. A. (2012). AGROECOLOGIA, AGRICULTURA CAMPONESA E SOBERANIA ALIMENTAR. **REVISTA NERA**, (16), 22–32. <https://doi.org/10.47946/rnera.v0i16.1362>

CALVÃO, A. L. O Homem Do Campo e as Questões Ambientais: Culturas Tradicionais X Revolução Verde –Suas Mazelas e as Alternativas Possíveis. **Sinapse Múltipla**, 6(1), jul., 82 - 89, 2017. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/sinapsemultipla/article/view/15395/11897>>

PERON, C. C.; OLMEDO, J. P.; DELL'ACQUA, M. M.; SCALCO, F. L. G.; CINTRÃO, J. F. F. **Produção Orgânica: Uma Estratégia Sustentável E Competitiva Para A Agricultura Familiar. Retratos de Assentamentos**. v.21, n.2, 2018. Disponível em: < <https://retratosdeassentamentos.com/index.php/retratos/article/view/327>>

BRASIL, Secretaria do Estado do Governo de Sergipe. 2008. Disponível em: https://www.se.gov.br/anexos/uploads/download/filename_novo/1279/efcbeb02fbdf5e7ea6a55c6a1cdd989a.pdfhttps://www.se.gov.br/anexos/uploads/download/filename_novo/1278/5bdd2459e06ceb902e3355c183aca0bf.pdfhttps://www.se.gov.br/anexos/uploads/download/filename_novo/1282/4f24c527b42ee866d20d5f7e7a8818ba.pdfhttps://www.se.gov.br/anexos/uploads/download/filename_novo/1285/5c256222957a0faf8071408d9caae918.pdf

A TERRITORIALIZAÇÃO DO AGRONEGÓCIO DO MILHO NO MÉDIO SERTÃO SERGIPANO: NOVAS CONFIGURAÇÕES PRODUTIVAS¹⁴

Paulo Adriano Santos Silva
SEDUC-SE
adriano_ufs@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

Para compreender a natureza e a lógica de funcionamento do agronegócio do milho é preciso antes encará-lo como reflexo de um macroprojeto político e econômico, que se apresentou no Brasil, com o advento da produção de *commodities*, influenciado pela dinâmica do capitalismo financeiro mundializado. Na perspectiva de Delgado (2012, p. 77), essa nova conjuntura produtiva ocorreu após o período transitório da “modernização conservadora” à economia do agronegócio, onde “adotaram-se medidas conjunturais de “ajustamento econômico”, que configuraram no campo econômico uma espécie de embrião do apelo à exportação de *commodities*”.

A transição do projeto de modernização da agricultura, de perfil conservador e baseado no capitalismo monopolista de Estado, para o modelo do agronegócio tal como se configura atualmente, desencadeou mudanças substanciais no padrão de acumulação de capital, na expansão de novas fronteiras agrícolas e no crescimento do uso dos pacotes tecnológicos na agricultura. Essas mudanças, engendradas pelo agronegócio, foram implementadas com o intuito de configurar uma reestruturação produtiva de *commodities* no campo, dentre as quais o milho, e com isso, intensificar a mundialização da agricultura brasileira, por meio dos processos, classificados por Oliveira (1991), como territorialização dos monopólios e monopolização dos territórios agrícolas do país.

Com a ampliação dos mercados de *commodities* no Brasil, e da crescente influência dos monopólios na agricultura, o agronegócio do milho tornou-se, ao longo das duas últimas décadas, um dos segmentos mais influentes no cenário agrícola brasileiro. Estruturado em múltiplos setores especializados e integrados, a exemplo do complexo setor de carnes, composto de redes de capitais comerciais, agrários, industriais, financeiros, e também estatais, a produção desta *commodity* no Brasil tem desenhado uma nova dinâmica produtiva de milho,

¹⁴ O presente trabalho resulta da tese de doutorado defendida no Programa de Pós Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe

que se intensificou pela herança do projeto de modernização e pela histórica atuação - política e financeira - desempenhada pelo Estado.

Sob a égide do agronegócio, a produção de milho transgênico tem se expandido territorialmente em Sergipe, impulsionada pela atuação sistemática do Estado, na difusão das políticas de crédito e no incentivo ao uso dos pacotes tecnológicos. A expansão deste modelo produtivo de milho, baseado na lógica do mercado de *commodities*, tem acelerado o processo de territorialização do capital monopolista no campo, e, por conseguinte, ampliado contradições e impactos de viés econômico, produtivo e socioambiental. Com isso, o objetivo desta pesquisa é analisar o processo de territorialização do agronegócio do milho e a constituição de novas configurações na dinâmica produtiva da agricultura, tendo como lócus de pesquisa o Território do Médio Sertão de sergipano.

A presente pesquisa ancorou-se na abordagem quantiquantitativa e respaldou-se nos seguintes procedimentos metodológicos: levantamento bibliográfico; pesquisa documental; trabalho de campo; sistematização e análise dos dados primários e secundários; e reflexão dos resultados. A pesquisa teórica foi estruturada buscando sustentação em autores que trabalham de forma correlacionada ou aproximada com a nossa temática de análise. Para tanto, realizou-se leituras em torno da discussão sobre o Estado; dos conceitos de territorialização dos monopólios e monopolização dos territórios; da conformação do agronegócio; além de abordagens teóricas vinculadas à questão dos agrotóxicos e transgênicos.

No tocante a pesquisa empírica, realizou-se uma amostragem, baseada na aplicação da técnica *snowball*. O termo “*snowball*” foi criado por Bailey (1994), fazendo analogia a uma bola de neve que começa pequena e ao rolar torna-se cada vez maior. A amostragem foi realizada com setenta produtores de milho, distribuídos nos seis municípios do Médio Sertão. Além das entrevistas aplicadas com os produtores, também foram visitadas e contatadas instituições públicas e privadas, que contribuíram para a compreensão da expansão do agronegócio do milho transgênico e as transformações na dinâmica produtiva da agricultura neste território.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Por meio desta pesquisa, constatou-se que as transformações ocorridas na organização produtiva da agricultura ocorreram a partir da incorporação de um novo sistema de produção de milho, alicerçado pelos pacotes tecnológicos, que por sua vez, são adquiridos pelas políticas

públicas de crédito patrocinadas pelo Estado. Esse modelo produtivo, financiado sobretudo pelo Governo Federal, vem promovendo mudanças espaciais na dinâmica produtiva da agricultura do território do Médio Sertão. Por meio da pesquisa de cunho teórico, em consonância com os dados primários e secundários, diálogos formais e informais com representantes de órgãos governamentais, instituições financeiras, de pesquisa, comerciantes de insumos, além de produtores e produtoras de milho transgênico, pôde-se compreender os impactos e as contradições envolvidas com o advento deste novo modelo produtivo.

O recrudescimento do milho transgênico no Médio Sertão de Sergipe é reflexo de um macroprojeto estrutural do agronegócio, que se territorializou nessa área e promoveu transformações de cunho espacial e produtivo. Diante disso constatou-se que o Estado foi o maior interventor no fortalecimento do agronegócio do milho em Sergipe e no Médio Sertão, atuando diretamente, com investimentos em obras de infraestrutura, incentivos fiscais, redução de alíquotas, realização de cursos, seminários, distribuição de sementes transgênicas, construção de Planos e Programas de fomento à produção de milho, além do aumento das linhas de financiamentos, da produção de milho, do Banco Do Nordeste, Banco do Brasil e do Banese.

Constatou-se também que as empresas privadas ligadas ao mercado de sementes transgênicas e agrotóxicos são as principais responsáveis pela disseminação deste novo modelo produtivo, por meio de dias de campo, eventos de lançamento e pela venda direta nas propriedades. A pesquisa serviu para constatar e compreender a atuação das empresas de insumos agrícolas, entendendo como o processo de territorialização dos monopólios contribuiu para a ampliação do capital da subordinação das empresas monopolistas que atuam no território.

No Médio Sertão, o agronegócio do milho estruturou-se, na última década e vem consolidando o processo de territorialização de um modelo produtivo baseado na lógica do mercado da produção de *commodities*. Atualmente, este modelo se constitui como um complexo mosaico que integra grandes, médios e pequenos produtores e produtoras de milho, e se estrutura em um modelo de monocultivo altamente dependente do pacote tecnológico, da política de crédito e custeio dos bancos, e das políticas de incentivos governamentais.

Por meio da pesquisa empírica verificou-se o avanço do desmatamento no Médio Sertão, para o plantio do milho transgênico, também tem contribuído para o agravamento do problema ambiental. O aumento dos índices de desmatamento e, por conseguinte, da utilização de agrotóxicos e de adubos químicos e sintéticos, tem ampliado o processo de desertificação, sobretudo nas áreas localizadas no Semiárido.

Para além do problema ambiental, a expansão do monocultivo do milho contribuiu para a conformação de uma nova estrutura produtiva no território. A territorialização do agronegócio do milho refletiu-se diretamente na redução da produção de gêneros agrícolas alimentícios. Com a ampliação das áreas cultivadas de milho no Médio Sertão sergipano, cultivos de base alimentar, como feijão e mandioca, passaram a definhar em todo o território. Com a redução dos cultivos agrícolas tradicionais, aumentou-se a dependência dos produtos fornecidos pelos supermercados e pelos varejistas de outros lugares que comercializam nas feiras-livres dos municípios.

No tocante ao escoamento e a comercialização, foram constatadas que a maior parte do milho transgênico produzido no Médio Sertão tem servido para retroalimentar redes de outros setores do agronegócio, a exemplo da avicultura e suinocultura do Nordeste, sobretudo as granjas localizadas no estado de Pernambuco e Rio Grande do Norte. O predomínio das transações comerciais do milho, desenvolvidas pelos atacadistas, reforça o contexto da subordinação da produção de milho ao capital monopolista da agricultura. Diante disso, constatou-se que o milho se destaca como um insumo alimentar de grande relevância comercial no abastecimento de outras cadeias produtivas.

Com essas informações, observa-se que o processo de territorialização do agronegócio do milho no Médio Sertão desencadeou novas configurações que se expressaram no espaço, reproduzindo contradições e impactos. Por isso, buscou-se entender, à luz da reflexão teórica, a natureza do agronegócio, a influência do Estado, e as transformações engendradas a partir da territorialização desse modelo produtivo no território do Médio Sertão sergipano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Baseando-se em um modelo de *commodities*, o agronegócio sedimentou terreno para a entrada do capital agroindustrial e financeiro, neste território. Se por um lado, a edificação da produção de milho acarretou o aumento exponencial dos índices de produtividade, por outro, ela também ocasionou a perda da autonomia produtiva, com o aumento da dependência dos pacotes tecnológicos, a ampliação do desmatamento e dos riscos de contaminação e intoxicação pelo uso indiscriminado de agrotóxicos. Para além dos problemas de ordem ambiental, a territorialização do agronegócio do milho desencadeou processos de destituição de valores sociais, culturais e produtivos, outrora presentes nos hábitos alimentares e no modo de vida do povo sertanejo.

Diante disso, concluiu-se que, toda construção política, ideológica e econômica, orquestrada pelo Estado, nas suas diferentes instâncias e organizações, foram instituídas, no Território do Médio Sertão sergipano, com o intuito de alavancar a produtividade de milho e ampliar o ganho de capital das empresas monopolistas, integrando-o ao macroprojeto de uma economia agrícola mundializada.

PALAVRAS-CHAVE: Território; Estado e agronegócio.

REFERÊNCIAS

DELGADO, Guilherme C. **Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012)**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.

BAILEY, K. **Methods os social research**. 4^a ed. New York (USA). Simon na Schuster, 1994.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A agricultura Camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991.

AGRADECIMENTOS

Orientação - Prof. Dr. Dean Lee Hansen

Agência de fomento: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES.

TERRITÓRIO E RE-EXISTÊNCIAS: CAMINHOS DE SUPERAÇÃO À CRISE SINDÊMICA

Felipe da Fonseca Souza
Universidade Federal de Sergipe
felipeffs12@gmail.com

Sônia de Souza Mendonça Menezes
Universidade Federal de Sergipe
soniamenezes@cadademico.ufs.br

INTRODUÇÃO

No espaço rural brasileiro coexistem diferentes sistemas agroalimentares que influenciam diretamente na configuração do território, no tocante aos modos de vida, aos hábitos alimentares, e conseqüentemente na segurança alimentar e nutricional da população, através dos impactos na alimentação, uma vez que a fome, mais do que um fenômeno de caráter biológico, é um problema político-social a exigir novas estruturas da sociedade (CASTRO, 2003; MALUF, 2021).

De acordo com o relatório da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), em 2019, antes da pandemia de covid-19, quase dois bilhões de pessoas restringiram quantitativa e qualitativamente sua alimentação no mundo e 687 milhões de pessoas encontravam-se cronicamente desnutridas (FAO, 2020). No Brasil, os dados do Inquérito Nacional de Insegurança Alimentar, divulgados pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (PENSAN) em 2022, afirmam que cerca de 33,1 milhões de brasileiros encontram-se em estado de insegurança alimentar grave e cerca de 60% da população (125,2 milhões), vivem em algum grau de insegurança alimentar (PENSSAN, 2022).

O discurso do mercado agroalimentar global, impulsionado pela Revolução Verde desde a década de 1970, utilizou-se dos preceitos de combate à fome para justificar a sua expansão, principalmente nos países do sul global, onde a concentração da terra, a disponibilidade de água, e o clima eram favoráveis a produção de grãos em larga escala. Com a expansão da mecanização, ocorreu a compressão do tempo e a aceleração da quantidade produzida de *commodities* em escala global, impulsionada pelo uso de insumos e pacotes tecnológicos que trouxeram sérios impactos a reprodução da vida.

Desde então, tem se intensificado os graves desequilíbrios associados à territorialização desse sistema que desencadeou problemas ecológicos e de saúde pública. Na esfera ambiental – expande o desmatamento, aumenta a emissão de gases, cresce a erosão do solo, a escassez hídrica, os processos de desertificação e apoluição da água, do solo, da terra e do ar que aceleram o aquecimento global. No setor alimentar - que além de não produzir alimentos, em decorrência da reprimarização das economias, que ocupa áreas agricultáveis para produção de commodities *flex-cropps*¹⁵ que são comercializadas via mercado global. A redução do cultivo de alimentos impacta na inflação do preço dos alimentos e na erosão de cultivos alimentares, gerando fome e insegurança alimentar. No âmbito da saúde coletiva – a partir da diminuição da oferta de alimentos saudáveis, e consequente ampliação do consumo de produtos ultraprocessados, uso de agrotóxicos e sementes transgênicas, têm-se observado o aumento da obesidade, das doenças crônicas não transmissíveis, doenças cardiovasculares e diabetes gerando uma crise de saúde coletiva (SWINBURN, 2019; ROSSI, 2023; CASEMIRO, BRANDÃO e OLIVEIRA, 2023).

Estima-se que o impacto da ruptura nas formas de produção, circulação e consumo gerada por esse sistema alimentar hegemônico-global é causa direta do surgimento de três crises pandêmicas que assolam a sociedade na atualidade: a fome, a obesidade e o aquecimento global (SWINBURN, 2019). Diante desses condicionantes, as três pandemias detêm um mesmo causador, o que diz respeito a ocorrência de uma sindemia a nível global, e, para superá-la é preciso desafiar os padrões de produção e consumo globalizados, superando esse sistema predatório a partir de caminhos sustentáveis e agroecológicos (SWINBURN, 2019).

Nesse sentido, a presente pesquisa visa analisar a reprodução de sistemas alimentares sustentáveis e re-existências camponesas em territórios de escassez hídrica e insegurança alimentar dos municípios de Itapicuru e Ribeira do Amparo/BA. Para tanto, o percurso metodológico parte da abordagem sistêmica e qualitativa, onde serão realizados estudos teóricos e empíricos para levantamento de dados por meio de entrevistas semiestruturadas, aplicação da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA) e da Escala Domiciliar de Insegurança Hídrica (EDIH) para espacialização dos níveis de insegurança alimentar e insegurança hídrica, tratamento cartográfico e caracterização historiográfica da área de estudo.

¹⁵ Culturas que não são apreciadas pela sua qualidade como alimento, mas pela sua plasticidade comercial. Eles podem ser usados para fabricar ração para gado, produzir combustível ou óleos, ou como insumo para alimentos ultraprocessados, entre outros fins, dependendo dos movimentos globais do mercado (ROSSI, 2023, p. 24).

Espera-se construir parâmetros de valorização das re-existências camponesas como caminho contra hegemônico frente a sindemia global ao tempo em que faz-se necessário analisar as estratégias de re-existências desenvolvidas por agricultores familiares camponeses, os quais, por meio de sistemas sustentáveis promovem a agrobiodiversidade e a re-ligação entre os seres de forma sustentável, justa e equitativa, perante o avanço do agronegócio no local.

METODOLOGIA

Os procedimentos metodológicos da pesquisa iniciaram-se em seu primeiro momento pautados na revisão bibliográfica, tendo como base textos clássicos da questão agrária, bem como autores contemporâneos que discutem o espaço agrário, os impactos do agrohídronegócio e as implicações socioambientais, bem como a emergência de caminhos de re-existências contra-hegemônicas encontradas nos quintais produtivos e no modo de vida camponês.

Na sequência, estão sendo coletados dados estatísticos referentes à malha fundiária do município (IBGE, Censo Agropecuário, 1995, 2006 e 2017) e produção agrícola municipal (IBGE, 2015-2020), os quais determinaram uma caracterização da organização do território rural do município e observações de campo. Dentre os dados coletados, constam a historiografia do município, os aspectos demográficos, os elementos edafoclimáticos e econômicos, possibilitando, assim, identificar os cultivos existentes e avaliar a presença dos sistemas alimentares sustentáveis como meio re-existência e promoção de uma segurança alimentar e nutricional em comunidades tradicionais.

Vale ressaltar que a pesquisa está em andamento e integra o projeto de tese do pesquisador, seus direcionamentos estão em fase de aprofundamento em estudos empíricos para aplicação de entrevistas semiestruturadas e registro fotográfico, todavia, os apontamentos que a embasam estão presentes na análise de dados oficiais.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise das informações econômicas do município evidencia que a base de sua economia é a agricultura. De acordo com as informações censitárias (IBGE, 2020) a população de Itapicuru/BA é predominantemente rural totalizando 25.586 habitantes, enquanto isso, a população urbana conta com 6.675 habitantes.

Este município cultiva tradicionalmente mandioca (7.200 ha), feijão (1000 ha), banana (20 ha) castanha do caju (1300 ha), laranja (4000 ha) e maracujá (500 ha), além do desenvolvimento da pecuária extensiva (25094 cabeças bovinas).

No entanto, nos últimos anos, a descoberta do potencial hídrico do manancial subterrâneo da Bacia do Tucano, área que contempla quatorze municípios do semiárido baiano, microrregião de Ribeira do Pombal, e onde está inserido o município de Itapicuru, somadas as condições climáticas, disponibilidade de terras e incentivos públicos, observa-se o crescimento da produção de milho transgênico (20.000 ha) e o surgimento de cultivos que não são tradicionais dispare na área como a soja (50 ha), o melão (120 ha) e a melancia (132 ha).

Em contrapartida, as observações de campo permitiram visualizar os contrastes existentes no território, no qual, há localidades como os povoados Catu Grande, Catuzinho, e diversos assentamentos de reforma agrária no município de Itapicuru. No território, existem sujeitos invisibilizados que não dispõem do acesso e a posse da terra, mas, cultivam hortaliças, castanha de caju, tubérculos e criação de animais que além de servirem para autoconsumo são base de comercialização das feiras dos municípios de Itapicuru, Olindina e Nova Soure na Bahia e Tobias Barreto em Sergipe.

Um “microcosmos produtivo” (ALMEIDA, 2018), onde esses sujeitos desenvolvem cultivos alimentares de beira de estrada às margens da rodovia e nos próprios espaços circunscritos das casas em quintais produtivos. De acordo com Almeida (2016, p. 23) os quintais são “um espaço singular do entorno das moradias no qual se produz a vida, pelo que se cria, pelo que se cultiva, pelo cuidado em sua manutenção e pelas várias atividades do labor e da socialização ali desenvolvidas.”

Nos espaços dos quintais de tamanhos variados, às margens da rodovia BR 349, ou pequenas propriedades policultoras, os agricultores familiares camponeses de Itapicuru cultivam alimentos que abastecem o mercado municipal e regional a partir de uma diversidade visual, onde estabelece-se uma relação íntima com o meio ambiente, os saberes são transmitidos por diferentes gerações, expressam vivências e ressignificam identidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A expansão de novos cultivos no espaço rural do município de Itapicuru está associada a um fenômeno global de avanço do agro(hidro)negócio monocultor, o qual disfarça-se sob o discurso do desenvolvimento e da geração de empregos para explorar a terra e utilizar a água

sob a lógica predatória da mercadoria que gera lucro. Como consequência disso, os dados mostram uma redução em cultivos alimentares como amendoim, mandioca, feijão, castanha de caju e laranja, impactando diretamente na produção alimentar em detrimento da expansão das *commodities*, o que não apenas contribui para a degradação da natureza e a desertificação, como gera perda de autonomia e insegurança alimentar e nutricional.

O que se observa nos quintais e nos pequenos estabelecimentos rurais é fruto das relações de sociabilidade e cultivo da agrobiodiversidade que alimentam e geram renda para as famílias em várias comunidades. Essa estratégia de re-existência não só aponta caminhos de superação e resistência ao modelo dominante, como constitui a resiliência da agricultura e do saber fazer camponês que atuam em caráter heterogêneo e cultivam a diversidade, propondo um modo de vida distante da padronização, preocupado com a sustentabilidade e promotor de uma alimentação adequada a preços justos.

PALAVRAS-CHAVE: Quintais Produtivos, Agrohidronegócio, Fruticultura de Exportação, Itapicuru, Re-existência.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Geralda de. Comunidades Tradicionais quilombolas do nordeste de Goiás: quintais como expressões territoriais. **Confins** [online], n. 29, 2016. Disponível em: <https://journals.openedition.org/confins/11392>

ALMEIDA, Maria Geralda de. Quintais rurais e a visibilidade do trabalho e saberes das mulheres quilombolas e assentadas – Goiás. In: ALMEIDA, Maria Geralda de. **Geografia Cultural: um modo de ver**. Goiânia: Ed. UFG, 2018. P. 343-470.

CASEMIRO, J. P. BRANDÃO, A. L. OLIVEIRA, A. S. B. Soberanía y seguridad alimentaria en América Latina y el Caribe: construyendo agendas convergentes y procesos colaborativos. In: CASEMIRO, Ana Laura. CASEMIRO, Juliana Pereira. Peres, Frederico (Org.). **Inseguridad Alimentaria y Emergencia Climática: sindemia global y un desafío de salud pública en américa latina**. Porto Alegre, RS: Editora Rede Unida, 2023.

CASTRO. Josué de. **Geografia da fome: o dilema brasileiro: pão ou aço**. Rio de Janeiro: Edições Antares, 2002.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS (FAO). **The State of Food Security and Nutrition in the World 2019**. Rome: FAO, 2019.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Produção Agrícola Municipal**. 2020. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/acervo/acervo9.asp?e=c&p=CA&z=t&o=3>
11 Acesso em: Maio de 2022.

MALUF, R. S. Decentralized food systems and eating in localities: a multi-scale approach. *Revista de Economia e Sociologia Rural* [online]. 2021, v. 59, n. 4. Available from: <https://doi.org/10.1590/1806-9479.2021.238782>

MENEZES, Sônia de Souza Mendonça. ALMEIDA, Maria Geralda de. A produção nos espaços circunscritos da casa e a comercialização nos circuitos curtos. In: MENEZES, Sônia de Souza Mendonça. ALMEIDA, Maria Geralda de. DEUS, José Antônio Souza de (Org.) **Novos Usos do Espaço Rural e Suas Resiliências: Transformações e Ruralidades em Goiás, Minas Gerais e Sergipe**. 1. Ed. Aracaju: Criação Editora, 2020.

REDE PENSSAN. Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil [livro eletrônico]: II VIGISAN : relatório final/Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar – PENSSAN. -- São Paulo, SP : Fundação Friedrich Ebert : Rede PENSSAN, 2022. Disponível em: [https://olheparaafome.com.br/wp](https://olheparaafome.com.br/wp-content/uploads/2022/06/Relatorio-II-VIGISAN-2022.pdf)

[content/uploads/2022/06/Relatorio-II-VIGISAN-2022.pdf](https://olheparaafome.com.br/wp-content/uploads/2022/06/Relatorio-II-VIGISAN-2022.pdf)

ROSSI, Leonardo. **Teoría Política de la Comida: Una crítica ecológico-comunal en tiempos de colapso**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires : Muchos Mundos Ediciones, 2023.

SWINBURN B. Power Dynamics in 21st: Century Food Systems. *Nutrients*. 2019 Oct 22;11(10):2544. doi: 10.3390/nu11102544.

AS FEIRAS DA AGRICULTURA FAMILIAR EM MUNICÍPIOS DO SUL SERGIPANO¹⁶

Vanessa Modesto dos Santos

Programa de Pós-Graduação em Geografia/UFS

E-mail: vanessamgeografia@gmail.com

INTRODUÇÃO

As feiras da agricultura familiar nos municípios de Indiaroba, Itabaianinha, Santa Luzia do Itanhy e Umbaúba localizados no território sul de Sergipe, foram instituídas no ano de 2013 com o objetivo de fortalecer os agricultores familiares, por meio da criação de um novo canal para comercialização dos produtos por eles cultivados e elaborados em seus estabelecimentos rurais. A instituição das citadas feiras resultou de um projeto do Governo estadual em parceria com Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), diante das dificuldades para a venda dos alimentos cultivados pela agricultura familiar (SERGIPE, 2013). Esse território de comercialização se constituiu também como instrumento para o escoamento da produção denominado de circuitos curtos, onde os agricultores comercializam diretamente para os consumidores (DAROLT; ROVER, 2021).

O território de comercialização da agricultura familiar contribui para a manutenção das relações socioculturais, e fortalece a autonomia do(a) agricultor(a), é também considerado como um importante espaço para a “socialização, identidade regional e cultural [...] (PEREIRA et al., 2017, p.68)”. A instituição desses territórios de comercialização, suscitam dinâmicas produtivas com relações comerciais diversificadas, na qual se evidencia a negociação de gêneros alimentícios, artesanato, ervas medicinais, plantas ornamentais e frutíferas, importantes para a reprodução econômica dos grupos familiares e movimentação da economia dos municípios.

Diante da importância de investigações sobre esta temática, este resumo tem por objetivo analisar o território da feira da agricultura familiar e sua relação com a dinâmica social, econômica e cultural do espaço apropriado pelos agricultores familiares do sul sergipano. Esta investigação é parte da pesquisa de doutorado em andamento no Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe.

¹⁶ Orientadora: Prof^ª Dr^ª Sônia de Souza Mendonça Menezes.
Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES.

O percurso metodológico apresenta perfil qualitativo, embasado inicialmente em pesquisa teórica, realizada por meio de levantamento e revisão bibliográfica acerca das teorias e conceitos referentes as temáticas abordadas. Em seguida a pesquisa foi pautada na observação e participação nas feiras da agricultura familiar, onde foram realizados diálogos com os(as) agricultores(as) feirantes.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As feiras da agricultura familiar estão inseridas nos circuitos curtos de comercialização – onde a comercialização dos alimentos, ervas medicinais, artesanato e iguarias derivadas do milho e da mandioca é feita de forma direta com o consumidor. Essas feiras possibilitam a aproximação entre os agricultores e os consumidores.

Darolt e Rover (2021) consideram que os circuitos curtos estão associados ao que circula, a algo que é cíclico no sistema e pressupõe trocas e interrelações. A agricultura familiar também opera em ciclos como aquele do plantio, da limpa, da colheita, este segmento é fundamental para o abastecimento de gêneros alimentícios e outros produtos para os consumidores. Menezes (2021, p.76) salienta que os agricultores familiares que atuam nas feiras “se utilizam dos circuitos curtos para comercializar produtos tradicionais por meio da relação direta com os consumidores”.

As feiras nesses municípios ocorrem no período da manhã e encerram suas atividades nas primeiras horas do turno vespertino, são realizadas em logradouros públicos, exceto no município de Indiaroba que ocorre no centro cultural. Os agricultores/feirantes residem no espaço rural dos municípios, nas comunidades tradicionais, povoados e assentamentos de reforma agrária.

O deslocamento desses agricultores ocorre de forma particular e o transporte de suas mercadorias até o local de comercialização é viabilizado de forma individual, exceto no município de Indiaroba, visto que a prefeitura disponibiliza um caminhão que circula por algumas localidades recolhendo a mercadoria e transporta até o centro cultural municipal, espaço de realização da feira.

A oferta de transporte pelo poder público municipal é considerada como uma forma de estimular a participação dos agricultores, uma vez que muitos deles apresentam dificuldades para a realização desse deslocamento. Ribeiro et al (2003) ao estudar o município de

Turmalina/MG, apontam a oferta do transporte como um fator imprescindível para favorecer e ampliar a participação dos agricultores nas feiras que ocorrem no espaço urbano do município.

Nas feiras da agricultura familiar dos municípios pesquisados é possível observar o respeito a sazonalidade e a biodiversidade. Os agricultores feirantes ressaltam que comercializam em suas barracas aquilo que foi cultivado e elaborado em seus estabelecimentos rurais e em decorrência da influência dos fatores climáticos, não é possível ofertar os mesmos produtos ao longo do ano. Tal fato se assemelha as discussões de Montanari (2008) acerca da comida e calendário, em que os alimentos são ofertados de acordo com as estações do ano. Esta característica difere daqueles feirantes que comercializam nas feiras convencionais, os quais adquirem produtos nas centrais de abastecimento e semanalmente os ofertam sendo originários de outras regiões do país ou fruto do uso de técnicas de produção, que nem sempre é acessível aos agricultores familiares.

Os produtos comercializados nas feiras da Agricultura familiar são bastante demandados pelos consumidores, de modo semelhante ao que ocorre nas feiras dos bairros de Aracaju como aponta Menezes (2021, p.77) “é visível nos últimos anos a procura das bancas dos agricultores/feirantes, por parte dos consumidores que visam o consumo de alimentos dos circuitos curtos”. Tal fato está relacionado à procura dos consumidores por alimentos agroecológicos, vinculados a agricultura familiar, distintos daqueles comercializados em supermercados produzidos nos circuitos longos e desconhece o sistema de produção. Os consumidores das citadas feiras salientam que compram os alimentos nesses espaços de comercialização porque adquirem diretamente do agricultor, e existem alimentos que só encontram ali, pois, são típicos da localidade e fazem parte da sua cultura alimentar, a exemplo do feijão de corda verde, a fava e algumas Plantas Alimentícias Não Convencionais - PANCs.

Nas feiras pesquisadas é possível verificar o crescente interesse por parte dos consumidores sobre informações acerca do processo de cultivo e elaboração dos alimentos. Esse diálogo com os agricultores feirantes a respeito das informações referentes aos alimentos que comercializam é considerado pelos agricultores como importante para que eles conheçam como foram cultivados os diferentes alimentos. Desse modo, a confiança que os consumidores atribuem aos alimentos adquiridos nas feiras são resultantes de um conjunto de relações que são estabelecidas entre os agricultores e consumidores como o conhecimento acerca da origem (FERRARI, 2011).

Nesse território de comercialização, as trajetórias e relações se cruzam, o econômico, o social e o cultural são evidenciados. Além disso, a venda dos produtos nas feiras da agricultura familiar nos municípios do sul sergipano é importante para a economia local e para

os agricultores que fazem uso desse espaço para a comercialização dos seus produtos a fim de gerar renda essencial para a sua reprodução sócio econômica. Por fim, o estudo das feiras da agricultura familiar do sul do estado aponta a relevância das políticas públicas para a constituição e manutenção desse território.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa realizada junto aos agricultores familiares que atuam nas feiras da agricultura familiar dos municípios de Indiaroba, Itabaianinha, Santa Luzia do Itanhy e Umbaúba, possibilita compreender a importância das políticas públicas para a criação e manutenção dessas feiras e contribui para a reprodução econômica e social desses agricultores.

Os consumidores por sua vez, demandam alimentos da feira da agricultura familiar, por considerar como alimentos que tem qualidade garantida pelos agricultores. Eles alegam que consomem os produtos dessas feiras pois conhecem quem cultivou e nesse território é possível encontrar alimentos que não são encontrados em supermercados os quais não apresentam a qualidade e frescor àqueles advindos de outros locais de comercialização.

Desse modo as feiras da agricultura familiar necessitam continuar com a atenção e apoio do poder público por incentivar a produção local, promover a geração de renda e valorizar a cultura alimentar. Portanto, faz-se necessário o desenvolvimento deste circuito curto de comercialização para impulsionar e dinamizar a economia local especialmente dos pequenos municípios.

PALAVRAS-CHAVE: Feira da agricultura familiar, Reprodução econômica, Comercialização, Alimentos, Transmissão de saberes.

REFERÊNCIAS

DAROLT, M.R.; ROVER, O.J. **Circuitos Curtos de Comercialização, agroecologia e inovação social.** Florianópolis, SC: Estúdio Sempredo, 2021.

FERRARI, D. **Cadeias agroalimentares curtas: a construção social de mercados de qualidade pelos agricultores familiares em Santa Catarina.** Tese (doutorado em Desenvolvimento Rural). Faculdade de Ciências Econômicas, UFRGS, Porto Alegre, 2011.

A CADEIA PRODUTIVA DO LEITE PARA O DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR EM NOSSA SENHORA DA GLÓRIA /SE

Sandra Andréa Souza Rodrigues
Universidade Federal de Sergipe
sandreasilva@yahoo.com.br

José Eloízio da Costa
Universidade federal de Sergipe
eloizio.npgeo@gmail.com

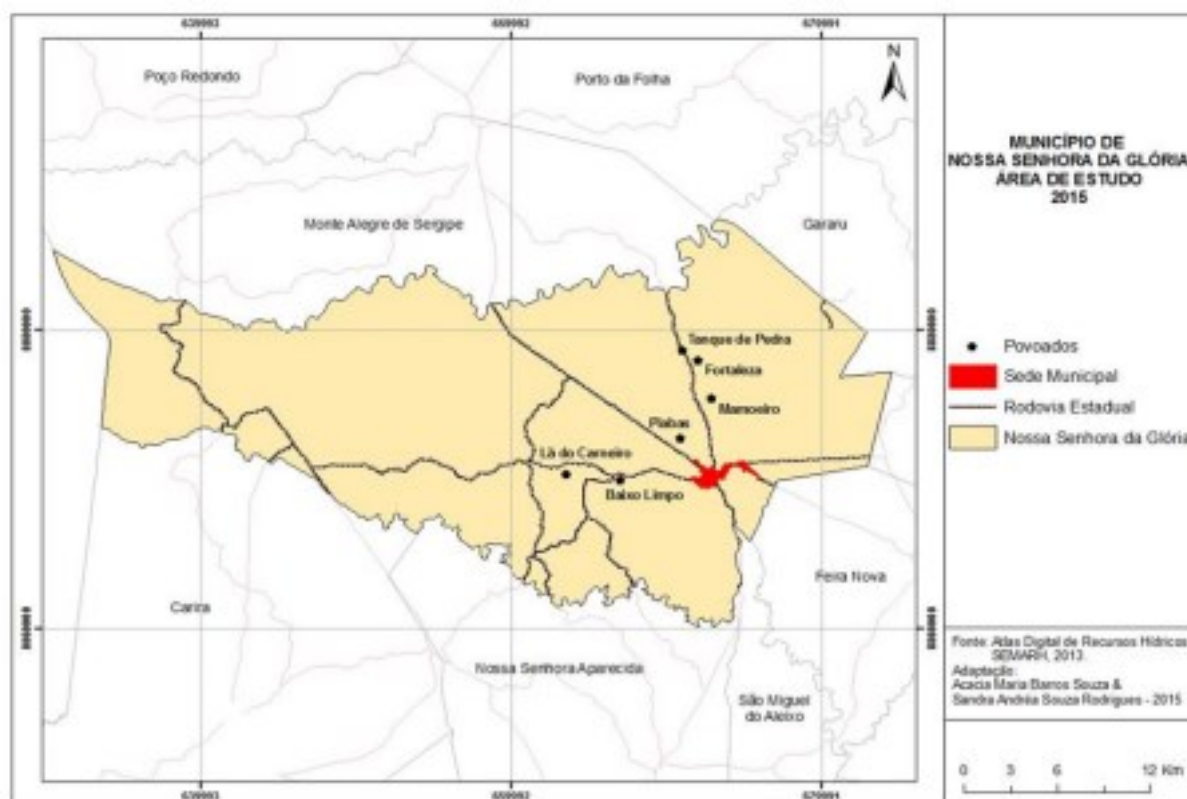
INTRODUÇÃO

A produção leiteira, provinda da mão de obra familiar, é desenvolvida em pequenos estabelecimentos com pouco acesso às inovações tecnológicas, sem interferir na sua produtividade com a finalidade de integrar aos aspectos sociais e econômicos, possibilitando atender às necessidades de consumo do mercado em meio aos desafios encontrados pelos agricultores familiares na cadeia produtiva do leite.

No alto Sertão Sergipano, o município de Nossa Senhora da Glória possui destaque na produção de leite baseada na forma de cadeia curta com características intrínsecas, estruturada na inter-relação, facilitando a viabilização de agregar valor ao produto, atração de investimentos privados, oportunidade de empregos e rentabilidade econômica.

A presente pesquisa de mestrado realizada no período de 2013-2015, teve como objetivo analisar a importância da agricultura familiar na cadeia produtiva do leite no município de Nossa Senhora da Glória/SE, como também na organização do espaço rural, do papel da institucionalidade, bem como da percepção dos atores sociais envolvidos no processo. Os procedimentos metodológicos para realização foram: Revisão bibliográfica; levantamento de dados em órgãos federais, estaduais, municipais e institucionais; trabalho de campo com a aplicação de questionários semiestruturados por abordagem aleatória e entrevistas.

Figura 1: Mapa da área de estudo



Durante a realização de trabalho de campo foram aplicados 37 questionários com os produtores, de acordo com a figura 1 nos seguintes povoados: Lã do Carneiro, Piabas, Mamueiro, Fortaleza, Tanque da Pedra e Baixa Limpa, estes foram os escolhidos por possuírem menor raio de distância em relação à sede municipal, de acordo com as relações de produtividade e dinâmica econômica para desenvolvimento do povoado.

No entanto, foi identificado no decorrer da pesquisa a fragmentação da cadeia em função da incredulidade dos produtores sob a inclusão institucional, que seria uma forma de escoamento linear eliminando a ação dos atravessadores que surgiram como estratégia de consolidar o escoamento do leite, atuando também como intermediários para com as indústrias locais.

Assim, os agricultores familiares, inseridos na cadeia produtiva do leite organizam-se em redes de sociabilidade com as fabriquetas, para abranger a distribuição proveniente do seu beneficiamento final, atendendo o mercado tanto em escala local quanto regional.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A cadeia produtiva, segundo Caperjani (2004), mantém o equilíbrio devido à diversidade das unidades de beneficiamento e deve ser retratada numa visão integrada de forma sintética e abrangente, direcionando a importância da atuação de entidades, neste caso, cooperativas e associações que, dessa maneira, somaria forças, possibilitando analisar quais os obstáculos a serem superados e quais as alternativas de solução serão viáveis perante os entraves desta instância.

O município de Nossa Senhora da Glória tem a produtividade do leite, com sua produção baseada na forma de cadeia curta onde a produção familiar é destaque no Nordeste, mesmo enfrentando dificuldades, estes agricultores superam problemas como a dependência de insumos, aumentando os custos, principalmente, do uso ração industrial no período seco e as dificuldades quanto ao atendimento das exigências legais para a produção de queijo.

O leite é processado no território do Alto Sertão Sergipano de forma industrial, artesanal e caseira, e no Município de Glória, possui três laticínios industriais, 24 fabriquetas e algumas produções caseiras, segundo a EMDAGRO. Embora as fabriquetas utilizem mão-de-obra contratada, o que predomina é a produção familiar, sendo que, o conhecimento da atividade queijeira é repassado de geração para geração, portanto, com forte componente cultural. Aproximadamente 126 mil litros/dia são oriundos de agricultores de Glória e, também de municípios circunvizinhos, são processados, diariamente, pelos laticínios, o que representa 70% do leite que chega até as unidades de beneficiamento do município, estes dados são da Produção Pecuária Municipal (PPM), para o período 2002-2006, IBGE.

Entretanto, a ordenha manual predomina entre os agricultores familiares é realizada duas vezes ao dia. A primeira, no início da manhã e a segunda ao final da tarde, em que sua coleta é realizada pela fabriqueta até cinco horas da tarde, totalizando produção diária média de aproximadamente 4.550 litros de leite vendidos ao dia, tendo como base os dados estimados dos povoados estudados, incluindo nesse contexto também a produção mecanizada ainda de forma reduzida devido a condições de aquisição através de terceiros (tabela 1).

| POVOADOS | LITROS/DIA |
|-------------------|------------|
| Piabas | 855 |
| Mamoeiro | 444 |
| Baixa Limpa | 810 |
| Lagoa do Carneiro | 619 |
| Tanque de Pedra | 1.630 |
| Fortaleza | 175 |

Tabela 1: Produção diária distribuída por Povoado em Nossa Senhora da Glória/SE- 2014/2015
Fonte: Trabalho de campo 2014/2015.

Na relação entre produtor e atravessador, o produtor se utiliza de estratégias de permanência no campo, acessando ao microcrédito, em especial o PRONAF, utilizado para custeio ou investimento. A produção de leite é comercializada para as fabriquetas e as 93 produções caseiras que são praticados valores diferenciados no pagamento entre os estabelecimentos variando de R\$ 0,75 a R\$ 0,80, principalmente, de acordo com o período do ano.

Dentro da estratégia de comercialização o leite *in natura* é vendido a indústria de laticínios para ser processado e transformado em derivados, principalmente na forma de queijo. Desta maneira a comercialização é em feiras, estabelecimentos comerciais ou negociado por atravessadores, que repassam provocando uma ampla variação nos preços pagos pelos consumidores.

A extinção dos mercados institucionais PAA e PNAE foi o entrave que favoreceu o fortalecimento das fabriquetas e indústrias, sendo estratégias para consolidar o escoamento do leite. A inclusão de institucionalidades poderia amenizar os preços determinados pelos atravessadores na sua efetivação e consolidaria a cadeia e o agricultor familiar teria as condições de articular suas estratégias de comercialização e sua emancipação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa, permitiu analisar as particularidades que a agricultura familiar do sertão sergipano necessita para o desenvolvimento socioeconômico da região, utilizando como meio de renda a produção de leite *in natura*, mas se articulada com os mercados institucionais daria autonomia a estes atores integrantes do processo.

Neste interim, constatou-se que o APL não é atuante, sendo apenas secundário na sua constituição, constatando-se a inexistência de associações, cooperativas e empresas em que

estes seriam pontos de conexão para consolidar sua atividade operacional. No entanto, não há atuação efetiva em nenhum dos estabelecimentos contidos dos seis povoados em que foi aplicado o questionário com participação no PAA/PNAE, até porque foi extinto no município, sua produção destinava-se exclusivamente, para fabriquetas ou estes produzem o queijo caseiro para o comércio local.

No levantamento das informações, verificou-se que a única política pública atuante é o microcrédito, com acesso ao PRONAF, seja para investimento ou custeio em busca da prosperidade, tendo como ponto negativo a inadimplência, em que muitos estão impedidos de acessarem por confiarem em terceiros.

No que se refere ao município de Nossa Senhora de Glória, observou-se destaque constantemente, no cenário estadual atribuído aos três setores da economia: primário, secundário e terciário, aprofundando uma vigorosa superioridade urbana em relação aos municípios circunvizinhos com destaque territorial. Durante trabalho de campo, observou-se também que a cidade continua a tradição dos seus antepassados, ainda servindo de parada para viajantes e comerciantes, acrescido da procura sob o seu desenvolvimento.

Por fim, pode-se afirmar que os agricultores familiares são isentados do seu poder de emancipação e desarticulados com as políticas públicas específicas, estas que seriam o alicerce para o reconhecimento da categoria na produção leiteira.

PALAVRAS-CHAVE: Cadeia Produtiva, Agricultura Familiar, Políticas Pública, Produção de Leite.

REFERÊNCIAS

BNDES, **Arranjos Produtivos Locais e o Desenvolvimento**, 2003.

CAPEJANI, Eduardo. **Cadeia produtiva do leite em Itabi-Se: Entraves e oportunidades**. (Dissertação de mestrado). São Cristóvão, 2004.

CENSO AGROPECUÁRIO. Brasil: IBGE, 2006

EMDAGRO-**Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe**. Disponível em <http://www.emdagro.se.gov.br/> acesso em dezembro 2014.

IBGE - **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Pesquisa Pecuária Municipal. Produtos de origem animal por tipo de produto. 2012. Disponível em <www.sidra.ibge.gov.br>. Acesso em maio, 2015.



OLIVEIRA, Tânia Maria Brito Ferreira de. **Dinâmica da produção e comercialização dos produtos lácteos de Nossa Senhora da Glória, semiárido sergipano.** (Dissertação de mestrado). São Cristóvão, 2007.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DA GLÓRIA. Disponível em: <<http://www.emdagro.se.gov.br/>>. Acesso em: março. 2015.

SEBRAE. **Diagnóstico da Cadeia Produtiva do Leite em Aimores-MG.** 2004.

SENTIDOS DE LUGAR NA COMUNIDADE RURAL SERRA DO CAVALO, EM ÁGUA BRANCA, ALAGOAS

Juliana dos Santos Lima¹⁷
Julianabk2017@gmail.com

Maria Augusta Mundim Vargas¹⁸
gutamundimvargas@gmail.com

INTRODUÇÃO

O processo de identificação do sujeito com determinado lugar requer, necessariamente, a vivência de elementos essenciais à construção de significados com o ambiente. Entendemos que cada sujeito experimenta o lugar de forma particular, da mesma maneira que acreditamos que as experiências vivenciadas conduzem à construção de valores ligados ao ambiente em que coabitam, pois “não se é possível construir o lugar sem experienciá-lo, apesar de a experiência independe do lugar, o lugar depende da experiência para se fundar” (SUESS, 2014. p. 06).

O texto se desenvolve pela apresentação de um estudo que se principia³, com o objetivo de desvelar o sentido de lugar de uma comunidade rural, a Serra do Cavalo. Essa comunidade está localizada no município de Água Branca, no interior do Estado de Alagoas, região Nordeste do Brasil.

Entendemos que as trocas, os dizeres, a proximidade familiar, as interações entre os sujeitos e a natureza são ingredientes que compõem a configuração de um lugar permeado de significados e considerados para o alcance dos objetivos propostos, pois é no seio da comunidade que as relações de parentesco são evidenciadas como elementos fundamentais da dinâmica das vivências comunitárias. Cada sujeito que habita a comunidade tem e mantém o seu papel na dinâmica geral da constituição do lugar Serra do Cavalo, ao passo que cada sujeito é também livre para se expressar e manifestar as suas percepções, suas narrativas e suas existências.

Nessa linha, Souza & Garcia (2023, p. 77-78) reforçam tal premissa de modo muito interessante, ao mencionarem que todo ser humano é posicionado em um contexto social. Nesse sentido, podendo interagir e reagir de acordo com suas percepções e vivências, formando assim

¹⁷ Mestranda PPGeo/UFS. Bolsista CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Pesquisadora do Grupo de Estudo e Pesquisa Sociedade e Cultura.

¹⁸ Professora pesquisadora do PPGeo/UFS. Líder Grupo de Estudo e Pesquisa Sociedade e Cultura.

uma representação social desse espaço, em que, o indivíduo compõe o coletivo ao mesmo tempo que o coletivo é formado por suas individualidades (SOUZA & GARCIA, 2023).

Consideramos importante ressaltar que esses laços afetivos e, conseqüentemente, as relações de convivialidade vivenciadas podem contribuir na constituição e na configuração de sentidos de identificação com a comunidade, considerando, nesse sentido, a possibilidade de que cada sujeito tende a se sentir mais seguro e acolhido estando próximo dos entes queridos. Assim, tal proposta de pesquisa justifica-se pela necessidade de compreender como as relações de parentesco, os laços de apego e as relações de convivialidade encaminham-se para o processo de identificação com a comunidade. Além disso, é importante pontuar o interesse latente em estudar o “meu lugar” e de pesquisar sobre o meu chão, meu lar, meu pedaço de terra, não apenas sob minha ótica, mas através das lentes dos sujeitos que também fazem morada nesse “torrão”.

Pensando nisso, estabelecemos como objetivo geral do projeto analisar as relações constitutivas pela apropriação e identificação do/com o lugar Serra do Cavalo, no município de Água Branca, AL. Delineamos os limites do estudo com os seguintes objetivos específicos: (i) Identificar o significado toponímico dos referentes da Serra do Cavalo; (ii) Entender relações de convivialidade com o lugar; e, (iii) Compreender sentidos de lugar para os moradores da comunidade.

Pelo exposto, apresentamos o diálogo com autores que vem nos inspirando no desenvolvimento do estudo proposto delineando o levantamento bibliográfico de referentes que certamente nos conduzirão a outros contextos teóricos e a buscas metodológicas. No momento, apresentamos como autores basilares para pensar os sentidos do lugar da comunidade rural Serra do Cavalo, Yu-Fu Tuan (2018; 1983), Souza & Brandão (2012) e Suess (2014).

Assim, o texto está estruturado em duas partes. Além dessa introdução, apresentamos o desenvolvimento de nossa primeira aproximação com os autores inspiradores para, em seguida, traçarmos considerações sobre as perspectivas teórico-metodológicas do que está para ser feito.

DESENVOLVIMENTO

O lugar é um centro de significado construído pela experiência. É conhecido não apenas através dos olhos e da mente, mas também através dos modos de experiência mais passivos e diretos, os quais resistem à objetificação. Conhecer o lugar plenamente significa tanto estendê-lo de um modo abstrato, quanto conhecê-lo como uma pessoa conhece outra (YU-FU TUAN, 2018, p. 06).

Dessa forma, subte-se que o lugar não é dado, mas é construído. Ele não é neutro, mas dotado de significados. Destarte, da mesma forma que nos tornamos íntimos das pessoas com as quais convivemos e tendemos a desenvolver afetos e carinho, assim também podemos nos tornar íntimos do lugar em que habitamos, pois também “os lugares íntimos são lugares onde encontramos carinho, onde nossas necessidades fundamentais são consideradas...” (YU FU TUAN, 1983, p. 152).

Conhecer um lugar é também construí-lo cotidianamente, numa ação multifacetada que perpassa por incontáveis elementos que variam do simbólico ao real, trilhando pelas cores, pelos cheiros, imagens, lares, pelas tradições. Perpassam ainda pelo medo, coragem, pelo tempo, pelo cuidado e zelo. Sendo assim, concordamos com Silva & Gil Filho (2020, p. 160) ao explicarem que “o espaço vivenciado abre-se para a vida humana concreta e para a própria existência humana ao mesmo tempo em que facilmente pode ser tomado no sentido subjetivo”. Para os autores, é justamente por isso – por ser um espaço de vivência aberto à existência humana – que o espaço vivido não é neutro nem constante, mas sim preenchido com significados (SILVA & GIL FILHO, 2020).

Habitar uma comunidade é ser habitada por ela e nela ser existência, pois é nela que a vida acontece. “Habitar neste caso, é o elemento que conduz a territorialização da comunidade” (SOUZA & BRANDÃO, 2012, p. 11). Ao mesmo tempo que pertencemos a ela, a nós ela também pertence. Ao par que desenvolvemos sentidos de afetividade nela, por ela também somos cuidados e protegidos.

Viver em comunidade não significa tão somente ocupar espaço, estar ali de corpo presente, mas experienciá-la. Assim, os laços de afetividade, as trocas, os costumes em comum, o sentido de unidade e de partilha são essenciais e extremamente caros à teia de significados vivenciados no coabitar e no coexistir em um mesmo lugar.

Concordamos com a perspectiva de Souza & Brandão (2012, p. 117) ao explicarem que “apesar dos diferentes modos de comportamento, todas as relações vividas em comunidade, baseadas na tradicionalidade, carregam o sentimento do ‘ser’, ‘estar’ e ‘permanecer’ no lugar”. Entendemos, como tal, que cada sujeito é único e mantém um comportamento que é singular, mas ao mesmo tempo compartilha sua natureza existencial com seus pares e é nesse entrelaçamento entre ‘ele’ e o ‘outro’ que o sentido de ser do lugar, da comunidade, é desvelado. Ou seja, o sujeito é o que é porque compartilha sua existência com outras existências, e à medida que constrói relações, é constituído por elas.

Assim, Suess (2014, p. 10) explica que esse espaço de vivência se constitui um mundo complexo em sua coletividade e, também, em sua individualidade. Nesse contexto, constitui-se um espaço de sujeitos, histórias e materialidades e tempos dispares, em um meio que não apenas recebe significados, mas também significa o homem (SUESS, 2014). Podemos apreender, então, que viver e ser/pertencer a uma comunidade pressupõe, necessariamente, a troca, as experiências, as percepções porque o lugar é imanente da cotidianidade, da construção diária.

Noutras palavras, vivenciar, construir valores e significados em relação ao ambiente significa construir sentidos de identificação, de apego, de laços de apropriação. Nessa perspectiva de reflexão, acreditamos que a forma como cada sujeito experimenta o lugar em que vive diz muito sobre o modo como se identifica com esse lócus de vivência. Diz muito sobre a forma como ele se enxerga enquanto ser do/no mundo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De um modo geral, esperamos que através da aplicação de procedimentos metodológicos com as gentes do lugar Serra do Cavallo, possamos responder as questões propostas inicialmente. Acreditamos que por meio de metodologias que considerem a documentação geohistórica sobre o chão de nosso estudo e aproximação com técnicas participativas com os sujeitos, suas vivências e experiências, conseguiremos desvelar informações e contextos que serão caros à construção do trabalho final.

Esperamos ainda, desenvolver um trabalho que possa trazer um retorno para os sujeitos da comunidade Serra do Cavallo, bem como para a comunidade científica - ao Programa de Pós graduação em Geografia, aos estudantes e a mim mesma enquanto pesquisadora.

Acreditamos que as experiências são elementos essenciais à configuração dos lugares, pois é através daquilo que experienciamos que conseguimos desenvolver noções básicas de vivência com os outros e com os espaços de vida, sejam elas qual forem. Que este trabalho possa servir como subsídio para futuros pesquisadores, principalmente para aqueles que dedicam esforços e tempo à pesquisa em Geografia.

Palavras-chave: Lugar; Espaço de vivência; Comunidade rural

REFERÊNCIAS

SILVA, Marcia Alves da; GIL FILHO, Sylvio Fausto. Sobre o conceito de espaço vivenciado: refletindo as espacialidades a partir das experiências emocionais. **Geograficidade**, v.10, n. Especial, Outono 2020.

SOUZA, Angela Fagna Gomes de; BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Ser e viver enquanto comunidades tradicionais. **Mercator**, Fortaleza, v. 11, n. 26, p. 109-120, set./dez. 2012.

SOUZA, Lucas Henrique de; GARCIA, Patrícia Helena Mirandola. Geografia dos espaços vividos: ponderações reflexivas sobre a percepção espacial. **Caderno Prudentino de Geografia**. Presidente Prudente, n. 45, v. 2, p. 72-93, mai-ago/2023.

SUESS, Rodrigo Capelle. Corpo, experiência, mundo vivido e cotidiano: uma análise para a construção do conceito de lugar. **ANAIS do VII Congresso Brasileiro de Geógrafos**, Vitória, Espírito Santo, 2014.

TUAN, Y. F. **Espaço e lugar**: a perspectiva da experiência. Tradução de Livia de Oliveira. São Paulo: DIFEL, 1983.

_____. Place: as experimental perspective. **Geograficidade**. V.8, n.1, p. 4-15, 2018.

A PRODUÇÃO DO ESPAÇO DIANTE DOS EFEITOS DESTRUTIVOS DO CAPITAL EM CRISE: TRABALHADORES EM LUTA POR TERRA, TRABALHO E MORADIA¹⁹

Suzane Tosta Souza²⁰
suzane.tosta@uesb.edu.br

INTRODUÇÃO

O contexto de crise e reestruturação produtiva do capital promoveu profundas transformações no mundo do trabalho e no espaço. A presente pesquisa reflete sobre essas questões, buscando enfatizar, de maneira mais aprofundada, sobre as estratégias dos movimentos sociais que atuam nas periferias urbanas para garantir, minimamente, a reprodução da vida das famílias que lutam por moradia, terra e trabalho. Para tanto, foi analisada a realidade concreta ocorrida na cidade de Vitória da Conquista/BA, mas que espelha um processo de desemprego estrutural que se rebate, sobretudo, nos setores mais empobrecidos e pouco qualificados da classe trabalhadora. Diante da impossibilidade de reproduzir a vida pela venda de sua própria força de trabalho, ainda que na intensificação da mobilidade do trabalho, esses sujeitos supérfluos, envolvidos em um universo de total precariedade e desesperança, se lançam em novas formas de organização social e lutam para continuar existindo. Esse é o projeto levado a cabo pelos movimentos sociais urbanos e que foi abordado ao longo da realização desta pesquisa.

Entretanto, esses sujeitos não podem ser compreendidos como “soltos” no espaço, ou como responsáveis pela descartabilidade que o capital lhes impôs, são produto das próprias contradições do capital, em seu movimento de expropriar os sujeitos da terra e explorar desses trabalho não-pago, e que, em um contexto de crise os colocam na condição de lutar pela própria sobrevivência.

Para tanto, as categorias trabalho, produção desigual do espaço, reprodução da vida, assim como a relação campo – cidade e a crise estrutural do sistema sociometabólico do capital e seus efeitos sobre o trabalho adquirem relevância na presente pesquisa. O debate sobre o trabalho, e

¹⁹ Parte dos resultados de pesquisa realizada no Pós-Doutorado, realizado no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe.

²⁰ Professora Plena do Departamento de Geografia (atuando nos cursos de Graduação e Pós-Graduação em Geografia) da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Coordenadora do Grupo de Pesquisa: Trabalho, Mobilidade e Produção do Espaço na Relação Campo-Cidade (DG/UESB/CNPq); Pesquisadora do Grupo Estado, Capital, Trabalho e as Políticas de Reordenamentos Territoriais (GPECT/UFS/CNPq).

sua conversão à condição de trabalho abstrato, encontra em Marx (1984), Lukacs (2018) e Meszáros (2002) seus principais expoentes. No debate da produção do espaço ancora-se em Smith (1988), Lefebvre (2006) e Harvey (2015), dada a necessidade de se superar, na Geografia, o debate fundamentado no espaço absoluto, delimitável, ou como aponta Lefebvre o espaço euclidiano-cartesiano-newtoniano; assim, o espaço passa a ser visto como produção social e histórica, como produzido pelas práticas sociais, sendo, portanto, produto do trabalho. Mas, em uma sociedade capitalista, esse espaço apropriado pelas classes detentoras dos meios de produção e da propriedade privada, estende seus tentáculos sobre este, transformando-o em mercadoria.

A coleta de dados secundários é composta de dados estatísticos fornecidos por órgãos de pesquisa, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o IBGE/PNAD (Pesquisa Nacional de Amostragem Domiciliar), o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), O DIEESE; além de organizações sociais e ONGs como: a OXFAM, a Comissão Pastoral da Terra (CPT), a ONG Despejo Zero, dentre outras; e de Grupos de Pesquisa como: a Rede Dataluta (UNESP/PP), o GeografAR (UFBA), do GPECT (UFS), dentre outros. A esses se juntam os levantamentos realizados sobre desemprego, desmatamento, grilagem de terras, informalidade nas relações de trabalho, etc.

A pesquisa documental constou de Medidas provisórias, Projetos de Lei, Emendas Constitucionais e outras medidas do judiciário que apontavam para ataques no processo de luta por direitos, terra, trabalho e moradia, bem como fomentem processos de expropriação e consolidação das garantias da propriedade privada, em detrimento do interesse dos sujeitos em luta. Também, foram levantadas medidas que atendiam os interesses dos movimentos sociais a exemplo da ADPF828/20 – que instituiu a suspensão de despejos em áreas já ocupadas em período anterior a pandemia do Covid-19, cujo estado de calamidade se instala desde março do ano de 2020, e até o momento já vitimou mais de 700 mil brasileiros.

No acompanhamento das ações dos movimentos sociais, recorreu-se a metodologia da vivência – que não se restringe a uma aplicação de coleta imediata de dados, ou mesmo de uma entrevista com perguntas semiestruturadas, embora essas possam não ser, de imediato, descartadas. Para tanto, acompanhamos das ações de mobilização, e do dia-a-dia das famílias em luta; o levantamento dos documentos produzidos pela coordenação; dentre outras questões. Realizou-se momentos de conversas e entrevistas coletivas; entrevista com as lideranças desses movimentos; acompanhamento das atividades do Fórum Social e Sindical de Vitória da Conquista/BA, dentre outras ações.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Buscou-se, na referida pesquisa, com base no método e no aparato teórico conceitual marxiano, compreender os efeitos mais concretos da crise estrutural do capital, do desemprego e da precariedade das condições de trabalho na reprodução da vida de trabalhadores pouco qualificados e considerados descartáveis. Partiu-se da realidade de trabalhadores da periferia urbana de Vitória da Conquista/BA, que expropriados da terra e demais meios de produção, buscam as condições para garantir a reprodução social.

Essa realidade de precariedade nas condições de vida, embora se agrave em um contexto de pandemia, não se restringe, nem pode ser explicada, apenas, por essa. Trata-se de uma condição estrutural do capital, que ao aumentar a produtividade e exploração do trabalho, descarta os trabalhadores, não consegue explorar aqueles a quem expropria e sujeita à condição de força de trabalho. Por outro lado, os sujeitos precisam se reproduzir e à condição gritante do desemprego e da degradação das condições de vida, fomenta e amplia os espaços desiguais. Sem emprego, esses sujeitos também não possuem um ‘lugar’ no espaço urbano e não desfrutam daquilo que coletivamente produzem.

O olhar para a realidade concreta das periferias urbanas da cidade de Vitória da Conquista permite concluir que esses sujeitos buscam formas de se reproduzir, seja através dos bicos, da informalidade, dos trabalhos precários e mesmo de atividades consideradas ilícitas, ao passo em que também reagem, se organizam e buscam lutar pelo acesso ao urbano e a sobrevivência. As ocupações urbanas vão ser resultado desse processo. Essas condições se agravam na particularidade da formação histórica da cidade e do município, pautada na expropriação e genocídio dos povos originários, no controle da terra, sob o signo da propriedade privada, e na consolidação da cidade e do campo como mercadorias.

Para tanto, acompanhamos, no período de 2021 aos dias atuais, as ações dos movimentos sociais que realizaram ocupações urbanas em Vitória da Conquista/BA, como o Movimento dos Trabalhadores por Direitos (MTD), que embora responsável por vários assentamentos tanto urbanos quanto rurais, há alguns anos reivindica uma faixa de terra no Loteamento Nova Cidade, bairro Alto Maron, onde possa assentar mais de 200 famílias de trabalhadores desempregados e em condições precárias de vida, e que ao longo de mais de 10 anos, já sofreram despejo violento (no ano de 2017), mas continuam lutando pela condição de assentados. Já no ano de 2020, em virtude de uma série de ações que representam maiores dificuldades na reprodução das famílias pobres conquistenses, que já vivenciam as condições mais nefastas da crise, do desemprego e do

subemprego, somando-se as ações elitistas promovidas pela prefeitura da cidade, para fomentar novos projetos do capital, como os processos de retirada de trabalhadores informais do centro urbano, e ainda os efeitos danosos da pandemia do Covid-19, novas ocupações passam a ocorrer na cidade de Vitória da Conquista, como o acampamento Terra Nobre, pelo Movimento Asterra, que em pouco menos de dois anos conseguiu reunir mais de 300 famílias que reivindicavam o direito à terra, a moradia, visando melhorar suas condições de vida. Ao longo desses mais de dois anos, acompanhamos processos de mobilização desses movimentos, a busca para prorrogação da ADPF 828 – que suspendeu despejos na pandemia, os despejos violentos que sofreram, o cotidiano da luta pelo trabalho, as dificuldades de reconstruir seus barracos, o desenvolvimento dos primeiros plantios, a busca de diálogo com a prefeitura municipal, dentre outras questões. Ao longo desse acompanhamento, foi possível concluir que se o capital expropria e nega aos sujeitos às condições de sobrevivência esses reagem e as ocupações urbanas se configuram em uma das expressões atuais da luta de classes que configura os espaços do campo e das cidades; em que a realidade verificada em Vitória da Conquista não se constitui estanque. Mas, a realidade de crise e desemprego estrutural também influencia a própria forma de organização desses movimentos – posto que a luta dos mesmos não é apenas por moradia, é também por terra e por trabalho, pois têm clareza de que apenas um lugar para morar não resolve suas condições de vida. É preciso um ‘quintal produtivo’ onde possam produzir algo, alternando a vida com os trabalhos precarizados e temporários que encontram fora das áreas de ocupação, a exemplo de diaristas nas colheitas de café, empregadas domésticas e diaristas, bicos na construção civil, catadores de papelão e lixo, dentre outras atividades. Assim, a luta pela terra, trabalho e moradia grita nas cidades, e permite reavivar a luta de classes, que se expressa, com toda sua perversidade, na produção dos espaços da periferia urbana e do campo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que, no movimento dialético, a leitura da crise do capital – que produz, cada vez mais, sujeitos descartáveis, permite compreender a realidade concreta e viva da luta por terra, trabalho e moradia, nas periferias da cidade de Vitória da Conquista/BA; ao passo que a compreensão das condições de vida e organização dessas famílias em Movimentos Sociais, dão os elementos concretos não apenas para afirmar que o capital encontra-se em crise, e que seu poder é destrutivo, mas, também, do quanto é necessário e indispensável lutar por sua superação.

A luta pelo direito à terra, à moradia, ao trabalho, se expressa na luta pelo direito à cidade e essa se faz com todas as suas contradições. São evidências concretas da luta de classe, da luta pelo direito de existir e de construir relações mais solidárias de apropriação não apenas do espaço, mas do trabalho, do produto do trabalho e da própria vida. Mesmo com todos os limites postos pela ação dos movimentos sociais, as contradições gritam no espaço urbano (como também do campo) e demonstram, claramente, o nível de destrutibilidade de um capital em crise, em busca de explorar mais trabalho, sujeitando os sujeitos à condição da barbárie. Ler o espaço, nas suas contradições, é evidenciar esse processo.

PALAVRAS-CHAVE: Produção do espaço; Crise do Capital; Luta por terra, Trabalho e Moradia.

REFERÊNCIAS

HARVEY, David. O espaço como palavra chave. **Em Pauta**. Rio de Janeiro. 1 semestre de 2015, n. 35, v. 13, p. 126-152, 2015.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: *La production de l'espace*. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: início - fev.2006.

LUKÁCS, Georg. **Para uma ontologia do ser social**. Obras de Georg Lukács volume 14. Maceió: Coletivo Veredas, 2018. 1457 p. (Edição Bilingue). ISBN: 978-85-92836-31-3

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**; Vol. 1. Tomo 1. – São Paulo: Abril Cultural, 1984.

MÉSZÁROS, István. **Para Além Do Capital – Rumo a Uma Teoria da Transição**. São Paulo: Editora Boitempo, 2002.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento Desigual**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1988.

AGRADECIMENTOS

À Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, através da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, pela concessão de bolsa de Pós-Doutorado durante os 6 primeiros meses da pesquisa. À Universidade Federal de Sergipe, o PPGE0/UFS e a supervisora Alexandrina Luz Conceição, pela recepção, experiência e crescimento profissional possibilitado.

PARA ALÉM DAS PRATELEIRA: O AGROECONEGÓCIO

Reuel Machado Leite

Universidade Federal de Sergipe

reuelmachadoleite@gmail.com

INTRODUÇÃO

A necessidade de prover o alimento é uma condição humana. O acúmulo de conhecimento de como cultivar plantas e criar animais provocou saltos qualitativos na organização das sociedades no mundo (MAZOYER; ROUDART, 2010). A agricultura, em diferentes momentos da história, esteve no centro de conflitos políticos, motivou guerras e revoluções, e é utilizada como arma geopolítica (BURBACH; FLYNN, 1982; DESMARAIS, 2013; MAZOYER; ROUDART, 2010). Nos últimos dois séculos, a produção capitalista do espaço apresenta contradições que engendram não só a pobreza no campo e nas cidades, mas ameaçam a saúde, a nossa vida e de outras espécies.

O trabalho humano possui caráter central, afinal, este se estabelece como uma interação metabólica. O trabalho é um processo entre o homem e natureza, em que o primeiro, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a natureza. O ato de realizar agricultura é um ato de interação ecológica do ser humano com determinado ecossistema, onde aquele o modifica criando valores-de-uso. Mas estes ecossistemas, ao serem alterados, também condiciona os cultivos humanos – e podemos dizer que estes alimentos, por meio desta interação, modificam o próprio organismo humano.

A cientificação e industrialização da agropecuária capitalista criou, por um lado, uma elevação da produtividade, ainda que discutível (MENDONÇA, 2018; PATEL, 2012), e, por outro, escassez e destruição. Um exemplo é o consumo de alimentos contaminados com agrotóxicos, que pode causar doenças como cânceres, malformação congênita, distúrbios endócrinos, neurológicos e mentais (CARNEIRO *et al*, 2012).

Por outro lado, o agronegócio se aproveita desse contexto e da demanda dos segmentos médios da sociedade global gerada pelo medo, tanto do veneno quanto dos vírus, acarretando a busca por alimentos saudáveis (SOUZA; MORAES FILHO, 2017), colocando à disposição produtos orgânicos às populações cada vez mais preocupadas com os riscos a própria saúde.

A metodologia deste trabalho está assentada em revisão bibliográfica sobre agroeconegócio, agronegócio e (re) produção do espaço e do território. E análise crítica de

fontes secundárias sobre o agroeconegocio. No objetivo com este trabalho é apresentar os elementos fundamentais do que estamos chamando de agroeconegocio.

DESENVOLVIMENTO

Segundo o estudo de Willer e outros (2021), no ano de 2019, primeiro ano da pandemia do SARS-Cov-2, houve o aumento nas vendas de alimentos orgânicos no mundo de €92 bilhões em 2017 para €104 bilhões (WILLER *et al*, 2019, 2021). No Reino Unido, as vendas aumentaram em ¼ em março de 2020; neste mesmo período, a indiana Nourish Organics observou aumento de 30%, e a Greenheart e a Koita Milk, nos Emirados Árabes, triplicaram suas vendas em relação ao mês anterior, enquanto nos EUA o acréscimo foi de 25% nas 17 semanas anteriores a julho desse mesmo ano (WILLER *et al*, 2021). Das empresas monopolistas, a Amazon, proprietária da Whole Foods Market, é a que mais se beneficiou com a pandemia no contexto estadunidense. Isso confirma a expectativa da empresa de que as vendas online trariam maior vazão aos produtos orgânicos no mercado norte-americano (LIMA *et al*, 2019).

O Brasil também apresentou crescimento das vendas neste ano. Os dados do Euromonitor Internacional, publicados pela revista *Money Times* (MENDES, 2021), apontam que o mercado brasileiro de produtos orgânicos movimentou R\$ 100 bilhões em 2020, 3,5% maior que em 2019, seguindo a tendência internacional já acima apontada pela Federação Internacional de Agricultura Orgânica (IFOAM) (WILLER *et al*, 2021).

Segundo (WILLER *et al*, 2021, o interesse se dá com a finalidade de reforçar a imunidade do corpo pela maior sanidade destes alimentos. Neste contexto, outro elemento é a praticidade do consumo devido ao fato de que a modalidade de varejo *online*, que continuo aberta mesmo na pandemia, e segue atraindo novos consumidores.

Porém, o que se faz necessário, na verdade, é entender a composição de classe desta movimentação financeira e os processos espaciais implicados nesta dinâmica. Além do como está organizado o circuito de acumulação capitalista que dá tração a esta alavancagem numérica.

Sobre esta composição, analisamo-as a partir do processo de diferenciação e igualização desigual e combinada do espaço. Primeiro temos as relações de concentração de capital no cenário internacional, onde empresas gigantes do agronegocio como Cargill, Coca-Cola, M&M

Mars, JBS, General Mills, Nestlé, Pepsi, Kraft Heinz, Unilever, Danone, AB Inbev, para dar alguns exemplos, absorvem outras do *agroeconeg*ócio. Dentro do processo territorialização do monopólio (OLIVEIRA, 2016) capitalista, onde ocorrem a centralização da propriedade produtiva e do processo de produção. Esta dinâmica reflete tanto a igualização do espaço pelo capital, onde às grandes transnacionais subordinam vários setores produtivos, dando um caráter universalizante a forma mercadoria.

Ainda dentro deste processo deste caráter homogeneizador e centralizador, é necessário refletirmos como este aspecto acaba por minar a diversidade alimentar, restringindo a oferta a um conjunto específico de processados orgânicos mais lucrativos. Com isso, força também a padronização dos métodos de produção, uma vez que às pequenas e médias são incorporadas aos grandes conglomerados que atuam a partir de parâmetros industriais rígidos.

Isto nos leva ao processo de diferenciação do espaço, que é refletido na terceirização da produção orgânica pelas transnacionais. Ainda neste ponto se faz necessário o controle ou influência na circulação destes alimentos-mercadorias orgânicas, uma vez que necessitam de cuidados especiais para percorrer longas distâncias. Às transnacionais do agroneg^ocio tendem a ter o máximo controle da divisão geral e particular do capital e do trabalho seja direto ou indireto, no que tange aos insumos, a certificação dos produtos, processamento, a oferta de matéria prima, etc.

Ainda sobre a diferenciação do espaço, observa-se também a divisão particular do trabalho e do capital em diferentes setores, como já foi mencionado em outro exemplo, observamos aqui empresas que comercializam produtos que vão desde aqueles ligados a *pets*, a produtos de beleza, lanches prontos, suplementos alimentares, vestuário (roupas feitas com algodão orgânico), carne, refrigerante, chocolate, etc.

Gonçalves (2008) analisa esse processo e afirma que, além da sua inserção no mercado global de alimentos, a produção de orgânicos pelo agroneg^ocio tem demonstrado, segundo ele, níveis altíssimos de simplificação dos processos ecológicos, transformando-se num modelo de agricultura pautado na substituição de insumos e com um direcionamento altamente empresarial, ou seja, visando a maximização de lucros. É com base nestes elementos que o supracitado autor define o *agroeconeg*ócio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O agroeconegócio é conceituado como um sistema global de produção, processamento, circulação, certificação e consumo de alimentos orgânicos. Suas principais características são: simplificação dos manejos, baixa diversificação dos elementos dos sistemas produtivos, baixa integração entre tais elementos, especialização da produção sobre poucos produtos, simples substituição de insumos químicos por biológicos e exígua preocupação com aspectos sociais (GONÇALVES, 2013).

PALAVRAS-CHAVE: agronegócio, questão e ecologia.

REFERÊNCIAS

BURBACH, Roger; FLYNN, Patricia. **Agroindústria nas Américas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A condição espacial**. 1º ed. – São Paulo: Contexto, 2015.

CARNEIRO, F.F. et al. **Um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde**. Rio de Janeiro: ABRASCO, 2012.

DESMARAIS, Annette Aurelié. **A Via Campesina: a globalização e o poder do campesinato**. 1. Ed. São Paulo: Cultura Acadêmica e Expressão Popular, 2013.

GONÇALVES, Sérgio. **Agroeconegócio** – o viés ambiental do agronegócio. IN: VI Simpósio internacional de geografia agrária, VII Simpósio nacional de geografia agrária, 2013, João Pessoa. VI Simposio internacional de geografia agrária, VII Simpósio nacional de geografia agrária. João Pessoa, 2013. v. 1. p. 1-18.

LIMA, Sandra Kitakawa *et al.* **Produção e consumo de produtos orgânicos no mundo e no Brasil**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, 2019.

MAZOYER, Marcel; ROUDART, Laurence. **História das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea**. Brasília, DF: NEAD, 2010.

MENDONÇA, Maria Luisa R. F. **Economia Política do Agronegócio**. 1 ed. São Paulo: Annablume: PPGRI-UERJ, 2018.

MENDES, Evelin. **Mercado de Orgânicos certificados movimenta cerca de R\$ 100 bilhões no País**. Money Times, São Paulo, 29 de abril de 2021. Disponível em: <https://www.moneytimes.com.br/mercado-de-organicos-certificados-movimenta-cerca-de-r-100-bilhoes-no-pais/>. Acessado em: 03/09/2021.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A Mundialização da Agricultura Brasileira**. São Paulo: Iandé Editorial, 2016. p. 545.

PATEL, Raj. **The long green Revolution**. The Journal of Peasant Studies, vol. 40, n. 1, p. 1-63, 2013.

SOUZA, Kennedy Jamestony de Carvalho e; MORAES FILHO, Rodolfo Araújo de. Perfil de consumidores de produtos orgânicos no Brasil. In: ENGEMA, XIX, 2017, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Universidade de São Paulo, 2017. p. 1-17.

SMITH, N. **Desenvolvimento desigual**: natureza, capital e a produção do espaço. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

WILLER, Helga; KILCHER, Lukas (org.). **The world of organic agriculture**: statistics and emerging trends 2009. Frick: FiBL; Bonn: Ifoam – Organics Internacional, 2009.

_____. **The world of organic agriculture**: statistics and emerging trends 2012. Frick: FiBL; Bonn: Ifoam – Organics Internacional, 2012.

WILLER, Helga *et al* (org.). **The world of organic agriculture**: statistics and emerging trends 2021. Frick: FiBL; Bonn: Ifoam – Organics Internacional, 2021.

O DESMATAMENTO NA AMAZÔNIA AO LONGO DA BR-156 E A FINANCEIRIZAÇÃO DE COMMODITIES: UM ESTUDO DE CASO NA RESERVA EXTRATIVISTA DO RIO CAJARI – AP

Eder Souto Batista

Universidade Federal de Sergipe
E-mail:ederestudante@gmail.com

Eraldo da Silva Ramos Filho

Universidade Federal de Sergipe
E-mail:eramosfilho@gmail.com

INTRODUÇÃO

Este texto, se dedica nas discussões mais preocupantes na atualidade sobre a Amazônia e Amapá, o desmatamento é sem dúvida uma atividade promovida pelo capitalismo, produto dos processos de financeirização e comoditização na Floresta. A urgência na instalação da Rodovia Federal BR-156 no sul do Estado, em ações que visam priorizar eixos de integração e circulação de mercadorias e beneficiar empresas, também é motivo de muita recolta na pesquisa. A Amazônia tem batido recordes de desmatamento jamais vistos em sua história, sua acelerada destruição é diretamente proporcional à acumulação de capital nas mais variadas escalas, mas principalmente à nível internacional. Desse modo, é de extrema relevância que os povos tradicionais e movimentos sociais da floresta tenham suas vozes representadas e diretamente também participem em espaços de pesquisa e produção científica, na tentativa de construir uma ciência voltada a interromper esses processos destrutivos na Natureza.

Este trabalho pretende discutir a atuação do Estado como gerenciador da financeirização na Amazônia e a nova roupagem na implementação de políticas públicas em função da instalação da Rodovia Federal BR-156 na produção do espaço agrário amazônico amapaense, como a facilitação para o desmatamento e desenvolvimento do agronegócio (carne, açaí, palmito e madeira), invasão e apropriação de terras de comunidades tradicionais e a nova gestão da Jari Celulose.

METODOLOGIA

O estudo constitui-se preliminarmente em uma revisão de literatura de identificação das territorializações, financeirização, comoditização e conflitos, ao longo da BR-156 na Reserva Extrativista do Rio Cajari, no Estado do Amapá. Como fonte de referências serão utilizadas

publicações (artigos, teses e dissertações) das seguintes bases de dados: Scopus, Web of Science, Google Acadêmico, Science Direct, Pubmed, Microsoft Acadêmico.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A rodovia federal BR-156, Desmatamento e Territórios

A rodovia federal BR-156, estende-se por um sentido longitudinal de aproximadamente 822 km de extensão, seu ponto inicial é marcado na localidade de cachoeira de Santo Antônio, ainda em Laranjal do Jari e termina no extremo norte do estado, na fronteira com a Guiana Francesa, no município de Oiapoque (Santos, 2012). Questiona-se as estratégias do capital para o intenso desmatamento em regiões que são legalmente protegidas como é o caso da Reserva Extrativista do Rio Cajari (RERC), cuja devastação se destaca com os mais altas taxas de desmatamento entre as reservas protegidas do Amapá (Funi; Paese, 2012). A relação entre o desmatamento e a instalação do projeto de pavimentação da BR-156 é evidente em estudos recentes.

Em tempos de crise climática global, diversas vozes institucionais conclamam a manutenção e gerenciamento da Natureza, no discurso, a preservação de florestas e ecossistemas em todo o planeta, principalmente por países em desenvolvimento, mas na prática, são os mesmos que financiam e consomem commodities na Amazônia, os recentes dados do ISA (Instituto Socioambiental), alertam sobre em 24h, a explosão de focos de incêndio na região em 300% com base nas informações do INPE (De castro; Castro, 2022).

A recente proposta do projeto de lei 313/20, desajusta a designação inaugural pensada pelo movimento dos extrativistas e seringueiros, abrindo precedentes para o manejo de animais pesados e de tração, o texto segue para aprovação na Câmara dos Deputados com verdadeira intenção de alterar o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Brasil, 2020). Não por acaso, a nova intenção da legislação, desrespeita afrontosamente a finalidade abrigada no Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC – Lei 9.985/00), órgão estatal responsável pela gestão, colocando a administração e composição da atuação do Estado em prol de políticas públicas na contramão para manutenção das reservas.

Não por acaso, o projeto do capital na linha da financeirização através dos produtos do agronegócio, estão todos ressaltados na ação do desmatamento, estes são beneficiados em sua

extração e exportação ao se utilizarem do Estado como ferramenta de gestão dos processos de expansão e condução na floresta, mas quando se criaram as primeiras Reservas Extrativistas na Amazônia, no movimento liderado por Chico Mendes a atuação era outra (De castro; Castro, 2022)

A Reserva extrativista do Rio Cajari (RERC) foi criada justamente com o intuito de contenção das frentes de desmatamento, mas hoje o próprio Estado tomou as rédeas para a condução desse processo e é o atual gerenciador da promoção pela financeirização de commodities, é na porção noroeste, que é atravessada pela rodovia federal BR-156, onde ainda enfrenta alguns desdobramentos para seu asfaltamento, que apresenta a maior atuação do desmatamento e dentre todas as unidades protegidas do Amapá, a RERC é a palco de maior desmatamento (Funi; Paese, 2012).

Na contramão de todo esse jogo de dominação do Território, a agricultura camponesa e silvícola ainda se desenvolve o estado do Amapá, ribeirinhos, extrativistas, quilombolas e suas cadeias produtivas de especiarias, hoje com suas produções alteradas e influenciadas pelas exigências das transformações dos mercados de Commodities, são alvos do processo de financeirização, como o açaí, o palmito, os cultivos sustentáveis de mandioca, milho, feijão, arroz, além da coleta nos corredores planejados indígenas de Castanha da Amazônia a (Rodriguez, 2002), colocaram a região na últimas décadas em destaque econômico cumprindo um papel fundamental na subsistência dessas populações (Lopes *et al.*, 2020).

Acrescenta-se ainda que na Amazônia, o reflexo das mudanças climáticas já começam a se intensificar, as populações já perceberam que a floresta já não está respondendo como antigamente, a ciência atual aponta que as novas mudanças climáticas estão afetando tanto o meio biótico quanto abiótico que incide direto nos sistemas de cultivo colocando em risco a sobrevivência dessas comunidades, em especial as tradicionais e extrativistas que são dependentes dos recursos da natureza (Adger, 2003; Lin, 2011).

Em pesquisas de cartografia social realizadas pela Universidade Estadual do Amazonas (2014) foi identificado que a empresa Jari Celulose é responsável direta, no desmatamento da região, a maior parte na margem esquerda do Rio Cajari, essas áreas de foco são utilizadas para criação de búfalos, expandindo-se as apropriações de terras da reserva, já que é extremamente dificultosa a definição e o respeito dos limites. São atividades ilegais financiadas por mercados, já que ocorrem invasões para retirada de palmito, em outros casos, derrubada

dos açazais para implantação de pasto, extração ilegal de madeira e invasão de terras por latifundiários nos cercos dos limites da reserva (UEA, 2014).

A Jari Celulose possui uma extensa e marcante história na Amazonia, é considerada nesta leitura como um dos grandes atores hegemônicos de devastação e do processo de comoditização da floresta, o curioso é que hoje o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDS) volta a fazer investimentos na empresa, que já havia sido considerada em falência na região, o acordo realizado foi anunciado recentemente, neste ano nas redes sociais do Senador Randolfe Rodrigues, de acordo com G1 portal de notícias (Ferreira, 2023).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desmatamento não é uma questão meramente de discurso ambiental, ele é produto direto da atuação do capitalismo na Floresta. Os dados apontam os níveis mais elevados de temperatura na história e incêndios da floresta, não há espaços extremamente industrializados na floresta, mas o ar tem se apresentado cada vez mais poluído, advindo com as cinzas do fogo, afetando a qualidade da água e a saúde da população. O Estado é gerenciador dos processos de financeirização, bem como membro ativo do processo, a instalação da BR-156 é um processo que ocorre lentamente, mas que vai vencendo e favorecendo oligarquias e empresas. As commodities na Amazônia, principalmente a Carne, a Madeira e Açaí, tem gerado inúmeros conflitos na Reserva Extrativista do Rio Cajari, a configuração do uso da reserva parece ser alterada para usufruto dos interesses internacionais e outras escalas, defende-se que a reserva não mais atende ao fim inicial, fruto da conquista dos extrativistas na Amazônia.

PALAVRAS-CHAVE: Amazônia, Desmatamento, Financeirização e Commodities.

REFERÊNCIAS

ADGER, W. N. Social Capital, Collective Action, and Adaptation to Climate Change. *Economic Geography*, 79, n. 4, p. 387-404, 2003.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Agência de Notícias. Brasília, 23/06/2020. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/noticias/643485-projeto-permite-a-criacao-de-rebanhos-degrandeporteemreservasextrativistas/#:~:text=O%20Projeto%20de%20Lei%20313,nessas%20unidades%20de%20conserva%C3%A7%C3%A3o%20ambiental>>. Acesso em: 02 Dez. 2023.

DE CASTRO, Edna Maria Ramos; CASTRO, Carlos Potiara. Desmatamento na Amazônia, desregulação socioambiental e financeirização do mercado de terras e de commodities. *Novos Cadernos NAEA*, v. 25, n. 1, 2022.

FERREIRA, Mariana. BNDES vai investir em fábrica de celulose que voltou a operar no AP. G1 – Globo Notícias, AMAPÁ Amazônica. Macapá, 2023. Disponível em: <<https://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2023/08/23/bnds-vai-investir-em-fabrica-de-celulose-que-voltou-a-operar-no-ap.ghtml>> Acessado em: 03/12/2023.

FUNI, C.; PAESE, A. Spatial and Temporal Patterns of Deforestation in Rio Cajari Extrative Reserve, Amapá, Brazil. *PLoS ONE*, 7, n. 12, 2012.

LIN, B. B. Resilience in Agriculture through Crop Diversification: Adaptive Management for Environmental Change. *BIOSCIENCE*, 61, n. 3, p. 183-193, MAR 2011.

LOPES, M. d. S. d. R. C.; SILVA, L. P. d. S.; SIQUEIRA, E. F.; ALMEIDA, M. G. d., 2020, Palmas-TO. Agroextrativistas assentados de Maracá e suas percepções da política desenvolvimentista no estado do Amapá – Brasil. UFT.

SANTOS, E. R. C. Amazônia Setentrional Amapaense: do “mundo” das águas às florestas protegidas. 2012. 276 f. - Programa de pós-graduação em Geografia - PPGG, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente-SP.

RODRIGUEZ, V. M. P. Historia y Dispersión de los Frutales Nativos del Neotrópico. Cali: Centro Internacional de Agricultura Tropical, 2002.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE AMAZONAS. Mapeamento social como instrumento de gestão territorial contra o desmatamento e a devastação: processo de capacitação de povos e comunidades tradicionais: Extrativistas da RESEX Rio Cajari em ação, Amapá, 24 / Coordenação geral do projeto, Alfredo Wagner Berno de Almeida; equipe de pesquisa, Rosa Elizabeth Acevedo Marin, Thiago Alan Guedes Sabino. – Manaus: UEA Edições, 2014.

O ESTADO E A REFORMA AGRÁRIA NO CAMPO BRASILEIRO: O MST E A LUTA CONTRA A BARBÁRIE CAPITALISTA NO CAMPO

Fábio Ferreira Santos²¹

Universidade Federal de Sergipe-UFS

fabinhoufs@gmail.com

INTRODUÇÃO

No início dos anos de 1980, no Brasil, (re) iniciava-se uma série de estudos a cerca da questão agrária, mais precisamente sobre a Reforma Agrária. As diversas mobilizações no campo e os conflitos de terras repercutiram tanto no âmbito acadêmico, como na sociedade de maneira geral. Os embates conflituosos entre os sem-terra e os latifundiários marcaram a conjuntura sociopolítica daquele momento, redefinindo (pré) conceitos da questão agrária brasileira.

As diversas discussões no âmbito acadêmico e de modo geral na política brasileira prescindiam o viés de desenvolvimento rural, a partir de interpretações contraditórias e, ao mesmo tempo conflitantes que permeavam o cerne da questão agrária brasileira. Contudo, as ocupações de terras pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra (MST) abririam as portas para discutir uma proposta de reforma agrária no Brasil, ressurgindo na academia divergências de pensamento em torno do “desenvolvimento” do espaço agrário.

Nesse contexto, este trabalho tem-se como foco de análise descortinar e desvelar o discurso do Estado através das políticas públicas de reforma agrária no campo brasileiro, e mostrar a atuação do Movimento dos trabalhadores frente à barbárie do desenvolvimento desigual²² e combinado do capitalismo. Nesse sentido, o objetivo central da pesquisa é desmistificar a ação do Estado Brasileiro no espaço agrário, através do financiamento de políticas públicas, e entender a luta pela terra frente à expropriação e exploração do capital.

Todavia, vale ressaltar que nos anos de 1960, as ligas camponesas foram massificadas e massacradas com a Ditadura Militar e sucumbidas pelo “Estatuto da Terra”, interrompendo com suas aspirações frente à expansão do capital no campo. Todavia, no final dos anos de 1970 e início de 1980, diversas manifestações populares reaparecem no cenário brasileiro como

²¹ - Doutor em Geografia pela Universidade Federal da Paraíba, mestre em geografia pela Universidade Federal de Sergipe- PPGEO/UFS, e membro do Grupo de Estudos “Políticas Públicas e Produção do Espaço”.

²² Ver SMITH, Neil. **Desenvolvimento Desigual**: natureza, capital e a produção de espaço. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1984.

forma de pressionar o governo a desapropriar terra para fins de reforma agrária. As ocupações de terras passaram a ser referenciais do sem-terra, na luta contra a concentração de terra e da expropriação do capital.²³

As transformações profundas que a agricultura brasileira passou nas últimas décadas do Século XX, revelam suas contradições presentes no interior da estrutura agrária e revela sua componente contemporânea: a luta pela reforma agrária. Mais do que isso, revela a relação orgânica entre a luta pela terra e a conquista da democracia por esses excluídos. Conquista da democracia que se consuma na conquista da terra, na conquista de sua identidade camponesa, enfim, na conquista da cidadania.²⁴

Dessa forma, as intensificações dos conflitos no campo contribuíram para o (re) surgimento dos movimentos sociais, em destaque ao movimento dos trabalhadores rurais sem-terra (MST). As mobilizações e agitações no campo e nas cidades marcaram o espírito de democracia na sociedade brasileira. Impulsionados com o período de contestações me torno da ditadura militar, O MST passou a atuar com diversas ocupações de terra em latifúndios improdutivos, erguendo acampamentos nestes locais. Contudo, os órgãos governamentais, latifundiários etc. usaram e abusaram do poder, através da atuação da policia e de jagunços que trabalhavam para latifundiários, para amedrontar e expulsar os sem-terra das áreas ocupadas.

Nesse jogo de força, entre latifundiários e sem-terra, o Estado passou a manifestar-se através de políticas públicas de reforma agrária, como meio de apaziguar os conflitos por terra. Todavia, tais políticas reforçavam a atua do capital via financiamento de políticas agrárias, atreladas ao produtivismo e não a transformações nas estruturas agrárias do país.

O Estado remetia em seu pleno discurso que o problema agrário se resolveria com a “modernização do campo”, promovendo medidas de tecnificação agrícola para aumentar a produção de alimentos ia exportação de produtos primários. Cabe ressaltar que, a aprovação do Plano Nacional de reforma agrária no final de 1980, reforçaria o poder da bancada ruralista, deixando a questão da reforma agrária para segundo plano.

Pertinentemente, as lutas pela terra viriam a ganhar corpo com inúmeras ocupações em todo o território brasileiro, forçando o governo a assentar as famílias sem-terra no campo. Nesse contexto, o Estado passou a atuar sobre a questão agrária por intermédio de diferentes

²³ Ver SANTOS, F. F. **A luta pela terra em Sergipe: os impactos territoriais do/no assentamento João Amazonas – SE**. IN: ENG – Encontro Nacional de Geógrafos – Porto Alegre, 2010;

²⁴ Ver OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: Labur Edições, 2007.

instâncias, desde o reconhecimento de situações de conflito e sua absorção como “problema”, passível de intervenção, até a definição de propostas de “solução”, sejam elas localizadas ou assumam a forma de políticas de desapropriatórias mais gerais.²⁵

O crescimento e a intensidade da pressão advindas dos movimentos de luta pela terra possibilitaram o entendimento do Estado brasileiro, em consonância com o Instituto Nacional de colonização e Reforma Agrária (INCRA) e o MST, em assentar inúmeras famílias no campo. As ações do Estado através das políticas públicas de reforma agrária ocasionaram transformações no território e impactos significativos para a dinamização da economia brasileira.

Embora, o Estado brasileiro venha a desapropriar terras e a promover políticas públicas de reforma agrária, o que vem caracterizando as transformações sócio-territoriais no espaço agrário são as ocupações de terras e a construção de assentamentos rurais, frutos da intensificação dos conflitos e das disputas por terra.

Chamar a atenção para a constatação que nos impõe a necessidade de repensarmos os processos sociais que perpassam nas transformações socioterritoriais a partir da implantação dos assentamentos rurais.

Fernandes (1996) mostra que, a expansão do capitalismo no campo e, conseqüentemente, com a sujeição da renda da terra ao capital, a luta pela terra é, antes de mais nada, uma luta contra a essência do capital: a expropriação e a exploração. Entendo o desenvolvimento capitalista como desigual e contraditório, compreendemos que o capitalismo não é capaz de conter apenas um modelo de relação social, logo, o trabalho assalariado não é a única via. Desta forma, a luta pela reforma agrária não passa apenas pela distribuição de terras, , vai em direção da construção de novas formas de organização social que possibilitem a (re) conquista de terra de trabalho- a propriedade familiar.

Assim, a luta pela terra, e por mudanças na propriedade da terra implica nas transformações do direito de propriedade que pode implicar em mudanças no poder e na estrutura agrária brasileira²⁶. Daí o problema eminentemente apresentado pelo Estado, pois se

²⁵ Ver MEDEIROS, Leonilde [ET. AL]. **Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar**. São Paulo: Editora da Universidade paulista, 1994.

²⁶ Ver SANTOS F. F. **O uso de tecnologias em assentamentos de reforma agrária em Sergipe e seus rebatimentos sociais**. In: Simpósio regional de Desenvolvimento Rural. Aracaju: UFS – São Cristóvão, 2010.

de um lado o governo presa o latifúndio; do outro os conflitos por terra que denunciam o grau de barbárie do capitalismo no campo.

CAMINHOS METODOLÓGICOS

O reconhecimento da luta pela terra no cenário das políticas públicas de reforma agrária requer uma elucidação do papel do Estado na promoção das transformações territoriais que se realizam a partir de políticas públicas no campo. Nesse emblema percebe-se a atuação do MST no seu processo de espacialização e territorialização no campo brasileiro.

Para este fim foi necessário recorrer aos princípios do materialismo histórico e dialético que nos permite pensarmos no território como processo de determinações históricas das relações capital e trabalho, na qual nos assegura uma melhor compreensão da realidade posta a partir de uma totalidade das relações sociais que perfazem o objeto de estudo do projeto. Este constitui a opção teórico-metodológica da pesquisa.

Pertinentemente a explicação da realidade por meio das relações contraditórias que geram, a partir da conflitualidade das relações de totalidade que se projeta nos diferentes modelos de desenvolvimento, permite identificar e elucidar as relações desiguais resultantes do desenvolvimento contraditório do capitalismo e a diferenciação do espaço geográfico expressa na relação capital-trabalho.

Sendo assim, o presente texto partir de leituras bibliográficas de diversos autores (BERGAMASCO (1996); FERNANDES (1996 e 2000); OLIVEIRA (2001, 2007) etc.) que discutem a questão agrária, mais precisamente a reforma agrária, no contexto desenvolvimento rural.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nas leituras bibliográficas foi possível perceber a atuação do Estado por meio de políticas públicas de reforma agrária, na qual se faz presente sob a forma de expansão do capital financeiro. Contudo, o que caracteriza as transformações socioterritoriais no campo, não são tais políticas, mas sim a ocupação de terra e a luta do MST contra o capital.

Sendo assim, o discurso impregnado pelo Estado reforça a atuação do sistema capitalista, embora a proposta de desapropriar terras para fins de reforma agrária anunciasse como propósito a melhoria dos sem-terra, antes de significar sua melhoria constata-se que este

está subordinado ao capital através do financiamento de créditos rurais para o desenvolvimento de suas atividades no campo.

PALAVRAS-CHAVES: estado, políticas públicas, reforma agrária, movimento dos trabalhadores rurais sem-terra, luta pela terra;

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BERGAMASCO, Sonia M. P. Pereira. **A realidade dos assentamentos rurais por detrás dos números.** IN: revista de Estudos Avancados (São Paulo/USP), v.11, 1997.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **MST. Formação e territorialização.** São Paulo: Hucitec, 1996.

FERNADES, Bernardo Mançano. **A Formação do MST no Brasil.** Petrópolis: Vozes, 2000.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Agricultura camponesa no Brasil.** São Paulo: contexto, 1991.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária.** São Paulo: Labor Edições, 2007.

SANTOS, F. F. **A luta pela terra em Sergipe: os impactos territoriais do/no assentamento João Amazonas – se.** IN: ENG – Encontro Nacional de Geógrafos – Porto Alegre, 2010;

SANTOS F. F. **O uso de tecnologias em assentamentos de reforma agrária em Sergipe e seus rebatimentos sociais.** In: Simpósio regional de Desenvolvimento Rural. Aracaju: UFS – São Cristovão, 2010

SMITH, Neil. **Desenvolvimento Desigual: natureza, capital e a produção de espaço.** Rio de janeiro: Bertrand Brasil, 1984.

FINANCEIRIZAÇÃO DA AGRICULTURA: ENTRE A FOME DO ALIMENTO E O APETITE DO ESPAÇO

Marília Faria Chaves
Universidade Federal de Sergipe - UFS
mariliasfaria@academico.ufs.br

INTRODUÇÃO

A chamada “lógica da financeirização”, apresentada a partir da década de 1970 do século passado, se dá pelo processo de acumulação de capital e a busca pelas novas formas de valorização. David Harvey (2011), já apontava na década de 1970 os princípios neoliberais com investimentos cada vez maiores em ativos financeiros, ações, direitos de propriedades, inclusive intelectual e é claro, propriedade imobiliária. Assim, os capitalistas começam a fazer dinheiro com o crescimento no valor de seus ativos financeiros e com a abertura comercial das economias dependentes. É o resultado de um processo de mundialização da economia, em que segundo Chesnais (1996) é nessa esfera que as transações do capital envolvem os montantes mais elevados, e é aí que a mobilidade é maior e que os interesses privados recuperam mais completamente a iniciativa em relação ao Estado.

O capital financeiro encontra no Estado a possibilidade de alianças para o processo de acumulação. O Estado impõe um discurso velado de submissão ao capital, através de políticas de crédito, tornando crescente a expropriação da produção familiar, o assalariamento direto nas áreas do agronegócio. Expropriando milhares de famílias camponesas, intensificando o desemprego, a precarização do trabalho e inscrevendo relações de trabalho escravo. [...]

Não há equilíbrio de forças entre a agricultura camponesa e as atividades agroindustriais, ao contrário, temos tido desde a década de 1970 um acelerado processo de expulsão da agricultura camponesa, com forte tendência a diminuição crescente dos produtos alimentares de subsistência. Sem condições de resistirem ao agronegócio e permanecerem nas unidades de produção camponesa são obrigadas a se submeterem a expansão do agronegócio, ou mesmo perderem suas terras e tornarem-se andarilhos no ciclo do capital. (CONCEIÇÃO, p.84-85)

Refletir sobre o capital financeiro na esfera da ciência geográfica possibilita-nos analisar as estratégias de espacialização do capital em diferentes escalas de reprodução do seu

ciclo produtivo, como setor rural, em particular, a agricultura, que tem sido fundamental no processo de financeirização

No Brasil, as finanças se aproximam de maneira mais significativa da agricultura quando o Estado retira grande parte de seu apoio ao financiamento de suas atividades e é criado um sistema para captação de crédito agrícola ofertado por atores privados, em um movimento verificado especialmente a partir da década de 1990. No período contemporâneo, ainda que o Estado permaneça em diversos países como seu principal financiador - como é o caso do Brasil -, os investimentos financeiros realizados no setor são provenientes em grande parte de investidores institucionais, conglomerados efetivamente financeiros, como os bancos privados. (SANTOS, 2022, p.9)

Dessa forma, apreender a totalidade mediante a realidade concreta e suas contradições, possibilita-nos analisar o capital financeiro no processo das determinações da dinâmica espaço e disputas territoriais bem como interesse e da busca por ativos fundiários em todo o mundo, especialmente em razão da demanda por alimentos, agroenergias e matérias-primas.

TEORIA E MÉTODO

Ao realizar os procedimentos metodológicos é necessária a relação entre quantificação e qualificação, cuja consistência depende da realização de investigações sobre o movimento da realidade, abstraído pela teoria, ou seja, a unidade indissociável do materialismo-histórico-dialético - a totalidade por meio da práxis. A leitura teórica epistemológica foi desenvolvida a partir do estudo de arte, sobre a concepção do território, sustentada nos fundamentos da teoria crítica marxiana, a unidade dialética teoria prática e prática teoria, permitiu o processo da produção do conhecimento teórico epistemológico das contradições do real, observar o movimento de ir e vir da história, atentando-se para os acúmulos históricos, como unidade no movimento de superação.

O levantamento empírico foi desenvolvido por meio de pesquisa documental e articulação dos resultados obtidos em pesquisa desenvolvida no mestrado defendida no ano de 2018 com o título A Renda da terra na produção do espaço urbano de Vitória Da Conquista – Ba; e atualmente no atual exercício de pesquisa do doutorado/PPGEO/UFS das interfaces do capital financeiro na relação campo-cidade. A introdução deverá conter um breve resumo do

tema, com a justificativa, objetivos, metodologia, resultados da pesquisa, e breve conclusão do trabalho.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As finanças não são uma novidade dentro do capitalismo, porém os rearranjos do Imperialismo contemporâneo apresentam peculiaridades para se entender o processo de financeirização para além do capital-bancário, mais do que uma separação de categorias, o capitalismo contemporâneo se explica pela co-dependência. A intensa circulação e acumulação do que chamaremos aqui de capital-fictício, apresentada por Marx no seu sistema de créditos, conquistou espaços de dominação e exploração do trabalho renovando o Imperialismo clássico e reproduzindo suas contradições para a manutenção da exploração da mais-valia e a própria produção direta do trabalho produtivo.

A reprodução do capital pela financeirização, ilusoriamente, suprime o trabalho como gerador da riqueza e produtor de valor, fazendo o que Marx (2013) aponta como D - D' (Dinheiro gerando dinheiro) e continua a enunciar que a contradição se apresenta quando o capital que necessita do trabalho para sua existência nega-o, portanto, ao negá-lo nega a si mesmo. Portanto, o que, aparentemente, na economia real é deslocado da economia financeira fictícia é uma forma neoliberal encontrada de subverter a demanda do Estado e colocá-la para as empresas privadas, como formas de fusões intersetoriais promoveram a articulação entre essas dimensões através do surgimento de conglomerados – formados a partir da junção de duas ou mais empresas provenientes de diferentes esferas da economia sob uma mesma estrutura corporativa. (SANTOS, 2022, p.7).

Na agricultura, o uso das commodities, da terra e da renda da terra entram na perspectiva de especulação financeira e forma de diversificação do mercado, de forma contraditória ao tempo em que concreto e abstrato se completam. Segundo o IBGE em 2019 havia 8 milhões de pessoas em situação de pobreza no meio rural brasileiro. Em 2020, a população em situação de extrema pobreza no Brasil aumentou para 12 milhões de pessoas, enquanto o índice de Gini, que mede a desigualdade de renda, ficou em 0,524, registrando aumento de 3,7% em relação a 2019 (0,544) (IBGE, 2021). No ano de 2020 cerca de metade da população brasileira (116,8 milhões de pessoas) convivia com algum nível de segurança alimentar, e 9 % do total da população (19,1 milhões), de forma mais aguda, passava fome. Companhia Nacional de

Abastecimento (CONAB) apontou uma projeção de produção de grãos estimada em 309,9 milhões de toneladas entre os anos de 2022/2023. A contradição se apresenta no país considerado ‘celeiro do mundo’, em tempo que sua produção agrícola não supre as necessidades alimentares básicas de sua população, ao mesmo tempo em que aumenta o desemprego, subemprego e estimula a migração.

O paradoxo estabelecido entre o concreto e o abstrato, que materializa o mito do discurso, é compreendido entre a relação aumento da produção do agronegócio para suprir a necessidade de alimentos e a condição de vida da população que assiste fora do circuito dos lucros o crescimento apologético do agronegócio. (CONCEIÇÃO, 2022, 84)

O capitalismo, diante de suas crises, reprimariza ou seja, volta às suas formas primitivas, a exemplo o que vem acontecendo com o Brasil, destacando-se o agronegócio, a mineração, o papel da Empresa Pública de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e o desenvolvimento das técnicas, a política agrícola, entre outros.

Dados do IBGE sobre o comportamento do PIB por região em 2020 apontaram queda em 24 estados e estabilidade no estado de Mato Grosso e variações positivas em Mato Grosso do Sul (0,2%) e Roraima (0,1%). Observa-se assim os sinais de recuo na economia financeirizada que tem seu aporte no sistema produtivo das regiões sul e sudeste do país.

O que se torna perceptível é que, ainda que a economia real pareça desconectada da economia financeira, como se o capital portador de juros multiplicasse sozinho, todas as relações estão imbricadas e que não há equilíbrio de forças entre a agricultura camponesa e as atividades agroindustriais. As famílias camponesas estão sempre aquém nas relações e não conseguem sobreviver ao agronegócio e muitas vezes, se submetem ao cultivo de agrocombustíveis.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao mesmo tempo em que a financeirização parece autônoma, ela interfere na produção do espaço. Cada vez que as commodities passam pelo crivo da financeirização, colocam do outro lado de forma dialética a agricultura camponesa e o pequeno proprietário de terra, este é expropriado de sua terra e tem sua força de trabalho absorvida pelo agronegócio.

O processo de financeirização apresenta o capitalismo que domina pelos imperativos da propriedade privada e do capital fictício, em que os ativos financeiros parecem estar acima do

trabalho vivo. A relação capital-trabalho é fundamental para a existência do capitalismo, ao mesmo tempo em que contraditoriamente o capital diminui cada vez mais o trabalho vivo, visando aumento do lucro, da mais-valia. As formas de acumulação do capital colocam o seu elemento fundamental para reprodução de sua riqueza, em situação cada vez mais explorada. O sistema que explora a classe trabalhadora e ao mesmo tempo necessita dela para que haja a relação de produção e consumo, ainda que de forma desigual, não sobrevive sem a exploração.

O capital necessita do espaço para se realizar, o sistema de crédito na produção do espaço atinge financistas e financiados, de forma desigual e contraditória, essa forma criada para a circulação de capital fictício afeta o próprio Estado e o sistema capitalista, à medida em que há o eminente risco da perda e das crises por ele gerada.

Assim como nos apresenta Conceição (2022) “funcional ao interesse do capital o Estado viabiliza a ordem reprodutiva sociometabólica do capital gerenciando o controle dos antagonismos, não mais sob o modelo do Estado regulacionista do bem estar, mas a partir da lógica fetichista do mercado” perpetuando as contradições da financeirização e do capital fictício.

PALAVRAS-CHAVE: Capital financeiro; agronegócio; propriedade privada; renda da terra.

REFERÊNCIAS

CHAVES, M. F. **A renda da Terra na produção do espaço de Vitória da Conquista- BA.** [Dissertação] Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia- UESB, Vitória da Conquista 2018.

CHESNAIS, F. **A mundialização do capital.** São Paulo: Xamã, 1996.

CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento. Acompanhamento safra brasileira de grãos, Brasília, DF, v.10 – Safra 2022/23, n.6 - Sexto levantamento, p. 1-96, março 2023. Disponível em <https://www.conab.gov.br/>

CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. **Estado, capital e a farsa da expansão do agronegócio.** Meridiano – Revista de Geografia, número 2, 2013 – versão digital. <http://www.revistameridiano.org>. p. 81-104.

HARVEY, David. **O enigma do capital: e as crises do capitalismo.** São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl. **O Capital.** Volume I. Boitempo: São Paulo, 2013.

SANTOS, Aline Braz (org). **Financeirização da agricultura e da terra no Brasil: dinâmicas em curso e disputas em jogo.** Rio de Janeiro, RJ : Fundação Heirich Böll, 2022. [livro eletrônico]

AGRADECIMENTOS

O presente artigo, parte de pesquisa de Tese, está sendo realizada com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES), a qual expresso meus sinceros agradecimentos. Minha admiração e gratidão também à minha orientadora Alexandrina Luz Conceição, ao Grupo de pesquisa Estado, capital, trabalho e as políticas de (re)ordenamento territorial, aos meus colegas do mestrado e doutorado do PPGeo/UFS, pelas discussões e colaborações com a escrita desse artigo.

PATRIMÔNIO AGRÁRIO E A FORMAÇÃO TERRITORIAL DE ITABAIANA, SERGIPE

Fabrcia de Oliveira Santos

Departamento de Geografia de Itabaiana –
Universidade Federal de Sergipe – Campus Prof. Alberto Carvalho
fabriciase@gmail.com

INTRODUÇÃO

No avesso dos documentos para o capital (Santos, 2020), o Brasil possui um quadro rarefeito de fontes sobre sua história e sua geografia agrárias, principalmente documentação escrita. No entanto, outros suportes de informação e de conhecimento, como os de cultura material e subjetiva sobre a produção na/da terra camponesa podem ser analisados, como também uma leitura geográfica sobre impressos e documentos primários. São possibilidades de explorar documentos 'para além do capital', como exemplo, ler e interpretar o espaço geográfico camponês através de ofícios, ferramentas e cultivos permeados na paisagem, na memória, e nos contradiscursos de publicações e manuscritos (Bakhtin, 2010). Pesquisas anteriores de iniciação científica, a exemplo de Santos; Damacena (2021), têm delineado para um entendimento desses horizontes, ao estudarem algumas lacunas na formação territorial sergipana, em específico, rastros de uma cultura material e subjetiva camponesa no município de Itabaiana, na Mesorregião do Agreste Sergipano.

O município de Itabaiana, em Sergipe, ainda possui em seu território uma forte influência econômica, social e cultural da produção agrária camponesa, sobretudo de gêneros de primeira necessidade (Santos, 2014). Uma suposta vocação verificada na historiografia sergipana desde o século XVII (Nunes, 1975; Santos, 1984; Souza, 2005), e em dados atuais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2020). A paisagem contemporânea de várias partes do município, em conjunto com as condições materiais e subjetivas de um percentual da população, traz o trabalho na terra como uma de suas marcas de ocupação territorial, assim como entre aqueles que outrora integravam o então vasto território itabaianense (Lima Junior, 1914), antes das repartições territoriais ocorridas nos séculos XIX e XX

Além do caráter colonial da formação territorial brasileira, e por conseguinte sergipana, pouco valorizou referências patrimoniais de populações que foram, e ainda são silenciadas ao longo do processo histórico, o que implicou e implica na preservação incipiente desse

patrimônio (Guimarães; Nascimento; Veloso, 2007). Entre essas populações, estão os camponeses (Forman, 2009; Conceição, 1991) que podem ser considerados de diferentes etnias que associadas ao trabalho na terra, e com uma fixação regular de moradia no campo (tem camponeses que vivem nas cidades, mas mantém seu trabalho no campo) (Godoi, 1998), e modos de vida singulares, e que devem ser pensados como parte indissociável da produção do espaço brasileiro, ou de qualquer outra parte do mundo. Ignorar ou atribuir discursos preconceituosos sobremodo à forma de trabalhar a terra, e à pessoa camponesa em si, acaba por sucumbir esse trabalho e o trabalhador, assim como à terra camponesa um *status* pouco edificante.

A destruição do sentido do trabalho camponês da terra tem estratégias que vão desde as mudanças de suas denominações - genericamente denominados de agricultores, lavradores, agricultores familiares -, e sua suposta valorização nas contradições: a sua inserção, cooptação na produção intensiva do agronegócio, como utopia e distopia. Ações que levam a um desconhecimento, alienação, sobre o seu papel social, econômico e cultural, tanto no sentido da compreensão sobre o que são, e o que de fato cumpriram e cumprem na manutenção da vida em geral no que se refere à produção de alimentos *in natura* ou pouco processados industrialmente, à conservação do que se denomina de natureza, em seu sentido ontológico.

O não reconhecimento desses trabalhadores e de seu trabalho são denotados no baixo preço monetário conferido aos resultados de sua produção quando comercializados, principalmente em feiras livres, e junto à atravessadores de suas mercadorias (Santos; Jesus, 2023). Essa condição de não reconhecimento implica em não os valorizar, principalmente através de discursos mais diversos, ora associados a uma romantização pejorativa sobre serem “da roça”, ora os acusando de atrasados por não aderirem às políticas públicas estatais e privadas oferecidas. E, no interior dessas contradições, instalam-se práticas de expropriação de seus bens de produção levando-os à perda de suas terras e de sua condição de trabalho, empurrando-os de qualquer forma às cidades.

Espera-se com a pesquisa uma aproximação com a importância do que passou a ser denominado de um patrimônio agrário, mas não no sentido de transformá-lo em capital (Maia, 2015), mas dialogar com “la importante aportación que el concepto de Patrimonio Agrario va hacer al reconocimiento y preservación de los bienes agrarios y con ello, a la enorme responsabilidad social, medioambiental, cultural, económica y alimenticia que tiene encomendada la agricultura y demás actividades agrarias en la actualidad (Ruiz, 2015).

As práticas agrícolas consideradas tradicionais, e quem as exerce precisa ser reforçada, principalmente no Brasil, apesar da grande quantidade de produção acadêmica sobre o espaço agrário, os objetos associados ao trabalho na terra, assim como ofícios e cultivos aparecem de forma rarefeita no rol da preservação patrimonial (Costa, 2016). Logo, espera-se que se possa também contribuir com uma discussão teórica sobre essa categoria: patrimônio agrário, e sua relevância na formação territorial brasileira, sergipana, e que se pense na modernização agrícola sem perder de vista a questão agrária, para que não se destrua apenas a realidade social e natural camponesa, mas a totalidade de relações que dependem dessa produção.

A pesquisa realiza os seguintes objetivos: construir consciência histórica e geográfica sobre o que é patrimônio agrário em Sergipe, como um recurso de preservação, de reconhecimento patrimonial sobre o trabalho e a terra camponesa. Para subsidiar essa ação ampla, torna-se necessário conhecer ofícios, cultivos e ferramentas; reconhecer suas referências materiais e subjetivas associadas ao patrimônio agrário; analisar possíveis contradições, mediações e totalidades na formação desse patrimônio, analisado.

A ideia de trabalhar com patrimônio cultural agrário, constituído de trabalho camponês em unidades de agricultura extensiva, decorre da condição geográfica e histórica de municípios com minifúndios em Sergipe, como também pelos relatos de muitos estudantes de diversos níveis de ensino que atuam na condição de trabalhar a terra para a agricultura de forma direta ou indireta em Sergipe, especificamente na Mesorregião do Agreste de Itabaiana.

A pesquisa articula diálogos tanto da geografia quanto de uma história agrária, sob o escopo teórico das contradições, mediações e totalidade do debate sobre a questão agrária brasileira (Stédile, 2005; Silva, 2005), além do papel da memória social envolvida na formação desse patrimônio material e subjetivo.

Os procedimentos para execução da ação estão fundamentados no conceito de inventário compartilhado (Varine, 2012), no debate de constituição da categoria patrimônio agrário (Ruiz, 2015), sob considerações de método apontadas por Tonet (2005). Considera-se, também, propor uma compreensão metodológica que esse patrimônio pode ser encontrado de forma institucionalizada: museus arquivos, bibliotecas, e no campo – nas estruturas camponesas. Esse conjunto de ações inter-relacionadas são construídas pelas seguintes atividades: pesquisa, leitura e debate de referências sobre as categorias de análise empregadas na pesquisa, questões contextuais, e de método; elaboração e execução de atividades como exposições culturais e científicas sobre patrimônio agrário; alimentação de rede social;

elaboração de formulários/roteiros com questões abertas e fechadas sobre patrimônio agrário; pesquisa, via redes sociais, e/ou em campo e em instituições, entre discentes do ensino fundamental e superior que são camponeses/agricultores, que trabalham com a terra; visitas técnicas em campo para conhecer formas de patrimônio agrário, como povoados e instituições que disponham de acervos relacionados para realizar inventário de referências materiais e subjetivas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Entre os resultados reconhecer condições ontológicas do trabalho camponês; provocar ações de valorização da importância de manter a terra agricultável de forma não destrutiva, e, conseqüente, a possibilidade de aumentar a formação de uma consciência crítica entre os camponeses e pesquisadores de forma a estimular uma “emancipação social” (Tonet, 2005). Os resultados têm sido divulgados em rede social, e exposições didático-científicas, na apresentação de trabalhos em eventos, como forma de discutir sobre o sentido de um patrimônio agrário: o conhecimento sobre o valor da terra, para além da renda da terra, das ferramentas e ofícios associados, e da vida (Marx, 2013); servir para ações de reconhecimento dos camponeses, contribuir com a formação discente sobre algo que parece comum, e pouco importante, mas essencial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Revolução Neolítica foi um grande ‘passo para a humanidade’ devido ao advento da agricultura (Mazoyer; Roudart, 2010). A produção de análises em torno da materialidade e subjetividade da agricultura carece de novos estudos e revisitar outros. Considera-se importância da geografia e da história agrária para contribuir com o reconhecimento do que pode ser denominado de patrimônio agrário. Um patrimônio que, em suas contradições, expressa resultados de uma relação de produção entre o gênero humano e a natureza ao longo da história humana em todos os continentes. Conhecer ferramentas, ofícios, cultivos, e outros conhecimentos associados ao universo da agricultura pode trazer contribuições para pensar questões de manutenção da vida humana no sentido de não perder, não alienar a compreensão do sentido do trabalho vivo. Esta é a proposta de uma ação de pesquisa entre discentes e/ou agricultores no município de Itabaiana, e seu entorno, com fins a incentivar à construção de

uma consciência histórica e geográfica sobre a importância do camponês na chamada segurança alimentar, e na preservação ambiental.

REFERÊNCIAS

BÓGEA, Kátia. In: BRASIL - Ministério da Cidadania. IPHAN. SIMAS, Diego; BARBOSA, Yêda (coord.). Sistema agrícola tradicional do Rio Negro. **Dossiê IPHAN 19 - Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro**. Brasília, DF: IPHAN, 2019. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/dossie_19_sistema_agricola_web__12jul19.pdf.

BRASIL. Governo Federal. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Brasil. **Sergipe. Itabaiana**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/se/itabaiana/panorama>. Acesso em 23/01/2021.

CONCEIÇÃO, A. L. **A questão camponesa: sob o olhar do signo dialético**. 1991. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 1991. COSTA, Juliana Lima da. Um certo “vazio” de fontes sobre a formação territorial de Itabaiana? **Anais**. IV Encontro Nacional de História do Pensamento Geográfico, II Encontro de Geografia Histórica. UFMG. 09 a 12/12/2016.

FORMAN, Shepard. **Camponeses: sua participação no Brasil**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009.

GODOI, Ana Maria P. de. O sistema do lugar: história, território e memória no sertão. In: Niemeyer, Ana Maria de; GODOI, A. Maria P. de (orgs.). **Além dos territórios: para um diálogo entre a etnologia indígena, os estudos rurais e os estudos urbanos**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 1998.

GUIMARÃES, C. M.; NASCIMENTO, Évelin L. M.; VELOSO, G. P. Arqueologia e campesinato: vestígios de uma categoria social. **Vestígios - Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica**, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 93–131, 2007. DOI: 10.31239/vtg.v1i1.10736. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/vestigios/article/view/11933>. Acesso em: 11 abr. 2022.

LIMA JUNIOR, Carvalho. Monographia Historica do Municipio de Itabayana. Revista do IHGSE. Aracaju, vol. 2, n. 4, p. 128-149, 1914.

MAIA, Claudio Lopes. As novas configurações do capital no campo e as alianças de classe. **Anais... Marx e o Marxismo 2015: Insurreições, passado e presente**. Universidade Federal Fluminense – Niterói – RJ – de 24/08/2015 a 28/08/2015. Disponível em: <https://www.niepmarx.blog.br/MManteriores/anais2015.htm>. Acesso em: 02/01/2021.

MARX, Karl. **O Capital**. Crítica da Economia Política Política. Livro 1: o processo de produção do capital. Tradução Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MAIA, Claudio Lopes. As novas configurações do capital no campo e as alianças de classe. **Anais... Marx e o Marxismo 2015: Insurreições, passado e presente**. Universidade Federal Fluminense – Niterói – RJ – de 24/08/2015 a 28/08/2015. Disponível em: <https://www.niepmarx.blog.br/MManteriores/anais2015.htm>. Acesso em: 02/01/2021.

- MAZOYER Marcel, ROUDART, Laurence. **História das agriculturas no mundo: do Neolítico à crise contemporânea** Tradução de Cláudia F. Falluh Balduino Ferreira. – São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: NEAD, 2010.
- PÉREZ, Rocío Silva. Hacia una valoración patrimonial de la agricultura. Scripta Nova - **Revista Electrónica de Geografía Y Ciencias Sociales**. Universidad de Barcelona. Vol. XII, núm. 275, 15 de octubre de 2008. [Nueva serie de Geo Crítica. Cuadernos Críticos de Geografía Humana]. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-275.htm>. Acesso em: 23/06/2021.
- RUIZ, J. Castillo. **El Patrimonio Agrario**. Razones para su reconocimiento y protección. Desmontando prejuicios, resistencias y menosprecio. Disponível em: https://digibug.ugr.es/bitstream/handle/10481/40128/CastilloRuiz_PatrimonioAgrario.pdf?sequence=1. Acesso em: 02/03/2022.
- SANTOS, F. de O. Das minas de prata à vocação agrícola: rastros sobre a formação territorial de Itabaiana, Sergipe (séculos XVII-XIX). **Anais Eletrônicos do 14º Seminário Nacional de História da Ciência e da Tecnologia – 14º SNHCT**. Belo Horizonte. 2014. Disponível em: https://www.14snhct.sbh.org.br/conteudo/view?ID_CONTEUDO=800 Acesso em: 23/10/2020.
- SANTOS, F. de O. **Documentos para o capital e a presença camponesa entre costume, terra e trabalho (Itabaiana, Sergipe)**. 2020. Resumo expandido submetido ao XX ENG. Julho de 2022.
- SANTOS, F. de O.; DAMACENA, D. M. “Separar Algodão da Semente” para “Transformar em fio”: um descaroçador entre cerzidos do capital. 2021. In: **Trabalhos Aprovados. XIV ENANPEGE...** João Pessoa/PB. Disponível em: <https://enanpege.com.br/trabalhos-aprovados.php>. Acesso em: 27/02/2022.
- SANTOS, F. de O.; JESUS, F. dos S. de. “É de Itabaiana!” A Feira Livre de Itabaiana no espaço e tempo do Capitalismo. **Geografia**. Rio Claro-SP, V.48, N.1, p. 1-26. 2023.
- SANTOS, Maria Nele. **Vila de Santo Antônio a Almas de Itabaiana no século XIX (1850-1888)**. Campinas, 1984. 94 p. Dissertação (Mestrado em Ciências humanas). Centro de Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 1984.
- SILVA, José Graziano da. **O que é questão agrária**. São Paulo; Editora Brasiliense, 1998.
- STÉDILE, João Pedro. **A questão agrária no Brasil: o debate tradicional – 1500-1960**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2005.
- SOUZA, Marcos Antonio de. **Memória da Capitania de Sergipe**. Aracaju: Governo de Sergipe, Secretaria de Estado da Cultura, 2005.
- TONET, I. **Educação, cidadania e emancipação humana**. Ijuí: Unijuí, 2005.
- VARINE, Hugues de. **As raízes do futuro: patrimônio a serviço do desenvolvimento local**. Tradução de Maria de Lourdes Parreiras Horta. Porto Alegre: Medianiz, 2012.

CAPITAL FINANCEIRO: REBATIMENTOS DA POLÍTICA HABITACIONAL NA COLÔNIA TREZE – LAGARTO/SE.

José Edson Oliveira Siqueira
Universidade Federal de Sergipe
jeos.edson1@yahoo.com.br

Josefa de Lisboa Santos
Universidade Federal de Sergipe
josefalisboa@uol.com.br

INTRODUÇÃO

O presente resumo foi elaborado a partir do capítulo 03 da dissertação de mestrado, intitulada *FINANCEIRIZAÇÃO DA ECONOMIA E CAPITAL IMOBILIÁRIO NO ESPAÇO AGRÁRIO DA COLÔNIA TREZE-LAGARTO/SE*, cuja discussão se faz a partir da dinâmica territorial da financeirização com as políticas de habitação rebatendo na organização socioespacial da região agrícola da Colônia Treze. O cenário implica em novos arranjos produzidos pela apropriação de terrenos para a instalação de novas ruas, conjuntos habitacionais, condomínio fechado, alterações na legislação municipal, no uso social da terra, e em novas relações de trabalho no local.

De lugar de produção agrícola, a partir das pequenas propriedades, passa a espaço da articulação imobiliária, símbolo do capital financeiro, para alimentar os vazios deixados pela crise e amenizar, no pensamento dos interlocutores do sistema, os efeitos da crise. A moradia ganha centralidade pela necessidade de imputar os diversos lugares à lógica mercadológica. O meio rural da Colônia Treze, nesse contexto, entra no movimento antagônico do capital. Para o desenvolvimento da pesquisa foi necessário realizar o levantamento do referencial teórico, com ênfase nos temas relacionados, aplicação de questionários, entrevistas e consultas a órgãos governamentais e, junto a Caixa Econômica Federal.

CRISE CAPITALISTA E POLÍTICA HABITACIONAL NO ESPAÇO RURAL DA COLÔNIA TREZE – LAGARTO/SE.

A crise do capitalismo encheja novos arranjos espaciais, cuja dinâmica territorial segue a atingir os diversos espaços. E, a política habitacional segue a atender a dinâmica do capitalismo ao passo que agrega novos valores aos lugares. Destarte, o trabalho se pautou a investigar a implantação da política de habitação no espaço rural do Povoado Colônia,

município de Lagarto, estado de Sergipe, a partir da análise da metamorfose do sistema capitalista e suas crises.

Assim, as mudanças estruturais da Colônia Treze se dão no momento em que o sistema econômico mundial sofria mais um dos sintomas de sua crise. O montante de crédito disponível no mercado dava sinais de que era possível sanar a crise e ainda alavancar riqueza a partir do sistema habitacional. A construção das moradias, como uma necessidade universal, entra como aporte para a captação de lucro, permitindo a expansão do setor imobiliário nos diversos lugares como forma de inserir as diversas classes sociais ao circuito do capital.

Na Colônia Treze o projeto de implantação do Residencial Pista da Granja, em 2007, trouxe novo olhar à região diante da especulação de que a terra para fins habitacionais traria maior valor e, assim, lucro a partir de loteamentos. É importante frisar que antes desse conjunto já havia na área uma tendência ao crescimento urbano, mas em ritmo lento comparado àquele momento.

À época, o Programa não distinguia os espaços enquanto rural e urbano, restringindo-se a formulação do projeto para atender a carência de habitação, mesmo que fosse implementado em forma de conjunto habitacional. Isso acarretou problemas, uma vez que despertou no imaginário dos pequenos proprietários rurais a busca pela renda rápida da terra, uma vez que o valor agregado ao solo para fins de moradia se valorizava com a construção dos conjuntos. Assim, muitos colonos passaram a lotear seus sítios o que levou a intervenção judicial, com embargos dos terrenos em processo de loteamento.

O embargo das construções se deu devido a área ser destinada à produção agrícola, não podendo ser loteada para fins de urbanização. Mas como o local já estava em processo de desmonte de sua estrutura, pelo menos ao que se refere a sua zona central, a promotoria pública do município de Lagarto enquadrou o poder executivo e legislativo municipal para resolver a questão. E a solução foi a criação da área de expansão urbana no povoado, mediante a Lei N. 57/2013. O que possibilitou não só a continuidade dos loteamentos – aqueles regularizados segundo as normas da legislação municipal -, mas também a possibilidade de financiamento de imóveis junto aos órgãos financiadores, visto à regulamentação fundiária de terra rural para urbana.

Essa nova configuração no espaço do povoado Colônia Treze, embalsamado nas políticas de habitação, tem, assim, suscitado ações das associações em busca de aprovação de seus projetos para a aquisição de moradia. Esse quadro tem demonstrado que o papel das

associações tem sido remodelado, ampliado, como uma entidade de intermediação entre a sociedade e as ações governamentais. Ou melhor, vai se consolidando como um órgão que articula/media as políticas compensatórias, inflamando no seio da sociedade discursos de cunho social. Ao mesmo tempo, vai atendendo também aos interesses da reprodução de lucros para o capital financeiro, à medida que atende às necessidades mais imediatas da população que precisa de moradia e que depende de financiamento ou da política pública que também utiliza o financiamento para ter sua necessidade básica de residir atendida.

Assim, a legislação do Município de Lagarto, na sua Lei 476/2012 – Divisão territorial, diferencia área de expansão urbana de área rural. No artigo 6º, inciso II, define área de expansão urbana (AEU), como porção espacial não parcelada e passível de parcelamentos, para fins urbanos. Já no inciso III descreve área rural (AR) como remanescente não integrante da área urbana e da área de expansão urbana e não passível de parcelamento para fins urbanos, exceto os núcleos urbanos dos povoados assim definidos em lei. Na Lei 201/2006 – Urbanismo, no artigo 3º discute as obras de parcelamento do solo realizadas no município de Lagarto, ensejando, dentre uma das suas classificações a de loteamento, no inciso I, que define como subdivisão de gleba em lotes destinados à edificação, com abertura de novas ruas de circulação, de logradouros públicos ou prolongamento, modificação ou ampliação das ruas existentes.

Assim, percebe-se que a própria legislação que regula o uso do solo municipal também dá margem a mudanças a depender dos interesses envolvidos. Os interesses do capital se sobressaem à dinâmica e organização dos lugares. Este altera as configurações territoriais de acordo com suas necessidades para a concretização do seu processo de acumulação de riqueza. Assim, o município de Lagarto é sobrepujado pelo capital financeiro, através da política habitacional, sendo levado a modificar sua lei, com a criação de áreas de expansão urbana, para atender a lógica mercadológica do setor financeiro imobiliário.

Diante do exposto percebe-se que a política habitacional, um dos campos do capital financeiro, tem atingido e metamorfoseado os diversos lugares de forma a satisfazer suas prerrogativas, desfazendo, parcial ou totalmente, as características e condições primordiais de existência dos grupos sociais. Como forma de controlar e manter o sistema no seu curso e, ainda, sanar as crises da sua própria (des)estrutura, o capital busca envolver as diversas classes sociais no seu processo de exploração, expropriação da força de trabalho, para garantir seu processo de acumulação de riqueza.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na Colônia Treze, o fenômeno habitacional, em processo, ainda não traz bases consolidadas dos seus resultados, no tangente as distorções que podem ocorrer com o avanço dessa política. Percebe-se, através das entrevistas, que as pessoas que se desfizeram dos seus terrenos para fins de loteamento, buscaram outras formas de renda familiar dispares à realidade agrícola, dentre os quais inclui-se a compra de casas na cidade de Lagarto e em Aracaju, para proveito de aluguel; montagem de ponto comercial (materiais de construção, lojas de roupa, de calçados, armarinhos, sorveterias, entre outros); especialização em cursos pelo SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial) e no SENAC (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial) na busca por um trabalho assalariado; etc. Há ainda a condição dos aposentados que na condição de idoso não pode mais trabalhar e como os filhos estudaram, já não querem o trabalho braçal da agricultura.

Com relação às pessoas beneficiadas com as casas do Programa Minha Casa Minha Vida, temos como amostragem o conjunto Santa Luzia, na denominada Pista da Granja. Dos moradores, 90% são provenientes da zona rural, 35% mantém a maior parte da renda familiar proveniente da agricultura, mas 65% são de atividades não agrícolas (agente de saúde, caminhoneiro, comerciante, técnico em enfermagem, agente administrativo, pedreiro, e trabalhador da indústria). Tal característica mostra que há uma mudança no perfil do trabalho das pessoas na Colônia Treze, havendo certo distanciamento da produção agrícola. Já das 65 casas, 20% estão com placa de venda, 10% estão fechadas. Esse fato comprova o depoimento das pessoas entrevistadas ao afirmarem que muitas pessoas que foram beneficiadas, não necessitam, ou pelo menos já possuíam imóveis, mas acabaram recebendo por que mantinham relações políticas com gestores locais, que facilitaram a aquisição mesmo quando não apresentavam os requisitos requeridos.

PALAVRAS-CHAVE: Política habitacional, crise do capitalismo, espaço rural.

REFERÊNCIAS

BRUNHOFF, S. **Finança, capital, Estados**. In: A Finança Capitalista. Tradução de Rosa Maria Marques e Paulo Nakatani. São Paulo: Alameda, 2010.

CAMPOS, P. R. **O preço da terra urbana e moradia de baixo custo**. In: MENDONÇA,

J. G. e COSTA, H. S. M. Orgs). Estado e Capital Imobiliário: convergências atuais na produção do espaço urbano brasileiro. Belo Horizonte: C/ Arte, 2011.

CARCANHOLO, M. D. **Conteúdo e Forma da Crise Atual do Capitalismo**. In: http://ocomuneiro.com/nr15_08_marcelocarcanholo.html

CARVALHO, E. C. F. de. **A Crise Estrutural do Capital Segundo o Filósofo Húngaro István Mészáros e seus reflexos na educação**. In: Revista Urutáua. Nº. 17, ISSN 1519-6178. Paraná, 2009. p. 40-50.

CHESNAIS, F. **A Mundialização do Capital**. São Paulo: Xamá, 1996., **A Proeminência da finança no seio do “capital em geral”, o capital fictício e o movimento contemporâneo de mundialização do capital**. In: A Finança Capitalista. Tradução de Rosa Maria Marques e Paulo Nakatani. São Paulo: Alameda, 2010.

DUMÉNIL, G. e LÉVY, D. **A finança capitalista: relações de produção e relações de classe**. In: A finança capitalista. Tradução de Rosa Maria Marques e Paulo Nakatani. São Paulo: Alameda, 2010.

GASPARIN, G. **Entenda como a crise de 2008 influenciou a vida dos brasileiros**. São Paulo, 2011. In: <http://g1.globo.com/economia/seu-dinheiro/noticia/2011/09/entenda-como-crise-de-2008-influenciou-vida-dos-brasileiros.html> em: 10/09/2013

HARVEY, D. **O Enigma do Capital e as crises do capitalismo**. Tradução de João Alexandre Peschanski. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. **A Produção Capitalista do Espaço**. Tradução de Carlos Szlak. São Paulo: Annablume, 2005.

MARTINS, C. M. P. **Treze pode ser sinônimo de riqueza: Coopertreze – uma proposta de reestruturação**. Rio Claro, SP: UNESP, 1998 (Tese Doutorado).

ROYER, L. de O. **Financeirização da Política Habitacional: limites e perspectivas**. São Paulo: USP/ Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, 2009 (Tese de Doutorado).

SANTANA, W. de. **Memorial Coopertreze: 20 anos de historia 1962-1982**. Aracaju: OCESE, 1982.

SANTOS, C. M. dos. **Ruralidades Agrícolas e não Agrícolas em Lagarto (SE)**. São Cristóvão: UFS, NP GEO, 2009 (Tese Doutorado).

SANTOS, J. de L. **A Força do Território e o Novo Paradigma de Desenvolvimento: uma resposta aos desdobramentos da crise?** In: COSTA, J. de J. (et al.). **Questões Geográficas em Debate**. São Cristóvão: Editora UFS, 2012. p. 139-152.

SCHNEIDER, S. **Agricultura familiar e pluriatividade**. In: **Agricultura familiar e industrialização: pluriatividade e desenvolvimento industrial no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1999. 205p. p. 179-190.

SHIMBO, L. Z. **Habitação Social, habitação de mercado:** a confluência entre Estado, empresas construtoras e capital financeiro. São Paulo: USP, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, 2010 (Tese de doutorado).

SIQUEIRA, J. E. O. e SANTOS, N. D. dos. **A Ação do Estado na (Des) Organização do Espaço Rural da Colônia Treze-Lagarto/Sergipe/Brasil.** Simpósio Internacional de Geografia Agrária. Belém/PA: Editora Açaí, 2011.

AS POLÍTICAS AGRÁRIAS E AGRÍCOLAS DO GOVERNO FEDERAL BRASILEIRO EM 2023 DIANTE DA PROBLEMÁTICA DA FOME

Edilekson Silva de Carvalho
Universidade Federal De Sergipe
E-mail: Leksonfla10@gmail.com

Eraldo da Silva Ramos Filho
Universidade Federal De Sergipe
E-mail: Eramosfilho@gmail.com

INTRODUÇÃO

Após as eleições gerais no ano de 2022 no Brasil, houve a chegada de um novo governo e com ele algumas reconfigurações traduzidas em ações e no âmbito das políticas públicas ao longo de 2023. As ações governamentais relacionadas às políticas agrárias e agrícolas em nosso país, ganharam ênfase ao serem retomadas, sobretudo havendo resgatados instrumentos, programas e políticas, após um longo período de desmonte pelos governos neoliberais que vigoraram entre os anos de 2016 e 2022.

Diante desse cenário, surgiram na sociedade brasileira diante expectativas da retomada de políticas públicas voltadas para o enfrentamento à problemática da fome no Brasil. Uma vez que, segundo dados da Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede PENSSAN), atualmente cerca de 33 milhões de pessoas não têm o que comer diariamente. Este trabalho aborda reflexões preliminares da pesquisa de mestrado intitulada "Soberania Alimentar, Agroecologia e Redistribuição de Terras: Quais Caminhos Possíveis No Brasil? ", iniciada em março de 2023. Nossos objetivos, neste resumo, são: sistematizar as políticas agrícolas e agrárias que o governo atual vem anunciando e implementando ao longo do primeiro ano do mandato; o escopo das políticas com atenção ao direcionamento ou não para a problemática da fome. Essa sistematização se deu através de revisões bibliográficas e monitoramento das notícias relacionadas a essas políticas durante o ano de 2023, acompanhamento de portarias e sites governamentais, sites independentes, veículos de comunicação como as mídias televisivas e canais que operam por meio das redes sociais.

Nesse âmbito, enfatizar o retorno de alguns programas sociais e fomento de outros, como exemplo, o retorno do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), desarticulado pelo governo antecessor, houve medidas direcionadas à redução das taxas de juros de 5% para 4% ao ano para quem produzir alimentos como arroz, feijão, mandioca, tomate, leite e ovos, por

exemplo, o objetivo é estimular a produção de alimentos essenciais para as famílias brasileiras, entre outras ações. Entretanto, é importante destacar que somente essas políticas não resolvem a problemática da fome, apenas mitiga partes do problema, uma vez que o agronegócio se expande cada vez mais juntamente com a manutenção da agricultura convencional regida pelas elites agrárias que controlam a produção de alimentos, subservientes ao capital e logo, contribuem diretamente com a manutenção do quadro da fome em nosso país.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Quando abordamos a problemática da fome, faz-se necessário evidenciar a dinâmica que rege a agricultura brasileira e suas raízes históricas que se refletem nos dias atuais. Fatores como a revolução verde que se mundializou impondo suas diretrizes, criando bases para o agronegócio e influenciando de forma direta a concentração fundiária no Brasil e a dependência de sementes e, conseqüentemente, no modo de produção, onde o pequeno agricultor não conseguiu subsídios para competir com esses avanços tecnológicos que aumentaram a produção de alimentos em detrimento da qualidade.

“A essência da “revolução verde”, hoje gerida explicitamente pelo capital financeiro, que controla o pequeno grupo de multinacionais que detém a patente das sementes e a produção de fertilizantes e agrotóxicos, é mudar o ambiente e implantar as imensas monoculturas, incorporando grandes contingentes energéticos, via “insumos modernos”, produtos do petróleo, todos produzidos pelas multinacionais que, por sua vez, são controladas pelo capital financeiro que, assim, realiza a reprodução do capital em um novo segmento econômico, o agronegócio ou agricultura industrial.” (MACHADO; MACHADO FILHO, 2014, p. 54).

Diante desse contexto, observamos que a manutenção do quadro da fome em nosso país é fruto do domínio das frações de classes detentoras dos sistemas agroalimentares, da produção de alimentos e insumos que com seus sistemas de *commodities* oprimem a classe camponesa brasileira que é responsável pela produção cerca de 70% dos alimentos que abastecem as mesas da população brasileira. Visto que, como aponta Bové e Dufor (2001), esse processo de expansão de uma agricultura produtivista tem tentado destruir os sistemas agroalimentares locais impondo uma padronização da comida dos *fast foods*, objetivando a fabricação e comercialização dos alimentos no mundo.

Essa padronização de alimentos traz consigo um conjunto de elementos estruturantes do quadro de insegurança alimentar no Brasil. Esse sistema agroalimentar voltado aos interesses do capital não produz comida de verdade, tampouco alimentos saudáveis uma vez que o uso

desordenado de agrotóxicos, que teve um aumento significativo no último quadriênio com o aval dos órgãos governamentais reguladores -onde mais de 500 novos tipos de agrotóxicos foram aprovados- que além destruir a biodiversidade e os sistemas ecológicos, coloca a saúde da população em risco. Nesse sentido, a autonomia da produção alimentar é essencial para se contrapor a esses sistemas agroalimentares das commodities. A Via Campesina (2002), enfatiza que é preciso que os povos, comunidades e países possam definir suas próprias políticas sobre a agricultura, o trabalho, a pesca, a alimentação e a terra. A vista disso:

“É preciso que cada nação tenha garantido o direito de manter e desenvolver sua capacidade de produzir alimentos básicos, em consonância e respeito com sua(s) respectiva(s) identidade(s) cultural(is) e produtiva(s), garantindo o direito de produzir o próprio alimento em seu território e afirmando o direito dos povos de ter o controle e exercer o poder sobre suas políticas agrícolas e alimentares.” (Ramos Filho, 2015, p.59).

É importante destacar que algumas medidas são realizadas pelo Estado brasileiro no âmbito de possibilidades para implementar alternativas que favoreçam a relação entre a produção e consumo dos alimentos. Um exemplo notável é o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que visa fornecer alimentação escolar e promover ações de educação alimentar e nutricional para os estudantes da educação básica na rede pública do Brasil, havendo um reajuste de até 39% nos repasses dos recursos para o programa, ampliando o orçamento de R\$ 4 bilhões para R\$ 5,5 bilhões. Outro destaque foi a criação do Programa Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana, que segundo ministro do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar do Brasil, buscará promover a segurança alimentar e nutricional e assegurar o direito humano à alimentação adequada e estimular a produção agroecológica de alimentos na cidade aproveitando as áreas ociosas urbanas e periurbanas para produzir e comercializar alimentos saudáveis.

Houve também a reinstalação do Conselho Nacional De Desenvolvimento Rural Sustentável (Condraf) e criado o Programa de Organização Produtiva e Econômica de Mulheres Rurais. Assim como o Plano Safra Da Agricultura Familiar, onde serão destinados R\$71,6 milhões ao crédito rural do Pronaf, para a safra 2023/24. Outra questão importante, está ligada às mudanças no microcrédito produtivo, destinado aos agricultores familiares de baixa renda. Denominado de Pronaf B, terá o enquadramento da renda familiar anual ampliado. O Plano Safra passa também a incluir novas comunidades tradicionais e indígenas como beneficiários do Pronaf A. A Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), estipulou como meta, que 30% das aquisições de alimentos por órgãos federais seja da agricultura familiar, sendo esta,

uma ação conjunta com outros ministérios. Bem como, a recriação da Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (CNAPO), extinta pelo governo anterior, retoma suas práticas, determinando que haja representação de 50% de mulheres e 20% de pessoas negras. E o Programa Quintais Produtivos, que busca incentivar a autonomia econômica das produtoras rurais.

Contudo, é necessário melhorar a aplicação dessas medidas, tornando-as mais precisas e eficazes, em consonância com uma agenda de redistribuição justa de terras que garanta os recursos necessários para que se possa reproduzir-se nela, juntamente com o fortalecimento dos movimentos socioterritoriais, fatores esses cruciais que o campesinato brasileiro possa se contrapor aos sistemas agroindustriais capitalistas, ressaltando que esses programas assistencialistas não representam uma solução concreta para o problema da fome no Brasil, são medidas paliativas que amenizam os números alarmantes de pessoas em situação de insegurança alimentar, onde mais da metade da população se encontra sob risco de algum grau de insegurança alimentar, segundo dados levantados pela Rede PENSSAN, em 2022.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partindo do entendimento que este trabalho, de forma preliminar, se incumbiu de buscar sistematizar as principais ações na esfera das políticas agrárias e agrícolas do governo federal neste ano de 2023, num direcionamento às questões que envolvem a busca por autonomia alimentar e soluções para o problema da fome em nosso país, conclui-se que algumas medidas foram retomadas como a volta de programas importantes para amenizar a fome em nosso país, entretanto essas medidas são paliativas que amenizam mas não resolvem, uma vez que pautas essenciais como reforma agrária, soberania alimentar e veto no uso descontrolado de agrotóxicos estão escanteadas dentro uma configuração parlamentar que tem como base a elite latifundiária brasileira a serviço do capital.

Estamos diante de um cenário desafiador onde o monopólio dos sistemas agroalimentares se firma constantemente e recebem as condições para tal, e os produtores que produzem alimentos saudáveis e descontaminados estão cada vez mais sendo sucumbidos pelo sistema capitalista de produção. Nesse bojo, reafirmando que ainda estamos muito longe de um cenário de superação desse quadro da fome, o mês de novembro desse ano de 2023 foi marcado pelo retrocesso da aprovação do projeto de Lei 1459/2022, o chamado “pacote do veneno”, que

flexibiliza ainda mais o uso de agrotóxicos. O texto dessa medida foi tramitado e aprovado em regime de urgência, onde segue para sanção ou veto do presidente Lula (PT).

PALAVRAS-CHAVE: Autonomia alimentar, Políticas agrárias e agrícolas, Agrotóxicos, Campesinato, Produções agroecológicas.

REFERÊNCIAS

BEZERRA A.; STROPASOLAS P. **mst.org.br, 2023**. Em Pernambuco, agricultores celebram a volta do PAA: ‘Certeza de que vamos produzir e vender’. Disponível em: <https://mst.org.br/2023/03/23/em-pernambuco-agricultores-celebram-a-volta-do-paacertezade-que-vamos-produzir-e-vender/>. Acesso em 25 nov. de 2023.

Brasil [livro eletrônico]: **do flagelo da fome ao futuro agroecológico**: uma análise do desmonte das políticas públicas federais e a agroecologia como alternativa / Andréia Vigolo Lourenço [et al.]; coordenação Flavia Londres, Viviane Brochardt. -- Rio de Janeiro, RJ: ASPTA Agricultura Familiar e Agroecologia, 2022. PDF. Disponível em: https://agroecologia.org.br/wp-content/uploads/2022/09/Brasil-do-flagelo-da-fomeaofuturoagroecologico_ANA-2022.pdf. Acesso em: 16 nov. de 2023.

COCA, E. L. de Freitas. **A soberania alimentar através do Estado e da sociedade civil**: o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), no Brasil e a rede Farm to Cafeteria Canada (F2CC), no Canadá / Estevan Leopoldo de Freitas Coca. - Presidente Prudente: [s.n.], 2016. 357 f. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/143819/coca_elf_dr_prud.pdf?sequence=3&isAllowed=y. Acesso em: 25 nov. 2023.

DELGADO, G. C. **Capital financeiro e agricultura no Brasil**: 1965-1985. São Paulo: Ícone, 1985.

Dossiê contra o Pacote do Veneno e em defesa da Vida!/ Organizadores: Karen Friedrich, Murilo M. O. de Souza, Juliana A. S. , Amanda V. Leão, Naila S. M. Andrade e Fernando F. Carneiro; Prefácio de Leonardo Melgarejo e João Pedro Stedile. – 1. ed. -- Porto Alegre: **Rede Unida, 2021**. 336 p. (Série Saúde, Ambiente e Interdisciplinaridade, v.2). E-book: PDF.

MACHADO. L. C. Pinheiro. MACHADO FILHO. L. C. P. **A Dialética da Agroecologia**: contribuição para um mundo com alimentos sem veneno. 1ª edição. Expressão Popular. São Paulo: 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/geonordeste/article/view/4337>. Acesso em: 25 nov. 2023.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. 5ª ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

RAMOS FILHO, Eraldo da Silva. **O campesinato entre a segurança e a soberania alimentar.** In: Estado, políticas e território. /Eraldo da Silva Ramos Filho, et al. - 1 ed. -- São Paulo: Outras Expressões, 2015. p. 39-64.

VIA CAMPESINA. NGO Forum Declaration in the World Food Summit of FAO (Rome+5). Roma, junho de 2002.

Senado aprova PL do Veneno com apenas um voto contrário PL 1459/2022. Texto segue para sanção de Lula. Murilo Pajolla. **Brasil de Fato** | São Paulo (SP) | 28 de novembro de 2023 às 18:17. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2023/11/28/pl-do-veneno-e-aprovado-no-plenario-do-senado-com-apenas-um-voto-contrario>. Acesso em 28 nov. 2023.

NOTAS INICIAIS SOBRE A CONCENTRAÇÃO E CENTRALIZAÇÃO DE CAPITAIS NO MERCADO DE INSUMOS AGROPECUÁRIOS NO BRASIL

Victor de Souza Cardoso

Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Sergipe
victorsouza498@hotmail.com

INTRODUÇÃO

Nos estudos agrários brasileiros, observa-se a proeminência de pesquisas que versam sobre as contradições da territorialização do monopólios e da monopolização dos territórios no campo, seja pelos conflitos que esse processo gesta no seio das comunidades rurais – dos quais a apropriação da terra e da água é a mais proeminente, mas não a única –, seja pela análise das implicações do uso do denominado “pacote tecnológico” à saúde humana e não-humana e às formas de reprodução da vida que, embora estejam firmadas no trabalho, não se resumem a ele.

Se com frequência a atuação do agronegócio é citada e comentada, nota-se uma lacuna ao que se refere às corporações de insumos agropecuários, que desempenham papel central na questão agrária e agrícola nacional. Portanto, trata-se neste trabalho de indicar brevemente os elementos que o compõem, o que, em pesquisas futuras, nos ajudará a desvelar as imbricações entre a aparência e a essência do fenômeno.

Para tanto, nossas reflexões estão assentadas em dois procedimentos metodológicos: a pesquisa bibliográfica; e a pesquisa documental. A primeira refere-se a leitura e fichamento de trabalhos científicos artigos, dissertações, teses, livros etc., especificamente aqueles que abordam questões como o desenvolvimento do capital e do capitalismo, a concentração e a centralização de capitais e a dinâmica do campo brasileiro. Em relação ao segundo, trata-se da investigação, interpretação e análise de um conjunto de documentos que “constituem uma fonte rica e estável de dados” (Gil, 2008, p. 46) e que geralmente não foram objetos de estudos prévios e/ou podem receber “novos enfoques” (Godoy, 1995, p. 21).

SOBRE A CONCENTRAÇÃO E CENTRALIZAÇÃO DE CAPITAIS

Sustentado pelo trabalho assalariado e a propriedade privada, o capital enquanto uma relação social se expande extensiva e intensivamente, abarcando progressivamente todo o real com o objetivo de garantir a valorização do valor. Dessa relação circular, desdobra-se a disputa pela apropriação da riqueza produzida, processo que ocorre na esteira da luta de classes, seja

do ponto de vista das relações entre as classes – disputas por melhores salários e/ou condições de trabalho, por exemplo –, seja intraclasses – controle do mercado pelas diferentes representações do capital.

Para este artigo, interessa-nos as reflexões acerca do último ponto. Como já pontua Marx (2017, p.), o imperativo da realização do valor em escala ampliada por parte dos capitalistas não é uma mera idiossincrasia destes – o que, de modo grosseiro, possibilitaria explicar o capitalismo em termos de costumes, como o fez outro alemão (Max Weber) –, mas sim uma exigência do próprio capital. Se, para o capital social total, a não satisfação dessa condição representa o interrompimento da sua reprodução, o que, frequentemente, leva a crises de superprodução; para o capitalista individual, isso simboliza a possibilidade do fim da sua posição de “personificação do capital”, o que o impele a procurar formas de impulsionar a absorção/criação crescente do mais-valor.

Para garantir o aumento da produção e, conseqüentemente, do mais-valor gerado, impõe-se, no primeiro plano da luta entre os capitalistas, a imprescindibilidade de expandir seus capitais por meio da elevação nos investimentos, isto é, na parte do lucro obtido que se destina a ampliar a estrutura produtiva – por questões de espaço, estamos considerando que a mercadoria criada é comprada, fato que não necessariamente se consuma na realidade. De todo modo, isso resulta no crescimento exponencial da quantidade de capital na sociedade concentrado nas mãos, mesmo que em menor medida, de um número cada vez maior de capitalistas (Marx, 2017a, p. 667-701; 2017b, p. 257). Há, portanto, para este autor, a constituição da concentração de capitais.

Paralelamente a isso, desenvolve-se também a centralização de capitais em decorrência do acirramento da concorrência e do desenvolvimento do sistema de crédito (Sweezy, 1982, p. 285-287; Lenine, 1975, p. 587). Diferentemente da concentração, aquela caracteriza-se pela união entre os capitais existentes, majoritariamente a partir da aquisição, o que altera sua distribuição na sociedade. Nesse sentido, ela se distingue da primeira “[...] pelo fato de pressupor apenas a repartição alterada dos capitais já existentes e em funcionamento, sem que, portanto, seu terreno de ação esteja limitado pelo crescimento absoluto da riqueza social ou pelos limites absolutos da acumulação” (Marx, 2017a, p. 701-702).

Na contemporaneidade, os processos elencados materializam-se na figura das corporações multinacionais, “a forma organizativa determinante do grande capital” (Mandel, 1982, p. 223). Para garantir a ampliação dos seus lucros, elas criam estratégias de organização

da produção e de atuação em escala mundial (Chesnais, 1996, p. 73-75), utilizando de diferentes mecanismos de coerção para tanto obter vantagens nos distintos planos escalares quanto controlar os setores em que operam – inclusive pelo uso da coerção a empresas menores.

Sobre esta última questão, faz-se necessário observar que a ciência e a tecnologia não são produzidas somente para possibilitar o auferimento de maiores taxas de lucro, mas também como instrumento coercitivo. Por isso, conforme Santos (1987, p. 12), “a empresa monopólica tem que garantir o controle da etapa da invenção garantindo assim a capacidade de resposta a qualquer tentativa de competição de novas empresas que querem introduzir novos produtos ou processos no ramo.”

CONCENTRAÇÃO E CENTRALIZAÇÃO DE CAPITAIS NO CAMPO BRASILEIRO

A situação não é distinta no campo. Para ilustrarmos o estado de coisas, basta apontar alguns dados: com as recentes aquisições e fusões – a compra da Monsanto pelo Bayer e da Syngenta pela ChemChina –, mais da metade do mercado de sementes comerciais e de agrotóxicos deverão ser controlados nos próximos anos por cinco conglomerados: ChemChina; Bayer; BASF; Dow Chemical; e DuPont (SILVA; GLASS, 2018, p. 20). Ao que concerne aos equipamentos e máquinas agrícolas, a situação é ainda pior, sendo dominado por três corporações: a John & Company, proprietária da marca John Deere; a CNH Industrial, pertencente ao grupo Fiat; e a AGCO (SILVA; GLASS, 2018, p. 26).

No caso brasileiro, embora o desenvolvimento do setor encontra-se no processo de modernização do campo, entre as décadas de 1960 e 1970, os processos de concentração e centralização adquirem intensidade nos anos finais do século passado. Pelas reflexões realizadas até o presente momento, duas questões parecem ser centrais para o entendimento dessa particularidade: a abertura econômica e os incentivos à reestruturação do agronegócio para potencializar a produção de *commodities*, o que tornou o negócio de insumos agropecuários novamente rentável; e a construção de mecanismos de controle jurídico da propriedade intelectual, especificamente a Lei nº 9.279, de 14 de maio, de 1996, que regula a propriedade industrial, e a Lei nº 9.456, de 25 de abril, de 1997, a Lei de Proteção de Cultivares.

Disso, iniciou-se um processo de fusões e aquisições em todos os ramos do mercado de insumos agropecuários, afinando a concentração e centralização de capitais e o controle internacional sobre esse setor do agronegócio brasileiro, acentuando seu caráter dependente.

Para ilustrar tal situação, apontamos o “engolimento” das empresas nacionais de sementes comerciais pela Bayer, DowAgrosciences, KWS e ChemChina. Situação semelhante é vista noutros subsetores: somente quatro empresas – Mosaic, Yara, Heringer e Fertipar – controlam 73% da produção de fertilizantes químicos (GOTTEMS, 2017, n.p.); já os agrotóxicos são controlados por cinco corporações – Syngenta, Bayer, Corteva, Basf e UPL (GOTTEMS, 2019, n.p.).

ÚLTIMAS PALAVRAS

Como visto anteriormente, a concentração e centralização avança no setor de insumos agropecuários no Brasil, trazendo novas questões para o entendimento deste. Em nossas reflexões iniciais, tal fenômeno aprofunda a perversidade da dinâmica capitalista no campo, materializando-se, dentre outras formas, no controle e domínio do “como” se produz pelas corporações multinacionais. Por sua vez, a centralidade do brevemente apresentado na questão agrária brasileira impulsiona a necessidade de destrinchar esse estado de coisas a partir das mediações entre totalidade, universalidade, particularidade e singularidade.

PALAVRAS-CHAVE: Concentração e centralização do capital; insumos agropecuários; ciência e tecnologia; geografia agrária.

REFERÊNCIAS

- CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.
- GIL, Antonio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4 ed. São Paulo: Editora Atlas, 2002.
- GODOY, Arilda Schmidt. *Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais*. *Revista de administração de empresas*, São Paulo, v. 35, n. 3, p. 20-29, mai./jun. 1995.
- GOTTEMS, Leonardo. Top 20 brazilian agrochem companies in 2018: market recovery led to across-the-board sales growth. *Agropages*, 2019. Disponível em: <<https://news.agropages.com/News/NewsDetail---33467.htm>>. Acesso em: 15 de mai. de 2023.
- GOTTEMS, Leonardo. 4 empresas detêm 73% do mercado de fertilizantes no Brasil. *Portal Agrolink*, 2017. Disponível em: <https://www.agrolink.com.br/noticias/4-empresas-detem-73-domercado-de-fertilizantes-no-brasil_395514.html>. Acesso em: 15 de mai. de 2023.
- LENINE, Vladimir Ilyic. O imperialismo, fase superior do capitalismo. In: _____. *Obras escolhidas*. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1979. t. 1.

MANDEL, Ernest. *O capitalismo tardio*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política: livro I: o processo da produção de capital*. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2017a.

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política: livro III: o processo global da produção de capital*. São Paulo: Boitempo, 2017b.

SANTOS, Maureen; GLASS, Verena (org.). *Atlas do agronegócio: fatos e números sobre as corporações que controlam o que comemos*. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2018.

SANTOS, Theotonio dos. *Revolução científico-técnica e acumulação de capital*. Petrópolis: Editora Vozes, 1987.

SWEEZY, Paul Marlo. *Teoria do desenvolvimento capitalista*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

PRA MUDAR A SOCIEDADE DO JEITO QUE A GENTE QUER, PARTICIPANDO SEM MEDO DE SER MULHER²⁷

Laiany Rose Souza Santos
Universidade Federal de Sergipe
E-mail: laiany.santos@gmail.com

Josefa de Lisboa Santos
Universidade Federal de Sergipe
E-mail: josefalisufs@gmail.com

INTRODUÇÃO

O feminismo é um campo político (FRACCARI, 2018) fundamentado na luta pelas autonomias das mulheres (política, econômica, do corpo etc), assim como pela construção de uma sociedade equitativa que vise a socialização do poder, das riquezas e do saber. A luta feminista é pela desconstrução de padrões e estereótipos do ser mulher, e pela liberdade de cada uma ser o que deseja, sendo respeitadas em suas diversidades, e deve perpassar as questões de raça-etnia, classes sociais, assim como espaços que ocupam urbano-rural.

Nesse estudo compreendemos mulher como uma categoria de articulação política, que abarca o conjunto das mulheres em sua diversidade. Assim, tratando de mulheres camponesas evidenciamos seu lugar desde sua lógica social no espaço, além de analisarmos desde a interseccionalidade classe e raça/etnia. O feminismo construído pelas mulheres camponesas expressa sua particularidade, seu olhar para além do horizonte desmatado, envenenado e destruído pela lógica exploratória e incessante do capital.

Os movimentos camponeses feministas além de espacializarem-se também se territorializam e constroem territorialidades (expressões do seu modo de vida camponês que cria signos e significados). Portanto, a luta das mulheres camponesas tem pautas concretas de transformação espacial que também se materializam nos territórios, impulsionando, inclusive, transformação em toda comunidade desde a gestão e organização das mulheres.

Nosso trabalho se debruçou em mapear e espacializar as organizações de mulheres camponesas organizadas no estado de Sergipe, para isso participamos e construímos o Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial: agroecologia, gênero e participação política no campo – NEDET. E ampliamos o mapeamento através de pesquisa de campo, participação em

²⁷ Música: Sem medo de ser mulher, de Zé Pinto.

eventos de mulheres camponesas, e nas reuniões do Comitê de gênero/Câmara Temática de Gênero.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

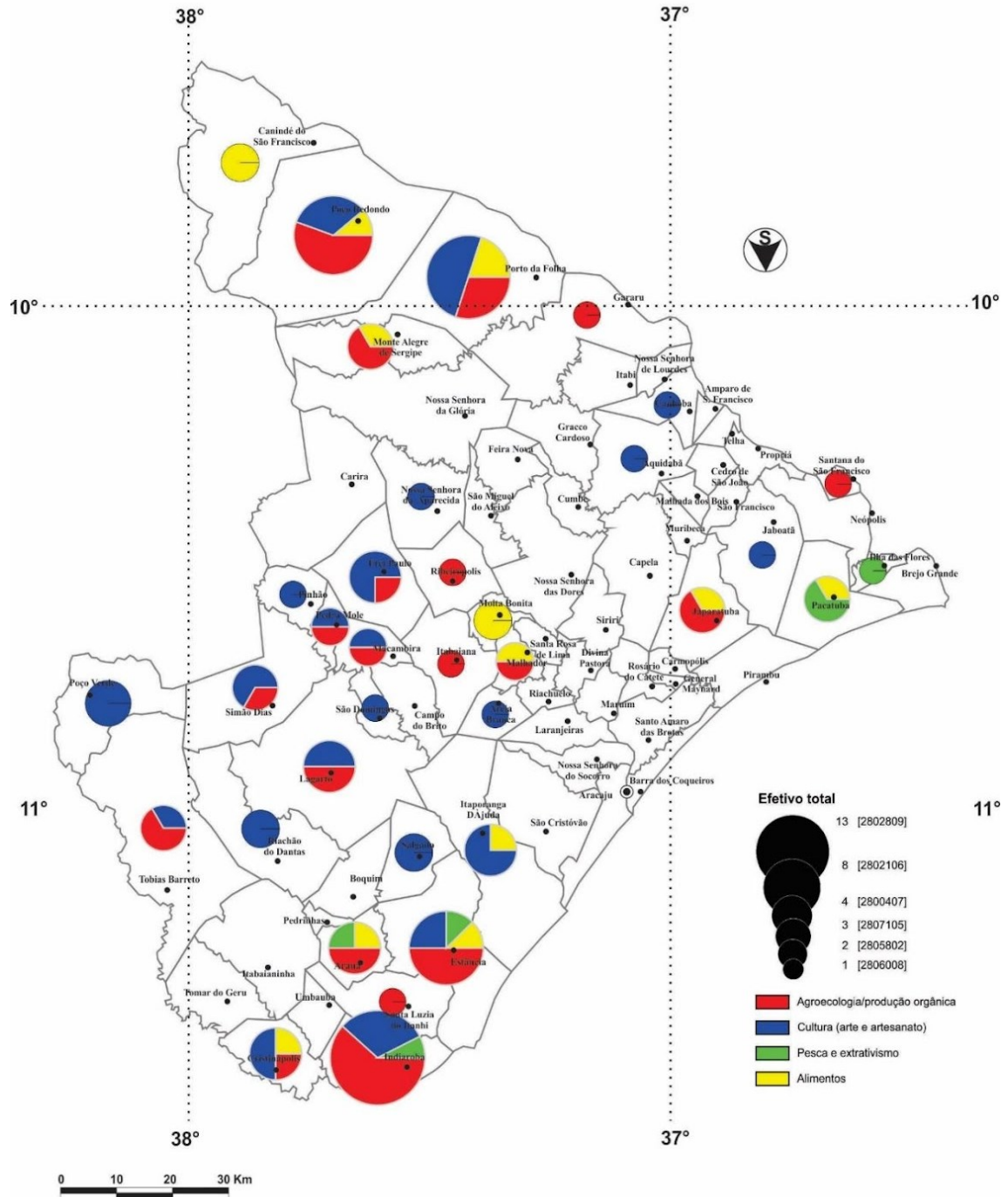
A pluralidade da luta feminista nos faz lembrar Saffioti (1987, p.105) ao afirmar que: “em nenhum país do mundo pode-se falar de feminismo no singular”. Há uma diversidade de perspectivas dentro do feminismo, com o cerne da problemática de gênero que afeta ao conjunto das mulheres, mas obviamente não da mesma forma. Por sua vez a realidade material aprofunda a heterogeneidade do conjunto dos movimentos. É a pluralidade das pautas que reflete, por sua vez, as demandas da realidade material das quais essas mulheres (sobre)vivem.

O mapeamento e espacialização das mulheres organizadas no campo sergipano foi realizado até abril de 2017, onde registramos 856 mulheres, organizadas em 105 grupos, como apresenta o mapa a seguir, em que destacamos a relação de trabalho como base para categorização, por proximidade em suas ações em: agroecologia, alimento, cultura e pesca.

No mapa categorizamos como Agroecologia, grupos de produção agroecológica e orgânica, que em sua maioria, quando visitados, se tratavam de produção agroecológica, mas as camponesas ou desconheciam o termo ou utilizavam o termo orgânico, devido a relação empreendedora ensinada pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE.

Na atividade denominada Alimento estão os grupos que processam e beneficiam a produção: casa de bolo, doces, óleos etc. Os grupos relacionados à Cultura foram designados como aqueles produtores de artesanato e grupos artísticos (teatro, dança), ou que se definiram de acordo com a etnia e cultura como indígena, quilombolas. Para a atividade, Pesca, estão as pescadoras artesanais, marisqueiras e extrativistas, como catadoras de mangaba.

Mapa 1 – Grupos de Mulheres Camponesas por atividade Sergipe - 2016



Organização: Laiany Rose Souza Santos
 Fonte: Trabalho de campo, Sergipe, 2016.

As pautas das mulheres foram expressas nos Planos de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS), construídos por meio da articulação das mulheres a partir da política de desenvolvimento territorial rural sustentável (2015-2017), sistematizados no Quadro 1:

Quadro 1 – Pautas e ações das mulheres – PLANOS DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL – PTDRSs, 2017

| Pautas: | Ações |
|---|---|
| Superar todas as formas de violência contra as mulheres | <ul style="list-style-type: none"> • Ampla divulgação da Lei Maria da Penha e dos mecanismos de enfrentamento (Escolas, Universidades, Associações, igrejas, movimentos sociais e sindicatos, Grupos de mulheres); • Delegacias capacitadas para o atendimento às vítimas de violência com atendimento 24h; • Casa abrigo para medidas socioprotetivas, garantindo também o acolhimento de mulheres que tenham filhos. (Quais os critérios para abrigar, e por quanto tempo pode-se ficar acolhida); • Criação e fortalecimento das coordenadorias e dos conselhos Municipais de Mulheres. |
| Promover a autonomia econômica e financeira | <ul style="list-style-type: none"> • Luta articulada para Reformulação da Lei do PRONAF para que as Mulheres possam efetivamente acessar a linha PRONAF Mulher, garantindo que exista teto disponível independentemente do cônjuge ter acessado o teto máximo; • Garantir o acompanhamento permanente de ATER dos grupos produtivos aos grupos de mulheres; • Capacitação e formação em marketing, comercialização e produção. |
| Fomentar a produção e comercialização | <ul style="list-style-type: none"> • Acompanhar, fortalecer e incentivar os trabalhos produtivos nos grupos de mulheres; • Fortalecer os intercâmbios e mutirões dentro dos processos de experiências agroecológicas; • Incentivar e fortalecer os quintais produtivos agroecológicos; • Fortalecer as feiras da Agricultura Familiar no território; • Isenção do imposto para os produtos da agricultura familiar nas feiras livres; • Promover geração de trabalho e renda, através do cooperativismo e associativismo (Capacitações e oficinas permanentes); • Adquirir maquinário apropriado para produção do óleo de coco; • Estabelecer parceria com IFS para realização de curso técnico sobre produção de óleo de coco; • Estudos que indiquem técnicas de dessalinização das águas para produção de alimentos nos municípios próximos a Foz do Rio São Francisco. |
| Garantir acesso à saúde | <ul style="list-style-type: none"> • Fortalecer e incentivar o cultivo e tratamento com ervas medicinais pelas mulheres nos quintais produtivos; • Informar a sociedade da importância do uso dos remédios fitoterápicos, produzir materiais informativos; • Saúde Pública: promover a ampliação do atendimento à saúde de forma humanizada, para realização de exames, consultas especializadas e diversificadas, específicas para as mulheres; • Resgatar as sementes crioulas e valorizar o conhecimento fitoterápico, ofertando como alternativa aos tratamentos convencionais do SUS; • Ampliar, qualificar e humanizar a atenção integral à saúde da mulher no Sistema Único de Saúde; |
| Construir relações de gênero igualitárias | <ul style="list-style-type: none"> • Formação continuada e ciclo de debates sobre relações e desigualdade de gênero para todos e todas profissionais da Educação através das secretarias Municipais e Estadual de educação; |

| | |
|--|---|
| | <ul style="list-style-type: none"> • Ações educativas dos CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) nas escolas, comunidades, grupos produtivos, associações, com acompanhamento de psicólogos; • Combater as desigualdades de gênero partindo de processo claro de debates nos grupos de trabalho, inclusive nas plenárias territoriais; • Promover a formação de gestores/as e servidores/as estaduais e municipais de gestão direta, profissionais da educação e estudantes dos sistemas de ensino público de todos os níveis nos temas da equidade de gênero e valorização das diversidades. |
|--|---|

Fonte: PTDRS Sul Sergipano, PTDRS Baixo São Francisco, PTDRS Sertão Ocidental, 2017. Organização: Laiany Rose Souza Santos, 2018.

Observa-se um quadro que demonstra como o processo de participação na construção do individual/coletivo exige superação para “sair de casa”, mas também para participar e permanecer na atuação com toda carga de trabalho, já que não há socialização das atividades que a sociedade compreende como “trabalho de mulher”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através do mapeamento e espacialização das organizações de mulheres em Sergipe podemos perceber a diversidade do feminismo que aponta pautas que se especializam e territorializam.

Esse conjunto de pautas e ações, apresentados nos Planos de Desenvolvimento Rural Sustentável – PTDRSs, indicam as necessidades concretas das mulheres camponesas, assim como, notamos que para elas a agroecologia existe como movimento, relação social intra e extra familiar, modelo de produção, comercialização e uma relação sociometabólica que evidencia a possibilidade de equilíbrio entre a natureza e atendimento das necessidades humanas. Através dela é possível acessar a política pública e assessoria técnica. Portanto, a agroecologia aparece na centralidade do debate, nucleando outras demandas.

PALAVRAS-CHAVE: Feminismo, movimento de mulheres, território, agroecologia.

REFERÊNCIAS

FRACCARI, Glaucia. **Os Direitos das Mulheres: feminismo e trabalho no Brasil (1917-1937)**. FGV Editora, São Paulo, 2018.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. Feminismos e seus frutos no Brasil. In: SADER, Emir(org.). **Movimentos sociais na transição democrática**. São Paulo, Cortez. 1987.

ENTRE OS SEMIÁRIDOS DO BRASIL E DE PORTUGAL: O QUADRO DO ACESSO À ÁGUA PARA A AGRICULTURA FAMILIAR

Mateus Costa Santos

Universidade Federal de Sergipe - UFS
E-mail: mcsantos31@academico.ufs.br

José Eloízio da Costa

Universidade Federal de Sergipe - UFS
E-mail: eloziocosta@academico.ufs.br

INTRODUÇÃO

O objetivo desse estudo versa sobre as similaridades, diferenças, fragilidades e potencialidades presentes nas formas de acesso à água e nas configurações da agricultura familiar em áreas de clima semiárido do Território Sudeste Baiano (TSB) no Brasil e do Baixo Alentejo em Portugal. Inicialmente, não se trata de um estudo comparativo, embora haja níveis de confrontação possíveis, mas é trazido à tona perspectivas para a análise da distribuição e acesso à água com inspiração nas duas realidades, uma brasileira e outra portuguesa/ europeia por meio das diferentes condições e respostas dos domínios público e privado face às restrições ambientais voltadas para o acesso à água em espaços rurais.

Portugal e Brasil são países que possuem dinâmica singular; todavia aqui há que trazer aspectos no que diz respeito ao processo de disponibilidade, captação e uso da água, sobretudo em espaços rurais, em regiões específicas de cada um. O Alentejo é uma região portuguesa com a população de 704.533 habitantes distribuídos nas cinco sub-regiões (Alto Alentejo, Alentejo Central, Alentejo Litoral, Baixo Alentejo e Lezíria do Tejo), e possui 58 municípios, 299 freguesias e 21 cidades (INE, 2021). Possui uma extensão territorial de 31.603 Km² e a densidade demográfica de 22,3 hab/km². Nesse tópico, em específico, trazemos a discussão da situação da unidade territorial portuguesa chamada Baixo Alentejo, localizada no centro-sul do país.

O Sudoeste Baiano, por sua vez, faz parte de uma regionalização do estado da Bahia, que divide a unidade da federação em 27 territórios de planejamento, e um deles é o território em tela com a composição de 24 municípios. Segundo a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais (SEI, 2021), a população total é constituída por 746.942 habitantes, a quarta maior população entre os territórios baianos, sendo que 35% são rurais e 65% são

urbanos. A densidade demográfica é de, 27,4 hab./km² numa abrangência territorial de 27.275 Km².

A escolha das áreas de estudo é fundamentada nas condições ambientais que ambos os territórios possuem frente às demandas por água e seu uso para o consumo humano direto e indireto (na agricultura familiar e outras atividades), da mesma maneira como a atuação do Estado tem se efetivado no âmbito das políticas públicas hídricas e frente às mudanças climáticas. Neste preâmbulo, a fim de contribuir para o debate, são elencadas algumas análises que têm apoiado na condução da pesquisa, sobretudo na compreensão da situação da água em Portugal, no Baixo Alentejo, assim como resultados em nível brasileiro, observados no Sudoeste Baiano.

METODOLOGIA

O cenário de análise foi marcado pela viabilidade de investigação *in loco* das realidades mencionadas, por meio do financiamento via CNPq (Bolsa de Doutorado Sanduíche) num período de seis meses em 2023. À luz dos procedimentos metodológicos, inicialmente estabeleceu-se contato à rede de pesquisadores do Instituto de Geografia e Ordenamento do Território (IGOT, Universidade de Lisboa), das organizações civis e grupos de trabalho que realizam estudos sobre esse temário e vertentes correlatas em Portugal. Ademais, foram realizadas reuniões em grupos de pesquisa sobre as estratégias para o semiárido alentejano, bem como busca pela literatura proveniente das bases teóricas que referenciam os contextos de estudo, tanto brasileiras quanto portuguesas (CASIMIRO, 1993; RODRIGO, 2009; SANTOS, 2020; CORTEGANO, 2021).

Foram utilizados também dados secundários disponíveis nos *sites* das plataformas do: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do Instituto Nacional de Estatística (INE) e da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais (SEI). A ida aos locais de estudo foi primordial para as discussões propostas e, nesse âmbito, foram realizadas entrevistas e utilizados recursos fotográficos para capturar os fenômenos observados e posterior análise das condições territoriais. O Alentejo, mais precisamente no Baixo Alentejo, uma sub-região, foi o foco da pesquisa em Portugal por conter fenômenos geoambientais muito próximos com a realidade brasileira, sobretudo na região semiárida do Sudoeste Baiano.

No que diz respeito a coleta de dados no ambiente brasileiro, tem-se processado por meio das atribuições próprias da pesquisa de tese de doutoramento. Nela, são coletadas

informações sobre as políticas públicas de água e suas urgências no espaço rural voltadas para a agricultura familiar, como também o processo de acesso à água pela população rural do TSB.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A discussão proposta aqui configura resultados prévios a respeito dos estudos em curso. Sobre a questão da água, o quadro restritivo e o crescimento do consumo hídrico no planeta, são aspectos correlatos às inquietações que estão presentes nas realidades pesquisadas, pois a falta ou o insuficiente acesso à água tornam-se determinantes para o desenvolvimento do espaço rural. A escolha dessas áreas se deve pelo primordial motivo das configurações do acesso à água nesses espaços tendo em vista similaridades geoambientais correspondentes ao clima, à condição hídrica seja na forma superficial ou subterrânea, sua desigual distribuição no espaço e tempo e seu acesso à população (RODRIGO, 2009).

O clima semiárido, presente no Brasil, corresponde a 18% do território nacional com uma população residente de aproximadamente 25 milhões de habitantes e que convivem em tais condições ambientais que influenciam no modo de vida das pessoas, a exemplo da precipitação média de 600 milímetros (IBGE, 2010). A presença do Estado na tentativa de amenizar as nuances socioambientais causadas pelo fator climático é secular e engendrou em contradições oriundas do processo de dominação do território e, por conseguinte da concentração da água. As organizações da sociedade civil tiveram e ainda possuem um papel importante na temática da convivência com o Semiárido (SANTOS, 2020).

No Alentejo, há o predomínio do clima mediterrâneo, temperado pela ação marítima da circulação atmosférica de oeste (oceano atlântico), com o verão quente e seco e chuvas no inverno (CASIMIRO, 1993). À medida que se aproxima do Baixo Alentejo, a desigual distribuição da precipitação e uma irregularidade interanual com pluviosidade inferior a 570 milímetros, tem evidenciado no último século secas severas e de longa duração, o que afeta todo o território e as estimativas apontam para uma redução de 40% e 60% da precipitação anual em 2100 (RODRIGO, 2009). Cortegano *et al* (2021) vão mais a fundo ao colocar, em algumas áreas, como é o caso de Mértola, um cenário de clima seco e árido e as projeções indicam com o agravamento das condições climáticas, há uma acentuada diminuição da precipitação de 483 mm em 2010 para 288 em 2100.

A situação de vulnerabilidade por conta da água traz limitações às atividades socioeconômicas, sobretudo na agricultura afetada pelo conforto térmico, o que leva a um

processo de debilidade socioeconômica, aceleração da migração e despovoamento, o que torna um ciclo vicioso difícil de reverter. É uma realidade presente nos municípios do Baixo Alentejo, onde as limitações físicas (clima e solo) condicionam a economia, mas também o modo de vida e a vontade das pessoas em permanecerem nas comunidades frente a capacidade de lidar com situações extremas com relação ao ambiente, e cabe incluir também, o envelhecimento e a densidade populacional cada vez menor dos Conselhos portugueses. CORTEGANO *et al* (2021)

Tal dinâmica populacional nos rurais do Brasil caminham nesse sentido, todavia o processo de ocupação territorial e a característica produtiva do Sudoeste Baiano ainda permitem uma identidade cultural rural dos municípios que fazem parte, visto que, por exemplo 20 municípios dos 27 que compõem o TSB possuem populações rurais superiores às urbanas. Essa é apenas uma variável no contexto de que as sociabilidades perpassam as ruralidades e mesmo as urbanas possuem “raízes” no rural. Nos municípios do TSB, região de clima semiárido, elemento primordial na tentativa de um esforço no planejamento e execução de políticas públicas que tenham como alvo a redução dos problemas ocasionados pela seca, ora com medidas efetivas e ou com atuações emergenciais alicerçadas no discurso da seca, mas até os dias atuais os trabalhadores do campo se deparam com essas necessidades e urgências de políticas públicas voltadas para o acesso a água.

O tema das políticas públicas e da atuação do Estado adentra na discussão, também como forma de compreender a realidade geoambiental para traçar análises das dicotomias existentes dentro das condições do acesso à água entre os semiáridos do Território Sudoeste Baiano e do Baixo Alentejo, este último altamente dependente da política agrícola como subsídios para a produção agropecuária em seus diferentes níveis de especialização, seja na forma de regadio (irrigação) ou sequeiro.

O uso da água pela agricultura em regiões semiáridas se faz necessário uma adequação dos meios para que o uso hídrico seja possível e com culturas adequadas ao ambiente que estão inseridas. Todavia, segundo Dias (2023), a preocupante diminuição da precipitação e o aumento das áreas de regadio, por exemplo tem colocado em risco todo o controle da quantidade de água disponível pois a demanda está numa corrente maior que a quantidade depositada, daí a necessidade de um modelo de reabilitação dos ecossistemas nas zonas semiáridas do sudeste de Portugal, o que se aplica perfeitamente ao caso brasileiro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objeto de pesquisa sobre água é emergente tanto na ciência, quanto na efetividade das políticas públicas, sobretudo no contexto das mudanças climáticas, visto que, encontra-se distante, frente à ótica da exploração massiva dos recursos naturais, soluções para os problemas estruturais da temática mencionada com relação ao seu acesso pela totalidade da população e da forma desigual da sua distribuição. Ressalta aqui, que não é apenas o elemento do fator climático apenas, mas as tramas que envolvem o controle político dos recursos hídricos, processo visível, embora previamente estudado, no Brasil e em Portugal. A discussão sobre a água e Agricultura familiar, suas condicionalidades, encontra-se em ambos casos com forte atuação do Estado, na inserção das políticas e ou dos programas direcionadas aos agricultores, seja na forma de subsídios ou seguros para produção. No entanto, tem sido apontado pelos estudos maior ocorrência dos episódios de seca e menor disponibilidade de água para a atividade agrícola, o que tem requerido maior atenção a esse quesito, mesmo onde são realizadas a agricultura de sequeiro e a dificuldade por água se estende, também, ao abastecimento público.

PALAGRAS-CHAVE: Acesso à água; Agricultura Familiar; Brasil; Portugal; Semiárido;

REFERÊNCIAS

BAHIA. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia - SEI. **Info Territórios da Bahia**. 2021.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. **Censo demográfico**. Brasília, 2010.

CASIMIRO, P. J. C. C. **Concelho de Mértola: Geo-biografia das mudanças do uso do solo**. 1993. 228 f. Dissertação. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 1993.

CORTEGANO, M. *et al* **‘Mértola, a lab for the future’** as a transformational plan for the mediterranean semiarid region: A learning case based on landsenses ecology, *International Journal of Sustainable Development & World Ecology*, 2021. DOI:

10.1080/13504509.2021.1920059

DIAS, C. **Não há água para tudo no Alqueva: consumo para regadio está no limite**. Público. 2023. <<https://www.publico.pt/2023/04/09/azul/noticia/nao-ha-agua-alqueva-consumo-regadio-limite-2045439>> Acesso em 10 de abril de 2023.

PORTUGAL. Instituto Nacional de Estatística - INE. **Censo demográfico**. Lisboa, 2021.

RODRIGO, I. G. **As secas: contextos, atitudes e comportamentos**. Baixo Alentejo Interior (1932-1995). Lisboa. IsaPress, 2009

SANTOS, M. C. **O Antigo Debate e as Novas Abordagens das Políticas Públicas de Acesso à Água no Espaço Rural: um estudo do município de Aracatu – BA**. 2020. 145 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2020.

AGRADECIMENTOS

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq); Grupo de Pesquisa sobre Transformações no Mundo Rural (GEPRU); Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGeo/UFS); Universidade de Lisboa (ULisboa); Instituto de Geografia e Ordenamento do Território (IGOT)

A LÓGICA DO CAPITAL NO PROCESSO DE REPRODUÇÃO DO ESPAÇO NO/DO CAMPO E SUA LEGITIMAÇÃO VIA LDB 9.394/96

Ricardo Menezes Santos
GPECT-CNPq-UFS/SEDUC-SE
ricardo1menezes@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

O espaço geográfico é produzido como locus da reprodução do capital. Em sua ganância de expansão e geração de lucro, todos os espaços da terra são submetidos às imperiosidades do sistema que, de forma desigual e combinada, promove a valorização de determinadas áreas em detrimento de outras, onde a desvalorização e a produção da miséria se estabelecem no ciclo da diferenciação espacial no processo de acumulação. Entretanto, não há fixidez nesse processo, a volatilidade do capital rearruma temporalmente seus condicionantes podendo permitir a constituição de novos territórios a partir de espaços considerados anteriormente desnecessários, mesmo que de forma relativa. Essa lógica ocorreu a partir dos países centrais, porém, com maior abrangência nos países da periferia do capitalismo.

Face a essa realidade, a liberalização dos mercados tornou-se efetiva promovendo grande impacto sobre a produção agrícola tecendo o aporte produtivista com a internacionalização do capital envolvendo trabalho e a terra fomentando a (re) produção do espaço geográfico no/do campo. Para garantir efetivamente essas mutações, o Estado se constituiu no grande aporte do capital para a remodelação das relações a fim de permitir a livre circulação e a desregulamentação dos entraves em qualquer dimensão que pudessem existir, entre elas a ideológica. Nesse sentido, interpõe-se a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB 9.394/96 como forma de sustentação discursiva para as práticas destrutivas do capital no campo do Brasil.

Sob esse dimensionamento pretende-se discutir, neste texto, como a LDB 9.394/96 legitima a partir de suas concepções, no âmbito ideológico, a sustentação da reprodução do capital no/do campo. Esta análise é resultado de parte de pesquisa de doutoramento realizada no PPGEU/UFS. Para sua constituição desenvolveu-se análise da produção capitalista no/do campo brasileiro, tendo o Estado como aparato de sua sustentação para subordinação entre outros condicionantes da Educação, com o fechamento de escolas e via legislação.

Observa-se a lógica da mercadoria e da extração ampliada se transformou na tônica necessária à reprodução social, nesse sentido, são negadas as necessidades humanas e,

contrariado o valor de uso, em nome de uma produção unicamente para o consumo numa esfera de amplificação da produção da riqueza. (CONCEIÇÃO, 2013).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A ação do capital no espaço geográfico produz uma paisagem que responde ao processo de acumulação ditado por ele, assim há toda uma organização estruturada não somente na esfera econômica, mas que abrange a todas as áreas devido à necessidade que o sistema apresenta de solidificar suas engrenagens para daí formalizar suas fronteiras, seu território. (HARVEY, 2004).

Nesse escopo, a finalidade sociometabólica do capital é a auferição de lucro. Para efetivar essa realidade, a exploração do trabalho ocorre em todas as dimensões da existência humana. Essa é a centralidade e, diante de sua crise estrutural, no atual período o processo de destruição do trabalho em diferentes escalas alcança todos os níveis sociais. (SANTOS, 2020).

Alteram-se as configurações das relações de trabalho para atender aos ditames da lógica da subversão do valor de uso para o valor de troca, sequestrando a condição humana a partir dos interesses próprios das necessidades do mercado. Sob esse formato, o valor de troca subordina todas as estruturas definindo todas as relações e produzindo todos os espaços a partir da realização do capital. Isso significa que não há configuração espacial que não esteja mediada pela lógica capitalista.

Para o atendimento dessa realidade, o campo é sujeitado às variadas formas de acumulação, mais especificamente à monopolização e territorialização do capital. A visualização tácita dessa afirmação é o avanço do agronegócio com a destruição do trabalho camponês e ao mesmo tempo a sua utilização. A necessidade de domínio da terra para extração do mais valor materializa as investidas do sociometabolismo capitalista, pois comprime o campesinato, na busca pela sua territorialização e retira todas as possibilidades de sua busca por resistência como, por exemplo, a escola do campo.

O modo de vida camponês perpassa pela continuidade de suas formas de reprodução, entre elas está a permanência da escola do campo como guardião de traços de sua historicidade, enquanto ser que produz e se reproduz. É a sinalização de sua existência e enraizamento na terra. A expansão do agronegócio tem possibilitado um crescimento contundente de fechamento de escolas do campo, fato que se direciona contrariamente ao direito constitucional à educação, como permanência e garantia da reprodução camponesa.

As justificativas para o fechamento das escolas do campo estão atreladas às questões de financeiras. Alega-se que impossibilidade de manutenção. Sob essa afirmação sustenta-se a redução das taxas de matrículas, incidindo na redução de investimento financeiro, inclusive do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica – FUNDEB. Os discursos dos gestores municipais enveredam-se por essa máxima, pois afirmam não haver rentabilidade a manutenção dessas instituições considerando a necessidade de garantia de estrutura para o funcionamento. Esses aspectos direcionam os estudantes do campo para a nucleação com a transferência dessas matrículas para as escolas urbanas. (CORREIA, 2018).

Essa possibilidade de fechamento está referendada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira – LDB – 9.394/96, em seu artigo 23. O papel da LDB e sua centralidade para as definições referentes a educação, implicam diretamente sobre a sociedade e o seu controle enquanto instrumento de formação da população brasileira. É fundamental o papel do Estado no processo de constituição da legislação educacional do país e o contexto dessa em sua imbricação com a estrutura econômica, definidora das questões relativas ao trabalho, sendo possível compreender como a realidade espacial é produzida no campo.

Sob tal aspecto, entende-se que as relações de mercado não se fecham somente no desenvolvimento da produção, mas se alicerçam também em dimensões como a questão ideológica ao definir o agronegócio como solução para as necessidades do campo, como provedor de alimento a partir da modernização da agricultura. Não há necessidade de homens, dessa forma, não há necessidade de escolas. A terra é para o negócio. (CALDART, 2009). Nesse sentido, a Lei de Diretrizes e Bases – LDB 9.394/96 é essencial, pois, sua flexibilização respalda as assertivas capitalistas no avanço da expropriação do campo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O campo ao ser apropriado por esse sistema metabólico reflete os resultados da apropriação privada e, frente a tal realidade, se consolida como espaço do capital para a fomentação do mais valor. O fechamento das escolas do campo materializa o desenraizamento do camponês da terra, sua condição de vida e trabalho, para o avanço do agronegócio. Face a realidade de desmobilização de uma educação do campo, observa-se a forte presença do Estado como articulador da base legal, via LDB 9.394/96, como sustentação ideológica da lógica de mercado no processo de expansão da busca pelo valor de troca e expropriação da condição de vida do camponês.

PALAVRAS-CHAVE: produção do espaço, campo, Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB.

REFERÊNCIAS

CALDART, Roseli Salete. Educação do Campo: notas para uma análise de percurso. **Revista Trabalho, Educação e Saúde**. Rio de Janeiro – RJ, vol.7, n.1, 2009, p.33-63. Disponível :<<http://dx.doi.org/10.1590/S1981-77462009000100003>> Acesso em: 23 de novembro de 2018

CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. Estado, Capital e a farsa da expansão do agronegócio. **Meridiano** - Revista de Geografia, Buenos Aires: Centro de Estudios Alexander von Humboldt, n. 2, p. 81-104, 2013. Disponível em: <<http://www.revistameridiano.org/n2/05/>>. Acesso em: 07 de novembro de 2018

CORREIA, Elis Santos. **O Fechamento das Escolas do Campo em Sergipe: territórios em disputa (2007-2015)**. 211f. 2018. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós Graduação em Educação, Universidade Federal de Sergipe – UFS, São Cristóvão, 2018. Disponível em: <http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFS2_64c9b7e7e7771df5def6dad26d2e94c6>. Acesso em: 02 de novembro de 2018.

HARVEY, David. **O Novo Imperialismo**. São Paulo, editora Loyola, 2004.

SANTOS, Ricardo Menezes. **A Lei de diretrizes e bases da educação - LDB como estratégia do estado para a acumulação capitalista e suas reconfigurações na produção desigual do espaço**. 2020. 328 f. Tese (doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2020.

MINERAÇÃO E DEGRADAÇÃO DA NATUREZA, DA SAÚDE E DA PRODUÇÃO CAMPONESA NOS MUNICÍPIOS DE CAETITÉ, PINDAÍ E LICÍNIO DE ALMEIDA- BA.

Fernanda Oliveira Rodrigues
Universidade Federal de Sergipe
f.oliveira2011@yahoo.com.br

Alexandrina Luz Conceição
Universidade Federal de Sergipe
alexandrina.luzconceicao@gmail.com

INTRODUÇÃO

O presente estudo é produto do projeto de pesquisa desenvolvido por meio da construção de nossa tese de doutoramento, tendo também a parceria com os movimentos sociais e financiado pela instituição Rede Cáritas Alemã e Comissão Pastoral da Terra, trata-se de uma investigação dos impactos provocados pela mineração de ferro e seus efeitos para a saúde, ambiente e trabalho das populações das comunidades impactadas pelo Projeto Pedra de Ferro da empresa Bahia Mineração, nas mediações do sul de Caetité, nordeste de Pindaí e norte de Licínio de Almeida, no estado da Bahia.

Esse estudo, se trata de uma demanda concreta compreendida enquanto necessidade no decorrer das experiências de enfrentamento a esse modelo de mineração na região, aponta para a importância de sistematizar em dados científicos os impactos socioambientais que já vivenciam as comunidades, respondendo à demanda por informações do trato científico, fortalecendo entre outras questões, os processos de organização comunitária; formação; denúncia e articulação geral da luta pela garantia do cumprimento das condicionantes e pela autonomia da população trabalhadora frente às expropriações e condições de miserabilidade a que são submetidas no processo de avanço das empresas mineradoras.

O processo investigativo tem ocorrido por meio da pesquisa de campo com a realização de entrevistas e aplicação de questionários, análise por meio do sensoriamento remoto, coletas de informações de trato espacial e a análise teórica que nos permite compreender o processo de apropriação da natureza e degradação do humano na territorialização do capital via empresas mineradoras.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A região afetada pelo projeto Pedra de Ferro está localizada nas mediações do sul de Caetité, nordeste de Pindaí e norte de Licínio de Almeida. É impactada pela extração do minério de ferro, pela construção da Ferrovia de Integração Oeste-leste e pela instalação de parques de energia eólica. Segundo levantamento e pesquisa de campo realizado pela CPT(2016 a 2018) e por Rodrigues (2019), há 28 comunidades em conflitos com o projeto Pedra de Ferro da Bamin, naquele momento, foram identificadas 1684 famílias, localizadas nas adjacências citadas, que têm sofrido desde a chegada do projeto minerário, a partir do ano de 2007, desde violações decorrentes da privatização da terra nas áreas do gerais, bem como, e, principalmente pela apropriação privada das águas, destruição de nascentes e córregos, poeira e material particulado advindo do processo extrativo.

A área da mina está localizada na formação geomorfológica da Serra Geral do Espinhaço, um conjunto de relevo que se estende desde o estado de Minas gerais até a Chapada Diamantina, na Bahia. Na área de localização das estruturas do projeto Pedra de Ferro, tal conjunto orográfico apresenta características peculiares pela composição rochosa de material, cuja mineralogia quartizítica resiliente, apresenta disponibilidade da composição hídrica que abastece a região, seja pelo escoamento das águas superficiais no divisor das bacias hidrográficas, seja nas fendas rochosas cujo lençol freático apresenta potencialidade hídrica vital para a manutenção do equilíbrio de todo o ecossistema regional, bem como água para as populações tanto do campo e da cidade.

Pela especificidade orográfica e características hipsométricas (estar nas maiores altitudes da região), a área apresenta condições edafoclimáticas peculiares, o que a caracteriza sob três aspectos muito relevantes do ponto de vista da compreensão e manutenção do equilíbrio sociedade e natureza, portanto, áreas que necessitam de preservação, a saber:

- 1- É uma área dispersora de ventos para toda região, portanto, ao analisar partindo dessa variável, é preciso levar em consideração que a poeira e o material particulado decorrente das extrações realizadas na mina podem afetar até mesmo populações mais distantes, e que não são citadas nos documentos legais de levantamento de impactos feitos pela empresa, a exemplo do RIMA.
- 2- É uma área divisora de águas, cujos cursos hidrográficos correm a oeste para os afluentes do São Francisco, a leste para o Rio de Contas.

3- Pelos dois aspectos anteriormente citados, a área apresenta a ocorrência de espécies endêmicas de fauna e flora que necessitam e urgem de preservação, a exemplo das plantas popularmente conhecidas como arnicas, ocorrentes apenas na região da Serra Geral, além da presença de insetos bioindicadores como as galhas.

Os 3 aspectos componentes da dinâmica ambiental da área a investigada são imprescindíveis para manutenção da vida e do trabalho das famílias camponesas, cujos antecedentes familiares já estabeleciam seus vínculos territoriais há mais de 2 séculos. Após 16 anos de instalação da Bamin, consta-se uma série de violações ao direito dessas comunidades que perpassam desde a proibição ao acesso às nascentes que sempre fizeram usufruto, diminuição da produção camponesa ocasionada pelo cercamento e privatização das terras, emigração de moradores para as periferias urbanas, principalmente moradores das comunidades mais próximas à mina, pauperização e superexploração dos trabalhadores realocados de Antas e Palmito.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o andamento da pesquisa, foi possível analisar o rebaixamento do lençol freático, a intensificação dos problemas de acesso à água e a consequente destruição do trabalho comunitário camponês, que a exemplo das 15 famílias expropriadas(reassentadas) pela Bamin, ao serem obrigadas à escassez de água, perdem mais de 80% de sua produção, as sementes crioulas que possuíam, o que resultará na pauperização, endividamento financeiro para adquirir a alimentação básica, bem como a disputa e a rivalidade entre os grupos familiares que outrora exerciam agricultura de forma comunitária na área do Gerais.

Verifica-se também processos de adoecimento, principalmente ligados à ansiedade e depressão, cujos depoimentos dos atingidos mostram a preocupação com a perda da plantação devido à falta de água e as dívidas como principais causadores de adoecimento mental.

No processo de expansão das empresas mineradoras, a principal contradição que norteia essa relação se dá pela da subordinação do trabalho ao capital, “capital é trabalho social se autovalorizando de forma descontrolada e controlando toda a sociedade e sua relação com a natureza” (Conceição; Fontenelle, 2021). Os efeitos e impactos da mineração na mesorregião do Centro-sul baiano são circunscritos na totalidade do modo de produção capitalista, por isso

apresenta suas contradições presentes na ativação dos limites destrutivos do capital, cujo furibundo avanço depaupera e faz tão confirmadamente hécticos todos aqueles que trabalham.

PALAVRAS-CHAVE: Mineração; Miséria; Expropriação; Natureza; Trabalho.

REFERÊNCIAS

BAHIA MINERAÇÃO. **Relatório de impacto ambiental Mina Pedra de Ferro**. Belo Horizonte, 2009.

CONCEIÇÃO. Alexandrina Luz. A geografia do espaço e da miséria. *Revista Scientia Plena* vol. 1, num. 6, 2005.

_____. Estado, políticas públicas e o reordenamento social e territorial do trabalho, in: Estado e políticas públicas: a construção do consenso neoliberal, orgs. Elisário Souza Andrade e Francisca de Paula Santos da Silva, Salvador: EDUNEB, 2012.

_____. A insustentabilidade do desenvolvimento sustentável. *Revista Esquerda Diário*. Publicado em 24 de julho de 2017. <http://www.esquerdadiario.com.br/insustentabilidadodesenvolvimentosustentavel>, acesso em dezembro de 2017.

_____. Usos e abusos da categoria território. *Revista Da ANPEGE*, 17(32), 7–21. <https://doi.org/10.5418/ra2021.v17i32.13582>. 2021.

Dados trimestrais: mineração em números. <https://ibram.org.br/mineracao-em-numeros/>
MÉSZÁROS. István. **A crise estrutural do capital**. São Paulo: Boitempo, 2009.

_____. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. São Paulo: Boitempo, 2002

AMÁLGAMA ENTRE CAPITAL E ESTADO: A EXPANSÃO DA PRODUÇÃO DE MILHO EM SERGIPE VIA AGRONEGÓCIO

Wylamys Bernardo Santos de Lima

Programa de Pós-Graduação em Geografia-PPGEO/UFS
Wylamys@gmail.com

Christiane Senhorinha Soares Campos

Programa de Pós-Graduação em Geografia-PPGEO/UFS
chriscampos@academico.ufs.br

INTRODUÇÃO

No contexto neoliberal, apesar do discurso de um Estado mínimo, esse amplia sua função de garantidor dos direitos da propriedade, que se configura o pilar do desenvolvimento das relações capitalistas, bem como segue fomentando a acumulação de capital tanto através de financiamentos, quanto de múltiplos investimentos realizados por meio de parcerias público privadas. E isso não foi diferente no Brasil, particularmente quando se analisa o avanço do capital no campo, uma vez que a atuação do Estado foi fundamental para o crescimento exponencial do agronegócio no país nesse século XXI.

O agronegócio deve ser compreendido como uma complexa articulação de capitais, orientados no fortalecimento da parceria entre o público e o privado. A lógica de produção do agronegócio se consolida no contexto neoliberal intimamente aliada com a hegemonia de grupos multinacionais, que envolve a aliança entre o Estado e o latifúndio para a ampliação do processo de acumulação no campo (Campos, 2011; Delgado, 2012).

A produção de milho no estado de Sergipe se intensifica sob essa lógica de produção do agronegócio, sobretudo a partir de 2007. Entre os anos de 2004 e 2006, ocorreram no estado, especificamente em Simão Dias, diversos estudos realizados pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), de sementes híbridas e transgênicas adequadas as condições edafoclimáticas específicas do município, visando a implementação da produção de milho em larga escala.

Neste sentido, objetiva-se compreender o papel do Estado neoliberal no intercurso da falácia de Estado Mínimo, a partir da sua atuação na implementação e intensificação da produção de milho via agronegócio em Sergipe, especificamente em Simão Dias. Bem como, analisar a preponderante atuação da Embrapa nesse processo. O presente estudo se constitui

esboço de uma discussão realizada de forma mais aprofundada na pesquisa de mestrado intitulada “Dinâmica do capital e (des)configurações do trabalho: a (re)produção do espaço agrário engendradas pelo agronegócio – uma análise a partir de Simão Dias/SE”. A análise realizada está fundamentada no método Materialista Histórico e Dialético, por possibilitar uma reflexão aprofundada do movimento do capital no campo a partir do agronegócio. Os procedimentos metodológicos utilizados perpassaram a pesquisa bibliográfica, observação sistemática, coleta de dados secundários, e discussões no grupo de pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

No cenário local, a articulação, sobretudo do Estado, tem direcionado políticas públicas para o desenvolvimento da acumulação de capital como elucidou Conceição (2011). As multideterminações realizadas pelo tripé Estado-Capital-Mercado coadunam para o processo de mundialização do capital, que se desenrola assim, de forma desigual e combinada. Produzindo riquezas para uns e misérias para outros. É através da mundialização do capital que um complexo de reestruturação produtiva se desenvolve, impactando assertivamente as estruturas que sustentam o trabalho (Costa, 2015).

A Embrapa surge especificamente na década de 1970, com objetivo direto de impulsionar o desenvolvimento no setor agropecuário e agrícola brasileiro. Com o passar do tempo, a empresa vai se adequando às novas realidades e vai assumindo enquanto missão o desenvolvimento e adaptação de tecnologias para almejar os fins objetivos de sua fundação.

Cardoso (2022) aponta que ocorreram mudanças significativas no processo de pesquisa agropecuária entre os anos de 1960 e 1970, que expressaram a incorporação por parte do Estado, como um agente organizador e financiador de pessoal científico para atender as suas expectativas de desenvolvimento agrícola.

Nos seus anos iniciais, a Embrapa direcionou suas ações para o processo de criação de novos produtos e procedimentos, além da absorção, replicação e adaptação de tecnologias em operação no exterior, e em instituições predecessoras. Era de extrema proficiência construir sistemas de produção, criar pacotes tecnológicos que incluíssem os agricultores, os produtores de maquinários e insumos agrícolas para ampliar a industrialização do campo (Cardoso, 2022).

Cunha (2015) afirma que, sob a influência das forças expansivas do capital, qualquer inovação tecnológica ou política é assimilada e validada para atender às suas exigências, visto que representa uma forma irresistível de exercer controle. Nesse contexto, a atuação do capital

em diversos setores tende a monopolizar produtos e serviços, com o propósito de subjugar todos ao ciclo de produção que impõe suas diretrizes. A possibilidade de incorporação de alta tecnologia é reiteradamente seletiva e excludente, visto que, os custos para a aquisição são sumamente elevados, e quando realizados são regidos pelo mecanismo de subordinação aos empréstimos em instituições financeiras (Oliveira, 2007).

Cardoso (2022) afirma que uma interdependência se manifesta entre a pesquisa agropecuária e o caráter público, executada e coordenada em nível federal pela Embrapa, e as corporações internacionais atuantes no campo de dos equipamentos agrícolas. O autor destaca ainda que os grupos capitalistas privados, sobretudo os de atuação multinacional, se apropriam das atividades que ostentam mais rentabilidade ou que têm maior potencial de gerar lucros, enquanto as que não se enquadram nesse perfil permanecem submetidas à incumbência estatal. No contexto de Sergipe, atividades de pesquisa agropecuária já estavam em andamento antes do estabelecimento da Embrapa. Contudo, a dinâmica sofreu uma transformação significativa com a criação de sua unidade local (Embrapa Tabuleiros Costeiros), marcando o início de um alinhamento com a abordagem nacional e a implementação de um controle mais estruturado das investigações no setor agrícola. As pesquisas preliminares concentravam-se nos cultivos predominantes no estado, a saber: algodão, feijão, coco, mandioca, milho, bem como nas atividades de pecuária de corte e leite (Cardoso, 2022).

A produção de milho em Sergipe durante as últimas três décadas do século passado exibiu um padrão de equilíbrio moderado. No período compreendido entre 1976 e 2000, a média anual da produção estadual permaneceu abaixo de 65 mil toneladas. Entretanto, a produção de milho em Sergipe aumentou vertiginosamente nas últimas duas décadas, principalmente a partir das safras de 2007/08. Ultrapassando 1 milhão de toneladas na safra de 2013.

Em Simão Dias a produção de milho no ano de 2000 estava em cerca de 8.500 toneladas, já no ano de 2010 já se encontrava em cerca de 150.150 toneladas produzidas. E no ano de 2020 chegou a 177.408 toneladas. Na segunda década do século XXI, observamos uma continuação do crescimento na produção de milho em grãos, mensurada em toneladas, no município. Esse aumento se deu mesmo diante de uma considerável estabilidade na área colhida, medida em hectares. Mesmo mantendo uma área de colheita relativamente constante ao longo dessa década, a produção de milho em toneladas aumentou de maneira significativa, mantendo um nível cerca de 18 vezes superior em comparação com os três primeiros anos do século.

Durante o período de 2001 a 2019, a produção de milho apresentou um padrão de variação bem marcante, com altos e baixos notáveis. O salto a partir de 2007, está relacionado com o contexto desenvolvimento de pesquisas agropecuárias, bem como, se relaciona com o processo de inscrição do milho como uma das principais *commodities* agrícolas na escala estadual, nacional e mundial.

Neste sentido, é possível observar os interesses diretos da execução desse projeto modelo, alcançar maiores índices de produção e rendimento, para inserir Simão Dias no mapa de produção de *commodity*, dentro do contexto sergipano. A partir da comoditização do milho, desenvolveu-se o processo de monopolização e oligopolização, bem como a desnacionalização no domínio de produção a partir, sobretudo, do milho híbrido (Cardoso, 2022).

O milho se tornou uma importante fonte da alimentação animal, sendo utilizado na produção de rações para aves, suínos e bovinos. O crescimento da indústria de carnes no Brasil tem forte relação com o aumento da produção do grão. O milho também é utilizado na produção de etanol. Bem como, o Brasil é um dos principais exportadores mundiais, levando o milho ao mercado internacional.

Cardoso (2022) evidencia que o número de recomendações técnicas aumentou ao longo dos anos. Com indicação dos melhores tipos de híbridos a serem utilizados, e em que tipo de área, como manejar a produção, entre as demais indicações relacionadas a controle de pragas e doenças. A cadeia produtiva do milho sob a lógica do agronegócio em prol do atendimento ao mercado, se tornou possível através da utilização dos pacotes tecnológicos, que incluem: maquinários intensivos, sementes transgênicas, agrotóxicos, etc. De acordo com Cunha (2015) por meio do estabelecimento de parcerias com transnacionais produtoras de agrotóxicos e sementes transgênicas o trabalho de pesquisa e inovação realizado pela Embrapa vai sendo privatizado.

De acordo com o Censo Agropecuário (1995-1996), no estado de Sergipe, aproximadamente 2.984 tratores eram utilizados nas lavouras. Além disso, o estado possuía 578 unidades de máquinas e instrumentos agrícolas destinados ao plantio, 149 para colheita e 1.760 instrumentos de tração mecânica para o processo de aragem.

Ao longo das últimas duas décadas, observou-se um marcante aumento na adoção de maquinários no processo produtivo do milho. Esse movimento, de introdução e intensificação da utilização de maquinários se insere no contexto de tentativa de impulsionar a produção,

entretanto, com a automação de diversas etapas, como o plantio, o cultivo e a colheita, culmina na redução da demanda de força de trabalho para realizar determinadas atividades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do trabalho, torna-se evidente o papel desempenhado pelo Estado no desenvolvimento e na expansão do agronegócio do milho. Em um contexto marcado pela influência das políticas neoliberais, são conspícuas as transformações no papel do Estado, que, sustentado num discurso do Estado mínimo, assume um papel estratégico de impulsionamento e fortalecimento do agronegócio, especificamente no que concerne a produção de milho.

O Estado, não se exime da responsabilidade de promover as parcerias entre o setor público e privado, estabelecendo seu caráter de atendimento ao mercado, e se posicionando como um garantidor dos direitos de propriedade, que é essencial para o desenvolvimento do agronegócio.

A implementação de políticas públicas voltadas para o agronegócio, aliada à atuação estratégica da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), desenha um panorama onde o Estado se torna um agente propulsor da pesquisa, inovação e modernização na produção de milho. A Embrapa, ao estabelecer parcerias com grandes empresas do setor, desempenha um papel fundamental na introdução de tecnologias avançadas, contribuindo para a maximização do lucro. O desenvolvimento expressivo na produção de milho, notadamente em Sergipe, e em particular, Simão Dias, é resultado direto da articulação entre o Estado e o agronegócio.

Importante salutar que o papel do Estado na dinâmica da produção agrícola em Sergipe, vai assumindo outro contorno ao longo do tempo. Se no início sua atuação estava baseada em uma articulação direta para operacionalização do capital no campo, atualmente seu papel vem se tornando mais como um agente de perpetuação dessa dinâmica produtiva.

Portanto, o neoliberalismo não restringe a atuação do Estado, pelo contrário, reconfigura esse amálgama entre o Estado e o Capital, que é essencial para o desenvolvimento capitalista. Em vez de uma ausência completa, o neoliberalismo propõe uma intervenção do Estado que favoreça o funcionamento do Mercado. A relação Estado-Capital é transformada para se adequar aos princípios capitalistas de acumulação e de maximização dos lucros.

PALAVRAS-CHAVE: Agronegócio, Relação Capital, Estado.

REFERÊNCIAS

- CAMPOS, Christiane S. S. **A face feminina da pobreza em meio à riqueza do agronegócio: trabalho e pobreza das mulheres em territórios do agronegócio no Brasil - o caso de Cruz Alta/RS.** Buenos Aires: Outras Expressões/Clacso, 2011.
- CARDOSO, Victor de S. **A Embrapa na reprodução do capital no campo.** 2022. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2022.
- CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. **A Expansão do Agronegócio no Campo de Sergipe.** *Revista Geonordeste*, Ano XXII, n.2, 2011. p. 1-16.
- COSTA, Katinei Santos. **As façanhas do capitalismo mundializado: a reestruturação produtiva, o processo da desrealização do trabalho na realização do capital.** In. CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz; SANTOS, Fabrícia de Oliveira, (org.). **A natureza imperialista do capital e a falácia do fim da crise.** São Cristóvão: Editora UFS, 2015.
- CUNHA, Jacksilene S. **O agronegócio do milho transgênico no oeste sergipano.** 2015. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2015.
- DELGADO, Guilherme Costa. **Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio.** Porto Alegre, UFRGS/PGDR, 2012.



**DINÂMICAS TERRITORIAIS E
DESENVOLVIMENTO**



MARXISMO E FEMINISMO: UM DIÁLOGO?

Catharina Pena Gomes

Mestranda em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação
em Geografia/PPGEO/UFES

E-mail: catharinapena.ufes@gmail.com

INTRODUÇÃO

O feminismo vem se reafirmando como um movimento emancipatório desde seus primórdios, desafiando a história e a si próprias ao questionarem a ordem estabelecida, reivindicando a igualdade e reafirmando a liberdade, passando a ocupar a cena nos espaços públicos com suas lutas, bandeiras e estratégias, que questionam as bases da exploração-dominância que demarcam a trajetória da mulher ao longo da história patriarcal. O feminismo reivindica a construção de um novo sistema, pautado pela liberdade e igualdade social. Situamos a nossa análise no campo do feminismo marxista, portanto, ancorado em uma perspectiva materialista histórica dialética, trazendo a discussão da totalidade como categoria compatível com a análise de gênero nas relações de sexo.

Segundo Hartmann (1979) argumenta que tanto na análise marxista, no que se refere principalmente ao seu método materialista-histórico, quanto à análise feminista, especialmente quanto a identificação do Patriarcado como uma estrutura social e histórica, devem ser aliadas para compreender o desenvolvimento do capitalismo e sua relação à opressão das mulheres. Pode-se dizer que a perspectiva do feminismo marxista encontra na teoria revolucionária uma estratégia comum: a luta por liberdade, o que necessariamente demanda pensar as relações sociais dentro das contradições e conflitos que os conformam.

Não nos é suficiente pensar nas categorizações individuais do ser homem e do ser mulher ou mesmo nas liberdades de forma individualizada, ainda que isso também seja importante. As diversas opressões e explorações que se expressam na vida dos indivíduos são determinadas estruturalmente pelas relações sociais de sexo – incluindo sexualidade –, raça e classe, que de forma imbricada e dialética configuram múltiplas expressões da questão social, tanto na sua dimensão de desigualdade, como na resistência política. (CISNE, 2008, p. 71)

De forma mais acertada, se entende que as relações de sexo, raça e classe não como antagônicas, mas que dão consubstancialidade e são estruturantes porque determinam materialmente a exploração do trabalho, por meio da divisão de classe e da divisão sexual e racial do trabalho. Somente intervindo coletivamente para a superação das relações antagônicas

é que podemos nos afinar em torno de um projeto emancipatório. Assim, a teoria, a análise e a ação política, de forma articulada são indispensáveis nesse processo de disputa que envolve a luta e a consciência de classe, que para nós, deve ser articulada a uma consciência antirracista, antipatriarcal e anticapitalista. No confronto por um novo mundo, e é preciso entender materialmente, ideologicamente e em uma perspectiva de totalidade, o modelo de sociedade em que vivemos: patriarcal-racista-capitalista.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O entendimento dessa sociedade exige compreender que as classes sociais não são meras abstrações, mas sim relações que envolvem materialidade de corpos reais, que possuem sexo/sexualidade, raça/etnia. Não se trata de dividir e tampouco fragmentar a classe, sendo ao contrário, de entender as particularidades da classe para compreendê-la na sua totalidade, sem perder a unidade em particularismos identitários, que ao dar ênfase apenas nas diferenças, isolam, fragmentam e perdem o que temos em comum e o que nos unifica – a necessidade de um projeto coletivo classista e emancipatório. Segundo Cisne (2018) unidade exige, todavia, o reconhecimento das diferenças. Do contrário seria homogeneidade, e não podemos negar que a classe não é homogênea, posto que é permeada e constituída pelas relações de sexo e raça.

A tradição marxista, construída na perspectiva metodológica do materialismo histórico dialético, desvela as bases concretas das determinações das explorações e opressões na emergência e desenvolvimento do modo de produção patriarcal-racista-capitalista, instrumentalizando a intervir de modo organizado na atuação feminista classista e antirracista. Esse caminho possibilita um entendimento da condição da mulher no capitalismo, bem como a necessidade da participação política como parte da classe trabalhadora na construção de um projeto emancipatório.

Na concepção do feminismo marxista, a subordinação da mulher aos homens está associada à instauração da propriedade privada e da luta de classes. A propriedade, de acordo com a teoria marxiana, teria na família o seu “germe”, na qual, segundo Marx e Engels, em A ideologia alemã, a mulher e as crianças são consideradas escravas do homem. Para os autores, a escravidão aparece de forma ainda latente e muito rudimentar na família, mas já constitui a primeira propriedade (Marx e Engels, 2009, p. 47).

A emancipação da mulher não possui apenas uma dimensão restritamente econômica, já que as relações materiais dominantes se associam às ideologias também dominantes.

Segundo Cisne (2018), abolir a propriedade privada e transformar a economia doméstica individual em uma economia doméstica socializada são premissas indispensáveis para a emancipação, contudo são insuficientes. A transformação da cultura e dos valores é, também, indispensável para tal propósito. Transformar hábitos fortemente enraizados não é fácil. Como ressalta Saffioti (1979), a socialização dos meios de produção e uma legislação não discriminatória são fundamentais para a elevação social da mulher, mas são insuficientes para levá-la à emancipação. Aqui reconhece a superação do capitalismo para a emancipação não apenas da mulher, mas da humanidade.

Nos Manuscritos econômico-filosóficos de 1844, Marx inicia seu desenho sobre a emancipação humana ofertando-nos uma análise crítico-filosófica sobre as relações entre homens e mulheres: Na relação com a mulher como presa e criada da volúpia comunitária está expressa a degradação infinita na qual o ser humano existe para si mesmo, pois o segredo desta relação tem a sua expressão inequívoca, decisiva, evidente, desvendada, na relação do homem com a mulher. (2009 b, p. 104). Marx já denunciava o processo de coisificação da mulher. Assim, ao tratar a mulher como coisa, o homem também se coisifica, ao passo que se desumaniza, “pois quem se satisfaz com um objeto, quem não tem necessidade de entrar em relação com outro ser humano, perdeu toda sua humanidade” (SAFFIOTI, 1979, p. 73-74; grifo de Cisne, 2018).

O fundamento do feminismo sendo a emancipação das mulheres encontra um limite estrutural: o capitalismo. Esse entendimento foi demonstrado por Clara Zetkin, uma das primeiras agitadoras e propagandistas do feminismo socialista. Em 1889, Zetkin profere uma conferência intitulada: “Pela libertação das mulheres”, considerada a primeira declaração política da classe trabalhadora europeia sobre a questão da mulher (González, 2010, p. 61). Nas palavras da revolucionária:

As mulheres operárias estão totalmente convencidas de que a questão da emancipação das mulheres não é uma questão isolada. Sabem claramente que esta questão na sociedade atual não pode ser resolvida sem uma transformação básica da sociedade [...]. A emancipação das mulheres, assim como de toda a humanidade, só ocorrerá no marco da emancipação do trabalho do capital. Só em uma sociedade socialista as mulheres, assim como os trabalhadores, alcançarão os seus plenos direitos. (Zetkin, 1984, p. 64-50)

A luta revolucionária deve estar voltada para a desalienação das relações sociais. Para Samora Machel (1982, p. 18): A emancipação da mulher não é um ato de caridade, não resulta de uma posição humanitária ou de compaixão. A libertação da mulher é uma necessidade

fundamental da Revolução, uma garantia da sua continuidade, uma condição de seu triunfo. A Revolução tem por objetivo essencial a destruição do sistema de exploração, a construção de uma nova sociedade libertadora das potencialidades do ser humano e que o reconcilia com o trabalho, com a natureza. É dentro deste contexto que surge a questão da emancipação da mulher.

Destarte, o feminismo contribui de forma significativa para a compreensão das relações sociais, desvelando de forma crítica a divisão social do trabalho que é atravessado pelas relações sociais de sexo e raça, sendo imprescindível estudar tais relações, que são consubstanciais e coexistentes, como aponta Saffioti.

O importante é analisar estas contradições na condição de fundidas e enoveladas ou enlaçadas em um nó. [...]. Não que cada uma destas condições atue livre e isoladamente. No nó, elas passam a apresentar uma dinâmica especial, própria do nó. Ou seja, a dinâmica de cada uma condiciona-se à nova realidade. De acordo com as circunstâncias históricas, cada uma das contradições integrantes do nó adquire relevos distintos. E esta motilidade é importante reter, a fim de não se tomar nada como fixo, aí inclusa a organização social destas subestruturas na estrutura global, ou seja, destas contradições no seio da nova realidade — novo patriarcado-racismo-capitalismo — historicamente constituída. (SAFFIOTI, 2004)

Considera-se ser indispensável integrar plenamente nas análises os efeitos conjugados de várias relações sociais: sexo (inclusive sexualidade), de classe e de “raça”. Em termos de classe e das relações de exploração, assim, não é possível separar as relações de produção das relações sociais, das quais as relações de sexo e raça são, indiscutivelmente, parte constitutiva.

Trata-se de analisar, por exemplo, que as discriminações de sexo no trabalho não são uma especificidade das mulheres, mas “elementos fundamentais que estão na base da dominação da classe operária” (SOUZA-LOBO, 2011, p. 79). Isso nos leva ao alerta de “evitar a armadilha da dicotomia entre a análise de relações ditas gerais e de relações ditas ‘específicas’, como se existissem relações de trabalho neutras” (Idem, p. 163-164).

Segundo Mirla Cisne (ano 2018), a análise da exploração da mulher no mundo do trabalho não é uma questão de ordem linguística ou meramente gramatical. Ou seja, não se trata de ressaltar que além de trabalhadores, existem trabalhadoras na composição da classe. Trata-se de analisar como as mulheres sofrem uma exploração particular, ainda mais intensa do que a dos homens da classe trabalhadora, e que isso atende diretamente aos interesses dominantes.

Sendo assim, olhar a heterogeneidade da classe possibilita engendrar as táticas que podem se traduzir em ações de resistência coletiva e enfrentamento ao sistema patriarcal-racista-capitalista. Nessa perspectiva, se permite ainda que as discriminações dos sujeitos

não sejam direcionadas apenas aos sujeitos específicos (mulheres negras), mas sejam consideradas como um problema de toda a classe que se pretende revolucionária. É nesse sentido que Simone de Beauvoir (1980, v. 2) afirma: “o problema da mulher sempre foi um problema dos homens”. Afinal, não existe nenhuma questão que afete a mulher e que não seja também uma questão social mais ampla.

A classe, portanto, não é uma massa homogênea, mas tem “raça”/etnia e sexo e o capitalismo utiliza dessas dimensões como “uma estratégia de dividir para reinar” (SOUZA-LOBO, 2011, p. 173). Cada uma das particularidades estruturantes da classe — sexo-“raça”/etnia, imprime determinações e implicações diferenciadas para as mais variadas desigualdades e opressões.

Assim é que as mulheres brancas ganham salários inferiores aos dos homens brancos e superiores aos das mulheres negras e aos dos homens negros; ao mesmo tempo, mulheres brancas podem sofrer violência de um homem negro; a vivência do racismo e da LGBTfobia se diferem segundo a classe; assim como mulheres podem explorar mulheres numa relação de classe. De tal forma que nenhuma das relações sociais (de sexo, raça e classe) podem ser analisadas isoladamente, em virtude das interrelações de poder que permeiam. (CISNE, 2008, p. 80).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Frente ao que foi exposto, que com esse aporte teórico que ressaltamos a importância de um feminismo classista para a luta por uma igualdade social substantiva, o que requer “a construção de um conhecimento verdadeiramente ‘objetivo’ e libertador”, que por sua vez imputa “uma teoria que possa analisar a interdeterminação de classe e as diferenças raciais/étnicas e de gênero”, bem como canalizar esse conhecimento para a luta coletiva pela transformação da sociedade (MATTHAEI, 2002, p. 44).

Tais elementos teórico-metodológicos foram muito importantes no desenvolvimento da crítica feminista, uma vez que permitem desconstruir a ideia de “natureza feminina”, ideia essa por muito tempo central no argumento patriarcal. E dentro dessas análises perceber a perversidade do capital sobre o corpo das mulheres, retirando da mulher o domínio do seu próprio corpo. O controle pelo Estado dos métodos contraceptivos e abortivos, o rechaço do prazer erótico feminino, a justificativa do trabalho doméstico é por natureza trabalho da mulher, todos estes mecanismos de controle dos corpos femininos forma justificados e criados para a continuação de um processo de exploração invisível. (FEDERICI, 2017).

Essa perspectiva demanda não apenas teoria, mas entendimento do feminismo como um movimento social. Como tal, o feminismo envolve uma situação de opressão e um sujeito de revolta, no caso, centralmente, as mulheres. Nesses termos, se as mulheres estão envoltas de desigualdades, podem, por intermédio do movimento feminista, confrontar e resistir à ordem patriarcal-racista-capitalista, vinculando-se à luta contra as expressões da questão social.

PALAVRAS-CHAVE: Feminismo, marxismo, totalidade, gênero.

REFERÊNCIAS

HARTMANN, Heidi. **The Unhappy Marriage of Marxism na Feminism: towards a more progressive union.** *Capitak and Class*, n. 8, p. 1-33. 1979.

CISNE, Mirla. **Feminismo e marxismo: apontamentos teórico-políticos para o enfrentamento das desigualdades sociais.** *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 132, p. 211-230, maio/ago. 2008. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.138>

MARTUSCELLI, Danilo Enrico (org). **Os desafios do feminismo marxista na atualidade/** Danilo Enrico Martuscelli (org). – 1. ed. – Chapecó, Coleção marxismo21, 2020.

MACHEL, Samora. **A libertação da mulher é uma necessidade da revolução, garantia da sua continuidade, condição do seu triunfo.** In: MACHEL, Samora et al. *A libertação da mulher*. 3. ed. São Paulo: Global, 1982.

MATTHAEI, Julie. **Por que os/as economistas feministas/marxistas/antirracistas devem ser economistas feministas-marxistas-antirracistas.** In: FARIA, Nalu; NOBRE, Miriam (Orgs.). *Economia feminista*. São Paulo: SOF, 2002.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Rearticulando gênero e classe social.** In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina. *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.

SOUZA-LOBO, Elisabeth. **A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência.** São Paulo: Perseu Abramo, Secretaria Municipal de Cultura e Brasiliense, 2011

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpos e acumulação primitiva.** São Paulo: Editora Elefante, 2017.

PRODUÇÃO DO ESPAÇO E DESENVOLVIMENTO DESIGUAL À LUZ DA POLÍTICA HABITACIONAL: APONTAMENTOS SOBRE O ESTADO DO PIAUÍ/BRASIL

José Lucas Costa Ribeiro

Prof. Doutorando pelo PPGEO da Universidade Federal de Sergipe (UFS)

E-mail: lucasribeiro.geo@gmail.com

Ana Rocha dos Santos

Prof.^a Doutora do PPGEO da Universidade Federal de Sergipe (UFS)

E-mail: ana68@academico.ufs.br

INTRODUÇÃO

A produção do espaço no modo de produção capitalista tem como base as desigualdades, diferenciações e as contradições da sociedade. O desenvolvimento das relações de produção se especializa como desenvolvimento desigual e combinado, na dialética da articulação Estado, capital e trabalho. As políticas públicas de habitação inserem-se nesse amálgama de relações e de produção do espaço.

Desse modo, o presente trabalho discute política pública habitacional recente, o Programa Minha Casa Minha Vida, com base na forma como ele se especializou no estado do Piauí, haja vista a produção do espaço desigual e fragmentada pelo capital, no contexto piauiense. Nesse sentido, norteia-se pela seguinte indagação, quais as tendências da espacialização do PMCMV no estado do Piauí, tendo como base de entendimento a produção do espaço e o desenvolvimento desigual da reprodução do capital?

O entendimento sobre a atuação das políticas habitacionais no país, notadamente de um estado do Nordeste, como o Piauí, traz relevância e justifica, também, o desenvolvimento do presente escrito, tendo vista o momento político e econômico do país, em que é necessário um olhar para o passado recente e projetar as perspectivas futuras no campo de habitação.

Assim, congregam-se os seguintes objetivos: geral - compreender as tendências gerais do processo de espacialização do PMCMV no estado do Piauí sob as relações desiguais da produção do espaço; específicos - relacionar o PMCMV no âmbito do papel do estado e a questão habitacional nas estratégias de acumulação capitalista no período recente (final do século XX e começo do século XXI), analisar as tendências gerais do PMCMV em sua espacialização no estado do Piauí, tendo em vista os municípios e as faixas de renda. Os procedimentos metodológicos para o cumprimento dos objetivos foram: pesquisa bibliográfica – com base em leituras sobre a temática em foco, utilizando-se de fichas de leitura,

levantamento e coleta de dados em bancos de dados on-line, principalmente sobre o quantitativo de habitações nos municípios do estado do Piauí, além de produção cartográfica.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A compreensão da produção do espaço a partir da totalidade, implica, antes de tudo, um olhar que exacerbe as contradições em movimento de produção e reprodução das relações sociais. A condição de “produção” releva a processualidade imanente ao tempo atual e, denota, a análise geográfica a partir do entendimento do desenvolvimento desigual e combinado.

A investigação da realidade por meio da teoria do desenvolvimento desigual e combinado ganha maior notoriedade com base nos escritos de tradição marxista, principalmente de Marx, Engels, Lenin e Trótski (Marques (2022)). Essa teoria embasa-se no entendimento do desenvolvimento das relações capitalistas de produção no planeta e em cada formação social, em que a produção do espaço faz-se no tensionamento entre diferenciação e homogeneização, fragmentação e articulação, desenvolvimento e subdesenvolvimento.

Na visão de Smith (1988) este processo de desenvolvimento desigual e combinado é, eminentemente, estrutural, ou seja, inerente às próprias condições do capital. “O capital é continuamente investido no ambiente construído com o fito de se produzir mais-valia e expansão da base do próprio capital (p. 19)”. Porém, de forma contraditória, o capital é também retirado de forma regular desse ambiente e transportado para outros lugares com a condição de aumentar suas taxas de mais valor. Dessa forma, Smith (1988) esclarece que “A imobilização espacial do capital produtivo em sua forma material não é nem menos necessária do que a perpétua circulação do capital como valor (p. 19)”. Assim, a produção do espaço sob a condição da fragmentação e da desigualdade é condição fundamental da exploração do trabalho.

O estado do Piauí, assim como o Brasil, é produto desse processo, o que traz à luz várias condições e sujeitos sociais sobre os quais a produção do espaço se faz. O Piauí, dentro de uma visão de totalidade, é historicamente resultado da influência e atuação do capital em sua realização mundial, nacional e local. Essa realidade, na conjuntura atual, entrelaça-se nas contradições pós crise do capital de 1977 à atualidade, na qual a acumulação flexível dá a tônica e a financeirização neoliberal, a congregação política econômica desses processos (Harvey, 2008).

A discussão que se coloca, no presente escrito, joga luz sobre as políticas habitacionais, notadamente o PMCMV e sua inserção no estado do Piauí diante desse espaço que é produto e

produz uma realidade contraditória e desigual. A habitação, vista, nesse sentido, como uma mercadoria importante dentro dos circuitos de produção do valor, à qual está entrelaçada na forma como a produção do espaço se realiza, ao realizar o próprio capital em uma de suas frações.

Nesse sentido, o PMCMV foi uma política pública implementada pelo governo federal a partir de 2009, ainda no segundo mandato do Presente Lula da Silva, e teve várias fases de execução. Na origem, esse programa já revelava seu carácter de estratégia do grande capital, via Estado, para fazer frente a uma crise ensejada pelo próprio capital, a crise mundial de 2008, que nasceu nos Estados Unidos da América e propagou-se pelo mundo. Isto é, era demandado que o Estado injetasse recursos para minimizar os efeitos da crise sobre as empresas do ramo imobiliário do país. Assim, o desenho institucional do PMCMV nasce nesse panorama, onde se privilegiou as demandas do grande capital nacional e mundial (Rolnik, 2019).

A estrutura operacional do PMCMV voltou-se para a construção massiva de novas habitações, principalmente nas cidades; as empresas possuíam mais força para, por exemplo, determinar a localizações e tipologias habitacionais. O financiamento foi direcionado para estratos de renda familiar, conforme Brasil, 2020, foram: Faixa 1 - 1.800 reais de renda familiar; Faixa 2 - até 2.350 e Faixa 3 com renda de 3.600 até 6.500, em 2016 houve o acréscimo da Faixa 1,5 com renda de 2.350 até 3.600. No que se refere à Faixa 1, as famílias que foram beneficiadas eram selecionadas pelas prefeituras municipais por meio de critérios de base socioeconômica, nas demais faixas ocorreu estritamente via mercado imobiliário.

O PMCMV acabou tendo uma produção expressiva no Brasil, principalmente nas cidades, um total de 5.400.000 unidades habitacionais (UH's) (Brasil, 2021). Vários pesquisadores enfatizam que o programa impactou a produção do espaço em várias dimensões, a exemplo das dinâmicas urbanas, sociais e ambientais, tendo forte atuação também no estado do Piauí.

No estado do Piauí, com 224 municípios e uma população de 3.269.200 milhões de habitantes, no período de 2009 a 2020, o PMCMV entregou 91.298 UH's. Essa produção, em termos quantitativos dividiu-se em 54% na Faixa 1, 42% na Faixa 2, 2% na Faixa 3 e 2% na Faixa 3 (Brasil, 2021).

A espacialização do PMCMV no Piauí é desigual e diferencia-se tendo em vista cada Faixa de renda. Em relação às Faixas 1, 1.5, 2 e 3, houve municípios atendidos por uma ou outra faixa, assim como municípios que não foram contemplados em nenhuma das submodalidades.

O território piauiense é diverso do ponto de vista ambiental, bem como em sua formação urbana e econômica; sendo assim, em cada subespaço do estado há a presença de aspectos similares, mas há, também, singularidades de ocupação, inserção nos circuitos econômicos, tecnológicos e na conformação da própria rede urbana. No entanto, o que se sobressai são os interesses diversos, a exemplo dos governos e dos agentes do capital, a conformação dessa dinâmica na condição do desenvolvimento desigual e combinado revela a leitura de como o PMCMV atuou no estado do Piauí, ora como fragmentos que ainda contém práticas de coronelismo e patrimonialismo tradicional, ora com atuação de agentes do grande capital internacional, como no caso da expansão do agronegócio ou nas energias “renováveis”.

Assim, destaca-se como tendência, conforme a espacialização dessa produção, a Faixa 1 com maior número de UH’s construídas, abrangendo 209 municípios, ou seja, 93% dos municípios do estado, essa espacialização abrange muitos municípios de pequeno porte, o que denota a influência das elites políticas locais, principalmente para fins eleitorais. Na Faixa 2, houve a atuação em 155 municípios, a maioria nos maiores centros urbanos do estado, a exemplo da RIDE Grande Teresina, Parnaíba e Picos, ou seja, o capital imobiliário tanto local como nacional com atuação fortemente para a reprodução desse tipo de habitação de mercado.

Nas Faixas 1,5 e 3, as UH’s foram restritas no estado, dos 224 municípios, somente 63 foram contemplados na Faixa 3 (o que equivale a 26% do total de municípios) e menor ainda ocorreu com a faixa 1,5 que só abrangeu três municípios (Brasil, 2021).

De forma geral, os municípios que mais receberam habitações no estado, foram os localizados na RIDE Grande Teresina, quais os passaram por um boom imobiliário atrelado à reprodução do urbano como mercadoria, assim como a polarização da capital Teresina. Os municípios que receberam um número menor habitações estão na porção sul do estado, onde tradicionalmente, os circuitos imobiliários locais são mais restritos, em que a dinâmica do vai e vem do capital, como coloca Smith (1988), o capital se desloca de forma regular para onde a taxa de mais valia é atrativa, e nessas partes do Piauí, em relação ao capital imobiliário não foram atrativas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A dinâmica das políticas de habitação é, assim como da política social de forma geral, atrelada à forma política do Estado, que atende, fundamentalmente ao capital. A produção do

espaço, nos ditames do desenvolvimento desigual coloca aspectos e relações que influenciam a forma como essas políticas, a exemplo do PMCMV se materializam.

No estado do Piauí, é possível perceber que a realidade histórica de produção do espaço congrega intensas diferenciações no que se refere a forma como o PMCMV se estabeleceu no estado, principalmente considerando as Faixas de renda 1 e 2, onde a forma como o espaço foi e é produzido implica a forma como essa política de espacializou no estado.

PALAVRAS-CHAVE: Espaço, Política habitacional, PMCMV, Espacialização.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR). **Relatório do número de unidades habitacionais do Programa Minha Casa Minha Vida**. Brasília, DF: MDR, 2021.

BRASIL. República Federativa do Brasil. Secretaria de Avaliação, Planejamento, Energia e Loteria. **Relatório de Avaliação do PMCMV**. Brasília: SECAP, 2020. Disponível em: <<https://www.gov.br/cgu/pt-br/assuntos/noticias/2021/04/cgudivulga-prestacao-de-contas-do-presidente-da-republica-de-2020/relatorio-de-avaliacaopmcmv.pdf>>. Acesso em 25 jul. 2023.

HARVEY, D. A compreensão do tempo-espaço e a condição pós-moderna. In: HARVEY, D. **Condição Pós-Moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança social**. Edições Loyola, 2008. p. 57-76.

MARQUES, L. S. **Caminhos da recepção intelectual da teoria do desenvolvimento desigual e combinado pela geografia no Brasil**. 389f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo/SP, 2022.

ROLNIK, R. **Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

SMITH, N. Introdução; Para uma teoria do desenvolvimento desigual I: A dialética da diferenciação e da equalização geográficas. In: SMITH, N. **Desenvolvimento desigual**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988, p. 14-26; 149-189.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) do Ministério da Educação - Governo Federal do Brasil, pelo financiamento através de bolsa de pesquisa nível doutorado.

POLÍTICAS DE GÊNERO E SEXUALIDADE NA BAHIA: ANÁLISES NOS TERRITÓRIOS DE IDENTIDADE DO CENTRO SUL BAIANO

Lucas Aguiar Tomaz Ferreira
Universidade Federal de Sergipe – UFS
lucasaguiar04@hotmail.com

Fernanda Viana de Alcantara
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia -UESB
fernanda.alcantara@uesb.edu.br

INTRODUÇÃO

O presente resumo expandido é um recorte da dissertação intitulada “Desenvolvimento Territorial e as Políticas Públicas de Gênero e Sexualidade nos Territórios de Identidade do Centro Sul Baiano” e tem como objetivo de compreender as ações e as políticas públicas de Gênero e Sexualidade na Bahia, em particular, nos Territórios de Identidade: Sudoeste Baiano (TSB), Médio Sudoeste (TMS) e Médio Rio das Contas (TMRC).

Recentemente, observou-se um crescente interesse nessa temática, representando uma inovação no campo da ciência geográfica. Com o propósito de enriquecer essa discussão, buscou-se adotar o território como uma categoria de análise para compreender as estratégias de gestão do estado no sentido de atenuar as disparidades sociais. Isso ocorre por meio da implementação de políticas públicas e da promoção da participação social.

Como aspectos metodológicos foram adotado o levantamento bibliográfico sobre a temática. Também foi realizado um levantamento documental acerca da temática da pesquisa dentro dos espaços de legitimação e participação social existente nos territórios, a exemplo do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (PTDRSS), dos três territórios estudados.

Simultaneamente foi realizado o trabalho de campo com a realização de observações das reuniões do colegiado Territorial do Sudoeste Baiano, e de entrevistas com representantes dos Colegiados do Sudoeste baiano, Médio Sudoeste e Médio Rio de Contas, e do Coletivo Nós da Diversidade, e ainda com as Coordenações de Amparo aos Direitos dos LGBTQIA+ e a de Mulher e da Câmara Gênero dos colegiados dos territórios estudados. Foi realizado registro fotográfico das reuniões e das ações dos movimentos sociais. Os dados secundários foram coletados nas plataformas digitais dos órgãos de pesquisa, tais como: Instituto Brasileiro de Estatística e Geografia (IBGE); a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia

(SEI); a Secretaria de Políticas Públicas para Mulheres (SPM) e a Secretária de Proteção e Amparo aos LGBTQIA+ em cenários estadual e municipal.

Apesar das complexas interações envolvidas na abordagem do desenvolvimento territorial, esta pesquisa se destaca como inovadora dentro da perspectiva da ciência geográfica e também para a sociedade em geral. Seu valor se manifesta não apenas no momento presente, mas também como uma fonte valiosa para estudos futuros, contribuindo para o aprimoramento do planejamento de políticas públicas voltadas para a população LGBTQIA+ e mulheres. Dessa forma, torna-se evidente que a temática de Gênero e Sexualidade está presente nas discussões territoriais por meio dos Planos Territoriais. Constatou-se, no primeiro momento, que há uma desarticulação das entidades e dos espaços de participação e ainda que falta maior integração entre as entidades e ações desenvolvidas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao tratar de desenvolvimento territorial se faz necessário debruçar sobre as contribuições epistemológicas da categoria território. Neste sentido, observa-se as contribuições de Raffestin (1993) que não se deve equivaler a categoria espaço e território, pois o território é uma produção do espaço. Assim, Souza (1995) expressa que a categoria é delimitada pelas relações de poder, ao corroborar com essa perspectiva destaca-se Silva e Ornat (2014) ao acrescentar as relações de poder que se ampliar para além do estado, desta forma, o território se define por meio das disputas que envolve gênero e sexualidade.

No que se refere ao dinâmica do desenvolvimento territorial, Haesbaert (2010) pontua que a utilização da categoria território para implementação de políticas públicas não é característica apenas do Brasil, mas também de outros países que adotaram como forma de ordenamento e planejamento. Neste cerne, Alcantara (2013) aborda que as categorias de análises da geografia vêm sendo utilizadas e direcionadas para o planejamento e gestão de política públicas, neste caso, merece destaque o território. Pois, esta categoria possui ações diretamente vinculados à reprodução da sociedade no espaço.

Na perspectiva institucional, a Secretaria de Desenvolvimento Territorial segundo Dias (2016) dá suporte a um processo que envolvesse as questões sociais com o desenvolvimento econômico. Por este motivo, o desenvolvimento territorial se dá por meio da mobilização de fatores econômicos, sociais e políticos/institucionais. Assim, é possível trazer as contribuições

de Sen (2000) que diz que o desenvolvimento está muito além da acumulação de riquezas e do crescimento econômicas, e sim, no desenvolvimento social dos sujeitos.

A consolidação da política de desenvolvimento territorial na Bahia é efetivada por meio da criação dos Territórios de Identidade, os quais contam com espaços de participação conhecidos como colegiados territoriais. Esses colegiados são compostos por representantes de diversos setores dos municípios, abrangendo tanto a sociedade civil quanto o poder público. No âmago dessa estrutura, nota-se uma estratégia gradual do Estado em direção à concepção de Sen (2000), pois, por meio da dinâmica territorial, as pessoas adquirem autonomia e participação ativa no planejamento e na implementação das políticas públicas.

No entanto, é preciso elucidar as contribuições que auxiliam no entendimento do debate de gênero e sexualidade, pois as políticas públicas que auxiliam e amenizam as disparidades sociais relacionadas ao gênero e sexualidade no Brasil são somatórios para o almejado desenvolvimento social e econômico. Conforme Sen (2000) visa autonomia e participação destes sujeitos no planejamento e na gestão de políticas para alcançar o desenvolvimento.

Conforme Butler (2004) propõe a ideia de que o gênero é uma construção social, ampliando as possibilidades de vivenciar o gênero, diferentemente do conceito de Beauvoir (1939). Nesse contexto, é relevante destacar as contribuições de Foucault (1977), que argumenta que as questões relacionadas ao gênero e à sexualidade frequentemente são silenciadas, pois estão intrinsecamente ligadas às dinâmicas de poder. Neste ponto, Silva e Ornat (2014) apresentam suas considerações sobre o território. Silva (2009), por sua vez, examina como o discurso geográfico sobre temas considerados subversivos ficou limitado pela construção da heterocisnormatividade consolidada na Geografia. A autora defende a importância de desenvolver uma geografia que se aprofunde na análise de temas dissidentes, estabelecendo uma conexão entre a geografia e a teoria *queer*, assim como outras disciplinas das ciências sociais.,

Paula (2020), por sua vez, expressa que o principal objetivo da geografia em se estudar gênero e demais temas dissidentes consiste em analisar as desigualdades socioespaciais destinadas pela sociedade a homens e mulheres e que essas relações adentram na vida dos sujeitos em todos os âmbitos e não se deve ignorar. As contribuições da Geografia permitem a análise das políticas públicas de gênero e sexualidade no contexto do desenvolvimento territorial na Bahia. Ao considerar que o planejamento territorial apresenta em suas essências fomentar a participação social destes sujeitos.

No que diz respeito às políticas públicas de gênero e sexualidade nos territórios estudados, é possível identificar que cada um se encontra em uma fase distinta do ciclo das políticas públicas, conforme delineado por Secchi (2012): identificação do problema; estabelecimento de agenda; formulação de alternativas; tomada de decisões; implementação; avaliação; e, por fim, extinção.

Dentro desse contexto, destaca-se que o TSB é o território que mais avançou na implementação de ações abrangendo as questões de gênero e sexualidade. Assim, o território supracitado conseguiu efetivar diversas ações planejadas no PTDRRS, estabelecendo uma câmara técnica dedicada à temática. Além disso, evidencia-se a participação ativa de movimentos sociais sob a perspectiva do desenvolvimento territorial, juntamente com a contribuição significativa do Núcleo de Pesquisa e Extensão em Desenvolvimento Territorial (NEDET) da UESB para fortalecer os espaços de participação e implementar as políticas públicas. Esses fatores conferem ao TSB um percurso mais consolidado em comparação com os demais territórios analisados.

O TMS e TMRC estão progredindo lentamente no que diz respeito às políticas de gênero e sexualidade, pois ainda não conseguiram estabelecer nenhum espaço de participação significativo, como uma câmara técnica dedicada à temática, nem implementar as ações planejadas no PTDRSS. Além disso, esses territórios não mantêm diálogo com os movimentos sociais presentes nos municípios que compõem suas regiões, o que prejudica o fortalecimento dessa pauta dentro dos respectivos colegiados territoriais. É essencial destacar que esses dois territórios carecem de órgãos do poder público dedicados a trabalhar com essas questões em seus colegiados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Destarte, é de conhecimento geral que a abordagem de Gênero e Sexualidade se configura entre os temas discutidos nos Planos Territoriais, embora careça de uma análise mais aprofundada e de um debate mais abrangente. A investigação realizada revela que, embora a Bahia, especialmente nos territórios em estudo, inclua nas agendas de planejamento questões relacionadas às políticas públicas de Gênero e Sexualidade, a implementação prática dessas temáticas e ações ainda são notavelmente limitadas. Verificou-se uma falta de articulação entre as entidades envolvidas e os espaços de participação, bem como uma necessidade evidente de uma integração mais eficaz entre as organizações e as iniciativas territoriais.

É evidente que a concentração predominante de iniciativas nos municípios-sede dos territórios. Esse cenário suscita a imperiosa necessidade de aprofundar os estudos e promover a continuidade das ações voltadas para a participação e implementação de políticas públicas destinadas às mulheres e à população LGBTQIA+ na Bahia e nos territórios investigados. A discrepância na visibilidade dessas ações entre diferentes áreas ressalta a importância de uma abordagem mais equitativa e abrangente, que alcance todas as comunidades, garantindo que a promoção da igualdade de gênero e o respeito à diversidade se estendam de maneira efetiva a todos os estratos socioespaciais.

PALAVRAS-CHAVE: Território; Desenvolvimento territorial; Políticas públicas; LGBTQIA+; Mulheres.

REFERÊNCIAS

ALCANTARA, F. V. de. **Possibilidades e limites da gestão social nos territórios rurais do Nordeste: Retrato do Agreste de Alagoas**. Tese de Doutorado do Núcleo de Pós Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe - UFS. São Cristóvão/SE, 2013.

BEAUVOIR, S. de. **O segundo Sexo: I Mitos e Fatos**. 2 ed. Editora difusão Europeia do livro. São Paulo. 1990.

BUTLER, J. **Undoing gender**. Nova York. Routledge. 2004

DIAS, W. **Territórios de identidade e políticas públicas na Bahia: Gêneses, resultados, reflexões e desafios**. 1 edição. Zarte Editora, Feira de Santana - BA, 2016.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1977.

HAESBAERT, R. Território e região no desafio dos conceitos para uma política de desenvolvimento territorial. In: NETO, A. S. C.; SANTOS, E. M. C.; SILVA, O. A. S. (Orgs.). **(GEO)grafia dos movimentos sociais**. Feira de Santana - BA: UEFS Editora, 2010.

ORNAT, M. J.; SILVA, J. M. Território Descontínuo Paradoxal, Movimento LGBT, Prostituição e Cafetinagem no Sul do Brasil. **GEOUSP Espaço e Tempo (Online)**, [S. l.], v, 18, n. 1, p. 113-128, 2014. DOI: 10.11606/issn.2179-0892.geousp.2014.81087. Acesso em: 26 dez. 2022.

PAULA, L. A. C. DE. **A bela flor do/no campo: por uma geografia de gênero e de r(existência) em assentamentos rurais do interior de São Paulo**. Tese de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista – UNESP, Faculdade de ciência e tecnologia – FCT, Presidente Prudente - SP, 2020.

RAFFESTIN, C. **Por Uma Geografia do Poder**. São Paulo. Ed. Ática. 1993.

SECCHI, L. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

SEN, A. **Desenvolvimento com Liberdade**. 1ed. Companhia das Letras, São Paulo/SP, 2000.

SILVA, J. M. (Org). **Geografias subversivas: discursos sobre espaço, gênero e sexualidades**. 1 ed. Ponta Grossa - PR Editora: Toda Palavra, 2009.

SOUZA, M. L. O Território sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In. CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. da. C. & CORREA, R. L. **Geografia Conceitos e temas**. 1 ed. Rio de Janeiro / RJ. Bertrand Brasil, 1995.

PARA ALÉM DA SEGURANÇA ENERGÉTICA: AS LINHAS DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA NO BRASIL

Henrique Oliveira de Andrade
Universidade Federal da Sergipe
hgeouefs@gmail.com

Eraldo da Silva Ramos Filho
Universidade Federal da Sergipe
eramosfilho@gmail.com

INTRODUÇÃO

A pesquisa em tela, parte da necessidade de estudos aprofundados quanto à produção capitalista do espaço e da territorialização do capital mediante a implantação de linhas de transmissão de energia promotoras de conflitos territoriais relacionados diretamente com a dissimulação do capital mediante a apropriação discursiva das políticas públicas de segurança energética, engendradas pelo estado brasileiro como forma de potencialização da acumulação de capital por parte de conglomerados internacionais/nacionais de especulação ligadas à área da energia.

Prima-se também pela compreensão da totalidade no contexto da produção capitalista do espaço como centro da abordagem geográfica hodiernamente e que no intuito de constituir um leque de questões norteadoras, ancora-se no território, compreendido à vista do conflito, qual seja, o jogo capitalista da luta de classes sociais. Dito isso, o território como categoria derivada do espaço geográfico, apreendido em suas especificidades, é compreendido como totalidade e dessa forma, intenta-se por meio dos emaranhados processuais da lógica capitalista de produção, analisar o território dominado pelo capital e por conseguinte as formas de reprodução deste no contexto geográfico.

O objetivo deste trabalho é analisar a implantação de linhas de transmissão de energia atrelada à lógica dos grandes projetos de desenvolvimento acerca da falácia da segurança energética das políticas públicas de energia no Brasil. Nesse sentido, analisa-se situações concretas nos estados da Bahia, Sergipe, Maranhão, Rio Grande do Sul e Amazonas quanto à problemática dos licenciamentos ambientais, as violações aos direitos humanos e o discurso da segurança energética.

As linhas de transmissão de energia elétrica serão os focos analíticos junto aos desdobramentos no território em conflito sob a égide dos interesses capitalistas de acumulação

de capital e reprodução ampliada do capital de forma multi e transescalar. Para tanto, o prisma metodológico está centrado na análise documental, pesquisa bibliográfica e pesquisa participante nas comunidades camponesas e quilombolas impactadas diretamente pelas Linhas de Transmissão de Energia (LTE) e que participam das articulações populares da Teia dos Povos e Grupo de Trabalho Conflitos Socioambientais.

Para tanto analisamos as LTEs, Porto Sergipe-Sapeaçu (BA-SE), Camaçari (BA), Feira de Santana (BA), Morro do Osório (RS), Tucuruí (AM) e Atroá-Gamela (MA). As informações primárias partem da problematização dos bancos de dados da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), Operador Nacional do Sistema (ONS) e Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados preliminares da presente pesquisa de doutoramento em Geografia no PPGEO-UFS, dialoga com debate acerca da produção do espaço, a territorialização do capital e a problemática das linhas de transmissão de energia como infraestruturas do capital que produzem conflitos territoriais, conforme será demonstrado. Nesse sentido, são problematizadas as questões relacionadas com o processo de implantação de linhas de transmissão de energia (LTE) nos estados da Bahia, Sergipe, Maranhão, Amazonas e Rio Grande do Sul. Nesse sentido, parte-se das premissas orientadoras de Alentejano e Tavares (2019) quanto aos Grandes Projetos de Desenvolvimento (GPD) no Brasil.

Nesse contexto, as problemáticas acerca dos Grandes Projetos de Desenvolvimento Energéticos (GPDE) estão assentadas na dimensão contraditória da falácia da segurança energética nacional, a qual potencializa processos intensivos de fluxos de capitais por meio de multinacionais capitaneadas também por recursos públicos. De outro lado, potencializa-se a expropriação das comunidades relacionadas com os licenciamentos ambientais contenciosos e também a efetivação das faixas de servidão administrativas que de forma direta impactam na questão agrária das comunidades e com desdobramentos efetivos na dimensão fundiária. (Andrade e Ramos Filho, 2021).

A conjuntura territorial desse recorte de pesquisa é relevante, visto a existência de diversas ações de Estado que, atreladas às grandes corporações do capital financeiro, promovem conflitos diversos junto aos povos do campo, em suas múltiplas formas de organização e resistências. Dessa forma, avaliar tais problemáticas espaciais promove a inserção do

conhecimento geográfico com vistas a um estudo da Geografia do Conflito respaldado em Dantas (2021, p. 34), quando afirma que “os conflitos territoriais são inerentes à formação territorial do Brasil”.

O território em conflito e os potenciais conflitos territoriais, baseados em Ramos Filho (2008) e Conceição (2021), estão relacionados com a emergência da atuação de empresas transnacionais na implantação de “estratégias de desenvolvimento”, articuladas com a acumulação de capital engendradas pelo Estado Brasileiro, no qual impacta diversas comunidades quilombolas e camponesas que estão em amplos processos de lutas, resistências e articulações frente a esse modelo.

Os resultados preliminares, expressam um caminho metodológico de atuação conjunta com as organizações populares, na forma de ciclos de atividades técnicas, acadêmicas e comunitárias com o GT Conflitos Socioambientais, o Laboratório de Estudos Urbanos e Rurais (LABERUR/UFS), reuniões junto ao INCRA e MPF, com sindicatos dos trabalhadores rurais, reuniões em diversas comunidades, apoio na realização de audiências públicas, análise e leitura de documentos institucionais referentes à LT, tais como planos quilombolas, projeto básico da obra, licenças ambientais já liberadas pelo IBAMA, apoio na construção de ação civil pública, realização de debates virtuais acerca da LT e seus impactos, leitura e levantamento bibliográfico e cartográfico, construção preliminar da cartografia social dos territórios impactados pela obra, dentre outras etapas de cunho científico, militante e participativo.

As lutas e enfrentamentos engendrados pelas comunidades se materializam em manifestações públicas, cartas de repúdio e mobilizações diversas no sentido de propor uma agenda de discurso que apresente à sociedade uma outra lógica de produção do espaço que não a capitalista. Tais processos, exasperam a lógica e operacionalidade do discurso oficial do Estado brasileiro quanto à segurança energética enquanto instrumento ideológico de conformação das políticas públicas na área de energia (Brasil, 2020). Portanto, as infraestruturas materializadas nas linhas de transmissão de energia representam a efetividade na expropriação nas comunidades quilombolas e camponesas e a promoção do desenvolvimento atrelado ao caráter expansivo do capital financeiro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse sentido, a Geografia aqui é compreendida na ótica de Moreira (1980) sob a égide da democracia, partilha e liberdade, ou seja, intenta-se produzir um estudo crítico que desvele

a reprodução do espaço da miséria, as problemáticas relacionadas com a produção do espaço relacionadas à energia, os conflitos territoriais, a financeirização da natureza e seus desdobramentos nos condicionantes de políticas públicas de segurança energética que aprisionam a sociedade, o espaço e o território aos anseios e dissimulações do sistema sociometabólico do capital.

Portanto, os desdobramentos analíticos da pesquisa apontam para a superexploração do trabalho e da natureza associadas ao processo de acumulação do capital materializadas na implantação das infraestruturas de eletricidade efetivadas pela articulação Estado-Capital nas Linhas de Transmissão de Energia. Isto posto, a pesquisa de campo e documental expõem as graves violações aos direitos humanos e territoriais nas comunidades camponesas, quilombolas e de povos originários potencializadas pelas omissões e silenciamentos executados tanto pelas empresas quanto pelos órgãos governamentais nas mais diversas escalas.

A territorialização do capital em escala nacional exaspera a questão agrária sob a égide de multinacionais em comum acordo com o capital brasileiro materializada nos leilões públicos de infraestruturas energéticas na bolsa de valores. Dito isso, as expropriações são a marca territorial deste processo de produção capitalista do espaço, que, sob a forma dos Grandes Projetos de Desenvolvimento Energéticos (GPDE), asseguram a extração de renda extraordinária e a reprodução ampliada do capital.

A despeito desse processo, as comunidades se organizam e se mobilizam quanto à defesa do território e da reprodução da vida mediante expedientes de mobilizações populares constantes tais como audiências públicas, cartas manifesto, atos públicos, autodemarcação territorial, formações políticas, dentre outras, compondo frente de contraponto ao modelo exploratório do capital, que se manifesta nesse ínterim, por intermédio da segurança energética componente central e estrutural das políticas públicas de energia do estado brasileiro.

PALAVRAS CHAVE: Território, Políticas Públicas, Capital, Desenvolvimento e Energia.

REFERÊNCIAS

ALENTEJANO, P.R.R. & TAVARES, E. Os grandes projetos de desenvolvimento (GPDs): uma análise crítica a partir da Geografia. **Terra Livre**, ano 34, v 1 n 52. p. 190-233, 2019.

ANDRADE, H. O. e RAMOS FILHO, E. S. **Conflitos territoriais e implantação de linhas de transmissão de energia**. Anais do XIV ENANPEGE... Campina Grande: Realize Editora, 2021. Disponível em: <<https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/78043>>. Acesso em: 11/02/2022.

BRASIL, MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA. **Plano Nacional de Energia 2050** / Ministério de Minas e Energia. Empresa de Pesquisa Energética. Brasília: MME/EPE, 2020.

CONCEIÇÃO, A.L. Usos e abusos da categoria território. In: **Revista da ANPEGE**. v. 17. nº. 32, p. 7 - 21, ANO 2021.

DANTAS, J.C. **A Geografia dos conflitos territoriais no semiárido brasileiro**. Presidente Prudente, Tese de Doutorado. 2021.

MOREIRA, R. **A Geografia Serve Para Desvendar Mascaras Sociais**, in Geografia: Teoria e Crítica (O saber posto em questão). Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1980.

RAMOS FILHO, E.S. **Questão agrária atual: Sergipe como referência para um estudo confrontativo das políticas de reforma agrária e reforma agrária de mercado (2003 – 2006)**. 2008. Tese (Doutorado em Geografia – Unesp).

O (DES)VELAMENTO DA RELAÇÃO CAPITAL-ESTADO: O CASO DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA²⁸

Tiago Barreto Lima

Universidade Federal de Sergipe – UFS, Sergipe, Brasil

E-mail: thiagobarreto824@gmail.com

Ana Rocha dos Santos

Universidade Federal de Sergipe – UFS, Sergipe, Brasil

E-mail: ana68@academico.ufs.br

INTRODUÇÃO

O Estado é a forma política que constitui a sociedade capitalista, realizando os interesses da classe dominante ainda que, ideologicamente, mostre-se como neutro. O Estado burguês demonstrou, historicamente, ser parte inseparável do modo de produção capitalista, perfazendo os caminhos ditados pela classe dominante no movimento de se manter no poder, controle e domínio da classe dominada.

A ideia de imparcialidade do Estado, também, busca manter distante dos poderes econômicos os conflitos historicamente existentes entre as classes, com vistas a dissipar quaisquer que sejam os resquícios de tomada de consciência e luta pela emancipação humana. Diante disso, “[...], o Estado garante a reprodução da classe dominante e, por isso, não pode ser considerado um agente neutro, pois historicamente esteve a serviço da classe dominante em detrimento da classe trabalhadora (Andrade, 2018, p. 56).

O modo de produção capitalista se realiza, também e essencialmente, através das ações adotadas pelo Estado, ações projetadas e defendidas pela própria classe dominante. No Brasil, por exemplo, o Programa Minha Casa Minha Vida, ainda que objetive resolver o *déficit* habitacional no país, sua criação está atrelada à contenção dos efeitos da crise imobiliária norte-americana de 2008 sobre o país. Sendo assim, a moradia que deve cumprir para com a sua função social como defendido na Constituição Federal, faz parte de processos econômicos e financeiros que atendem à lógica do mercado.

Destarte, no momento atual que se encontra o modo de produção capitalista, literaturas de diferentes concepções teóricas-metodológicas devaneiam sobre a impotência do Estado e sua irrelevância no movimento de acumulação de capital. Diferentemente de ver e ler o Estado

²⁸ O presente trabalho faz parte de pesquisa de mestrado em andamento (2023-2025), com financiamento da CAPES.

como apenas um apêndice da ordem social vigente, coadunamos com a tese de que o Estado é parte indissociável do capitalismo, nutrindo-o quando necessário por meio de criações das condições vitais para a sua realização.

Desse modo, o presente artigo propõe analisar a atualidade do Estado no movimento de realização do capital a partir do Programa Federal Minha Casa Minha Vida (PMCMV). A metodologia pautou-se no levantamento de bibliografias concernente ao tema, com vistas a explicar as conexões entre a política habitacional e as instâncias políticas e econômicas. Percebeu-se que, ainda que o neoliberalismo, assentado nas diretrizes de organismos supranacionais, tenha reestruturado o Estado e suas funções para com a sociedade, o Estado se mantém como o representante legal do capitalismo e dos capitalistas em escala mundial. O capitalismo não pode destruir o Estado, como o Estado não pode destruir o capitalismo, ambos são indissociáveis. Tornou-se visível, no estudo, como o Estado é viabilizador dos interesses dos grupos dominantes.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Estado, para Engels, seria produto do próprio desenvolvimento da sociedade de classes e do seu movimento de realização contraditório e desigual. A Revolução agrícola e a domesticação de animais possibilitaram o surgimento de um excedente econômico, bem como de uma divisão social do trabalho cada vez mais complexa. Desse modo, tornou-se necessidade vital por parte da classe dominante criar mecanismos de proteção das riquezas produzidas socialmente e apropriadas de forma excludente e individualista.

Segundo Gruppi (1996), Engels afirma que

O Estado torna-se uma necessidade a partir de um determinado grau de desenvolvimento econômico, que é necessariamente ligado à divisão da sociedade em classes. O Estado é justamente uma consequência dessa divisão, ele começa a nascer quando surgem as classes e, com elas, a luta de classes (Gruppi, 1996, p. 30).

Destarte, o Estado na atualidade continua sendo indispensável para o capitalismo, dados, inclusive, os momentos constantes de instabilidades e crises enfrentadas pelos capitalistas nos últimos tempos, quando recorrentemente a estrutura estatal é chamada para resolver os problemas que entravam a realização do capital.

Os anos de 2007 e 2008 revelaram-se dramáticos para os capitalistas do setor imobiliário nos Estados, quando a crise financeira o atingiu. Assim, uma crise desse porte na maior economia do mundo assustou e levantou o alerta nas mais diversas economias mundo afora,

sendo os governos nacionais chamados, pelos dominantes do setor, para criar mecanismos de amenização dos efeitos da crise. Foi assim nos países europeus e no Brasil.

Para Cardoso e Aragão (2011)

A reação do Governo Federal à crise internacional foi rápida, adotando-se medidas de expansão do crédito pelos bancos públicos (Banco do Brasil, BNDES e Caixa Econômica), de forma a compensar a retração do setor privado, e também medidas de apoio aos setores que estavam sofrendo efeitos da crise (Cardoso; Aragão, 2011, p. 88).

Sobre o Brasil, coaduna-se com a tese de que o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC (2007) e o Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV (2009) favoreceram os interesses do setor imobiliário no país com vultuosos investimentos feitos pelo governo federal no setor. Ainda que o PAC tenha sido um programa de longo alcance com a construção de infraestrutura necessária para o bem-estar da população, os maiores ganhadores foram as empreiteiras e construtoras do país. Não muito diferente, o PMCMV garantiu casas para milhares de brasileiros e brasileiras, mas não o fez sem enriquecer o setor da construção civil. Dessa maneira, o guia do processo, no capitalismo, é o valor de troca e não o valor de uso, ainda que ambos estejam entrelaçados.

Segundo Cardoso e Aragão (2011)

Como medida de caráter anticíclico, o governo manteve os investimentos em infraestrutura previstos no âmbito do PAC e mobilizou a Petrobras no sentido de que também mantivesse os investimentos previstos. Na mesma linha das medidas acima mencionadas, o governo, em março de 2009, anuncia o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), com o objetivo de criar condições de ampliação do mercado habitacional para atendimento das famílias com renda de até 10 salários mínimos (SM) (Cardoso; Aragão, 2011, p. 88).

Sobre o PMCMV, salta aos olhos a atuação do Estado para angariar formas de manter os grupos dominantes do setor imobiliário e da construção civil seguros dos rebatimentos danosos da crise financeira norte-americana. O governo federal conseguiu, com o programa, atingir duas frentes da sociedade brasileira, dado que se por um lado retroalimentou a economia por meio de investimentos na construção e conseqüentemente na procura por materiais utilizados pelo setor, por outro construiu milhares de moradias no país, amenizando um problema estrutural no país.

Para Rolnik (2019)

[...] o programa deveria se transformar na mais importante ação no campo econômico-social, articulando oferta de moradia, demanda histórica e ativo eleitoral

tradicionalmente forte, com uma estratégia *Keynesiana* de crescimento econômico e geração de empregos (Rolnik, 2019, p. 301).

O PMCMV destinou bilhões para a iniciativa privada e alcançou o objetivo de manter distante os fantasmas da crise estadunidense em solo brasileiro, pelo menos por um dado tempo. Segue:

Nesse contexto, um programa de estímulo à produção de casas – o Minha Casa Minha Vida – lançou 100 bilhões de reais em crédito imobiliário residencial em dois anos, articulado a um programa de subsídios para a compra de 1 milhão de unidades residenciais produzidas pelo mercado privado (Rolnik, 2019, p. 279).

O projeto de moradia no Brasil, assim como no restante da América Latina, assentou-se no modelo de mercado legitimado pelo Banco Mundial e FMI, negando a própria Constituição Federal, na qual consta que a moradia deve cumprir com sua função social, ou seja, promover um espaço digno, seguro e de reprodução social dos seus sujeitos. Sobre o PMCMV entende-se que “concebido pelo setor imobiliário, o programa foi estruturado de forma a que viesse a ser executado pela iniciativa privada, indo ao encontro dos interesses da indústria da construção civil e inspirando-se nas experiências do México e do Chile” (Cardoso; Aragão, 2011, p. 88).

Nesse sentido, o PMCMV evidencia o papel do Estado para a realização de capital, dada sua atuação na elaboração de políticas, programas e ações que atendem aos grupos econômicos e financeiros. Além disso, o uso de bancos públicos e de empresas estatais estratégicas são os viabilizadores das ações planejadas pelos governos e pelos organismos multilaterais. Assim, um banco público como a Caixa Econômica Federal e a empresa estatal Petrobrás atuaram constantemente para alavancar o setor imobiliário no país. No exemplo da Caixa Econômica, diante das melhoras significativas dadas pela economia brasileira, o banco pôde atuar na liberação de crédito para ações relacionadas com o setor imobiliário, como também do FGTS. Segue:

Cabe destacar a retomada do papel dos bancos e fundos públicos na provisão de crédito e na alavancagem dos investimentos públicos e privados, por meio de programas como o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e o Minha Casa Minha Vida (Rolnik, 2019 p. 264).

O FGTS também foi alvo de mudanças, sendo permitido seu saque em intervalos de quatro anos, caso o recurso fosse utilizado na aquisição de imóvel residencial ou na amortização de financiamento habitacional contraído anteriormente (Cardoso; Aragão, 2011, p. 88).

Em suma, o Estado não pode ser lido como um aparelho superado pelo modo de produção capitalista, pois sua existência não é facultativa para a reprodução capitalista, mas sim, obrigatória. Fica exposto que o Programa Minha Casa Minha Vida atendeu um momento de crise como uma forma de atenuar seus efeitos, ainda que no percurso uma demanda social tenha sido contemplada, eis o caráter contraditório do modo de produção atual. Desse modo, base da produção capitalista tem como norte a acumulação de riquezas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, ainda que a década de 1980 seja marcada por um processo de reorganização do capital em escala mundo, no qual envolveu reestruturação do trabalho, do Estado e da economia, não existiu, como defendido por determinadas linhas de pensamento, o fim da relação Capital-Estado, mas sim, sua reafirmação como um laço inquebrantável.

O Estado mínimo não significa diminuição do seu papel para a permanência do capitalismo, significa sim, que se tornou mínimo para a classe trabalhadora, atuando em cortes sociais em setores como da educação saúde, segurança e lazer, e ainda mais vultuoso para a classe dominante, legitimando a desregulamentação do trabalho e das economias nacionais. Assim, “[...] a ausência do Estado nos setores sociais é uma tomada de posição política que, portanto, direciona sua presença para os setores financeiros e empresariais” (Antonino, 2016, p. 103). O Programa Minha Casa Minha Vida reforça a tese de que o Estado compõe o tripé que sustenta o sistema do capital e que suas ações têm como orientações a manutenção da ordem vigente, ordem na qual poucos se apropriam das riquezas socialmente produzidas em detrimento da miserabilidade de muitos.

PALAVRAS-CHAVE: Estado, Acumulação de Capital, Programa Minha Casa Minha Vida.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, V. da. C. **Programa Minha Casa, Minha vida: financeirização da política habitacional e relações patrimonialistas em Sergipe**. Orientadora: Ana Rocha dos Santos. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2018. 212 f. Disponível em: https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/10346/2/VANILZA_COSTA_ANDRADE.pdf. Acesso em: 06 nov. 2023.

ANTONINO, Lucas Zenha. **Territórios extrativo-mineral na Bahia**: violações de direitos e conflitos nos territórios terra-abrigo. Orientadora: Guiomar Inez Germani. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016. 320 f.

CARDOSO, Adauto Lúcio; ARAGÃO, Thêmis Amorim. A reestruturação do setor imobiliário e o Programa Minha Casa Minha Vida. *In*: MENDONÇA, Jupira Gomes; COSTA, Heloisa Soares de Moura (Organizadores). **Estado e capital imobiliário**: convergências atuais na produção do espaço urbano brasileiro. Belo Horizonte: C/Arte, 2011. p. 81-104. ISBN: 978-85-7654-121-9

GRUPPI, Luciano. **Tudo começou com Maquiavel**. 14. ed. Porto Alegre: L&PM, 1996.

ROLNIK, Raquel. Financeirização nos trópicos: moradia e cidade no Brasil emergente. *In*: ROLNIK, Raquel. **Guerra dos lugares**: a colonização da terra e da moradia na era das finanças. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2019. p. 255-368. ISBN 978-85-7559-668-5

PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA E PROGRAMA CASA NOVA, VIDA NOVA NAS DINÂMICAS DO ESTADO E CAPITAL

Douglas Souza de Jesus

Mestrando em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe (UFS)

E-mail: douglassousajesus@outlook.com

José Lucas Costa Ribeiro

Mestre em Geografia pela Universidade Federal do Piauí e Doutorando em Geografia pela

Universidade Federal de Sergipe (UFS)

E-mail: lucasribeiro.geo@gmail.com

INTRODUÇÃO

As políticas habitacionais são, na política social, elementos essenciais da atuação do Estado e do capital na dinâmica da exploração do trabalho nos ditames da reprodução capitalista. No Brasil, desde a década de 1935, há a implantação de programas de promoção de habitação com foco no controle dos conflitos sociais, na repercussão econômica imediata e na reprodução mínima da força de trabalho.

Na última década, programas habitacionais foram implementados no Brasil, tanto em escala federal como estadual, com articulações de diferentes sujeitos e com objetivos próprios da intervenção estatal sob o capital. Nesse sentido, tem-se como questão problema norteador, como o Programa Minha Casa, Minha Vida e Programa Casa Nova, Vida Nova (PCNVN) inserem-se na dinâmica da reprodução do capital no Brasil e em Sergipe.

O tema sobre habitação, como uma necessidade da reprodução da vida, joga luz e coloca relevância para o presente trabalho, haja vista, também, que é um tema da atualidade no Brasil, devido à volta de um governo que coloca o Estado como intenso promotor de políticas sociais, justificando a reflexão sobre as políticas habitacionais e seus limites no Brasil e em Sergipe. Os objetivos, dessa forma, são, geral - compreender o PMCMV e PCNVN no Brasil e em Sergipe na perspectiva dos interesses do capital e da atuação dos programas. E os específicos: a) demonstrar os interesses do grande capital na construção e implementação das políticas habitacionais, tendo como exemplos os programas PMCMV e PCNVN; b) relacionar as principais características da atuação dos Programas no Brasil e em Sergipe. Os procedimentos metodológicos centraram-se em pesquisa bibliográfica, documental, coleta e levantamento de dados sobre os programas habitacionais e produção cartográfica.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O debate acerca do Estado, tendo em vista as várias compreensões epistemológicas, é complexo e diverso, no entanto, aqui, assume-se a perspectiva dialética, histórica e materialista da função do Estado no modo de produção capitalista. Nesse sentido, cabe destacar a condição do Estado enquanto mediador da relação capital x trabalho e as consequências desse processo para entender a inserção das políticas sociais, principalmente as de habitação.

Corroborar-se com a visão de Smith (1988), Mascaró (2013) e Mészáros (2021) que o Estado é essencial para o desenvolvimento do capital e sua manutenção. Assim, as políticas sociais, as de habitação principalmente, são implementadas pelo Estado com intenções de assegurar a reprodução continuada do capital, de forma mais forte durante as crises, e para diminuir os conflitos a partir de reivindicações da classe dominada. Além de assegurar as taxas de mais valor na exploração do trabalho.

O PMCMV é um exemplo desse panorama da dinâmica Estado, capital e trabalho, pois o contexto que o programa foi lançado e pensado está atrelado aos interesses conjunturais do grande capital imobiliário nacional - atrelados ao capital financeiro. Com a crise dos *Subprime* mundial de 2008/2009, em que a crise fez as taxas de lucro caírem no comércio internacional, principalmente nos setores imobiliário e de exportação. “Naquele período, o Banco Mundial previa o primeiro ano de crescimento negativo da economia mundial desde 1945” (Harvey, 2011, p. 13).

As reações, no Brasil, deram-se via investimentos massivos por parte do Estado, por meio do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), no qual o PMCMV era uma das principais ações. Assim, o Programa, lançado pelo governo federal em 2009, teve a preponderância de formulação e desenho institucional por partes de sujeitos do grande capital nacional e internacional; o que acabou gerando consequências na produção das cidades e no atendimento do déficit habitacional (Rolnik, 2019). Apesar dessa conjuntura, não se ignora a importância do programa para, mesmo que de forma frágil, atender parte da população que historicamente necessita de habitações.

Dividindo-se em vários mecanismos visando gerar o produto habitação (Amore, 2015), o PMCMV notabilizou-se por ter grande abrangência no território nacional, assim constituindo-se como o maior programa da história do Brasil. Conforme dados de Brasil (2021), o programa abrangeu todos os estados da federação, assim como mais de 90% dos municípios brasileiros, gerando repercussões e articulando circuitos de valorização e reprodução do valor. Nessa

direção, no âmbito dos estados também houve outras iniciativas similares ao PMCMV, como no estado de Sergipe.

O Programa Casa Nova, Vida Nova (PCNVN) foi instituído pelo estado de Sergipe no ano de 2007. Apesar de constituir uma premissa semelhante ao Programa Minha Casa, Minha Vida e contar com a participação massiva de recursos federais, esse projeto diferencia-se em seu modelo de execução por estar intrinsecamente ligado a Nova Política de Desenvolvimento Territorial e com o seu plano de ação e responsabilização direcionados ao estado e municípios sergipanos.

A política de Desenvolvimento Territorial de Sergipe, encontra-se no arcabouço da política de desenvolvimento territorial nacional instituída no ano de 2003. Segundo Corrêa (2009, p.23), essa política tem por objetivo: “articular o direcionamento de recursos e programas oriundos de diferentes ministérios para os territórios eleitos como prioritários.”

Paralelo a política nacional, Sergipe instituiu no ano de 2007 o seu modelo de Desenvolvimento Territorial através do Decreto N° 24.338/2007 (Fálcão, 2014). Baseando-se na premissa de descentralização dos serviços, essa mudança no planejamento refletiu um novo modelo de aplicabilidade das políticas públicas, onde os sujeitos são responsáveis em escalas cada vez menores por parte do direcionamento e efetividade das ações do estado, baseando-se em um discurso de democratização e participação popular.

O PCNVN foi efetivado baseando-se no discurso da redução do déficit habitacional em Sergipe. Segundo levantamento da Fundação João Pinheiro (FJP), no ano de 2007, o estado contava com um déficit habitacional de 95,7% entre moradores com renda mensal de até 03 salários mínimos. Para chegar à conclusão desses dados, a fundação levou em conta a qualidade das moradias, número de habitantes e necessidade de construção.

Os fatores apresentados justificam a necessidade de criação de uma política habitacional que possa solucionar e/ou mitigar os efeitos do déficit articulado de habitações no estado, porém o modelo de aplicabilidade baseado na parceria entre sujeitos, associações, prefeituras e executivo estadual, apresentaram graves lacunas que prejudicaram o funcionamento e expuseram espacialmente um retrato da disputa de interesses ancorada no modelo capitalista de produção.

A efetivação das políticas públicas, coordenadas diretamente pelo Estado, produzem uma relação dialética que só pode ser compreendida a partir da categoria da totalidade. Para Harvey (2005), os programas públicos de habitação podem servir como instrumento de

manutenção econômica visando aumentar a demanda por materiais de construção e outros produtos, o que desvela o limite da aplicação de políticas públicas e os interesses multi escalonados.

Embora tracem caminhos de implementação distintos, os programas Minha Casa, Minha Vida e Casa Nova, Vida Nova, encontram-se intrinsecamente na relação nacional estratégica almejada por determinados grupos que exerciam o controle político do Estado naquele período. Nesse modelo, o consumo nacional era amplamente estimulado provocando um efeito cascata que pudesse impulsionar a competição global, com colaboração direta do nicho habitacional. (Jardim e Silva, 2015, p.143)

Desvelar o papel do Estado é compreender como o seu modo de atuação encontra caminhos na manutenção dos contratos sociais. Embora tenha importante relevância na mitigação do déficit habitacional articulado, os programas sociais ocupam lacunas que evidenciam o caráter capitalista do espaço, pois é através da coordenação de diferentes interesses que o Estado produz novas ferramentas de intensificação da divisão social do trabalho e conseqüentemente de acumulação. Observar essa dinâmica a partir de um caráter dialético é fundamental para compreender de maneira crítica os ditames do Estado na materialização das políticas públicas propostas na atualidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os programas Minha Casa, Minha Vida e Casa Nova, Vida Nova redirecionaram a atuação das políticas habitacionais no Brasil e em Sergipe. Desse modo, a produção do espaço foi executada a partir de um caráter econômico que não leva em consideração aparente o valor social da habitação e as necessidades básicas da classe trabalhadora, que encontra nas unidades habitacionais uma fragmentação espacial e a consolidação da negação de direitos básicos com legitimação do Estado.

PALAVRAS-CHAVE: Habitação, Política social, Estado, Capital.

REFERÊNCIAS

AMORE, C. S. “Minha Casa Minha Vida” para iniciantes. In: AMORE, C. S.; SHIMBO, L. Z.; RUFINO, M. B. C. **Minha casa... e a cidade? avaliação do programa minha casa minha vida em seis estados brasileiros**. 1. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR). **Relatório do número de unidades habitacionais do Programa Minha Casa Minha Vida**. Brasília, DF: MDR, 2021.

CORRÊA, V. P. Desenvolvimento territorial e a implantação de políticas públicas brasileiras vinculadas a esta perspectiva. IPEA, 2009. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/5486/1/BRU_n3_desenvolvimento.pdf. Acesso em: 03 de dez. de 2023.

FALCÓN, M. L. **Sergipe 2000 – 2013**. Fundação Perseu Abramo, 2014. Disponível em: https://fpabramo.org.br/publicacoes/wpcontent/uploads/sites/5/2017/05/Sergipe_web-ok-1.pdf. Acesso em 30 de nov. 2023.

HARVEY, D. A compreensão do tempo-espaço e a condição pós-moderna. In: HARVEY, D. **Condição Pós-Moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança social**. Edições Loyola, 2008. p. 57-76.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. Trad.: Carlos Szlak. São Paulo: Annablume, 2005.

JARDIM, M. C., and SILVA, MR. **Programa de aceleração do crescimento (PAC): neodesenvolvimentismo?** São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015.

MASCARO, A. L. Estado e forma política. São Paulo/SP: Boitempo, 2013.

MÉSZÁROS, I. Para além do Leviatã: crítica do Estado. São Paulo: Boitempo, 2021.

ROLNIK, R. **Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

SMITH, N. Introdução; Para uma teoria do desenvolvimento desigual I: A dialética da diferenciação e da equalização geográficas. In: SMITH, N. **Desenvolvimento desigual**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988, p. 14-26; 149-189.

USO DAS CATEGORIAS DA GEOGRAFIA COMO UNIDADE DE PLANEJAMENTO: BREVES REFLEXÕES NO ESTADO DA BAHIA

Lucas Aguiar Tomaz Ferreira
Universidade Federal de Sergipe – UFS
lucasaguiar04@hotmail.com

Fernanda Viana de Alcantara
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB
fernanda.alcantara@uesb.edu.br

José Eloízio da Costa
Universidade Federal de Sergipe – UFS
eloizio.npgeo@gmail.com

INTRODUÇÃO

Ao observar o contexto histórico das sociedades verifica-se que a Geografia tem contribuído de inúmeras formas para o planejamento com o uso das suas categorias de análises desde a região ao território. Desta forma, o Estado, por sua vez, deturpa a totalidade das categorias de análises ao projetá-las com o foco no planejamento, pois nega toda a compreensão das mesmas. No caso da Bahia, mais recentemente, temos os territórios de identidade como programa de planejamento, em equivalência, observa-se que a categoria central deste programa é o território, porém, já forma adotadas outras categorias da Geografia como centro dos planejamentos, a exemplo da região com as divisões do estado em unidade regional conforme a distribuição biogeográfica.

Desta forma, fica perceptível a necessidade de se discutir o papel da Geografia e o uso das categorias para o planejamento estatal. Uma vez que compreender a essa dinâmica torna-se tema de interesse da Geografia, visto que este debate pode ser compreendido como um fenômeno socioespacial. Este texto foi fruto das leituras e reflexões da disciplina Teoria em Análise Regional, ministrada pelas Profa. Dra. Maria Augusta Mundim Vargas e Profa. Dra. Ana Rocha dos Santos do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe – UFS. No desenvolvimento deste trabalho, buscou-se organizar conforme os textos trabalhados na disciplina, reflexão das contribuições teóricas anteriores, bem como a construção da futura tese. Como aspectos metodológicos foi desenvolvido o levantamento documental e histórico-geográfico com base em leis e mapas históricos da Bahia.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Ciência Geográfica está em constante processo de (re)construção, esse pensamento parti do pressuposto que a Geografia não está preocupada apenas na descrição dos fatos ou fenômenos, mas se amplia com as análises socioespaciais. Neste aspecto, a produção do espaço se dá por meio das relações sociais e o meio natural tendo como foco da realidade e suas contradições. A preocupação pela compreensão dos fenômenos por meio da justiça social com a repreensão das desigualdades socioespaciais. Dentro dessas desigualdades espaciais primeiramente se tem segundo a luz de Santos em uma diferenciação de áreas então, cada região teria necessidades e os anseios da sociedade em conjunta. As regiões seriam fragmentos do todo, cuja essência dependeria do modo de produção (BRITO, 2017). Até chegar a essa compreensão o conceito de região teve um percurso epistemológico de compreensão da categoria em diversas contribuições filosóficas, ora aqui será realizado um breve esboço.

Neste sentido, Lecione (1999) frisa que Santos concebe a região como um desdobramento direto do processo de expansão e fragmentação do capitalismo, resultante da divisão do trabalho imposta pelas principais forças dominantes de produção. No entanto, as desigualdades socioespaciais são apenas uma das facetas do fenômeno regional. A realidade interna das regiões não pode ser reduzida simplesmente a um resultado mecânico das funções atribuídas pelos processos gerais.

Dentro da perspectiva de um breve relato sobre a construção epistemológica de região segundo Serpa (2016) expressa que por meio da região a Geografia começou a estudar as particularidades espaciais por meio dos fenômenos. Nesta quadra, segundo o autor supracitado há um dualismo na ciência entre a Geografia Geral e a Regional. O autor diz que a Geografia regional, por sua vez, se preocupa com uma determinada área específica em um espaço heterogêneo. É necessário frisar que o primeiro conceito de região foi abordado como espaço vital segundo de Ratzel nas preposições de Humboldt e Ritter na Geografia Sistematizada.

Ao passear na história epistemológica da região é válido trazer uma breve contribuição de La Blache em contraponto as contribuições de Ratzel, neste seguimento, discorda do autor prussiano e surge a teoria possibilista dentro dos estudos da Geografia regional. Essa teoria tem como objetivo trazer a região como gênero de vida. “[...] uma região seria, portanto, uma escala de análise, uma unidade espacial dotada de individualidade com relação as áreas limítrofes” (SERPA, 2016, p. 63). Dentro da Geografia tradicional da década de 1940, Hartshorne traz uma análise regional com uma área individualizada que é resultado da interação entre uma natureza

única. Serpa (2016) expressa que o instrumento de análise não é a região, a priori, mas a área de interseção entre os elementos construída no percurso do processo de investigação.

Dentro das noções da Geografia crítica, atualmente, se tem duas concepções: Marxismo e a Fenomenologia. Assim a primeira se preocupa com uma abordagem que parti das contradições e desigualdade que é realizada por meio da divisão social/territorial do trabalho resultante do processo de reprodução do capital. Em contrapartida a segunda, a grosso modo, a região é vista por meio da formação com base na identidade e nos aspectos culturais. Vale ressaltar que ambas abordagens metodológicas colocam o sujeito ao centro dos estudos.

O debate em torno da categoria de território tem sido enriquecido por contribuições de autores de diversas áreas do conhecimento, incluindo as ciências naturais, conforme argumentado por Haesbaert (2004). É importante não confundir as duas categorias espaço e território, pois o território é uma produção que se dá por meio das relações, especialmente de poder, que se dão sobre o espaço geográfico, o que vale salientar a contribuição de Souza (1995) ao afirmar que o território é uma faceta do espaço social multifacetado. Nesta direção, Raffestin (1980) propõe a dissociação do espaço e território, ao afirmar que os conceitos não são equivalentes. E é fundamental entender que o espaço é anterior ao território.

Dada às dimensões territoriais do estado da Bahia, a regionalização sempre foi difícil. Para melhor entender o processo de regionalização da unidade federativa se faz necessário resgatar alguns históricos de formação e regionalização. A Bahia teve sua formação entre os anos de 1534 e 1566 com a distribuição das capitanias hereditárias, existiam cinco capitanias do território baiano que são elas. A primeira regionalização aqui identificada foi a das Zonas Fisiográficas, essa dinâmica de base positivista foi realizada em 1946, pelo IBGE, ela se caracteriza com os aspectos naturais basicamente, é válido salientar que essa regionalização foi realizada pela esfera Federal, então o estado ficou com 16 Zonas Fisiográficas.

Posterior a regionalização supracitada, o IBGE em 1967, realizou um estudo sobre as potências econômicas regionais. A Bahia foi dividida em 26 Microrregiões Homogêneas, sendo reconhecida essa região delimitada como a cidade maior de referência. Em 1973 foi realizada uma nova regionalização, pois a que estava vigente não conseguia efetuar as ações previstas, e o estado foi regionalizada com 17 regiões administrativas. Em 1983 o cenário territorial baiano passa por uma nova configuração, agora ampliando as 17 regiões administrativas para 27. Segundo Dias (2016), no final da década de 1980 e início da de 1990 houve uma mudança na regionalização baiana, para fins de planejamento e ações governamentais mais abrangentes,

assim, foram retomadas o conceito de regiões econômicas com base nas influências urbanas existentes no estado. Desta forma foram definidas 15 regiões econômicas que foram alicerce para o planejamento governamental baiano da década de 1990.

Em 2005, a Bahia é reconfigurada com uma nova regionalização, agora com aspecto mais subjetivo reunindo municípios com similaridades culturais, físicas e econômicas. A referida regionalização organizou as unidades federativas em territórios rurais e territórios das cidadanias para fins de implementações de ações governamentais. Assim o estado foi dividido em 27 territórios de identidade.

A utilização do termo território não pertence apenas à Geografia, assim como anteriormente a região foi deturpada, e foge dessas contribuições conceituais sobre o território como categoria de análise da Ciência Geográfica. A categoria território tem sido utilizada como unidade de planejamento pelo estado isso não é exclusividade apenas do Brasil, outros países da América Latina e da Europa utilizam a referida categoria (HAESBAERT,2010). A partir da década de 1990 adota o território como unidade de planejamento para políticas públicas.

A partir desse uso do território, Perico (2009) define em uma dimensão política com unidade de gestão de políticas públicas e constitui como uma entidade territorial como um departamento. É suficiente ser reconhecido como unidade que pode controlar ou até mesmo interagir. O autor expressa que essa delimitação de território pode ser uma bacia de rio, um bioma ou redes de comercio, é importante frisar essa concepção é ligada a primeira concepção de região voltada ao determinismo geográfico. O território exposto por Santos (1996) ratifica o conceito que é utilizado na perspectiva da política de desenvolvimento territorial.

No contexto político-institucional de Perico (2009) e Dias (2016) mostram que a identidade se expressa como uma forma de territorialidade que demonstra o sentido de formação política de cada. O reconhecimento das identidades de pertencimento exporta contribuições nas estratégias do Estado voltadas para o desenvolvimento territorial. Antes de abordar sobre a concepção do desenvolvimento territorial na Bahia, faz necessário buscar a gênese do desenvolvimento regional. Souza (1995) aponta que a ideia central do desenvolvimento perpetuou por muito tempo condenada por diversas áreas do conhecimento, sobretudo, a Economia e a Sociologia do Desenvolvimento, pois endossava o modelo de civilização do ocidente e do capital como um modelo universal.

Ao compreender que a abordagem territorial de acordo com Limonad, Monteiro e Quinões (2021) a indicação que o planejamento territorial é multiescalar e perpassar por

diversos segmentos sociais. Alcantara (2013), indica que por meio das crises econômicas e das grandes reformas neoliberais ocorridas no Brasil de 1990, a partir dos anos de 2005, o país recebe uma atenção, dando precedentes e destacando-se a valorização da diversidade.

A Bahia foi um dos primeiros estados a adotar esse modelo de regionalização, ou melhor, territorialização. Além da criação dos territórios de identidade, o estado possui uma secretaria específica para se tratar de planejamento. É importante frisar que qualquer forma de planejamento estatal que se deu no estado partiu do pressuposto da região na sua forma de organização, mesmo usando o território foge da lógica do conceito definido pela Geografia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse estudo tentou propiciar uma reflexão pautada em algumas vertentes do conhecimento geográfico sobre as discussões e utilizações das categorias região e território, e também, serve de ensaio para outras proposições e análises no que refere ao espaço, planejamento, região, território, políticas públicas e as nuances de como a abordagem do desenvolvimento territorial tem emergido por meio da regionalização a partir da ação do Estado. Nela se buscou refletir também como as relações de poder são inerentes a demanda de regionalização do Estado em prol de implementação e planejamento políticas públicas.

Neste caminho de desvelar as tramas pertinentes a esses processos, a maneira irregular de uso das categorias da Geografia para o planejamento negando por muitas vezes seu conceito na totalidade. Esses aspectos, correlatos às inquietações que ainda persistem na realidade a ser pesquisada, pois a falta um debate mais profundo sobre a utilização do território como unidade planejamento com base nas bases epistêmicas da região.

PALAVRAS-CHAVE: Categorias; Planejamento; Políticas Públicas; Território; Região.

REFERÊNCIAS

ALCANTARA, F. V. de. **Possibilidades e limites da gestão social nos territórios rurais do Nordeste: Retrato do Agreste de Alagoas**. Tese (Doutorado em Geografia) Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão/SE, 2013.

BRITO, T. M. A. DE. A metamorfose do conceito de região: leituras de Milton Santos. **GEOgraphia**, v. 10, n. 20, p. 74-105, 30 jun. 2010.

DIAS, W. **Territórios de identidade e políticas públicas na Bahia: Gênese, resultados, reflexões e desafios**. 1 edição. Zarte Editora, Feira de Santana/BA, 2016b.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro/RJ, Bertand-Brasil, 2004.

_____. Território e região no desafio dos conceitos para uma política de desenvolvimento territorial. In: **Geografia dos movimentos sociais**. Feira de Santana/BA: UEFS editora, 2010.

LENCIONI, S. **Região e Geografia. A noção de região no pensamento geográfico**. São Paulo: Contexto, 1999.

LIMONAD, E., MONTEIRO, J. C., MANSILLA, P. **Planejamento territorial** volume 1: reflexões críticas e perspectivas. São Paulo – SP: Editora Max Limonad, 2021.

PERICO, R. E. **Identidade e território no Brasil**. Brasília, IICA 2009.

RAFFESTIN, C. **Por Uma Geografia do Poder**. São Paulo. Ed. Ática. 1993.

SANTOS, M. O dinheiro e o território. In: **GEOgraphia**, Rio de Janeiro, ano 1. n.1., 1996.

SERPA, A. E qual o lugar da Geografia Regional no contexto atual da Geografia? **Cadernos de Geociências**. v.6, 2001.

SOUZA, M. L. de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

ENTRE IDAS E VINDAS DA LEGISLAÇÃO URBANA: REFLEXOS NA VERTICALIZAÇÃO EM ARACAJU-SE

Raíssa Santana Quintiliano dos Santos
Universidade Federal de Sergipe-UFS
Email: raissasantanaquintiliano@gmail.com

INTRODUÇÃO

O crescimento acelerado nas cidades brasileiras na primeira metade do século XX, resultado da industrialização, provocou mudanças na estruturação do tecido urbano (SANTOS, 2005). Com isso, novas formas de apropriação do solo surgiram, face o advento da tecnologia na construção civil, relacionado a sistemas de concreto e aço e o elevador, que viabilizaram a construção de edifícios com maior número de pavimentos, aumentando a área construída e, conseqüentemente, gerando um maior lucro para o mercado imobiliário (SOMEKH, 2014; SOUZA, 1994).

Neste cenário, com a intensificação do uso e ocupação do solo através da verticalização, houve a necessidade de planejar, controlar e/ou direcionar a expansão urbana de forma justa e igualitária, especialmente no tocante do acesso à cidade urbanizada, através de instrumentos urbanísticos que conduzissem a política urbana nos municípios, conforme determina a Constituição de 1988. (SOMEKH, 2014; SOUZA, 1994; BRASIL, 1988, 2001).

Sendo assim, o PDDU, que através de instrumentos do Estatuto da Cidade, do zoneamento urbano e dos índices urbanísticos, tem como objetivo definir diretrizes e critérios de ocupação do solo face à oferta de infraestrutura nas cidades (BRASIL, 2001; OLIVEIRA, 2001). Dentre esses instrumentos e índices, o controle da verticalização, quanto à área construída e número de pavimentos, se dará através do coeficiente de aproveitamento (que determina a área máxima de construção) e/ou do gabarito de altura (número de pavimentos máximo da edificação) (SOMEKH, 2014; SOUZA, 1994). Essa matéria tem sido objeto de muitos embates e conflitos no âmbito das discussões no processo de elaboração e revisão de legislações urbanas por se constituir uma limitação para a dinâmica de acumulação e reprodução do capital, a exemplo do que ocorreu nos últimos 50 anos em Aracaju (FRANÇA, 2019). Sobre isso, Ramires (2011, p.102) concorda que “...quando se relaciona verticalização e legislação urbana a regra geral é a subordinação desta última aos grupos de interesses de determinados grupos que produzem o espaço urbano”.

O que se observa na capital do Estado de Sergipe, é que as determinações referentes à multiplicação do solo têm sido marcadas por aprovações e revogações desde as primeiras leis que estabelecem diretrizes sobre o controle da ocupação do solo, os Códigos de Obras e Urbanismo de 1966, até a vigência atual dos Códigos de Obras e Urbanismo, complementares ao PDDU de 2000 - revogados em 2003 e retornados desde 2018 - destacando nesse intervalo as várias leis complementares e decretos que alteraram dispositivos anteriores.

Isso tem gerado sérios impasses para o planejamento urbano democrático, à gestão no tocante ao licenciamento de prédios e fiscalização de obras, e também à sociedade que tem se afastado do efetivo acesso à terra urbanizada (DINIZ, 2003; FRANÇA, 2019, 2021). Esse cenário normativo é caracterizado por França (2019) e Diniz (2003) como uma "colcha de retalhos" face às "idas e vindas" do conjunto de leis urbanísticas que regulamentam a verticalização em Aracaju.

Diante disso, apesar de haver estudos relevantes que abordam a verticalização em Aracaju, como FRANÇA (2019), DINIZ (2003) e ARAÚJO (2002) é relevante acrescentar uma análise sobre o reflexo da legislação nos entraves no planejamento e gestão urbanos, quanto à implementação do gabarito de altura no controle desse processo. Nesse aspecto, é de fundamental importância entender as leis aprovadas e suas determinações que trazem alterações quanto à ampliação da quantidade de pavimentos a serem construídos, traçando os períodos de vigência e, baseados em estudos anteriores, compreender o reflexo dessas normativas no tecido urbano de Aracaju.

Sendo assim, esse estudo tem como objetivo geral **analisar o reflexo das alterações das leis que determinam gabarito de altura no processo de verticalização no espaço urbano de Aracaju de 1966-2021**. Para tal, foram traçados como objetivos específicos: 1) compreender o processo de verticalização e seus instrumentos de planejamento e controle de ocupação nas cidades brasileiras; 2) contextualizar o processo de urbanização e a legislação urbanística de controle da ocupação do solo nos últimos 60 anos em Aracaju; 3) analisar a legislação urbanística e seus períodos de vigência das determinações normativas sobre gabarito de altura em Aracaju desde 1966 (primeiros Códigos de Obras e Urbanismo); e, por fim, 4) caracterizar periodicamente e espacialmente, o reflexo das determinações normativas sobre gabarito de altura no processo de verticalização em Aracaju desde 1966 a 2021.

Para cumprir com esses objetivos, foram traçadas abordagens metodológicas que serão descritas a seguir. Inicialmente foi realizado levantamento bibliográfico dos principais autores

que abordam a questão da verticalização e da legislação urbanísticas nas cidades, como HARVEY(2006); LEFEBVRE(1999); CORRÊA (1999); MARICATO (2003); SANTOS (1993); SOMEKH (2014); SOUZA (1994); VILLAÇA (2001), bem como pesquisas regionais que estudem o processo de urbanização em Aracaju a partir da legislação e verticalização, como FRANÇA (2019); DINIZ (2003); ARAÚJO (2002). Em seguida, foi realizado o levantamento de leis e normas urbanísticas vigentes e não vigentes desde 1966, que incidem no controle da ocupação do solo, em especial, referente à verticalização e gabarito de altura, junto ao órgão de fiscalização de obras e urbanismo da Prefeitura Municipal de Aracaju, a Empresa de Obras e Urbanização (EMURB). O terceiro passo foi o levantamento de informações de características da verticalização nas licenças de empreendimentos verticais (localização e gabarito de altura) de 2016 a 2021, junto à EMURB, baseando-se na atualização de estudos realizados por França* (2019) e CEPUR (2022) para proceder com a construção de cartografias que demonstrem no espaço de Aracaju, o reflexo das normativas na verticalização, através de *softwares* como *Google Earth, AutoCad ou Qgis*.

Por fim, foram realizadas entrevistas com gestores do órgão de fiscalização de obras e urbanismo, a fim de compreender a efetividade das normas urbanísticas que disciplinam a verticalização para enfim proceder com a elaboração de linha do tempo/quadro de tempo quanto aos marcos normativos e períodos das vigências das determinações referente aos gabaritos de altura.

DESENVOLVIMENTO

Baseando-se nas diversas legislações sobre gabarito na capital sergipana, foram traçados 10 períodos durante a implementação das normas de controle da verticalização, que correspondem aos períodos de vigência dessas leis. No primeiro período, ainda não havia uma legislação que regulamentasse a altura dos edifícios com relação à limite de quantidade de pavimentos, marcando o início da verticalização em pouca quantidade apenas no bairro Centro.

No segundo período, quando iniciou o processo de normatização da construção civil, a verticalização incipiente, com apenas 1 exemplar, contrapondo-se ao terceiro período, marcado pelo crescimento exacerbado da construção vertical, com 230 empreendimentos concentrados especialmente nos bairros jardins, Treze de julho e São José. No quarto período, o período de vigência foi bem menor, mas houve produção de 10 empreendimentos concentrados nos bairros Jardins, Grageru e Luzia, assim como no quinto período, também de curta duração, houve o

licenciamento de 17 exemplares em maior quantidade nos bairros Jardins, Farolândia, Luzia e Grageru.

No sexto período, não houveram aprovações de empreendimentos devido à curta duração de tempo: 9 meses, enquanto no sétimo período, com cerca de 5 anos e licenciamento de 89 empreendimentos no Jardins, Farolândia e Grageru.

O oitavo período, que durou 6 anos, foram licenciados 182 empreendimentos nos bairro Jardins, Farolândia, Atalaia e Jabotiana, Coroa do Meio e Atalaia; seguido pelo nono período, com duração de 4 anos, marcado por definir o gabarito de altura dos bairros Coroa do Meio e Atalaia, e os demais bairros mantiveram com o mesmo gabarito do período anterior. Nesse período foram aprovados 71 empreendimentos com maior incidência no Jardins e Atalaia, seguidos de Farolândia, Coroa do Meio, Inácio Barbosa e Jabotiana. Por fim, no décimo período, vigente até os dias atuais, tiveram 33 empreendimentos aprovados nos bairros Jardins, Aruana, Farolândia e Marivan.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante disso, pode-se perceber que os processos de industrialização e urbanização das cidades brasileiras provocaram mudanças na estruturação do tecido urbano. Com isso, surgiu a necessidade de ordenamento do espaço urbanizado com o intuito de garantir uma cidade igualitária para todos. Assim, é notório que a maior produção de empreendimentos verticais acontece em bairros com infraestrutura mais definida e, conseqüentemente, com o valor de terra mais elevado, como produto da especulação imobiliária. Em contrapartida, nos bairros com menor renda o mercado optou por gabaritos mais baixos, assim como padrão de acabamento mais inferior.

Desta forma, entende-se que existe uma relação inversamente proporcional entre quantidade de blocos, número de pavimentos, padrão construtivo e nível de renda dos moradores, ou seja, quanto maior a quantidade de pavimentos, menor a quantidade de blocos, e mais alto o nível de renda dos compradores e vice-versa.

Por fim, também pode-se concluir que as várias aprovações e revogações, marcam inconsistências na legislação e, conseqüentemente, dificultam o trabalho dos técnicos municipais responsáveis pelas análises dos licenciamentos de projetos de empreendimentos, além de excluir a população carente da terra urbanizada.

PALAVRAS-CHAVE: Verticalização. Legislação. Aracaju.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Rozana Rivas de. **As relações entre as transformações econômicas e o ritmo da produção do espaço urbano. Estudo de caso: Aracaju.** 2011. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) –Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.
- BRASIL. **Lei nº 10.257 de 10 de Julho de 2001** – Estatuto da Cidade.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.**
- CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano.** 4º edição .Editora Ática, São Paulo. 1999
- DINIZ, Dora Neuza L. Aracaju: Evolução e Verticalização. 2003. **Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Arquitetura e Cidade).** Faculdade de Belas Artes de São Paulo, São Paulo, 2003.
- FRANÇA, Sarah Lúcia Alves **Vetores de expansão urbana : Estado e mercado na produção da habitação em Aracaju-SE** [recurso eletrônico] / Sarah Lúcia Alves França. – São Cristóvão, SE : Editora UFS, 2019.
- HARVEY, David. **A Justiça Social e a Cidade.** Tradução: Armando Corrêa da Silva. São Paulo: Editora Hucitec, 1980.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE), Censo Demográfico 2021.
- LEFEBVRE, Henry. **A revolução urbana.** 3 °.ed. Belo Horizonte: UFMG, 2008
- SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira.** São Paulo: Hucitec, 1993.
- SOMEKH, Nadia. **A cidade vertical e o urbanismo modernizador.-** 2.ed. atual. – São Paulo: Editora Mackenzie e Romano Guerra Editora, 2014. – (Coleção AcadeMak).
- SOUZA, Maria Adélia Aparecida de. **A identidade da metrópole: a verticalização em São Paulo.** – São Paulo: HUCITEC, EDUSP, 1994.
- VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil.** 2a ed. São Paulo: Nobel, Fapesp, Lincoln Institute of Land Police, 2001

DESTERRITORIALIZAÇÃO DA PETROBRAS NO NORDESTE BRASILEIRO - UMA ANÁLISE A PARTIR DA PERSPECTIVA DO DESENVOLVIMENTO DESIGUAL E COMBINADO DO CAPITAL

Wesley Santos

Universidade Federal de Sergipe
welshadai@hotmail.com

INTRODUÇÃO

É notório que entre as décadas de 1930 e 1980, coube ao Estado conduzir o processo de desenvolvimento no Brasil, a partir de um conjunto de políticas que viabilizaram a expansão da acumulação de capital nos diferentes setores da atividade econômica. Nesse contexto, em especial nos anos 50, deu-se a fundação de uma das principais empresas estatais do país, a saber, a Petrobrás. Após sua criação as atividades petrolíferas se espraiaram e o Nordeste foi fortemente impactado com mudanças estruturais, entretanto, desde a quebra do monopólio de produção do petróleo, em 1997, em torno da exploração, produção, refino e transporte do petróleo, vê-se uma inflexão de suas atividades produtivas em favor do setor privado por meio da venda de ativos, concessões e robusto processo de desinvestimento. É nesse contexto de arrefecimento das atividades da Petrobras, em particular no Nordeste, que se justifica a necessidade de desvelar o processo de desterritorialização que afeta de modo deletério os estados de Sergipe, Bahia, Alagoas e Rio Grande do Norte (principais produtores na região).

Partimos do pressuposto de que a reestruturação da indústria petrolífera no Brasil tem grandes impactos nas economias e regiões de maior dependência dessa atividade produtiva que movimenta uma grande cadeia a montante e a jusante. O caminho a ser traçado visa analisar o processo de desterritorialização a partir da perspectiva do desenvolvimento desigual e combinado do capital, enfatizando os efeitos na economia e na sociedade sergipana. Nessa perspectiva buscamos nesse texto fazer um resgate do processo de territorialização da PETROBRAS no Nordeste; caracterizar o processo de reestruturação da indústria petrolífera no país, resultando na desterritorialização da Petrobras, tendo como aporte teórico o processo de desenvolvimento desigual e combinado do capital e os efeitos reversos sobre o espaço geográfico a partir de uma perspectiva multiescalar. Essa análise é parte da construção da tese que se alicerça no método materialismo histórico dialético. Nossa temática baseada no referido método tem como objetivo analisar o movimento contraditório em face da busca por redução de custos e maximização de lucros para acumulação de capital. O materialismo histórico

dialético se propõe a entender as conexões existentes dentro de determinado processo, considerando suas relações e determinações como um todo (SUERTEGARAY, 2002).

Ao optarmos pelo materialismo histórico dialético visamos analisar a atuação da empresa tendo como alicerce teórico o desenvolvimento desigual e combinado do capital. Nesse sentido, se buscará compreender processos micro e macro que influenciam na produção do espaço, favorecendo a territorialização e a desterritorialização, bem como processos que engendram transformações no conflito capital-trabalho, nos investimentos do setor privado e do Estado. A abordagem será qualitativa, utilizando como principais procedimentos na construção desse texto a pesquisa bibliográfica e análise documental, bem como o levantamento e análise dos dados que contribuem para caracterizar os rebatimentos socioespaciais da desterritorialização da empresa no Nordeste.

DISCUSSÃO E RESULTADOS ESPERADOS

Ianni (1996, p.18) define desenvolvimento econômico como um processo de acumulação privada de capital, que provoca “(...) tanto a expansão quantitativa como a diferenciação qualitativa do sistema econômico”. Um processo além das forças produtivas requer a atuação do Estado, em múltiplos aspectos e escalas. A história econômica do Brasil no século XX evidencia a pertinência dessa leitura do autor, uma vez que o Estado foi o indutor do processo de desenvolvimento que promoveu grandes transformações na configuração territorial do país e na dinâmica da acumulação, sobretudo por meio de grandes investimentos em distintos segmentos industriais. Ademais, na contramão dessas mudanças ocorridas no século passado, o que se assiste no período recente é o enfraquecimento fiscal e financeiro do Estado nacional, a dominância da ideologia do Estado mínimo, o liberalismo econômico adotando políticas macroeconômicas sem caráter anticíclico, a desregulamentação para os fluxos internacionais de capitais, a flexibilização acentuada das relações de trabalho, dentre outras coisas. Como resultado algumas consequências estão sendo vistas, a primeira delas é a tendência da reconcentração espacial e produtiva moderna e mais dinâmica no Sudeste em detrimento da periferia nacional, como é o caso do Nordeste. Todavia, convém destacar que esse contexto de forte intervenção do Estado na economia não alterou a desigualdade regional no país. Como demonstrou Cano (1985), mesmo nos anos 70 e 80, apesar do grande volume de recursos investidos em políticas de desenvolvimento regional, nestas décadas se ampliou a concentração industrial no Sudeste do país. De modo que os grandes investimentos públicos do

período desenvolvimentista engendraram múltiplas formas de desigualdades, numa complexa simbiose entre o atraso e o moderno, simbiose que Oliveira (1981) analisa a partir da perspectiva do desenvolvimento desigual e combinado do capital. Por essa via analítica os setores e regiões atrasados não são entendidos como obstáculo ao desenvolvimento, mas sim como funcionais ao processo de acumulação.

Especificamente no tocante a Petrobras/SA, vê-se um recente e progressivo aprofundamento da desarticulação de suas atividades em favor da reconcentração na região Sudeste. Dotada de alta produtividade e rentabilidade a Petrobras, já sem monopólio, tem passado por distintos processos de privatizações enquanto mundo a fora as maiores petrolíferas e setores chaves são estatais ou estão sendo reestatizados. No Nordeste, nascedouro da empresa, os desinvestimentos, a venda ou concessão de plataformas e campos e de subsidiárias da Petrobras, demonstram a ruptura e o projeto de abandono das atividades. Por outro lado, a atuação da empresa não se alinha mais a um projeto desenvolvimentista, que marcou suas origens. A mudança no caráter do estado, que passou a ter um alinhamento com as políticas neoliberais produziu mudanças significativas na indústria petrolífera no Brasil. Para dar conta dessa complexidade é que se propõe uma análise a partir da teoria do desenvolvimento desigual e combinado do capital, que pressupõe que é a partir das demandas do processo de acumulação capitalista que ocorre uma reestruturação dos espaços geográficos com impactos sociais, econômicos e ambientais, etc.

O sentido lógico do desenvolvimento desigual decorre do caminho percorrido pelo capital com vistas a produzir mais valia e por consequência a expansão de sua própria base (Smith, 1988, p.19). Nesse sentido o capital se desloca com a finalidade de obter mais lucratividade, mesmo que para isso seja retirado de um ambiente por ele mesmo construído. O desenvolvimento desigual é resultado do vai e vem do capital, alterando as configurações geográficas, econômicas, e de outras ordens em busca da valorização do capital. Conforme Mandel (1982), o capitalismo não se desenvolve no vácuo, mas se relaciona com outras estruturas socioeconômicas e é nessa interação relacional que busca sua sobrevivência. Retomando a questão da Petrobras, se em certo momento o papel do governo foi o de espriar, por meio de políticas públicas e investimentos, o desenvolvimento rumo as regiões periféricas. Nos últimos tempos o caminho que tem sido percorrido é inverso, com grandes impactos engendrados pelo processo de territorialização e desterritorialização de capital. Por isso, para caracterizar este processo considera-se pertinente o debate sobre a categoria de análise

território. Conforme Andrade (1998, p.213-220), no território o exercício de poder se demonstra pelo efetivo controle e exploração de determinadas áreas, controle esse que muitas vezes está acima das fronteiras políticas e tem maior importância que o controle exercido por nações e Estados. Nessa discussão é importante considerar que o Estado, mas também o setor privado produz territórios. Assim são criadas novas formas de territorialidade e desterritorialidade, sendo que esse movimento pode acontecer de acordo com a intensificação dos processos produtivos, fluidez do capital e, sem dúvida, pela busca de sua acumulação. Nesse sentido, é que se constata que a partir dos anos de 1960 ocorreu um processo de territorialização da Petrobras na região Nordeste. Contudo, no momento em curso vem se manifestando o processo inverso, ainda que com novas perspectivas em outras frentes, como é o caso do projeto de exploração em águas profundas no litoral sergipano.

Assim o processo de desterritorialização passadas mais de quatro décadas de influência e gestão sob o território sugere alterações na configuração até então estabelecida no mercado de trabalho, no comércio, nos serviços, na indústria e por consequência na vida social e no meio ambiente. Por isso, temos como resultados esperados, o resgate histórico do processo de territorialização da PETROBRAS no Nordeste, a caracterização do processo de reestruturação da indústria petrolífera, instigando o debate em torno da saída da empresa da região e sua reconcentração no Sudeste e o desvelar dos rebatimentos desse processo em distintas escalas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Historicamente a atuação da PETROBRAS foi condicionada pela atuação do Estado, de modo que as transformações políticas e econômicas que ocorreram no país a partir de 2015, que resultaram no aprofundamento de políticas de ajuste fiscal, tem tido grandes rebatimentos na atuação da empresa. A partir de 2017 a empresa iniciou um processo de que denominou de desinvestimento, que se materializou no fechamento de unidades, privatização de plataformas e refinarias. Como resultado se verifica a demissão de milhares de trabalhadores, o fechamento de dezenas de empresas prestadoras de serviços, e ao que tudo indica um incalculável dano ambiental com o abandono de estruturas produtivas em terra e no mar.

A região Nordeste responde por 5% das reservas de petróleo brasileira e 20% da mão de obra empregada no setor (SINDIPETRO AL/SE, 2019). Assim sendo, a saída progressiva da Petrobras, e entrega ao setor privado engendra impactos socioespaciais, bem como impactos financeiros nos estados e municípios, a exemplo de queda na arrecadação de impostos,

esfacelamento de toda cadeia produtiva e consequente intensificação na perda de postos de trabalho. Todo esse processo carece de aprofundamento em sua discussão e análise.

PALAVRAS-CHAVE: Desenvolvimento econômico, Estado, desterritorialização da Petrobras do Nordeste, desenvolvimento desigual e combinado do capital.

REFERÊNCIAS

CANO, Wilson. **Desequilíbrios Regionais e Concentração industrial no Brasil 1930-1970**. São Paulo: Global, 1985.

IANNI, Octávio. **Estado e planejamento econômico no Brasil**. Civilização Brasileira, 6ª edição, Rio de Janeiro, 1996.

MANDEL, Ernest. **O Capitalismo Tardio**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma re(li)gião** – Sudene, Nordeste, Planejamento e Conflitos de Classe. 3ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981.

SMITH, N. **Desenvolvimento Desigual: natureza, capital e a produção do espaço**. Trad. Eduardo de Almeida Navarro. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988

SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. **Pesquisa de campo em Geografia**. GEOgraphia, Niterói, v. 4, n. 7, p. 64-68, 2002.

ANDRADE, M.C. de. Territorialidades, Desterritorialidades e Novas Territorialidades: os limites do poder nacional e do poder local. In: SANTOS, M. SOUZA, Maria. A. A de. SILVEIRA, M.L. **Território Globalização e Fragmentação**. São Paulo, 1998, p.213-220.

SINDIPETRO AL/SE. **A Petrobras corre Perigo: Impactos da Privatização e saída do Nordeste**. ILAESE, 2019.

AGRADECIMENTOS

Essa pesquisa tem sido desenvolvida com apoio da bolsa CAPES.

DESENVOLVIMENTO COMO IDEOLOGIA DE CONSUMO NA AMAZÔNIA: IMPLICAÇÕES SOCIOESPACIAIS DE REDES DE SUPERMERCADOS EM ABAETETUBA – PA²⁹

Khannanda Luhara e Silva Gonçalves³⁰
khannandagoncalves@gmail.com

José Maxuel de Farias Ferreira³¹
maxuel@academico.ufs.br

José Eloízio da Costa³²
eloiziocosta@academico.ufs.br

INTRODUÇÃO

O processo de formação da Amazônia é observado por vários aspectos que foram responsáveis pela transformação geográfica da região, tanto no sentido de ocupação e formação social, como a partir das recentes transformações que se estabeleceram na região, a exemplo da industrialização do Brasil, e com ela a construção de grandes projetos de desenvolvimento econômico. A emergência do surgimento da cidade capitalista se evidencia a apropriação rápida e definitiva que o capital fez do solo urbano, transformando o mesmo em instrumento da própria acumulação. A Amazônia tem demandado grande interesse ao que se refere à compreensão dos mecanismos de produção e reprodução do espaço, bem como a dinamicidade da produção do capital na região.

Ocorrem implicações na produção do espaço urbano no município de Abaetetuba desde a implementação dos grandes projetos de desenvolvimento na Amazônia, como também nos dias atuais com expansão urbana e chegada de novos empreendimentos comerciais no município. As mudanças ocorridas na Amazônia Brasileira desde a abertura de estradas e a inserção da produção capitalista, fez com que fosse possível tal questionamento levantado na pesquisa, no que diz respeito a uma ideia de desenvolvimento compreendida pela chegada de rede de supermercado, observando isso tanto como um fator condicionante dos equipamentos urbanos promoverem vínculos empregatícios quanto a uma melhora nos padrões de consumo.

²⁹ Dissertação de mestrado em andamento.

³⁰ Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Geografia na Universidade Federal de Sergipe – PPGeo. Bolsista CNPQ - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

³¹ Doutorando no Programa de Pós Graduação em Geografia na Universidade Federal de Sergipe – PPGeo. Pesquisador no Grupo de pesquisa sobre Transformação no mundo rural.

³² Professor e Pesquisador do PPGeo/UFS. Líder do grupo de pesquisa Transformação no mundo rural.

A partir disso, a pesquisa se justifica pela urgência do aprofundamento da temática de análise da área urbana da localidade, além da necessidade de compreensão da ideia de desenvolvimento a partir chegada das redes e as implicações na produção do espaço urbano que estas apresentam. Além disso, a importância destes fatores na ciência geográfica, a partir da análise da lógica urbana em todo município também é pertinente para observar a falta e a necessidade de planejamento dentro de Abaetetuba, o que reforça a necessidade da pesquisa proposta.

Para tanto, se estabelece como objetivo geral desse estudo: analisar as implicações da instalação de redes de supermercado na produção do espaço urbano de Abaetetuba, e como estas se apresentam como ideia de desenvolvimento. Além disso, na intenção da melhor compreensão acerca da problemática bem como do objetivo geral, julga-se necessário observar três objetivos específicos: Averiguar como a instalação de redes de supermercado expressam uma ideia de “desenvolvimento” como ideologia de consumo em Abaetetuba; Identificar implicações que se estabelecem com instalação das redes de supermercado nas condições de trabalho em Abaetetuba; Explicar fluxos de consumo e abastecimento que as redes estabelecem a partir da Teoria dos Lugares Centrais.

Quanto a metodologia da pesquisa, compreende na realização do levantamento bibliográfico a respeito da problemática na qual buscará construir uma breve discussão buscando apresentar alguns aspectos importantes para tal análise, desde contextualização do locus da pesquisa e até conceitos utilizados, que se referem a produção do espaço urbano, condições de trabalho e a ideia desenvolvimento.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Dentro da proposta de discussão deste estudo, alguns aspectos se fazem necessários para sua compreensão, tal como a formação histórica e geográfica da Amazônia, que inicialmente se deu por meio de inúmeros aspectos que foram atrelados a dinamicidade das cidades ribeirinhas e o seu processo ocupação, os mesmos são fatores de grande importância para a compreensão desta região. Nas recentes transformações ocorridas na Amazônia, a exemplo da industrialização do Brasil, e com ela a construção de grandes projetos de desenvolvimento econômico na região tem demandado grande interesse ao que se refere a compreensão dos mecanismos de produção e reprodução do espaço. A atuação do Estado na Amazônia durante as décadas de 60 e 70 do século XX ocorreu majoritariamente no âmbito regional, por meio da

adoção de um modelo de desenvolvimento econômico baseado na exploração dos recursos naturais e da potencialidade energética da região (MAGALHÃES; BRITTO; CASTRO, 1996). Os grandes projetos pensados na integração econômica da Amazônia com o restante do país modificam a organização do espaço bem como as condições de vida das pessoas que, como consequência, passam a reproduzir e refletir essas novas condições de vida bem como de trabalho.

No discurso apresentado acerca da modernidade e da ideia de desenvolvimento, observa-se que nem sempre é cumprido efetivamente, conseqüentemente esse não cumprimento se dá principalmente através das ações efetivas do Estado, como agente regulamentador no processo de elaboração e execução das políticas públicas, cabendo também a ele (o Estado) a responsabilidade na averiguação e fiscalização da aplicabilidade do que está estabelecido nos planos, projetos e na legislação vigente. A construção de grandes projetos na Amazônia se apresenta como ideia desenvolvimento, o que condiciona a ideia da possibilidade de assegurar melhorias nas condições de vida para as populações locais.

No discurso oficial, a região Amazônica caminha a passos largos rumo ao desenvolvimento. O progresso é visto como a meta a ser atingida com os grandes projetos na região. Esses projetos representam o caminho para a mudança e para o desenvolvimento. O progresso é resultado dos empreendimentos econômicos de porte gigantesco, que, segundo esse discurso, garantem o crescimento da região e o bem estar do povo (FONTES, 2008, p. 68).

A ocupação do município de Abaetetuba está diretamente ligada ao processo industrial através dos grandes projetos de desenvolvimento construídos na Amazônia, inicialmente a partir do projeto minero-metalúrgico instalado em Barcarena o que resultou em uma série de transformações para ambos os municípios. No caso de Abaetetuba, é possível se observar que o município passa a contar com chegada de pessoas de outras cidades e outros estados do país, que viam na região amazônica, mais especificamente na região norte, uma esperança de construir uma vida melhor, visto que a região contava com empresas dispostas pelos grandes projetos de desenvolvimento na Amazônia. Além disso, ainda que a localização das fábricas que faziam parte do plano de desenvolvimento da região estivesse instalada em Barcarena³³, os

³³ Município do estado do Pará, pertencente a região metropolitana de Belém e localizado nas proximidades de Abaetetuba, no qual foi instituído a instalação das empresas Abras/Alunorte com o projeto original da Alunorte (de alumina) foi concebido originalmente em 1976, casado com o da Albrás (de alumínio), ambos a serem conduzidos por um consórcio empresarial nipo-brasileiro.

empreendimentos da ALBRAS e ALUNORTE, contaram com sua maior concentração de força de trabalho advinda de moradores do município de Abaetetuba.

Ocorre uma intensificação do processo de urbanização de Abaetetuba observada precisamente entres os anos de 2018 há 2023, que conta com a chegada de novos equipamentos urbanos, e especificamente chegada dos grandes grupos de supermercado. Com a efetivação desses grupos no município, é possível observar implicações principalmente na reprodução das relações trabalho que se realizam, tendo uma tendência a padronização da modernidade do sistema capitalista que denomina ultrapassada as práticas tradicionais de trabalhos locais.

A estruturação de equipamentos urbanos condiciona a ideia da chegada de oportunidades de vínculos empregatícios para a população local, com o processo de modernização da sociedade e com a transformação do sistema capitalista, a presença da tecnologia avançada se torna algo em mais evidencia, bem como das novas possibilidades de consumo, no caso de Abaetetuba a chegada das redes de supermercados que se instalam a partir do ano de 2018 representam algumas dessas “modernas” formas comerciais que alteram os hábitos de consumo das cidades e impactando diretamente no funcionamento do comércio local “tradicional”, oferecendo também uma ampliação da facilidade de consumo, que nesse caso se confunde gravemente com a ideia de desenvolvimento. O espaço de consumo que se estabelece no município permanece ligado a características genéricas de falsos vícios economicistas como compreende Furtado (1974). Associado a isso, a ideia de “desenvolvimento” e “progresso” são cada vez mais deturpadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das compreensões acerca da contradição socioespacial no município, é possível observar, ainda que previamente, que a mesma resulta não apenas da diferenciação socioeconômica nos municípios Amazônicos no geral, mas é reproduzida também pela logica capitalista em relação a área urbana e a utilização e ocupação do solo urbano do município, onde observamos a presença da mediação de elites locais, que legitimadas pelo Estado, influenciam diretamente na dinâmica do município.

Espera-se nessa pesquisa compreender a categoria desenvolvimento na realidade da Amazônia e quais as implicações que a instalação de redes de supermercado apresenta na produção do espaço urbano evidentemente nas condições de trabalho. Intenciona-se também,

analisar detalhadamente do fluxo de consumo e abastecimento que as redes estabelecem em como estas se apresentam como “desenvolvimento” associado a uma ideologia de consumo.

PALAVRAS-CHAVE: Condições de Trabalho, Desenvolvimento, Redes de Supermercado, Amazônia.

REFERÊNCIAS

FONTES, Edilza. **O peão de trecho e o peão de casa:** identidade operária entre os trabalhadores da construção civil de Barcarena no canteiro de obras da Albras/Alunorte. *Novos cadernos NAEA*, v. 6, n. 1, 2008.

FURTADO, C. **O mito do desenvolvimento econômico.** 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

MAGALHÃES, Sônia Barbosa; DE CALDAS BRITTO, Rosyan Campos; DE CASTRO, Edna Maria Ramos. **Energia na Amazônia.** Museu Paraense Emílio Goeldi, 1996.

POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS (PCTS): DIREITO À CIDADE SOB O VIÉS DA PERMANÊNCIA

Jorge Edson Santos³⁴

Programa de Pós-Graduação em Geografia da
Universidade Federal de Sergipe (PPGEO UFS)
E-mail: jorgeedson santos87@gmail.com

INTRODUÇÃO

Esse texto faz parte de um capítulo da tese de qualificação de doutorado no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe (PPGEO-UFS) neste trabalho serão apresentadas as seções referentes a: 1. O Estatuto da Cidade e os instrumentos urbanísticos para regularização fundiária de comunidades ribeirinhas urbanas pesqueiras. Onde, serão abordadas, as questões de pesquisa e as possibilidades para garantir a permanência das comunidades tradicionais? Já na seção 2. Um ensaio acerca do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU) de Aracaju em que iremos tecer algumas considerações quanto à análise do mesmo. Finalizando com o debate das Zonas e/ou Áreas de Especiais de Interesse Social (ZAEIS) de acordo com a definição de “área urbana consolidada” pela lei nº 11.977/0913, referente à regularização em Áreas de Proteção Permanentes (APPs). Diante desse exposto, temos por objetivo geral analisar a produção do espaço urbano no capitalismo a partir das comunidades tradicionais de pescadores artesanais ribeirinhos/urbanos localizadas na cidade de Aracaju (SE).

Tendo por objetivos específicos, ressaltar que os processos de regularização fundiária não devem restringir-se apenas à regularização jurídica dos lotes, mas também a integração socioespacial, socioeconômica e socioambiental dos assentamentos informais. Estes lotes também dependem de intervenções públicas que considerem as diferentes dimensões da regularização fundiária: jurídica, urbanística, ambiental e social. No decorrer dessa abordagem foi levantada a seguinte problemática: a) porque os Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs) em especial os pescadores artesanais ribeirinhos/urbanos sofreram o apagamento da sua

³⁴ A nossa proposta de análise aqui se insere na linha de pesquisa Organização e Produção do Espaço Agrário, pelo viés da relação campo-cidade e da conflitualidade territorial fruto das investigações que vêm sendo realizadas no Laboratório de Estudos Rurais e Urbanos (LABERUR) do Departamento de Geografia da Universidade Federal de Sergipe (DGE) -UFS/ São Cristóvão.

‘memória coletiva ou compartilhada’ sendo que historicamente esses fazem parte da fundação da cidade de Aracaju? Como metodologia utilizamos com base em via de relatos obtidos pelos moradores de forma remota e presencial, pesquisas e revisões bibliográficas sobre os objetivos em foco nesta pesquisa na consulta a diferentes arquivos, físicos e disponível na internet, acadêmicos e não acadêmicos, de órgãos públicos, instituições governamentais e não governamentais, bem como matérias jornalísticas.

Assim, como consulta e construção de tabelas, estatísticas, dados quantitativos, relatórios técnicos, relatos de experiência, cadernos de observações, documentos oficiais (consulta à legislação: municipal, estadual e federal), Estatuto da Cidade (EC); Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano - (PDDU- Aracaju 2000). Além de, aplicação de questionários, entrevistas semiestruturadas, matérias jornalísticas e registros fotográficos, que darão subsídios para a escrita deste material. Essas informações nos auxiliaram na construção de tabelas estatísticas, quadros e cartografia histórica na escrita desta tese. Entendemos como Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs)

[...] Grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (BRASIL, Decreto Nº 6.040/2007. art. 3o. § I)³⁵.

Portanto, este trabalho justifica-se uma vez que, é importante registrar os processos de resistência e as lutas históricas dos Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs), e os pescadores artesanais ribeirinhos/urbanos na cidade de Aracaju não ficam de fora disso, buscar compreender como a produção capitalista do espaço no urbano, de que maneira afeta as relações de pertencimento desses sujeitos com a cultura, religião, ancestralidade e a economia, uma vez que, estes estão inseridos numa disputa de classes por frações do espaço (território) para a produção da vida.

³⁵ **Sendo estes formados por**, [...] ciganos, seringueiros, castanheiros, quebradeiras de coco-de-babaçu, comunidades de fundo de pasto, faxinalenses, pescadores e pescadoras artesanais, marisqueiras, ribeirinhos, varjeiros, caiçaras, praieiros, sertanejos, jangadeiros, açorianos, campeiros, vazanteiros, pantaneiros, caatingueiros, povos indígenas, as comunidades tradicionais de matriz africana ou de terreiro, quilombolas, os caboclos, os pomeranos, catadoras (res) de mangaba, entre outros (BRASIL, Decreto Nº 6.040/2007). **A definição de territórios tradicionais são como:** [...] Espaços necessários à reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária, observado, no que diz respeito aos povos indígenas e quilombolas, respectivamente, o que dispõem o art. 231 da Constituição e art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCTs) e demais regulamentações (BRASIL, Decreto 6.040/2007. art.3º. § II).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

1. O Estatuto da Cidade e os instrumentos urbanísticos para regularização fundiária de comunidades ribeirinhas urbanas pesqueiras

A regularização fundiária sustentável é um instrumento de suma importância para garantir o direito à cidade e a moradia, meta que há anos vêm sendo pautada em documentos, a exemplo da Constituição Federal, do Estatuto da Cidade e de leis federais (como a 13.465/17 e a, dentre outros). O termo “sustentável” se refere como o próprio nome sugere, à sustentabilidade da regularização, é importante ressaltar essa definição porque muitas vezes a regularização fundiária é resumida à titularidade da edificação. E é por isso que o processo de regularização acaba sofrendo entraves que dificultam sua aplicabilidade.

Para ocorrer uma regularização fundiária sustentável, são necessários três pilares para suas ações e estratégias, que são as dimensões:

A) Físico-habitacional: está direcionada para a melhoria das condições de habitabilidade nas ocupações informais, através da urbanização; B) jurídica: envolve a legalização da permanência nas áreas que se encontram ocupada de forma irregular, e a social envolve a participação popular, garantia de direitos como a cidadania e a inclusão social; C) social: faz-se necessário ressaltar que, de acordo com experiências positivas anteriores de outros municípios são imprescindíveis que a regularização fundiária seja conduzida entre a parceria do poder público e da população. (TCC. MACÊDO SANTOS; Amanda Brenda. UNIT. 2021).

Através dos instrumentos urbanísticos é que se encontram possibilidades para garantir a permanência das comunidades tradicionais e efetivar a regularização fundiária, atuando de forma macro (como na dimensão da gleba e do parcelamento do solo) para o micro (como os lotes). Considerando as particularidades das comunidades pesqueiras em área urbana as discussões devem ser postas para a revisão dos Planos Diretores de Desenvolvimento Urbano (PDDUs), é fundamental que essas comunidades sejam regulamentadas como uma Zona e/ou Área Especial de Interesse Social (ZAEIS).

2. Um ensaio acerca do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU) de Aracaju

O Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU) é um documento feito a partir de um estudo científico e aprofundado de determinada cidade, de acordo com as características dela. Iremos tecer aqui algumas considerações quanto à análise do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU) de Aracaju, regido pela Lei Complementar Municipal

(LCM) nº 42, de 04 de outubro de 2000, que cria o sistema de planejamento e gestão urbana, e manifesta grande preocupação do legislador com a preservação ambiental frente à expansão urbana. Conforme objetiva o Art. 1º da Política de Desenvolvimento Urbano do Município (PDUM):

[...] Art. 1º A Política de Desenvolvimento Urbano do Município, conforme (PDUM) preconiza a Lei Orgânica (LO) tem por objetivo o direito à cidade, o cumprimento da função social da propriedade, a justa distribuição dos serviços públicos, da infraestrutura e dos equipamentos urbanos, a ordenação do uso e ocupação do solo e da produção do espaço urbano, inclusive das áreas de expansão e a preservação do patrimônio ambiental e cultural. (Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano - PDDU-Aracaju 2000).

É evidente o direcionamento das ações no referido diploma no sentido de preservar-se o meio ambiente natural e dar-se condições de desenvolvimento adequado ao meio urbano. O Art. 3º dispõe a preocupação com o uso racional e sustentável do espaço urbano em benefício de toda a população, de forma a evitar e corrigir as distorções do crescimento da cidade:

[...] Art. 3º Constituem objetivos gerais desta lei: I - Ordenar o crescimento e implantação de núcleos urbanos, através da distribuição adequada da população e das atividades de interesse urbano, de forma a evitar e corrigir as distorções do crescimento da cidade; II - Incrementar a eficiência econômica de Aracaju, através da plena utilização da infraestrutura, equipamentos urbanos e serviços públicos comunitários existentes, evitando sobrecarga e ociosidade, reduzindo custos de investimentos operacionais dos setores públicos e privados e, conseqüentemente, ampliando os benefícios sociais; III - Estabelecer mecanismos para atuação conjunta dos setores públicos e privados em empreendimentos de interesse público que promovam transformações urbanísticas na cidade, especialmente relativas a transporte coletivo, política habitacional, abastecimento d'água, tratamento de esgotos, destinação final do lixo, sistemas de educação e saúde. (PDDU- Aracaju 2000).

3. Zonas e/ou Áreas de Especiais de Interesse Social (ZAEIS)

Conforme o PDDU (2000), o bairro Industrial e Porto D'Antas, área lócus deste estudo estão referenciados no PDDU como integrantes da Zona de Adensamento Básico (ZAB). Além disso, as áreas encontram-se inseridas como Áreas de Interesse Ambiental – (AIA), cuja legislação específica bem como as diretrizes de intervenção, estão descritas e definidas como Áreas de Diretrizes Especiais (ADE) (Art. 138º). Conforme parágrafo único do Art. 139º:

[...] Estas áreas terão prioridade nos investimentos públicos. A partir dos anos 80, as Zonas e/ou Áreas Especiais de Interesse Social (ZAEIS) começaram a ser desenhadas em várias prefeituras do Brasil. Porém, foi apenas em 2001 com a Lei nº 10.257, denominada Estatuto da Cidade (EC) que a ZAEIS foi de fato oficializada enquanto instrumento urbanístico. Essa lei regulamenta os capítulos 182 e 183 da Constituição

Federal de 1988 – referente à política urbana, prevendo uma série de instrumentos para a garantia, no âmbito de cada município, do direito à cidade, da defesa da função social da cidade, da propriedade e da democratização da gestão urbana. PDDU (2000).

Seguindo esse viés, a ZAEIS nasce forjada na luta dos movimentos sociais, visando incorporar os espaços da então “cidade informal” – favelas, assentamentos urbanos populares, loteamentos irregulares e habitações coletivas (cortiços) – à cidade formal. Nesse sentido, a implementação da ZAEIS representa “(...) o reconhecimento da diversidade de ocupações existentes na cidade, com o objetivo de pensar a política urbana a partir das especificidades de cada território popular” (Estatuto da Cidade p. 155). Dessa forma, de acordo com ANCONA (2017).

[...]), as ZAEIS instituem importante instrumento de política urbana, fundiária e habitacional, incluído no Estatuto da Cidade como marco jurídico e político (art. 4º, f) é definido pela Lei Federal nº 11.977 de 2001 como: “(...) parcela de área urbana instituída pelo Plano Diretor ou definida por outra lei municipal, destinada predominantemente à moradia de população de baixa renda e sujeita a regras específicas de parcelamento, a Lei de Uso e Ocupação do Solo (LUOS)” (art. 47, V), que estabelece regras e parâmetros para o uso do solo.

No entanto, apesar dos avanços nos marcos legais e urbanísticos, a aplicação deste instrumento tem se dado de forma bastante questionável, uma vez que é possível notar um ciclo vicioso, devido à seletividade ao reconhecer apenas alguns territórios enquanto ZAIES esse tipo de prática do poder executivo municipal, o torna um agente da reprodução da desigualdade dentro da cidade, visto que a não regularização desses espaços na cidade privam as comunidades vulneráveis de serviços essenciais como: saneamento, regularização fundiária, urbanização, oferta de equipamentos públicos, abrindo brechas para que remoções forçadas aconteçam nesses assentamentos.

Na cidade de Aracaju, assim como em diversas cidades do Brasil, os aglomerados estão concentrados às margens limítrofes do município. Assim, observa-se a fragmentação de muitos territórios populares engolidos no tecido urbano e da oferta das oportunidades da cidade não possuem regularização formal como aponta o observatório das metrópoles (núcleo Aracaju). Nesse contexto, as comunidades do Porto Capitão (bairro Porto D'Antas), da Fibra e Prainha (no bairro Industrial) são territórios que permaneceram perversamente não inseridos na cidade, excluídos do direito à dignidade.

Mapa 01: Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU- Aracaju) - Zonas e/ou Áreas Especiais de Interesse Social (ZAEIS -2021)³⁶



Fonte: PDDU - Aracaju (2000).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse contexto, reconhecer que os Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs) em especial os pescadores ribeirinhos urbanos enquanto Zonas e/ou Áreas de Especiais de Interesse Social (ZAEIS), significa buscar formas socialmente justas, economicamente viáveis, e ecologicamente sustentáveis, para garantir a permanência da população com o espaço/território/trabalho. Além de proporcionar a regularização da área já habitada e incluir a pequena região no zoneamento da cidade, a fim de que a legislação urbanística seja implementada de acordo com a realidade material da cidade de Aracaju.

PALAVRAS-CHAVE: Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs), pescadores ribeirinhos urbanos, Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano - (PDDU), Zonas e/ou Áreas de Especiais de Interesse Social (ZAEIS)

³⁶ ³ Frise-se, que não houve nenhum tipo de consulta prévia com as referidas comunidades, que sequer são mencionadas no atual documento do PDDU 2021. Segundo nosso levantamento, essas foram às comunidades preteridas: 1. Comunidade Quilombo Urbano da Maloca (bairro Cirurgia); 2. Comunidade das Mangabeiras (bairro Santa Maria); 3. Comunidade da Prainha (bairro Industrial); 4. Comunidade do Barrozinho (bairro Farolândia); 5. Comunidade do Porto Capitão (bairro Porto Dantas); 6. Comunidade São Sebastião (Manuel Preto- bairro Industrial); 7. Povoado Robalo. (Localidades: Guaxinim); 8. Povoado Areia Branca (Localidades: Zenza, Várzea Grande, Cabrobó, Suíça, Malvinas, Matapuã); Povoado São José (Três porquinhos, Gameleira).

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Hélio Mário de. **O ambiente urbano: visões geográficas de Aracaju** - Hélio Mário de Araújo (Org.) [et al.]. - São Cristóvão: Departamento de Geografia da UFS, 2006. 284p. Il.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/. Acesso em: 1 de dez. 2021.

BRASIL, Sergipe. **Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU) de Aracaju**. Disponível em: https://www.aracaju.se.gov.br/userfiles/seplan/arquivos/Plano_Diretor/Plandir_%20aprovado.pdf. Acesso em: 10.04.2022.

DINIZ, José A. Felizola. **Aracaju, Síntese de sua geografia urbana**. Aracaju: Livraria Regina, 1963.

FRANÇA, Vera Lúcia Alves França. FALCÓN, Maria Lúcia de Oliveira. **Aracaju: 150 anos de vida urbana** / organização de Vera Lúcia Alves França e Maria Lucia de Oliveira Falcón. – Aracaju: PMA/SEPLAN, 2005. 236 P.: il., p & b., fotos. Obra publicada em comemoração aos 150 anos de Aracaju.

MACEDO; Amanda Brenda Santos. **A Iminência do Despejo e Rumos para Permanência de uma Comunidade Pesqueira em uma Área de Proteção Ambiental (APA) em Aracaju, Sergipe**. - Trabalho Final de Graduação apresentado à Universidade Tiradentes (UNIT) como um dos pré requisitos para a obtenção do grau de bacharel em Arquitetura e Urbanismo. Orientadora: Prof.^a M.^a Rosany Albuquerque Matos - Aracaju 2021.

PORTO, Fernando. **A cidade do Aracaju (1855-1865) – ensaio da evolução urbana. Vol. II, Aracaju: Coleção Estudos Sergipanos, 1945**. Disponível em: <https://ihgb.org.br/pesquisa/biblioteca/item/27250-a-cidade-do-aracaju-1855-1865-ensaio-deevolu%C3%A7%C3%A3o-urbana-fernando-porto.html>. Acesso em 18.04.2022.

_____ **Alguns nomes antigos de Aracaju**. Aracaju/SE, Gráfica e Editora J. Andrade Ltda., 2003.

SANTOS, Jorge . **A luta por habitação popular: a espacialização do Movimento Organizado dos Trabalhadores Urbanos (MOTU)**. 2017. 170 f. Dissertação (mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2017.

SUBALTERNIDADES E FRONTEIRAS CULTURAIS: EMBATES NOS TERRITÓRIOS EXTRATIVISTAS DO LITORAL SERGIPANO

Heberty Ruan da Conceição Silva

Programa de Pós-graduação em Geografia PPGEO/UFS

E-mail: heberty.ruan@gmail.com

Maria Augusta Mundim Vargas

Programa de Pós-graduação em Geografia PPGEO/UFS

gutamundimvargas@gmail.com

INTRODUÇÃO

O processo de ocupação do homem no litoral do Estado de Sergipe é evidenciado por marcas históricas que demonstram o encontro de grupos étnicos distintos. Neste espaço da alteridade e de encontro com o outro, os embates etnocêntricos, econômicos e territoriais foram inevitáveis, desde quando os povos originários da etnia tupinambá estabeleceram os primeiros contatos com povos exteriores no processo de colonização. Desde então, o litoral tornou-se um espaço de contrastes sociais com povos heterogêneos não somente no âmbito da cultura e identidade, mas também nas intencionalidades econômicas e sociais.

As singularidades das estruturas sociais de cada etnia fomentam a apropriação do litoral de maneiras distintas. De um lado, populações se aglomeravam nos centros urbanos e metropolitanos organizando-se um estilo de vida cidadão. Por outro, grupos humanos se estabeleceram e organizaram seus modos de vida associados a práticas tradicionais como a caça, pesca, extrativismo nos estuários e ecossistemas litorâneos.

Em Barra dos Coqueiros, por exemplo, os embates culturais se acirraram na medida em que o processo de urbanização, orquestrado pelo fomento ao consumo da paisagem de sol, mar, praia e areia, especulação imobiliária e financeirização da habitação e moradia espacializa-se em seu litoral, já habitado e apropriado por comunidades que praticam o extrativismo de restinga e estabelecem seus territórios de vida. Cientes dessa problemática, propomos a analisar como o processo de expansão urbana no litoral metropolitano de Aracaju, conformam fronteiras culturais entre as populações tradicionais extrativistas e aqueles que estabelecem o modelo de vida cidadão.

Do ponto de vista metodológico, nos debruçamos na abordagem geográfica fenomenológica, que para Nogueira (2005) prioriza a descrição do mundo vivido, e não somente o mundo físico e humano, logo, esse tipo de abordagem debruça-se no campo das

experiências e vivências humanas realizadas nos seus espaços, territórios, lugares, regiões e paisagens. Deste modo, reafirmamos que esta abordagem nos oferece subsídios para interpretar a cultura, individualidades, singularidades, alteridades e embates

Visando a análise qualitativa, selecionamos uma série de metodologias e instrumentais que suscitam a compreensão mais interpretativa e reflexiva dos dados coletados. Neste rumo, destacamos a revisão bibliográfica acerca dos conceitos de território, fronteira, identidades e cultura. Coleta de dados primários por meio de pesquisas de campo constituídas por diário de campo, roteiros de observação e entrevistas semiestruturadas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao considerar a metodologia apresentada foi possível constatar que os povos extrativistas que ocupam e usam esse litoral, como identificado por Santos (2015), vivem um processo de invisibilidade histórica, sobretudo por não conseguirem se impor como protagonistas dos seus próprios destinos, uma vez que não são concatenados com o modo de produção hegemônico e tornam-se vulneráveis ao processo de exploração dos bens naturais.

O processo de invisibilização dos sujeitos extrativistas tornou-se mais evidentes com a apropriação dos seus bens naturais para fins de expansão da malha urbana aos moldes do capital imobiliário, da financeirização da habitação, que promovem e transformam os elementos naturais da paisagem costeira como catalisador da valorização e venda dos empreendimentos e unidades habitacionais. A especulação imobiliária atribui novos valores aos rios, manguezais, restingas e praias ao passo em que esses elementos passam a ser cobiçados por agentes investidores e futuros/novos moradores.

A apropriação de áreas onde antes era desenvolvida a atividade extrativistas nos leva a discussão sobre o território, e vos faz lembrar de Haesbaert (2008) quando reflete que o território, que pode ser compreendido por meio de duas principais dimensões, a cultural/simbólica e a material, que apesar de parecer distintas, não devem ser interpretadas de maneira associadas. Almeida (2011) enriquece a discussão afirmando que o território é um espaço social vivido pois é resultado da apropriação do espaço por grupos que nele estabelecem a sua cultura e história. O Bonnemaion (2002) complementa destacando que povos e etnias existem por sua referência a um território, seja ele real, sonhado, habitado ou perdido.

Os autores citados nos trazem concepções oportunas no sentido da compreensão de que as identidades culturais e simbólicas dos povos extrativistas do litoral sergipano foram

consolidadas em consonância com a existência dos seus territórios, em sua dimensão material que lhes dão suporte, como a restinga, rios, manguezais e praias, e a base simbólica, onde reside a cultura, identidade e as práticas produtivas. Em outras palavras, esses povos instituem os seus territórios por meio dos seus modos de vida cotidiano, baseado numa racionalidade socioeconômica alternativa à sociedade urbana moderna. É evidente que a cultura e a identidade são elementos definidores do processo de apropriação e domínio do espaço, logo, o ponto de vista cultural é estratégico no estabelecimento da compreensão do território.

No litoral metropolitano, especificamente nas comunidades Capuã, Olhos D'água e Jatobá, localizados entre a margem esquerda formada por manguezais densos que margeiam o leito sinuoso do rio Pomonga e as restingas que ocupam as planícies a beira mar, existem grupos humanos cuja principal atividade realizada para a manutenção da vida são as práticas produtivas de coleta, pesca e extrativismo de espécies da fauna e flora. Eles se apropriam do ambiente costeiro para usufruir dos frutos da restinga e pesca nos manguezais e rios, elementos que são importantes não somente para a alimentação diária, mas também para a comercialização e geração de renda. Nesse ambiente, compartilham o cotidiano, suas histórias, vivências e acumulam experiências, saberes e fazeres repassados por gerações.

Contudo, a instalação de empreendimentos imobiliários ocasiona feridas nas práticas culturais e econômicas mencionadas, pois provocam a supressão e a privatização da restinga, e impedem o acesso dos extrativistas nas áreas ainda preservadas. A restinga sistematicamente desconfigurada para que possa ser instalado condomínios e empreendimentos padrões econômicos que distinguem os extrativistas dos novos moradores dos empreendimentos.

Os muros dos condomínios, loteamentos e prédios, passaram a configurar um signo de alteridade, separação e encontro das diferenças. Os muros segregam os extrativistas da sociedade urbana moderna. Os muros impõem mudanças no cotidiano da realização das práticas tradicionais e logo, colocam os atores em conflitos e embates culturais, pois o avanço da urbanização se apropria do território e dos bens naturais e ocasionam feridas no processo de manutenção das práticas e identidades territoriais dos extrativistas.

Recordamos dos estudos de Cosgrove (1998) ao destacar que as pessoas que vivem em posições diferentes na sociedade estabelecem experiências, consciências e culturas diferenciadas. Este fato ocorre na realidade empírica analisada, uma vez que os muros separam realidades distintas, os de dentro compartilham de uma realidade cultural que os diferenciam socialmente dos de fora.

A discussão nos conduz ao conceito de fronteira, da forma como foi discutido por Almeida (2005) ao aludir que a fronteira delimita contornos de categorias sociais, é o lugar de encontro das diferenças, alteridades e desenraizamento. Tema também estudado e bem definido por Martins (2021, p.11), para o autor “a fronteira tem um caráter litúrgico e sacrificial, porque nela o outro é degradado para, desse modo, viabilizar a existência de quem o domina, subjuga e explora”. Assim, na fronteira um dos grupos culturais tendem a ser desvalorizados, subalternizados e a sofrerem com a imposição econômica e social daqueles que dominam, como é o caso das comunidades extrativistas cada vez mais degradadas na medida em que avança as fronteiras e a especulação imobiliária.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Logo, as comunidades extrativistas do litoral de Barra dos Coqueiros, compartilham um presente pós-colonial marcado por conflitos culturais, identitários e territoriais, que decorrem das múltiplas tensões ocasionadas pela pressão urbana sob os ecossistemas costeiros. Neste contexto, as práticas socioprodutivas tradicionais associadas aos ecossistemas litorâneos que auxiliam na geração de renda e reprodução socioeconômica dessas comunidades encontram-se ameaçadas. No espaço litorâneo sergipano, o extrativismo insere-se em um contexto geohistórico que evidencia a invisibilidade e subalternidade das gentes e comunidades que o praticam.

PALAVRAS-CHAVE: Território. Identidade. Invisibilidade. Povos Extrativistas. Alteridade.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, M. G. Festas rurais e turismo em territórios emergentes. **Revista bibliográfica de geografia y ciencias sociales**, Vol. XV. n.918. 2011.
- ALMEIDA, M. G. Fronteiras, Territórios e Territorialidades. **Revista da ANPEGE**, n. 2, v.1, p.103-114, 2005.
- BONNEMAISON, J. Viagem em torno do território. In: CORRÊA, R. L.; ROZENTHAL, Z. (Orgs.) **Geografia Cultural: um século**. Rio de Janeiro: EdUerj, 2002. p. 83-131.
- COSGROVE, D. A Geografia está em toda parte: Cultura e simbolismo nas paisagens humanas. In: CORREIA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Orgs.) **Paisagem, Tempo e Cultura**. Rio de Janeiro: EdUerj, 1998.

HAESBAERT, R. Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade. In: HEIDRICH, A.; COSTA, B.; PIRES, C.; UEDA, V. (Org). **A emergência da multiterritorialidade: a resignificação da relação do humano com o espaço**. Canoas/Porto Alegre: Editora ULBRA/Editora UFRGS, 2008.

MARTINS, J.S. A fronteira. **A degradação do Outro nos confins do humano**. São Paulo: HUCITEC, 1997.

SANTOS, Rodrigo Herles dos. Entre águas e gentes: vivências e (in)visibilidades nos territórios do litoral de Sergipe. 2015. 334 f. **Tese (Doutorado em Geografia)** - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2015.

NOGUEIRA, Amélia Regina Batista. **Uma Interpretação Fenomenológica na Geografia**. Artigo Científico. Universidade de São Paulo, 2005.

AGRADECIMENTO:

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)

UMA ANÁLISE DA ESCRAVIDÃO CONTEMPORÂNEA A PARTIR DA NATUREZA DO CAPITAL

Aurelane Alves Santana

Universidade Federal de Sergipe

E-mail: aurelanesantana@gmail.com

Christiane Senhorinha Soares Campos

Universidade Federal de Sergipe

E-mail: christianescampos@gmail.com

INTRODUÇÃO

O presente texto tem por finalidade discutir a relação entre trabalho escravo e o desenvolvimento do capitalismo. Para tanto, debruça-se sobre a análise da funcionalidade e contribuição histórica do escravismo colonial no processo de acumulação primitiva do capital e dos fatores socioeconômicos que ocasionam a reprodução de relações laborais análogas à da escravidão no século XXI.

O objetivo é afastar o entendimento do trabalho escravo contemporâneo da leitura que o compreende como uma anomalia dentro do sistema capitalista – isto é, como um fenômeno que resulta da coexistência do arcaico e do moderno, na qual as relações laborais não acompanham o avanço do capital constante e permanecem atrasadas e vistas como elementos inerentes apenas aos primórdios do capitalismo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com este propósito apresentado na introdução, o estudo se ampara nas características da natureza do capital para mostrar que a exploração do trabalhador ao máximo, ou seja, à exaustão é intrínseca à acumulação capitalista, não sendo, portanto, algo estranho à sociabilidade que esse modo de produção impõe no tempo e no espaço.

Atrelado à essa perspectiva, se evidencia que, além de produto da natureza do capital, o trabalho escravo contemporâneo também resulta da convergência de vários fatores econômicos, políticos, jurídicos e socioespaciais que viabilizam sua reprodução a partir da correlação de forças entre as classes sociais, historicamente desfavorável aos trabalhadores, e da atuação do Estado.

A discussão inicia-se mostrando como a escravidão foi utilizada no continente americano e no Brasil enquanto fonte primária de trabalho para gerar riquezas às metrópoles europeias, promover o desenvolvimento do capitalismo a partir da acumulação primitiva do capital e alicerçar as estruturas de classe no interior das colônias.

Com a abolição da escravidão e implementação do mercado de trabalho brasileiro, as formas de exploração que passaram a ser executadas pelo capital acarretaram no consumo excessivo da força de trabalho, com inúmeras tentativas de ampliação da jornada de trabalho, da incorporação de diferentes mecanismos de retenção da mais-valia, da baixa remuneração, etc.

Diante dessas condições dadas de trabalho, os processos de lutas da classe trabalhadora foram e são fundamentais na conquista de direitos trabalhistas, não partindo dos capitalistas nem do Estado moderno o estabelecimento de limites quanto à exploração do trabalho.

Na exemplificação dessa realidade, analisa-se a incidência do trabalho análogo ao de escravo no rural da Bahia – em especial na região Oeste deste estado – e a sua relação com a expansão do agronegócio que concentra terras e se apropria de formas de exploração e expropriação que precarizam e degradam as condições de vida dos trabalhadores.

Os procedimentos metodológicos adotados consistiram em leitura de livros, artigos, dissertações e teses de estudiosos da Geografia e das Ciências Humanas e Sociais em geral, cujas obras contribuíram para a construção da base teórica crítica na discussão do trabalho análogo ao de escravo e das questões correlatas que envolvem o tema da escravidão. Entre esses autores estão Williams (1975), Fernandes (2005), Ianni (1978), Prado Jr. (2006) e Furtado (2007), fundamentais na compreensão da importância do escravismo para a acumulação primitiva do capital e para o desenvolvimento das bases produtivas do capitalismo; Engels (2010) e Marx (2013), medulares na reflexão das características da natureza do capital em extrair constantemente o sobretabalho através de variadas formas de exploração laboral, bem como dos limites dessa exploração, que são impostos pela organização dos trabalhadores diante das condições dadas de trabalho; Singer (1977), Gaudemar (1977), Andrade (1980), Moreira (1990), Martins (2002), Conceição (2005), Oliveira (2007), Mattos (2007), Thomaz Jr. (2009), Filgueiras (2014), etc., que auxiliam nas análises dos fatores socioespaciais, econômicos, políticos e jurídicos que dão vazão à existência do trabalho escravo na contemporaneidade como um fenômeno social que resulta dos conflitos e contradições históricas estabelecidas entre

capital e trabalho; e autores da escravidão contemporânea, à exemplo de Figueira (2004) e Sutton (1994), ligados aos movimentos sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A consideração em que se chega é a de que não há incompatibilidade entre a existência do trabalho análogo ao de escravo com a moderna produção de *commodities* verificada no agronegócio brasileiro.

Isto se justifica no fato de que a reprodução na contemporaneidade de relações laborais semelhantes à da escravidão decorre do desenvolvimento desigual e combinado do capital, que propicia a divisão do trabalho a partir da conjunção de distintas condições econômicas, políticas, jurídicas e socioespaciais de uma determinada formação social, bem como da natureza específica do capital de reproduzir formas de exploração do trabalho que potencializam a extração do sobretabalho e que convergem para a reprodução do trabalho análogo ao de escravo nos dias atuais.

PALAVRAS-CHAVE: Trabalho análogo ao de escravo, escravidão contemporânea, capitalismo, trabalho, trabalhadores.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Manuel Correia de. **A terra e o homem no Nordeste**. 4. ed. São Paulo: Livraria Ciências Humanas, 1980.

CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. **A Geografia do espaço da miséria**. In: Scientia Plena. Vol. 1, nº 6, 2005.

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. Tradução: B. A. Schumann. São Paulo: Boitempo, 2010.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. 5. ed. São Paulo: Globo, 2005.

FIGUEIRA, Ricardo Rezende. **Pisando fora da própria sombra**. 1ª Ed: Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2004.

FILGUEIRAS, Vitor Araújo; ALVES, Jeane Sales. **Trabalho análogo ao escravo no Brasil: regulação em disputa e recentes resgates no estado da Bahia**. Revista TST, Brasília, vol. 80, no 1, jan/mar 2014.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**, 34^a. ed. São Paulo: Cia. Das Letras, 2007.

GAUDEMAR, Jean-Paul de. **Mobilidade do trabalho e acumulação do capital**. Lisboa: Estampa, 1977.

IANNI, Octavio. **Escravidão e racismo**. São Paulo: Hucitec, 1978.

KARL, Marx. **O Capital** - Livro I – crítica da economia política: O processo de produção do *capital*. Tradução Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARTINS, José de Souza. **A sociedade vista do abismo**. Novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais. 2^a. Ed. São Paulo: Vozes, 2002.

MATTOS, Marcelo Badaró. **Experiências comuns: escravizados e livres no processo de formação da classe trabalhadora no Brasil**, in Anais do XXIV Simpósio Nacional de História, São Leopoldo, 2007.

MOREIRA, Ruy. **Formação do espaço agrário brasileiro**. São Paulo: Brasiliense, 1990. 83p.

SUTTON, Alison. **Trabalho escravo: Um elo na cadeia da modernização no Brasil de hoje**. São Paulo. Ed: Loyola, 1994;

THOMAZ JR, Antonio. **Dinâmica Geográfica do Trabalho no Século XXI: (Limites Explicativos, Autocrítica e Desafios Teóricos)** / Antonio Thomaz Júnior. – São Paulo: [s.n], 2009.

WILLIAMS, Eric. **Capitalismo e Escravidão**. Rio de Janeiro, Ed. Americana, 1975, 295p.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos à Fundação de Apoio à Pesquisa e à Inovação Tecnológica do Estado de Sergipe (*Fapitec/SE*) pelo financiamento desta pesquisa.

A DESTERRITORIALIZAÇÃO DOS(AS) TRABALHADORES(AS) DA COMIDA DE RUA EM ITABUNA-BAHIA³⁷

Greiziene Araújo Queiroz de Sousa
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
greiziene@gmail.com

Sônia de Souza Mendonça Menezes
Universidade Federal de Sergipe
soniamenezes@academico.ufs.br

INTRODUÇÃO

A comida de rua não se resume a uma atividade econômica corriqueira em qualquer cidade, é uma prática social carregada de significados e lutas sociais. É classificada pela Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO) como alimentos e bebidas prontos para consumo preparados e/ou vendidos por vendedores ambulantes especialmente em ruas e outros locais públicos (FAO, 1995). Esses alimentos e bebidas fazem parte de um subsistema urbano denominado pela FAO (2011) de Setor Informal de Alimentos (IFS).

Neste estudo, o objetivo é relacionar a comida de rua ao conceito de R-existência frete aos processos de desterritorialização. Esse vocábulo foi utilizado por Porto Gonçalves (2006) para se referir aos subalternizados que se movem com lógicas distintas “Por isso, mais do que resistência, o que se tem é R- Existência posto que não se reage, simplesmente a ação alheia, mas, sim, que algo pré-existe e é a partir dessa existência que R-Existe. Existo, logo resisto. R- Existo”. A R-esistência é a permanência de uma prática social originada no passado que se mantém no presente apesar das forças opositoras. A comida de rua é anterior, às normas sanitárias e as perseguições políticas empresariais, logo, existe e R-existe no espaço urbano.

A pesquisa aqui apresentada tem como recorte espacial de análise a cidade de Itabuna no Sul da Bahia. Utilizou-se como recurso metodológico a pesquisa bibliográfica e entrevistas com dezoito trabalhadores(as) da comida de rua. As entrevistas forneceram um cabedal de narrativas que possibilitaram compreender o universo da comida de rua, bem como traçar um

³⁷ Este resumo é parte integrante da pesquisa de doutorado desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Geografia intitulada “A expressão territorial da comida de rua em Ilhéus e Itabuna-Bahia” na Universidade Federal de Sergipe.

perfil dos participantes da pesquisa, os (as) trabalhadores (as) da comida de rua, seja na elaboração e/ou na comercialização.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Segundo o censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE de 2022 a população municipal de Itabuna contabilizou 186.708 pessoas, destas 39% possuem um rendimento nominal mensal de até 1/2 salário-mínimo, isto é, parte significativa da população vive com um rendimento inferior ao mínimo (in)viável. Parte destes, estão inseridos em atividades temporárias, ocasionais ou informais ligadas a oferta de alimentação urbana.

Nas entrevistas com os(as) trabalhadores(as) da comida de rua ficou evidente a problemática do desemprego estrutural como fator que impulsionou a entrada na atividade. A idade dos participantes se mostrou bastante diversa – dos 18 aos 72 anos. A média de anos na profissão oscilou entre dois meses e 30 anos em exercício. Há também aqueles que possuem outras funções como vigilante, recepcionista ou se encontram aposentados. No entanto, é importante salientar que 81,8% dos entrevistados vivem exclusivamente do trabalho na comida de rua. Esse dado revela que o trabalho na comida de rua é a fonte de reprodução social desses (as) sujeitos(as) sociais.

No entanto, no dia 30 de maio de 2022, a prefeitura de Itabuna, por meio da Secretaria de Segurança e Ordem Pública, retirou os ambulantes da comida de rua das praças, da Avenida Cinquentenário, principal via de comércio da cidade, e do Calçadão Ruy Barbosa por recomendação do Ministério Público da Bahia. A ação foi movida pela Associação Comercial e Empresarial de Itabuna (ACI) e pela Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL), que acreditam ser prejudicados com a presença do comércio informal. Os (As) trabalhadores(as) foram realocados para a Praça Otávio Mangabeira, sem infraestrutura para recebê-los. Na prática, houve um processo de desterritorialização da comida de rua, na medida em que foram desenraizados dos lugares em que estavam habituados a viver, pois o local de trabalho compõe a dimensão do cotidiano e, portanto, da vida. Para a ACI e a CDL, está em curso um reordenamento do comércio ambulante; já para os informais, trata-se de uma saída forçada, isto é, “[...]da expulsão da pessoa de sua condição territorial, da ruptura de seus vínculos [...]” com o local e com os consumidores (Heinrich, 2006).

A desterritorialização dos trabalhadores da comida de rua ocasionou prejuízos para eles. Segundo o entrevistado Pedro, “Eu vendo 140 unidades no meu lugar, hoje vendi 8, não paga

nem a salada” (Informação Verbal, 2022). Ele doou a produção do dia para uma instituição de caridade por não haver compradores. Após uma semana sem trabalhar, decidiu alugar uma garagem para trabalhar, a poucos metros da Praça Olinto Leone, antiga localização, e assim estar perto dos consumidores habituais. Isso lhe custa R\$ 300,00 por mês, despesa essa que impacta diretamente nos ganhos finais, mas lhe permite vender toda a produção diária. O trabalhador acredita estar sendo perseguido por empresários da alimentação próximos à sua antiga localização.

A ação de Pedro nos remete a Pereira quando atesta que “Toda forma de resistência implica alguma forma de deslocamento, desvio, curvatura e dobra por mais sutis ou insignificantes que pareçam [...]” (2017, p.18). Embora Pedro tenha se deslocado para poucos metros da antiga localização, é o fato de, agora, estar em uma propriedade privada que lhe confere o privilégio de exercer seu trabalho, não o direito. Para os que não podem sair da rua, resta o desvio, como Carmem, que estaciona seu carrinho de doces numa vaga de estacionamento e, após o período de fiscalização pela manhã, retorna a seu antigo ponto. Scott aponta que as resistências do cotidiano são silenciosas e que o “[...] objetivo dos resistentes é tipicamente satisfazer necessidades prementes como segurança física, alimento, [...] ou renda, e fazê-lo em relativa segurança [...]” (2011, p.225).

Essas necessidades são postas à prova a cada novo decreto ou nova determinação. As resistências silenciosas não entram em confronto direto, violento, com o poder público, mesmo que provoquem ruídos como aqueles que resistiam a sair do local, como relatou Laís. Segundo a entrevistada, o fiscal lhe disse: “você é muito teimosa, se eu te pegar novamente aqui, vou apreender suas coisas”. Ela assegura “Não atrapalho ninguém, só quero trabalhar”. O desespero de Laís comoveu transeuntes e consumidores, alguns deles foram à prefeitura interceder pela vendedora. Semanas após o ocorrido, lhe foi autorizado retornar ao local, contudo com uma estrutura menor, sem bancos e toldos, apenas a mesa com as refeições e um pequeno sombreiro. Segundo Pereira, a resistência por vezes implica “dobrar(-se) mas nem por isso se deixar subjugar totalmente” (2017, p.18). Laís dobrou-se ao reduzir sua estrutura de comercialização, mas lutou na defesa do território. Segundo Haesbaert, a desterritorialização ocorre em consonância com a reterritorialização “Daí a pertinência do uso do termo hifenizado: desterritorialização, demonstrando a indissociabilidade das suas duas faces” (2003, p.18). Assim, a ação do poder público, orquestrada pelos empresários da cidade, não foi capaz de extinguir o comércio informal da alimentação no urbano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conceito de R-existência se aproxima da temática da comida de rua na medida que os trabalhadores permanecem na rua e r-existem ao apagamento histórico de sua atividade que perdura a séculos no Brasil. Embora, sejam constantemente aturridos por normas higienistas, decretos municipais elaborados por gestores públicos, orquestrado por empresários, que insistem desterritorializar a comida de rua. A comida de rua de rua é um trabalho ameaçado pelo uso capitalista da cidade como mercadoria e não como abrigo para seus cidadãos. Ameaçada na localização em pontos específicos, mas não em sua existência. Esta, R-existe por ser uma ocupação para muitos trabalhadores e trabalhadoras, experientes nas resistências silenciosas, curvam-se, dobram-se, desviam-se, mas não desistem, dela retiram o sustento da família, e, sobretudo se apresenta como um mercado socialmente necessário para alimentar a população de comida e cultura

PALAVRAS-CHAVE: R-existência, trabalhadoras, alimentação.

REFERÊNCIAS

FAO. Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação. **Technical Meeting on Street Foods**. Calcutta, India 6-9 November, 1995. Disponível em: http://www.fao.org/3/W4128T/w4128t03.htm#P38_5679. Acesso em: 2 mai 2019.

_____. **Promessas e desafios do setor informal de alimentos nos países em desenvolvimento**. 2011. Disponível em: <http://www.fao.org/3/a1124p/a1124p.pdf>. Acesso em: 21 maio 2019.

HEIDRICH, Álvaro Luiz. Territorialidades de exclusão e inclusão social». In **Saberes e práticas na construção de sujeitos e espaços sociais**, organizado por Nelson Rego, Jaqueline Moll e Carlos Aigner. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

HAESBAERT, Rogério. «Da Desterritorialização À Multiterritorialidade». *Boletim Gaúcho de Geografia*, nº 29 (2003): 1124. . <http://seer.ufrgs.br/bgg/article/view/38739/26249>. Acesso em 01 de julho de 2022

PEREIRA, Edir Augusto Dias, «Resistência descolonial: estratégias e táticas territoriais». *Terra Livre*, nº43 (2017): 17-55. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/terralivre/article/view/615>. Acesso em 23 fevereiro de 2022.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. De saberes e de territórios: Diversidade e emancipação a partir da experiência Latino Americana. **Revista GEOgrafia**, Ano VIII, n. 16, p. 41-55, 2006.

Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13521/8721>. Acesso em: 9 set. 2022.

SCOTT, James C. Exploração normal, resistência normal. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº 5 (2011): 217-243. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/SYTfPQnDjn3vRSDJzghnnpd/?format=pdf&lang=pt>. Acessado em 20 ago. 2022.

AGRADECIMENTOS

Gratidão à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) pela bolsa de estudos durante os quatro anos da pesquisa

IMPORTÂNCIA DO PIBID NA FORMAÇÃO DOCENTE: EXPERIÊNCIAS E RELATOS

Camilly Vitória de Jesus Santos
Universidade Federal de Sergipe
E-mail: camilysts52@gmail.com

Josevaldo Nascimento Neto
Universidade Federal de Sergipe
E-mail: njosevaldo13@gmail.com

INTRODUÇÃO

A educação atrelada à figura do professor se desdobra em um desafio ao ser somada ao ambiente escolar e toda complexidade que envolve as relações na escola. O trabalho docente é marcado por grandes expectativas quanto a atuação e formação do professor, assumindo um compromisso constante na formação de indivíduos. Nesse cenário, a docência consolida sua importância e necessidade de incentivo às licenciaturas.

No Brasil, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Nº 9394 de 1996, institucionaliza a organização da educação no país, assim como de suas políticas. Vale a pena ressaltar que nos anos 1990 foi implantada a lógica neoliberal e sua série de reformas, a partir de 1995 o campo educacional sofreu influências diretas de organizações internacionais e financeiras, interferindo na formação docente.

As repercussões consequentes a essas mudanças expressam um processo de mercantilização da educação, transformando a educação em fonte de lucro. A precarização da profissão do professor é também evidente, distanciando a realidade social do educador a sua metodologia de ensino. A desvalorização do professor e a defasagem salarial impõem ao profissional uma maior jornada de trabalho, impactando significativamente no planejamento e organização de suas aulas, ciclo este que acarreta na dependência ao livro didático e seu conteúdo.

Buscando amenizar as consequências decorrentes a sucessão das diversas mudanças passadas pela educação brasileira criou-se, em 2010, o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), com o intuito de aproximar discentes em licenciatura do ambiente escolar oportunizando contato com a sala de aula em escolas da rede pública de ensino; almeja-se, ainda, a integração da educação básica com a universidade, visando a quebra da dicotomia entre esses dois níveis de ensino.

De acordo com o Artigo 3º, do Decreto nº 7219, o PIBID tem o objetivo de:

- I – incentivar a formação de docentes em nível superior para a educação básica;
- II – contribuir para a valorização do magistério;
- III – elevar a qualidade da formação inicial de professores nos cursos de licenciatura, promovendo a integração entre educação superior e educação básica;
- IV – inserir os licenciandos no cotidiano de escolas da rede pública de educação, proporcionando-lhes oportunidades de criação e participação em experiências metodológicas, tecnológicas e práticas docentes de caráter inovador e interdisciplinar que busquem a superação de problemas identificados no processo de ensino-aprendizagem;
- V – incentivar escolas públicas de educação básica, mobilizando seus professores como conformadores dos futuros docentes e tornando-as protagonistas nos processos de formação inicial para o magistério; e
- VI – contribuir para a articulação entre teoria e prática necessárias à formação dos docentes, elevando a qualidade das ações acadêmicas nos cursos de licenciatura.

O PIBID é um programa de suma importância por vincular o licenciando, futuro professor, à realidade educacional logo no início do curso, objetivando sua qualificação como profissional, além de sua adaptação à rede pública de ensino. Essa experiência é fundamental para o processo de formação e conhecimento, sendo ela individual e em grupo conjuntamente com os demais bolsistas, incentivando a produção coletiva e a interdisciplinaridade. Os bolsistas, com esse primeiro contato, percebem de forma nítida a necessidade de articulação entre teoria e prática a necessidade de uma reconstrução metodológica a partir da realidade social.

Nesse sentido, para que haja dentro da educação pública uma melhoria de qualidade, se faz necessário enfrentar diversos desafios, não basta apenas que haja profissionais qualificados, mas necessita haver, conjuntamente, uma estrutura a qual atenda às demandas diárias de uma escola. Portanto além da consciência crítica de que existem diferentes tipos de instituições de ensino, realidades sociais e alunos, devemos ter em mente que cada uma delas requer abordagens distintas, esse cuidado irá influenciar bastante no processo de ensino do local e do professor.

O texto tem como objetivos apresentar vivências obtidas pelos bolsistas na escola-campo e analisar a importância do programa na formação do licenciando de Geografia a partir da construção do seu senso crítico e metodológico, interligando a realidade à escola e aos seus alunos. Nesse viés, esse texto busca possibilitar trocas de conhecimento e experiências, evidenciando a relevância do programa e expandindo essas temáticas, antes apenas debatidas no ambiente acadêmico, saiam dos muros da universidade e possam ser discutidos dentro do

ambiente escolar de forma democrática e social, contribuindo assim para a qualidade do ensino público no país.

EXPERIÊNCIAS VIVIDAS ATRAVÉS DO PIBID

Seguindo a lógica de que o PIBID se desenvolve a partir de parcerias entre universidades e escolas da rede pública, incentivando a formação docente, a Universidade Federal de Sergipe, Campus Universitário Professor Alberto Carvalho, Departamento de Geografia (DGEI), em conjunto com o orientador do programa e seus 24 bolsistas, interligam a instituição superior de ensino a três escolas públicas situadas nas cidades de Itabaiana e Ribeirópolis, no interior sergipano.

Colocaremos em foco duas dessas escolas que são distintas, principalmente, na questão de sua infraestrutura e organização, as quais detêm uma importância significativa para ambas. Importante analisar através da caracterização das duas escolas aqui apresentadas e assim ter uma ideia de como o espaço ao nosso redor também exerce um certo poder nas decisões tomadas para desenvolver nossas atividades, limitando-as ou as ampliando.

A primeira escola-campo é originalmente situada no bairro Serrano em Itabaiana – Sergipe, mas por estar passando por reformas, no momento está sediada no centro da cidade, próxima à feira livre. Uma curiosidade interessante sobre sua infraestrutura atual refere-se a sua divisão, a escola utiliza dois prédios, abrangendo cada um duas séries e semelhanças importantes, como por exemplo, nenhum apresenta espaço ideal para suportar uma instituição escolar.

Assim, as dinâmicas do Pibid foram resumidas ao ambiente da sala de aula, restringindo as atividades realizadas. Além disso por se tratar de uma turma de 3º ano, as atividades passadas eram focadas na preparação para o Enem, fator este de extrema importância para a formação docente dos bolsistas, pois foi possível trabalhar os conteúdos de forma mais aprofundada e interligá-los com mais facilidade à realidade social dos alunos.

Em contrapartida, a escola localizada na cidade de Ribeirópolis contém uma estrutura considerada boa, estrutura essa que infelizmente não se encontra em todas as outras do estado. Nesse sentido, a instituição desfruta de um pátio amplo, iluminado e arejado que contribui como um espaço de vivência entre os alunos, além de uma quadra poliesportiva que dá suporte para o planejamento e realização de atividades e dinâmicas, inclusive dentro do PIBID, assim também, a escola oferece em todas as salas, ar-condicionado, TVs e Datashow, instrumentos que ajudam positivamente para o processo de aprendizagem e ensino.

Diante disso, podemos analisar que, por mais que ambas as escolas tenham a oportunidade de receber programas como o PIBID, fica evidente que atualmente as condições entre as duas são distintas em termos de infraestrutura. Esse fator de diferença, também está presente na formação de consciência dos profissionais da educação, tendo em vista que os professores devem ir para as salas de aula sempre com o pensamento crítico de que existem diferentes tipos de alunos e de escolas, ambos com características particulares e diversas em suas formações e relações históricas sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em suma, é de conhecimento dos estudantes de licenciatura o quão importante se faz a necessidade de uma experiência prévia e antecipada dos/as futuros/as docentes na sala de aula, no que resulta em uma maior facilidade e familiaridade com seu local de trabalho. Nesse sentido, programas como o PIBID torna-se uma opção importante e segura para que haja esse primeiro contato de forma leve e com boa orientação, auxiliando inclusive nas disciplinas de Estágio I, II e III.

As discussões feitas no ambiente acadêmico muitas vezes ficam restritas aos muros das universidades e, é aí que o papel do PIBID se mostra fundamental para que haja uma maior democratização do conhecimento e da ciência produzida nas instituições de ensino superior, resultando assim, em uma troca de experiência entre os envolvidos. Além disso, existe uma problemática que deve ser levada em consideração ao analisarmos os relatos de experiência, nem todas as escolas têm a oportunidade de receber programas como este.

O PIBID, então, surgiu como um instrumento para propiciar o contato com a escola enquanto os licenciandos ainda estão em processo de formação, buscando formar docentes mais críticos e políticos, focados na aprendizagem de seus alunos e na sociedade a qual eles estão inseridos. Trazendo para a sala de aula não apenas conteúdo programado pelo livro didático, mas conhecimento e ciência, entrelaçando a teoria e a prática.

PALAVRAS-CHAVE: PIBID; Formação Docente; Experiência

REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto nº 7.219, de 24 de junho de 2010. Dispõe sobre o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência - PIBID e dá outras providências. Presidência da República – Casa Civil. Disponível em: Decreto nº 7219 (planalto.gov.br).



BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases de Educação Nacional. Brasília, DF: Senado Federal, nº 11.

SILVA, Sandro da, et al. A importância do PIBID para a formação docente. 3º EMIcult: Onde está o nosso Patrimônio Cultural?, Santo Ângelo-RS, v.3, p.1-11, Agosto, 2017.

DE REGIÃO SISALEIRA A TERRITÓRIO DO SISAL: NOTAS PARA ANÁLISE

Jean da Silva Santos

Universidade Federal de Sergipe, PPGEO
Universidade do Estado da Bahia, Campus XI
jesantos@uneb.br

INTRODUÇÃO

Trata-se de uma breve discussão atualizada sobre os o processo de constituição do Espaço Sisaleiro da Bahia sob o prisma temporal e espacial em articulação com as políticas de planejamento espacial no estado da Bahia, visando compreender a constituição do Território do Sisal enquanto unidade de planejamento territorial do estado. Para além deste aspecto o trabalho objetiva ainda duas dimensões, a primeira, promover breve análise sobre algumas notas sobre os processos de organização social, presentes na economia espacial, tensionando seus rebatimentos na produção da territorialização dos sujeitos coletivos enquanto instância decisórias colegiadas levando em consideração a política de Territórios de Identidades implantada, em especial no Território do Sisal.

A segunda dimensão, trata-se de possibilitar construir as bases para a compreensão sobre a escolha e uso do termo região ou território enquanto recorte conceito na composição do referencial da pesquisa para a produção de tese junto ao PPGEO/ UFS, após a disciplina Teoria Regional (2022.1) a luz das teorias discutidas. Um dos principais achados desse breve trabalho reside no fato de que há uma contradição instalada entre os discursos e as práticas presentes na política territorial efetivada, a de que houve um possível enfraquecimento das articulações políticas existentes entre os coletivos territoriais (associações, sindicatos, organizações populares) no que tange a efetiva participação na gestão e decisão da aplicação dos recursos públicos destinados ao Território.

METODOLOGIA

Para o desenvolvimento metodológico deste trabalho, foram utilizados referencias bibliográficos, cartográficos e documentos oficiais do Estado sobre a temática em questão o que resultou em um artigo com três seções, a primeira, uma breve caracterização do histórico locus da pesquisa, sobre a constituição Espaço Sisaleiro da Bahia, a segunda discorre sobre

“Macro política territorial e suas implicações na Bahia” e a terceira, intitulada “Intencionalidades políticas entre Região Sisaleira e Território do Sisal”.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

CARACTERIZAÇÃO DO LÓCUS DA PESQUISA

Com a história do povoamento ligada ao período colonial brasileiro, segundo Santos, Neto e Silva (2015, p. 133), os municípios do espaço sisaleiro foram inicialmente ocupados no processo de expansão do gado, a pecuária extensiva foi um dos instrumentos mais utilizados para ocupar o amplo território por sua capacidade de penetração através da construção das rotas boiadeiras para abastecimento das cidades mais populosas do estado da Bahia. Acompanhando desse processo, verificou-se a expansão dos latifúndios que desenvolviam essa atividade econômica culminando em um alto índice de concentração de terras.

Desde o sec. XIX, a vida humana no Território do Sisal é difícil e penosa, especialmente em virtude das secas (longos períodos de estiagens), das carências de recursos naturais, econômicos e sociais, sendo demarcada socioeconomicamente pela escassez e pobreza em índices alarmantes. A partir da década de 1940, com a introdução da lavoura sisaleira na economia espacial é possível vislumbrar uma transformação socioespacial ao iniciar o aumento da melhoria das condições de reprodução da vida no campo, aumentando as condições de fixação da população campesina e barrando um periódico êxodo rural.

Já no Sec. XX, conforme verificado em Silva (2016, p. 156), “[...] a cultura do sisal conseguiu papel de destaque na Bahia entre 1938-1969, estimulada pelo governo Landulpho Alves e pelas condições favoráveis do mercado”. O processo produtivo do sisal permitiu importante fluxo da economia espacial entre o campo e a cidade e, neste mesmo período, se promoveu o surgimento tardio de municípios que configuram a atual rede urbana, sobretudo pela expansão e consolidação do sistema produtivo da lavoura sisaleira para exportação, com 96% da produção voltada para o mercado externo responsável por uma concentração espacial relativa da riqueza.

Neste sentido, o Nordeste da Bahia foi se destacando, se diferenciando através do trabalho camponês responsável pela produção da mancha sisaleira, na medida em que esta cultura foi alargando as suas fronteiras. Processo que se destaca também pelas contradições de um desenvolvimento desigual responsável por algumas (im)permanências, dentre as quais

citamos a ideia de desenvolvimento, calcado na modernização conservadora na medida em que se preserva “antigas estruturas” (SANTOS, NETO, SILVA, 2015) que não alteram realidade do tecido social em sua totalidade.

Essa modernização conservadora permitiu a manutenção das bases para a atual economia espacial, segundo a leitura de Maciel (2020), ao analisar os aspectos socioeconômicos dos municípios que fazem parte do Território do Sisal, observa-se que esse continua a ser uma área economicamente deprimida, caracterizada pela baixa produtividade. Bem como sobre o atual e fraco dinamismo que pode ser explicado por fatores como: decadência da economia tradicional (cultura do sisal), manutenção de heranças ligadas à estrutura arcaica (concentração de terras, patrimonialismo, praticas coronelistas de apadrinhamento e exploração do trabalho nos campos de sisais), e investimentos públicos em determinadas áreas do estado, mais especificamente, na Região Metropolitana de Salvador (RMS), que concentra maior parte das atividades econômicas da Bahia (MACIEL, 2020, p. 37).

MACRO POLITICA TERRITORIAL E SUAS IMPLICAÇÕES NA BAHIA

Para além da sua diferenciação natural de semiaridez, as características do trabalho produtivo permitiram um segundo processo de diferenciação do espaço, conferindo-lhe um recorte sub-regional, do qual a região passou a ser cunhada por várias nomenclaturas, desde Região Sisaleira, ou do Região do Sisal, Sisalândia (RICCI, 2007), a Território do Sisal, tanto pela apropriação cultural dos termos enquanto expressão do espaço vivido na cotidianidade e, portanto, continente de perspectivas simbólicas de representação, quanto produto oriundo de políticas públicas do planejamento de Estado que só passou a fazer parte, enquanto região oficial no ano de 1994.

Assim, a partir do reconhecimento das microrregiões sisaleiras não se tinha uma delimitação específica de municípios que definiriam o recorte espacial específico da mancha da cultura do sisal. Apenas em 1994, a Companhia de Ação e Desenvolvimento Regional (CAR) publica um documento em que “[...] aparece claramente a ideia de existência de uma Região Sisaleira [...]” (SANTOS, NETO, SILVA 2015, p. 137), calcada no conceito das Regiões Econômicas.

É possível verificar com base em Santos, Neto e Silva (2015, p. 137), que a região sisaleira passou a configurar o cenário estatal primeiro nos documentos oficiais de forma tímida, haja vista que os órgãos oficiais de planejamento territorial, a exemplo da Secretaria de

Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária não reconhecia a existência de uma Região Sisaleira nos idos de 1991, mas reconhecia a cadeia produtiva do sisal que se estruturava pela composição de um grupo de municípios dedicados a lavoura, levando em consideração a regionalização do IBGE.

INTENCIONALIDADES POLÍTICAS ENTRE REGIÃO SISALEIRA E TERRITÓRIO DO SISAL

Desse modo, o movimento de apreensão da realidade para além dos documentos e planos estatais de organização do espaço é fundamental tomar o Território do Sisal no sentido de identificar e analisar os rebatimentos das políticas públicas nos diversos campos de atuação na economia, cultura e, dentre outros, na educação. Buscar identificar e refletir sobre as conflitualidades instaladas nestes movimentos, tanto por parte dos movimentos sociais, quanto dos órgãos oficiais do Estado e suas políticas públicas que têm como rebatimento uma possível desarticulação dos sujeitos em suas práticas sociais, além de possivelmente contribuir como ação hegemônica de controle dos movimentos sociais e, com isso, aerar uma espécie de confinamento dos processos de resistência.

Portanto, retomando a questão da concentração de terra como um dos elementos da permanência das estruturas do capital no Território do Sisal, há que se conferir sentido na compreensão da questão agrária a partir da mundialização do capitalismo monopolista, que direciona o capital financeiro para o centro da economia e que traz para o Brasil a característica rentista do capital, transformando a terra em mercadoria.

No cenário da virada do planejamento espacial de região para Território de Identidade do Sisal implantam-se as bases para a consolidação da inclusão dos pequenos produtores ou trabalhadores assalariados do campo do Espaço Sisaleiro da Bahia na cadeia internacional de produção de forma a consolidar uma rede produtiva local, vinculada ao mercado mundial, na qual se opera a apropriação do território pelo capital que objetiva o aproveitamento máximo dos potenciais produtivos da localidade, buscando o seu (capital) pleno desenvolvimento, através do alcance da exploração das atividades produtivas em escala local (SILVA, 2016).

Assim, mesmo constando de dois importantes aspectos sociais e históricos no espaço sisaleiro baiano, sendo o primeiro a existência orgânica dos coletivos culturais, associações camponesas e sindicatos rurais, além de organizações populares em torno das questões urbanas, que já reproduziam o território frente as necessidades colegiadas.

O segundo aspecto trata, na política territorial em destaque ora vigente, há existência dos espaços decisórios presentes nas representações colegiadas pelos conselhos territoriais, fatores pré-estabelecidos na realidade e também previstos no documento estatal de planejamento que se articulariam perfeitamente para operar a política, fato que não funcionou estritamente como o esperado. Nesta perspectiva é possível perceber uma contradição instalada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A despeito das mudanças conceituais dos termos Região para Território para fins de planejamento do desenvolvimento local e regional na Bahia, acompanhando os ideais do então governo federal nos idos de 2007, neste processo se construiu um discurso de abarcamento cultural como potência em detrimento dos aspectos econômicos e de poder que, em última análise, envolvem e é definidora da sociedade organizada em classe, tendo um rebatimento espacial, contraditoriamente ao discurso defendido da participação social via representações dos conselhos territoriais, quando o que se percebe é um possível esvaziamento político das ações populares no quesito de participação coletiva na toma de decisões e definições de ações territoriais.

PALAVRAS-CHAVE: Resumo expandido; Normas científicas, Congresso, Realize, Boa sorte.

REFERÊNCIAS

MACIEL, Eliane Cruz. Processo de urbanização e as pequenas cidades do Território do Sisal: um breve panorama. *Sitientibus*, n. 57, 2020.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de et al. A grilagem de terras na formação territorial brasileira. São Paulo: FFLCH, 2020.

RICCI, E. A. Região sisaleira da Bahia: a reorganização do espaço geográfico da Sisalândia a partir da criação da Apaeb. 2007. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

SANTOS, Edinusia Moreira Carneiro; NETO, Agripino Souza Coelho; DA SILVA, Onildo Araujo. De Região Sisaleira a Território do Sisal: desvelando as nuances do processo de delimitação da diferenciação espacial no Semiárido Baiano. *GeoTextos*, 2015.

SILVA, Filipe Prado Macedo da. **O Território do Sisal**. In: As políticas territoriais rurais e a articulação governo federal e estadual: um estudo de caso da Bahia / organizadores: Antonio César Ortega, Murilo José de Souza Pires. – Brasília: Ipea, 2016.

“JULIETA, COISA E TAL”: TRILHANDO OS ESPAÇOS PELA GEOGRAFIA LITERÁRIA.

Ana Carolina Nunes de Azevedo³⁸
anaazevedo@geogmail.com

Maria Augusta Mundim Vargas³⁹
gutamundimvargas@geogmail.com

INTRODUÇÃO

Os diversos campos do saber, a religião, a arte, a filosofia e a ciência convergem para um único ponto: a apreensão da realidade, resguardadas, claro, suas peculiaridades investigativas e metodológicas. A ciência geográfica vem procurando alternativas de apreensão do espaço geográfico, especialmente, com a abordagem cultural que se lança com novas perspectivas nos estudos socioespaciais. Uma dessas perspectivas é a compreensão da realidade pela influência da cultura na produção do espaço, assim como a significação da espacialidade vivida. Desse modo, credita-se à Literatura, que coexiste como modalidade da arte e como constituinte da cultura, a possibilidade de ela intermediar a compreensão da relação do homem com o meio por ele produzido e valorado (Olanda e Almeida, 2008).

No âmbito das discussões a respeito da relação entre geografia e literatura esse trabalho objetiva analisar o conceito de lugar, identidade e memória no romance *Julieta, Coisa e tal*. É na busca de conhecer tais conceitos que estudamos a obra literária de autoria do escritor Osmar Rodrigues Marques publicada em 1986 que traz em seu contexto a história de um prostíbulo muito conhecido na cidade de Caxias, estado Maranhão, chamado Casa Amarela.

Investigar a Geografia pela literatura evidencia múltiplos olhares a respeito do espaço, oriundos de uma observação junto ao modo de vida de uma certa população ou comunidade. Isso desperta no observador-investigador a curiosidade de conhecer a intensidade do sentimento de pertencimento e identidade com o lugar, elementos estes apreciados nas expressões e falas de cada ser.

Se pensarmos a Geografia como uma árvore do conhecimento, podemos admitir que a Geografia Cultural é um dos seus ramos mais frondosos e carregados de frutos. Engloba,

³⁸ Mestra em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe. Pesquisadora do Grupo CNPq Sociedade e Cultura.

³⁹ Professora do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe. Lider do Grupo de Pesquisa CNPq Sociedade e Cultura.

atualmente, um vasto temário, que compreende os aspectos clássicos da cultura material, como as técnicas, tecnologias, artes e modos de vida, e aspectos antes pouco valorizados pela Academia, referentes à cultura imaterial, como as religiões, as festas e os sistemas de crenças (Lima, 2017).

Baseando-se nas descrições do mundo geográfico em constante processo de transformação, procuramos realizar um estudo da obra *Julieta Coisa e Tal* de Osmar Rodrigues Marques com o intuito de compreender como os conceitos geográficos são apreciados por autores da literatura e qual a influência desses conceitos na dinâmica social do lugar. No caso, o lugar é e está na cidade de Caxias- estado do Maranhão, visto sob a perspectiva das vivências no prostíbulo Casa Amarela, situada na “rua da areia” também conhecida como ‘rua do cabaré’ e, selecionado por Osmar Rodrigues Marques para desenrolar uma trama romanesca.

O presente trabalho integra uma pesquisa de mestrado pautada nas discussões referentes ao elo entre geografia e literatura. A pesquisa foi fundamentada em levantamento bibliográficos junto a autores que relatam a relação entre geografia e literatura, sendo esses os responsáveis pelo direcionamento das ideias do objeto de estudo: ALMEIDA (2010), ALMEIDA (2018) BROSSEAU (2007), CASTRO (2015), DARDEL (2015), MARANDOLA JÚNIOR (2010), MONTEIRO (2019).

Utilizamos documentos referentes a geobiografia do autor (fotos, jornais) dos anos 1970/80 período da construção e desvelar do enredo, esses documentos foram adquiridos no Instituto Histórico Geográfico de Caxias – IHGC e Academia Caxiense de Letras.

Arelada a esse contexto realizamos um percurso etnográfico com o objetivo de conhecer a realidade local e aplicação de entrevistas com populares que conheceram a realidade do prostíbulo Casa Amarela.

OS ESPAÇOS EM JULIETA COISA E TAL

Para entender a construção literária e artística da cidade, fez-se necessário buscar em sua história os acontecimentos e elementos da dinâmica espacial. Caxias oferece inspiração e visibilidade por guardar no Morro do Alecrim as ruínas do quartel da Balaiada, contempla os visitantes com a exuberância das igrejas seculares, recepcionou um longo período industrial, os cemitérios com diferentes modelos arquitetônicos, as praças como espaço do cotidiano, além dos aspectos naturais (reserva ecológica do Inhamum, balneário Veneza, rio Itapecuru, piscina da ponte, entre outros) que com suas singularidades caracteriza o perfil do lugar Caxiense.

Conhecer os romances de Rodrigues Marques é buscar na essência de suas palavras diferentes maneiras de ver e sentir o lugar, o espaço Caxiense recebe descrições e simbologias pelo viés de uma linguagem literária com capacidade de alcançar os conceitos do conhecimento geográfico. Suas obras revelam o amor para com a cidade natal e os lugares de suas vivências revelados em contos, versos, romances, mantendo assim, uma relação com a realidade, pela sensibilidade como expunha as palavras e a percepção da dinâmica do lugar.

É relevante salientar que a literatura em sua ampla compreensão espacial, possibilita conhecer as mais diversas categorias de conhecimento, partindo do senso comum ao campo científico, podendo entender que ambas necessitam do outro para existir, tendo a relação da sociedade com o meio um elemento de inspiração, motivação e resistência para uma infinidade de criação e interpretação, assim a cidade de Rodrigues Marques está repleta de lugares de fortes vínculos afetivos, de grandes relações pessoais ou profissionais, que nos moldam a partir de cada percepção, esses locais têm nomes, tem histórias e podem nos contar muito sobre nossa vida.

Interpretar o espaço em seu vasto mundo geográfico nos direciona a entender os elementos principais para as possíveis reflexões, encontrando nos conceitos geográficos as possibilidades de questionar princípios, conceitos e ideias que podem e são adaptadas a diferentes olhares. Assim, compreendemos que a maneira de observar o espaço é dada pelas diferenças existentes entre momentos históricos, identidade, senso comum, costumes, vivências, entre outros pilares que fazem do lugar um espaço de fontes inspiradoras.

Ao propor interpretar a categoria lugar a partir da existência dos personagens no romance Julieta, Coisa e tal de Osmar Rodrigues Marques, com enfoque na perspectiva da protagonista Julieta, encontramos nas vivências dos envolvidos diferentes maneiras de ver e sentir o espaço Caxiense, observando nas ações e práticas cotidianas a construção do sentido de habitar e pertencer a um lugar com significados distintos, nesse sentido procuramos entender também assuntos relacionados a construção do sentimento de pertencimento associado ao lugar que acontece o enredo. Essa foi uma razão relevante no conhecimento dos assuntos relacionados as vivências cotidianas e aspectos da realidade humana junto a sociedade. Afinal, podemos observar nas obras romanescas os aspectos da razão e emoção, o individualismo apresentado no enredo nos momentos em que anseios de pertença e o convívio com o lugar fortalecem a ideia da percepção e modo de ver e sentir a vida em sociedade.

Pensar o sentimento de pertencimento associado ao romance *Julieta, Coisa e tal*, é um encontro de sensações e emoções diversificadas, em todo o enredo a vida dos personagens é um elemento significativo a ser apreciado pelo leitor. As falas e expressões cotidianas provocam uma aproximação com suas vivências anteriores, algo que possibilita uma reflexão sobre o significado e singularidade dos lugares na vida de cada integrante.

A identidade com o lugar é uma presença primordial nos estudos referentes a Geografia e Literatura, a ideia de discutir esses elementos intensamente presente nos contextos literários, ocasiona um conhecimento pautado na atribuição de valores e significados dos indivíduos aos lugares. O processo de construção identitária pode ser considerado uma etapa característica do vivido e, é nesse momento que os seres humanos dignificam os espaços de interação ampliando o aprendizado, as práticas de costumes e saberes. No mesmo direcionamento realiza-se a ação de entrelaçar as experiências oriundas da ideia e princípio de ser pertencente ao meio.

A construção identitária de *Julieta em Caxias* foi marcada por conflitos pertinentes a realidade de seu ambiente de convívio. Em suas falas o autor enfatiza o sentimento de que as adversidades familiares são mais toleráveis e fáceis de resolver se comparadas a sua nova realidade. Nesse sentido é relevante mencionar a vida e existência da personagem como reflexão sobre os elementos fundamentais para a construção do sentimento de pertencimento e identidades do lugar.

Um aspecto a ser mencionado é o entendimento do espaço geográfico, através das atribuições de valores e sentimentos, o lugar Caxiense ganha significado para *Julieta* e demais personagens, embora a sua permanência na cidade experienciava momentos de intensos desafios, os envolvidos foram construindo suas identidades em decorrência do vivido e dos laços afetivos consolidados na dinâmica da Casa Amarela.

No texto literário ao realizar a análise de uma trama associada ao cotidiano. É fácil perceber na vida de cada personagem sentimentos e sensações com sentidos diferenciados, podendo assim mencionar a memória que se mantém viva ao relatar o passado, a busca de oportunidades em outros lugares como tentativa de mudar a realidade, o significado da rua na construção de suas identidades, a saudade e nostalgia para com seu lugar de origem trazendo, amores passados nunca esquecidos, dentre outros fatos dinamizadores dos lugares.

Assim, a importância da memória é posta como elemento da identidade e pertencimento nos faz refletir sobre a realidade, o meio social, a criação do afeto que se carrega, o apego e devoção ao lugar o que vai fazendo daquele ambiente um local de inúmeros pertencimentos

onde cada indivíduo vivencia seus prazeres existenciais em sua mais profunda individualidade, assim tudo vai formalizando e ganhando sentidos, na medida que se vive e aprecia a grandeza de seus lugares.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Observamos que as atividades cotidianas no romance Julieta, Coisa e tal qualificam o significado do lugar, o espaço da Casa Amarela - ambiente central na obra, onde ‘habitam’ diversos pensamentos e sentimentos, ou seja, a vida dos personagens que oferece ao pensamento geográfico a oportunidade de conhecer a dinâmica espacial do lugar Caxiense. Com isso, analisar a geograficidade dos personagens nos escritos literários, oportuniza aos leitores conhecer e comparar realidades e vivências em temporalidades distintas, o que foi possível com nosso encontro com o exto de Rodrigues Marques, pois encontramos no imaginário do autor os aspectos necessários para entender a dinâmica socioespacial de Caxias e a construção identitária.

Ficou evidente que a literatura acompanha as transformações sociais e, que o enredo de Rodrigues Marques proporciona aos geógrafos a concepção das transformações dos lugares, a ampla visão das questões espaciais em sua individualidade, as divergências de classes, o cotidiano e suas representações, entre outros atributos expressos pelas ações e falas dos personagens que caracterizam as várias formas da literatura realizar uma abordagem geográfica.

REFERÊNCIAS:

ALMEIDA, Maria Geralda de. Os cantos e encantamentos de uma geografia sertaneja de Patativa do Assaré. In: MARANDOLA JÚNIOR, Eduardo. GRATÃO, Lúcia Helena Batista (Org) Geografia e literatura: Ensaio sobre geograficidade, poética e imaginação- Londrina: EDUEL, 2010. P. 141-161.

ALMEIDA, Maria Geralda de. **Geografia Cultural-um modo de ver**/Maria Geralda de Almeida Goiânia: Gráfica UFG, 2018. 384p.: il.

BROSSEAU, Marc. Geografia e literatura. In: CORREA, Roberto Lobato, ROSENDAHL, Zeny (Org). **Literatura, Música e Espaço**. Rio de Janeiro: Editora UERJ. 2007. p. 17-77.

CASTRO, J. R. B. Paisagens e visões místicas, questões de gênero e a cidade no romance “Mar Morto”, de Jorge Amado. **Geograficidade**, Niterói, v.5, n.2, p. 38-51, 2015.

DARDEL, Eric. **O homem e a Terra: natureza da realidade geográfica**/Eric Dardel. Tradução werther Holzer.- São Paulo: Perspectiva, 2015.

MARANDOLA JÚNIOR, Eduardo. Humanismo e arte para uma geografia do conhecimento. *Geosul*, Florianópolis, v.25, n.49, p7-26, 2010.

MONTEIRO, C. A. de F. O mapa e a trama: ensaios sobre o conteúdo geográfico em criações romanescas. Florianópolis; Editora da UFSC, 2002.

OLANDA, Diva Aparecida Machado; ALMEIDA, Maria Geralda de. A geografia e a Literatura: uma reflexão. *Geosul*, v. 23, n. 46, p 7-32, jul./dez. 2008.

TEMPO DE VIDA/TEMPO DO LABOR: A EXPLORAÇÃO DO TRABALHO NO *E-COMMERCE* EM ITABAIANA-SE⁴⁰

Geovânio Silva Santos
Universidade Federal de Sergipe
geovaniogeoufs@gmail.com

INTRODUÇÃO

As três últimas décadas foram marcadas pelo avanço das tecnologias da informação e comunicação, possibilitando o crescimento do comércio eletrônico. Essa modalidade de vendas indica o avanço da lógica mercantil para espaços e tempos da vida social. Uma vez que a compra e venda não estão mais limitadas ao horário de trabalho comercial, seja porque não é unicamente necessário o contato físico para realizar a compra/venda, a mercadoria aparece como se num toque de mágica. Basta clicar, selecionar, e aguardar o caminho das mercadorias chegarem até você. Todo esse movimento aparece tão natural quanto a luz do dia.

Naturalmente, a mercadoria parece levantar-se e vir até nós, como se criasse vida própria. Nessa direção, objetiva-se nesse trabalho demonstrar a exploração do trabalho sob o *e-commerce* – comércio eletrônico – como conteúdo desse processo. Como chão da pesquisa, localiza-se o município de Itabaiana-SE. Destacando-se na divisão territorial do trabalho no estado, o mesmo tem uma economia marcada pelos serviços, com expressividade no comércio.

A fundamentação teórica se deu com a apropriação da bibliografia a partir de autores da Geografia e áreas afins. Simultaneamente, obtivemos acesso a dados secundários de plataformas e sites que têm demonstrado o avanço do comércio eletrônico brasileiro, como o Dashboard. Criado pelo governo federal, tem auxiliado na identificação dos números sobre o *e-commerce* no Brasil. Além disso, foram realizadas observações em algumas lojas do município, a fim de entender como esse movimento tem se dado.

A problemática foi definida na tentativa de compreender essa que é uma das múltiplas formas de exploração do trabalho pelo capital em seu processo de produção do espaço. Desse modo, entender a especificidade dessa exploração como parte da busca incessante do capital em sugar trabalho. Na contemporaneidade se impõem cada vez mais formas de extração e apropriação do mais-valor mediadas pelas tecnologias da informação e comunicação (TICs).

⁴⁰ Este trabalho faz parte da pesquisa de dissertação em desenvolvimento no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe – PPGEO – UFS sob a orientação da Profa. Dra. Christiane Senhorinha Soares Campos.

A modalidade de comércio eletrônico, emerge em um contexto específico, como desdobramento do desenvolvimento das forças produtivas com destaque para o surgimento da internet. Imposto pela necessidade de acumulação, o processo de reestruturação produtiva tem produzido uma nova morfologia do trabalho, destacando-se o desemprego estrutural, a terceirização e informalidade. Nesse rol, é no contexto da acumulação flexível e mundialização do capital que se colocam formas cada vez mais precárias de exploração do trabalho. O neoliberalismo é então a regulação estatal necessária.

Assim, na dinâmica das relações de trabalho sob o comércio eletrônico, define-se o município de Itabaiana como chão de pesquisa, que expressa um movimento mais amplo de exploração do trabalho. Compreendemos que sob o contexto de financeirização, as múltiplas formas de exploração do trabalho são partes constitutivas da lógica do capital em seu processo de reprodução ampliada.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O comércio eletrônico emerge como desdobramento de mudanças no modo de acumulação de capital, em um contexto que tem como prioridade a produção sob o regime da acumulação flexível. Harvey (1992) nos mostra que o desenrolar da crise de 1973 impõe a necessidade de reestruturar a produção, com mudanças que têm como marca a flexibilidade nas relações de trabalho, a desregulamentação a partir do Estado, e o aumento da influência do capital financeiro.

As transformações que se dão no âmbito da reestruturação produtiva produziram relações de trabalho caracterizadas cada vez menos com a proteção legal, com a informalidade impondo-se como possibilidade única de inserção precária no mundo do trabalho. Concomitantemente, a sociedade acompanha desde a década de 1970, um aumento exponencial das forças produtivas. Desde a cibernética, à base microeletrônica a reestruturação da produção impôs ao mundo globalizado relações cada vez mais mediadas pela técnica e tecnologia.

É nessa realidade que o comércio eletrônico tem avançado no Brasil, tendo sido impulsionado pela pandemia do novo coronavírus (COVID-19). A abrangência do *e-commerce* fez com que o governo criasse uma plataforma a fim de sistematizar os dados sobre as vendas e compras dos produtos, contabilizando a quantidade de saída e entrada financeira por regiões e por estado. Em sua distribuição regional, há uma concentração na emissão e recebimento nas regiões

Sudeste e Sul do país. A percentagem do valor bruto para as duas regiões somadas se dá em torno de quase 88% e 73% para as vendas e compras respectivamente.

O comércio eletrônico desenvolve-se de modo desigual, obedecendo os movimentos do capital em seu processo de valorização do valor. Desse modo, os estados de São Paulo e Minas Gerais se destacam na região sudeste. No Nordeste, destacam-se na compra e venda: Pernambuco, Paraíba e Bahia. Sergipe acumulou um número de vendas de R\$ 0,16 bilhões de reais, e compra de R\$ 1,35 bilhões de reais no ano de 2022. Esses dados são com base nos números que aparecem a partir das declarações em notas fiscais dos estabelecimentos.

O desenvolvimento das redes de internet seguiu o movimento de concentração e centralização do capital na região Sudeste. A modernização das redes de transporte e comunicação possibilitou o aumento das vendas no comércio eletrônico posteriormente. Pires (20--) nos mostra como a instalação das primeiras redes de internet foram nessas regiões, tutelado pelo próprio estado. A ampliação das mesmas veio pela instalação de experiências em algumas universidades, como a Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ. O contato se deu através de relações com os Estados Unidos através da Universidade de Maryland, College Park., ampliando as redes de conectividade principalmente no início da década de 1990.

Nesse processo de produção do espaço, podemos perceber a exploração do trabalho ocorrendo em diferentes nuances do comércio eletrônico. Venceslau (2021) ao fazer uma tipologia e topologia das grandes empresas de comércio eletrônico nos mostra três modalidades de desenvolvimento do *e-commerce*: as lojas do tipo *marketplace*, que surgem no modelo *online* e são basicamente shopping virtuais. Alguns modelos são a *Amazon* (norte-americana), Mercado livre (argentina) e *Shein* (chinesa). As duas primeiras na venda de produtos variados, desde livros à eletrodomésticos, enquanto esta última, sobretudo no ramo da moda.

Destacam-se as lojas que surgem do tipo virtual, *online*, e que passam a ter vendas também presenciais. São exemplos destas algumas que também são *marketplaces*, como a própria *Shein*, e muitos pequenos negócios que surgem *online* e passam ao presencial. Influenciados pelo discurso do empreendedorismo, ao expor suas redes sociais à serviço da venda de produtos com estoques pequenos em casa, se colocam como pequenos empreendedores, quando são, em suma, trabalhadores autônomos flexíveis.

Uma outra modalidade é das lojas físicas que passam a adotar a modalidade do comércio eletrônico. A compra e venda mediada pela internet, seja por sites e plataformas registradas, seja pelo contato via *WhatsApp*, são lidas nessa pesquisa como formas do comércio eletrônico.

om observações em algumas lojas no município de Itabaiana-SE, notamos como esse processo ocorre, principalmente no aspecto menos formalizado do comércio eletrônico, aquele em que os trabalhadores colocam a disposição da loja sua rede social pessoal. Dessas lojas destacamos as de móveis e roupas. Há frações delas em que há uma pessoa específica para venda *online* e lojas em que a mesma pessoa que vende presencial vende *online*.

Nessas condições, a abrangência das lojas estudadas é principalmente de escala local com influência sobre o estado de Sergipe. Os lojistas têm adotado uma estratégia de aumento do alcance, por meio de impulsionamentos via redes sociais de influenciadores digitais, principalmente na divulgação das peças de roupas. A forma de pagamento por esse serviço de propaganda é às vezes algumas peças, ou seja, um trabalho em troca de um produto.

De acordo com entrevista realizada com uma vendedora, em alguns questionamentos realizados em trabalho de campo, uma análise prévia permitiu entender como há uma penetração do tempo de trabalho com tempo de vida. Ao colocar o *WhatsApp* pessoal, se tornando esse canal de venda, o trabalhador se coloca permanentemente disponível ao trabalho. O horário de trabalho se converte em todos os possíveis horários que alguém mandar mensagem para realizar alguma compra. A jornada de trabalho estende suas fronteiras.

Marx (2017) vai nos mostrar como as jornadas de trabalho possuem formas de limites físicos e morais. O primeiro decorre de um fato naturalmente estabelecido: não há como usar ininterruptamente a força de trabalho, pois existem necessidades biológicas e sociais que não podem ser abolidas. Os limites sociais se dão pelo conjunto das necessidades sociais, regulados no jogo da luta de classes nos diferentes países. Marx nos lembra que ambas são de “natureza muito elástica” (p. 306, 2013). No movimento da acumulação flexível, essa elasticidade adquire contornos tamanhos que cada vez mais se tem o controle do tempo de trabalho/vida pelo capital.

Tornada uma linha muito tênue, a jornada de trabalho passa a ser todo o tempo em que o trabalhador estiver com o celular, seja dormindo ou acordado. Uma vez que o celular se torna também um meio de trabalho, o processo pode ser realizado na loja ou em casa. Supondo-se que o interesse da compra seja por ligação, atender o trabalhador já se coloca disponível ao trabalho. Dada a possibilidade de compra de um produto de qualquer parte do globo, as lojas passam a adotar a modalidade do *e-commerce* a fim de não ficarem para trás no jogo da concorrência. Sob império das finanças, se colocam a pressão na exploração dos trabalhadores.

A linha tênue entre tempo de trabalho e tempo de vida, mostra que a diminuição do tempo trabalho necessário para produção de mercadorias e a ampliação do trabalho excedente ao invés de trazer mais tempo livre para o trabalhador, aprisiona-o controlando esse tempo. Desse modo, temos visto que o capital, impõe o processo de alienação às esferas da vida social. Em seu desenvolvimento desigual e combinado, produz o espaço estendendo a forma mercadoria para os quatros quadrantes do globo. E é nesse processo de alienação, que se encontram os trabalhadores na modalidade do comércio real/eletrônico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dado o desenvolvimento do *e-commerce* como tendência na venda de mercadorias, torna-se mister compreender essa que é mais uma das faces do processo de ampliação da forma mercadoria. Essa dinâmica aparece como uma das dimensões do chamado capitalismo de plataforma, que sob a lógica da financeirização impõe processos cada vez mais velozes de realização da mercadoria. Nesse sentido, é preciso acelerar o tempo de giro do capital, onde as redes de comércio se coloca como uma estratégia.

O processo avança e as formas multiplicam-se com a intensificação da exploração do trabalho por mecanismos que envolvem seja as jornadas longas, seja a conversão do tempo de vida em unicamente tempo de trabalho. Nesse sentido, na divisão territorial do trabalho, Itabaiana/Se se coloca enquanto *locus* no processo de produção do espaço na totalidade do capital, com destaque para a exploração do trabalho na modalidade de comércio eletrônico, permitindo ampliar o alcance das mercadorias, ao passo que intensifica os processos de exploração do trabalho que aparecem sutilmente nessa relação real/virtual do *e-commerce*.

PALAVRAS-CHAVE: *E-COMMERCE*, EXPLORAÇÃO DO TRABALHO, PRODUÇÃO DO ESPAÇO.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério do desenvolvimento, indústria, comércio e serviços. **Dashboard do comércio eletrônico nacional**. Disponível em: <https://www.gov.br/mdic/pt-br/assuntos/observatorio-do-comercio-eletronico>. Acesso em: 01 dez. 2023.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. 23ª ed. São Paulo: Loyola, 1992.

MARX, Karl. A jornada de trabalho. *In*: MARX, K. **O Capital**: Crítica da Economia Política, Livro I: o processo de produção do capital. 2ª ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

PIRES, Hindenburgo Francisco. Ciberespaço e regulamentação das estruturas virtuais de acumulação no Brasil: a institucionalização da internet e das relações de comércio eletrônico. *In*: Observatório geográfico de América Latina. [s. l.]. Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal11/Nuevastecnologias/Cartografiaautomatizada/02.pdf>. Acesso em: 01 dez. 2023.

VENCESLAU, Igor. Comércio eletrônico e meio técnico-científico-informacional no Brasil: tipologia e topologia das grandes empresas. *In*: Encontro Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia, 14, 2021, virtual. **Anais...** Virtual, 2021.

SIMBOLISMO DOS ALIMENTOS VOTIVOS E FESTIVOS EM RITUAIS RELIGIOSOS DE MATRIZ AFRICANA

Luana Almeida de Jesus⁴¹

Maria Augusta Mundim Vargas⁴²

INTRODUÇÃO

A diversidade dos ritos e festejos das religiões de matriz africana em Sergipe, é uma característica presente em diferentes grupos culturais na formação social e identitária dos sergipanos, além de representar continuidades e transformações em suas práticas culturais ao longo dos anos. São inúmeras as práticas culturais e religiosas que nos remetem ao passado e garantem no presente uma permanente interação entre as mais diversas comunidades responsáveis pela continuidade da tradição e dos saberes e fazeres das religiões de matriz africana. Dentro das celebrações, festejos e ritos religiosos, as oferendas - alimentos para santo, envolvem práticas e significações na preparação e consumo.

Dentro das celebrações, festejos e ritos religiosos, as oferendas - alimentos para santo, envolvem práticas e significações na preparação e consumo que singularizam as religiões de matriz africana. Observa-se que a participação dos alimentos nos ritos e festejos das religiões de matriz africana, oferece aos manifestantes a possibilidade de se dedicar de maneira integral a um projeto coletivo que, além de atualizar a memória do grupo, é capaz de gerar solidariedade e opera como elemento de coesão. Para Marques; Brandão (2015) existe um capitalismo e atividades comerciais que se inserem nos festejos, como por exemplo, as agências de turismo, visando comercializar bens e serviços. Nesse contexto, verifica-se que as relações de trocas econômicas destoam o sentido primordial de boa parte dos ritos e festejos religiosos que tem um elemento sagrado como eixo central da celebração e, portanto, são consideradas manifestações sagradas ou sacro-profanas.

Compreender as celebrações religiosas de matriz africana não é uma tarefa tão simples, suas práticas estão relacionadas com os diferentes campos da vida em sociedade. Os ritos e

⁴¹ Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe. Pesquisadora do Grupo de Pesquisa CNPq Sociedade e Cultura. luanaalmeidadejesus@hotmail.com

⁴² Professora do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe. Líder do Grupo de Pesquisa CNPq Sociedade e Cultura. gutamundimvargas@gmail.com

festejos não ficam em um único espaço, e as territorialidades extrapolam os templos, terreiros e comunidade, deslocando-se para outros espaços. A interpretação dos alimentos na religiosidade sob o ponto de vista do território e das territorialidades nos permitirá analisar os simbolismos, processos sociais e a apropriação espacial dos grupos religiosos do estado de Sergipe.

A temática sobre religião vem, no Brasil, apresentando um interesse cada vez mais interesse entre os pesquisadores sociais que ressaltam a importância de se examinar a diversidade dos fenômenos religiosos, a distribuição de seus seguidores, a estrutura espacial criada por seu comportamento e as paisagens religiosas delineadas através de suas atividades. Todavia, a abordagem na Geografia sobre as religiões de matriz africana é menos numerosas e há um campo a ser descoberto. Enquanto o cristianismo tem um reconhecimento pela sociedade como expressão dos valores culturais, as religiões de matriz africana sofrem discriminação aos olhos do mesmo cristianismo, permanecendo assim, às margens da sociedade. O enfoque da geografia cultural, permitirá conhecer a relação do ser humano com o meio em que vive e a produção de significados, o presente tema também fornece elementos para definir territórios, territorialidade e paisagens étnicos da cultura, com os alimentos presentes nas religiões de matriz africana em Sergipe. Com base nesta constatação, o objetivo geral do estudo, compreender os processos sociais que são atribuídos aos alimentos votivos presentes nos rituais - dentro dos terreiros e, nos festejos de rua das religiões de matriz africana em Sergipe.

Esse texto apresenta, de forma sucinta, projeto de tese de doutorado em andamento no Programa de Pós-graduação em Geografia/PPGEO-UFS. Esta pesquisa vincula-se a abordagem qualitativa, segundo Michel (2009, p. 36) “A pesquisa qualitativa considera que há uma relação dinâmica, particular, contextual e temporal entre o pesquisador e o objeto de estudo. Por isso, carece de uma interpretação dos fenômenos a luz do contexto, do tempo, dos fatos”. A pesquisa qualitativa compreende atividades ou investigações que podem ser denominadas específicas nos festejos e rituais de matriz africana.

Visando a abordagem qualitativa, selecionamos uma série de procedimentos e técnicas que suscitam a compreensão mais interpretativa e reflexiva dos dados que serão coletados sobre a problemática estudada. Neste rumo, destacamos a pesquisa bibliográfica, pesquisa de campo, e a observação direta, registros e levantamentos fotográficos, filmagens, caderno de campo e entrevistas semiestruturadas.

As pesquisas de campo serão realizadas nas celebrações das religiões de matriz africana em Sergipe, durante os festejos e rituais dentro e fora dos terreiros. Nessas pesquisas serão analisados os rituais, os alimentos votivos que são preparados para a oferenda dos Santos e aqueles que são consumidos e comercializados o momento dos cortejos, procissões e celebrações. Também durante a pesquisa de campo serão realizados os registros fotográficos, o diário de campo, as entrevistas e observação direta.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As religiões de matriz africana tiveram suas manifestações culturais, incluindo suas religiosidades, durante muito tempo submetidas ao preconceito, demonização, subvalorização e até criminalização por parte da sociedade e do Estado brasileiro. Alguns grupos procuram resgatar e conservar as identidades ancestrais africanas por uma consciência coletiva e histórica das origens geográficas e culturais do povo negro, por uma negritude enquanto consciência da realidade do lugar, nacional e global.

Diferentes estratégias de resistência também aparecem na organização geohistórica das religiões de matriz africanas, como o ir as ruas, celebrar suas manifestações tradicionais religiosas, seus festejos e ritos populares. Ao tempo em que resistem, fortalecem as suas próprias práticas, como algumas das celebrações religiosas do Estado de Sergipe, por exemplo, para celebrar Iansã, com as Taieiras e o Samba de Aboio, festas de Cosme e Damião e o cortejo para homenagear Oxum, que mantém a tradição dos alimentos com seus saberes e fazeres que são passados de geração a geração.

Nos festejos e rituais das religiões de matriz africana, o ato de comer tem grande valor simbólico. Mesmo em o âmbito religioso, a alimentação desempenha um papel importante, e representa, em primeiro lugar, uma forma poderosa de formação das identidades, bem como de comunicação cultural e simbólica. Os alimentos e bebidas, possuem um papel fundamental no universo dessas religiões, eles são tidos como sagrado, estando presente em praticamente todos os momentos. Hubert (2011) ressalta que os rituais fazem oferendas de alimentos, propiciatórias de pagamento de promessas, por favores recebidos, ou como resgate de faltas em relação aos preceitos religiosos.

Partimos das colocações de Almeida; Ratts (2003) ao relatarem que o geógrafo privilegia, assim, interpretar as representações e as identidades que figuram no espaço, e, para uma verdadeira interpretação das culturas, ele se respalda em uma gama de elementos referentes aos

valores, às significações e às associações construídas por um grupo social. De acordo com Rosendahl (2010, p. 7) “religião é um tema central na sociedade contemporânea, sendo estudada de diferentes formas. Sua pluralidade temática pode ser examinada no contexto geográfico a partir da apropriação de determinados segmentos do espaço”.

As manifestações e práticas religiosas de matriz africana implica na constituição de territórios, ao apropriar-se dos espaços materiais atribuindo-lhe significações simbólicas. Constatação que nos remete a concepção de Haesbaert (1999) ao abordar o território sobre dupla dimensão, material e simbólica. A base material do território vai subsidiar as relações simbólicas e culturais, que por sua vez, exprimem no espaço material as suas marcas e significados que são evidenciados no cotidiano.

Mas, como explica Claval (2008), as práticas religiosas, incluindo as promessas, festejos, rituais, também podem ser coletivas, especialmente quando se trata da formação religiosa dos indivíduos, de suas experiências comunitárias compartilhadas ou quando são organizadas por uma instituição ou grupo religioso. O território religioso, neste momento ganha cores, sons, aromas, sabores, alimentos e bebidas específicos deste tempo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No desenrolar do estudo, pretende-se identificar os simbolismos e o sentido de pertencimento que os rituais e festejos das religiões de matriz africana possuem para os sujeitos que participam desta prática religiosa; apreender a relação entre a territorialidade religiosa da Igreja Católica e das religiões de matriz africana. Essa abordagem favorecerá entender a valorização, apropriação, controle e conflitos dos simbolismos, dos alimentos e bebidas nos rituais e nos festejos de rua; verificar o consumo turístico nos territórios ritualísticos e de rua, de forma a analisar as estratégias de resistência adotadas nos rituais e festejos que contribuem no processo de resiliência das religiões de matriz africana em Sergipe.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Geralda de; RATTS, Alecsandro JP. Orgs. **Geografia: leituras culturais**. Editora: Alternativa. Goiânia, 2003.

CLAVAL, Paul. **Religion et idéologie: perspectives géographiques**. Paris: PUPS, 2008.

HAESBAERT, Rogério. Identidades territoriais. In: ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato. **Manifestações da cultura no espaço**. EdUERJ. Rio de Janeiro, 1999.

HUBERT, Stefan. **Manjar dos Deuses: as oferendas nas religiões afro-brasileiras**. Seminário Africanidades: História, Arte e Cultura. UFRGS, 2011.

MARQUES, Luana Moreira; BRANDÃO, Carlos Rodrigues. As festas populares como objeto de estudo: contribuições geográficas a partir de uma análise escalar. **Revista Ateliê Geográfico** - Goiânia-GO, v. 9, n. 3, 2015, p. 7-26.

MICHEL, Maria Helena. **Metodologia e pesquisa científica em ciências sociais**. 2. Ed. São Paulo: Atlas, 2009.

ROSENDAHL, Zeny. **Trilhas do Sagrado**. EDUERJ. Rio de Janeiro, 2010.

SILVA, Ludimila de Miranda Rodrigues. **A “Chancela de Paisagem Cultural Brasileira” e sua contextualização no Vale do Jequitinhonha: a constituição identitário-regional da emergência quilombola e o patrimônio vivido do sítio histórico-geográfico de Alto dos Bois**. Tese do Programa de Pós-Graduação em Geografia, do Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais, 2019.

TERRITÓRIO DE PLANEJAMENTO DE SERGIPE: A ECONOMIA SOLIDÁRIA NO CENTRO-SUL.

Daniela Santos Feitoza

Universidade Federal de Santa Maria

E-mail: danielafeitoza22@gmail.com

Cesar de David

Universidade Federal de Santa Maria

E-mail: cesar.david@ufsm.br

José Eloízio da Costa

Universidade Federal de Sergipe

E-mail: eloiziocosta@academico.ufs.br

INTRODUÇÃO

O Território Centro-Sul de Sergipe abrange uma diversidade e dinâmica no espaço rural, a partir da pequena propriedade a Agricultura Familiar se desenvolve e se organiza através de arranjos institucionais (Cooperativas e Associações). Nesse sentido, o espaço rural carrega territorialidades que caracterizam e potencializam pequenas experiências de relações de cooperação solidária a partir da rede informal que se estabelece entre os agricultores organizados para a garantia da comercialização.

Para entendermos o processo de pelo qual passou o Território Centro-Sul de Sergipe através do Programa Sergipano de Economia Solidária, é preciso compreender umas das fases centrais que perpassa pela a Incubação dos EES, nesse sentido, uma incubadora deve ser entendida, primeiramente, como um espaço de fomento à Economia solidária. De acordo com Culti, 2011, a Incubação é “um processo prático educativo de organização e acompanhamento sistêmico ou assessoria a grupos de pessoas interessadas na formação de empreendimentos econômicos solidários, tendo em vista o suporte técnico desses Empreendimentos”.

Em suma a Incubação de empreendimentos solidários é uma forma de assessorar grupos sociais que visam à organização coletiva para criação de empreendimentos econômicos solidários. A Economia Solidária é discutida em diversos espaços educacionais, um deles é a universidade. Em muitos estados brasileiros, a universidade tem fomentado a discussão e a vivência dessa temática tanto no campo acadêmico quanto nas comunidades rurais.

METODOLOGIA

Os trabalhos desenvolvidos no sistema da Economia Solidária necessitam buscar a auto-gestão dos empreendimentos. nesse contexto, todas as discussões, necessariamente devem ser construídas no coletivo, por isso, Culti, 2011, desenvolveu a seguinte metodologia: 1-Seleção das demandas discutidas no coletivo do Núcleo/Incubadora; 2- Capacitação permanente dos orientadores/educadores (professores, técnicos e

acadêmicos) das diferentes áreas de atuação por meio de Grupos de Estudos programados, abordando temas relativos às transformações no mundo do trabalho, geração de trabalho e renda, cooperativismo/associativismo de produção, trabalho e crédito, cadeias produtivas, avanço tecnológico, desenvolvimento sustentável, redes de comercialização, parcerias, processo de incubação, autogestão, planos de negócios, entre outros;

O procedimento metodológico agrega práticas orientadoras para a geração de trabalho/renda e acompanhamento/assessoramento técnico e de relações interpessoais nos empreendimentos, bem como debates esclarecedores da relação de trabalho cooperativo e de desenvolvimento da cidadania, como elemento orientador do processo de incubação, visando a inserção eficiente e efetiva do empreendimento no mercado.

O método pedagógico praticado ocorre por meio de um processo de construção interativo/dialógico entre os membros da equipe orientadora, e os trabalhadores do grupo atendido, com vistas a: 1- União e troca de saberes acadêmicos e dos saberes populares, 2- Compreensão do conjunto do funcionamento no empreendimento (visão de totalidade integrada), 3-Estímulo a formação da identidade de grupo, democracia interna e sua autonomia frente aos orientadores (educadores) CULTI, 2011 também organizou etapas que ela chama de “fases da incubação”. Segundo a autora, as fases não seguem necessariamente a ordem apresentada em seguida, e podem ocorrer de forma simultânea, dependendo da dinâmica organizacional interna de cada grupo de trabalhadores beneficiários.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em Sergipe o programa de Economia Solidária veio através dos encaminhamentos discutidos no Encontro Estadual que tinha como perspectiva pensar e construir um novo modelo que organizasse os trabalhadores através da ampliação de alternativas de trabalho e renda no estado. Dessa forma, o Programa previa etapas de organização e mobilização das comunidades que apresentasse potencial de empreender na Economia Solidária.

No ano de 2013, O Governo estadual de Sergipe realizou um mapeamento nos 8 territórios de planejamento com intuito de verificar a real situação das instituições no espaço rural e urbano, nesse processo foi formada uma equipe que tinha como incumbência identificar as organizações de economia solidária. Esse mapeamento foi de fundamental importância, pois eram incipientes os dados sobre Economia Solidária no

estado, sendo possível através deste elaborar um plano de trabalho e de ações territoriais que atendessem a demanda e necessidade dos empreendimentos.

A agenda construída previa um período de 3 anos para estruturar o programa de Economia Solidária no estado, com ações pontuais permanentes, nesse processo estavam envolvidos os atores que costuraria o começo do que seria a política estadual de economia solidária, eram eles o Movimento de Economia Solidária, o Fórum Estadual, e o Governo do Estado, sendo através do Fórum a mediação entre a demanda popular do movimento e a negociação do governo. Em dezembro de 2013, o Governo de Sergipe, por meio da SETRAB (Secretária do Trabalho) firmou convênio na ordem de R\$ 6.300.000,00 junto ao Ministério do Trabalho e Emprego, através da Senaes, para execução de ações 89 integradas de economia solidária.

Os recursos garantirão a implantação do Programa Estadual de Economia Solidária, série de ações voltadas a afirmar a Economia Solidária como um novo modelo de desenvolvimento, sustentável, incluyente e solidário em Sergipe.

O programa foi lançado como ação para divulgar a agenda da Economia Solidária, o evento foi realizado na Praça Fausto Cardoso, no Centro de Aracaju, através do Governo do Estado, por meio da Secretaria Estadual do Trabalho (Setrab) em parceria com o Fórum Estadual de Economia Solidária e apoio da Secretaria Nacional da Economia Solidária – SENAES, do Ministério Trabalho e Emprego – MTE. A Secretaria tem à frente o economista Paul Singer, responsável pela introdução da Economia Solidária no Brasil. O Programa Sergipano de Economia Solidária teve como objetivo a promoção do conceito diferenciado que tem a evolução social como pano de fundo, onde a cooperação e não a competição seja a ferramenta principal do trabalho.

“Essa é uma vertente importante da economia. Nosso estado está se destacando muito e tem sido modelo de atuação para o País. A gente tem que pensar na economia solidária como forma de ajudar a esses produtores de todo o estado e acalantar um sonho, um projeto de Paul Singer, que é uma figura emblemática para o nosso País. É um projeto que prevê várias ações,

dá oportunidade a pessoas empreendedoras, e, acima de tudo, se volta a situação econômica dos mais carentes, dos mais pobres, esse que é um dos principais eixos do governo de Dilma Rousseff e que casa muito bem com o governo de Jackson Barreto. O projeto abrange todo o estado, dando oportunidades a todos e fortalecendo nossa economia. O mais importante é a gente ver pessoas do povo, através de diversas cooperativas, desse tipo de empreendimento, tomar gosto pela vida e aumentar sua autoestima e saber que estão fazendo algo importante para melhorar suas vidas e da sua família” (Governador Jackson Barreto, 2013).

Essas ações do Governo visavam atrair investimentos para o estado, gerando desenvolvimento e inclusão produtiva. Dessa forma, inserir os pequenos produtores que trabalham com a agricultura familiar no circuito da Economia solidária, medida de valorização do trabalho alavancando uma dinâmica no espaço rural por parte da produção e da comercialização sergipana.

“A gente tem que ter uma visão do estado como um todo, cuidar da economia solidária, incentivar um investidor que quer implantar novas empresas no estado e que irão gerar emprego e renda. Esse governo tem uma visão macro, mas tem um olhar diferenciado para as pessoas mais pobres que são justamente o foco do governo”, (Governador Jackson Barreto, 2013).

A partir desse cenário, o Governo do Estado firmou um compromisso de implantar o Programa Sergipano de Economia Solidária, em que foi construído no Encontro Estadual a partir das potencialidades da economia solidária no estado, participaram 2.500 empreendedores da economia solidária dos oito territórios de desenvolvimento (Alto Sertão, Médio Sertão, Baixo São Francisco, Agreste Central, Leste, Sul, Centro Sul e Grande Aracaju).

"Este é um momento ímpar para a Economia Solidária! Nós, pequenos agricultores, agradecemos, pois todos nós sabemos o quanto este governo tem feito pela agricultura familiar no nosso estado. Claro que é preciso que se faça muito mais, pois a agricultura familiar é uma das maiores geradoras de emprego no nosso estado” (J. C, representante da CENTRAFES, 2013).

De acordo com o representante da Cooperativa da Agricultura Familiar e Economia Solidária do Estado de Sergipe (CENTRAFES), a implementação do Programa atenderá principalmente as demandas do campo sergipano, onde pouco se investe sendo importante ações que dinamizam as atividades principalmente na fase da comercialização que constitui o maior entrave da produção da Agricultura Familiar do estado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste sentido, a análise realizada sobre o Programa Estadual de Economia Solidária pelo representante do FEES, foi no viés que tanto economia solidária e a agricultura precisam ser valorizadas, sendo duas atividades complementares, já que 75% da alimentação que chega à mesa do sergipano vem deste tipo de produção.

Nessa perspectiva foi assinada a Mensagem de Projeto de Lei que alterava a denominação da Secretaria do Estado do Trabalho (Setrab) para Secretaria de Estado do Trabalho e Economia Solidária (Setrabes), adequando sua nomenclatura a suas atribuições legais, contemplando o fomento às políticas públicas direcionadas ao fortalecimento da economia solidária.

O apoio também se estenderia à comercialização e às finanças solidárias, por meio da implementação de bancos e redes de bancos comunitários, através da estruturação e promoção de quatro bancos comunitários; e realização de investimento em 250 empreendimentos econômicos solidários.

A análise de Singer em relação aos projetos desenvolvidos de Economia Solidária em Sergipe tinha potencial para ser uma experiência exitosa, via as organizações de cooperativas de transporte, de catadores e de recicladores e de Agricultura Familiar. Segundo o autor, Sergipe ensaiava experiências embrionárias que poderiam constar como referência por colecionar diversos exemplos de economia solidária em franca expansão. As Feiras da Agricultura Familiar, assegurando mercado e inserção de 360 famílias de agricultores familiares de 15 municípios e a utilização de métodos agroecológicos e a adoção de medidas de proteção ambiental, controlando a emissão de resíduos das feiras, com investimento de R\$ 1,327 milhão.

REFERÊNCIAS

CULTI, Maria N.; KOYAMA, Mitti A. H; TRINDADE, Marcelo. Economia Solidária no Brasil: **Tipologia dos empreendimentos econômicos solidários**. São Paulo: Todos os Bichos, 2010.

CULTI, Maria Nezilda. **Processos de Incubação na economia solidária: Uma construção coletiva de saberes**. / Organizado por Robinson Henrique Scholz.

FEITOZA, Daniela S. COSTA. José Eloízio. **O processo de Incubação solidária no território centro sul de Sergipe**. In: SOBER NORDESTE, 2017. Itabaiana/SE, 2017.

MOURA, Eliana Maria Gonsalves. **O que estamos fazendo quando incubamos? Economia solidária e incubação: uma construção coletiva de saberes.** / Organizado por Robinson Henrique Scholz. — São Leopoldo: Oikos, 2014. <https://unilasalle.edu.br/public/media/4/files/Economia%20solidaria%20e%20Incubacao-E-book.pdf> acesso em 28 de outubro de 2017.

NEXOS ENTRE O EMPREENDEDORISMO E OS OFÍCIOS TRADICIONAIS NA DIMENSÃO CONTEMPORÂNEA DO MUNDO DO TRABALHO⁴³

João Pedro Celestino dos Santos⁴⁴

Universidade Federal de Sergipe

E-mail: jpedro.celestino_2012@hotmail.com

Ana Rocha dos Santos⁴⁵

Universidade Federal de Sergipe

E-mail: ana.rochaufs@gmail.com

INTRODUÇÃO

O fim do último século foi marcado por um processo de reestruturação na/da forma de reprodução do capital e mais, necessariamente, da forma como o trabalho, para atender às novas exigências do sistema de produção vigente, se manifesta/configura/reproduz. O modelo de produção taylorista-fordista já não estava dando conta das novas relações mundializadas do capital, por isso, o modelo toyotista japonês foi absorvido processualmente em todo o mundo. Um modelo de produção por escopo, que atende demandas específicas de consumidores, de *just in time*, de uma produção “enxuta e flexível”, nos dizeres de Pinto (2007, p. 40).

Este novo modelo produtivo irá possibilitar o que David Harvey chamou de “acumulação flexível”, apresentando uma realidade que se pautará na “flexibilidade dos mercados de trabalho, das relações de trabalho, dos mercados de consumo, das barreiras comerciais, do controle da iniciativa privada pelo Estado, (...)” (PINTO, 2007, p. 40). E assim, a promoção de rápidas mudanças dos padrões de desenvolvimento desigual... (HARVEY, 2008, p. 140).

Não se pode deixar de sinalizar, portanto, que esta nova organização produtiva do trabalho e de desenvolvimento do capital, se relaciona muito bem com as ideias que também voltaram a ser discutidas e implementadas, sobretudo, em diversos Estados da América Latina pós-década de 1970, e com mais ênfase pós-década de 1980. O neoliberalismo, amplamente

⁴³ Resultado de pesquisa de Doutorado

⁴⁴ Doutorando em Geografia pelo PPGEO-UFS. Professor substituto do Departamento de Geografia de Itabaiana (DGEI). Pesquisador do Grupo de Pesquisa em Estudos Urbano-Regionais, Política e Educação (GRUPE-UFS).

⁴⁵ Doutora em Geografia (PPGEO-UFS). Professora do Departamento de Geografia de Itabaiana (DGEI) e do Programa de Pós-Graduação em Geografia. Líder do Grupo de Pesquisa em Estudos Urbano-Regionais, Política e Educação (GRUPE-UFS).

cultivado, cuidado e colhido pelas potências econômicas mundiais, Estados Unidos e Inglaterra, e coadunado com o Toyotismo ofereceu uma série de mecanismos para a manutenção da exploração do trabalho.

Entre estes mecanismos, pode-se citar a questão da ênfase dada ao indivíduo, da necessidade de afirmação de um trabalhador autônomo e capaz de realizar-se, isoladamente, enquanto profissional, financeiramente, e enquanto humano. Ideologia vendida para a tão publicizada temática do empreendedorismo.

Desta forma, o presente estudo tem como justificativa a realidade que o mundo do trabalho vem apresentando na contemporaneidade, sem perder de vista a processualidade do fenômeno, e do fomento que é dado, inclusive pelo Estado na figura de seus diferentes governos, e como isso acaba se desdobrando sobre diversas situações e condições, como é o caso dos ofícios tradicionais que ainda permanecem no cenário atual do capitalismo. Assim sendo, o texto tem como objetivo analisar a incorporação da prática empreendedora ao trabalho de ofícios tradicionais e como estes se dispõem num cenário de precarização do trabalho.

Para tanto, a metodologia se ancora numa discussão de conceitos a partir de pesquisa bibliográfica (MARX, 2004, 2017; ANTUNES, 2018; MÉSZAROS, 2009, e outros), pesquisa de dados secundários em órgãos institucionais como o IBGE, CAGED, SEBRAE; entrevista com roteiro pré-estabelecido, e registros fotográficos – como fonte reveladora da materialidade da realização do trabalho.

Desta forma, espera-se que o trabalho revele aquilo que não é devidamente compreendido por diferentes sujeitos e em seus diferentes contextos de realização e de condição material de existência.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A ideologia e a prática do empreendedorismo são apresentadas e consumidas com uma intensidade descomunal nos dias atuais, e isso é resultado da própria manifestação do mundo do trabalho pós processo de reestruturação produtiva e das novas exigências do mundo trabalho. Retirar do chão da fábrica uma massa de trabalhadores e defender a ideia da necessidade da autopromoção, autorealização enquanto trabalhador, mais ainda, da própria ideia de serem “patrões de si mesmo”, fazer seu trabalho de forma autônoma e ter, a partir daí, resultados satisfatórios na vida financeira, sobretudo.

Muitos trabalhadores, por sua vez, se deparam, no entanto, com uma realidade diferente daquela do investimento em empregabilidade, uma precarização sem limites: ao observar os dados do IBGE em relação ao desemprego: primeiro trimestre de 2023, 8,5%, segundo trimestre 7,9%⁴⁶, e isso não revela de fato a realidade, visto que ainda há outras formas de registros de emprego, ou mesmo a ausência de uma consulta da massa de trabalhadores brasileiros; fora isso, a disponibilidade de diversos empregos relacionados às plataformas digitais como é o caso dos trabalhadores por aplicativos, seja transporte ou entrega de mercadorias, a exemplo das multinacionais UBER, Ifood, 99, e outras, e que não dão garantia legal de direitos para estes trabalhadores, mas os exploram a um nível elevado, com baixa remuneração e altas taxas de lucratividade; e uma informalidade sem precedentes, 39,2% é a taxa oficial de acordo com o IBGE para o segundo trimestre de 2023⁴⁷.

Logo, a realidade apresenta, de fato, aquilo que é necessário para o capital e para a ideologia empreendedora: possibilidades. E são possibilidades reais. Estas, no entanto, vão dar base e sugestão para os trabalhadores serem patrões. Nem que isso custe a sua própria vida social, familiar e humana. Se tornam empreendedores, comercializam o que têm de mais simples em termos produtivos, podem se registrar em órgãos disponibilizados pelo Estado, como é o caso do SEBRAE que veiculam as informações e apresentam a lei de Micro Empreendedor Individual (MEI – *lei criada em 2008 pelo governo LULA*), e assim poderão se nutrir daquilo que têm a oferecer, nem que sejam as parcelas obrigatórias que devem ser pagas mensalmente para que tenham direitos trabalhistas disponibilizados, e poucos direitos. A não efetivação destas exigências, certifica a impossibilidade dos direitos.

E o que garante que os ofícios tradicionais – ou seja, as diversas atividades que são consideradas, em parte, pré-capitalistas, ou mesmo, artesanais – são, também, absorvidos pelo empreendedorismo? A maior garantia está na própria realidade: carpinteiros, marceneiros, costureiros, sapateiros, entre tantos outros, são envolvidos pelo artifício do capital financeiro, das maquininhas e do crédito, fora o crédito facilitado quando são vinculados ao MEI. Os bancos promovem empréstimos em taxas menores quando estes trabalhadores são vinculados como empreendedores, e eles assumem o compromisso mesmo que se endividem, mas precisam

⁴⁶ Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2023-08/ibge-desemprego-cai-para-79-no-trimestre-encerrado-em-julho>

⁴⁷ Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/37664-pnad-continua-trimestral-desocupacao-recua-em-oito-das-27-ufs-no-segundo-trimestre-de-2023>

ter capital de giro para fazer movimentar seus negócios. Vendem para todo o Brasil, a depender da condição desta oficina, por meio de suas lojas virtuais, expandem seu mercado consumidor, e claro, a possibilidade de circulação de suas mercadorias em uma escala geográfica de consumo maior do que aquela local.

E outra evidência é a relação feita pelo Ministério da Fazenda do Brasil, e disposta no anexo XI da Resolução CGSN nº 140, de 22 de maio de 2018⁴⁸, que podem ser enquadradas como possíveis MEIs. Nesta resolução, lista-se um conjunto de atividades artesanais, aqui chamadas de ofícios, que são incorporadas pelo empreendedorismo e que podem ser registradas formalmente como tal, seguindo as mesmas regras de lucro total anual necessário e de cumprimento das normas de pagamento de taxas para que se constituam enquanto empreendedoras e tenham todo o respaldo positivo que disso advir: artesão(ã) de bijuterias, artesão(ã) em couro, carpinteiro, chapeleiro, costureiro, marceneiro, pedreiro, oleiro, rendeiro, sapateiro, tecelão etc. O cenário que se apresenta, por sua vez, é de propensão das formas de trabalho artesanais às determinações da lógica empreendedora.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A crise instalada pelo modo de produção capitalista reverbera sob a realidade do mundo do trabalho numa ótica avassaladora da essência do trabalho e do trabalhador. O cenário é uma precarização sem precedentes, um *roll* de possibilidades de reprodução do trabalho e do trabalhador e uma desrealização de ambos de forma mais intensificada.

Enquanto não há saídas mais eficazes, do ponto de vista da emancipação e autonomia de fato do trabalhador, este mesmo estará condicionado a uma realidade que o coloca como necessário, mesmo sendo empreendedor, no processo de retroalimentação do grande capital, dos bancos, do capital financeiro. Endividados, sem direitos reais, utilizando sua força de trabalho e de seus familiares para que seus negócios deem certo, e caso contrário, serão eles mesmos responsáveis pelo fracasso (do ponto de vista do empreendedorismo).

Por ser um debate que não se encerra, sobretudo, pela condição das diferentes perspectivas teóricas que se debruçam na análise do fenômeno empreendedorismo, cabe aqui concluir, pela ótica crítica que a geografia oferece, que ele, muito além do que é vendido, não

⁴⁸ Dispõe sobre o Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional). Disponível em: < <http://normas.receita.fazenda.gov.br/sijut2consulta/link.action?idAto=92278> >. Acesso em: 08/06/2023

dá ao trabalhador de ofício, “patrão de si mesmo”, condição de autonomia, mas permite, e em grande medida, um processo de precarização do trabalho que é, necessariamente contínuo e importante para a reprodução do capital.

PALAVRAS-CHAVE: empreendedorismo, trabalho, ofício tradicional, precarização do trabalho.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão:** o novo proletariado de serviços na era digital. - 1. ed. - São Paulo: Boitempo, 2018.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna.** 17 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2008

MARX, Karl. **O Capital:** crítica da economia política: livro 1: o processo de produção do capital. Tradução Rubens Enderle. 2 ed., São Paulo: Boitempo, 2017.

_____. **Manuscritos econômicos e filosóficos.** São Paulo: Editora Martin Claret, 2004.

MÉSZÁROS, I. **A crise estrutural do capital.** 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2009.

PINTO, Geraldo Augusto. **A organização do trabalho no século 20:** taylorismo, fordismo e toyotismo. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007

AGRADECIMENTOS

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)

MOBILIDADE DO TRABALHO E IMIGRAÇÃO: A DIÁSPORA ELEVADA À CONDIÇÃO MORFOLÓGICA AO CAPITAL

Bruno Andrade Ribeiro

Universidade Federal de Sergipe (UFS)

E-mail: ribeiro.pensador@gmail.com

Josefa de Lisboa Santos

Universidade Federal de Sergipe (UFS)

E-mail: josefalisufs@gmail.com

INTRODUÇÃO

David Harvey (2011) teoriza em dois itens de sua obra *O enigma do capital: e as crises do capitalismo*, que ora o capital vai ao trabalho, ora o trabalho vai ao capital. Em ambas as conceituações, o que fica evidente é a inseparabilidade da mobilidade do capital e da mobilidade do trabalho. Desse modo, nesse escrito (um esboço de alguns resultados da tese de doutorado em andamento, sob o título provisório *Geopolítica da Diáspora: mobilidade do trabalho imigrante na crise estrutural do capital*), a categoria espaço é considerada a partir das determinações da crise. Na relação entre espaço e crise, a análise sobre os processos de mobilização de trabalhadores entre fronteiras é desvelada como circulação internacional de excedentes de força de trabalho não-absorvíveis pela produção capitalista. O espaço, portanto, é aquele objetivado através das contradições sistêmicas, que adentra à fase de decadência histórica do capital determinado por limites absolutos (MÉSZÁROS, 2011).

No exame investigativo, inverte-se o conceito de crise imigratória como principal explicação no quadro de análises demográficas e que partem da perspectiva da defesa humanitarista do ser imigrante (HEIDEMANN, 2004). A realidade como categoria do materialismo histórico e dialético se faz essencial para a pesquisa geográfica, pois são seus elementos que possibilitam o entendimento da relação entre forças produtivas e relações de produção, não em uma linearidade espaço-temporal (realidade não é a percepção imediata das relações materiais, de seus objetos, formas, totalidade e estrutura).

Na tese a ser defendida, parte-se de um panorama de imigrações da crise como realidade posta, que através de outras categorias centrais para a análise dialética – contradição, barbárie, tendências e contratendências, por exemplo – eleva a investigação para o entendimento sobre como a crise constitui um processo de diáspora de trabalhadores elevada à condição

morfológica do capital. A imigração surge, nesse espectro, como deslocamento induzido pelo afugentamento de conflitos, guerras, miserabilidade e produzida a partir dos próprios sujeitos em mobilização. Todavia, as armadilhas teóricas da análise centralidade na causa e efeito recaem na ausência de um aprofundamento sobre os mecanismos de controle internacional do trabalho nas fronteiras de países centrais para o capital em um contexto em que a realidade (mais uma vez) é constituída pelo maior número de trabalhadores excedentes desde a consolidação das bases do modo de produção capitalista. O espaço da miséria de quem Conceição (2005) escreve no início do século XIX, se impõe décadas depois, com barreiras intransponíveis ao processo acumulativo que determinam a subordinação e o desterro de uma superpopulação relativa (não mais um exército industrial de reserva sob o aguardo da renovação acumulativa).

A estrutura desse resumo expandido se fundamenta a partir de levantamentos de dados sobre imigração e trabalho imigrante nas bases de dados *Migration Policy Institute, Migration Data Portal, Interactive World Migration Report 2022*. Com a sistematização dos dados possibilitou-se comparar fases do sistema do capital – de consolidação no século XIX, ascensão histórica entre o período após a Segunda Guerra Mundial e a década de 1970 e a decadência na acumulação, conceituada como crise estrutural, segundo Mészáros (2011). Além disso, a produção do resumo objetiva apresentar alguns resultados de pesquisa em andamento, cuja proposição se alicerça em entender a relação entre a crise estrutural e a produção de diásporas.

As contribuições de Bukharin (1984) para a fundamentação do conceito de Divisão Internacional do Trabalho imbricado à constituição do mercado mundial e sob as determinações do imperialismo merecem destaque, diante da importância para uma pesquisa geográfica que se propõe pautada na categoria da totalidade. Os reordenamentos espaciais que explicam a morfologia da DIT – o acirramento da concorrência intercapitalista; a relação centro-periferia a partir da produção desigual do espaço e da concentração de capitais/desenvolvimento de forças produtivas, por exemplo – também influem na circulação internacional de força de trabalho (imigração). Somam-se a isso, as análises de Ellen Wood sobre o império do capital, de Virgínia Fontes, a partir do conceito de capital-imperialismo, de Robert Kurz, com avanços teóricos que lançaram uma considerável porção de proposições (e provocações) investigativas em sua análise entre barbárie, migração e guerras no capitalismo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os dados sobre as migrações internacionais, em consonância às análises de desemprego e pobreza no mundo do trabalho, oferecem uma definitiva fotografia da mobilização de trabalhadores entre fronteiras em seus direcionamentos, a partir de uma mobilidade de trabalho sob o arbítrio da crise estrutural. Atualmente, a mobilização de imigrantes da África em direção à Europa integra três rotas principais: 1. A do Mediterrâneo Ocidental ou Espanhola, a partir de Marrocos para a costa espanhola; 2. A do Mediterrâneo Oriental ou Balcânico, a partir da Turquia para as ilhas da Grécia; e 3. A do Mediterrâneo Central, a partir da Líbia em direção às ilhas italianas. Estas rotas se somam à mobilização na fronteira do México com os EUA; através do Índico e da fronteira terrestre entre o Sul da Ásia e o Oriente Médio; do Sul asiático para a Austrália; entre a África do Norte e a África Austral; e, através do Atlântico, dos países latino americanos em direção à Europa.

Como forma de detalhar os números por país, sistematiza-se na tabela abaixo (Tabela 01), os 12 países que figuravam em 2020 com os maiores números absolutos de imigrantes e de emigrantes:

Tabela 01 - Os 12 países com os maiores números absolutos de imigrantes e de emigrantes, 2020

| País | Número absoluto de imigrantes | País | Número absoluto de emigrantes |
|------------------------|-------------------------------|------------|-------------------------------|
| EUA | 50,6 | Índia | 17,9 |
| Alemanha | 15,8 | México | 11,2 |
| Arábia Saudita | 13,5 | Rússia | 10,8 |
| Rússia | 11,6 | China | 10,5 |
| Reino Unido | 9,6 | Síria | 8,5 |
| Emirados Árabes Unidos | 8,7 | Bangladesh | 7,4 |
| França | 8,5 | Paquistão | 6,3 |
| Canadá | 8 | Ucrânia | 6,1 |
| Austrália | 7,7 | Filipinas | 6,1 |
| Espanha | 6,8 | Afganistão | 5,9 |
| Itália | 6,4 | Venezuela | 5,4 |
| Turquia | 6,1 | Polônia | 4,8 |

Fonte: *Migration Data Portal, Interactive World Migration Report 2022*

Para além de uma escolha individual sobre qual país a imigrar, a análise exige que sejam considerados elementos de razão objetiva para situar esse grupo de países como aqueles que aglutinam as maiores proporções de imigrantes na atualidade. Ao mesmo tempo, não se deve excluir a realidade de precarização acelerada também nos países de capitalismo mais desenvolvido, afastando as possibilidades de compreender a realidade, única e exclusivamente, como um antagonismo entre Estados nacionais. Mészáros (2011) é categórico ao alertar que a ativação do desemprego crônico como limite absoluto do capital no atual curso de seu desenvolvimento não significa a redução das mazelas sociais nos bolsões de miséria do chamado Terceiro Mundo. Os exemplos apontados vão dos EUA, Reino Unido, Alemanha e Itália:

Assim, a atual ‘explosão populacional’ sob a forma do desemprego crônico nos países capitalistas mais avançados representa um perigo sério para a totalidade do sistema, pois acreditava-se no passado que o desemprego maciço fosse algo que só afetasse as áreas mais ‘atrasadas’ e ‘subdesenvolvidas’ do planeta (MÉSZÁROS, 2011, p. 341).

Além disso, destaca-se que os países sistematizados como aqueles que aglutinam os maiores números de emigrantes estão posicionados na periferia da Divisão Internacional do Trabalho, seja aquela mais industrializada e com considerável peso geopolítico mundial (China, Rússia, México e Índia, por exemplo); ou um conjunto de países menos industrializados, inseridos no centro da produção de alguns dos últimos conflitos e disputas imperialistas envolvendo as potências militares (Síria, Ucrânia, Afeganistão e Venezuela, com grandes contingentes de refugiados). Ademais, estes países resguardam no quadro atual de crise, as maiores parcelas da superpopulação relativa, com as maiores taxas de exploração do trabalho e diminuição relativa das condições materiais de sociabilidade.

A socialização das perdas do capital em crise é maior para os proletariados heterogêneos e fragmentados dessa periferia, de modo que a mobilização (em suas distintas particularidades) para as restantes regiões privilegiadas do sistema capitalista torna-se a única possibilidade de reprodução material enquanto consumidores de mercadorias (MÉSZÁROS, 2011). Ou, conforme Kurz (2005), a mobilização de excedentes de força de trabalho barata para os “oásis” restantes de desenvolvimento capitalista – mesmo estes, com taxas crescentes de desemprego – impõe a militarização de fronteiras e um maior controle da circulação dos excedentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se com um retorno à construção teórica de Harvey (2011): o capital vai ao trabalho e o trabalho vai ao capital. Na crise, a mobilidade do capital e do trabalho não é determinada pela constituição de um ajustamento espacial propício à renovação de novas possibilidades de acumulação, semelhante aos processos ocorridos com a destruição em massa de excedentes de produção nas duas grandes guerras mundiais e a posterior incorporação das porções territoriais restantes ao sistema do capital. A mobilidade do capital não se desloca para novos espaços, produzindo diásporas como aquela que imprimiu ao final do século XIX e início do século XX um quadro de mobilizações de um exército industrial de reserva para a América, por exemplo. Se conforme Mészáros (2011), a crise estrutural não significa o fim do capital, seu sociometabolismo é predominantemente marcado pela destruição e extensão da barbárie. Na crise, o capital continua a ir ao trabalho, em busca de cada vez maiores taxas de exploração e menores custos relativos em sua composição; enquanto o trabalho perpetua-se sob o desterro imposto pelo capital.

REFERÊNCIAS

- BUKHARIN, Nikolai. **O Imperialismo e a Economia Mundial**: esboço econômico. São Paulo: Abril Cultural, 1984. 164p.
- CONCEIÇÃO, Alexandrina. A Geografia do espaço da miséria. **Scientia Plena**, vol. 1, num. 6, pp. 166-170, 2005.
- FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital imperialismo**: teoria e história. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2010.
- GAUDEMAR, Jean-Paul de Gaudemar. **Mobilidade do trabalho e acumulação do capital**. Lisboa: Editorial Estampa, 1977.
- HARVEY, David. **O Enigma do Capital**: e as crises do capitalismo. Tradução de João Alexandre Peschanski. São Paulo, SP: Boitempo, 2011. 224p.
- HEIDEMANN, Dieter. Os migrantes e a crise da sociedade de trabalho: humilhação secundária, resistência e emancipação. In: Serviço Pastoral dos Migrantes. (Org.). **Migrações**: discriminação e alternativas. 1ed. São Paulo: Paulinas, 2004, v., p. 25-40.
- HOBBSAWM, Eric. **Era dos extremos**: o breve século XX: 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IOM. **Portal de datos sobre migración** - Una perspectiva global (online). International Organization for Migration (IOM), 2023.

KURZ, Robert. BARBAREI, MIGRATION UND WELTORDNUNGSKRIEGE. Zur Signatur der gegenwärtigen weltgesellschaftlichen. Publicado In: Serviço Pastoral dos Migrantes. (Org.) **Travessias na desordem global** — Fórum Social das Migrações. São Paulo: Paulinas, 2005.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2011.

WOOD, Ellen Meiksins. **O império do capital**. Tradução: Paulo Cezar Castanheiras. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2014.

A FUNCIONALIDADE DO ESTADO E DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO PROCESSO DE ACUMULAÇÃO CAPITALISTA⁴⁹

Vanessa Paloma Alves Rodrigues
PPGEO/UFS
vanessapaloma00@gmail.com

Alexandrina Luz Conceição
PPGEO/UFS
aluzconceicao@gmail.com

INTRODUÇÃO

O conhecimento geográfico é fundado, produz e é produzido na dialética das lutas de classes, e está inscrito no movimento do embate entre visões de sociedade, perpassadas por concepções de mundo e de método de análise. Nesse ínterim, a depender da opção de classe e do método, o geógrafo analisa de forma diferenciada o Estado e suas ações, as contradições da sociedade capitalista, a luta existente entre as classes sociais e os seus conflitos, o seu movimento e rebatimentos espaciais e territoriais, e as formas destrutoras de natureza e de exploração de trabalho para a sua acumulação. Para Conceição (2005), um geógrafo comprometido em produzir conhecimento em benefício da sociedade, deve ir além das aparências, buscar analisar a espacialização da miséria não como simples registro de paisagem, mas como sujeito responsável por sua alteração na luta pelo fim do lucro, do capital; logo, revolucionário de um tempo presente, de um tempo histórico.

Há na academia uma extensa profusão de concepções e métodos de análise que expressam diversos entendimentos sobre o Capital, o Estado e as Políticas Públicas. No presente artigo, buscamos refletir e situar a natureza do Estado Capitalista e das Políticas Públicas, possibilitando o melhor entendimento de seu movimento e rebatimentos na sociedade. Nossos fundamentos basilares serão as teorias e pesquisas que buscam, alicerçadas pelo método materialista histórico dialético, compreender como as contradições no modo de produção capitalista se materializam na atualidade, e nos levando a compreensão dos desdobramentos da relação Capital-Trabalho-Estado. Possibilitando correlações analíticas para a compreensão dos rebatimentos deste tripé na sociedade capitalista do século XXI, buscaremos evidenciar que o

⁴⁹ O presente artigo apresenta-se a partir do acúmulo das reflexões realizadas na Tese o Estado, as **Políticas Públicas e sua Funcionalidade na Disseminação da Ordem (Re)produtiva Sociometabólica do Capital no Campo**, sob a orientação Alexandrina Luz Conceição. – PPGEO-UFS, São Cristóvão, SE, 2019. 304 p.

Estado e as Políticas Públicas são estruturas históricas mediadoras, (re)produzidas pela lógica do capital, para sua expansão, acumulação e (re)produção de seu sociometabolismo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Quando se trata de analisar a funcionalidade do Estado e das Políticas Públicas para o processo de acumulação capitalista, abrem-se possibilidades de múltiplas relações e complexidades de entendimento; em face às inúmeras mediações e relações derivadas da unidade do tripé Estado-Capital-Trabalho em que permeiam os interstícios da sociedade, em quase todos os aspectos da vida social e privada, transformando as relações sociais e a (re)produção espacial dessa totalidade. A unidade desse tripé e as Políticas Públicas que se inscrevem no espaço geográfico a partir dessa materialidade, precisam ser compreendidas, no movimento dialético, pois, assim como as relações sociais, as relações dessa unidade dialética “não são uniformes e nem sempre tem as mesmas idades e tempos históricos, coexistem, entre o descompasso e o desencontro” (MARTINS, 2008), entre o atrasado e o moderno, e não são objetos fixos, imutáveis, estão em constante construção e desconstrução, em transformação, em complexo movimento e desenvolvimento. Nesse sentido, é preciso entender as mediações, as relações sociais, os conflitos e contradições do capital, para tanto, desvelamos o tripé Estado Capital-Trabalho e suas intercessões para a produção de espaços de riqueza e de pobreza, na garantia da propriedade e expropriação e do trabalho, de terras e territórios, processos históricos estamentais que são perpetuadores das desigualdades, para assim compreender as políticas públicas, seus desdobramentos sociais, rebatimentos espaciais e territoriais.

“A expressão política pública, a despeito de ter um significado facilmente inteligível no senso comum, quando exige certa precisão conceitual, apresenta complexidades e abordagens diferenciadas” (COCCARO, 2014, p.1). Conforme reflete Rodrigues (2014), para os teóricos da chamada escola utilitarista, as políticas públicas estariam vinculadas ao atendimento de demandas específicas, tendo como meta a maximização do Bem-Estar coletivo e a busca de patamares de equalização e justiça social. Conforme destaca Souza (2006), nos EUA, esta ciência surge no mundo acadêmico sem estabelecer relações com as bases teóricas sobre o papel do Estado, passando direto para a ênfase nos estudos sobre a ação dos governos. Apontam para a incorporação de outras variáveis à formulação e à análise de políticas públicas, tais como as relações de poder e a integração entre as diferentes fases do processo decisório. As políticas públicas passam a incorporar outros elementos à sua formulação e à sua análise além das

questões de racionalidade, tais como o papel das eleições, das burocracias, dos partidos e dos grupos de interesse.

No Brasil no mesmo caminho utilitarista, com as devidas particularidades, leituras funcionalistas, estruturalistas e da pós - modernidade, negam a essência e a aparência do Estado, ganham força e permeiam a inscrição de políticas públicas de desenvolvimento. As teorias que as referendam e propagam ser possível a saída da pobreza, da miséria, das desigualdades na permanência e aprofundamento das relações capitalistas no espaço. Afirmam a ideologia do Estado como possibilitador, deslocado da relação capital - trabalho, disseminam a miragem do desenvolvimento como forma de superação dos desajustes do subdesenvolvimento e garantidor de equilíbrio assentado na lógica economia capitalista. Apostam na conciliação da relação empresa – Estado – sociedade, em que seria possível transformação social por meio do espírito empreendedor assentado no mercado, via vocação local que uniriam interesses de classes antagônicas. Em busca da pacificação harmônica da sociedade via relações econômicas desiguais, empresários, indústria, agronegócio, comunidades tornariam essa pacificação possível através do inter-relacionamento de agentes produtivos.

Sob o discurso de amenizar as carências sociais e desequilíbrios regionais, perfizeram teorias como a das localidades centrais, dos Polos de Crescimento e Desenvolvimento, da relação centro - periferia, teorias clássicas, no sentido de compor o debate do desenvolvimento regional, às teorias mais recentes de desenvolvimento territorial que passam a incorporar outras categoriais como desenvolvimento local, a territorialidade, a identidade, o capital social, movendo a unidade escalar das políticas públicas de acordo com as premissas, necessidades e ajustes, do mundo do capital. Na atualidade, sob paradigmas antimarxistas e pós-modernos, a leitura e discursos das políticas de Estado estão compreendidos e circunscritos em localidades. Às sinalizações para solução das desigualdades, buscam em saídas mensuráveis que suscitem corrigir os seus efeitos, por meio de atendimento a demandas que tratam apenas de gerir a pobreza, via políticas públicas. No espaço agrário, intelectuais irão justificar a necessidade de Política Pública para o camponês, sob o paradigma da Agricultura Familiar e Pluriatividade, a produção da terra no modelo capitalista de produção agrícola, para a construção de um novo modelo econômico para o campo assentado nas mesmas velhas lógicas das políticas agrícolas excludentes e devastadores de natureza, por meio da Reforma agrária de Mercado de Terras, da massificação técnicas e das inovações da modernização conservadora, da integração ao

mercado de commodities, empreendedorismo individual enquanto meio de geração de renda, desenvolvimento rural, na premissa do “novo mundo rural” e da “urbanização do campo”.

Na contramão dessas análises, distanciamos-nos das leituras liberais, avançando para a crítica do Estado e das políticas públicas. Ao situá-las na totalidade, compreendemos que a partir da unidade dialética Estado-Capital-Trabalho (re)produzem políticas públicas enquanto mecanismos funcionais de mediação que visa à promoção do apaziguamento social em benefício dos grupos dominantes. Em nosso entendimento, a partir das teorias fundantes de Marx e de autores marxistas, a questão fundamental para a análise do Estado e das políticas públicas está na condição histórica da luta de classe e do caráter de classe do Estado. Para a expansão integral do capitalismo, e a classe dominante pudesse garantir a propriedade privada dos meios de produção, e a expropriação da classe trabalhadora, e com isso a reprodução de todos os seus privilégios, foi fundamental um instrumento de mediação social capaz de amenizar os conflitos de classe. Deste pressuposto, o Estado capitalista desenvolve-se. Sua função é a de estar no controle e domínio social em favor da classe dominante, o mediador do capital privado. Nesse sentido, é preciso compreender o Estado e a funcionalidade das políticas públicas dentro da análise no movimento da história e da contradição.

Refletimos, portanto, sobre a propagação e incorporação de um discurso mitificado e mistificado do Capital, do Estado e das Políticas Públicas na dissimulação das políticas de desenvolvimento, que representam formas de intensificação e expansão do capital, bem como, a subordinação do camponês ao mercado, ocultando os nexos essenciais da lógica expansiva e acumuladora de riqueza que retroalimenta o sociometabolismo do capital. No entendimento dos mecanismos e mediações da falsa separação entre a economia e a política, análises que realizamos e aprofundamos no GPECT (Grupo de Pesquisa Estado, Capital, Trabalho), desconstruímos a premissa de que o Estado e o mercado se constituem enquanto polos antagônicos, bem como, refletimos o processo dissimulatório de (re)significação da sociedade civil que tenta mascarar a sua forma política da sociedade burguesa, eclipsada enquanto representação da sociedade sem classes. Ao reunir várias organizações e movimentos sociais com interesses antagônicos em articulação e diálogo numa ilusória conciliação e paz social, em que todos se reconhecem numa mesma esfera social, mascara-se a sociedade amalgamada em uma realidade de desigualdades e de apartação de classes e em conflito de interesses. Nesse sentido, pressupomos que o Estado e a Sociedade Civil são mediações do capital e que agem para a privatização do público, permeada por relações que falseiam uma aparência de que não

há uma sociedade de classes demandando e construindo Políticas Públicas que se afirmam enquanto “públicas” para a garantia dos interesses do privado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando se trata da análise do Estado e de suas políticas públicas estamos diante de questões movediças, uma vez que tanto o Estado como suas políticas públicas são móveis em face as necessidades do capital, e não são fáceis de serem alcançadas sem a análise compreendida no movimento histórico dialético. Nesse movimento do pensar crítico é preciso buscar compreender que essa unidade dialética e seus rebatimentos, não podem ser apreendidos fora da totalidade, nos interstícios da estrutura social e desenvolvimento da sociedade, dos mecanismos estruturais produtores de pobreza, implica, portanto, em situar a inserção Brasil na economia capitalista internacional, bem como, a análise da dimensão espacial que permeia as Políticas Públicas produtoras de geografias, fazendo pensar em questões das desigualdades no contexto do desenvolvimento desigual e combinado do capital e seus rebatimentos no espaço e território que se expressam na realidade. Ao se refletir sobre as Políticas Públicas é imprescindível a análise das relações e contradições do capital e do Estado, uma vez que estas não se estabelecem como formas concretas de superação dos pilares que (re)produzem a luta de classe e os conflitos sociais, como a propriedade, a desigualdade, exploração do trabalho e da mais valia, sua essência é a mediação, apenas agem no sentido e função de reordená-los e os ajustá-los no movimento dos interesses do capital.

PALAVRAS-CHAVE: Estado, Capital, Trabalho, Políticas Públicas, Esfera Pública e privada.

REFERÊNCIAS:

CARLOS, Ana F. A. A "Geografia Crítica" e a crítica da Geografia. Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2007, vol. XI, núm. 245 (03). Disponível em: [ISSN: 1138-9788]

COCCARO, S. E. Ponderações geográficas sobre políticas públicas - a oscilação entre as políticas de inclusão e remoção em favelas cariocas. Revista de Geografia, v. 4, p. 1-7, 2014. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=yRLqQ6NQbyg>. Acesso em: 12/08/2018

CONCEIÇÃO, Alexandrina L. Geografia do espaço da miséria. Scientiaplena, 26 Setembro 2005. p. 166-170. CONCEIÇÃO, Alexandrina L. Estado, Políticas Públicas e o Reordenamento

Social e Territorial do Trabalho. In: ANDRADE, E. S.; SILVA, F. de P. S. da. (Orgs.). Estado e Políticas Públicas: a construção do conselho neoliberal. Salvador, Eduneb, 2012.

CONCEIÇÃO, Alexandrina L. Estado, Capital e a Farsa da Expansão do Agronegócio. Meridiano – Revista de Geografia, número 2, 2013 – versão digital. Disponível em: <https://gpect.files.wordpress.com/2013/11/estado-capital-e-a-farsa-da-expansc3a3odo-agronegc3b3cio.pdf> Acesso em: 22/03/2017

MARX, Karl. O capital. Livro I. Vol. 2. Tradução: Reginaldo Sant’Anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

MÉSZÁROS, István. Para Além do Capital. São Paulo: ed. Boitempo, 2002.

RODRIGUES, J. N. Políticas públicas e geografia: retomada de um debate. GEOUSP – Espaço e Tempo (Online), São Paulo, v. 18, n. 1, p. 152-164, 2014. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/81093> Acesso em: 02/02/201

SOUZA, Celina. A Introdução Políticas Públicas: uma revisão da literatura, Sociologias, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45

REESTRUTURAÇÃO DO PROJETO DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL (PDRS): CAMINHOS PARA O DESENVOLVIMENTO DO ENDIVIDAMENTO NO CAMPO

Cicero Danilo Gomes do Nascimento

Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO)

Universidade Federal de Sergipe (UFS)

danilonascimento@academico.ufs.br

INTRODUÇÃO

A texto ora apresentado é parte dos resultados da pesquisa⁵⁰ de doutorado desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe (PPGEO/UFS), o objetivo é analisar o processo de desenvolvimento do endividamento no campo com a reestruturação do PDRS.

O Programa de Apoio ao Pequeno Produtor (PAPP), criado no contexto das estratégias de desenvolvimento rural no Nordeste nos anos de 1985, sob o controle da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), que objetivava atender a toda a população nordestina, para proporcionar melhorias a todas as classes, contribuindo para o planejamento de estratégias que viessem atender o interesse da classe dominante sob a funcionalidade do Estado. Assim, o capital através da criação da SUDENE encontrou peculiaridades no Estado, subsídios fundamentais a sua expansão. Conforme Araújo (2015, p. 61)

[...] a atuação da SUDENE não se insere somente na escala de uma disputa nacional entre grupos regionais hegemônicos. O Estado atua por meio dela no sentido de estimular a acumulação capitalista através de mecanismos que permitem facilitar investimentos mais lucrativos e, conseqüentemente, o aumento da taxa de lucro.

Com a criação Programa de Combate à Pobreza Rural (PCPR) ou Projeto São José (PSJ) em 1995, substituindo o PAPP, mas executado somente em 1996, diante de novos acordos de empréstimos entre os governos dos estados da Bahia, Ceará e Sergipe com o Banco Mundial. Posteriormente, outros Estados do Nordeste conseguiram empréstimos, estes foram, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí e Rio Grande do Norte, (ARAÚJO, 2003).

Dividido em quatro fases, o PCPR ou PSJ I alcançou na sua primeira fase projetos direcionados aos setores de eletrificação e abastecimento, obtendo financiamento com o Banco Mundial. Com duração aproximada de 5 anos, suas primeiras ações foram direcionadas para a

⁵⁰ Orientada pela Profª. Dra. Alexandrina Luz Conceição, professora Emérita da Universidade Federal de Sergipe (UFS).

implantação de projetos que garantissem o acesso à água e à eletrificação do meio rural, constituindo segundo Lisboa (2007), “um instrumento financeiro para subsidiar programas de combate à pobreza rural, e o principal mecanismo de atendimento às políticas de desenvolvimento local”.

Já em sua segunda fase, além da atuação nas áreas de infraestrutura e produtivo, o PSJ II ampliou seu campo de controle, com a instalação de novos componentes, tais como, Infraestrutura, Produtivo, Agrário, Inclusão Social (SOUSA, 2009, p. 100).

Somente a partir de análises dos resultados socioeconômicos da recém fase concluída do Programa de Combate à Pobreza Rural/PCPR – Projeto São José II, que se inicia o Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável do Estado do Ceará (PDRS), também denominado São José III.

O Projeto São José III (PSJ III) tem como finalidade fortalecer a agricultura familiar garantindo o desenvolvimento das comunidades no campo a partir da sua inserção mercado econômico, agregando valor a sua produção, o que é torna-se possível com financiamento de projetos produtivos, empreendimentos rurais e suas diferentes cadeias produtivas.

Outros aspectos a serem considerados, segundo Ceará (2011), é garantir através do PSJ III a universalização do direito a água potável como bem essencial de consumo da população rural do estado do Ceará, estimulando a participação dos beneficiários e suas organizações assistidas pelo programa mediante ações de gestão do desenvolvimento local, além de proporcionar a integração de outros programas de Governo.

Em relação aos beneficiários, o PSJ III destaca os agricultores familiares, que desenvolvam atividades agrícolas e não-agrícolas em comunidades rurais representados por suas organizações, conforme apresenta Ceará (2011, p. 61): “associações, cooperativas condomínios ou outras desde que legalmente constituídas.” O projeto São José III contempla ainda outros grupos de beneficiários sociais, de forma mais específica, a exemplo, “quilombolas, povos indígenas, pescadores artesanais e outros grupos” (CEARÁ, 2011).

Dividido em três macrocampos, o PSJ III em seus componentes e subcomponentes, apresentam todos as atividades que serão desenvolvidas juntos aos beneficiários contemplados no Projeto.

De acordo com o Manual de Operações (MOP) do Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável (PDRS) – São José III, os componentes são: A - Inclusão Econômica, B -

Sistemas de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário Simplificado (SAES) e C - Fortalecimento institucional e apoio a gestão, (CEARÁ, 2012).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Cada um desses componentes, apresentam uma proposta específica para seu pleno desenvolvimento, por exemplo, sobre o componente A – Inclusão Econômica, tem suas ações concentradas para o fortalecimento das cadeias produtivas, além de melhorar a participação dos agricultores familiares em setores que lhes proporcione maior agregação de valor. Esse componente está subdividido em três subcomponentes: I – Apoio a investimentos produtivos, II – Investimentos produtivos, III - Apoio à elaboração de um Sistema de Alerta e gestão de Planos de Contingência para enfrentamento de Desastres Naturais (CEARÁ, 2012).

É importante termos a clareza de que todos esses apoios expostos nos subcomponentes são referentes à atuação do capital financeiro no processo de apropriação da produção no campo, não é uma ação de caridade, deve-se compreender que tais investimentos advindos do Banco Mundial são uma forma de controle do sistema produtivo das pequenas unidades familiares. Um aspecto relevante é a contribuição do Estado para materializar tais ações.

Diante do exposto é possível perceber que de um lado está o Banco Mundial, maior investidor para execução do projeto, ampliando com seu investimento sua riqueza, por outro lado, em contrapartida o Estado injeta uma outra parcela diante do acordo assinado, mas não para por aí, as associações beneficiadas também pagam uma contrapartida para que os seus projetos aprovados sejam executados. Esse é um ponto exposto no MOP do projeto conforme Ceará (2012, p. 29):

Contrapartida dos beneficiários: Poderá ser de forma financeira e/ou de bens e serviços limitada a 20% do valor total do projeto. Serão considerados como contrapartida financeira recursos da própria comunidade ou de outra fonte, como por exemplo: Pronaf, Fedaf, entre outros. Já a não financeira, deverá ser monetariamente mensurável e efetivamente comprovada. Poderão ser aceitos investimentos individuais e coletivos pré existentes, dos integrantes dos grupos produtivos beneficiados, desde que relacionados ao projeto. Tais investimentos deverão ser comprovados através de documentos de posse dos bens móveis, imóveis e semoventes, a exemplo de notas fiscais de aquisição e certificados técnicos de funcionalidade dos bens e serviços, escrituras públicas, contratos de crédito, arrendamento, cessão, dentre outros. A contrapartida da comunidade deverá ser explicitada no plano de investimento e comprovada nos relatórios de acompanhamento dos projetos.

Nesse contexto surgem questões bem complexas em relação a esse processo de contrapartida, primeiro que, se os pequenos produtores familiares a partir das associações buscam através das políticas públicas meios que lhes proporcionem o desenvolvimento e aumento da sua produção, como irão conseguir pagar a contrapartida exigida pelo projeto São José? Neste sentido, qual seria realmente o objetivo do PDRS?

Pois, se estão buscando na política pública os meios necessários que contribuam ao aumento da sua produção, antes terão que buscar na política de crédito empréstimos financeiros para pagar seu acesso ao Projeto São José. Se a associação tem seu subprojeto aprovado é necessária uma contrapartida a ser pago pela associação beneficiada de acordo com os termos dispostos no edital.

Já o componente B - Sistemas de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário Simplificado (SAES), é destinado à implantação do SAES nas comunidades rurais que não têm acesso à água potável apta para o consumo e ao esgotamento sanitário (CEARÁ, 2012).

Ao destinar investimentos para atender à necessidade comunitária de ter o acesso à água e ao esgotamento sanitário, o componente B através dos subcomponentes acima citados, além de modernizar o processo de captação e distribuição de água para as unidades familiares, a privatização e o controle do acesso a esse recurso também é uma consequência oculta pelo discurso ideológico do Estado a partir da instalação de medidores pré-pagos, o que vai significar o pagamento pelo uso da água.

A implantação de hidrômetros, popularmente conhecido como medidores de água é instalada nos domicílios como meio de controle do uso da água, onde é feita a cobrança de uma taxa por seus uso, naturaliza a venda dos recursos da natureza, mas, o que vai ser apresentado como contrapartida aos investimentos do PSJ III não é a privatização da água, mas, a implementação de atividades que contribuam para a promoção do desenvolvimento sustentável através de ações compensatórias como: “(a) uso sustentável do solo e práticas de conservação, (b) recuperação de matas ciliares, (c) plantio de árvores e (d) proteção das margens dos corpos d’água’ (CEARÁ, 2012).

Por último, o componente C - Fortalecimento institucional e apoio à gestão, tem por finalidade o financiamento das ações voltadas para as capacitações, gestão, estudos, intercâmbios, comunicação e divulgação, proporcionando as pequenas unidades familiares a oportunidade de fortalecimento da sua produção, conforme disposto no Manual de Operações (MOP), Ceará (2012, p. 38),

Este componente financiará as ações de comunicação, capacitação, apoio à gestão, elaboração de estudos, além de programas de intercâmbio para fornecer aos agricultores familiares condições de identificar as oportunidades de agregação de valor aos produtos nas cadeias produtivas onde se inserem ou novos mercados, bem como o público beneficiado com ações do componente 2.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estes componentes buscam transformar a pequena unidade familiar em unidade empreendedora, gestora do seu próprio negócio. O campo não mais visto como espaço das relações sociais e produção, o campo passa a ser materializado como uma empresa das relações de negócios.

O objetivo é tornar os novos empreendedores do campo em especialistas aptos à elaboração de seus próprios planos de negócios, para isso, contou com apoio técnico especializado, os quais estarão encarregados de identificar as melhores oportunidades de negócios a partir de análises da realidade de mercado.

PALAVRAS-CHAVE: Capital, Endividamento, Política Pública, Financeirização.

REFERÊNCIAS

Araújo, Guthiêrre Ferreira. **A trajetória da SUDENE, suas (re)invenções, na condução do projeto de desenvolvimento regional.** Dissertação (mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão (SE), 2015.

ARAÚJO, Maria Helena de. **Desigualdade e pobreza no Ceará: o caso do projeto São José.** Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Programa Regional de Pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2003. Acessado em 16 de dezembro de 2022. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/16858/1/2003_dis_mhara%C3%BAjo.pdf

CEARÁ. **Relatório de Avaliação Socioambiental.** Secretaria do Desenvolvimento Agrário (SDA), Fortaleza, Ceará, 2011. Acessado em dezembro de 2022. Disponível em: <https://www.sda.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/60/2011/11/aisa2.pdf>

_____. **Manuel de Operações (MOP) – Projeto São José III.** Secretaria do Desenvolvimento Agrário (SDA). Fortaleza, Ceará, 2012. Acessado em dezembro de 2022. Disponível em: <https://www.sda.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/60/2019/01/MOP-versao-final.pdf>

LISBOA, Josefa Bispo de. **A trajetória do discurso do desenvolvimento para o Nordeste: políticas públicas na (dis)simulação da esperança.** 272 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-graduação em Geografia (PPGEO), Universidade Federal de Sergipe

(UFS)/ São Cristóvão, Sergipe, 2007. Acessado em 14 de dezembro de 2022. Disponível em: https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/5427/1/JOSEFA_BISPO_LISBOA.pdf

SOUSA, Roberta Messiane Gonçalves. **Pobreza: um diálogo sem consenso**. São Paulo: FGV-SP, 2009. 200 f. Dissertação (Mestrado em Administração Pública e Governo) – Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2009. Acessado em 16 de janeiro de 2023. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/5347/62070100817.pdf>

ÍNDICE

ANÁLISE GEOAMBIENTAL E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

SUSCETIBILIDADE DO AMBIENTE FÍSICO AOS RISCOS AMBIENTAIS NA GRANDE ARACAJU

Alizete dos Santos 6

COMPARTIMENTAÇÃO DO CAMPO DUNAR DE ESTÂNCIA – SERGIPE

Marçal Lukas Martins Prata; Neise Mare de Souza Alves 12

CONFORTO TÉRMICO EM BARRA DOS COQUEIROS/SE

Thiago Duarte ; Rosemeri Melo e Souza
Francisco Jablinski Castelhana 18

DESENHO URBANO NA PERSPECTIVA DA SUSTENTABILIDADE DAS PAISAGENS EM ARACAJU/SE

Fernanda Monteiro; José Wellington Carvalho Vilar 24

CAVERNAS DE SERGIPE: UMA NOVA DELIMITAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO EM ÁREAS DO CARSTE TRADICIONAL

Heleno dos Santos Macedo; Hélio Mário de Araújo
Luana Pereira Lima 30

MORFODINÂMICA DE PRAIAS OCEÂNICAS SETENTRIONAIS NA ILHA DE SANTA LUZIA - BARRA DOS COQUEIROS: UMA ESTRATÉGIA GEOMORFOLÓGICA PARA O GERENCIAMENTO COSTEIRO DO LITORAL

Hélio Mário de Araújo; Myllena Viana de Jesus
Rafael da Cruz; Acácia Maria Barros Souza 36

REFLEXÕES SOBRE O CLIMA URBANO E A PRODUÇÃO DO ESPAÇO NA CIDADE DE ARACAJU

João Luiz Santana Brazil 42

PIONEIRISMO E RENOVAÇÃO NA GEOGRAFIA DE JOSÉ ALEXANDRE FELIZOLA DINIZ

José Wellington Carvalho Vilar 47

ANÁLISE HIPSOMÉTRICA E MORFOESTRUTURAL DO DOMÍNIO VAZA-BARRIS, SERGIPE

Luana Pereira Lima; Hélio Mário de Araújo
Heleno dos Santos Macedo 53

PERFIS DE PRAIA E ESTÁGIOS MORFODINÂMICOS NA COSTA LITORÂNEA DE ARACAJU/SE

Rafael da Cruz; Hélio Mário de Araújo 59

| | |
|--|------------|
| USO E OCUPAÇÃO DAS TERRAS E OS CONFLITOS AMBIENTAIS NAS ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE NO MUNICÍPIO DE SÃO FÉLIX, BA Ana Paula Sena de Souza; Rozilda Vieira Oliveira | 65 |
| EVOLUÇÃO DA COBERTURA VEGETAL DE MANGUEZAL NA RESERVA EXTRATIVISTA MARINHA DA BAÍA DO IGUAPE, NO RECÔNCAVO BAIANO (1986, 1994, 2003, 2017 e 2023) Ivonice Sena de Souza | 71 |
| CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS NO LITORAL ESTANCIANO -SERGIPE Fagner Santos de Oliveira | 77 |
| ESPAÇOS BALNEÁRIOS DO LITORAL NORTE DA BAHIA: FORMAS, AGENTES E TEMPOS Marcus Henrique Oliveira de Jesus; José Wellington Carvalho Vilar | 83 |
| RESÍDUOS SÓLIDOS COMO PROBLEMÁTICA SOCIOAMBIENTAL URBANA, NO CONTEXTO DE FEIRA DE SANTANA/BA Carla Alessandra Melo de Freitas Bastos; Josefa Eliane Santana de Siqueira Pinto | 90 |
| INTERFERÊNCIAS DO USO DA TERRA SOBRE OS RECURSOS HÍDRICOS EM PIRAMBU -SE David Costa Alves; Neise Mare de Souza Alves | 96 |
| GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS: UMA ANÁLISE PRELIMINAR DO LIXÃO A CÉU ABERTO EM MALHADOR/SE Roniél Pereira Almeida; Márcia Eliane Silva Carvalho | 102 |
| ANÁLISE ESPAÇO TEMPORAL DO USO E COBERTURA DA TERRA NA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO JAPARATUBA MIRIM – SE Fabrício Trindade Benevides; Márcia Eliane Silva Carvalho Ronaldo Missura | 107 |
| DOMÍNIO FITOGEOGRÁFICO NA COMPREENSÃO DAS ZONAS SEMIÁRIDAS E AS FLORESTAS TROPICAIS SAZONALMENTE SECAS (FTSS): BREVES CONSIDERAÇÕES Sheylla Patrícia Gomes do Nascimento; Rosemeri Melo e Souza | 113 |
| SERVIÇOS ECOSISTÊMICOS NA APA DO LITORAL NORTE DE SERGIPE NO MUNICÍPIO DE PACATUBA Rafael Cardoso da Silva Neto; Márcia Eliane Silva Carvalho | 120 |
| MORFODINÂMICA DA PRAIA DA CAUEIRA, ITAPORANGA D’AJUDA/SE: ANÁLISE A PARTIR DE IMAGENS DE SATÉLITE DISPONÍVEIS NO GOOGLE EARTH PRO Adilson Grei de Oliveira Costa; Ângelo Francklin Pitanga | 126 |

| | |
|---|------------|
| A GEODIVERSIDADE DO PARQUE ESTADUAL MARITUBA (PEMA), SERGIPE Ana Carolina Oliveira de Sá Márcia Eliane Silva Carvalho | 132 |
| DISTRIBUIÇÃO DA ESPÉCIE <i>Libidibia ferrea</i> EM SERGIPE Felipe Freire da Silva; Larissa Monteiro Rafael Marcia Eliane Silva Carvalho | 138 |
| CONDICIONANTES GEOAMBIENTAIS E TENSORES ANTRÓPICOS SOBRE A ÁREA DE RELEVANTE INTERESSE ECOLÓGICO DOS MANGUEZAIS EM BARRA DOS COQUEIROS-SE Igor Leonardo Machado Santos; Márcia Eliane Silva Carvalho | 144 |
| INCÊNDIOS FLORESTAIS NO PARQUE NACIONAL SERRA DE ITABAIANA/SE: RECURSO PARA BIOMONITORAR O IMPACTO PARA A PAISAGEM. Ingride Natane Miguel Santos; Rosemeri Melo e Souza Larissa Monteiro Rafael | 150 |
| UNIDADE DE CONSERVAÇÃO NO CONTEXTO DA PAISAGEM COSTEIRA: APA COSTA DOS CORAIS E A ROTA ECOLÓGICA DE MILAGRES Edilsa Oliveira dos Santos; Rosemeri Melo Souza | 153 |
| A FERROVIA DE INTEGRAÇÃO OESTE-LESTE - FIOLE COMO AGENTE TRANSFORMADOR DA PAISAGEM DE MUNICÍPIOS DO INTERIOR BAIANO Iguaraci Santos da Silva; Hélio Mário de Araújo | 159 |
| O PLANO BÁSICO AMBIENTAL E A TERRITORIALIZAÇÃO DA DUPLICAÇÃO DA BR-101 EM SERGIPE Josiene Ferreira dos Santos Lima; José Wellington Carvalho Vilar | 163 |
| UTILIZAÇÃO DO GOOGLE EARTH ENGINE PARA AQUISIÇÃO DE DADOS CLIMÁTICOS DO BIOMA CAATINGA Ri Claudio Silva Santos; Lucas Costa de Souza Cavalcanti | 168 |
| MODIFICAÇÕES ESPACIAIS E A OCORRÊNCIA DE ALAGAMENTOS NA CIDADE DE ITABAIANA (SE): RESULTADOS PRELIMINARES Antony David de Jesus Santos; Márcia Eliane Silva Carvalho | 173 |
| PRODUÇÃO DO ESPAÇO AGRÁRIO | |
| A GEOGRAFIA DOS SUPERMERCADOS: POLÍTICAS PÚBLICAS E A INSEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL Elisandro Matos Rodrigues; Sônia de Souza Mendonça Menezes | 179 |
| COMERCIALIZAÇÃO AGRÍCOLA EM ITABAIANA/SE Diana Mendonça de Carvalho; José Eloízio da Costa | 184 |

| | |
|---|------------|
| O PERFIL DA AGRICULTORA FAMILIAR DO POVOADO BEZERRO/POÇÕES – BA Daniela Seles de Andrade; Lucas Aguiar Tomaz Ferreira Fernanda Viana de Alcantara | 181 |
| A (IN)SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO ESPAÇO RURAL DO MUNICÍPIO DE JAPARATUBA/SE Arlane Santos de Lima; Sônia de Souza Mendonça Menezes | 186 |
| PAMONHAS: DA COZINHA DE CASA, PARA OS COMÉRCIOS E A RUA Alexandre Francisco de Oliveira | 201 |
| O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE) NA PERSPECTIVA DO DESENVOLVIMENTO RURAL NO ESTADO DE SERGIPE: EFEITOS, ALCANCE E CONTRADIÇÕES Handresha da Rocha Santos; José Eloízio da Costa | 204 |
| O MONOCULTIVO DO MILHO EM NOSSA SENHORA DE LOURDES/SE E SUAS IMPLICAÇÕES NA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (SAN) Jeferson Marques da Silva | 210 |
| MERCADOS AGROALIMENTARES: UMA ANÁLISE À LUZ DA PRODUÇÃO FAMILIAR EM SERGIPE José Maxuel de Farias Ferreira; José Eloízio da Costa Diana Mendonça de Carvalho | 215 |
| PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA EM SERGIPE: DIFICULDADES E PERSPECTIVAS DE AGRICULTORES DOS ANOS 1980 ATÉ OS DIAS ATUAIS. Dayane de Jesus Santos; Sônia de Souza Mendonça Menezes | 221 |
| A TERRITORIALIZAÇÃO DO AGRONEGÓCIO DO MILHO NO MÉDIO SERTÃO SERGIPANO: NOVAS CONFIGURAÇÕES PRODUTIVAS Paulo Adriano Santos Silva | 226 |
| TERRITÓRIO E RE-EXISTÊNCIAS: CAMINHOS DE SUPERAÇÃO À CRISE SINDÊMICA Felipe da Fonseca Souza; Sônia de Souza Mendonça Menezes | 231 |
| AS FEIRAS DA AGRICULTURA FAMILIAR EM MUNICÍPIOS DO SUL SERGIPANO Vanessa Modesto dos Santos | 237 |
| A CADEIA PRODUTIVA DO LEITE PARA O DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR EM NOSSA SENHORA DA GLÓRIA /SE Sandra Andréa Souza Rodrigues; José Eloízio da Costa | 241 |
| SENTIDOS DE LUGAR NA COMUNIDADE RURAL SERRA DO CAVALO, EM ÁGUA BRANCA, ALAGOAS | |

| | |
|--|------------|
| Juliana dos Santos Lima; Maria Augusta Mundim Vargas | 247 |
| A PRODUÇÃO DO ESPAÇO DIANTE DOS EFEITOS DESTRUTIVOS DO CAPITAL EM CRISE: TRABALHADORES EM LUTA POR TERRA, TRABALHO E MORADIA | |
| Suzane Tosta Souza | 252 |
| PARA ALÉM DAS PRATELEIRA: O AGROECONOMIAÇÃO | |
| Reuel Machado Leite | 257 |
| O DESMATAMENTO NA AMAZÔNIA AO LONGO DA BR-156 E A FINANCEIRIZAÇÃO DE COMMODITIES: UM ESTUDO DE CASO NA RESERVA EXTRATIVISTA DO RIO CAJARI – AP | |
| Eder Souto Batista; Eraldo da Silva Ramos Filho | 262 |
| O ESTADO E A REFORMA AGRÁRIA NO CAMPO BRASILEIRO: O MST E A LUTA CONTRA A BARBÁRIE CAPITALISTA NO CAMPO | |
| Fábio Ferreira Santos | 267 |
| FINANCEIRIZAÇÃO DA AGRICULTURA: ENTRE A FOME DO ALIMENTO E O APETITE DO ESPAÇO | |
| Marília Faria Chaves | 272 |
| PATRIMÔNIO AGRÁRIO E A FORMAÇÃO TERRITORIAL DE ITABAIANA, SERGIPE | |
| Fabília de Oliveira Santos | 278 |
| CAPITAL FINANCEIRO: REBATIMENTOS DA POLÍTICA HABITACIONAL NA COLÔNIA TREZE – LAGARTO/SE. | |
| José Edson Oliveira Siqueira; Josefa de Lisboa Santos | 284 |
| AS POLÍTICAS AGRÁRIAS E AGRÍCOLAS DO GOVERNO FEDERAL BRASILEIRO EM 2023 DIANTE DA PROBLEMÁTICA DA FOME | |
| Edilekson Silva de Carvalho; Eraldo da Silva Ramos Filho | 290 |
| NOTAS INICIAIS SOBRE A CONCENTRAÇÃO E CENTRALIZAÇÃO DE CAPITAIS NO MERCADO DE INSUMOS AGROPECUÁRIOS NO BRASIL | |
| Victor de Souza Cardoso | 296 |
| PRA MUDAR A SOCIEDADE DO JEITO QUE A GENTE QUER, PARTICIPANDO SEM MEDO DE SER MULHER | |
| Laiany Rose Souza Santos; Josefa de Lisboa Santos | 301 |
| ENTRE OS SEMIÁRIDOS DO BRASIL E DE PORTUGAL: O QUADRO DO ACESSO À ÁGUA PARA A AGRICULTURA FAMILIAR | |
| Mateus Costa Santos; José Eloízio da Costa | 306 |
| A LÓGICA DO CAPITAL NO PROCESSO DE REPRODUÇÃO DO ESPAÇO NO/DO CAMPO E SUA LEGITIMAÇÃO VIA LDB 9.394/96 | |
| Ricardo Menezes Santos | 312 |

MINERAÇÃO E DEGRADAÇÃO DA NATUREZA, DA SAÚDE E DA PRODUÇÃO CAMPONESA NOS MUNICÍPIOS DE CAETITÉ, PINDAÍ E LICÍNIO DE ALMEIDA-BA.

Fernanda Oliveira Rodrigues; Alexandrina Luz Conceição **316**

AMÁLGAMA ENTRE CAPITAL E ESTADO: A EXPANSÃO DA PRODUÇÃO DE MILHO EM SERGIPE VIA AGRONEGÓCIO

Wylamys Bernardo Santos de Lima; Christiane Senhorinha Soares Campos **320**

DINÂMICAS TERRITORIAIS E DESENVOLVIMENTO

MARXISMO E FEMINISMO: UM DIÁLOGO?

Catharina Pena Gomes **327**

PRODUÇÃO DO ESPAÇO E DESENVOLVIMENTO DESIGUAL À LUZ DA POLÍTICA HABITACIONAL: APONTAMENTOS SOBRE O ESTADO DO PIAUÍ/BRASIL

José Lucas Costa Ribeiro; Ana Rocha dos Santos **333**

POLÍTICAS DE GÊNERO E SEXUALIDADE NA BAHIA: ANÁLISES NOS TERRITÓRIOS DE IDENTIDADE DO CENTRO SUL BAIANO

Lucas Aguiar Tomaz Ferreira; Fernanda Viana de Alcantara **338**

PARA ALÉM DA SEGURANÇA ENERGÉTICA: AS LINHAS DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA NO BRASIL

Henrique Oliveira de Andrade; Eraldo da Silva Ramos Filho **344**

O (DES)VELAMENTO DA RELAÇÃO CAPITAL-ESTADO: O CASO DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA

Tiago Barreto Lima; Ana Rocha dos Santos **349**

PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA E PROGRAMA CASA NOVA, VIDA NOVA NAS DINÂMICAS DO ESTADO E CAPITAL

Douglas Souza de Jesus; José Lucas Costa Ribeiro **355**

USO DAS CATEGORIAS DA GEOGRAFIA COMO UNIDADE DE PLANEJAMENTO: BREVES REFLEXÕES NO ESTADO DA BAHIA

Lucas Aguiar Tomaz Ferreira; Fernanda Viana de Alcantara
José Eloízio da Costa **360**

ENTRE IDAS E VINDAS DA LEGISLAÇÃO URBANA: REFLEXOS NA VERTICALIZAÇÃO EM ARACAJU-SE

Raissa Santana Quintiliano dos Santos **366**

DESTERRITORIALIZAÇÃO DA PETROBRAS NO NORDESTE BRASILEIRO - UMA ANÁLISE A PARTIR DA PERSPECTIVA DO DESENVOLVIMENTO DESIGUAL E COMBINADO DO CAPITAL

Wesley Santos **371**

- DESENVOLVIMENTO COMO IDEOLOGIA DE CONSUMO NA AMAZÔNIA:
 IMPLICAÇÕES SOCIOESPACIAIS DE REDES DE SUPERMERCADOS EM
 ABAETETUBA – PA
 Khannanda Luhara e Silva Gonçalves; José Maxuel de Farias Ferreira
 José Eloízio da Costa **376**
- POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS (PCTS): DIREITO À CIDADE SOB O
 VIÉS DA PERMANÊNCIA
 Jorge Edson Santos **381**
- SUBALTERNIDADES E FRONTEIRAS CULTURAIS: EMBATES NOS TERRITÓRIOS
 EXTRATIVISTAS DO LITORAL SERGIPANO
 Heberly Ruan da Conceição Silva; Maria Augusta Mundim Vargas **388**
- UMA ANÁLISE DA ESCRAVIDÃO CONTEMPORÂNEA A PARTIR DA NATUREZA
 DO CAPITAL
 Aurelane Alves Santana; Christiane Senhorinha Soares Campos **393**
- A DESTERRITORIALIZAÇÃO DOS(AS) TRABALHADORES(AS) DA COMIDA DE
 RUA EM ITABUNA-BAHIA
 Greiziene Araújo Queiroz de Sousa; Sônia de Souza Mendonça Menezes **397**
- IMPORTÂNCIA DO PIBID NA FORMAÇÃO DOCENTE: EXPERIÊNCIAS E RELATOS
 Camilly Vitória de Jesus Santos. Josevaldo Nascimento Neto **402**
- DE REGIÃO SISALEIRA A TERRITÓRIO DO SISAL: NOTAS PARA ANÁLISE
 Jean da Silva Santos **407**
- “JULIETA, COISA E TAL”: TRILHANDO OS ESPAÇOS PELA GEOGRAFIA
 LITERÁRIA.
 Ana Carolina Nunes de Azevedo. Maria Augusta Mundim Vargas **412**
- TEMPO DE VIDA/TEMPO DO LABOR: A EXPLORAÇÃO DO TRABALHO NO E-
 COMMERCE EM ITABAIANA-SE
 Geovânio Silva Santos **418**
- SIMBOLISMO DOS ALIMENTOS VOTIVOS E FESTIVOS EM RITUAIS RELIGIOSOS
 DE MATRIZ AFRICANA
 Luana Almeida de Jesus; Maria Augusta Mundim Vargas **424**
- TERRITÓRIO DE PLANEJAMENTO DE SERGIPE: A ECONOMIA SOLIDÁRIA NO
 CENTRO-SUL.
 Daniela Santos Feitoza; Cesar de David
 José Eloízio da Costa **429**
- NEXOS ENTRE O EMPREENDEDORISMO E OS OFÍCIOS TRADICIONAIS NA
 DIMENSÃO CONTEMPORÂNEA DO MUNDO DO TRABALHO
 João Pedro Celestino dos Santos; Ana Rocha dos Santos **435**

MOBILIDADE DO TRABALHO E IMIGRAÇÃO: A DIÁSPORA ELEVADA À
CONDIÇÃO MORFOLÓGICA AO CAPITAL

Bruno Andrade Ribeiro; Josefa de Lisboa Santos 440

A FUNCIONALIDADE DO ESTADO E DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO PROCESSO
DE ACUMULAÇÃO CAPITALISTA

Vanessa Paloma Alves Rodrigues; Alexandrina Luz Conceição 446

REESTRUTURAÇÃO DO PROJETO DE DESENVOLVIMENTO RURAL
SUSTENTÁVEL (PDRS): CAMINHOS PARA O DESENVOLVIMENTO DO
ENDIVIDAMENTO NO CAMPO

Cicero Danilo Gomes do Nascimento 452

